JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças 4
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 39
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 39
Prefeitura Municipal de Apiacás 40
Prefeitura Municipal de Arenápolis 45
Prefeitura Municipal de Aripuanã 47
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 48
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 49
Prefeitura Municipal de Cáceres 51
Prefeitura Municipal de Campinápolis 71
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 76
Prefeitura Municipal de Campo Verde 81
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 82
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 84
Prefeitura Municipal de Canarana 84
Prefeitura Municipal de Carlinda 85
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 90
Prefeitura Municipal de Cláudia 90
Prefeitura Municipal de Cocalinho 107
Prefeitura Municipal de Colíder 109
Prefeitura Municipal de Colniza 111
Prefeitura Municipal de Comodoro 112
Prefeitura Municipal de Confresa 112
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 127
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 127
Prefeitura Municipal de Curvelândia 134
Prefeitura Municipal de Denise 139
Prefeitura Municipal de Diamantino 139
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 145
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 147
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 147
Prefeitura Municipal de General Carneiro 148
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 148
Prefeitura Municipal de Indiavaí 153
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 156
Prefeitura Municipal de Itanhangá 158
Prefeitura Municipal de Itiquira 173
Prefeitura Municipal de Jaciara 174
Prefeitura Municipal de Jauru 174
Prefeitura Municipal de Juara 176
Prefeitura Municipal de Juruena 176
Prefeitura Municipal de Juscimeira 178
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 180
Prefeitura Municipal de Luciara 181
Prefeitura Municipal de Marcelândia 182
Prefeitura Municipal de Matupá 182
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 194
Prefeitura Municipal de Nobres 201
Prefeitura Municipal de Nortelândia 208

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 215
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 216
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 227
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 234
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 234
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 239
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 239
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 240
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 246
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 249
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 251
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 253
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 254
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 254
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 254
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 254
Prefeitura Municipal de Paranatinga 259
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 259
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 260
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 262
Prefeitura Municipal de Poconé 262
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 262
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 263
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 264
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 264
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 264
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 268
Prefeitura Municipal de Poxoréu 271
Prefeitura Municipal de Querência 273
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 273
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 280
Prefeitura Municipal de Rondolândia 291
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 295
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 295
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 296
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 297
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 297
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 299
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 305
Prefeitura Municipal de São José do Povo 306
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 312
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 313
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 314
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 314
Prefeitura Municipal de Sinop 315
Prefeitura Municipal de Tabaporã 324
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 324
Prefeitura Municipal de Tesouro 326
Prefeitura Municipal de Torixoréu 326
Prefeitura Municipal de União do Sul 327
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 327
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 328
Prefeitura Municipal de Vila Rica 382

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
CANCELAMENTO DE CONTRATO N° 005/2016

CANCELAMENTO DE CONTRATO N° 005/2016

OBJETO: Contratação de empresa para a disponibilização de ferramenta para geração de STREANING.

CONTRATANTE: Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM.

CONTRATADA: NK2 PUBLICIDADE E MARKETING LTDA.

VALOR R$: 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

À pedido da empresa NK2 Publicidade e Marketing LTDA, cancelamos o contrato acima citado, por motivo de falta de estrutura para nos atender.

Cuiabá (MT), 23 de maio de 2016.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

A Comissão de Pregoeiros do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, através de sua pregoeira Núbia S. S. Paixão Moraes, torna público o resultado da licitação na modalidade de Pregão Presencial sob nº 005/2016, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Ortópedico**, a empresa vencedora:

MANOEL GONALVES DA SILVA – ME - CNPJ: 04.876.443/0001-00 Valor Total: R$ 109.561,19.

Água Boa – MT, 25 de maio de 2016.

Núbia S. S. Paixão Moraes - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
PORTARIA 023/2016

PORTARIA n.º 023/2016 "Dispõe sobre a extinção do benefício de aposentadoria por idade em favor da inativa Sra. Neli Nair Martins".

*O Diretor Executivo do **ÁGUA-PREVI**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de ÁGUA BOA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 32, § único e Art. 73, inciso "I", "VII", "X", da Lei Municipal Complementar n.º 869/2006, de 25 de Agosto de 2006.*

Resolve,

Art. 1º Extinguir o benefício de **aposentadoria por idade** em favor da **Sra. Neli Nair Martins**, portadora do RG. 1483442 – SSP/GO, inscrita no CPF n.º 280.547.331-00 e da cédula eleitoral de n.º 71699618/56, zona: "030", seção: "0012", inativa do ÁGUA-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Água Boa – MT, em decorrência do falecimento da mesma, conforme Certidão de Óbito datada de 03/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03, de maio de 2016, data do óbito da servidora.

Registre, publique e cumpra-se

Água Boa - MT, 24 de maio de 2016.

Marcio Antônio Faoro

Diretor Executivo

ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Administrativo n°. 028/2016

Concorrência nº. 002/2016

Abertura de Propostas de Preços

Ficam convocadas as empresas habilitadas à Concorrência 002/2016, tendo por objeto:

Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica e Drenagem da duplicação da Rua 50, Bairro Cristalino, no Munícipio de Água Boa-MT; realizado pela Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para comparecerem na sessão de abertura das Propostas de Preços, que se realizara em:

Data: 31 de maio de 2016.

Horário: 08h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro.

Água Boa, 24 de maio de 2016.

Tania Maria Riboli Reichert

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Administrativo n°. 040/2016

Tomada de Preço nº. 009/2016

Abertura de Propostas de Preços

Ficam convocadas as empresas habilitadas à Tomada de Preço 009/2016, tendo por objeto: Contratação de empresa para Execução de Construção e Reforma de Muro no entorno do Cemitério Municipal no Município de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital; realizado pela Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para comparecerem na sessão de abertura das Propostas de Preços, que se realizara em:

Data: 31 de maio de 2016.

Horário: 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro.

Água Boa, 24 de maio de 2016.

Tania Maria Riboli Reichert

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 07/2016 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Rua Dom Aquino 346, Centro, em Alto Garças, Estado do Mato Grosso, através do **PREFEITO CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, em cumprimento ao art. 37, da Constituição Federal (CRFB/1988 e alterações), FAZ SABER a quem interessar possa que as **PRESTAÇÕES DE CONTAS**, referentes ao **2º (PRIMEIRO)BIMESTRE/2016 e 1º (QUADRIMESTRE) /2016, respectivamente, do RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA(RREO) E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) do EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016**, encontram-se à disposição para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, conforme art. 48 da Lei Complementar Federal 101/2000, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), durante o presente exercício, em **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no **DIA 30 DE**

MAIO 2016 ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO GARÇAS.

Alto Garças – MT, 24 maio de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 085, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Substitui membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB biênio 2015/2017.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - **FUNDEB** biênio 2015/2017,

Considerando ainda o disposto nas Leis: Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e Lei Municipal nº 784, de 10 de setembro de 2009.

Considerando a necessidade de incluir novos membros como representantes dos estudantes da Educação Básica

R E S O L V E:

Artigo 1º: Substitui membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB biênio 2015/2017

Artigo 2º: Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - **FUNDEB** biênio 2015/2017, a saber:

Representantes do Poder Executivo Municipal e Secretaria de Educação:

ü Alessandra Queiroz Barros – Titular

ü Euda Alves Calças – Suplente

ü Clair Peres de Oliveira - Titular

ü Deucélia Regina da Silva – Suplente

Representante dos professores da Educação Básica Pública:

ü Rosa Camargo de Souza – Titular

ü Simão Pedro Zefeld – Suplente

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

ü Henrique Rodriguesa Félix – Titular

ü Delma de Aguiar Sessel – Suplente

Representante dos Servidores Técnico – Administrativos Educacionais das Escolas Básicas Públicas:

ü Vânia Luzia da Silva Abreu – Titular

ü Maria Auxiliadora Lopes Alves – Suplente

Representante dos Pais de Alunos das Escolas Básicas Públicas:

ü Ana Paula da Costa Silva – Titular

ü Camila Dumont Soares – Suplente

ü Kelly Cristina Bicudo de S. Cunha – Titular

ü Moisés Barbosa Queiroz – Suplente

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

ü Clébisson Ivo de Carvalho – Titular

ü Rayane Mendonça daSilveira – Suplente

ü Keila Silva Rodrigues – Titular

ü Juliana Ribeiro Guimarães – Suplente

Representante da Sociedade Civil:

ü Enivaldo Rodrigues Borges – Titular

ü Valdeson Taciano da Silva – Suplente

Representante do Conselho Tutelar:

ü Delma Pereira Carvalho – Titular

ü Sandra Ribeiro Musquim Oliveira – Suplente

Representante do Conselho Municipal de Educação:

ü Débora Denise Prante Ribeiro – Titular

ü Izelman José de Souza – Suplente

Artigo 2º: O Conselho do FUNDEB tem como objetivo ajudar na tarefa de utilizar bem o dinheiro público, realizando Acompanhamento e Controle Social sobre distribuição, a transferência, o planejamento e a aplicação dos recursos do Fundo.

Artigo 3º: As atividades do Conselho do FUNDEB são voluntárias, sendo considerados serviços públicos relevantes e não serão remuneradas.

Artigo 4º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças- MT, 23 de Maio de 2016. **CEZALPINO MENDES TEIXERIA JUNIOR.** Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 033, DE 20 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 27 DE MAIO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município;**

D E C R E T A:

Art. 1º: Fica decretado **Ponto Facultativo no dia 27 de Maio de 2016**, sexta-feira, nas repartições públicas municipais, devido ao feriado nacional do dia 26 de Maio de 2016, Corpus Christi.

Parágrafo Único - O "*caput*" deste artigo, não se aplica aos órgãos que desenvolvam atividades/serviços essenciais e emergenciais, tais como: saúde, limpeza pública e serviços de manutenção de água que, por sua natureza ou em razão do interesse público, tornem indispensável à continuidade do serviço, cujos respectivos Secretários deverão designar servidores para permanecer de sobreaviso, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças, 20 de Maio de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 084 DE 23 MAIO DE 2016.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA II

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

R e s o l v e:

Artigo 1º- Substitui Membro da Comissão de Acompanhamento de Obras do Programa Minha Casa, Minha Vida II.

Artigo 2º: Ficam nomeados os seguintes membros da Comissão de Acompanhamento de Obras do Programa Minha Casa, Minha Vida II.

REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Andreia Cassol

CPF: 000.825.481-88

RG: 1411309-0 SSP/MT

Representantes Do Poder executivo

Titular: Fernanda Batista Mendonça

CPF: 015.884.491-22

RG: 53.989.434-5 SSP/SP

Suplente: Terezinha Mendes Teixeira

CPF: 172.428.001-53

RG: 096.425 SSP/MT

REPRESENTANTES DOS BENEFICIÁRIOS E/ CONTEMPLADOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA II

Titular: Alexandro Marciel Jost

CPF: 999.339.181-68

RG: 14261766 SSP/MT

Titular: Queli Janice Jost

CPF: 019.773.131-75

RG: 18390862 SSP/MT

Titular: Baldoina Neta Bessa.

CPF: 458.366.801-59

RG: 06562760 SSP/MT

Suplente: José Pereira de Souza

CPF: 325.679.281-20

RG: 431102 SSP/MT

Suplente: Rosimar Pereira de Souza

CPF: 429.587.921-53

RG: 18292 SSP/MT

Suplente: Celina Bento Ferreira,

CPF: 018.725.491-52

RG: 1832253-0 SSP/MT

Artigo 3º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/04/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 23 de Maio de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2016

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.153.412,96	0,00
Pessoal Ativo	16.149.892,96	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	3.520,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**16.153.412,96**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**35.233.331,45**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**16.153.412,96**	**45,85**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**21.139.998,87**	**60,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**20.082.998,93**	**57,00**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**19.025.998,98**	**54,00**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**439,84**	**439,84**	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	439,84	439,84	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**6.201.458,07**	**8.072.500,68**	**—**	**—**
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.522.209,49	8.564.697,06	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	320.751,42	492.196,38	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**-6.201.018,23**	**-8.072.060,84**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**30.961.871,17**	**35.233.331,45**	**0,00**	**0,00**
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	**0,00%**	**0,00%**		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	**-20,03%**	**-22,91%**		**0,00%**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**37.154.245,40**	**42.279.997,74**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**33.438.820,86**	**38.051.997,97**	**0,00**	**0,00**

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	83.081,69	200.106,21	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	895.119,52	4.687.951,95	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	**0,00**	**29.461,89**	**0,00**	**0,00**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**30.961.871,17**	**35.233.331,45**	**0,00**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	**6.811.611,66**	**7.751.332,92**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	**6.130.450,49**	**6.976.199,63**	**0,00**	**0,00**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	**0,00**	**0,00**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**35.233.331,45**	—
OPERAÇÕES VEDADAS	**0,00**	**0,00**
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	**0,00**	**0,00**
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	**0,00**	**0,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	**0,00**	**0,00**
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	**5.637.333,03**	**16,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	**5.073.599,73**	**14,40**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**2.466.333,20**	**7,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	**0,00**	**0,00**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica -	554.649,35	0,00	31.854,46	0,00	0,00	522.794,89	257.225,84	0,00
Outras. Transf. de REc. do FNDE	(48.813,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	(48.813,58)	0,00	0,00
Receitas de impostos e de transferencias de impostos - Educaçã	166.722,04	0,00	50.235,58	0,00	29.867,08	86.619,38	231.991,73	0,00
Recurso de Convênio e Programa Saúde	1.726,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.726,69	0,00	0,00
Recurso Educação 25%	36.464,43	0,00	0,00	0,00	0,00	36.464,43	0,00	0,00
Recursos do Fundo de Transporte e Habitação	41.657,16	0,00	0,00	0,00	0,00	41.657,16	0,00	0,00
Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	1.567.190,09	0,00	0,00	36.692,20	0,00	1.530.497,89	4.000,00	0,00
Transf. de Recursos do FNAS	178.234,58	0,00	12.871,41	15,00	0,00	165.348,17	12.961,15	0,00
Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - ESTADO	431.163,79	5.174,50	9.634,52	5.963,38	0,00	410.391,39	111.613,74	0,00
Transferencia de Convenios - Educação	243.108,40	0,00	3.345,63	0,00	0,00	239.762,77	90.085,96	0,00
Transferencia de convenios - Saúde	4,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4,54	0,00	0,00
Transferencia de Recursos do FNDE -	0,00	0,00	6.138,16	280,23	0,00	(6.418,39)	106.192,37	0,00
Transferencia de Recursos do FNDE -	326.090,94	0,00	0,00	0,00	0,00	326.090,94	0,00	0,00
Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	1.892.605,85	0,00	19.668,22	397.359,13	11.013,44	1.464.565,06	89.171,51	0,00
Transferencia do Fundeb - 40% -	146.932,61	0,00	13.238,24	0,00	11.614,72	122.079,65	0,00	0,00
Transferncia do Fundeb - 60%	(144.353,41)	0,00	25.488,15	0,00	29.363,02	(199.204,58)	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.393.383,48	5.174,50	172.474,37	440.309,94	81.858,26	4.693.566,41	903.242,30	0,00
Outros Recursos	1.330.214,38	0,00	0,00	27.999,69	21.012,64	1.281.202,05	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos Saude	922.493,59	0,00	95.945,58	0,00	25.763,25	800.784,76	710.590,55	0,00
Recurso Saúde	(213.244,08)	0,00	0,00	112.361,04	0,00	(325.605,12)	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	426,56	(426,56)	0,00	0,00
Recursos Ornidarios	1.262.160,33	0,00	218.601,93	0,00	71.472,06	972.086,34	2.020.000,08	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	(584.147,86)	0,00	0,00	0,00	0,00	(584.147,86)	0,00	0,00
Transf. de ConvEnios - Outros(não relacionados a educação/saud	447.140,04	0,00	0,00	31.355,18	0,00	415.784,86	439.611,67	0,00
Transferência de Recursos do Estado para açõpes de Assistência	6.697,18	0,00	0,00	0,00	0,00	6.697,18	2.481,50	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.171.313,58	0,00	314.547,51	171.715,91	118.674,51	2.566.375,65	3.172.683,80	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.564.697,06	5.174,50	487.021,88	612.025,85	200.532,77	7.259.942,06	4.075.926,10	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	29.461,89	(29.461,89)	0,00	0,00

FONTE:
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	35.233.331,45

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.337.863,00	43,53
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	19.025.998,98	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	18.074.699,03	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.193.401,88	-23,25
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.279.997,74	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.751.332,92	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.637.333,03	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.466.333,20	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.075.926,10	7.259.942,06

FONTE:

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 06/2016/GP/SOF

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à legislação pertinente em vigor,

FAZ SABER a quem interessar possa, **QUE** em cumprimento à legislação pertinente em vigor, com especificidade para o que consta no art. 37 da Constituição da República, no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000(Lei de Responsabilidade Fiscal– LRF),e na Lei Orgânica do Município, no que couber, **que os Relatórios Resumido de Execução Orçamentária – RREO - 2º bimestre/2016 e RGF – Relatório de Gestão Fiscal 1º quadrimestre/2016,** está á disposição nos murais do Poder Legislativo/Câmara Municipal e do Poder Executivo/ Prefeitura Municipal**,** a partir desta data, em cumprimento às exigências e formalidade legais vigentes que disciplinam a matéria.

Alto Garças, 23 de maio de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 18, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 813. 125,00(OITOCENTOS E TREZE MIL, CENTO E VINTE E CINCO REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GABINETE DO PREFEITO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1046 de 11 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 892. 325,00(oitocentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:**

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.027	4.4.90.52.00.00.00.00	14.850,00
2.086	3.3.90.30.00.00.00.00	2.482,00
2.086	3.3.90.39.00.00.00.00	16.536,00
2.021	3.3.90.39.00.00.00.00	23.103,00
2.086	3.3.90.39.00.00.00.00	5.576,00
2.021	3.3.90.39.00.00.00.00	23.103,00
2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	3.260,00
2.082	3.3.90.39.00.00.00.00	174.000,00
2.038	3.1.90.11.00.00.00.00	2.000,00
1.017	3.3.90.30.00.00.00.00	333.375,00
1.015	4.4.90.51.00.00.00.00	40.000,00
2.056	3.3.90.39.00.00.00.00	27.500,00
2.006	3.3.90.36.00.00.00.00	9.820,00
1.037	4.4.90.52.00.00.00.00	27.500,00
1.003	4.4.90.61.00.00.00.00	9.820,00
2.056	3.3.90.39.00.00.00.00	35.800,00
2.041	3.3.90.92.00.00.00.00	6.200,00
2.056	3.3.90.93.00.00.00.00	53.200,00
2.086	3.3.90.39.00.00.00.00	5.000,00
2.110	3.3.90.39.00.00.00.00	79.200,00
TOTAL	**892.325,00**	

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.033	4.4.90.52.00.00.00.00	14.850,00
2.068	3.3.90.32.00.00.00.00	2.482,00
2.063	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.074	3.3.90.32.00.00.00.00	6.536,00
2.027	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.020	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
1.034	4.4.90.52.00.00.00.00	3.103,00
2.063	3.3.90.30.00.00.00.00	5.576,00
2.027	4.4.90.52.00.00.00.00	13.103,00
1.029	4.4.90.51.00.00.00.00	2.500,00
1.030	4.4.90.51.00.00.00.00	2.500,00
1.031	4.4.90.52.00.00.00.00	5.000,00
2.038	4.4.90.52.00.00.00.00	3.260,00
1.117	4.4.90.52.00.00.00.00	40.000,00
1.119	4.4.90.51.00.00.00.00	80.000,00
1.129	4.4.90.51.00.00.00.00	54.000,00
1.016	4.4.90.52.00.00.00.00	90.000,00
1.019	3.3.90.30.00.00.00.00	60.000,00
1.022	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
1.024	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
1.025	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
2.477	3.3.90.30.00.00.00.00	75.375,00
1.037	4.4.90.52.00.00.00.00	27.500,00
1.003	4.4.90.61.00.00.00.00	9.820,00
1.038	4.4.90.52.00.00.00.00	42.000,00
2.063	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
1.037	4.4.90.52.00.00.00.00	30.000,00
2.038	4.4.90.52.00.00.00.00	10.000,00
2.040	4.4.90.52.00.00.00.00	10.000,00
2.056	3.3.90.35.00.00.00.00	30.000,00
2.056	3.3.90.32.00.00.00.00	10.520,00
1.117	4.4.90.52.00.00.00.00	30.000,00
1.131	4.4.90.52.00.00.00.00	49.200,00
TOTAL	**892.325,00**	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte e dois dias do mês de março de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 083, DE 23 DE MAIO DE 2016

REVOGA e TORNA SEM EFEITO A PORTARIA 081/2016.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município,**

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar e tornar sem efeito a Portaria 081/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 23 de Maio de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria nº 069/2016, de 02 de maio de 2016, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO, TEMÁTICO E DE EXPOSIÇÕES E RODEIOS DE ALTO GARÇAS - MT (2º ETAPA), REF. CONVÊNIO Nº 805364/2014-MTUR, CELEBRADO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS E O GOVERNO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL."** Temos a informar o seguinte: Após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra se vencedora a Empresa: PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 155.687/0001-22, estabelecida na Rua Arnaldo Ardor n° 47 sala 01, Centro, Cuiabá - MT, com o valor de R$ 1.322.930,54 (hum milhão trezentos e vinte e dois mil novecentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), conforme Edital do Processo. Alto Garças–MT, 24 de maio de 2016. Merques Ap. Xavier -Presidente da CPL.

Município de Alto Garças - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**36.397.753,40**	**36.397.753,40**	**5.874.407,74**	**16,14**	**11.603.202,23**	**31,88**	**24.794.551,17**
RECEITAS CORRENTES	**35.247.753,40**	**35.247.753,40**	**5.874.407,74**	**16,67**	**11.603.202,23**	**32,92**	**23.644.551,17**
RECEITA TRIBUTARIA	3.388.061,99	3.388.061,99	762.305,27	22,50	1.184.065,61	34,95	2.203.996,38
IMPOSTOS	2.994.526,22	2.994.526,22	644.738,46	21,53	960.925,55	32,09	2.033.600,67
TAXAS	393.535,77	393.535,77	117.566,81	29,87	223.140,06	56,70	170.395,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	605.100,00	605.100,00	40.038,89	6,62	165.195,23	27,30	439.904,77
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	605.100,00	605.100,00	40.038,89	6,62	165.195,23	27,30	439.904,77
RECEITA PATRIMONIAL	385.530,00	385.530,00	128.129,84	33,23	236.897,28	61,45	148.632,72
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	385.530,00	385.530,00	128.129,84	33,23	236.897,28	61,45	148.632,72
RECEITA DE SERVIÇOS	1.817.200,00	1.817.200,00	305.654,33	16,82	486.650,92	26,78	1.330.549,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.207.497,21	28.207.497,21	4.500.312,22	15,95	9.329.308,26	33,07	18.878.188,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.756.938,25	27.756.938,25	4.401.920,92	15,86	9.230.916,96	33,26	18.526.021,29
TRANSF. DE CONV.	450.558,96	450.558,96	98.391,30	21,84	98.391,30	21,84	352.167,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	844.364,20	844.364,20	137.967,19	16,34	201.084,93	23,81	643.279,27
MULTAS E JUROS DE MORA	158.553,26	158.553,26	38.156,27	24,07	56.376,15	35,56	102.177,11
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	45.968,13	45.968,13	7.512,66	16,34	10.146,17	22,07	35.821,96
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	609.415,80	609.415,80	89.566,42	14,70	125.596,77	20,61	483.819,03
RECEITAS DIVERSAS	30.427,01	30.427,01	2.731,84	8,98	8.965,84	29,47	21.461,17
RECEITAS DE CAPITAL	**1.150.000,00**	**1.150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.150.000,00**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**36.397.753,40**	**36.397.753,40**	**5.874.407,74**	**16,14**	**11.603.202,23**	**31,88**	**24.794.551,17**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**36.397.753,40**	**36.397.753,40**	**5.874.407,74**	**16,14**	**11.603.202,23**	**31,88**	**24.794.551,17**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	36.397.753,40	36.397.753,40	5.874.407,74	16,14	11.603.202,23	31,88	24.794.551,17
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**34.917.753,40**	**35.717.558,78**	**5.819.356,71**	**13.178.145,14**	**22.539.413,64**	**5.156.781,64**	**9.102.219,04**	**26.615.339,74**	**8.615.197,16**
DESPESAS CORRENTES	**28.569.967,52**	**28.196.698,92**	**5.398.596,28**	**11.685.519,38**	**16.511.179,54**	**4.802.285,16**	**8.563.447,87**	**19.633.251,05**	**8.076.425,99**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	12.321.882,20	12.583.428,66	2.566.345,69	4.897.121,45	7.686.307,21	2.566.345,69	4.897.121,45	7.686.307,21	4.695.514,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.248.085,32	15.613.270,26	2.832.250,59	6.788.397,93	8.824.872,33	2.235.939,47	3.666.326,42	11.946.943,84	3.380.911,15
DESPESAS DE CAPITAL	**5.955.516,64**	**7.321.923,12**	**420.760,43**	**1.492.625,76**	**5.829.297,36**	**354.496,48**	**538.771,17**	**6.783.151,95**	**538.771,17**
INVESTIMENTOS	5.655.516,64	7.067.433,36	420.760,43	1.352.625,76	5.714.807,60	330.685,14	491.451,42	6.575.981,94	491.451,42
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	300.000,00	254.489,76	0,00	140.000,00	114.489,76	23.811,34	47.319,75	207.170,01	47.319,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**392.269,24**	**198.936,74**	**0,00**	**0,00**	**198.936,74**	**0,00**	**0,00**	**198.936,74**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	392.269,24	198.936,74	0,00	0,00	198.936,74	0,00	0,00	198.936,74	0,00
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**34.917.753,40**	**35.717.558,78**	**5.819.356,71**	**13.178.145,14**	**22.539.413,64**	**5.156.781,64**	**9.102.219,04**	**26.615.339,74**	**8.615.197,16**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**34.917.753,40**	**35.717.558,78**	**5.819.356,71**	**13.178.145,14**	**22.539.413,64**	**5.156.781,64**	**9.102.219,04**	**26.615.339,74**	**8.615.197,16**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.500.983,19	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.917.753,40	35.717.558,78	5.819.356,71	13.178.145,14	—	5.156.781,64	11.603.202,23	—	8.615.197,16

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.917.753,40	35.717.558,78	5.819.356,71	13.178.145,14	100,00	22.539.413,64	5.156.781,64	9.102.219,04	100,00	26.615.339,74
Administração	8.228.094,45	7.853.571,45	1.557.832,19	3.389.186,20	25,72	4.464.385,25	1.405.136,73	2.435.698,70	26,76	5.417.872,75
Administração Geral	3.572.094,45	3.481.967,91	722.925,18	1.411.743,27	10,71	2.070.224,64	552.295,13	1.011.753,01	11,12	2.470.214,90
Administração Financeira	50.000,00	44.968,95	0,00	0,00	0,00	44.968,95	0,00	0,00	0,00	44.968,95
Administração de Receitas	1.587.000,00	1.524.000,00	361.543,74	616.678,10	4,68	907.321,90	221.030,19	375.933,18	4,13	1.148.066,82
Infra-Estrutura Urbana	2.648.000,00	2.431.634,59	464.619,87	1.346.670,43	10,22	1.084.964,16	623.068,01	1.033.918,11	11,36	1.397.716,48
Serviços Urbanos	317.000,00	317.000,00	8.743,40	14.094,40	0,11	302.905,60	8.743,40	14.094,40	0,15	302.905,60
Turismo	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Segurança Pública	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Administração Geral	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Assistência Social	1.842.045,40	1.916.545,40	257.628,39	549.379,19	4,17	1.367.166,21	237.687,98	401.947,46	4,42	1.514.597,94
Administração Geral	326.100,00	338.100,00	48.758,99	93.379,46	0,71	244.720,54	48.758,99	93.379,46	1,03	244.720,54
Assistência ao Idoso	292.680,32	257.104,32	4.760,00	59.020,00	0,45	198.084,32	13.760,00	18.520,00	0,20	238.584,32
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	572.148,15	622.259,15	94.994,99	152.097,12	1,15	470.162,03	67.535,43	121.868,08	1,34	500.391,07
Assistência Comunitária	646.116,93	694.081,93	109.114,41	244.882,61	1,86	449.199,32	107.633,56	168.179,92	1,85	525.902,01
Saúde	7.241.010,58	7.287.620,58	1.645.169,60	3.338.200,23	25,33	3.949.420,35	1.408.382,15	2.426.824,43	26,66	4.860.796,15
Administração Geral	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	35.500,00
Atenção Básica	5.949.552,50	6.008.300,44	1.495.280,70	3.129.437,91	23,75	2.878.862,53	1.308.016,34	2.325.258,62	25,55	3.683.041,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	848.331,90	807.048,90	144.241,20	158.988,17	1,21	648.060,73	61.551,07	61.551,07	0,68	745.497,83
Suporte Profilático e Terapêutico	189.639,28	200.156,84	0,00	36.636,45	0,28	163.520,39	31.932,54	31.932,54	0,35	168.224,30
Vigilância Sanitária	74.086,90	76.594,40	4.103,50	4.103,50	0,03	72.490,90	0,00	0,00	0,00	76.594,40
Vigilância Epidemiológica	143.900,00	160.020,00	1.544,20	9.034,20	0,07	150.985,80	6.882,20	8.082,20	0,09	151.937,80
Trabalho	405.348,98	405.348,98	100.000,00	200.000,00	1,52	205.348,98	61.903,28	114.936,63	1,26	290.412,35
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	405.348,98	405.348,98	100.000,00	200.000,00	1,52	205.348,98	61.903,28	114.936,63	1,26	290.412,35
Educação	7.232.684,75	7.620.185,69	1.596.131,12	2.860.691,21	21,71	4.759.494,48	1.457.390,08	2.432.421,15	26,72	5.187.764,54
Administração Geral	146.420,22	270.220,22	12.897,57	12.897,57	0,10	257.322,65	12.897,57	12.897,57	0,14	257.322,65
Alimentação e Nutrição	282.978,11	272.978,11	55.928,95	97.346,15	0,74	175.631,96	59.046,78	59.046,78	0,65	213.931,33
Ensino Fundamental	3.471.111,83	3.796.085,15	1.056.551,61	1.778.028,64	13,49	2.018.056,51	948.246,06	1.537.462,83	16,89	2.258.622,32
Ensino Médio	1.351,19	1.351,19	0,00	0,00	0,00	1.351,19	0,00	0,00	0,00	1.351,19
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	0,00	90.000,00	0,68	30.000,00	9.000,00	9.000,00	0,10	111.000,00
Educação Infantil	3.210.823,40	3.159.551,02	470.752,99	882.418,85	6,70	2.277.132,17	428.199,67	814.013,97	8,94	2.345.537,05

Continua 1/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.917.753,40	35.717.558,78	5.819.356,71	13.178.145,14	100,00	22.539.413,64	5.156.781,64	9.102.219,04	100,00	26.615.339,74
Cultura	843.000,00	596.000,00	79,39	312.888,52	2,37	283.111,48	3.926,77	261.749,92	2,88	334.250,08
Difusão Cultural	843.000,00	596.000,00	79,39	312.888,52	2,37	283.111,48	3.926,77	261.749,92	2,88	334.250,08
Urbanismo	2.040.000,00	3.289.792,18	0,00	495.188,14	3,76	2.794.604,04	0,00	43.196,77	0,47	3.246.595,41
Infra-Estrutura Urbana	2.040.000,00	3.289.792,18	0,00	495.188,14	3,76	2.794.604,04	0,00	43.196,77	0,47	3.246.595,41
Saneamento	2.186.200,00	2.305.000,00	565.516,02	1.262.467,46	9,58	1.042.532,54	395.271,95	670.347,03	7,36	1.634.652,97
Administração Geral	1.025.100,00	1.129.100,00	486.316,02	891.967,46	6,77	237.132,54	240.034,07	422.809,15	4,65	706.290,85
Saneamento Básico Urbano	1.161.100,00	1.175.900,00	79.200,00	370.500,00	2,81	805.400,00	155.237,88	247.537,88	2,72	928.362,12
Gestão Ambiental	0,00	60.000,00	54.000,00	54.000,00	0,41	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,07	54.000,00
Controle Ambiental	0,00	60.000,00	54.000,00	54.000,00	0,41	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,07	54.000,00
Agricultura	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Extensão Rural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Energia	667.100,00	667.100,00	0,00	396.000,00	3,00	271.100,00	66.259,36	138.774,16	1,52	528.325,84
Energia Elétrica	667.100,00	667.100,00	0,00	396.000,00	3,00	271.100,00	66.259,36	138.774,16	1,52	528.325,84
Transporte	2.961.000,00	2.656.068,00	30.000,00	114.800,00	0,87	2.541.268,00	66.507,89	91.947,89	1,01	2.564.120,11
Administração Geral	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Transporte Rodoviário	2.961.000,00	2.476.068,00	30.000,00	114.800,00	0,87	2.361.268,00	66.507,89	91.947,89	1,01	2.384.120,11
Desporto e Lazer	494.000,00	521.900,00	13.000,00	65.344,19	0,50	456.555,81	24.504,11	31.055,15	0,34	490.844,85
Desporto Comunitário	494.000,00	521.900,00	13.000,00	65.344,19	0,50	456.555,81	24.504,11	31.055,15	0,34	490.844,85
Encargos Especiais	300.000,00	254.489,76	0,00	140.000,00	1,06	114.489,76	23.811,34	47.319,75	0,52	207.170,01
Serviço da Dívida Interna	300.000,00	254.489,76	0,00	140.000,00	1,06	114.489,76	23.811,34	47.319,75	0,52	207.170,01

Continua 2/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.917.753,40	35.717.558,78	5.819.356,71	13.178.145,14	100,00	22.539.413,64	5.156.781,64	9.102.219,04	100,00	26.615.339,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	392.269,24	198.936,74	0,00	0,00	0,00	198.936,74	0,00	0,00	0,00	198.936,74
TOTAL (III) = (I + II)	34.917.753,40	35.717.558,78	5.819.356,71	13.178.145,14	100,00	22.539.413,64	5.156.781,64	9.102.219,04	100,00	26.615.339,74

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Continua 3/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Set/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.684.632,90**	**2.802.481,85**	**3.071.364,28**	**2.969.987,28**	**2.936.727,83**	**2.751.914,12**	**2.634.163,99**	**3.516.382,75**	**2.824.796,65**	**3.662.552,15**	**3.606.854,82**	**2.809.327,78**	**36.271.186,40**	**38.555.318,91**
RECEITA TRIBUTARIA	223.173,60	251.820,79	277.915,96	385.974,88	356.551,00	307.313,21	143.417,32	198.507,71	166.618,77	265.387,82	128.828,68	175.018,50	2.880.528,24	2.486.329,17
I.P.T.U.	21.612,47	24.913,05	45.506,60	170.538,81	169.587,35	2.342,89	2.856,46	3.495,55	3.960,95	27.769,57	2.587,65	9.521,80	484.693,15	650.000,00
I.R.R.F	21.918,33	23.030,29	39.949,25	31.312,51	38.186,31	29.860,67	29.943,68	31.969,60	33.029,00	38.034,18	30.225,91	33.523,90	380.983,63	420.000,00
I.S.S.	81.158,48	181.469,27	162.236,77	140.857,20	101.784,16	260.831,28	81.628,46	112.680,92	84.975,22	183.589,98	52.031,15	58.269,37	1.501.512,26	869.444,47
I.T.B.I.	3.737,45	8.994,32	17.534,73	13.320,79	19.016,48	4.472,88	17.611,09	35.711,82	33.606,14	5.949,93	1.699,01	10.415,14	172.069,78	153.348,93
Outras Receitas Tributárias	94.746,87	13.413,86	12.688,61	29.945,57	27.976,70	9.805,49	11.377,63	14.649,82	11.047,46	10.044,16	42.284,96	63.288,29	341.269,42	393.535,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	42.107,23	49.186,06	0,00	53.389,76	105.843,63	89.641,70	38.286,95	16.863,73	54.546,74	35.863,93	72.786,90	52.369,44	610.886,07	605.100,00
RECEITA PATRIMONIAL	35.207,89	33.923,64	41.260,35	45.118,30	50.545,56	46.523,12	45.986,50	80.016,41	47.148,89	52.381,64	51.581,29	56.605,87	586.299,46	351.530,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	85.703,45	77.697,54	75.334,12	84.091,39	84.407,41	96.460,31	116.593,55	99.930,80	104.763,16	116.316,52	77.881,48	103.115,11	1.122.296,84	1.817.200,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.233.298,28	2.323.351,26	2.599.223,97	2.362.092,77	2.284.982,06	2.182.455,32	2.254.275,48	3.064.351,24	2.417.962,84	3.144.770,81	3.250.625,10	2.384.552,03	30.521.941,16	32.456.324,66
Cota-Parte do F.P.M.	566.455,14	611.355,19	751.796,34	654.139,03	573.004,20	566.503,94	472.297,85	537.553,23	606.939,79	697.911,13	661.218,33	827.397,17	7.526.571,34	9.416.733,21
Cota-Parte do I.C.M.S.	995.820,82	871.896,18	915.346,02	943.860,03	947.496,51	898.431,68	1.091.696,70	995.304,04	882.488,61	1.242.537,94	1.725.117,18	873.820,48	12.383.816,19	11.980.320,14
Cota-Parte do I.P.V.A.	166.070,92	146.986,90	172.780,89	85.174,45	102.969,75	58.569,63	27.110,54	28.069,29	24.206,57	25.655,60	44.345,23	71.907,22	953.846,99	844.392,74
Cota-Parte do ITR.	2.210,52	1.340,96	4.065,32	9.339,66	2.422,98	206,46	2.433,51	578.556,23	146.615,02	58.475,23	38.522,37	3.889,92	848.078,18	800.000,00
Outras Transferências Correntes	219.040,20	404.285,98	432.134,10	374.157,59	390.943,78	382.137,80	382.139,53	637.119,78	482.428,76	776.676,04	339.320,51	301.815,47	5.122.199,54	5.730.688,39
Transferências da LC 61/1989	7.729,80	9.561,48	7.171,21	8.903,82	7.592,11	7.895,14	8.399,62	1.565,43	14.171,81	6.301,49	10.895,26	7.258,04	97.445,21	83.873,59
Transferências da LC 87/1996	0,00	19.265,59	4.816,40	4.816,40	4.816,40	4.816,40	4.816,40	4.816,40	4.816,40	4.816,40	5.161,11	5.161,11	68.119,01	42.755,16
Transferências do FUNDEB	275.970,88	258.658,98	311.113,69	281.701,79	255.736,33	263.894,27	265.381,33	301.366,84	256.295,88	332.396,98	426.045,11	293.302,62	3.521.864,70	3.557.561,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.142,45	66.502,56	77.629,88	39.320,18	54.398,17	29.520,46	35.604,19	36.712,86	33.756,25	47.829,43	25.151,37	37.666,83	549.234,63	838.835,08
DEDUÇÕES (II)	**346.111,40**	**330.168,84**	**369.760,91**	**339.465,77**	**309.301,26**	**305.705,51**	**319.670,89**	**428.859,75**	**333.013,18**	**405.508,17**	**-346.055,62**	**-175.796,31**	**2.965.713,75**	**-2.423.525,17**
Ded de Rec. p/ Form. do FUNDEF/FUNDEB - IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16.774,72
Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96 - 20%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.032,22	-1.032,22	-2.064,44	-10.686,42
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	346.111,40	330.168,84	369.760,91	339.465,77	309.301,26	305.705,51	319.670,89	428.859,75	333.013,18	405.508,17	0,00	0,00	3.487.565,68	0,00
Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-345.023,40	-174.764,09	-519.787,49	-2.396.064,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**2.338.521,50**	**2.472.313,01**	**2.701.603,37**	**2.630.521,51**	**2.627.426,57**	**2.446.208,61**	**2.314.493,10**	**3.087.523,00**	**2.491.783,47**	**3.257.043,98**	**3.952.910,44**	**2.985.124,09**	**33.305.472,65**	**40.978.844,08**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	439,84	439,84	439,84
DEDUÇÕES (II)	6.201.458,07	7.573.577,82	8.072.500,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.522.209,49	7.981.745,95	8.564.697,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	320.751,42	408.168,13	492.196,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.201.018,23	-7.573.137,98	-8.072.060,84
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**-6.201.018,23**	**-7.573.137,98**	**-8.072.060,84**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	**-498.922,86**	**-1.871.042,61**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	439,84	439,84	439,84
DEDUÇÕES (II)	6.201.458,07	7.573.577,82	8.072.500,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.522.209,49	7.981.745,95	8.564.697,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	320.751,42	408.168,13	492.196,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.201.018,23	-7.573.137,98	-8.072.060,84
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**-6.201.018,23**	**-7.573.137,98**	**-8.072.060,84**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	**-498.922,86**	**-1.871.042,61**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**34.862.223,40**	**11.366.304,95**	**9.286.175,38**
Receita Tributária	3.388.061,99	1.184.065,61	765.165,83
I.P.T.U.	650.000,00	127.314,17	70.432,74
I.S.S.	1.763.677,29	571.049,14	370.395,15
I.T.B.I.	160.848,93	134.113,14	30.668,18
I.R.R.F.	420.000,00	128.449,10	97.443,75
Outras Receitas Tributárias	393.535,77	223.140,06	196.226,01
Receita de Contribuição	605.100,00	165.195,23	180.558,39
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	605.100,00	165.195,23	180.558,39
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	385.530,00	236.897,28	119.092,18
(-) Aplicações Financeiras	385.530,00	236.897,28	119.092,18
Transferências Correntes	28.207.497,21	9.329.308,26	7.782.888,74
F.P.M.	7.533.387,17	2.070.042,47	2.173.919,79
I.P.V.A	844.392,74	341.981,00	390.066,49
I.C.M.S.	9.584.256,11	3.816.979,92	2.821.590,83
Convênios	450.558,96	98.391,30	171.644,42
Outras Transferências Correntes	9.794.902,23	3.001.913,57	2.225.667,21
Demais Receitas Correntes	2.661.564,20	687.735,85	557.562,42
Dívida Ativa	609.415,80	125.596,77	154.540,64
Diversas Receitas Correntes	2.052.148,40	562.139,08	403.021,78
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.150.000,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.150.000,00	0,00	0,00
Convênios	1.150.000,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**1.150.000,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**36.012.223,40**	**11.366.304,95**	**9.286.175,38**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**28.196.698,92**	**11.685.519,38**	**9.056.282,29**	**8.563.447,87**	**6.773.853,20**
Pessoal e Encargos Sociais	12.583.428,66	4.897.121,45	4.210.670,79	4.897.121,45	4.210.670,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.613.270,26	6.788.397,93	4.845.611,50	3.666.326,42	2.563.182,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**28.196.698,92**	**11.685.519,38**	**9.056.282,29**	**8.563.447,87**	**6.773.853,20**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**7.321.923,12**	**1.492.625,76**	**1.359.156,14**	**538.771,17**	**387.257,50**
Investimentos	7.067.433,36	1.352.625,76	789.156,14	491.451,42	83.598,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	254.489,76	140.000,00	570.000,00	47.319,75	303.658,66
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**7.067.433,36**	**1.352.625,76**	**789.156,14**	**491.451,42**	**83.598,84**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**198.936,74**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**35.463.069,02**	**13.038.145,14**	**9.845.438,43**	**9.054.899,29**	**6.857.452,04**

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**549.154,38**	**-1.671.840,19**	**-559.263,05**	**2.311.405,66**	**2.428.723,34**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	320.751,42	315.576,92	-	5.174,50	100.940,99	794.178,53	283.093,67	283.093,67	-	612.025,85	617.200,35
EXECUTIVO	0,00	320.751,42	315.576,92	0,00	5.174,50	100.940,99	794.178,53	283.093,67	283.093,67	0,00	612.025,85	617.200,35
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	320.751,42	315.576,92	0,00	5.174,50	100.940,99	794.178,53	283.093,67	283.093,67	0,00	612.025,85	617.200,35
GABINETE DO PREFEITO	0,00	7.899,22	7.899,22	0,00	0,00	0,00	348,21	348,21	348,21	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TU	0,00	7.412,53	7.412,53	0,00	0,00	0,00	1.694,72	0,00	0,00	0,00	1.694,72	1.694,72
SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RI	0,00	2.663,90	2.663,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	9.981,12	9.981,12	0,00	0,00	0,00	20.064,82	19.784,59	19.784,59	0,00	280,23	280,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	12.125,48	12.125,48	0,00	0,00	0,00	25.949,37	5.571,80	5.571,80	0,00	20.377,57	20.377,57
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	15.408,29	15.408,29	0,00	0,00	0,00	6.835,37	6.761,83	6.761,83	0,00	73,54	73,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJ/	0,00	82.977,84	82.977,84	0,00	0,00	0,00	14.049,98	14.028,83	14.028,83	0,00	21,15	21,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	95.151,79	95.151,79	0,00	0,00	0,00	256.157,68	213.617,77	213.617,77	0,00	42.539,91	42.539,91
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	31.355,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	87.131,25	81.956,75	0,00	5.174,50	69.585,81	469.078,38	22.980,64	22.980,64	0,00	515.683,55	520.858,05
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**0,00**	**320.751,42**	**315.576,92**	**0,00**	**5.174,50**	**100.940,99**	**794.178,53**	**283.093,67**	**283.093,67**	**0,00**	**612.025,85**	**617.200,35**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.873.667,76	1.873.667,76	509.264,97	27,18
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	663.469,75	663.469,75	115.218,86	17,37
1.1.1- IPTU	162.500,00	162.500,00	31.828,66	19,59
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	234,40	234,40	212,92	90,84
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	468.000,00	468.000,00	73.587,27	15,72
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	32.735,35	32.735,35	9.590,01	29,30
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	–	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	141.348,93	141.348,93	41.650,02	29,47
1.2.1- ITBI	141.348,93	141.348,93	41.650,02	29,47
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	648.849,08	648.849,08	223.946,99	34,51
1.3.1- ISS	645.886,26	645.886,26	193.855,92	30,01
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	846,52	846,52	240,02	28,35
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	–	0,00	28.150,79	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.116,30	2.116,30	1.700,26	80,34
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	–	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	128.449,10	30,58
1.4.1- IRRF	420.000,00	420.000,00	128.449,10	30,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	–	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	–	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	3.149.314,98	3.149.314,98	1.271.473,13	40,37
2.1- Cota-Parte FPM	–	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	–	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	–	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	–	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.114.883,24	3.114.883,24	1.240.518,43	39,83
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	10.688,79	10.688,79	5.161,12	48,29
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	20.968,40	20.968,40	7.904,12	37,70
2.5- Cota-Parte ITR	-50.000,00	-50.000,00	-3.484,53	6,97
2.6- Cota-Parte IPVA	52.774,55	52.774,55	21.373,99	40,50
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	5.022.982,74	5.022.982,74	1.780.738,10	35,45

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	–	109.076,03	54.390,65	49,86
5.1- Transferências do Salário-Educação	–	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	–	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	9.280,22	9.280,22	3.026,22	32,61
5.5- Outras Transferências do FNDE	95.365,81	95.365,81	51.364,43	53,86
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.430,00	4.430,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	–	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	643.376,53	643.376,53	212.320,11	33,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	752.452,56	752.452,56	266.710,76	35,45

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.834.623,35	2.834.623,35	1.057.807,05	37,32
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	–	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.396.064,03	2.396.064,03	954.244,88	39,83
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.686,42	10.686,42	4.128,88	38,64
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.774,72	16.774,72	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200.000,00	200.000,00	13.938,19	6,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	211.098,18	211.098,18	85.495,10	40,50
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	–	3.657.561,43	1.340.478,47	36,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.557.561,43	3.557.561,43	1.325.001,06	37,24
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	15.477,41	15,48
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	722.938,08	722.938,08	267.194,01	36,96
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	–
16.1 - FUNDEB 60%	–
16.2 - FUNDEB 40%	–
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	100,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	1.255.745,69	1.255.745,69	445.184,53	35,45

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	25.000,00	25.000,00	6.035,63	24,14	3.432,71	13,73
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	25.000,00	25.000,00	6.035,63	24,14	3.432,71	13,73

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	267.194,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	15.477,41
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO[4] ENSINO	–
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	282.671,42
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	-282.671,42
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	–

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	196.500,00	186.734,00	151.846,55	81,32	112.700,77	60,35
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.357.864,53	4.367.630,53	1.097.032,92	25,12	1.018.491,43	23,32
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.554.364,53	4.554.364,53	1.248.879,47	27,42	1.131.192,20	24,84
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.579.364,53	4.579.364,53	1.254.915,10	27,40	1.134.624,91	24,78

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	280,23	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	280,23	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	116.596,08	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.325.001,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	-521.633,78	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	-521.633,78	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.477,41	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.978.708,33	0,00

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.321.923,12	1.492.625,76	538.771,17	0,00	5.829.297,36
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**7.321.923,12**	**1.492.625,76**	**538.771,17**	**0,00**	**5.829.297,36**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-7.321.923,12**	**-1.492.625,76**	**-**	**-**	**-5.829.297,36**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	233,64	0,00	233,64

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.793.666,36	7.126.830,33	3.330.200,24	46,73	2.418.824,45	33,94
Pessoal e Encargos Sociais	2.835.440,15	2.941.440,15	1.460.769,72	49,66	1.460.769,72	49,66
Outras Despesas Correntes	3.958.226,21	4.185.390,18	1.869.430,52	44,67	958.054,73	22,89
DESPESAS DE CAPITAL	447.344,22	160.790,25	7.999,99	4,98	7.999,98	4,98
Investimentos	447.344,22	160.790,25	7.999,99	4,98	7.999,98	4,98

Continua 1/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	447.344,22	160.790,25	7.999,99	4,98	7.999,98	4,98
Investimentos	447.344,22	160.790,25	7.999,99	4,98	7.999,98	4,98
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.241.010,58	7.287.620,58	3.338.200,23	45,81	2.426.824,43	33,30

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.241.010,58	7.287.620,58	3.338.200,23	100,00	2.426.824,43	100,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	7.241.010,58	7.287.620,58	3.338.200,23	100,00	2.426.824,43	100,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.241.010,58	7.287.620,58	3.338.200,23	100,00	2.426.824,43	100,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	-0,00	-0,00	0,00	0,00	-0,00	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100][6]	0,00

Continua 2/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.949.552,50	6.008.300,44	3.129.437,91	93,75	2.325.258,62	95,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	848.331,90	807.048,90	158.988,17	4,76	61.551,07	2,54
Suporte Profilático e Terapêutico	189.639,28	200.156,84	36.636,45	1,10	31.932,54	1,32
Vigilância Sanitária	74.086,90	76.594,40	4.103,50	0,12	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	143.900,00	160.020,00	9.034,20	0,27	8.082,20	0,33
Outras Subfunções	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**7.241.010,58**	**7.287.620,58**	**3.338.200,23**	**100,00**	**2.426.824,43**	**100,00**

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

[6] No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Alto Garças, 24/05/2016

Município de Alto Garças - MT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	—	36.397.753,40
Previsão Atualizada	—	36.397.753,40
Receitas Realizadas	5.874.407,74	11.603.202,23
Déficit Orçamentário	—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	0,00
DESPESAS		
Dotação Inicial	—	34.917.753,40
Créditos Adicionais	—	799.805,38
Dotação Atualizada	—	35.717.558,78
Despesas Empenhadas	5.819.356,71	13.178.145,14
Despesas Liquidadas	5.156.781,64	9.102.219,04
Superavit Orçamentário	—	2.500.983,19

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	5.819.356,71	13.178.145,14
Despesas Liquidadas	5.156.781,64	9.102.219,04

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	35.233.331,45

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-1.871.042,61	0,00
Resultado Primário	0,00	2.311.405,66	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	895.119,52	0,00	283.093,67	612.025,85
EXECUTIVO	895.119,52	0,00	283.093,67	612.025,85
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	320.751,42	0,00	315.576,92	5.174,50
EXECUTIVO	320.751,42	0,00	315.576,92	5.174,50
TOTAL:	**1.215.870,94**	**0,00**	**598.670,59**	**617.200,35**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	-282.671,42	25%	-15,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	538.771,17	6.783.151,95

Continua 1/2

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
PRORROGAÇÃO TP 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

Processo Administrativo nº: 00005001/2015

PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 006/2016, por determinação do EXMO. SR. Prefeito do Município de Alto Paraguai-MT, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação, **data de 31 de Maio de 2016, às 09:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, sito à Avenida Presidente Médici, n° 470, Centro, Alto Paraguai-MT**, na modalidade **Tomada de Preço**, do tipo **MENOR PREÇO**, obedecendo ao regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa especializada que ofereça a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal para prestação do serviço de **Construção de base física para implantação de agroindústria para processamento de mandioca, no PA Nova Esperança-I (Comunidade Água Santa), no município de Alto Paraguai,** em conformidade com as condições estabelecidas no edital, seus anexos, que estarão disponíveis aos interessados, a partir desta publicação, em CD, no endereço acima descrito, em horário comercial. Hiosiani Vanni Massarolo Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
C O N V I T E

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO

DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

DO EXERCÍCIO (JANEIRO A ABRIL DE 2016).

O Chefe do Poder Executivo Municipal, Prefeito Maurício Joel de Sá, no uso de suas atribuições legais tem a honra convidar toda a População para participar de Audiência Publica que se realizará no dia 30/05/2015 às 14h00min(BR) no Plenário da Câmara Municipal, em cumprimento a Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja pauta será a demonstração e avaliação **DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO (JANEIRO A ABRIL DE 2016).**

Desde já, contamos com vossas presenças e antecipamos agradecimentos.

Alto Taquari-MT, 23 de Maio de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 134/2016

DECRETO Nº. 134/2016

"Autoriza ordenador de Despesa".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Maurício Joel de Sá, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

Art. 1º - Fica delegada a competência de Ordenador de Despesa ao Sr. Egnaldo Pedro dos Santos, Coordenador de Finanças, para autorizar pagamentos, assinar cheques e autorizar a emissão de ordens bancárias, em conjunto com o Prefeito Municipal.

Art. 2º - Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari – MT, em 19 de Maio de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 172/2016

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Contratar a Sra **Josinete Marques do Nascimento Sousa,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Seletivo Simplificado 003/2015 - Contrato de Prestação de Serviço nº. 046/2016 em 25 de Maio de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 25 de Maio de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL N.º 0953/2016.

SÚMULA*: "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR-SMDC E INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON MUNICIPAL DE APIACÁS, CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON E O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FUNDECON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEESA DO CONSUMIDOR

ARTIGO 1º - A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – **SMDC**, nos termos da Lei nº 8.078/90 e do Decreto Federal nº 2.181/97 de 20 de março de 1997.

ARTIGO 2º - São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor –SMDC:

I – A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;

II – O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON;

Parágrafo Único – Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e as Associações Civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, observado o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei 8078/90.

CAPÍTULO II DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

ARTIGO 3º - Fica instituída a COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON DE APIACÁS, destinada a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor.

ARTIGO 4º - A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON MUNICIPAL ficará vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

ARTIGO 5º - Constituem objetivos permanentes da COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON:

I - assessorar o Prefeito Municipal na implantação e implementação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do Consumidor;

III – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV – orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre os seus direitos, deveres e prerrogativas;

V - encaminhar aos órgãos competentes a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

VI - incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e as já existentes, bem como outros programas especiais;

VII - promover ações contínuas de educação para o consumo, utilizando diferentes meios de comunicação, bem como realizando parcerias com outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VIII - atuar no sistema municipal do ensino, com o objetivo de sensibilizar e, posteriormente, conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor;

IX - colocar à disposição dos consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do art. 44 da Lei 8078/90 e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2.181/97;

XI - expedir notificação aos fornecedores para que prestem esclarecimentos das reclamações apresentadas pelos consumidores no Procon;

XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97);

XIII - funcionar, no que se refere ao processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência;

XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XV - instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8078/90, podendo mediar conflitos de consumo;

XVI – Realizar outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

DO JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

ARTIGO 6º - A instrução e julgamento dos processos administrativos caberá ao Procon, sendo que a decisão de primeira instância será de competência do Conciliador ou Assessor Jurídico lotado no PROCON MUNICIPAL.

ARTIGO 7º - Da decisão de primeira instância caberá recurso do Fornecedor ao Coordenador Executivo do PROCON que poderá requerer parecer técnico da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo Único - O recurso ao Coordenador Executivo do PROCON será a segunda e última instância recursal na esfera administrativa.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA DO PROCON

ARTIGO 8º - A estrutura organizacional do PROCON Municipal será da seguinte forma:

I – Coordenadoria Executiva

II - Divisão de Atendimento e Orientação;

III –Divisão de Assessoria Jurídica e Conciliação;

IV -Divisão de Fiscalização.

V – Divisão de Educação ao Consumidor.

ARTIGO 9º – Fica criado o cargo de Coordenador Executivo do PROCON que dirigirá a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor e terá a função de coordenar todas as ações do PROCON Municipal. Parágrafo Único: Fica estabelecido que todos os cargos em comissão da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal serão nomeados pelo Prefeito Municipal. ARTIGO 10 - As atribuições da Coordenadoria e das Divisões serão regulamentadas pelos atos administrativos cabíveis.

ARTIGO 11 - O Coordenador Executivo do PROCON Municipal contará com o apoio do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – **CONDECON.**

ARTIGO 12 – O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON, recursos humanos, equipamentos, materiais permanentes e de consumo e serviços necessários ao funcionamento do órgão.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON

ARTIGO 13 – Fica instituído o **Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON,**com as seguintes atribuições:

I – atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de proteção e defesa do consumidor;

II - administrar e gerir financeira e economicamente os recursos depositados no Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, bem como deliberar sobre a aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei e nas Leis nºs. 7347/85 e 8.078/90, priorizando os programas e projetos de educação para o consumo e de proteção e defesa do consumidor;

III - elaborar, revisar, atualizar e editar normas de procedimentos;

IV - realizar parceria com outros órgãos públicos e entidades civis ligadas à área de direito do consumidor, com o intuito de prestar e solicitar a cooperação técnica;

V – autorizar a edição e a confecção de materiais informativos/didáticos, para contribuir com a sensibilização dos cidadãos quanto aos direitos e deveres do consumidor;

VI - promover, por meio de órgãos da Administração Pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos, relacionados à proteção e defesa do consumidor;

VII - fiscalizar o cumprimento do objeto do convênio e contrato firmados entre a Coordenadoria do Procon do Município com os órgãos públicos e demais Entidades;

VIII – examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa na área de direito do consumidor;

IX – analisar, aprovar e autorizar a publicação da prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, sempre na segunda quinzena do mês de dezembro;

X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI -zelar pela aplicação correta dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor para a consecução dos objetivos;

XII - aprovar e liberar recursos para proporcionar a participação dos servidores do Procon Municipal em reuniões, encontros, palestras, congressos e demais Eventos;

XIII - aprovar e publicar a prestação de contas mensal e anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON.

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO, MANDATO DOS MEMBROS DO CONDECON

E NORMAS AFINS

ARTIGO 14 - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - O Coordenador do PROCON Municipal, que o presidirá;

II – Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária);

IV - Um representante da Secretaria de Finanças;

V - Um representante da Secretaria Municipal de Administração;

VI – Um representante da Câmara Municipal;

VI – 02 (dois) representantes de associação ou entidade representativa dos fornecedores;

VII – 03 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada;

VIII – 01 (um) representante da OAB.

Parágrafo 1º - O Coordenador Executivo do Procon é membro nato do CONDECON;

Parágrafo 2º - Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e entidades que a eles representam, sendo investidos na função de conselheiros, mediante nomeação pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 3º - As indicações para nomeação ou substituição de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos. Parágrafo 4º - Para cada membro será indicado um suplen-

te que o substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular.

Parágrafo 5º -Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

Parágrafo 6º - Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2º deste artigo.

Parágrafo 7º - A função de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

***Parágrafo 8º** - O mandato dos membros do Conselho de Defesa do Consumidor - CONDECON será de (02) dois anos, sendo permitida uma recondução dos eleitos.*

***ARTIGO 15** - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON será presidido pelo Coordenador Executivo do Procon Municipal.*

***ARTIGO 16** – Visando cumprir suas atribuições legais e regimentais, o CONDECON reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros no Procon, mediante a presença de 06 (seis) membros, sendo admissível uma tolerância de 30 (trinta) minutos para que o quorum seja alcançado.*

ARTIGO 17 – As instituições governamentais e não-governamentais integrantes do CONDECON terão direito a apenas um voto cada uma, mesmo que presentes à Assembléia os Conselheiros Titular e Suplente.

ARTIGO 18 - As deliberações do Conselho serão fixadas em:

I – Resoluções;

II – Moções;

III – Decisões.

§ 1º - Os atos normativos do CONDECON serão instrumentalizados por meio de Resoluções.

§ 2º - As manifestações do CONDECON, de qualquer natureza, sem conteúdo normativo, aperfeiçoam-se através de Moções.

§ 3º- Atuando na aplicação dos recursos do Fundo, o CONDECON o faz através de Decisões.

ARTIGO 19 - As Resoluções e as Moções serão identificadas por numerações seqüenciais e contínuas, independentemente do ano civil em que foram expedidas, devendo das mesmas constar a data em que foram elaboradas.

ARTIGO 20 - As Decisões serão numeradas, sendo as mesmas datadas e identificadas pelos números dos processos onde foram exaradas.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA

ARTIGO 21 – A direção do CONDECON será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário-Executivo e 2º Secretário-Executivo.

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ARTIGO 22 - Fica instituído o **Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, de que trata o** Artigo 57 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento de ações e serviços de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Parágrafo Primeiro - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** será gerido pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, nos termos do art. 14 desta Lei;

Parágrafo Segundo – O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** terá número no CNPJ junto a Receita Federal.

ARTIGO 23 – Os recursos oriundos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor-**FUNDECON** serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no âmbito do município de Apiacás, compreendendo especificamente:

I - financiar total ou parcialmente os programas, projetos e atividades relacionados com os objetivos da Política Nacional, Estadual e Municipal das relações de consumo;

II – modernizar administrativamente a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor-PROCON Municipal, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos à população;

III - desenvolver programas de capacitação e aperfeiçoamento de servidores e conselheiros do CONDECON;

IV – no custeio de pesquisas e estudos relativos às relações de consumo e defesa do consumidor realizados por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos;

V – na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo, serviços, diárias, passagens e demais despesas necessárias ao bom desenvolvimento dos programas, projetos e atividades da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal;

VI - fomentar ações que visem à defesa do consumidor;

VII - atender a despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações do órgão municipal;

VIII – promover e fomentar a criação de Entidades Civis e de Defesa do Consumidor;

IX - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos, na criação, confecção e edição de materiais informativos/didáticos, relacionados à educação, proteção e defesa do consumidor;

X - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

Parágrafo único – Na hipótese do Inciso X deste artigo, deverá o CONDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

XI – no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros, cursos, congressos e demais eventos, dentro e fora do Estado, relacionados ao direito do consumidor;

XII – atender outras despesas de capital e de custeio que contribuam com o bom funcionamento da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal.

ARTIGO 24 - Constituem recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, o produto da arrecadação de:

I - condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - valores arrecadados ao município, em virtude da aplicação das multas previstas no art. 56 Inciso I e art. 57 e seu Parágrafo Único da Lei nº 8078/90, assim como àquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III – transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, nacionais e/ou estrangeiras;

VI - produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e/ou privado;

VII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

ARTIGO 25 - As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em Instituição Financeira, em nome do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON que terá CNPJ próprio.

Parágrafo 1º - As receitas das multas aplicadas terão um código de receita próprio e deverão ser recolhidas pelas empresas infratoras ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM emitido pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo 2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo 3º - O saldo credor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, apurado em balanço no término da cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

Parágrafo 4º - O Secretário Municipal de Administração, com a anuência do Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, será obrigado a publicar, semestralmente, os demonstrativos de receitas e despesas realizadas, como também, o balanço anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON.

Parágrafo 5º - A Prefeitura Municipal ficará responsável pela parte contábil FUNDECON, pois, assinarão como ordenador das despesas do Fundo - o Prefeito Municipal e como contador o Secretário Municipal de Finanças.

ARTIGO 26 - Os recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no âmbito do município de xxxx e Instituições públicas e Entidades Civis ligados à proteção e defesa do consumidor.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 27 - A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo, fornecerá recursos humanos, equipamentos e materiais, espaço físico e se responsabilizará pela manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON Municipal e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON.

ARTIGO 28 - No desempenho de suas funções, a Prefeitura Municipal de Apiacás, por meio da Coordenadoria Executiva – Procon Municipal, poderá realizar convênios, termos de cooperação técnica com os órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SMDC), tais como: órgãos federais, estaduais, municipais e as Entidades privadas de defesa do consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o art. 105 da Lei nº 8078/90.

ARTIGO 29 - Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), as universidades públicas e privadas, escolas públicas e privadas e demais instituições que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único – Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

ARTIGO 30 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal.

ARTIGO 31 - O Poder Executivo Municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno da Coordenadoria Executiva do Procon Municipal, definindo sua estrutura administrativa, cargos, competência da Coordenadoria Executiva e suas Divisões, bem como do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON.

ARTIGO 32 - A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal observará na execução da política municipal de defesa do consumidor, as diretrizes fixadas pelo Procon Estadual, que é o Coordenador do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

ARTIGO 33 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de maio de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº. 0954/2016.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 0MUNICIPAL DE APIACÁS/MT, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de pessoal, por tempo determinado, para exercício 2.016, em conformidade com o que estabelece o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, bem como nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º - Considera-se, para os fins desta Lei, necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – Atividades voltadas à saúde pública;

II – Atividades voltadas ao Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 3º - As contratações serão feitas por tempo determinado, observando o prazo máximo de 01 (um) ano.

§ único – Os contratos poderão ser estipulados pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, admitindo-se renovações desde que não exceda o limite estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º - Devido ao período de atuação das políticas públicas, os contratos a eles referentes terão sua duração adstrita aos respectivos períodos de atuação e vigência, renovando-se o prazo, em sendo necessário, mediante a celebração de termos aditivos.

Art. 5º - A vinculação dos profissionais descritos no Anexo I desta Lei com a Administração Municipal de Apiacás/MT se dará mediante celebração de contrato individual temporário, proveniente de Processo Seletivo Simplificando, regido pelo direito administrativo.

Art. 6º - O planejamento, coordenação, supervisão e controle das políticas e dos programas desenvolvidos ficarão a cargo da Secretaria Municipal a que estejam vinculados.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 8º - O pessoal contratado estará adstrito ao Regime Jurídico Estatutário, relativamente aos demais servidores municipais e contribuirão ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Art. 9º - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada de acordo com o Anexo I, parte integrante da presente Lei que, por sua vez, guarda referência com as Leis Complementar Municipal nº 065/

2011; 121/2016; 066/2011; 094/2013 e 120/2016 e suas posteriores alterações.

Art. 10 - O pessoal contratado nos termos destas Leis não poderá:

I – Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

Art. 11 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.

Art. 12 - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações.

Art. 13 - A extinção do contrato temporário pertinente a presente lei poderá ocorrer nos seguintes casos:

I – Término do prazo contratual;

II – A pedido do contratado, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;

III – Interrupção da política ou do programa, quando for o caso;

IV – Falta grave cometida pelo contratado;

V- pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regular, e

VI – Por interesse da administração pública, sem necessidade de justificativa.

Art. 14 - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, obedecidos os princípios constitucionais.

Art. 15 – A Seleção de pessoal a ser contratado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, observará a aplicação de testes escritos em formato de provas de matérias específicas e relacionadas a habilitação do cargo, como forma eliminatória.

Art. 16 – No momento da sua candidatura, o interessado deverá preencher uma ficha de inscrição que será anexada aos seus documentos, sendo que seus dados servirão de base para sua seleção.

Parágrafo único – O preenchimento correto da ficha e a veracidade das informações serão de inteira responsabilidade do interessado, ficando sujeito à desclassificação no caso de informações incompletas ou inverídicas.

Art. 17 – A divulgação do processo seletivo será feita através de Edital afixado na Prefeitura Municipal de Apiacás e suas respectivas Secretarias, bem como a veiculação no Jornal Oficial dos Municípios e na Câmara Municipal.

§ 1º – O Edital de Seleção deverá conter, no mínimo, o nome do Município, o órgão interessado, o setor responsável, o nome dos cargos, as quantidades de vagas e as remunerações oferecidas, a jornada semanal, as experiências exigidas, o local onde o interessado poderá obter informações para se inscrever, a data e prazo da inscrição e os documentos exigidos.

§ 2º – A divulgação do Edital de resultado final deverá ser feito pelos mesmos meios de comunicação utilizados para a divulgação do processo seletivo.

§ 3º – As inscrições iniciarão no primeiro dia útil posterior a publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 18 – Publicado o resultado final do processo seletivo e encerrada a fase recursal a Autoridade administrativa superior deverá homologá-lo ou anulá-lo, de ofício, no caso de ilegalidade, podendo ainda revogá-lo no caso da existência de fato superveniente devidamente comprovado.

Art. 19 – A contratação para os cargos estabelecidos na presente lei se dará conforme, obedecendo sempre a ordem de classificação dos candidatos.

§ 1º - O candidato aprovado será regularmente convocado para a contratação, devendo obedecer ao prazo estipulado no edital do processo seletivo simplificado.

§ 2º - O candidato que não comparecer dentro do prazo estipulado para contratação, ou comparecer sem os documentos obrigatórios, perderá a vaga para o candidato classificado na sequência, desde que este cumpra os requisitos.

§ 3º - Não será contratado qualquer candidato, que, embora aprovado e munido de documentos, não apresente condições físicas e mentais para o desempenho satisfatório das funções do cargo.

Art. 20 – Cabe ao candidato classificado ou desclassificado, recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, devendo ser encaminhado em forma de requerimento ao Presidente da Comissão de realização do Processo Seletivo, que poderá rever sua decisão, ou encaminhar ao Prefeito para decisão final.

Art. 21 – Havendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida de acordo com:

I – maior nota na prova especifica;

II – maior nota na prova de português;

III – candidato com maior idade, resguardado os direitos previstos nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003.

Art. 22 – Os contratados, salvo nos casos previstos em lei, não poderão:

I – acumular cargo, emprego ou função pública;

II – ter a vigência de seu contrato prorrogada por período superior ao autorizado nesta lei.

Art. 23 – Nenhum contratado iniciará suas atividades sem ter assinado o contrato e, no entanto tomado ciência de suas obrigações e das condições da prestação dos serviços.

Art. 24 – A Comissão para realização do processo seletivo será composta pelos seguintes representantes:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III – Um representante da *Secretaria Municipal de Saúde;*

§ Único - Os cargos da Comissão disposta no caput deste artigo serão definidos pelos membros indicados, com a seguinte ordem:

I – Presidente

II – Secretário

III – Membro

Art. 25 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Apiacás/MT., 24 de Maio de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2016

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS

CONTRATO Nº. 046/2016

CONTRATADO – JOSINETE MARQUES DO NASCIMENTO SOUSA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

VALOR MENSAL: R$ 915,60 (novecentos e quinze reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA-25/05/2016 à 31/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 0964/2016

DECRETO Nº. 0964/2016

SÚMULA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 27 DE MAIO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 27 de maio de 2016, em virtude do FERIADO NACIONAL CORPUS CHRISTI.

Artigo 2º A Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde, PSF I e II, Laboratório Municipal, Centro de Reabilitação, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Assistência Social atenderão normalmente a partir do dia 30/05.

Artigo 3º - A Secretaria Municipal Educação seguirá o Calendário Escolar. A Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Urbanismo seguirão cronograma estabelecido pelo secretario da pasta.

Artigo 4º - Os serviços públicos essenciais à população terão seu funcionamento normal.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de afixação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás - MT, 24 de maio de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- LAURA CRISTINA HERMES-ME

CONTRATO N° - 045/2016

OBJETO – ASSESSORIA TRIBUTÁRIA

VALOR GLOBAL- R$ 30.100,00 (trinta mil e cem reais).

VIGENCIA – 07 meses

PREFEITURA MUNICIPAL
LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM USO DE LAMA ASFÁLTICA

A Prefeitura Municipal de Apiacás, CNPJ nº **201.321.850/0001-54,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e(LI), referente a Conservação de Pavimento com uso de Lama Asfáltica em diversas Ruas no perímetro urbano do município de Apiacás/MT

RECURSOS HUMANOS
LEI COMPLEMENTAR N.º 0131/2016

Data: 24 de Maio de 2016.

SÚMULA: Altera as atribuições do cargo de Analista Tributário constantes na Lei Complementar nº 077/2013 para atender os requisitos da Instrução Normativa nº 884, de 5 de novembro de 2008, da Receita Federal do Brasil.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Por conta de necessidade de adequação das atribuições do cargo de Analista Tributário para atender os requisitos da Instrução Normativa nº 884, de 5 de novembro de 2008, da Receita Federal do Brasil, acrescenta-se ao Cargo de Analista Tributário as atribuições de **fiscalização, lançamento de crédito tributário e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).**

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei Complementar Municipal n.º 077/2013 permanecerão em vigor.

Art. 5º - Fica o Executivo autorizado a proceder à reedição da Lei Complementar Municipal n.º 077/2013, com as alterações constantes na presente Lei. Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Maio de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO 019.2016 E LEI 1257.2016

DECRETO N.º 019/2016

Data: 23 (vinte e três) de maio de 2016.

***EMENTA*: DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICA MUNICIPAL EM DECORRÊNCIA DO FERIADO NACIONAL *"CORPUS CHRISTI"* E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Arenápolis – MT, Senhor**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO,** no uso e gozo de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Municipal nº 701/98 de 17/12/98, considerando que o dia **26 de maio 2016 Quinta Feira** é **FERIADO NACIONAL**, em face do *"Corpus Christi"*, e diante da necessidade de compatibilizar o funcionamento da Administração Pública Municipal com os princípios da eficiência e da economicidade:

Art. 1º Fica decretado **Ponto Facultativo,** nas repartições Pública Municipal no dia 27 de maio de 2016 (sexta-feira), **exceto para os serviços essenciais de saúde e limpeza urbana;**

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE–SE, PUBLIQUE–SE, COMUNIQUE–SE E CUMPRA–SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS–MT, EM 23 DE MAIO DE 2016.

JOSE MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

LEI MUNICIPAL Nº 1257/2016

EMENTA*: *"Autoriza O Poder Executivo Municipal A Fazer, Transposição, Remanejamento Ou Transferência De Recursos De Um Órgão Para Outro, De Uma Categoria De Programa Para Outra Ou De Um Elemento De Despesa Para Outro, Dentro Do Orçamento Para O Exercício De 2016 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, Senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO** no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito Público, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um órgão para outro, de uma categoria de programa para outra ou de um elemento de despesa para outra, para abertura de Créditos por anulação, até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento vigente, em atendimento ao inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 23 dias do mês de maio de 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA- CONTABILIDADE
OBRAS EM ANDAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO Lei de Diretrizes Orçamentárias PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS Anexo de Metas Fiscais –Exercício 2017 11/04/2016							
OBRAS EM ANDAMENTO (Art. 45 da L.C. 101/2000) Valores Nominais em R$ mil							
Especificação	Realização	Fonte de Recurso	Previsão de Término				
Valor da Obra	Executado	%	À Executar	%			
PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONTRATO DE REPASSE CAIXA N° 0324218-60/2010/MTUR/CAIXA- RUA GONÇALVES LEDO	381.636,89	376.507,50	98,66	17.122,21	1,34	MINISTÉRIO DO TURISMO-CAIXA	31/07/2016
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA ALINOR LUIZ DA SILVA(25 DE OUTUBRO) CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 0302610-66/2009/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA	260.119,06	189.454,21	72.83	70.664,85	27,17	MINISTÉRIO DO TURISMO	31/12/2016
CONSTRUÇÃO 1.737,72 M2 de passeio pública com blocos de concreto intertravado, na av. prefeito caio no município de arenápolis-mt.	150.000,00	84.975,00	56.65	65.025,00	43.35	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES-SECID	22/05/2016
CONSTRUÇÃO DE CRECHE – PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFÂNCIA)	2.012.708,12	33.257,74	1.65	1.979.450,38	98.35	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE	31/12/2016

ESTADO DE MATO GROSSO Lei de Diretrizes Orçamentárias PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS Anexo de Metas Fiscais –Exercício 2017 11/04/2016							
OBRAS EM ANDAMENTO (Art. 45 da L.C. 101/2000) Valores Nominais em R$ mil							
Especificação	Realização	Fonte de Recurso	Previsão de Término				
Valor da Obra	Executado	%	À Executar	%			
REFORMA DA RODOVIÁRIA NO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.	41.966,61	6.191,70	14.75	35.774,91	85.25	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES-SECID	05/08/2016
CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT.	317.422,52	150.997,75	47.57	166.424,77	52.43	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES-SECID	16/09/2016
REFORMA, COM EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE SEXTAVADO DE 15 X 15 COM, NA PRAÇA DA BÍBLIA -BAIRRO VILA NOVA EM ARENAPOLIS -MT.	120.000,00	28.200,00	23.50	91.800,00	76.50	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES-SECID	10/06/2016
execução de obras e serviços na reforma da escola mun.prefeito duilio ribeiro braga.	152.677,51			152.677,51	100%	FUNDEB	31/12/2016
							30/06/2016

ESTADO DE MATO GROSSO Lei de Diretrizes Orçamentárias PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS Anexo de Metas Fiscais –Exercício 2017 11/04//2016							
OBRAS EM ANDAMENTO (Art. 45 da L.C. 101/2000) Valores Nominais em R$ mil							
Especificação	Realização	Fonte de Recurso	Previsão de Término				
Valor da Obra	Executado	%	À Executar	%			
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL NAS RUAS FIRMINO MENDES MARTINS, TANCREDO NEVES, SEBASTIÃO GOMES SOARES E CIRILO LOPES	300.000,00	149.974,33	49.99	150.025,67	50.01	MINISTERIO DAS CIDADES	31/12/2016
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL NAS RUAS PRESIDENTE VARGAS E SUAS TRAVESSAS.	475.000,00	237.459,77	49.99	237.540,23	50.01	MINISTERIO DAS CIDADES	

							31/12/2016
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA COHAB PARECIS	270.000,00			270.000,00	100%	MINISTERIO DO TURISMO	31/10/2018
CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS – MT.	308.183,29			308.183,29	100%	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES-SECID.	09/12/2016
AQUISIÇÃO DE LAMA ASFALTICA PARA RECAPEAMENTO E CONSERVAÇÃO DA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT.	104.167,00			104.167,00	100%	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDA-DES- SECID.	27/11/2016
ESTADO DE MATO GROSSO Lei de Diretrizes Orçamentárias PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS Anexo de Metas Fiscais –Exercício 2017 11/04/2016							
OBRAS EM ANDAMENTO (Art. 45 da L.C. 101/2000) Valores Nominais em R$ mil							
Especificação	Realização	Fonte de Recurso	Previsão de Término				
Valor da Obra	Executado	%	À Executar	%			
AQUISIÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA PARA RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO EM DIVERSAS RUAS DO CENTRO HISTÓRICO DE ARENÁPOLIS-MT.	104.167,00			104.167,00	100%	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES-SECID.	18/11/2016
PAVIMENTO INTETRAVADO COM BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS NAS RUAS FRANCISCO IZIDIO, FERMINO MENDES MARTINS, BENEDITO, ALVES, JOÃO DE SOUZA LEAL, TAPIRAPUÃ, SILVANO R. DA SILVA E AV. PRESIDENTE DUTRA, NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, COM UM TOTAL DE 11.465,60M2.	412.319,49	30.000,00	7.2 77778	382.319,49	92.72	SECRETARIA DE ESTADO DAS SICADES-SECID.	20/02/2017

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA MARIA FERNANDES BEATO

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE FAZENDA CONTADORA

CPF: 786.970.268-49 CPF: 775.468.651-15 CRC-MT 009487/0-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.781/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual aquisição de concreto betuminoso usinado a quente para utilização em tapa buracos, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã.**Início da Sessão: **Dia 13/06/2016, às 08:30hs (oito e meia),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 24 de Maio de 2016.

Ana Cristina da Silva

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.781/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço na realização de exames laboratoriais em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Municipio de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 10/06/2016, às 10:30hs (dez e trinta),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 24 de Maio de 2016.

Ana Cristina da Silva

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.806/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, à funcionária contratada Sra. **EDNA MARIA DE SENA DA SILVA,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0722986-0 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 483.644.951-00, contratada na função de **Técnico de Enfermagem,** lotada no Hospital Municipal, **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 50% (cinquenta) incidente sobre a remuneração base a que percebe, com efeitos a partir do dia 18/04/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.861/2016.

SÚMULA:

"ALTERA A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DEOCLIDES DE MACEDO, CONSTANTE NO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 944/2004"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica alterada a localização da Escola Municipal "**Trilha do Saber**", criada pelo Decreto n° 944/2004, para a localidade da Comunidade de São Lourenço, Guariba, neste Município.

ARTIGO 2º - As demais disposições contidas no Decreto n° 944/2004 permanecem inalteradas.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Aripuanã/MT, aos 23 dias do mês de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

VALMIR FAORO

Secretário Municipal de Educação e Cultura

GABINETE DO PREFEITO
TORNAR SEM EFEITO

A PUBLICAÇÃO DO DECRETO N° 2861/2016 NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 24 DE MAIO DE 2016, ANO XI, N° 2483 PAGINA 26.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.781/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93. **Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de pilotagem em transporte fluvial para atender aos alunos matriculados na Escola Municipal Trilha do Saber na Comunidade do Guariba, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.** Início da Sessão: **Dia 13/06/2016, às 10h00min (dez horas),** horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h às 12h ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 24 de Maio de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 002/2016.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 002/2016.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, por determinação do Sr. Presidente, através da Comissão Permanente de Licitação legalmente composta pela Portaria de nº 003/2016, vem comunicar que sagrou vencedora na Licitação Pública, modalidade CARTA CONVITE Nº 002/2016, cujo objeto é a fornecimento de combustíveis , óleos lubrificantes, filtros de óleo e higienização destinados ao abastecimento e conservação dos veículos da Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, com o critério Menor Preço por Item a empresa Carrão Auto Posto Ltda – CNPJ Nº 08.944.782/0001-29, que apresentou o valor R$ 58.449,50 (cinqüenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinqüenta centavos)

AFIXE-SE E PUBLIQUE-SE.

Barra do Bugres, 24 de maio de 2016.

Onerlino Batista da Silva

PCL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
RESOLUÇÃO N.° 009/CMAS/2016

Dispõe sobre a Aprovação do Demonstrativo Financeiro de Gestão e de Serviços/Programas do Governo Federal 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **24 de maio de 2016**, em Reunião Extraordinária, e registrada na **ata n.° 003/CMAS/2016**, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.° 1.040/96 de Agosto de 1996, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Avenida das Nações n.° 400 – Maracanã Barra do Bugres - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Aprovar o do Demonstrativo Financeiro de Gestão e de Serviços/Programas do Governo Federal 2015.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

LOÍDES BRAZ DE ASSIS SILVA

Presidente CMAS

BARRA DO BUGRES-MT

Barra do Bugres-MT, 24 de maio de 2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
RESOLUÇÃO N.° 008/CMAS/2016

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Ação do Co-financiamento Federal 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **24 de maio de 2016**, em Reunião Extraordinária, e registrada na **ata n.° 003/CMAS/2016**, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.° 1.040/96 de Agosto de 1996, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Avenida das Nações n.° 400 – Maracanã Barra do Bugres - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Aprovar o Aprovação do Plano de Ação do Co-financiamento Federal 2016.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

LOÍDES BRAZ DE ASSIS SILVA

Presidente CMAS

BARRA DO BUGRES-MT

Barra do Bugres-MT, 24 de maio de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
RESOLUÇÃO N.° 007/CMAS/2016

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Ação do Co-financiamento Estadual 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **24 de maio de 2016**, em Reunião Extraordinária, e registrada na **ata n.° 003/CMAS/2016**, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.° 1.040/96 de Agosto de 1996, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Avenida das Nações n.° 400 – Maracanã Barra do Bugres - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação do Co-financiamento Estadual 2016 .

Art. 2º - Aprovar a utilização de 70% do valor do cofinanciamento na execução dos Serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Especial e Benefícios Eventuais e 30% do valor do cofinanciamento com Gestão SUAS.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

LOÍDES BRAZ DE ASSIS SILVA

Presidente CMAS

BARRA DO BUGRES-MT

Barra do Bugres-MT, 24 de maio de 2016.

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº 023/2016

PORTARIA N.° 023/2016

Concede ponto facultativo no dia 27 de maio de 2016, na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT.

VANDERSON VITOR DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o feriado nacional do Dia 26 de maio "Corpus Christi", que será na quinta-feira;

RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, no dia 27 de maio de 2016. (sexta-feira).

Art. 2º) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, em lugar próprio de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, aos 24 dias do mês de maio de 2016.

Vanderson Vitor da Silva

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO PP Nº 026/2016

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 026/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 026/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE AREIA LAVADA GROSSA.**Data da sessão pública: **07/06/2016** às **08 horas 30 minutos** (horário de Brasília). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX. 66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 24/05/2016.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Senhor Prefeito Municipal de Barra do Garças, torna público o resultado do DISPENSA Nº 028/2016, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O CÓRREGO DENOMINADO DESCONHECIDO.** Empresa: CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA - ME , CNPJ: 17.484.995/0001-06, Contrato Nº 707/2016. Barra do Garças – MT, 24/05/2016. Roberto Ângelo de Farias – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O Município de Barra do Garças/MT, torna público os seguintes TERMOS ADITIVOS relativo à Tomada de Preços **nº 018/2014**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS CMEI "NELIMARIA DA FONSECA FRANCO, CARMINA SANTOS BOSAIPO E CRECHE IZAURINA ABREU"**. CONTRATO Nº 481/2014. TERMO ADITIVO 047/2014 – ADITIVO DE PRAZO ATÉ 31/12/2015; TERMO ADITIVO 007/2015 – ADITIVO DE VALOR R$ 86.289,44 (oitenta e seis mil duzentos quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos); dotação: 05.008.12.365.0007. 1016.449051-134. Informações e Edital das 12:00 às 17:00 horas, Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças – MT, 24/05/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº658/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: ANDRESSA CHRYSTINA GOUVEIA NERES. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de maio de 2016.

CONTRATO Nº659/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CARMELITA MATOS BARBOSA. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de maio de 2016.

CONTRATO Nº660/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: KENIA DE SOUSA ALMEIDA. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de maio de 2016.

CONTRATO Nº661/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: MARCIA MARTINELLI. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de maio de 2016.

CONTRATO Nº662/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: RUI REY RAMOS MENDES. Objeto: Técnico em Radiologia. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de maio de 2016.

CONTRATO Nº663/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: TATIANE RAURIA SALLES DE OLIVEIRA. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de maio de 2016.

CONTRATO Nº664/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: INGRID PEREIRA BORGES. Objeto: Assistente Administrativo. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº665/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: LUIZ PEDRO ASSIS GOUVEIA. Objeto: Assistente Administrativo. Valor Global: R$880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº666/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: NATHIELI JORGE PEREIRA. Objeto: Assistente Administrativo. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº667/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: LUZINEIDE RODRIGUES DOS SANTOS. Objeto: Professora. Valor Global: R$2135,64. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº668/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: MONICA ROSA DA CRUZ. Objeto: AAE. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº672/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: BRUNO CÉSAR DE ALMEIDA. Objeto: Motorista. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº673/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: LUCIO PERES SILVA. Objeto: Operador de Máquinas. Valor Global: R$ 1.500,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº674/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: LÁZARO BATISTA FERREIRA. Objeto: Motorista. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 05 de maio de 2016.

CONTRATO Nº675/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: ALEX ALVES DIAS. Objeto: Auxiliar de Serviços Gerais. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 05 de maio de 2016.

CONTRATO Nº676/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: JOSÉ DIVINO SEVERINO DA SILVA. Objeto: Cozinheiro. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 05 de maio de 2016.

CONTRATO Nº677/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: FÁBIO RURO ODI DZARIDZE. Objeto: Professor. Valor Global: R$ 1.067,82. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº678/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: HAISSA DE CASSIA DOMINGUES. Objeto: Professora. Valor Global: R$ 1.334,78. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº679/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: ALEXANDRO RIBEIRO PORTO. Objeto: Auxiliar de Serviços Gerais. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº680/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS. Objeto: Auxiliar de Serviços Gerais. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº681/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: JOÃO RIBEIRO BORGES. Objeto: Auxiliar de Serviços Gerais. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº682/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: LEOMAR JOSÉ RODRIGUES. Objeto: Auxiliar de Serviços Gerais. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº683/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: MAURICIO RENATO DE SOUSA SILVA. Objeto: Auxiliar de Serviços Gerais. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº684/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: FABIANA SILVA MORAES. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 12 de maio de 2016.

CONTRATO Nº693/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: LEOPOLDO MOREIRA INES DE ALMEIDA. Objeto: Médico Plantonista. Valor Global: R$ 83,34 hora/plantão. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

CONTRATO Nº695/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: VANDERLEY VIEIRA DOS SANTOS. Objeto: AAE. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 13 de maio de 2016.

CONTRATO Nº697/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: VALMIRENE MARTINS OLIVEIRA SANTOS. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 17 de maio de 2016.

CONTRATO Nº694/2016 DISPENSA 027/2016

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: WELINTON LAMOUNIER - ME. Objeto: Aquisição de mobiliários sob medida para a UTI. Valor Global: R$ 14. 000,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 13 de maio de 2016.

AVISO DE REVOGAÇÃO PE Nº017/2016

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 017/2016

O Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT torna público que fica **REVOGADO** Pregão Eletrônico (SRP) n.º 017/2016. Objeto: **aquisição de equipamentos para atender Unidades de Saúde,** em respeito ao interesse público, demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Roberto Ângelo Farias (Prefeito Municipal), 17/05/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO TP 013/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Tomada de Preços **nº 013/2016**. Objeto: **Contratação de empresa para obra de reforma CAPS II, situado à Rua Francisco Lira, Quadra 33 – Bairro São João e obra de reforma da casa de velório na Av. Antônio Paulo da Costa Bilego, nº 42 Centro** – Tipo Menor Preço por Lote. Data da Sessão Pública: **14/06/2016 as 14:00 horas, (Horário de Brasília)**. Informações e Edital das 13:00 às 17:00 horas, Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças – MT, 24/05/2016. Antônio da Silva Neto, Presidente da CPL.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a publicação do Edital da Tomada de Preços nº 013/2016: Objeto: **Contratação de empresa para obra de reforma CAPS II, situado à Rua Francisco Lira, Quadra 33 – Bairro São João e obra de reforma da casa de velório na Av. Antônio Paulo da Costa Bilego, nº 42 Centro.**

Que será realizado no **dia 14 de Junho de 2016 às 14.00 horas** (**Horário de Brasília)** nas dependências da Prefeitura Municipal de Barra do Garças-MT.

Barra do Garças, 24 de maio de 2016

_____

Antônio da Silva Neto

Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 102/2016

PORTARIA N.º 102/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Gilberto Conceição Jacobina".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Gilberto Conceição Jacobina,** portador do CPF nº. 691.303.451-20, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 18/05/2016 a 18/10/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 092/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 18/05/2016,.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 23 de Maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 101/2016

PORTARIA N.º 101/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Avanir Lara Alves".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Avanir Lara Alves,** portadora do CPF nº. 241.554.381-00, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/05/2016 a 02/10/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 078/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 02/05/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de Maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 261 DE 23 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta nos despachos e no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21324 de 19 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeitos o Decreto nº 211 de 29 de abril de 2016 que alterou a nomenclatura da Coordenação de Controle Interno para Coordenação de Comunicação, da Secretaria Municipal de Governo, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de maio de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 23.05.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 258 DE 19 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº.

098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 20825, de 16 de maio de 2016,

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à senhora **RONIDAK COSTA DO NASCIMENTO MADALENA**– Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e. Previdenciário/INSS, a partir 09 de maio de 2016, a 07 de novembro de 2016.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES FERREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 19.05.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 253 DE 19 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo nº. 21211, de 18 de maio de 2016,

R E S O L V E:

Art. 1º Delegar poderes ao senhor **LINCOLN MAXIMILIANO SILVA CUNHA E VIEIRA-**CPF nº 017.146.281-59, Coordenador Geral, para assinar documentos na ausência do Secretário Municipal de Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 19.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 013/2016

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N°. 013/2016

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: AIRTON MARTINS ROXO

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para 29/06/2016.

PRAZO: 45 dias

VALOR: Não haverá acréscimo de valores

PRORROGAÇÃO A PARTIR: 16/05/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.000 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

Cáceres, 16 de maio de 2016.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 2.534 DE 20 DE MAIO DE 2016

"Institui o Dia da Mulher Rural de Cáceres e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74 inciso IV da Lei Orgânica Municipal e Decretos n.º 192 e 193/2016, período de 22/01/2016 a 02/05/2016, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Artigo. 1º - Fica instituído o "Dia da Mulher Rural de Cáceres", a ser comemorado, a cada ano, com data a ser definida no mês de dezembro.

Artigo. 2º - No "Dia da Mulher Rural de Cáceres" serão homenageadas mulheres que tenham se destacado profissionalmente ou prestado relevantes trabalhos na área rural.

Artigo. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres - MT, 20 de maio de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 096/2016

PORTARIA N.º 096/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Rosilene Pinheiro de Oliveira".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Rosilene Pinheiro de Oliveira,** portadora do CPF nº. 851.203.241-34, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 22/04/2016 a 20/05/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 018/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 22/04/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 17 de Maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 17.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 095/2016

PORTARIA N.º 095/2016

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Neurilce Pereira Sobrinho".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Neurilce Pereira Sobrinho,**portadora do CPF nº 629.506.141-91, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 20/04/2016 a 17/08/2016, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 031/2016.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 20/04/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 17 de Maio de 2016.

Luiz Emidio Dantas Junior

Diretor Executivo

Afixada em: 17.05.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 2.535 DE 20 DE MAIO DE 2016

"Dispõe sobre o reconhecimento como Utilidade Pública Municipal a entidade denominada Associação Filantrópica "NOVA VIDA", e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74 inciso IV da Lei Orgânica Municipal e Decretos n.º 192 e 193/2016, período de 22/01/2016 a 02/05/2016, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Artigo. 1º - Fica reconhecido como Utilidade Pública, no âmbito municipal, para fins sociais, a instituição denominada **Associação Filantrópica "NOVA VIDA"**, devidamente registrada no CNPJ/MF sob o Nº 06.991.201/0001-84, com sede na Rua Santo Antônio nº 190 – Bairro Cavalhada, Cáceres – MT, em conformidade com a Lei Municipal n 1.137 de 1º de outubro de 1991.

Artigo. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres - MT, 20 de maio de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 205 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18129, de 29 de abril de 2016,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o Contrato Administrativo nº 333/2016-SME, do cargo de Assistente Administrativo, do senhor **MARCO ANTONIO VARGAS GEMIO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2016.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres em Exercício

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 28.04.16

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 094/2016

PORTARIA N.º 094/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Kleber Selasco Cebalho".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

***Art. 1º** Conceder benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Kleber Selasco Cebalho,** portador do CPF nº. 395.567.431-20, *efetivo no cargo de Professor Licenciado em Matemática, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 23/05/2016 a 23/06/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 034/2016.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 23/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 17 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 17.05.2016.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 093/2016

PORTARIA N.º 093/2016

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Cristina de Almeida".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

***Art. 1º** Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Maria Cristina de Almeida,** portadora do CPF nº. 830.929.781-53, *efetiva no cargo de Professora com Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 25/05/2016 a 25/07/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 142/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 25/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 17 de Maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 17.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 091/2016

PORTARIA N.º 091/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Valdeci Laurentino Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora***Valdeci Laurentino Silva,** portador do CPF nº. 452.508.471-53, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em História, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 27/05/2016 a 12/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 036/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 27/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 17 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 17.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 092/2016

PORTARIA N.º 092/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Aparecida Magalhães".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora***Maria Aparecida Magalhães,** portador do CPF nº. 833.375.121-00, *efetiva no cargo de Auxiliar Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 22/05/2016 a 22/07/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 033/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 22/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 17 de Maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 17.05.2016

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
CONVITE

Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

A PREFEITURA DE CÁCERES convida a população para participar da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao 1º Quadrimestre de 2016.

Data: 31/05/2016 (terça-feira)Horário: 9h00min Local: Plenário da Câmara Municipal de Cáceres.

A referida Audiência Pública tem por finalidade apresentar ao público a movimentação orçamentária e financeira do Município nos meses de **janeiro, fevereiro, março e abril de 2016**, a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Cáceres, conforme artigo 9º, § 4º, e artigo 48, § Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000.

A vossa presença será de grande importância para que alcancemos o objetivo do evento.

Atenciosamente

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 636/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhor (a) **CELIA REGINA SIMOES DO ESPIRITO SANTO**,brasileiro (a), Casada, residente e domiciliado (a) na Rua Paesanos N° 10, Bairro: Junco, em Cáceres-MT, portador (a) do RG: nº 0860349-9 SESP/MT e CPF nº 570.357.091-34, daqui por diante denominada Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **CELIA REGINA SIMOES DO ESPIRITO SANTO**, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, do Munícipio de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	31.9.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de Maio de 2016.

_____

CELIA REGINA SIMOES DO ESPIRITO SANTO

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 638/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhor (a) **SANDRA APARECIDA DA SILVA RUIZ**,brasileiro (a), Casada, residente e domiciliado (a) na Rua das Bergonias N° 12, Bairro: Jardim Vista Alegre, em Cáceres-MT, portador (a) do RG: nº 1478652-4 SSP/MT e CPF nº 005.995.761-11, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **SANDRA APARECIDA DA SILVA RUIZ**, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de Maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, do Munícipio de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de Maio de 2016 e término em 01 de Maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	31.9.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de Maio de 2016.

_____

SANDRA APARECIDA DA SILVA RUIZ

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 637/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhor (a) **SOLANGE RODRIGUES PAIVA**,brasileiro (a), Solteira, residente e domiciliado (a) na Rua D - Quadra 06 nº 23, Bairro: Residencial Aroldo Fanaia - Jardim Guanabara , em Cáceres-MT, portador (a) do RG: nº 0915183-4 SSP/MT e CPF nº 603. 960.671-15, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **SOLANGE RODRIGUES PAIVA**, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, do Munícipio de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	31.9.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

SOLANGE RODRIGUES PAIVA

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 632/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **JÚLIO CESAR GARCIA QUEIROZ BALDERRAMA** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua dos Zircões , Nº 99, Bairro Cohab Velha, em Cáceres-MT, portador do RG nº 1999855-4 SSP/MT e CPF nº 033.689.111-39, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **JÚLIO CESAR GARCIA QUEIROZ BALDERRAMA** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Recursos Humanos-RH da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	319.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

JÚLIO CESAR GARCIA QUEIROZ BALDERRAMA

Contratado

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 631/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **JUCINÉIA ROSA DA SILVA** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua K, n° 10, Quadra 15, Bairro Residencial Aeroporto, em Cáceres-MT, portadora do RG nº 1598434-6 SSP/MT e CPF nº 003.177.451-23, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **JUCINÉIA ROSA DA SILVA** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Setor de Coordenação Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	319.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

JUCINÉIA ROSA DA SILVA

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SAEC
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N°02/2016 COM REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, aquisição de material hidráulico para suprimento das necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no exercício de suas funções de prestação do serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente, serviços estes, considerado essenciais, nos termos da Lei nº 11.445/2007. Estes materiais serão utilizados tanto na expansão, quanto na manutenção e recuperação da rede de distribuição de água existente no Município de Cáceres e demais Distritos Vinculados, nas quantidades e especificações, detalhadas no item 3.1 parte integrante do presente Termo de Referência constante no edital.

Realização: 15 de junho de 2016, as 9:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e caceres.mt.gov.br/aguas

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 24 Maio de 2016.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 630/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **SAMARA DE PAULA TEIXEIRA** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua da FEB, n° 318, Bairro Jardim Paraiso, em Cáceres-MT, portadora do RG nº 1420323-5 SSP/MT e CPF nº 017.408.011-56, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **SAMARA DE PAULA TEIXEIRA** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	319.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

SAMARA DE PAULA TEIXEIRA

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 633/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **DANILO MORAES DE ARRUDA** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida Presidente Getúlio Vargas , S/N, Bairro Vitória Régia, em Cáceres-MT, portador do RG nº 2592958-5 SSP/MT e CPF nº 054.798.931-81, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **DANILO MORAES DE ARRUDA** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no setor de Coordenação Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	319.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

DANILO MORAES DE ARRUDA

Contratado

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SAEC
ERRATA DO - AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N°01/2016 COM REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MAIOR PREÇO POR ITEM

Interessada: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de produtos químicos, para atender às demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, nas quantidades e especificações, detalhadas no item 3.1 parte integrante do presente Termo de Referência constante no edital.

Realização: 06 de junho de 2016, as 9:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e caceres.mt.gov.br/aguas

ONDE-SE-LÊ: **MAIOR PREÇO POR ITEM**

LEIA-SE: **MENOR PREÇO POR ITEM**

OBSERVAÇÃO:CONSIDERANDO QUE TRATA DE UM ERRO MATERIAL NO AVISO DE LICITAÇÃO E QUE NÃO PERJUDICARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO, FICA INALTERADA A DATA DO CERTAME.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 24 Maio de 2016.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 629/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **RO-**

GER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **ROSANA AIRES** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua N, N°10, Bairro Residencial Aeroporto, em Cáceres-MT, portadora do RG nº 1142170-3 SEJUSP/MT e CPF nº 003.939.411-59, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **ROSANA AIRES** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	319.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

ROSANA AIRES

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 628/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **MARLENE DA CONCEIÇÃO** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Via Aeroporto, S/N, Bairro Residencial Aeroporto, em Cáceres-MT, portadora do RG nº 1704240-2 SSP/MT e CPF nº 012.251.061-50, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **MARLENE DA CONCEIÇÃO** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.20	10.305.1012.2051	319.0.04.000	314

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

MARLENE DA CONCEIÇÃO

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 627/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **ANTÔNIO SÓCRATES PINHEIRO GARCIA** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida Lavapés , Nº 529, Bairro Monte Verde, em Cáceres-MT, portador do RG nº 1601196-1 SSP/MT e CPF nº 009.360.741-59, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **ANTÔNIO SÓCRATES PINHEIRO GARCIA** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Recursos Humanos-RH da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	319.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

ANTÔNIO SÓCRATES PINHEIRO GARCIA

Contratado

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 642/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **THIAGO HENRIQUE MARQUI PEGAIANI**,brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua: Ana Fontes, nº440 Bairro: Cavalhada, em Cáceres-MT, portador do RG: nº 57370551-3 SSP/MT e CPF: n.º 015.759.151-46, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **THIAGO HENRIQUE MARQUI PEGAIANI** no cargo de Médico Clínico Geral, a que refere o Decreto nº 232 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Pronto de Atendimento Médico - PAM do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **13 de maio de 2016 e término em 12 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$2.057,60 (dois mil, cinquenta e sete reais e sessenta centavos) mensais, acrescido de verba indenizatória na forma da Lei Municipal nº 2324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei nº 2356 de 21 de dezembro de 2012 e Decreto nº 343 de 05 de agosto de 2013.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.21	10.302.1011.2041	3190040000	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

THIAGO HENRIQUE MARQUI PEGAIANI

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

Afixado em: 12.05.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 634/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **ANA LUCIA ORTIZ DO PRADO** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Radial 1, S/N, Bairro Rodeio, em Cáceres-MT, portadora do RG nº 2071418-1 SSP/MT e CPF nº 027.839.001-30, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/ 2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **ANA LUCIA ORTIZ DO PRADO** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 231 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Setor de Avaliação e Controle da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **02 de maio de 2016 e término em 01 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 900,20 (novecentos reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.10	10.122.1009.2024	319.0.04.000	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

ANA LUCIA ORTIZ DO PRADO

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 643/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **JOZIANE ALBINA BRUNELLI**,brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua: Holanda, Q. 13, lote 01, Bairro: Santa Vila Real, em Cáceres-MT, portadora do RG: nº 1449747-6 SSP/MT e CPF: n.º 986613021-53, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **JOZIANE ALBINA BRUNELLI** no cargo de Médico Clínico Geral, a que refere o Decreto nº 232 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Pronto de Atendimento Médico - PAM do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **13 de maio de 2016 e término em 12 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$2.057,60 (dois mil, cinquenta e sete reais e sessenta centavos) mensais, acrescido de verba indenizatória na forma da Lei Municipal nº 2324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei nº 2356 de 21 de dezembro de 2012 e Decreto nº 343 de 05 de agosto de 2013.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.060.21	10.302.1011.2041	3190040000	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

JOZIANE ALBINA BRUNELLI

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

Afixado em:12.05.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 08/2016

Protocolo Nº 19531 de 06 de maio de 2016.

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a contratação de empresa com Bandeira KOMATSU para prestação dos serviços de manutenção, referente a 500h (quinhentas horas), como consta no Manual de Operação e Manutenção 4-1 – 4-78, nas 03 (três) Pá Carregadeiras WA200-6, marca KOMATSU do Município de Cáceres – MT.

Despesas:

Órgão/Unidade: 08.01

Funcional/programática: 26.782.1025.2.206

Natureza da despesa: 3.3.90

Fonte de recursos: (0.130) Rec. FETHAB

Fundamento: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 24 de maio de 2016.

Empresa: **ALFA-COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME**

CNPJ: 13.731.784/0001-70

Valor: **R$ 6.628,86 (seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos)**

Alice de Fátima Gonzaga Araújo

Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, X da Lei Federal nº 8.666/1993.

Prefeitura de Cáceres / MT, 24 de maio de 2016.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbano

.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 644/2016 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **DANILA MARTINS BEZERRA**,Brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua: Arthur Bernardes, Nº2530, Bairro: Jardim Cidade Nova, em Cáceres-MT, portadora do RG: nº 18836836-SSP/MT e CPF: n.º 012.105.341-50, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **DANILA MARTINS BEZERRA** no cargo de Médico Clínico Geral, a que refere o Decreto nº 232 de 12 de maio de 2016, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Pronto de Atendimento Médico - PAM do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **13 de maio de 2016 e término em 12 de maio de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$2.057,60 (dois mil cinquenta e sete reais e sessenta centavos) mensais, acrescido de verba indenizatória na forma da Lei Municipal nº 2324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei nº 2356 de 21 de dezembro de 2012 e Decreto nº 343 de 05 de agosto de 2013.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06.60.21	10.302.1011.2041	3190040000	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de maio de 2016.

_____

DANILA MARTINS BEZERRA

Contratada

_____

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

CPF nº

Afixado em: 12.05.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 210 DE 16 DE MAIO DE 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, e:**

CONSIDERANDO o artigo 107, da Lei Complementar nº. 025, de 25 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Protocolo Geral nº 17878, de 25 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **CLAUDINEY DE LIMA PINTO** – Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, **Licença para o desempenho de Mandato Classista**, pelo período de 20.04.2016 a 19.04.2019, correspondente a 03 (três) anos, com ônus para esta Administração Pública Municipal, para exercer o cargo de Presidente do Sindicato dos Servidores Público Municipal.

Art.2º Para todos os efeitos legais, durante o período de afastamento será contado o tempo de serviço.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de maio de 2016.

JUNIOR CESAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Fazenda

Afixado em: 16.05.2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 219 DE 19 DE MAIO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 20844, de 16 de maio e 21189, de 18 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Revogar a Portaria nº 102 de 16 de março de 2016, que designou a servidora **ROSELI MARTINS CARDOZO** – Auxiliar Administrativo, para responder pela Divisão de Merenda Escolar da Secretaria de Educação, Município de Cáceres, com efeitos desde 17 de maio de 2016.

Art. 2º Designar a servidora **ROSELI MARTINS CARDOZO** – Auxiliar Administrativo, para exercer a função de Chefe de Divisão Financeira e Acompanhamento de Receita da Secretária de Finanças, Município de Cáceres, com efeitos desde 17 de maio de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2016.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Afixado em: 19.05.2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 220 DE 19 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21124, de 18 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de maio de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 19.05.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 222 DE 23 DE MAIO DE 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21289, de 19 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **WESLEY DE SOUSA LOPES** como responsável pela fiscalização e controle dos Contratos relacionados abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
076/2016	Palácio das Tintas materiais para construções Ltda.	Aquisição de material asfáltico para revitalização de vias urbanas, em diversos bairros do Município de Cáceres-MT.	31/03/2016	12 meses

077/ 2016	Construpel Comércio e serviços para construção Ltda-ME	Aquisição de material asfáltico para revitalização de vias urbanas, em diversos bairros do Município de Cáceres-MT.	31/03/ 2016	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de maio de 2016.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 23.05.16.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 111/2016

PORTARIA N.º 111/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Jose Ramos Bretas".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria Jose Ramos Bretas,** portadora do CPF nº. 352.728.301-30, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 18/05/2016 a 24/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 166/2012.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 18/05/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 24 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 24.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 110/2016

PORTARIA N.º 110/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Rosangela Fátima da Silva Ferreira".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Rosangela Fátima da Silva Ferreira,** portadora do CPF nº. 456.773.601-04, *efetiva no cargo de Professora com Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 05/05/2016 a 24/07/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 086/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 24 de maio de 2016.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 24.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 109/2016

PORTARIA N.º 109/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Jucyara Costa Sortica de Souza".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Jucyara Costa Sortica de Souza,** portadora do CPF nº. 111.457.491-00, *efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/05/2016 a 24/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 137/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 02/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 24 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 24.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 108/2016

PORTARIA N.º 108/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Jocenildo Caetano da Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Jocenildo Caetano da Silva,** portador do CPF nº. 298.531.841-68, *efetivo no cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Finanças com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 05/05/2016 a 24/11/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 120/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 05/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 24 de Maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 24.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 107/2016

PORTARIA N.º 107/2016

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Luciana dos Reis Alves Oliveira".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVI-II", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 4º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Luciana dos Reis Alves Oliveira,**portadora do CPF nº 938.646.471-34, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/05/2016 a 29/08/2016, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 042/2016.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 02/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 24 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 24.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 106/2016

PORTARIA N.º 106/2016

"Dispõe sobre a homologação do concurso público realizado por meio do Edital n°. 001/2015 publicado pelo PREVI-CÁCERES, e dá outras providências".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto de n°. 667 de 30 de Dezembro de 2015 e, em atenção aos dispositivos do art. 75 da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005,

Resolve,

Art. 1°. Homologar o concurso público convocado pelo Edital n°. 001/2015, publicado com a finalidade de prover cargos efetivos do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, a saber:

Cargo: Advogado

Nível: Superior

Tipo de vaga: Ampla concorrência

Vaga(s): 1

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
00323-9	Cheila Mara Bertoglio	1	Aprovado
00331-0	Emerson Pinheiro Leite	2	Classificado
00357-3	Valdiney da Silva	3	Classificado
00313-1	Amanda Caroline Soares	4	Classificado
00322-0	Caroline da Silva Cruz	5	Classificado
00347-6	Marcia Aparecida Leal Vanine Bittencourt	6	Classificado
00356-5	Tatiane Aparecida Dias de Souza	7	Classificado
00316-6	André Luiz Picoli Herrera	8	Classificado
00344-1	Luciano Silva Alves	9	Classificado
00320-4	Camila Scipioni	10	Classificado

Cargo: Advogado – PCD – Cad. reserva

Nível: Superior

Tipo de vaga: Reservada a pessoas com deficiência

Vaga(s): Cadastro de reserva

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
	Não houve candidato aprovado/classificado		

Cargo: Contador

Nível: Superior

Tipo de vaga: Ampla concorrência

Vaga(s): 1

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
00368-9	Denise Pereira Pacheco	1	Aprovado
00383-2	Thiago Wanderson Zorzan Santana	2	Classificado
00360-3	Ana Lúcia de Oliveira Silva	3	Classificado
00369-7	Edelcio de Carvalho	4	Classificado
00358-1	Adalgisa Isabel Cardozo de Assunção	5	Classificado
00372-7	Joabe Francis Garcia Silva	6	Classificado
00359-0	Alessandra Aparecida Riccielli Sobrinho	7	Classificado
00366-2	Daiany Priscila Nunes Henrique	8	Classificado
00382-4	Sandra Francisca de Oliveira	9	Classificado
00377-8	Maria Dayana Silva Lins	10	Classificado

Cargo: Contador – PCD – Cad. Reserva

Nível: Superior

Tipo de vaga: Reservada a pessoas com deficiência

Vaga(s): Cadastro de reserva

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
	Não houve candidato aprovado/classificado		

Cargo: Controlador interno

Nível: Superior

Tipo de vaga: Ampla concorrência

Vaga(s): 1

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
00307-7	Vanessa Ferreira da Silva	1	Aprovado
00216-0	Camila Percilyana de Lima e Silva Alves	2	Classificado
00258-5	Julia Lima Yoshida Varuzza	3	Classificado
00279-8	Michely Andresa Oliveira de Andrade	4	Classificado
00215-1	Caio Gabriel do Carmo Sposito	5	Classificado
00229-1	Edimara da Silva Ramos	6	Classificado
00223-2	Dayane Barreto de Souza	7	Classificado
00286-0	Paulo Alexandre Soares Junior	8	Classificado
00267-4	Luana Aparecida Ortega Piovesan	9	Classificado
00295-0	Robson Máximo da Costa	10	Classificado

Cargo: Controlador interno – PCD – Cad. Reserva

Nível: Superior

Tipo de vaga: Reservada a pessoas com deficiência

Vaga(s): Cadastro de reserva

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
	Não houve candidato aprovado/classificado		

Cargo: Assistente administrativo

Nível: Médio

Tipo de vaga: Ampla concorrência

Vaga(s): Cadastro de reserva

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
00137-6	Marco Tulio Martins da Silva Junior	1	Classificado
00078-7	Gustavo Correa Alves Mathar	2	Classificado
00150-3	Paula Balduina Rocha dos Santos	3	Classificado
00065-5	Everson Pedro Correia Maciel	4	Classificado
00068-0	Felipe Corrêa da Costa de Araujo	5	Classificado
00154-6	Rafaella Santiago Souza Veríssimo	6	Classificado
00126-0	Lucas Samuel Silva Marcacini	7	Classificado
00112-0	Larissa Medeiros Duarte	8	Classificado
00172-4	Simone Cristina Fernandes Naves	9	Classificado
00102-3	Karina Mitie Saran	10	Classificado
00005-1	Ademilson José Wilpert	11	Classificado
00004-3	Ronaldo Pereira da Costa	12	Classificado

Cargo: Assistente administrativo – PCD – Cad. Reserva

Nível: Médio

Tipo de vaga: Reservada a pessoas com deficiência

Vaga(s): Cadastro de reserva

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
00004-3	Ronaldo Pereira da Costa	1	Classificado

Cáceres - MT, 24 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 24.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, torna sem efeito a publicação do Edital de Licitação nº 04/2016 de 23/05/2016 divulgada pelo jornal oficial eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XI nº 2.482.

Cáceres, 24 de maio de 2015.

Luiz Emídio Dantas Junior

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 262 DE 23 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21324, de 19 de maio de 2016,

R E S O L V E:

Art.1º Nomear o senhor **EMANOEL PEDRO BORROMEU DA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador de Controle Interno Municipal, junto a Controladoria Municipal, com efeitos desde 18 de maio de 2016.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de maio de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 23.05.16

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 105/2016

PORTARIA N.º 105/2016

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Nadia Micheli Bindandi".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 4º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Nadia Micheli Bindandi,**portadora do CPF nº 003.906.951-65, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 10/05/2016 a 06/09/2016, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 043/2016.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 10/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 104/2016

PORTARIA N.º 104/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Dênio de Carvalho Souza**".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

***Art. 1º**Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Dênio de Carvalho Souza**, portador do RG494325 SSP/MT e do CPF nº. 340.272. 201-10, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 12/ 05/2016 a 13/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 020/ 2014.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 12/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 223 DE 23 DE MAIO DE 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21289, de 19 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **JOÃO BRAULINO DA FONSECA** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
415/ 2015	Paulo Sergio Dias Posto EPP	Contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustíveis.	15/12/ 2015	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de maio de 2016.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 23.05.16.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 221 DE 23 DE MAIO DE 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21289, de 19 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **FRANCISCO CAMPOS LEITE FILHO** como responsável pela fiscalização e controle dos Contratos relacionados abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
103/ 2016	Empresa Auto Mecanica Milhomem Ltda	Fornecimento e substituição de peças gastas ou defeituosas por peças Genuínas, originais ou similares, óleo, filtros para caminhões.	19/04/ 2016	12 meses
104/ 2016	J.C. Parreira Duarte & Cia Ltda-EPP	Serviços de Manutenção preventiva e corretiva das partes das mecânicas de caminhões, sendo hora/homem.	19/04/ 2016	12 meses
070/ 2016	Retifica San Diesel Ltda - ME	Serviços de Manutenção preventiva e corretiva das partes das mecânicas de caminhões, sendo hora/homem.	28/03/ 2016	12 meses
100/ 2016	J. Marangoni Comercial – Importação e Exportação Eireli-EPP	Fornecimento e substituição de peças gastas ou defeituosas por peças Genuínas, originais ou similares, óleo, filtros para máquinas pesadas.	19/04/ 2016	12 meses
95/2016	Pólo Ar condicionado serviços de Refrigeração	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de refrigeração de ar condicionado de janela e Split.	15/04/ 2015	12 meses
115/ 2016	M.Diesel Caminhões e Ônibus Ltda	Aquisição de caminhões basculante traçado 6x4 com caçamba basculante	03/05/ 2016	12 meses
110/ 2016	Contratos de livraria e papelaria Ltda-EPP	Aquisição de material de expediente (papelaria, escritório, aviamentos entre outros)	25/04/ 2016	12 meses
43/2016	Construpel Comércio e serv. Para construção Ltda-ME	Contratação de empresa para fornecimento de materiais (tijolo, cimento, barra de ferro, areia, brita, cal, tinta amarela entre outros)	19 /02/ 2016	12 meses
46/2016	Palácio das tintas Materiais construção Ltada	Contratação de empresa para fornecimento de materiais (tijolo, cimento, barra de ferro, areia, brita, cal, tinta amarela entre outros)	23/02/ 2016	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de maio de 2016.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 23.05.16.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 103/2016

PORTARIA N.º 103/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Carla Kruger".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença, à servidora* **Carla Kruger,** portadora do CPF nº. 929.298.850-68, *efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio Meio Ambiente e Turismo, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/05/2016 a 30/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 151/2013.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 01/05/ 2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de maio de 2015.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 100/2016

PORTARIA N.º 100/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Raquel Sousa Paula dos Santos".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora***Raquel Sousa Paula dos Santos,** portador do CPF nº. 004.662.251-99, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 05/05/2016 a 21/05/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 032/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 23 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 099/2016

PORTARIA N.º 099/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria José Menacho da Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria José Menacho da Silva,** portadora do CPF nº. 352.733.051-87, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/05/2016 a 25/10/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 104/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 02/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 098/2016

PORTARIA N.º 098/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ana Marta de Campos".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ana Marta de Campos,** portadora do CPF nº. 274.363.901-63, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 05/05/2016 a 30/07/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 013/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05/05/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 23 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESCIÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 02/2016

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a rescisão do contrato de prestação de serviços n°02/2016:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: ANDERSON LUIZ CAITANO RIBEIRO

OBJETO: Rescisão amigável do contrato de prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação nº 02/2016, firmado entre as partes em 04 de janeiro de 2016, nos termos do artigo 79, inciso II da Lei n°8.666/93.

Cáceres, 09 de maio de 2016.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 097/2016

PORTARIA N.º 097/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Virginia dos Anjos Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora***Virginia dos Anjos Silva,** portadora do CPF nº. 621.731701-04, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 30/04/2016 a 29/07/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 012/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 30/04/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de maio de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 23.05.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°11/2016

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, torna sem efeito a publicação do extrato do contrato 12/2015 do dia 09/04/2015 e comunica o que segue:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRECISTA

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: VANDERLI LEITE SANTOS DA SILVA

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para 11/06/2016.

PRAZO: 30 dias

PRORROGAÇÃO APARTIR: 11.05.2016

VALOR*: Não há acréscimo de valores*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.00.00.00.000999 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Cáceres, 16 de maio de 2016.

Luiz Emídio Dantas Junior

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 224 DE 23 DE MAIO DE 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 21289, de 19 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ROSELY ANITA LUSTIG CEBALHO** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
99/2016	C.T. da Silva Eireli - ME	Contratação de empresa especializada visando locação de impressora com carga de tonner, substituição de peças, prestação de serviços de fotocópias simples e colorida, encadernação grossa e fina, impressão de plotter e encadernações das secretarias.	18/04/2016	12 meses

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de maio de 2016.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 23.05.16.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL RP N.º 015/2016.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial RP n.º 015/2016 para Registro de Preços para FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa do ramo de comércio de produtos químicos para o tratamento de água potável, de distribuição para a população de Campinápolis; que se deu às 13hs00min do dia 24/05/2016, sagrou vencedora a proponente: INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ Nº 10.717.170/0001-45, com valor global de R$ 127. 050,00 (cento e vinte e sete mil e cinquenta reais). Campinápolis, 24 de maio de 2016. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.629 DE 24 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 2.629 DE 24 DE MAIO DE 2016

Decreta Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que anualmente o dia de *Corpus Christi* é comemorado 60(sessenta) dias após a pascoa;

Considerando que no ano vigente o dia de *Corpus Christi* será comemorado no dia 26/05/2016 quinta-feira.

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública Municipal o dia 27 de maio de 2016.

Art. 2º. Ficam excluídos do presente Decreto os Plantões de Caráter Essencial (Pronto Socorro e Limpeza urbana).

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 24 de maio de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

Confere com o Original Assinado – Publicado no Jornal Eletrônico dos Municípios em 25/05/2016

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 014/216.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 02464/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 014/2016.

OBJETIVO: FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial RP n.º 014/2016 de 23 de maio de 2016, realizada para Registro de Preços Registro de Preços para a futura e eventual locação de veículos apropriado para efetuar o transporte escolar dos alunos que moram distantes das escolas, e veículo caminhão de carroceria aberta para transportar gêneros alimentícios, material de limpeza, móveis, utensílios e mobiliários, material de copa e cozinha, eletrodomésticos, material didático e qualquer outro material necessário para o funcionamento da unidade de ensino solicitado pela Secretaria Municipal de Educação; e **HOMOLOGAR** as propostas das empresas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS DE CAMPINÁPOLIS	08.625.266/0001-31	R$ 1.471.323,46

Devendoser pago mediante a execução dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto do recebimento do objeto, pelo fiscal do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias do mês de maio de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N.º 037/2016.

Adjudicado: MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA - ME.

CNPJ: 11.987.065/0001-99

Objeto: Execução de Obra de Construção de CRECHE PRÓ-INFÂNCIA TIPO 2 , na Rua 1º de maio, quadra 69, lotes 12,13,14,15 e 16, no Município de Campinápolis - Localização Geográfica: S 14°32'38.22", W 52°48'06.11".

Valor Total: R$ 1.299.999,93 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Dotação: 06.010.12.365.1120.1023.4.4.90.51.00.00 Red. 0164 / Termo de Compromisso Nº PAC 2 11704/2014.

Vigência: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. O prazo de execução segue o Cronograma Físico Financeiro.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Arlindo Domingos da Silva – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO – AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público a RETIFICAÇÃO da publicação do AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 24/05/2016, edição nº 2.483, pág. 37, **ONDE SE LÊ:** com valor global de R$ 1.462.833,45 (um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), **LEIA-SE:** com valor global de R$ 1.471. 323,46 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil trezentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos).

Campinápolis – MT, 24 de maio de 2016.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL Nº 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL Nº 001/2016

O Presidente da Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº2.620/2016, com fulcro na Lei Municipal nº 1.133/2016,

RESOLVE:

1.0 T O R N A R P Ú B L I C A a retificação do Edital Complementar nº 002 ao Edital nº 001/2016 relação de inscritos no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS, Nº 003/2016, conforme item 03 do Anexo I do Edital de Abertura:

2.0. O Anexo I do Edital Complementar nº 002 ao Edital nº 001/2016 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I deste Edital.

3.0. Integra o presente Edital o anexo I.

Campinápolis - MT, 24 de maio de 2016.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão/ Decreto nº 2.620/2016

ANEXO I - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL Nº 001/2016

RELAÇÃO DE INSCRITOS – PSS 003/2016

SEDE DO MUNICÍPIO

Ord.	NOME DO CANDIDATO	FUNÇÃO	Nº DA INSCRIÇÃO	Nº DA FUNÇÃO	DATA DE NASCIMENTO
01	JONEIDE NOGUEIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR ANOS INICIAIS/ ENS. FUNDAMENTAL	003	001	05/09/1979
02	SONIA APARECIDA R. DA COSTA	PROFESSOR ANOS INICIAIS/ ENS. FUNDAMENTAL	011	001	11/09/1970
03	TITO SERETATE	PROFESSOR ANOS INICIAIS/ ENS. FUNDAMENTAL	013	001	24/02/1968

SEDE DO MUNICÍPIO

Ord.	NOME DO CANDIDATO	FUNÇÃO	Nº DA INSCRIÇÃO	Nº DA FUNÇÃO	DATA DE NASCIMENTO
01	AURELINO P. DE NOVAIS FILHO	APOIO ADM. EDUC./TRANSP. ESCOLAR	012	002	01/03/1978
02	DIONECLEY RIBEIRO NEVES	APOIO ADM. EDUC./TRANSP. ESCOLAR	009	002	17/10/1985
03	FAGNER SOUZA BARBOSA	APOIO ADM. EDUC./TRANSP. ESCOLAR	010	002	22/01/1989
04	GILMAR APARECIDO M. SANTOS	APOIO ADM. EDUC./TRANSP. ESCOLAR	001	002	12/08/1972
05	RAFAEL VICENTE DA SILVA	APOIO ADM. EDUC./TRANSP. ESCOLAR	007	002	10/03/1991
06	WANDERSON V. DE FRANÇA	APOIO ADM. EDUC./TRANSP. ESCOLAR	002	002	20/10/1992

SEDE DO MUNICÍPIO

Ord.	NOME DO CANDIDATO	FUNÇÃO	Nº DA INSCRIÇÃO	Nº DA FUNÇÃO	DATA DE NASCIMENTO
01	PATRÍCIA CAMPOS PUGIN	MÉDICA	015	003	26/06/1988
02	ANINHA APARECIDA A. COELHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	014	004	20/07/1978
03	DJANIRA RO'OJADAWE TSI'	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	005	004	10/12/1994
04	MARCILEI DAMASIO GUIMARÃES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	008	004	02/08/1966
05	MARIA JOSÉ GOMES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	006	004	10/08/1952
06	RAQUEL RODRIGUES BARBOSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	004	004	10/04/1988

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2464/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2016, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Jeovan Faria,** brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a **Ata de Registro de Preços (ARP) nº 039/2016,** com a empresa **COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS DE CAMPINÁPOLIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.625.266/0001-31, com sede na Rua 31 de Março, 1.500, Centro, Campinápolis – MT, CEP 78.630-000, doravante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato por seu Presidente, Sr **Cleuton Cezar de Oliveira**, casado, administrador, inscrito na CIRG nº 3568682-9128956 SSP/GO e no CPF: 788.978.231-49, residente e domiciliado na Rua Alves Ferreira, 1.500, Centro, Campinápolis – MT, CEP 78.630-000; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5. 450/05, do Decreto Federal nº 7.892/13, Decreto Federal nº 8.250/14, da Lei Complementar Federal nº 123/06, atualizada pela Lei Complementar n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2016, conforme Processo Administrativo nº 2464/2016, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus anexos, conforme segues.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Por este instrumento a CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE a futura e eventual locação de veículos apropriado para efetuar o transporte escolar dos alunos que moram distantes das escolas, e veículo caminhão de carroceria aberta para transportar gêneros alimentícios, material de limpeza, móveis, utensílios e mobiliários, material de copa e cozinha, eletrodomésticos, material didático e qualquer outro material necessário para o funcionamento da unidade de ensino solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, por itens, espécies e grupos, descritos no QUADRO DE PLANILHA a seguir, pelos preços unitários e totais obtidos com base em sua proposta homologada, atendendo ordens de REQUISIÇÕES por autoridade competente a serem expedidas oportunamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS

3.1. A aplica-se a esta Ata de Registro de Preços a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº 2.108/ 2013, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

4.1. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 2464/2016, Pregão Presencial Registro de Preços 014/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. A presente Contratação poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela **CONTRATADA** até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. A **CONTRATADA,** deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da **CONTRATADA** injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura**.** Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção**.**

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitante obteve o seguinte resultado do Pregão Presencial nº 014/2016:

TRANSPPORTE ESCOLAR								
N.	**CÓD.**	**LINHA**	**QTD/KM LINHA**	**UND**	**DIAS LETIVOS**	**TOTAL KM/ANO**	**VALOR/ KM ESTIMADO**	**TOTAL ESTIMADO (R$)**
1	830	**L.01**-CINCO ESTRELA / ONIBUS	129,6	KM	209	27.086,40	**4,40**	119.180,16
2	82499	**L.02**-VALE DO IPÊ / MICRO	136,4	KM	209	28.507,60	**3,01**	85.807,88
3	82500	**L.03**-BRINQUEDO BANDEIRANTE (S.J.C) / MICRO	184,5	KM	209	38.560,50	**3,01**	116.067,11
4	82501	**L.04**-MINEIROS (S.J.C) / MICRO	201,9	KM	209	42.197,10	**3,01**	127.013,27
5	82502	**L.05**-SANTA CRUZ – P.A. SANTA CELIA / MICRO	242,7	KM	209	50.724,30	**3,01**	152.680,14
6	82503	**L.06**-CORREGO DO PIAU / VAM	109,7	KM	209	22.927,30	**2,82**	64.654,99
7	82504	**L.07**-SANTA CELIA / VAM	202,5	KM	209	42.322,50	**2,82**	119.349,45
8	82505	**L.08**-DOIS CORAÇÕES / VAM	113	KM	209	23.617,00	**2,82**	66.599,94
9	82506	**L.09**-AGROVILA DO PIAU / VAM	114	KM	209	23.826	**2,82**	67.189,32
10	82507	**L.10**-RANCHO AMIGO – SANTA CÉLIA / VAM	213,8	KM	209	44.684,20	**3,01**	134.499,44
11	82508	**L.11**-SERRA VERDE 2 / VAM	106,5	KM	209	22.258,50	**2,82**	62.768,97
12	82509	**L.12**-E. E. A. JARAGUÁ / ONIBUS	180,5	KM	209	37.724,50	**4,40**	165.987,80
TOTAL	**1.281.798,47**							

TRANSPORTAR PARA AS ESCOLAS DAS ALDEIAS NO MUNICIPIO DE CAMPINÁPOLIS EM CAMINHÃO DE CARROCERIA ABERTA QUE ESTEJA EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MÓVEIS, UTENSILIOS E MOBILIARIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ELETRODOMESTICOS, MATERIAL DIDATICOS E QUAL QUER OUTRO MATERIAL NECESSARIO PARA O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ENSINO SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

N.	**CÓD.**	**DESCRIÇÃO DOS ITINERÁRIOS**	**QTD. (KM)**	**UND**	**QTD/ ENTREGAS**	**TOTAL KM/ ANO**	**VALOR KM (ESTIMADO)**	**TOTAL ESTIMADO (RS)**
1	70379	LINHA 1 - REGIÃO PARA-BUBURE	2.100	km	25	52.500	3,61	189.525,00

2	LINHA 2 - REGIÃO KU-LUENE	
3	LINHA 3 - REGIÃO SÃO PEDRO	
4	LINHA 4 - REGIÃO SANTA CLA-RA	
5	LINHA 5 - REGIÃO CORREGO SECO P.A SANTA CE-LIA E P.A SANTA CRUZ	
6	LINHA 6 - LI-NHA DISTRI-TO SÃO JO-SE DO COU-TO	
TOTAL	**189.525,00**	

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância de **R$ 1.471.323,46 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil trezentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos).**

8.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 014/2016.

9.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, na pessoa do Sr. **Lindomar Piaba Bento**, conforme Portaria n.º 6.801, de 24 de maio de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária, em 2016:

06.010.12.361.1120.2033.3390390000 – Red. 0157
06.010.12.361.1120.2026.3390390000 – Red 0152

10.2. Em 2017 a dotação orçamentária será a vigente no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

11.1 Ao Município compete:

a) Efetuar os pagamentos em conformidade a Clausula Oitava deste instrumento;

b) Requisitar o fornecimento do item com antecedência mínima de dez (10) dias, da data de prevista.

c) Nomear um servidor como fiscal da Ata.

11.2 A Contratada compete:

a) Manter o serviço ofertado em quantidade, espécie, qualidade e natureza, durante o prazo de vigência deste contrato, à disposição do Município;

b) Fornecer os serviços no prazo previsto nesta Ata de até no máximo 10 (dez) dias sem alterações substituição por genéricos ou similares;

c) Submeter-se ao crivo da fiscalização, controle de qualidade, quantidade e outros critérios de avaliação no ato de entrega e recebimento dos objetos;

d) Apresentar as faturas corretamente preenchidas e em documentos válidos;

e) Cumprir os prazos, condições, garantias, qualidade dos serviços e preços pactuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº. 2.108/2013 e demais normas aplicáveis;

13.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 24 de maio de 2016.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

E CARGAS DE CAMPINÁPOLIS

CNPJ: 08.625.266/0001-31

Cleuton Cezar de Oliveira

Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF: _____/_____/_____/_____

_____

NOME:

CPF:_____/_____/_____/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 069/2016

Autuado: Genival de Almeida

CPF: 013.317.865-09

Endereço: rua Araponga, quadra 404, lote 01B

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 08h 53min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 197/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 023/2016

Autuado: Mara Alves da Silva

CPF: 488.619.101-06

Endereço: Gaivota, quadra 274, lote 08

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h 02min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 108/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 026/2016

Autuado: Francisco Xavier de Souza e Esposa

CPF: 207.263.841-00

Endereço: av. Amazonas, quadra 296, lote 02

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h 25min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 113/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 035/2016

Autuado: Iolanda Souza Gama

CPF: 316.298.811-04

Endereço: av. Maranhão, quadra 341, lote 03

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 13h 59min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 133/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 036/2016

Autuado: Iolanda Souza Gama

CPF: 316.298.811-04

Endereço: av. Maranhão, quadra 341, lote 04

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 13h 57min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 134/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 042/2016

Autuado: Macsuel Rodrigues da Silva

CPF: 021.164.451-08

Endereço: rua João de Barro, quadra 350, lote 04

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 14min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 136/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 043/2016

Autuado: Valdeni Munari

CPF: 717.594.179-04

Endereço: rua Das Garças, quadra 352, lote 08

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 19min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 138/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 044/2016

Autuado: Durval Nunes Ferreira

CPF: 432.999.891-20

Endereço: rua Pavão, quadra 356, lote 05

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 34min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 140/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 045/2016

Autuado: Antonio Souza de Santana

CPF: 938.736.971-49

Endereço: rua Rouxinol, quadra 357, lote 01

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 40min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 142/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 049/2016

Autuado: Magi Nafez Bazi Gomes

CPF: 569.429.821-72

Endereço: av. Amazonas, quadra 359, lote 03

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 54min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 143/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 050/2016

Autuado: Valdinei Pereira Dias

CPF: 701.005.001-53

Endereço: av. Ceará, quadra 359, lote 09B

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 48min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 149/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 051/2016

Autuado: Dani Nafez Bazi

CPF: 689.489.641-00

Endereço: rua Beija Flor, quadra 359, lote 15

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 51min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 145/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 052/2016

Autuado: Aparecida da Silva

CPF: 652.465.861-20

Endereço: rua Andorinha, quadra 360, lote 06

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 14h 58min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 146/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 055/2016

Autuado: José Ribeiro da Costa

CPF: 065.006.251-53

Endereço: rua Beija Flor, quadra 362, lote 14

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 15h 20min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 151/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 056/2016

Autuado: Janaina de Fátima Steinhaus

CPF: 009.591.251-75

Endereço: av. Maranhão, quadra 363, lote 09B1

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 15h 29min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 232/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de

mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 059/2016

Autuado: J. A. NAITZEL EIRELI-EPP

CPF: 12.358.249/0001-52

Endereço: rua Juriti, quadra 378, lote 03

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 15h 50min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 164/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 061/2016

Autuado: Abreu Follmann e Vigano ltda.

CPF: 08.988.022/0001-13

Endereço: rua Canarinho, quadra 379, lote 22

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 08h 35min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 169/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 034/2016

Autuado: Dionisio Costa Fernandes

CPF: 326.235851-72

Endereço: rua Juriti, quadra 328, lote 04

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 10h 12min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 131/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 062/2016

Autuado: Abreu Follmann e Vigano ltda.

CPF: 08.988.022/0001-13

Endereço: rua Canarinho, quadra 379, lote 23

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 08h 36min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 170/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 064/2016

Autuado: Edilson de Pinho e Silva

CPF: 690.877.331-00

Endereço: rua Pavão, quadra 392, lote 02

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 08h 47min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 179/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 066/2016

Autuado: Josuel da Silva Motta

CPF: 831.859.331-68

Endereço: rua Das Garças, quadra 402, lote 04

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h 09min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 191/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2016

RESULTADO QUANTO AOS RECURSOS SOBRE AS INSCRIÇÕES

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 do Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições , divulga que NÃO HOUVERAM RECURSOS SOBRE AS INSCRIÇÕES do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** para fins de seleção **de Instrutor de Artesanato, Professor Nível Superior (Pedagogo), Instrutor de Informática, Ajudante de Serviços Gerais, Cozinheiro, Operador de Programas Sociais, Orientador Social, Psicólogo**, em caráter temporário no Município de Campo Novo do Parecis/MT.

Comissão de Processo Seletivo Simplificado, 24 de Maio de 2016.

JAIR BRUGNERA BELANI

Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado Nº. 003/2016

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 067/2016

Autuado: Egnaldo Braga do Carmo

CPF: 706.106.571-00

Endereço: rua Das Garças, quadra 402, lote 06

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h 11min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 192/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 068/2016

Autuado: Marcos Campos da Silva

CPF: 078.291.559-09

Endereço: av. Maranhão, quadra 403, lote 020A

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h 03min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 193/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 070/2016

Autuado: Valdirene Benicio Soares

CPF: 694.512.651-04

Endereço: av. Maranhão, quadra 404, lote 05

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 08h 58min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 195/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 071/2016

Autuado: Leocar Rodrigues da Silva

CPF: 407.220.581-87

Endereço: av. Maranhão, quadra 404, lote 06

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 08h 57min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 194/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 073/2016

Autuado: Claudio Arla Ribeiro - Olcio Afonso de Oliveira

CPF: 983.188.101-04

Endereço: rua Beija-Flor, quadra 365, lote 12

Bairro: Bairro Jardim das Palmeiras

Município: Campo Novo do Parecis – MT

CEP: 78360-000

Aos seis dias do mês abril do ano de dois mil e dezesseis, às 15h 39min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 161/2016 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°.1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2016

ONDE SE LÊ:

VALOR: R$ 2.168,57 (Hum mil, Cento e Sessenta e Oito Reais com Cinquenta e Sete Centavos) MENSAIS.

LEIA-SE:

VALOR: R$ 2.168,57 (Dois mil, Cento e Sessenta e Oito Reais com Cinquenta e Sete Centavos) MENSAIS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 142/2016

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.**

CONTRATADO: **CAMILA FRANCINE AULER**

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE **AUXILIAR DE SAUDE BUCAL**

VALOR: **R$ 1.748,25 (Hum mil, Setecentos e quarenta e Oito reais com vinte e cinco centavos) MENSAIS**.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM **18 DE MAIO DE 2016** E COM TÉRMINO EM **31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 350/2016

PORTARIA Nº 350/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR ADENILSON DA CONCEIÇÃO SOUSA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2016

ONDE SE LÊ:

VALOR: R$ 2.168,57 (Hum mil, Cento e Sessenta e Oito Reais com Cinquenta e Sete Centavos) MENSAIS.

LEIA-SE:

VALOR: R$ 2.168,57 (Dois mil, Cento e Sessenta e Oito Reais com Cinquenta e Sete Centavos) MENSAIS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2016

ONDE SE LÊ:

VALOR: R$ 2.168,57 (Hum mil, Cento e Sessenta e Oito Reais com Cinquenta e Sete Centavos) MENSAIS.

LEIA-SE:

VALOR: R$ 2.168,57 (Dois mil, Cento e Sessenta e Oito Reais com Cinquenta e Sete Centavos) MENSAIS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 053/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do Pregão Nº 053/2016 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS: **DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 08.835.955/0001-70**, sagrou-se vencedora do LOTE 08 – R$ 58.250,00; LOTE 20 – R$ 8.673,00; LOTE 50 – R$ 595,00 e LOTE 84 – R$ 889,95, totalizando R$ 68.407,95 (sessenta e oito mil, quatrocentos e sete reais e noventa cinco centavos); **INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA, CNPJ 59.309.302/0001-99**, vencedora do LOTE 17 – R$ 189.956,00; LOTE 36 – R$ 54.606,00; LOTE 37 – R$ 9.950,00 e LOTE 76 – R$ 36.800,00, totalizando R$ 291.312,00 (duzentos noventa e um mil e trezentos e doze reais); **MB TEXTIL LTDA, CNPJ 00.894.372/0001-09,** vencedora do LOTE 16 – R$ 21.380,00 e LOTE 90 – R$ 15.640,00, totalizando R$ 37.020,00 (trinta e sete mil e vinte reais); **NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 52.202.744/0001-92,** vencedora do LOTE 13 – R$ 9.900,00; LOTE 14 – R$ 5.800,00; LOTE 39 – R$ 18.115,00; LOTE 51 – R$ 25.300,00; LOTE 56 – R$ 4.449,00; LOTE 60 – R$ 6.050,00 e LOTE 75 – R$ 639,60, totalizando R$ 70.253,60 (setenta mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos); **NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA, CNPJ 08.139.622/0001-07**, vencedora do LOTE 04 – R$ 16.990,20; LOTE 07 – R$ 4.300,00; LOTE 09 – R$ 462,20; LOTE 19 – R$ 7.500,00; LOTE 21 – R$ 33.000,00; LOTE 23 – R$ 2.828,00; LOTE 38 – R$ 1.342,50; LOTE 43 – R$ 3.967,35; LOTE 44 – R$ 5.700,00; LOTE 53 – R$ 10.000,00; LOTE 59 – R$ 518,00; LOTE 64 – R$ 19.999,50; LOTE 65 – R$ 476,00; LOTE 66 – R$ 1.955,00; LOTE 79 – R$ 750,00; LOTE 89 – R$ 2.218,50 e LOTE 93 – R$ 11.749,50, totalizando R$ 123.756,75 (cento e vinte e três mil, setecentos cinquenta e seis reais e setenta cinco centavos); **STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ 02.223.342/0001-04**, vencedora do LOTE 10 – R$ 895,20; LOTE 11 – R$ 580,40; LOTE 12 – R$ 888,00; LOTE 15 – R$ 14.130,00; LOTE 18 – R$ 1.218,90; LOTE 24 – R$ 14.520,00; LOTE 40 – R$ 5.093,50; LOTE 42 – R$ 5.402,00; LOTE 45 – R$ 185,60; LOTE 46 – R$ 52.500,00; LOTE 54 – R$ 1.323,00; LOTE 55 – R$ 928,80; LOTE 58 – R$ 17.220,00; LOTE 61 – R$ 337,70; LOTE 62 – R$ 264,60; LOTE 78 – R$ 6.615,00; LOTE 82 – R$ 1.877,80; LOTE 86 – R$ 1.134,00; LOTE 87 – R$ 5.700,00, totalizando R$ 130.814,50 (cento e trinta mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta centavos). Os demais lotes resultaram em fracassados e desertos. Campo Verde, 24 de maio de 2016. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 143/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

CONTRATADO: URICHELLY MARIANE PEREIRA RONDON

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ATENDENTE DE FARMACIA

VALOR: R$ 1.083,92 (Hum mil e Oitenta e Três reais com Noventa e dois Centavos) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 24 DE MAIO DE 2016 E COM TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 136, DE 23 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 023, de 23 de maio de 2016 e do edital do certame nº 001/2012;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a quinquagésima sexta candidata na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2012, **WELINZANA PEREIRA DOS SANTOS** ao cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerias, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 23 de maio de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 022, DE 2 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a audiência pública do RGF Relatório de Gestão Fiscal e RREO Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, e demais legislações aplicáveis, **COMUNICA** às entidades civis organizadas e à população em geral que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia 30 de Maio de 2016 (segunda-feira), às 19:00 horas, no auditório da Câmara Municipal, com o objetivo de apresentar o RGF Relatório de Gestão Fiscal 1º Quadrimestre e RREO Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2º Bimestre.

Campos de Júlio/MT, em 02 de Maio de 2016

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 023, DE 23 DE MAIO DE 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 13 de abril de 2012, homologado através do Decreto nº.* 070, de 5 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2012, de 18/3/2012, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº 001/2012 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
AUXLIAR DE SERVIÇOS GERAIS	WELINZANA PEREIRA DOS SANTOS	56º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2012, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2012.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2012.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 23 de maio de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº.134, DE 17 DE MAIO DE 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°.2235, de 16 de maio de 2016,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a funcionária **MARIA NUNES FREIRE**, admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Professor de Pedagogia, através da Portaria nº. 047, de 01 de março de 2013.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 19 de maio de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 047, de 01 de março de 2013, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 17 de maio de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 092/2015.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA V e CLÁUSULA V III– DO PRAZO DE ENTREGA E VIGENCIA E SUA ALTERAÇÕES do contrato original.

DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA: até 23/06/2016

DA VIGENCIA CONTRATUAL: ate 23/08/2016

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e a empresa CONTRATANTE e HELIO TSUNEO IKINO – EPP / CONTRATADO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 40/2016

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 40/2016, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, exclusiva para MPEs - Micro e Pequenas Empresas, com a finalidade de registrar preços para aquisições parceladas de materiais elétricos específicos para iluminação pública, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **08/06/2016**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 24 de maio de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro

Decreto nº 10/2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº.137, DE 24 DE MAIO DE 2016.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDOR DO EFETIVO QUE ESPECIFICA

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir a Função Gratificada de Diretor Adjunto de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos ao servidor **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA,** admitido na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Motorista de Veículo Especial, através da Portaria nº. 060, de 02 de fevereiro de 2004, registrado sob a matrícula nº. 202, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-02, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 245, de 18 de novembro de 2013.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 24 de maio de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 473/2016

DECRETO Nº 473/2016 _____ DE: 23/05/2016

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 83 INCISO V E XXX QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado De Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em Lei:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 27 de Maio de 2016**,** no Município de Canabrava do Norte – MT, devido o feriado de Corpus Christi. Lembrando que o expediente voltará funcionar normalmente no dia 30 de Maio do corrente ano.

Artigo 2º. Ficam excluídos do presente Decreto:

I – Serviços Essenciaisde Saúde,

II - Vigilância Municipal,

III - Serviços de Limpeza Pública,

Artigo 3º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 069/2016

Data: 19/05/2016

Contratado: MEI TATIANE APARECIDA RIBEIRO THIEL FINATO 04109020123

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para manutenção do portal da transparência do Município da Canarana-MT.

Valor: R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

Vigência: 19/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.242 DE 25 DE MAIO DE 2016.

(Projeto de Lei nº 020/2016, autoria do executivo)

"Dispõe Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar, com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional Suplementar no valor de R$ 578.379,71 (Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Trezentos e Setenta e Nove Reais e Setenta e Um Centavos) para dar cobertura a dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 1060 – URBANISMO

Proj:/Ativ: 1.044 – Construção, Reforma de Praças, Parques e Jardins

07.02.1.044.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 578.379,71

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Convenio firmado entre a Prefeitura Municipal de Canarana e o Estado de Mato Grosso:

Repasse Governo do Estado/MT R$ 578.379,71

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 25 de Maio de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 067/2016

Data: 19/05/2016

Contratado: L. R. DE FARIA - ME

Objeto: locação de bens móveis com montagem, operação, desmontagem de estrutura e equipamentos para cobertura de eventos, para execução diária e parcelada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT.

Valor: R$ 283.175,00 (duzentos e oitenta e três mil e cento e setenta e cinco reais)

Vigência: 19/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº1.245 DE 25 DE MAIO DE 2016.

(Projeto de Lei nº 023/2016, autoria do executivo)

"Dispõe Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar, com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional Suplementar no valor de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais) para dar cobertura a dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 1060 – URBANISMO

Proj:/Ativ: 1.046 – Construção Ciclovias e Parques de Ginástica

07.02.1.046.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 250.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Convenio firmado entre a Prefeitura Municipal de Canarana e o Ministério do Esporte sob Convênio nº 015631/2016:

Repasse Convênio R$ 250.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 25 de Maio de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.243 DE 25 DE MAIO DE 2016.

(Projeto de Lei nº 021/2016, autoria do executivo)

"Dispõe Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar, com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional Suplementar no valor de R$ 455.742,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Mil, Setecentos e Quarenta e Dois Reais) para dar cobertura a dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03 – BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

PROGRAMA: 1079 – SAÚDE

Proj:/Ativ: 1.033 – Reforma e Ampliação da Unidades Mista de Saúde

06.03.1.033.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 455.742,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Convenio firmado entre a Prefeitura Municipal de Canarana e o Ministério da Saúde:

Repasse Ministério da Saúde/Excesso R$ 455.742,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 25 de Maio de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº1.244 DE 25 DE MAIO 2016.

(Projeto de Lei nº 022/2016, autoria do executivo)

"Dispõe Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar, com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional Suplementar no valor de R$ 292.500,00 (Duzentos e Noventa e Dois Mil e Quinhentos Reais) para dar cobertura a dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 1060 – URBANISMO

Proj:/Ativ: 1.043 – Construção Reforma e Ampliação de Áreas Urbanas

07.02.1.043.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 292.500,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Convenio firmado entre a Prefeitura Municipal de Canarana e o Ministério do Turismo sob Convênio nº 821122/2015:

Repasse Convênio R$ 292.500,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 25 de Maio de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTES E PLANTADEIRA ADUBADOURA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO NASCENTES DO BURITI/FUNDO AMAZONIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:07/06/2016

HORÁRIO: 08:00min HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 13:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000

Carlinda/MT, em **24** de Maio de 201**6**.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA

Publique-se

PREVCAR
PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

PROCESSO Nº 02/2016

A Comissão Permanente de Licitação PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação da TOMADA DE PREÇO nº 02/2016, **não houve comparecimento de participantes interessados em concorrer na Licitação de TOMADA PREÇO 02/2016 destinado a** "Contratação de Empresa para Execução da Obra de Reforma e Pintura do Prédio do PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, Conforme Projeto, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo Em Anexo",ocorrido no dia 23 de Maio de 2016.

CARLINDA- MT, em 24 de Maio de 2016.

Marilúcia Nóbrega Correa

Presidente

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICPIO DE CARLINDA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010

APRESENTAÇÃO DO GABARITO PRÉVIO - PROVAS OBJETIVAS

A Comissão de Concurso Público do Município de Carlinda MT, nomeada através da Portaria nº 48, de 22 de fevereiro de 2016, através das disposições legais e,

Considerando, a aplicação das provas na data de 22 de maio de 2016, conforme previsto no cronograma do Edital de Concurso Público,

Considerando, a previsão da publicação dos gabaritos prévio nesta data conforme disposto no cronograma do Edital de Abertura do Concurso Público,

Resolve, apresentar Anexo à este Edital Complementar, os Gabaritos Prévios detalhados por Níveis de Escolaridades e cargos em ordem alfabética para facilitar discernimento dos candidatos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O gabarito prévio está disponibilizado por Nível de Escolaridade e cargos em ordem alfabética.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Em atendimento às prerrogativas do item 11.2 do Edital de Abertura serão acolhidos recursos contra questões da provas, desde que, embasados teoricamente, até as 12:00 horas do dia 25/05/2016.

Carlinda MT, 23 de maio de 2016.

Elisandro da Silva

Presidente da Comissão de Concurso Público

ANEXO I - DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 - GABARITO PRÉVIO - NIVEL FUND. INCOMPLETO																				
CARGO: Eletricista Automotivo																				
Questão	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
Resposta	**C**	**C**	**A**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**C**	**A**	**A**	**C**	**D**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**B**	**C**
Questão	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**										
Resposta	**A**	**C**	**B**	**D**	**C**	**A**	**D**	**B**	**D**	**A**										
CARGO: Eletricista Predial																				
Questão	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
Resposta	**C**	**C**	**A**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**C**	**A**	**A**	**C**	**D**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**B**	**C**
Questão	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**										
Resposta	**C**	**C**	**B**	**A**	**C**	**C**	**B**	**C**	**B**	**A**										
CARGO: Mecânico de Máquinas Pesadas																				
Questão	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
Resposta	**C**	**C**	**A**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**C**	**A**	**A**	**C**	**D**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**B**	**C**
Questão	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**										
Resposta	**B**	**C**	**B**	**D**	**C**	**D**	**D**	**D**	**B**	**B**										
CARGO: Motorista CNH Cat. A/B - Condutor de Motos e Veículos Leves																				
Questão	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
Resposta	**C**	**C**	**A**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**C**	**A**	**A**	**C**	**D**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**B**	**C**
Questão	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**										
Resposta	**C**	**D**	**A**	**A**	**D**	**B**	**A**	**C**	**D**	**B**										
CARGO: Motorista CNH Cat. A/C - Condutor de Motos e Veículos Médios																				
Questão	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
Resposta	**C**	**C**	**A**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**C**	**A**	**A**	**C**	**D**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**B**	**C**
Questão	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**										
Resposta	**C**	**D**	**A**	**A**	**D**	**C**	**A**	**C**	**D**	**B**										
CARGO: Motorista CNH Cat. D - Condutor de Ambulância																				
Questão	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
Resposta	**C**	**C**	**A**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**C**	**A**	**A**	**C**	**D**	**A**	**D**	**C**	**B**	**B**	**B**	**C**
Questão	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**										
Resposta	**C**	**D**	**A**	**A**	**D**	**C**	**C**	**D**	**C**	**D**										

CARGO: Motorista CNH Cat. D - Condutor de Caminhão																				
Questão	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**

Resposta	C	C	A	A	D	C	B	B	C	A	A	C	D	A	D	C	B	B	B	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
Resposta	C	D	A	A	D	C	A	C	D	B										
CARGO: Motorista CNH Cat. D - Condutor de Ônibus																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	C	C	A	A	D	C	B	B	C	A	A	C	D	A	D	C	B	B	B	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
Resposta	C	D	A	A	A	B	B	D	D	B										
CARGO: Operador de Máquinas - Trator Agrícola CNH C																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	C	C	A	A	D	C	B	B	C	A	A	C	D	A	D	C	B	B	B	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
Resposta	C	D	A	A	B	D	D	B	B	B										
CARGO: Operador de Máquinas Pesadas CNH D (Motoniveladora)																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	C	C	A	A	D	C	B	B	C	A	A	C	D	A	D	C	B	B	B	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
Resposta	A	C	B	D	C	A	D	B	D	C										
CARGO: Operador de Máquinas Pesadas CNH D (Escavadeira Hidráulica)																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	C	C	A	A	D	C	B	B	C	A	A	C	D	A	D	C	B	B	B	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
Resposta	A	C	D	D	B	C	B	D	C	C										
CARGO: Operador de Máquinas Pesadas CNH D (Retroescavadeira)																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	C	C	A	A	D	C	B	B	C	A	A	C	D	A	D	C	B	B	B	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
Resposta	C	A	B	D	D	B	D	A	C	D										

ANEXO I - DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 - GABARITO PRÉVIO - NÍVEL MÉDIO E TECNICO																				
CARGO: Assistente Administrativo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	A	D	A	B	C	A	B	D	A	C
CARGO: Auxiliar Administrativo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	A	D	A	C	D	A	C	A	A	C
CARGO: Auxiliar de Saúde Bucal																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	D	B	C	D	D	A	B	C	C
CARGO: Fiscal de Obras e Posturas																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	C	A	B	C	C	C	D	A	C
CARGO: Fiscal de Tributos																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	D	B	C	A	D	A	B	A	C
CARGO: Fiscal de Vigilância Sanitária																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	D	B	A	C	C	A	B	D	C

CARGO: Ouvidor Municipal Geral																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	A	B	D	A	C	A	C	B	A	C
CARGO: Pregoeiro																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	B	D	C	B	D	B	D	D	A	C

CARGO: Técnico em Agropecuária																			
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	B	C	A	C	A	C	A	B	A	C
CARGO: Técnico em Enfermagem																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	D	B	A	C	B	B	D	D	C
CARGO: Técnico em Higiene Bucal																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	D	B	A	D	B	A	B	B	C
CARGO: Técnico em Informática																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	B	A	A	C	B	D	C	D	A	C

CARGO: Técnico em Laboratório																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	D	B	A	C	B	D	B	C	C
CARGO: Técnico em Meio Ambiente																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	B	C	D	C	B	B	D	A	A	C
CARGO: Técnico em Vigilância Sanitária																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	A	C	C	D	B	C	C	C	B	D	A	D	B	D	D	C	C	C	D
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	B	B	D	C	B	D	C	D	C	D	B	A	C	D	A	B	A	C

ANEXO I - DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 - GABARITO PRÉVIO - NÍVEL SUPERIOR																			
CARGO: Analista Administrativo																			
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	A	C	C	D	D	B	A	D	C	C	D	B	C	D	A	D	A	B	A	C
CARGO: Assessor Jurídico																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	B	A	B	D	C	B	C	B	C	D	A	C	C	D	A	D	A	C	B	D
CARGO: Assistente Social																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	B	D	A	B	C	B	D	A	B	A	B	A	C	B	D	C	D	A	C

CARGO: Biomédico																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	A	C	D	B	C	A	A	B	D	D	C	A	D	B	D	C	B	D	C	B
CARGO: Educador Físico																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	B	D	A	A	B	B	B	A	A	B	C	D	C	B	C	C	C	D	D
CARGO: Enfermeiro																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	D	C	A	C	A	C	C	C	B	C	A	B	D	B	C	C	D	B	A	B
CARGO: Engenheiro Civil																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	A	D	B	D	C	A	D	C	B	A	B	D	C	C	C	D	B	A	D	A
CARGO: Engenheiro Sanitarista																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	A	B	B	B	D	A	D	A	B	A	B	B	D	D	B	D	D	A	A	C
CARGO: Farmacêutico Bioquímico																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	D	C	A	C	A	C	C	D	B	C	B	D	D	D	A	D	A	A	B	B

CARGO: Fisioterapeuta																			
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	B	D	A	A	B	B	D	B	C	A	A	C	B	D	A	B	B	C	D
CARGO: Médico Clínico Geral																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	D	C	A	C	A	C	C	A	D	C	B	C	A	B	A	D	D	C	A	C
CARGO: Médico Veterinário																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	D	C	A	D	A	C	D	B	D	A	B	B	B	A	A	A	A	D	C	D
CARGO: Odontólogo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	D	C	A	C	A	C	C	D	D	C	B	B	C	C	C	D	C	C	C	C
CARGO: Professor de Educação Física																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	D	B	D	D	C	C	B	C	C	A	A	D	B	D	D	D	C	C	A	B
CARGO: Professor de História																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	D	B	B	C	D	A	B	C	B	D	A	D	C	A	D	A	C	D

CARGO: Professor de Matemática																			
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	D	B	B	D	B	D	A	B	B	C	B	A	D	C	C	B	C	D
CARGO: Professor Pedagogo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	C	C	D	B	B	D	A	C	B	C	D	D	B	D	D	D	C	A	D	B
CARGO: Psicólogo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	B	C	D	B	D	A	D	B	D	B	B	C	A	B	D	C	C	B	A	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	A	D	B	C	C	D	A	D	B	B	C	D	B	A	C	D	D	A	B	A

Carlinda MT, 23 de maio de 2016.

Elisandro da Silva

Presidente da Comissão de Concurso Público

PREVCAR
PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA

AVISO DE CANCELAMENTO

TOMADA DE PREÇO N.º 02/2016

O PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, através de sua Diretora Executiva torna Público para o conhecimento dos interessados, que por motivos do não comparecimento de in-

teressados em participar do certame, decide CANCELAR a TOMADA DE PREÇO **Nº 02/2016,** tendo como objeto o **"Contratação de Empresa para Execução da Obra de Reforma e Pintura do Prédio do PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda", conforme PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO**. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Previdência em horário normal de expediente, das 07:00 às 17:00 horas ou através do telefone (66) 3525-1166.

Carlinda – MT, 24 de Maio de 2016.

Marilúcia Nóbrega Correa

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
LEI 557/90

LEI Nº 557/90 DE 04 DE SETEMBRO DE 1990.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o prédio onde funcionava a Câmara Municipal, localizado na Praça Rafael de Siqueira, s/n, esquina com a Rua Bacharel Armando Albuquerque, designado pelo lote 0 (zero), da Quadra 28 (vinte e oito) do Loteamento Oficial.

Art. 2º - O prédio doado se destina exclusivamente para a instalação da Comarca com a finalidade de abrigar o Fórum.

Parágrafo único – A doação de que trata a presente lei, fica condicionada às seguintes cláusulas e condições:

I – Inalienabilidade total ou parcial do imóvel;

II – Uso do imóvel, pelo donatário, para os fins previstos nesta lei;

III – A reversão do imóvel, ao patrimônio municipal, no caso de extinção da Comarca, ou a não instalação da Comarca num prazo de 12 (doze) meses.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 04 de setembro de 1990.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 352/2016

PORTARIA N° 352/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Dalila Marques Tributino Colman** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Dalila Marques Tributino Colman** portadora do RG n° 914128 SSP/MS CPF n° 535.465.551.04 no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 351/2016

PORTARIA N° 351/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Marlene Soares Santos e Espirito Santo** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Marlene Soares Santos e Espirito Santo** portadora do RG n° 1669115-6 SSP/MT CPF n° 010.808.331.45 no cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 359/2016

PORTARIA N° 359/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sra. **Rosangela Suzin** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio Pecúnia no período de 05/2016, 05/2017 e 05/2018 a Sra. **Rosangela Suzin** portadora do RG n° 3710421-3 SSP/

PR CPF n° 616.224.439.34 no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administrativo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N°034/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2016

DATA: 24 DE MAIO DE 2016

ALTERA AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO CONSTANTES DO ANEXO X, DA LEI COMPLEMENTAR N° 013, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Senhor **JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA**, prefeito municipal de Cláudia, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei, faz saber que a Câmara aprova e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterada a descrição das atribuições do cargo de Fiscal de Tributos e Arrecadação, prevista no Anexo X (Perfil Profissional dos Cargos), da Lei Complementar n° 013/2013 – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Cláudia – MT, que passa a ter a redação descrita no Anexo desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Cláudia, Estado De Mato Grosso**,** aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Maio de 2016.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 358/2016

PORTARIA N° 358/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Maternidade a Sra. **Cleide Hoffmann** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Maternidade a Sra. **Cleide Hoffmann** portadora do RG n° 12668621 SSP/MT CPF n° 868.208.501.15 no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 357/2016

PORTARIA N° 357/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sra. **Idalina Olegário da Silva** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio Pecúnia no período de 05/2016, 05/2017 e 05/2018 a Sra. **Idalina Olegário da Silva** portadora do RG n° 404782 SSP/MT CPF n° 795.641.601.97 no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 356/2016

PORTARIA N° 356/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Valdir Araújo Costa** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Valdir Araújo Costa** portador do RG n° 20.397.665 SSP/SP CPF n° 098.212.318.37 no cargo de Agente de Saúde em Extinção, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 385/2016

PORTARIA N° 385/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe ao Sr. **Renato Brito Amador de Mello** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe ao Sr. **Renato Brito Amador de Mello,** portador do RG n° 1332008-4 SSP/MT CPF n° 910.611.561-68 no cargo de Motorista, da Classe A Nível 02 para a Classe B Nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Abril de 2.016.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 354/2016

PORTARIA N° 354/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Angelita Tereza dos Santos** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Angelita Tereza dos Santos** portadora do RG n° 986594 SSP/PR CPF n° 632.089. 381.87 no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 355/2016

PORTARIA N° 355/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Jucelino Belotti** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Jucelino Belotti** portador do RG n° 151.352 4 SSP/MS CPF n° 655.703.671.87 no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 386/2016

PORTARIA N° 386/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde ao Sr. **João Ferreira da Silva** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde ao Sr. **João Ferreira da Silva,** portador do RG n° 439777 SSP/MT CPF n° 283.597.479.20 no cargo de Vigia Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 387/2016

PORTARIA N° 387/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder FG 05 R$ 1.200,00 o Sr. **Oldemar Ivanio Ortiz** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG 05 de R$ 1.200,00 o Sr. **Oldemar Ivanio Ortiz,** portador do RG n° 699 958 SSP/MT CPF n° 886.467.779.87 do cargo de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus Efeitos ao dia 02 de Maio de 2016.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 388/2016

PORTARIA N° 388/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Revogar FG 10 Fiscal de Contrato R$ 100,00 ao Sr. **Oldemar Ivanio Ortiz** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG 10 de Fiscal de Contrato R$ 100,00 ao Sr. **Oldemar Ivanio Ortiz,** portador do RG n° 699 958 SSP/MT CPF n° 886.467.779.87 do cargo de Operador de Maquinas II, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus Efeitos ao dia 02 de Maio de 2016.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 389/2016

PORTARIA N° 389/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Revogar Cargo Comissionado a Sra. **Valdenice Galelli** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar Cargo Comissionado a Sra. **Valdenice Galelli,** portadora do RG n° 3052228875 SSP/RS CPF n° 720.408.740.20 do cargo de Secretaria Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 390/2016

PORTARIA N° 390/2016

DATA: 12 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomear em Cargo Comissionado a Sra. **Rosangela Perico Harmel** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo Comissionado a Sra. **Rosangela Perico Harmel,** portadora do RG n° 8.174.583 8 SESP/PR CPF n° 007.657.699-05 do cargo de Secretaria Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 12 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 335/2016

PORTARIA N° 335/2016

DATA: 29 de Abril de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Fernanda Cristiane Venzo Bilieri** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Fernanda Cristiane Venzo Bilieri** portadora do RG n° 1832249-2 SSP/MT CPF n° 021.899.241.62 no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 29 de Abril de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 336/2016

PORTARIA N° 336/2016

DATA: 29 de Abril de 2016.

SÚMULA: NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o servidor Gilseu dos Santos Franco, RE: 1854, portador do RG n°: 3031738507 DPTC/RS e CPF n°: 485.620.840-34, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
025/ 2016	DELTA SERVICE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA	Contratação de empresa para execução de obra referente a Implantação de Iluminação Pública no Canteiro Central da Avenida Marechal Candido Rondon no Município de Cláudia-MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 337/2016

PORTARIA N° 337/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo Municipal de Cláudia e suas autarquias e dá outras providencias,

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto § 4º, do Artigo 51, da Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

RESOLVE:

Art.1° - **Nomear** para responderem pela Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo Municipal e suas Autarquias, os seguintes servidores;

1º - Hemilin Fernanda Tiedt Presidente

2º - Shirley Yotzchetz Secretária

3º - Jean Carlos Diedrcih Membro

4º - Alison Prevelato Vieira Membro.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 304/2016 de 14 de Abril de 2016 .

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF/MF sob o Nº 782.277.801-30, portador do RG. nº 1047145-6 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Ferreira Mendes, nº 939, Centro, nesta cidade de Cláudia/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.039.153/0001-10 e Inscrição Estadual n.º 13447030-3, estabelecida a Rua Colonizador Enio Pipino, n.º 4804, bairro Setor Industrial Norte, cidade de Sinop/MT, neste ato representada pelo Srº. Osmar Lamonatto, brasileiro, empresário, portador do CIRG n.º 10436922-1 SJS/RS e CIC n.º 247.475.990-53, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2016**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO GABIENTE DO PREFEITO DE CLÁUDIA/MT, conforme especificações e quantidades abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDADE	MARCA/ ANO.FAB.	VL. UNIT.	VLR. TOTAL

01	VEÍCULO RENAULT CLIO 1.0 NOVO, ZERO QUILÔMETRO; ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2015/2016; COMBUSTÍVEL FLEX; 04 PORTAS; CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS, INCLUINDO O MOTORISTA; MOTOR 1.0 8V; CÂMBIO MECÂNICO (MANUAL), SENDO 05 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ; POTÊNCIA MINIMA DE 77 CV; COM AR CONDICIONADO; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; TRAVA ELÉTRICA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; COR BRANCA; JOGO DE TAPETES; EQUIPADO COM OS DEMAIS ITENS E ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; EMPLACADO E LICENCIADO.	UNID	01	RENAULT 2015/ 2016	36. 000,00	36. 000,00
	TOTAL					36. 000,00

R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais).

1.2 Os veículos registrados serão adquiridos de acordo com a necessidade do Município, podendo ser adquirido em quantidade unitária.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 24/05/2016 até 23/05/2017.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os veículos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2016**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1.Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e emissão da referida Nota Fiscal.

3.2. Os pagamentos serão efetuados com a devida emissão da referida nota fiscal.

3.3. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.4.Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.5. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.6. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.7. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1Os itens licitados deverão ser entregues de forma parcelada conforme Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento do órgão solicitante.

4.2Os veículos registrados através deste Pregão Presencial deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos,contados da data de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimentopela Secretaria responsável.

4.3A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Osveículos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

4.5O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" a "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos objetos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2016-REGISTRO DE PREÇOS**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2016**ea proposta da empresa **MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA** - classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 24 de Maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Osmar Lamonatto

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome: Hemilin Fernanda Tiedt

CPF: 041.620.821-54

Nome: Ana Paula Feldhaus Diel

CPF: 015.124.561-44

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 353/2016

PORTARIA N° 353/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Solange Brussolo Petenão** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Solange Brussolo Petenão** portadora do RG n° 867.660 SSP/MT CPF n° 580.802. 011.53 no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 378/2016

PORTARIA N° 378/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia Servidora Aprovada em Concurso Publico 001/2015 e dá outras providências.

Considerando asnecessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear a Sra. Nubia Maria Marques, portadora do RG 1236407-0 SJ/MT e CPF n° 015.968.431-52, em caráter efetivo, para exercer o cargo de VIGIA, tendo sido aprovada no Concurso Publico Municipal 001/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUA-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 377/2016

PORTARIA N° 377/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: REVOGA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga o servidor Gilseu dos Santos Franco, RE: 1854, portador do RG n°: 3031738507 DPTC/RS e CPF n°: 485.620.840-34, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
049/ 2015	HECOSERVICE CONSTRUÇOES E SANEAMENTO EIRELI	Contratação de empresa para execução de obra referente a readequação e reforma de agroindústria de polpa de fruta e construção do prédio de apoio no Município de Claudia – MT
050/ 2015	HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO ERIELI	Contratação de empresa para execução de obra referente a ampliação, reforma e readequação da agroindústria do apiário (casa do mel) no município de Claudia – MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE MAIO DE 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 376/2016

PORTARIA N° 376/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia em Cargo comissionado o Sr. **Iranilson Azevedo de Oliveira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo comissionado o Sr. **Iranilson Azevedo de Oliveira,** portador do RG n° 21.707.514-9 SSP/SP CPF n° 148.931.388-55 no cargo de Coordenador de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 379/2016

PORTARIA N° 379/2016

DATA: 10 de Maio de 2015.

SÚMULA: NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o servidor Fabricio Profeta da Cruz, RE: 2342, portador do RG n°: 17107830 SESP/MT e CPF n°: 030.420.591.54, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
049/ 2015	HECOSERVICE CONSTRUÇOES E SANEAMENTO EIRELI	Contratação de empresa para execução de obra referente a readequação e reforma de agroindústria de polpa de fruta e construção do prédio de apoio no Município de Claudia – MT
050/ 2015	HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO ERIELI	Contratação de empresa para execução de obra referente a ampliação, reforma e readequação da agroindústria do apiário (casa do mel) no município de Claudia – MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE MAIO DE 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 375/2016

PORTARIA N° 375/2016

DATA: 09 de Maio de 2016.

SÚMULA: Retificação da Portaria de Nomeação de Comissão do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o inciso IX, art. 37 da Constituição Federal nº 9.601/98, Lei Complementar nº 018/2008 e Lei Municipal nº 256/2009, que autorizam a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que diversas Secretarias Municipais estão com uma quantidade de pessoal reduzida, em razão de servidores estarem ocupando cargos comissionados, outros por terem feito pedido de exoneração do cargo, bem como inexistir candidatos classificados nas respectivas vagas no Concurso Público vigente;

RESOLVE:

Art.1° - Fica Retificado o Art. 3º da Portaria n.º 340/2016, de 02 de Maio de 2016, visando a alteração da composição da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado 002/2016.

Art.2º- A referida comissão será composta dos seguintes membros;

Valdenice Galelli – Presidente

Ademilson Custodio – Membro

Viviane Otowiczts – Membro

Gilseu dos Santos Franco – Membro

Maria Aparecida Bueno - Membro

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, em 09 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE, AFIXE – SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 380/2016

PORTARIA N° 380/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Averbação de Tempo de Serviço a Sra. **Maria José da Silva** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Averbação de Tempo de Serviço, Baseado na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS Nº 10021010.1.00101/15-9, Certidão de tempo de Contribuição do Estado de Mato Grosso do Sul Agencia de Previdência Social de MS a Sra. **Maria José da Silva**, portadora do RG n° 000864851 SSP/MS e CPF n° 436.738.481-00, no cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 374/2016

PORTARIA N° 374/2016

DATA: 09 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia Cargo Comissionado a Sra. **JOSIANE DA SILVA ROCHA,** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia Cargo Comissionado a Sra. **JOSIANE DA SILVA ROCHA,** portadora do RG n° 1492619-9 SSP/MT e CPF n° 009.186.701-01, do cargo de Assistente Adjunto para o Cargo de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em Especial a Portaria n.º 090/2015 com data do dia 02 de Fevereiro de 2015.

Cláudia-MT, 09 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 373/2016

PORTARIA N° 373/2016

DATA: 09 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado Sra. **JESSICA RODRIGUES DA SILVA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em Cargo Comissionado Sra. **JESSICA RODRIGUES DA SILVA** portadora do RG n° 2110869-2 SSP/MT e CPF n° 046.402.561-32, do cargo de Chefe de Divisão para o Cargo de Assistente Adjunto,lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, revogando em Especial a Portaria n.º 304/2015 de 04 de Maio de 2015.

Cláudia-MT, 09 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 381/2016

PORTARIA N° 381/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe ao Sr. **João Carlos Moraes** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe ao Sr. **João Carlos Moraes,** portador do RG n° 1238376-7 SSP/MT CPF n° 947.032.481-15 no cargo de Motorista, da Classe A Nível 02 para a Classe B Nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Abril de 2.016.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 372/2016

PORTARIA N° 372/2016

DATA: 09 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia em Cargo comissionado a Sra. **Simoni Regina de Oliveira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo comissionado a Sra. **Simoni Regina de Oliveira,** portadora do RG n° 1832415-0 SSP/MT CPF n° 033.145.651-60 no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 09 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 366/2016

PORTARIA N° 366/2016

DATA: 03 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia em Cargo comissionado o Sr. **Mateus Carneiro** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo comissionado o Sr. **Mateus Carneiro,** portador do RG n° 2.696.031-1 SSP/MT CPF n° 047.543.131-60 no cargo de Coordenador de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 382/2016

PORTARIA N° 382/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe ao Sr. **Cesar Ormindo da Silva** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe ao Sr. **Cesar Ormindo da Silva,** portador do RG n° 30.190.656-7 SSP/SP CPF n° 251.789.828-60 no cargo de Vigia, da Classe A Nível 02 para a Classe B nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Abril de 2.016.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 371/2016

PORTARIA N° 371/2016

DATA: 09 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia em Cargo comissionado a Sra. **Sara Cristina Borges Pereira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo comissionado a Sra. **Sara Cristina Borges Pereira,** portadora do RG n° 2819293-1 SESP/MT CPF n° 062.490.931-09 no cargo de Monitor de Programas, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 09 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 370/2016

PORTARIA N° 370/2016

DATA: 06 de Maio de 2016.

SÚMULA: Exoneração a pedido do Sr. **Gean Lima Gonçalves** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração a pedido do Sr. **Gean Lima Gonçalves** portador do RG n° 2156195-8 SSP/MT CPF n° 036.422.431.26 no cargo de Agente Público de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 06 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 369/2016

PORTARIA N° 369/2016

DATA: 06 de Maio de 2016.

SÚMULA: Averbação de Tempo de Serviço a Sra. **Iracema Santos Sokolowski** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Averbação de Tempo de Serviço, Baseado na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS Nº 10021010.1.00045/15-1 a Sra. **Iracema Santos Sokolowski**, portadora do RG n° 52748607 SSP/PR e CPF n° 788. 548.819-53, no cargo de Nutrição Escolar,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 06 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 383/2016

PORTARIA N° 383/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe ao Sr. **Everaldo Teixeira de Morais** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe ao Sr. **Everaldo Teixeira de Morais,** portador do RG n° 1468779-8 SSP/MT CPF n° 014.678.111-22 no cargo de Motorista, da Classe A Nível 02 para a Classe B Nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Abril de 2.016.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 368/2016

PORTARIA N° 368/2016

DATA: 05 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Maternidade a Sra. **Cirlene Valério da Silva** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Maternidade a Sra. **Cirlene Valério da Silva** portadora do RG n° 1802091-7 SSP/MT CPF n° 025.591.081.94 no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 367/2016

PORTARIA N° 367/2016

DATA: 03 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Maternidade a Sra. **Jessica Rodrigues da Silva** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Maternidade a Sra. **Jessica Rodrigues da Silva** portadora do RG n° 21108629-2 SSP/MT CPF n° 046.402. 561.32 no cargo de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 365/2016

PORTARIA N° 365/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Concede Aposentadoria Por Invalidez a Sra. **Mercedes Schreiner** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder a partir desta data, Aposentadoria por Invalidez a Sra. Mercedes Schreiner, efetiva no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar**,** portadora do RG n° 602.748 SSP/MT CPF n° 015.439.601.03, em conformidade com a Lei Complementar 012/2013 que DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2° - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 43, da Lei Complementar n° 012/2013.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 364/2016

PORTARIA N° 364/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença saúde a Sra. **Mercedes Schreiner** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **Mercedes Schreiner** portadora do RG n° 602.748 SSP/MT CPF n° 015.439.601.03 no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 384/2016

PORTARIA N° 384/2016

DATA: 10 de Maio de 2016.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe a Sra. **Adriane Treuherz** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe a Sra. **Adriane Treuherz,** portadora do RG n° 1640537-4 SSP/MA CPF n° 001.067.941-32 no cargo de Técnico em radiologia, da Classe A Nível 02 para a Classe B Nível 02, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Abril de 2.016.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 363/2016

PORTARIA N° 363/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença saúde a Sra. **Claudevania Barbon Anderle** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato

Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **Claudevania Barbon Anderle** portadora do RG n° 07450990 SSP/MT CPF n° 488.579.551.68 no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 362/2016

PORTARIA N° 362/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: DESIGNA O SR. **FABRÍCIO PROFETA DA CRUZ** como engenheiro de fiscalização e dá outras providências.

O Sr. JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS NA LEI Nº 11 DE DEZEMBRO DE 2013, E LEI ÔRGANICA, 04 DE ABRIL DE 1990;

RESOLVE:

Art.1° - **DESIGNAR** o Sr. Fabrício Profeta da Cruz, Brasileiro, Engenheiro Civil, CREA nº 031456, portador do RG nº 1710783-0 SESP/MT e CPF nº 030.420.591-54, para atuar como **ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA DO CONTRATO 023/2016, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FABRICAÇÃO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS PARA O CALÇAMENTO DO PASSEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.**

Art. 2° - Incumbe ao referido designado ás atribuições de fiscalizar a execução de obra de acordo com os parâmetros fixados no projeto aprovado, e ao final da execução, emitir TRP e TRD.

Art. 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 02 de MAIO de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 361/2016

PORTARIA N° 361/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Averbação de Tempo de Serviço a Sra. **Wanair Moraes de Oliveira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Averbação de Tempo de Serviço, Baseado na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS Nº 10021010.1.00089-14-0 a Sra. **Wanair Moraes de Oliveira**, portadora do RG n° 206206 SSP/MS e CPF n° 338.786. 251-20, no cargo de Técnico em Enfermeira,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 360/2016

PORTARIA N° 360/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sra. **Cleide Hoffmann** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Prêmio Pecúnia no período de 05/2016, 05/2017 e 05/2018 a Sra. **Cleide Hoffmann** portadora do RG n° 12668621 SSP/MT CPF n° 868.208.501.15 no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 341/2016

PORTARIA N° 341/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora Valdenice Galelli, RE: 2164, portadora do RG n°: 3052228875 SSP/RS e CPF n°:720.408.740-20, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

Contrato;

Contratado		Objeto
026/2016	MIGUEL MATIAS DOS SANTOS	Contrato de locação de um imóvel, situado na rua Hermes da Fonseca, Lote 22, Quadra 33, nº 484, Centro, Cláudia – MT, para atender solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento a paciente em tratamento de Hemodiálise, conforme Dispensa de Licitação nº 008/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE MAIO DE 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 342/2016

PORTARIA N° 342/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia em Cargo comissionado o Sr. **Emanuel Alves** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo comissionado o Sr. **Emanuel Alves,** portador do RG n° 4.512.981-0 SESP/PR CPF n° 570.975.939-20 no cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 343/2016

PORTARIA N° 343/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Nomeia em Cargo comissionado a Sra. **Claudineia Severino de Araújo Ribeiro** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo comissionado a Sra. **Claudineia Severino de Araújo Ribeiro,** portadora do RG n° 1022060-7 SEJSP/MT CPF n° 761.793.621-49 no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 344/2016

PORTARIA N° 344/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Exoneração a pedido da Srta. **Zonaria de Barros Matias** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração a pedido da Srta. **Zonaria de Barros Matias** portadora do RG n° 2474274-0 SEJSP/MT CPF n° 041.900.551-07 no cargo de concurso de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 345/2016

PORTARIA N° 345/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Exoneração a pedido da Sra. **Kamila Rosa dos Santos de Souza** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração a pedido da Sra. **Kamila Rosa dos Santos de Souza** portadora do RG n° 1962637-1 SSP/MT CPF n° 025.286.891-95 no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 346/2016

PORTARIA N° 346/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Concede FG-03 R$ 600,00 ao Sr. **Ailton Oliveira de Freitas** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG-03 R$ 600,00 ao Sr. **AILTON OLIVEIRA DE FREITAS**, portador do RG n° 1437225-8 SEJSP/MT e CPF n° 667.644.161.68, no cargo de Motorista,lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, revogando em especial a Portaria nº 153/2016 de 01 de Março de 2.016.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 347/2016

PORTARIA N° 347/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Roberto Borges Pereira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Roberto Borges Pereira** portador do RG n° 001087186 SSP/MS CPF n° 857.244.911.68 no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 348/2016

PORTARIA N° 348/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Rodinete da Silva Carneiro Batista** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Rodinete da Silva Carneiro Batista** portadora do RG n° 180516838 SSP/SP CPF n° 206.486.708.21 no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 349/2016

PORTARIA N° 349/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Ana Claudia Feldhaus Diel** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses a Sra. **Ana Claudia Feldhaus Diel** portadora do RG n° 1912735-9 SSP/MT CPF n° 025.965.941.02 no cargo de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 350/2016

PORTARIA N° 350/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Maurilo Francisco Luciano** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Prêmio de 03 (três) meses ao Sr. **Maurilo Francisco Luciano** portador do RG n° 12593345 SSP/SP CPF n° 006.121.188.51 no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 338/2016

PORTARIA N° 338/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Conceder FG- 06 a Sra. **Hemilin Fernanda Tiedt** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG- 06 Presidente da Comissão de Licitação de R$ 300,00 a Sra. **Hemilin Fernanda Tiedt** portadora do RG n° 1758120-6 SSP/MT CPF n° 041.620.821-54 no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 339/2016

PORTARIA N° 339/2016

DATA: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: Revogar FG- 06 a Sra. **Edinéia Valtrick** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG- 06 Presidente da Comissão de Licitação de R$ 300,00 a Sra. **Edinéia Valtrick** portadora do RG n° 1477848-3 SSP/MT CPF n° 980.578.711-72 no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2016/SMS/COCALINHO-MT DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2016/SMS/COCALINHO-MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

A comissão responsável para acompanhamento do Processo Seletivo Por Tempo Indeterminado, para contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Endemias para o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, nomeada pela Portaria nº 010/2016, de 12 de abril de 2016, **no uso das atribuições funcionais que lhes são conferidas por Lei, torna pública a relação parcial dos inscritos no processo seletivo simplificado nº 001/2016,** conforme a seguir:

QUADRO 1		
RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA O CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS		
Nº ORDEM	**CANDIDATOS**	**CPF**
1	Natália Cristina Oliveira Pacheco	062 239 421 50
2	Dayane Oliveira Ferreira	039 603 491 81
3	Adriana Faria Faustino	013 534 901 06
4	Vitor Ray Freires de Oliveira	755 788 911 87

5	Ivanete Rodrigues Neves	017 823 721 30
6	Larísia Pereira Barbosa	464 661 908 38
7	Jaqueline Gomes Ayres	030 332 711 11
8	Dudney Sandra Pfost	878 951 701 63
9	Adriana Alves Medeiros	036 551 901 40
10	Luduvira Alves Barbosa	061 558 891 39
11	Katiane Mendes Serafim	021 339 811 79
12	Jales Rafael Monteiro Costa	045 696 401 09
13	Tatielli Alves Monteiro	052 640 271 70
14	Hellen Beathyz Coelho	056 552 531 00
15	Silmara da Costa Miranda	047 158 191 71
16	Lucas de Andrade Carvalho	050 403 351 48
17	Zayra Beatriz da Silva Freires	026 655 091 64
18	Rosita Avelino dos Santos	886 737 151 72
19	Adriana da Silva Gama	022 615 431 90
20	Letícia Gomes Monteiro	688 952 751 87
21	Leonardo Gonçalves Rosa	056 289 101 39
22	Taynnara Leite da Silva	049 328 841 41
23	Nilva Evangelista de Oliveira	997 281 411 49
24	Maria Pereira Fontenele	019 144 293 38
25	Matheus Vieira de Jesus Sousa	056 363 971 78
26	Leidiene Machado Mendes	989 587 201 15
27	Alessandra Aparecida Alves Pimentel Cardoso Fonseca	889 560 591 87
28	Mayanni Barros Ramos	035 325 491 66
29	Juliene Ribeiro de Souza Martins	754 537 111 91
30	Iolaine Cavalcante de Oliveira	022 394 171 96
31	Lorência Silva Vaz	055 525 181 01
32	Sirlene Sousa de Barros	753 540 981 49
33	Jéssica Bernardo da Silva	039 107 691 44
34	Raquel da Silva Santos	018 315 631 50
35	Flávio Antônio da Silva	008 720 391 02
36	Edzângela da Silva Araújo	021 497 311 50
37	Elaine Aparecida Aguiar Galdino	931 794 051 04
38	Karolina Souza Silva	060 854 791 31
39	Francilda Roberta de Souza	033 305 921 25
40	Clea Leite Brito	413 255 591 22
41	Simone Maria de Oliveira	016 950 581 27
42	Vanessa Lorrany Andrade de Carvalho	701 405 141 55
43	Franciele Aguiar Gonçalves	020 046 191 55
44	Marlon Pereira Guimarães	003 070 422 21

QUADRO 2

RELAÇÃO DE INSCRITO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº ORDEM	CANDIDATO	CPF
1	Maíra Reges Pires Dantas	032 613 981 83

Prefeitura Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Rita de Cássia Rodrigues Pires

Presidente da Comissão

Suzy de Fátima Pires da Silva

Secretária da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2883/2016

Projeto de Lei nº. 297/2016

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2883/2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL"

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, NILSON JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública, a Congregação Cristã no Brasil, comunidade religiosa, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com inscrição no CNPJ sob nº **15.082.084/0001-27**, sediada **Avenida José Luiz da Silva, n°.171 Setor Norte, no Município de Colíder-MT**.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 19 de maio de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI N°. 2881/2016

Projeto de Lei nº. 295/2016

Autoria: Poder Executivo

LEI N°. 2881/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O DIRETÓRIO ACADÊMICO DE COLIDER – DAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal de Colíder autorizado a firmar convênio com o Diretório Acadêmico de Colíder - DAC, constituído por acadêmicos da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário do Vale do Teles Pires, cujo objetivo é assegurar as pessoas da comunidade de baixa renda de Colider conhecimentos sobre recursos básicos de informática, no Projeto denominado "CIDADÃO DO FUTURO: Inclusão Digital para Comunidade de Baixa Renda no Município de Colíder-MT".

Art. 2º Fica autorizado ao Município de Colíder conceder apoio financeiro necessário à consecução dos objetivos do convênio a ser firmado com a entidade de que trata o artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único - O repasse de que trata esta Lei será de R$ 28.700,00 (vinte e oito mil e setecentos reais), a ser pago em 07 (sete) parcelas de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), obrigatoriamente depositado em conta específica da favorecida**.**

Art. 3º O Termo de Convênio terá vigência de Maio de 2016 a 30 de Novembro de 2016 e deverá discriminar, obrigatoriamente todos os encargos a que estarão sujeitas as partes envolvidas.

Art. 4º As despesas para a execução do convênio, objeto desta lei, correrão por conta de dotação orçamentária específica, cujas rubricas deverão ser identificadas no instrumento de Termo de Convênio.

Art. 5º O DIRETÓRIO ACADÊMICO DE COLIDER – DAC, deverá prestar contas à Prefeitura Municipal em até 30 (trinta) dias após pagamento de cada parcela.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, em 19 de maio de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2880/2016

Projeto de Lei nº. 301/2016

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2880/2016

SÚMULA: AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE CONVÊNIO COM* O LIONS CLUBE DE COLIDER *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor, Nilson José dos Santos, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante Convênio com o **LIONS CLUBE DE COLIDER**, localizado a Avenida Costa e Silva esquina com a Rua Dauri Riva, nesta cidade de Colider, inscrito no CNPJ sob o nº 37.465.101/0001-48.

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor a ser repassado será de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em parcela única a ser pago até o dia 20 do mês de maio de 2016.

Art. 2º - Para atender as despesas decorrentes da autorização constantes no artigo 1º. desta lei serão utilizados recursos orçamentários consignados da dotação orçamentária do exercício sob a seguinte classificação:

Orgão: 11 Sec. Mun. de Ind. Com. Emp. Renda, Cult e Turismo

Unidade Orçamentária: 001 Gabinete do Secretário

Função: 13 Cultura

Subfunção: 392 Difusão Cultural

Programa: 0034 Valorização Promoção e Acesso a Cultura e Turismo

Projeto/Atividade: 1 022 Apoio e incentivo as atividades culturais

337041000000 Contribuições - R$ 7.500,00

***Art. 3º* - O objeto do Convênio visa atender às despesas com manutenção da** realização da 11ª Festa do Arroz em Colider, que será realizada na Praça Central, entre os dias 20 a 22 de maio de 2016, que visa arreca-

dar valores para difusão da **"Campanha da Visão"**, onde serão realizadas cirurgias de cataratas e pterígio.

Art. 4º - O prazo de vigência do Termo de Convênio será até 30 de julho de 2016.

Art. 5º - Para a comprovação do repasse, o **LIONS CLUBE DE COLÍDER**, deverá emitir Recibo assinado pelo seu Presidente e Tesoureiro, em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER**, bem como no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados término do Convênio, apresentar a prestação de contas na forma a ser estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 1º - **A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal nos prazos previstos nesta Lei e de acordo com a** Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

§ 2º - **A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.**

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, 18 DE MAIO DE 2016

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2884/2016

Projeto de Lei nº 293/2016

Autoria: Ver. Marquinho – Líder do PSD

LEI Nº. 2884/2016

"**INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, A FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA, NESTA CIDADE."**

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Nilson José dos Santos, Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, a Festa de Nossa Senhora Aparecida – Padroeira da comunidade Católica Frei João Jorge, nesta cidade".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, 19 de maio de 2016

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI N°.2882/2016

Projeto de Lei Complementar nº. 296/2016

Autor: Poder Executivo

LEI N°.2882/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ACRESCENTAR O ANEXO VI NA LEI N°. 2118/2008E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

Art. 1° - Fica criado e incluído na Lei n°. 2118/2008, o Anexo VI, o qual faz parte da presente lei.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se todas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder - MT, 19 de maio de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO VI

Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário – D A I					
Símbolo	**Vencimento**	**Pessoal de Carreira (Opcional)**	**Cargo**	**Hrs/ Sem**	**Vagas**
DAI	R$ 2. 150,00	VB + 70%	Coordenador de Políticas Educacionais	40h	1
DAI	R$2. 000,00	VB + 50%	Coordenador de Educação Fundamental	40h	1
DAI	R$2. 000,00	VB + 50%	Coordenador de Educação Infantil	40h	1
DAI	R$2. 000,00	VB + 50%	Coordenador de Educação do Campo	40h	1
DAI	R$2. 000,00	VB + 50%	Coordenador de Educação Ambiental e Agronegócios	40h	1
DAI	R$2. 000,00	VB + 50%	Coordenador de Secretaria das Escolas Municipais	40h	1
DAI	R$ 1. 200,00	VB + 50%	Chefe de Divisão de Educação Especial	40h	1
DAI	R$ 1. 200,00	VB + 50%	Chefe de Divisão de Educação de Jovens e Adultos	40h	1
TOTAL DE VAGAS	08				

PORTARIA Nº 562/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 167/2014, que designou a servidora NORMA APARECIDA DE OLIVEIRA NOBRE, para exercer o cargo em comissão de Coordenação de Educação, Ambiental e Agroecologia, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 30 de abril de 2016.

Errata: Na publicação do dia 05/05/2016, Edição 2470, Onde se – lê: lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, leia – se: lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte Lazer.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 30 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DECRETO N.º 481, DE 20 DE MAIO DE 2016

DECRETO N.º 481, DE 20 DE MAIO DE 2016

"Dispõe sobre a convocação da 6ª Conferência Nacional das Cidades e a 1.ª Conferencia Municipal das cidades do Município de Colniza/MT, e dá outras providencias".

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ESVANDIR ANTONIO MENDES DO MUNICIPIO DE COLNIZA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade;

Considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de Colniza é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a **6ª Conferência das Cidades** em Colniza a realizar-se nos dias 30 de junho e 01 de Julho de 2016, as 19:00 horas, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 2º - A 6ª Conferência das Cidades em Colniza desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional **"A Função Social da Cidade e da Propriedade"**, e; como lema: **"Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas"**.

Art. 3º - A 6ª Conferência da Cidade de Colniza será presidida pelo Secretária Municipal de Planejamento, Senhora Norma Maria Franck.

Art. 4º - Caberá a Secretária Municipal de Planejamento a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I – Definir pauta e temário da 6ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

II – Promover a realização da Conferência Municipal;

III – Definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV – Examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

V – Decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º - A Comissão Organizadora de que trata o Artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - gestores, administradores públicos e membros do legislativo municipal;

II - movimentos sociais e populares;

III - trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI - organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência que será aprovado pela comissão preparatória.

Artigo 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 20 dias do Mês de maio de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 015/2016

Processo Administrativo nº 12.503/2016

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL *Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços na Locação de ônibus para o Transporte Escolar***, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Colniza – MT, conforme Edital e seus anexos, parte integrante do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **08 de Junho de 2016, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado observado às condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h30min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação.colniza@hotmail.com** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 2227/1315.**

Colniza- MT, 24 de maio de 2016.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ERRATA ADITIVO 131-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 23 de maio de 2016, na página 78, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 131/2016:

onde se lê:

OITAVO TERMO ADITIVO Nº 131/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 052/2014 E ADITIVOS NºS. 211, 288/2014, 067, 113, 164 E 222/2015 E 035/2016

DATA: 16/05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: SERVAM SERVIÇOS AMAZÔNIA LTDA

OBJETO: a prorrogação de prazo do Contrato de Execução de Obras nº. 052/2014 e aditivos nºs. 211, 288/2014, 067, 113, 164 e 222/2015, que tem como objeto a construção de Centro de Reabilitação, no Município de Comodoro, em atendimento ao Convênio nº. 031/2013, pelo período de mais 120 (cento e vinte) dias, vigorando de 19/05/2016 à 16/09/2016

DOTAÇÃO: 07.06.1.229.4.4.90.51 (329)

Leia-se:

TERMO ADITIVO Nº. 131/2016 - CANCELADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015 – FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – FUNDAÇÃO UNISELVA

A Prefeitura de Confresa-MT, declara que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 24/2015 referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 31/2015, oriundo do Processo Administrativo nº 2015/006977/UNISELVA, para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição e instalação de condicionador de ar para atender a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Setores Palmeiras e Belo Horizonte, com um valor Global de R$ 644.160,00.

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: Wanda Comércio de Móveis e Informática para Escritório Ltda. – EPP – CNPJ: 12.358.170/0001-21;

Confresa 24/05/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 011/93

LEI Nº 011/93, DE 07 DE MAIO DE 1993.

ISNTITUI O FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, GASPAR DOMINGOS LAZZARI. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei institui o Fundo de Previdência do Município de Confresa, Estado de Mato Grosso e tem por objetivo atender a seguridade dos servidores públicos municipais; na forma estabelecida no e Estatuto do Servidor Público e Leis Específicas.

Art. 2º – Para o formação do Fundo de Previdência Municipal contribuirão o município de Confresa e os seus servidores.

Parágrafo Único: O financiamento será feito da seguinte forma:

a) O Município contribuirá com a aliquota de 1% (um por cento) sobre o total da folha de pagamento de seus servidores.

b) Os Servidores que receberem vencimentos até dois pisos salariais do município, contribuirão com a aliquota de 3% (três por cento), descontados de seus vencimentos.

c) Os demais servidores, contribuirão com a aliquota de 4% por cento, descontados de seus vencimentos.

Art. 3º – A importância arrecadada com os recursos previstos no artigo anterior, será contabilizada em rubrica própria, destinada ao fundo de Previdência Municipal, como receita extraordinária, no Orçamento Municipal.

Parágrafo Único: No presente exercício a receita será registrada como receita extraordinária.

Art. 4º – A arrecadação das contribuições previstas nesta Lei, serão depositadas, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao da competência, em conta remunerada, aberta especialmente para esse fim, em estabelecimento oficial de crédito.

Art. 5º – Os saques e ou retiradas da conta especial do Fundo de Previdência ora instituído, somente poderão ser feitos para atender a seguridade dos servidores Municipais, na forma estabelecida em Lei.

Art. 6º – O fundo de Previdência Municipal, podendo, para tanto, utilizar-se da estrutura já existente na Prefeitura Municipal, em questão como lançamento, pagamento e contabilidade.

Art. 7º – O Prefeito Municipal responderá por crime de responsabilidade se infringir qualquer dispositivo desta Lei.

Parágrafo Único: Da mesma forma responderá o Presidente da Câmara Municipal, caso não efetue o depósito das contribuições de seus servidores na forma disciplinada pelo art. 4º desta Lei.

Art. 8º – Toda e qualquer diferença, que por ventura houver, para o perfeito atendimento dos benefícios previdenciários previstos na legislação própria, será coberta com recursos orçamentários destinados ao pessoal civil, suplementados, se necessários.

Art. 9º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da sua Publicação.

Art. 10º – Esta Lei entrar-a em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º – Revogam as disposições em contrário.

GASPAR DOMINGOS LAZZARI

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR 028/2006

LEI COMPLEMENTAR N.º 028/2006, DE 24 DE JULHO DE 2006

"Altera a Lei n.º 208/2005, de 20 de junho de 2005 , que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Confresa/MT e, dá outras providências"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º A Lei n.º 208/2005, de 20 de junho de 2005 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5.º A perda da qualidade de segurado do PREVICON se dará com a morte, exoneração, demissão ou para aquele que deixar de exercer atividade que o submeta ao regime do PREVICON.

Parágrafo único. A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerente a essa qualidade.

Art. 6.º O servidor afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município, manterá sua condição de segurado ao PREVICON, desde que efetue o pagamento das contribuições previdenciárias referentes à sua parte e a do Município.

§ 1º Em não ocorrendo o pagamento das contribuições previdenciárias de que trata o caput, o período em que estiver afastado ou licenciado não será computado para fins previdenciários, salvo se restar comprovado, mediante averbação, a efetivação das contribuições para outro regime de previdência.

§ 2º O servidor efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios à disposição do Município de Confresa/MT, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Art. 7.º .....

§ *5*°O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do termo de tutela.

Art. 10. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 11. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, mediante apresentação de documentos hábeis.

§ 1º Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

§ 2º A inscrição de dependente inválido requer a comprovação desta condição através de perícia médica.

§ 3º A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVICON fornecer ao segurado, documento que a comprove.

Art. 12. .....

§ 2º É vedada à adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do PREVICON, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 8º O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo, e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço publico, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do PREVICON, a realizarem-se anualmente.

Art. 13. No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto nos arts. 12 e 77 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para o regime próprio.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao salário mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 14-A. Para fins do disposto no § 21 do art. 40 da Constituição Federal e no §2º do art. 44 desta Lei, considera-se doença incapacitante: sarcoidose; doença de Hansen; tumores malignos; hemopatias graves; doenças graves e invalidantes do sistema nervoso central e periférico e dos órgãos dos sentidos; cardiopatias reumatismais crónicas graves; hipertensão arterial maligna; cardiopatias isquémicas graves; coração pulmonar crónico; cardiomiopatias graves; acidentes vasculares cerebrais com acentuadas limitações; vasculopatias periféricas graves; doença pulmonar crónica obstrutiva grave; hepatopatias graves; nefropatias crónicas graves, doenças difusas do tecido conectivo; espondilite anquilosante e artroses graves invalidantes.

Art. 15. O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, e corresponderá a última remuneração de contribuição do segurado.

Art. 18. O segurado em gozo de auxílio-doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, ou, quando considerado não recuperável, deverá ser aposentado por invalidez.

Parágrafo único. O benefício de auxílio-doença será cessado quando o servidor for submetido a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade, ficando este às expensas do erário municipal.

Art. 19. O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho e pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. O segurado que ficar incapacitado para o exercício da função, em gozo de auxílio-doença, por mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, terá o benefício de auxílio doença convertido em aposentadoria por invalidez, mediante avaliação médico-pericial.

Art. 26. .....

§ 6º Em caso de natimorto, ou que a criança venha falecer durante a licença-maternidade, o salário maternidade não será interrompido.

Art. 28. .....

§ 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão, e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 5º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 29. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

a) pelo dependente maior de dezesseis anos de idade, até trinta dias depois; e

b) pelo dependente menor até dezesseis anos de idade, até trinta dias após completar essa idade.

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Parágrafo único. No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

Art. 30. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVICON.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

Art. 35. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 39-A. O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Art. 42-A. O pagamento do abono de permanência de que trata o art. 12, §7º, art. 77, §3º e art. 80, §1º é de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício.

Art. 43. As vantagens oriundas dos benefícios garantidos aos segurados do PREVICON, quando não reclamados, prescreverão, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos, sendo revertidas em favor do instituto, ressalvado os prazos previstos no art. 29 desta lei.

Art. 44. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo art. 2º da Lei Federal n.° 9.717/98, com redação dada pela Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, a razão de 11,00% (onze inteiros por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

§ 1º Constituem também fontes de receita do PREVICON as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, IV e V incidentes sobre o auxílio doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

§2º A contribuição prevista no inciso III deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, for portador de doença incapacitante prevista no art. 14-A desta lei.

§ 3º O déficit do custo especial é de R$ 130.862,87 (cento e trinta mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos) e será financiado nos termos do inciso X, Anexo I, da Portaria n.º 4.992, de 05/02/1999, em 420 meses, mediante a arrecadação mensal de 0,62% (sessenta e dois centésimos por cento), sobre a remuneração de contribuição dos servidores vinculados ao PREVICON, já prevista no inciso IV deste artigo, ante o percentual de 8,04% (oito inteiros e quatro centésimos por cento) superior ao financiamento do custo normal definido na Reavaliação Atuarial.

Art. 45. Considera-se remuneração de contribuição, para os efeitos desta Lei, a retribuição pecuniária devida ao segurado a título remuneratório pelo exercício do cargo com valor fixado em Lei, acrescido das vantagens permanentes do cargo, vantagem individual por produtividade, décimo terceiro vencimento.

§ 1º Excluí-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte e horas extras;

IV - o auxílio-alimentação e o auxílio-creche;

V - a gratificação de 1/3 de férias prevista no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;

VI - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e

VIII - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IX - as demais vantagens de natureza temporárias não previstas nos incisos anteriores.

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2o da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2o do art. 40 da Constituição Federal.

§ 3º O salário família não está sujeito, em hipótese alguma, a qualquer desconto pelo PREVICON.

Art. 72. Os segurados do PREVICON e respectivos dependentes, poderão interpor recurso contra decisão denegatória de prestações no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que forem notificados.

§ 1º Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

§ 2º O órgão recorrido poderá no prazo de 15 (quinze) dias reformar sua decisão, em face do recurso apresentado, caso contrário, o recurso deverá ser encaminhado para o Conselho Curador, com o objetivo de ser julgado.

Art. 73. Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

Art. 74. O Conselho Curador terá 30 (trinta) dias para julgar os recursos interpostos e não reformados pelo órgão recorrido.

Parágrafo Único.A contagem do prazo para julgamento do recurso terá início na data de recebimento dos autos na secretaria do Conselho Curador.

Art. 77. .....

Parágrafo único. Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput, o disposto no art. 81 desta Lei.

Art. 81-A. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 12 ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 77 e 79 desta Lei, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado

no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 12, inciso III, alínea "a", desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 81 desta lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 82-A. O PREVICON procederá, anualmente, o recadastramento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência social.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MAIO/2006.

Art. 3º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, em especial o §5º do art. 12 da Lei n.º 208/2005, de 20 de junho de 2005.

Gabinete do Prefeito do Município de Confresa/MT, 24 de julho de 2006.

MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 208/2005

LEI N.º 208/2005, DE 20 DE JUNHO DE 2005.

Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Confresa-MT e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1.º Fica reestruturado por esta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, consoante aos preceitos e diretrizes emanadas do art. 40 da CF/88, das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003 bem como da Lei Federal n. º 9.717/98.

SEÇÃO ÚNICA

DO ÓRGÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEUS FINS

Art. 2.º O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Confresa-MT, será reorganizado na forma de fundo contábil nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 4.320/64, vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Confresa-MT, será denominado pela sigla *"PREVICON"*, e se destina a assegurar aos seus segurados e a seus dependentes, na conformidade da presente Lei, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 3.º São segurados obrigatórios do PREVICON os servidores ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta, do Município de Confresa-MT.

Parágrafo único. Ao servidor ocupante, exclusivamente de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no § 13 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

Art. 4.º A filiação ao PREVICON será obrigatória, a partir da publicação desta lei, para os atuais servidores e para os demais, a partir de suas respectivas posses.

Art. 5.º Perderá a qualidade de segurado aquele que deixar de exercer a atividade que o submeta ao regime do PREVICON.

Parágrafo único. A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerente a essa qualidade.

Art. 6.º Ao segurado que deixar de exercer, temporariamente atividade que o submeta ao regime do PREVICON é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições referente a sua parte e a do Município.

Parágrafo único. O servidor efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios à disposição do Município de Confresa-MT, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 7.º São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta lei:

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou inválido;

II - Os pais; e

III - O irmão não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou se inválido.

§ 1º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subseqüentes.

§ 2º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada à dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 4º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 8.º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do artigo anterior é presumida, a das pessoas constantes dos incisos II e III deverão comprova-la.

Art. 9.º A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para os cônjuges, pela separação judicial ou divórcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem a maioridade civil, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau cientifico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral:

a) pelo matrimônio;

b) pela cessação da invalidez;

c) pelo falecimento.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS

Art. 10. Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover a sua inscrição no PREVICON e que se processará da seguinte forma:

I - para o segurado, a qualificação perante o PREVICON comprovada por documentos hábeis;

II - para os dependentes, a declaração por parte do segurado, sujeita a comprovação da qualificação de cada um por documentos hábeis.

Parágrafo único. A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVICON fornecer ao segurado, documento que a comprove.

Art. 11. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

CAPITULO III

DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS

SUB-SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA

Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do PREVICON serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 14:

a) a invalidez será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVICON e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao PREVICON já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201 da CF/88, na forma da lei.

§ 2º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias aos abrangidos pelo regime do PREVICON, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei federal complementar.

§ 3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no art. 12, III, “a”, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio.

§ 4º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime previsto no art. 40 da Constituição Federal.

§ 5º Para o cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I, II e III alínea “b” deste artigo, o provento corresponderá a um trinta e cinco avos da totalidade da remuneração do servidor na data da concessão do benefício, por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, no caso de invalidez permanente.

§ 6º Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 1°, serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 7º O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no inciso III, alínea “a”, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II.

Art. 13. No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto no art.12 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou

III - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no

cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 14. O segurado, quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS, contaminação por radiação (com base em conclusão da medicina especializada) ou quando vítima de acidente do trabalho ou moléstia profissional que o invalide para o serviço, terá direito à aposentadoria integral.

SUB-SEÇÃO II

AUXÍLIO DOENÇA

Art. 15. O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade dos vencimentos.

§ 1º Não será devido auxílio-doença ao segurado que filiar-se ao PREVICON na data de sua posse e que já seja portador de doença ou lesão invocada como causa para concessão do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º Será devido auxílio-doença ao segurado que sofrer acidente de qualquer natureza.

Art. 16. Durante os primeiros trinta dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao município pagar ao segurado sua remuneração.

§ 1º Cabe ao município promover o exame médico e o abono das faltas correspondentes aos primeiros trinta dias de afastamento.

§ 2º Quando a incapacidade ultrapassar sessenta dias consecutivos, o segurado será submetido à perícia médica do PREVICON.

§ 3º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior, o município fica desobrigado do pagamento relativo aos trinta primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior e descontando-se os dias trabalhados, se for o caso.

§ 4º Se o segurado, por motivo de doença, afastar-se do trabalho durante trinta dias, retornando à atividade no trigésimo primeiro dia, e se dela voltar a se afastar dentro de sessenta dias desse retorno, fará jus ao auxílio-doença a partir da data do novo afastamento.

Art. 17. O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do PREVICON, e se for o caso a processo de readaptação profissional.

Art. 18. O segurado em gozo de auxílio-doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

Art. 19. O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho e pela transformação em aposentadoria por invalidez.

SUB-SEÇÃO III DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 20. O salário-família será devido, mensalmente, aos segurados que tenha renda bruta mensal igual ou inferior ao teto definido para este benefício no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º Quando o pai e a mãe forem segurados, ambos terão direito ao salário-família.

§ 2º As cotas do salário-família, pagas pelo município, deverão ser deduzidas quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de pagamento.

Art. 21. O pagamento do salário-família será devido a partir da data da apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de freqüência à escola do filho ou equiparado.

Parágrafo único. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido, é o mesmo definido pelo RGPS.

Art. 22. A invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do PREVICON.

Art. 23. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente aquele a cujo cargo ficar o sustento do menor, ou a outra pessoa, se houver determinação judicial nesse sentido.

Art. 24. O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade; ou

IV - pela perda da qualidade de segurado.

Art. 25. O salário-família não se incorporará, ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

SUB-SEÇÃO IV DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 26. Será devido salário-maternidade à segurada gestante, durante cento e vinte dias consecutivos, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista no § 1º.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º Em caso de parto antecipado ou não, a segurada tem direito aos cento e vinte dias previstos neste artigo.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º O salário-maternidade consistirá de renda mensal igual a remuneração da segurada, acrescido do 13º proporcional correspondente a 4/12, pago na última parcela.

Art. 27. O início do afastamento do trabalho da segurada será determinado com base em atestado médico.

§ 1º O atestado deve indicar, além dos dados médicos necessários, os períodos a que se referem o art. 26 e seus parágrafos, bem como a data do afastamento do trabalho.

§ 2º Nos meses de início e término do salário-maternidade da segurada, o salário-maternidade será proporcional aos dias de afastamento do trabalho.

§ 3º O salário-maternidade não pode ser acumulado com benefício por incapacidade.

§ 4º Quando o parto ocorrer sem acompanhamento médico, o atestado será fornecido pela junta médica do PREVICON.

SEÇÃO II

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS DEPENDENTES

SUB-SEÇÃO I

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 28 A pensão por morte será calculada na seguinte forma:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão.

§ 2º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 3º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 4º Não fará jus a pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 29. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito;

II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 30. Os pensionistas inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVICON.

Parágrafo único. Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

Art. 31. A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do art. 9º.

Art. 32. Toda vez que se extinguir uma parcela de pensão, proceder-se-á a novo rateio da pensão, na forma do § 1º, do art. 28, em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

SUB-SEÇÃO II

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 33. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal igual a totalidade dos vencimentos percebidos pelo segurado, concedida ao conjunto de seus dependentes, desde que renda bruta mensal igual ou inferior ao teto definido para este benefício no Regime Geral de Previdência Social, que esteja recolhido à prisão, e que por este motivo, não perceba remuneração dos cofres públicos.

§ 1º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 2º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber remuneração dos cofres públicos.

§ 3º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 4º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e,

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 5º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao PREVICON pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 6º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 7º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 34. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, salário maternidade pagos pelo RPPS.

Parágrafo único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avo, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Art. 35. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Art. 36. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.

Art. 37. É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 38. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 39. Além do disposto nesta Lei, o PREVICON observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

Art. 40. Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do §

9º, do art. 201 da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na lei 9.796/99.

Parágrafo único. Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta lei, receberão do órgão instituidor (PREVICON), todo o provento integral da aposentadoria, independente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 41. As prestações, concedidas aos segurados ou a seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao próprio PREVICON e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecida por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 42. O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado ou ao dependente, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiado, quando se fará a procurador, mediante autorização expressa do PREVICON que, todavia, poderá negá-la quando considerar essa representação inconveniente.

Art. 43. Os benefícios assegurados às pessoas abrangidas, quando não reclamados, prescreverão, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos, e os valores a eles correspondentes, serão vertidos em favor do Instituto.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

SEÇÃO I

DA RECEITA

Art. 44. A receita do PREVICON será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 11% (onze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas a razão de 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões concedidas e que tenham cumprido todos os requisitos para sua obtenção até 31/12/2003, que superarem cinqüenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas a razão de 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões concedidas após a publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a razão de 17,53% (dezessete inteiros e cinqüenta e três décimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

V - de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

VI - de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VII - pela renda resultante da aplicação das reservas;

VIII - pelas doações, legados e rendas eventuais;

IX - por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

X - dos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 45. Considera-se remuneração de contribuição, para os efeitos desta Lei, a retribuição pecuniária devida ao segurado a título remuneratório pelo exercício do cargo com valor fixado em Lei, acrescido das vantagens permanentes do cargo, vantagem individual por produtividade, décimo terceiro vencimento, proventos de aposentadoria e pensão;

§ 1º Parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança ou de cargo em comissão, quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2o do citado artigo;

§ 2º Exclui-se de descontos referidos neste artigo, gratificação de férias, horas extras e vantagens temporárias.

§ 3º O Salário-Família não está sujeito, em hipótese alguma, a qualquer desconto pelo PREVICON.

Art. 46. Em caso de acumulação de cargos permitida em Lei, a remuneração de contribuição para os efeitos desta Lei, será a soma das remunerações percebidas.

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 47. A arrecadação das contribuições devidas ao PREVICON compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I - aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e inativos dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, a importância de que trata os incisos I e II do art. 44;

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao PREVICON ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 30 (trinta) do mês subseqüente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso III, do art. 44, conforme o caso.

Parágrafo único. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao PREVICON relação nominal dos segurados, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

Art. 48. O não-recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II e III do art. 44 desta Lei, no prazo estabelecido no inciso II do artigo anterior, ensejará o pagamento de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativo.

Art. 49. O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6.º fica obrigado a recolher mensalmente, na rede bancária, mediante boleto bancário emitido pelo PREVICON, as contribuições devidas.

Art. 50. As cotas do salário-família, salário maternidade, auxílio doença e auxílio reclusão, serão pagas pelo Município de Confresa, mensalmente, junto com a remuneração dos segurados, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições ao PREVICON.

SUB-SEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 51. O PREVICON poderá a qualquer momento, requerer dos Órgãos do Município, quaisquer documentos para efetuar levantamento fiscal, a fim de apurar irregularidades nas incidências dos encargos previdenciários previstos no plano de custeio.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 52. As importâncias arrecadadas pelo PREVICON são de sua propriedade, e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 53. Na realização de avaliação atuarial inicial e na reavaliação em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados no anexo I da Portaria MPAS n.º 4992 com as alterações contidas na Portaria MPAS n.º 3385 de 14/09/2001.

SEÇÃO II

DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 54. As disponibilidades de caixa do PREVICON, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do Município e aplicadas nas condições de mercado, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 55. A aplicação das reservas se fará tendo em vista:

I - segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa e variável;

II - a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez;

Parágrafo único. É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o *"caput"* em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao poder público, inclusive a suas empresas controladas.

Art. 56. Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o PREVICON realizará as operações em conformidade com a política adotada por um Comitê de Investimentos.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 57. O orçamento do PREVICON evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental observado o plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Parágrafo único. O Orçamento do PREVICON observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 58. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subseqüente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar os seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 59. A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1.º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2.º Entende-se por relatórios de gestão, o balancete mensal de receitas e despesas do PREVICON e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3.º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

Art. 60. O PREVICON observará ainda o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e do ente estatal, conforme diretrizes gerais.

Art. 61. A escrituração do Fundo Contábil de que trata esta lei, deverá obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores e as normas emanadas da Portaria MPAS n.º 4.992/99.

SEÇÃO III

DA DESPESA

Art. 62. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária, e não poderá ultrapassar o limite estabelecido no § 3º do art. 17 da Portaria MPAS n.º 4.992/99.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decretos do executivo.

Art. 63. A despesa do PREVICON se constituirá de:

I - pagamento de prestações de natureza previdenciária;

II - pagamento de prestação de natureza administrativa.

SEÇÃO IV

DAS RECEITAS

Art. 64. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 65. A organização administrativa do PREVICON compreenderá os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II - Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos.

SUB-SEÇÃO ÚNICA

DOS ÓRGÃOS

Art. 66. Compõem o Conselho Curador do PREVICON os seguintes membros: 02 (dois) representantes do Executivo, 02 (dois) representantes do Legislativo e 06 (seis) representantes dos Segurados, sendo dois suplentes.

§ 1º Os membros do Conselho Curador, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais, por eleição, garantida participação de servidores inativos.

§ 2º Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução em 50% (cinqüenta por cento) de cada representação de seus membros.

§ 3º O Presidente do Conselho Curador será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

Art. 67. O Conselho Curador se reunirá sempre com a totalidade de seus membros, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regimento interno;

II - eleger o seu presidente;

III - decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Conselho Fiscal;

IV - julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal;

V - apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente Lei, bem como resolver os casos omissos.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Curador serão promulgadas por meio de Resoluções.

Art. 68. A função de Secretário do Conselho Curador será exercida por um servidor efetivo do quadro da Prefeitura Municipal.

Art. 69. Os membros do Conselho Curador, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 70. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente bimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regime interno;

II - eleger seu presidente;

III - acompanhar a execução orçamentária do PREVICON;

IV - julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios.

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros, sendo, 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais, para mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal nada perceberão pelo desempenho do mandato.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 71. A administração do fundo contábil de que trata esta lei, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, a quem incumbirá a obrigação de adotar as medidas necessárias ao seu perfeito funcionamento.

SEÇÃO III DOS RECURSOS

Art. 72. Os segurados do PREVICON e respectivos dependentes, poderão recorrer ao Conselho Fiscal, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que forem notificados, das decisões do Prefeito Municipal, denegatórias de prestações.

Art. 73. Aos servidores do PREVICON é facultado recorrer ao Conselho Curador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, das decisões do Secretário Municipal de Administração que considerarem lesivas a seus direitos.

Art. 74. O Secretário Municipal de Administração, bem como, segurados e dependentes, poderão recorrer ao Conselho Curador, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que delas tomarem conhecimento, das decisões do Conselho Fiscal com as quais não se conformarem.

Art. 75. Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

Art. 76. Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

Parágrafo único. O órgão recorrido poderá reformar sua decisão, em face do recurso apresentado, caso em que este deixará de ser encaminhado à instância superior.

CAPÍTULO IX

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 77. São deveres e obrigações dos segurados:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVICON;

II - aceitar e desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

III - dar conhecimento à direção do PREVICON das irregularidades de que tiverem ciência, e sugerir as providências que julgarem necessárias;

IV - comunicar ao PREVICON qualquer alteração necessária aos seus assentamentos, sobretudo aquelas que digam respeito aos dependentes e beneficiários.

Parágrafo único. O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6. º, fica obrigado a recolher suas contribuições e débitos, mensalmente, na rede bancária, mediante boleto bancário emitido pelo PREVICON.

Art. 78. O segurado pensionista terá as seguintes obrigações:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVICON;

II - apresentar, anualmente, em janeiro, atestado de vida e

residência do grupo familiar beneficiado por esta lei;

III - comunicar por escrito ao PREVICON as alterações ocorridas no grupo familiar para efeito de assentamento;

IV - prestar com fidelidade, os esclarecimentos que forem solicitados pelo PREVICON.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 79. Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 12, §§ 1º e 6º, desta Lei, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea *a* deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo inciso III, alínea "a" e § 3º do art. 12 desta Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O professor, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no *caput*, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta Lei.

§ 4º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 80. Observado o disposto no art. 37, desta lei, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei federal discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 81. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 12 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 77 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 3º do art. 12 desta lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 82. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional n.° 41/2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta lei.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional de que trata este artigo, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 83. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes, em fruição na data de publicação da Emenda Constitucional n.° 41/2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo anterior, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 84. Os regulamentos gerais de ordem administrativa do PREVICON e suas alterações, serão baixados pelo Conselho Curador.

Art. 85. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em AGOSTO/2004, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 86. O Município será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do PREVICON, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 87. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 170, de 02 de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito, em Confresa-MT, 20 de junho de 2005.

MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 09 de Junho de 2016, às 15:30hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2016 do tipo Menor Preço por item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS.

Confresa-MT, 24 de Maio de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 09 de Junho de 2016, às 08:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016 do tipo Menor Preço por item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÃO DE PEÇAS, FILTROS, BATERIAS E ACESSÓRIOS.

Confresa-MT, 24 de Maio de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 10 de Junho de 2016, às 15:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de

Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016 do tipo Menor Preço**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE LEITE.

Confresa-MT, 24 de Maio de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 028/2016

DECRETO N°: 028/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO MUNICIPAL, EM VIRTUDE DO FERIADO DE CORPUS CHRISTI.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1° - Fica decretado, sexta-feira dia 27/05/16, **PONTO FACULTATIVO PÚBLICO MUNICIPAL,** aos órgãos Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta.

Art. 2° - Ficam fora deste Decreto, os órgãos que exercem atividades essenciais e os que forem determinados pelo Executivo Municipal para continuarem em atividades, tais como: Departamento de Tributos, Secretaria de Saúde, Hospital Municipal, Psf's, Conselho Tutelar, Secretaria de Obras e Serviços de Limpeza Urbana.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrárias.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de maio de 2016.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 - DIVULGA LISTA DOS CANDIDATOS SEM PAGAMENTO

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
CNPJ: 37.464.716/0001-50
PREFEITURA CONFRESA O TRABALHO QUE VOCÊ VÊ.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004
DIVULGA LISTA DOS CANDIDATOS SEM CONFIRMAÇÃO DE PAGAMENTO

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, nos termos dos itens 10.7, 10.9 e 10.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2016, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade e,

Resolve:

I – Divulgar a listagem dos candidatos sem confirmação de pagamento;

II – Comunicar aos candidatos cujo nome não consta da listagem de pagamentos confirmados que os mesmos deverão enviar **comprovantes de inscrição e pagamento** pelo endereço eletrônico *concurso@acpi.com.br* até o dia **23/05/2016**.

Confresa – MT, 20 de Maio de 2016.

Reginaldo da Silva Faria
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público N.º 001/2016



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

PROC.SELETIVO PÚBLICO 01/2016 -PREF. CONFRESA

Candidatos SEM Confirmação de Pagamento

Incrição	Nome do Candidato	Cargo		Valor
177	AGDA PEREIRA MARINHO	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
125	AMILTON PEREIRA RODRIGUES	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
126	AMILTON PEREIRA RODRIGUES	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
31	ANNY KATHYELLE LEÃO ARAÚJO	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
32	ANNY KATHYELLE LEÃO ARAÚJO	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
26	ARYELE GOMES RONDON	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
92	BEATRIZ NASCIMENTO VALE	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
71	CRISTINEIDE ALVES DA CONCEIÇAO	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
94	DANIELLE BARBOSA GOMES	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
22	DEBORA RODRIGUES DA SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
23	DEBORA RODRIGUES DA SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
24	DEBORA RODRIGUES DA SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
148	DEICIVAM DOS SANTOS SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
72	EDIONE MIRANDA ALVES	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
25	HERBERTH HENRIQUE NOGUEIRA SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
27	ILDEBRANDO DE SOUZA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
7	IVA ALVES DE LIMA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
119	JOANILSON RODRIGUES	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
45	LAZARO DOS SANTOS MOURA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
158	LUCAS FELIPE RIBEIRO	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
12	LUDIMILLA PIRES DE ANDRADE BARROS	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
164	MARCOS LIMA MOTA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
185	MARIA DO SOCORRO PEREIRA SOUSA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
30	MARIA EUNICE RODRIGUES DOS SANTOS	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
11	MARIA RUTH DOS SANTOS DA SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
186	MARRONE SOUZA SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
40	NOELLE DALMAGRO DA SILVA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
59	OSEIAS VICENTE DOS SANTOS	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
137	RENATA COSTA LOPES	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
88	WANDERSON DE OLIVEIRA	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
38	WEDER CARDOSO DE CARVALHO	001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS- AC	40,00
180	GLEICIENE MELO SILVA	002	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
101	IZIANY CAETANO DUARTE NOGUEIRA	002	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
42	MARCIA SOUSA NOGUEIRA	002	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
145	TERMOSILIA BATISTA DA SILVA MARTINS	002	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
191	CREITON DE ARAUJO PEREIRA	003	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
57	JESSICA DOS SANTOS SILVA	003	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
58	JOSE MATER NERES DA SILVA	003	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
144	KAMORIWAGATO TAPIRAPE	003	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
188	MARCELA MAYARA LOPES DOS SANTOS	003	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
53	SEBASTIANA APARECIDA GOMES	003	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
3	TANIA CRISTINA MARIA DA SILVA COSTA	003	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
10	DENISE CRISTINA DA SILVA	004	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
80	MARIA OZALDIR SANTANA DA SILVA	004	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
15	REGIANE DA SILVA SOUSA	004	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
6	ROBSON RODRIGUES DA SILVA	004	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
18	ROZIMAR DOS SANTOS DINIZ	004	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
91	LUCILEIDE BARBOSA DE CASTILHO	005	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
156	JENNIFER DA SILVA LOPES	006	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00

Pág.: 1 **Qtde** 50 **Total** **2.000,00**



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

PROC.SELETIVO PÚBLICO 01/2016 -PREF. CONFRESA

Candidatos SEM Confirmação de Pagamento

Incrição	Nome do Candidato	Cargo		Valor
140	RUBENS AGUIAR COSTA	006	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
181	FELIPE PEREIRA DA SILVA	007	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
187	LUANA LOPES DOS SANTOS	007	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
61	GRACIETE FERREIRA DA SILVA	008	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
9	POLIANA SIMONE DE OLIVEIRA	008	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
13	EIDICLEIA RIBEIRO DA SILVA	009	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
62	VANDERLINA BATISTA DE SOUZA ARAUJO	012	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
14	MARCIA TAVARES DA SILVA REIS	013	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
76	TAINARA MENDONÇA DOS SANTOS	017	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
55	EDÍLSON DE SOUSA GONÇALVES	018	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
5	LUANA CELIA RODRIGUES DA SILVA MACHADO	019	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
37	MARCOS GOMES SILVA	019	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00
49	MARINEIDE SOUSA PARENTE FREITAS	019	AGENTE COMUNIT.DE SAÚDE-ACS-MIC	40,00

Pág.: 2 **Qtde** 62 **Total** **2.480,00**

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015 – FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – FUNDAÇÃO UNISELVA - PREFEITURA

A Prefeitura de Confresa-MT, declara que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 24/2015 referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 31/2015, oriundo do Processo Administrativo nº 2015/006977/UNISELVA, para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição e instalação de condicionador de ar para atender a Prefeitura Municipal de Confresa, com um valor Global de R$ 95.324,00.

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: Wanda Comércio de Móveis e Informática para Escritório Ltda. – EPP – CNPJ: 12.358.170/0001-21;

Confresa 24/05/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2016, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO VEICULO AMAROK – PLACA QBZ3095 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO não compareceu nenhuma empresa, assim, foi considerada DESERTA.

Conquista D'Oeste, 23 de maio de 2016.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 - CORRIGIDO - PONTUAÇÃO DAS PROVAS SUBJETIVAS REEDIÇÃO CORRIGIDA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

A Comissão de Concurso Público do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 048, de 25 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando, o que dispõe o Edital de Concurso Público relativamente às Provas Subjetivas,

Considerando que, foi divulgado no site do Concurso Público um Anexo de Resultado Prévio, relativo às provas Subjetivas I e II dos candidatos do Nível Médio e Técnico com inconsistência, o qual ora retifica-se neste Edital Complementar,

Resolve, publicar o rol dos candidatos que terão às notas das provas Objetivas acrescidas com pontuação obtidas em Provas Subjetivas, em todos os níveis de escolaridades, conforme Anexo.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. a pontuação disposta no rol dos candidatos discriminados por Níveis de Escolaridades será acrescida à Nota Final dos candidatos para efeitos de classificação geral. **2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 2.1.** Editais complementares serão publicados no site: www.cotriguacu.mt.gov.br

Cotriguaçu MT, 24 de maio de 2016.

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Pres. da Comissão de Concurso Público

ANEXO DO EC Nº 010 - RESULTADO PRÉVIO - PROVA SUBJETIVA II - NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO		
Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Nova União		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
319325	Jaime Pinto Modesto	**100**
328141	Leone Goncalves Da Silva Tostas	**100**
336352	Josmar Da Silva Dos Reis	**100**
325953	Onesio Alcantara Da Gloria	**100**
329340	Anemias Garcia Da Silva	**NC**
Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
321530	Paulo Roberto Dos Santos	**100**
334409	Carlos Alberto Coelho	**100**
332527	Edimar Bravo Batista	**100**
336454	Adriano Araujo Barros	**100**
326247	Laucione Azevedo Andrade	**100**
329564	Gesiel Moreira Ponciano	**100**
321543	Elivelto Kovalhczuk	**100**
336683	Cristiano Leonardo Meier	**100**
325135	Cezar Behling	**DESC.**
337554	Junior Aparecido Rigo	**NC**
Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Motoniveladora - CNH D - Sede		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**

325151	Celso Behling	**85**
Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Nova União		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
333474	Jose Wilson Andrade	**100**
334590	Elizeu Grei Coelho	**NC**
Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Sede		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
338182	Everson Seconelli Goncalves	**100**
323398	Valdeir Manoel Rodrigues	**100**
319139	Siderley Borger	**100**
331690	Adenilson De Lima	**100**
328651	Dirlei Lourenco Dos Santos	**100**
Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
329824	Adriano Botelho Da Silva	**95**
317552	Alan Nascimento Da Silva	**70**
320842	Alessandro Jandrey	**80**
318313	Aparecida Bispo Silveira	**65**
320890	Bruno Vinicius Lopes	**75**
334607	Daniel De Souza Silvestre	**80**
320703	Douglas Dias Dos Santos	**DESC.**
322147	Ederson Rodrigues Ferreira	**100**
316793	Edilson Wanderlei Pedroso	**85**
337405	Enric Bras Fabian	**100**
330481	Ismael Nunes De Araujo	**DESC.**
330620	Jesiel De Oliveira Goncalves	**DESC.**
319242	Joaquim Teofilo Da Silva	**DESC.**
337539	Jose Jorge Glaab	**100**
331419	Lucas Dias Pereira	**100**
321085	Marcia Ferreira Padilha	**90**
325850	Marcos Eneas Correia Da Rocha	**90**
318968	Nelson Luiz Dos Santos	**DESC.**
325975	Osvaldo Alves Da Silva	**100**
338068	Rodrigo Carvalho Gomes	**NC**
337570	Rosenilda Dos Santos Marcal	**95**
323401	Tiago Jose Alves De Oliveira	**95**
337674	Wesley Rodrigues De Aguiar	**100**
330371	Zaqueu De Oliveira Matos	**79**
OBS.	**NOMENCLATURAS**	
NC.	Não Compareceu à prova	
DESC.	Desclassificado	
A Nota da Prova Prática será adicionada a nota da Prova Objetiva		

ANEXO DO EC Nº 010 - RESULTADO PRÉVIO - PROVA SUBJETIVA II - NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO		
Apoio Operacional Educacional - Motorista Ônibus - CNH D - Nova Esperança | 2. Nível Fundamental Completo		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
332263	Antonio De Souza Silva	**DESC.**
Apoio Operacional Educacional - Motorista Ônibus - CNH D - Nova União | 2. Nível Fundamental Completo		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
326276	Cemair Da Silva Dos Reis	**100**
332222	Aloir Jose Fachini	**100**
334875	Cassio Poliano Dos Reis	**100**
328840	Sinval Baudson	**100**
333150	Jose Roberto Dos Reis	**100**
330642	Jose Carlos Poleto	**100**
335076	Ronivom Martins Dos Anjos	**DESC.**
319182	Ademiro Lovo	**DESC.**
331882	Lorivaldo Fernandes de Figueiredo	**DESC.**
Apoio Operacional Educacional - Motorista Ônibus - CNH D - Sede | 2. Nível Fundamental Completo		
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA PRÁTICA**
337701	Adelir Queiroz	**100**
329333	Marcio Manoel Rodrigues	**DESC.**

317050	Edines Dos Anjos	**DESC.**

Motorista - CNH D - Sec. de Saúde - Sede | 2. Nível Fundamental Completo

Nº INSC	CANDIDATO	PROVA PRÁTICA
319662	Elian Rodrigues De Souza	**90**
337343	Jeferson Sabino Martins Lopes	**DESC.**
337950	Junior Aparecido Rigo	**NC.**

OBS.	**NOMENCLATURAS**
NC.	Não Compareceu à prova
DESC.	Desclassificado
A Nota da Prova Prática será adicionada a nota da Prova Objetiva	

ANEXO DO EC Nº 010 - RESULTADO PRÉVIO - PROVA SUBJETIVA I E II - NÍVEL MÉDIO (CORRIGIDO)

Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | 3. Nível Médio e Técnico

Nº INSC	CANDIDATO	PROVA SUBJETIVA I	PROVA SUBJETIVA II
326811	Adriana Garanhani Korb	11	10,47
321846	Cleliane Portilho Da Silva	12	10,84
317943	Edwandro Vargas Charneski	14	20,00
337665	Elenice Correa	13	20,00
337928	Elisabete De Souza	12	**4,17**
318465	Fernanda Ferreira De Oliveira	**DESC.**	**DESC.**
327496	Gislaine De Oliveira Rabelo	**NC**	**NC**
318787	Guilherme Oliveira De Souza	11	20,00
337069	Hudson Assis De Figueiredo	12	13,05
339035	Jean Marino Sulzbach	15	20,00
321370	Kamylla Andresa Fusinatto Comper	16	20,00
337347	Marilucia Schmoeller	13	11,60
319482	Miria Pimenta Jacinta Drehmer	13	20,00
320823	Nayara Cristine Do Carmo Gameiro Dos Santos	12	16,84
337489	Raquel Silva Dos Santos	16	15,06
333988	Sandra Aline De Lima Prange	15	20,00
318259	Simone Laureano De Souza	**NC**	**NC**
335830	Stefany Moreira Barcelos	12	13,27
337688	Tiago Bruno Da Silva	16	20,00
318732	Zenaid Ramos Da Silva	12	17,29

Agente Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | 3. Nível Médio e Técnico

Nº INSC	CANDIDATO	PROVA SUBJETIVA I	PROVA SUBJETIVA II
318222	Marizete Krieser	13	16,88
333356	Taiane Giliolli	13	20,00
337967	Regiane Dias Batista	15	20,00

Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | 3. Nível Médio e Técnico

Nº INSC	CANDIDATO	PROVA SUBJETIVA I	PROVA SUBJETIVA II
331972	Carina Alves Da Silva	12	17,78
337013	Ellen Aparecida Rodrigues Ramires	14	15,17
328242	Eudes Leal Campos	**NC**	**NC**
332597	Evandro Juel Anhalt Davi	12	20,00
321183	Jonatas De Morais Soares	13	15,70
316758	Jose Henrique Pego De Oliveira	13	20,00
334498	Laudinei Doerner	16	20,00
317433	Lazaro Santa Clara Do Amaral	**NC**	**NC**
331845	Magno Lougans Fonesi Prange	12	13,12
337959	Marcelo Nunes	10	10,55
339358	Mirian De Oliveira Santos	12	17,94

Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Agrovila | 3. Nível Médio e Técnico

Nº INSC	CANDIDATO	PROVA SUBJETIVA I	PROVA SUBJETIVA II
323538	Cintia Fausta De Oliveira	13	**NR**

Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Nova Esperança | 3. Nível Médio e Técnico

Nº INSC	CANDIDATO	PROVA SUBJETIVA I	PROVA SUBJETIVA II
325514	Elismar Da Silva Borbosa	11	**NR**

Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Nova União | 3. Nível Médio e Técnico

Nº INSC	CANDIDATO	PROVA SUBJETIVA I	PROVA SUBJETIVA II
337420	Lucineia Baudison De Souza	10	**NR**
326005	Rosa Reis Alves De Carvalho	10	**NR**

Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Ouro Verde | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
337800	Rosineide Rodrigues Da Silva	10	**NR**
Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
318136	Ana Paula Gomes Da Cruz	12	**NR**
328140	Andreia Marisa Pagel	13	**NR**
318573	Angelita Riedel Behling	10	**NR**
318942	Cleide Aparecida Lopes Da Silva	12	**NR**
337727	Elizete Skura	12	**NR**
320776	Maria Betania Barteli	11	**NR**
337631	Marli Dos Santos Oliveira	11	**NR**
318179	Rozane De Oliveira	12	**NR**
318502	Solange Aparecida De Lima	10	**NR**
Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Radiologia | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
333230	Melanya Aparecida Da Silva	**NC**	**NR**
Auxiliar Técnico de Saúde - Auxiliar em Enfermagem - Nova União | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
325929	Julia Moreira Tosta	14	**NR**
Auxiliar Técnico de Saúde - Auxiliar em Enfermagem - Vale Verde | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
328634	Doredia Martins De Souza	10	**NR**
Orientador Social - CRAS - Sede | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
321855	Valdete Alves Martins	12	5,66
326709	Karolline Sthefany Silva Nascimento	12	20,00
331785	Erik Augusto De Cerqueira	11	2,52
326502	Rhaiane Brenda Mariluce Da Silva Luiz	15	20,00
Técnico Administrativo Educacional | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
335343	Katia Maria Do Nascimento Mallmann	13	13,83
322282	Joao Martins Ferreira Filho	13	20,00
318065	Adriana Gomes Da Silva	12	NC
326938	Angelica Macedo	11	20,00
338063	Juliana Cruz Amorim	11	20,00
338288	Ilza Franco Pereira	12	9,91
334383	Marcia Ferreira Da Silva Pereira	10	13,15
325777	Roseni Pereira Dias	**NC**	NC
Técnico de Nível Médio - Técnico em Agropecuária | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
317070	Eliana Martins De Oliveira	13	20,00
Técnico em Vigilância Sanitária e Ambiental - Fiscal Sanitário - Sede | 3. Nível Médio e Técnico			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PROVA SUBJETIVA I**	**PROVA SUBJETIVA II**
319116	Solange Xavier Martins	10	**NR**
317838	Cristiani Cecilia Schons	**NC**	**NR**
OBS.	**NOMENCLATURAS**		
NC.	Não Compareceu à prova		
NR.	Não realiza essa prova		
DESC.	Desclassificado		
A Nota da Prova Subjetiva será adicionada a nota da Prova Objetiva			

ANEXO DO EC Nº 010 - RESULTADO PRÉVIO - PROVA SUBJETIVA I - NÍVEL SUPERIOR			
Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | 4. Nível Superior			
Nº INSC	**Data Nasc**	**CANDIDATO**	**Prova Subjetiva I**

334165	04/04/1990	Ana Carina Effting	**15**
320671	02/04/1993	Debora Lucio Dos Santos	**15**
322178	10/05/1975	Izabel Freitas Da Rocha	**15**
326057	07/05/1984	Josilene Ferreira Serpa	**14**
318479	14/07/1993	Mara Lucia Bettega	**14**
335078	06/10/1989	Tatiane Alves Pontes	**14**
Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | 4. Nível Superior			
Nº INSC	**Data Nasc**	**CANDIDATO**	**Prova Subjetiva I**
328815	01/07/1985	Cristiane Alves Carvalho	**14**
330920	30/09/1991	Diana Debastiani	**18**
338338	06/04/1990	Elizangela Kimi Fujimori	**13**
333215	03/11/1989	Erveson Pereira De Souza	**NC**
338317	17/10/1973	Esolina Nimer Buss	**15**
334650	05/07/1992	Gleiciel Da Silva De Andrade	**14**
320496	12/03/1966	Jose Carlos De Souza	**15**
336199	09/04/1994	Leidiane De Oliveira Santiago	**13**
322127	10/11/1989	Maiara Barboza Teixeira	**14**
338520	18/07/1978	Muniz Nazare Dos Santos	**14**
321146	08/08/1989	Sheila Cristina Silveira	**15**
Especialista em Saúde - Farmacêutico Bioquímico | 4. Nível Superior			
Nº INSC	**Data Nasc**	**CANDIDATO**	**Prova Subjetiva I**
317171	18/11/1982	Alessandra Mara Perdoncini	**10**
318070	11/02/1985	Caroline Faria De Moraes Parise	**11**
327895	03/05/1990	Rayane Kelen Dornelas	**12**
Especialista em Saúde - Médico - Nova União | 4. Nível Superior			
Nº INSC	**Data Nasc**	**CANDIDATO**	**Prova Subjetiva I**
334274	19/10/1993	Eduardo Moreira	**NC**
Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | 4. Nível Superior			
Nº INSC	**Data Nasc**	**CANDIDATO**	**Prova Subjetiva I**
326517	29/06/1993	Adrielly Rosa De Lima	**12**
325921	19/03/1982	Antonio Santana Correa Marques Junior	**NC**
338646	29/03/1992	Ezequiele Squersato	**10**
325040	17/03/1991	Lucas Da Silva Rocha	**13**
326492	03/02/1968	Luiz Carlos Moreira	**11**
333511	20/11/1989	Michele Oliveira Rodrigues	**10**

Especialista em Saúde - Psicólogo - Sec. de Saúde | 4. Nível Superior			
Nº INSC	**Data Nasc**	**CANDIDATO**	**Prova Subjetiva I**
337849	06/04/1980	Diliana Rodrigues Dos Santos	**10**
327923	19/08/1980	Anderson Ferreira Oliveira	**12**
Professor - Licenciatura em Matemática - Nova União | 4. Nível Superior			
Nº INSC	**Data Nasc**	**CANDIDATO**	**Prova Subjetiva I**
326894	30/05/1976	Maria Imaculada Fernandes Gomes	**10**
338993	01/08/1983	Eduardo Henrique Teixeira Martins	**10**
336987	19/10/1984	Ronaldo Gomes Da Silva	**10**
336127	11/08/1980	Jose Luis Dos Santos	**NC**
Técnico de Nível Superior - Advogado | 4. Nível Superior			

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova Subjetiva I
320609	28/05/1982	Cleber Leal Jardim	18
317276	17/12/1989	Daniel De Souza Teixeira	17
332757	25/10/1989	Eduardo Rodrigo Da Silva	15
339263	19/12/1989	Emerson Monteiro Tavares	19
318808	20/09/1990	Ezequiel Serafim da Paixao Mazzeto	17
335170	07/04/1992	Guilherme Homem Brazil Barbosa	18
332796	12/04/1981	Leandro Gouveia De Assis	16
330441	17/04/1985	Maike Francisco Lipsch	NC
321059	06/03/1989	Paulo Robson Veronezi	14
327671	01/09/1974	Rosemeire Amaral De Lima Garcia	NC
334996	18/09/1985	Weliton De Almeida Santos	18

Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil | 4. Nível Superior

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova Subjetiva I
339197	23/10/1994	Felipe Henrique Goncalves Urizze	11
332590	03/06/1994	Rafhael Vinicius Kava Pecim Dalle Luche	10
338392	24/03/1990	Wilker Damer Batista	12

Técnico de Nível Superior - Médico Veterinário | 4. Nível Superior

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova Subjetiva I
317805	15/06/1984	Israel Junior Teza	10
317286	30/07/1987	Helen Corradi Gumiero Teza	11
330802	19/02/1987	Talita Souza Domingos Silva	11

Técnico de Nível Superior - Psicólogo - Sec. de Assistência Social | 4. Nível Superior

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova Subjetiva I
322605	01/09/1990	Alice Sayonara Modesto Santos	12
332496	23/10/1990	Amanda Da Silva Evangelista	10
329542	14/03/1985	Andre Luiz Silveira	13
317426	22/04/1990	Gleiciane Orben	11

Técnico de Nível Superior - Químico | 4. Nível Superior

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova Subjetiva I
334357	06/09/1984	Itamar Pereira	13
334123	28/06/1974	Jovana Marli Cogo	10

OBS.	NOMENCLATURAS		
NC.	Não Compareceu à prova		

A Nota da Prova Subjetiva será adicionada a nota da Prova Objetiva

Cotriguaçu MT, 24 de maio de 2016.

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Pres. da Comissão de Concurso Público

CONTRATO N° 020/2016

DATA: 24/05/2016 – OBJETO: **"LOCAÇÃO DE 3.000 (TRES MIL) HORAS DE MOTONIVELADORA - (PATROL) DE NO MINIMO 120 CV, CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MINIMO 12 (DOZE) TONELADAS SENDO TODAS AS DESPESAS COM OPERADORES E FORNECIMENTO DE LAMINAS (FACAS), COM MECANICA EM GERAL, ELETRICA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PNEUS, INCLUSIVE CONSERTOS CORRENDO POR CONTA DO LOCATÁRIO. FICANDO AS DESPESAS DE ABASTECIMENTO COM OLEO DIESEL POR CONTA DO MUNICIPIO, E AS REFERIDAS MAQUINAS DEVERÃO SER EXECUTADAS NAS ESTRADAS VICINAIS DA REGIÃO DO ASSENTAMENTO PA COTRIGUAÇU, NAS LOCALIDADES DE NOVA ESPERANÇA, OURO VERDE DO NORTE, NOVA UNIÃO, JACARÉ, LAMBARI, SÃO FRANCISCO E MURIRU".** Empresa:**HERNANDO DUTRA PEREIRA**, inscrito no **CNPJ sob o nº 20.854.597/0001-49.** Prazo: 31/12/2016. Valor: **R$ 591.900,00**.

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 - RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COTRIGUAÇU

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 - RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

A Comissão de Concurso Público da Câmara de Vereadores do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 013/2016 e alterada pela Portaria nº 018 de 28 de março de 2016, no uso de suas atribuições legais, e ainda,

Considerando a publicação do Gabarito Oficial em data de 19 de maio de 2016, através do Edital Complementar nº 005, e autorização da Comissão para a conferências das provas,

Resolve a Comissão Especial do Concurso Público apresentar no Anexo I desse Edital Complementar, o Resultado Prévio para acompanhamento dos candidatos.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Apresenta através deste Edital Complementar no Anexo I, o Resultado Prévio dos acertos e Notas das disciplinas aos cargos de Nível Fundamental e Nível Médio;

1.2. Apresenta-se também, neste Resultado Prévio a Classificação Prévia dos Candidatos por ordem decrescente de notas;

1.3. Ao Resultado Prévio e à Classificação Prévia ora apresentados, oportunizam-se eventuais recursos pelos candidatos até o dia 31 de maio de 2016 as 12:00 horas, horário de expediente da Câmara Municipal de Cotriguaçu.

Cotriguaçu MT, 24 de maio de 2016.

Alda Souza da Silva Boreck

Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU - MT - CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016											
ANEXO I - RESULTADO PRÉVIO E ECLASSIFICAÇÃO PRÉVIA - NÍVEL FUNDAMENTAL											
CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE PÚBLICO											
CODIGO	**NOME**	**L. Port. Acertos**	**L. Port. Nota**	**Mat. Acertos**	**Mat. Nota**	**C.G. Acertos**	**C.G. Nota**	**C.E. Acertos**	**C.E. Nota**	**SOMA ACERTOS**	**SOMA NOTA**
5294	ANGELA HELENA DE SOUZA	**4**	12	**4**	12	**7**	21	**8**	32	**23**	**77**
5277	SIRLENE APARECIDA WEIAND	**3**	9	**4**	12	**5**	15	**9**	36	**21**	**72**
5276	CECILIA MARIA DO NASCIMENTO	**3**	9	**4**	12	**7**	21	**6**	24	**20**	**66**
5291	LUCINEIA RODRIGUES BOMFIM	**3**	9	**2**	6	**6**	18	**8**	32	**19**	**65**
5287	ROSANGELA BISPO GONÇALVES DOS SANTOS	**2**	6	**4**	12	**5**	15	**6**	24	**17**	**57**
5278	NOEMIA MOREIRA DE SOUZA RODRIGUES	**3**	9	**2**	6	**7**	21	**5**	20	**17**	**56**
5289	MARIA DA SILVA CORDEIRO	**2**	6	**0**	0	**7**	21	**6**	24	**15**	**51**
5282	EDNA NUNES DE ARAUJO	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	**0**
5298	FRANCISCO VIEIRA DA SILVA	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	**0**
5292	MARCIA FERREIRA DA SILVA PEREIRA	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	**0**
OBS.	Notas em vermelho - desclassificado previamente										

Cotriguaçu MT, 24 de maio de 2016.

Alda Souza da Silva Boreck

Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU - MT - CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016											
ANEXO I - RESULTADO PRÉVIO E ECLASSIFICAÇÃO PRÉVIA- NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO											
CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO (CADASTRO DE RESERVA)											
CODIGO	**NOME**	**L. Port. Acertos**	**L. Port. Nota**	**Mat. Acertos**	**Mat. Nota**	**C.G. Acertos**	**C.G. Nota**	**C.E. Acertos**	**C.E. Nota**	**SOMA ACERTOS**	**SOMA NOTA**
5283	ANDRIELY REGINA MACEDO LAGE	**6**	**9,00**	**6**	**9,00**	**6**	**18,00**	**6**	**24,00**	**24**	**60,00**
5288	MIDIAM MARIA DE MORES	**6**	**9,00**	**5**	**7,50**	**6**	**18,00**	**6**	**24,00**	**23**	**58,50**
5284	SILMARA BORGES DA SILVA	**4**	**6,00**	**5**	**7,50**	**5**	**15,00**	**7**	**28,00**	**21**	**56,50**
5268	MARIZETE KRIESER	**6**	**9,00**	**5**	**7,50**	**5**	**15,00**	**6**	**24,00**	**22**	**55,50**
5286	GISLAINE OLIVEIRA RABELO	**2**	**3,00**	**3**	**4,50**	**6**	**18,00**	**5**	**20,00**	**16**	**45,50**
5296	EDELO FABIO DA SILVA	**7**	**10,50**	**4**	**6,00**	**5**	**15,00**	**3**	**12,00**	**19**	**43,50**
5295	MERCEDES IMACULADA DE SOUZA	**5**	**7,50**	**2**	**3,00**	**2**	**6,00**	**4**	**16,00**	**13**	**32,50**
5285	NEUZA BRAZ FERREIRA	**1**	**1,50**	**5**	**7,50**	**3**	**9,00**	**3**	**12,00**	**12**	**30,00**
5266	MAXSUEL LUIZ STORKI	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**
OBS.	Notas em vermelho - desclassificado previamente										

Cotriguaçu MT, 24 de maio de 2016.

Alda Souza da Silva Boreck

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PREGÃO N° 015/2016 PROCESSO N° 026/2016

Onde se-lê : OBJETO: **"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE, SANTA MARIA (CENTRO) E ATENDER PROJETOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATENDIMENTO INTERNO DE PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE E CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO".** Publicada No Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso , ANO IX, Edição Nº 2.483 do dia 24 de maio de 2016 da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT.

Ler-se-á: OBJETO:**"LOCAÇÃO DE 3.000 (TRES MIL) HORAS DE MOTONIVELADORA - (PATROL) DE NO MINIMO 120 CV, CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MINIMO 12 (DOZE) TONELADAS SENDO TODAS AS DESPESAS COM OPERADORES E FORNECIMENTO DE LAMINAS (FACAS), COM MECANICA EM GERAL, ELETRICA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PNEUS, INCLUSIVE CONSERTOS CORRENDO POR CONTA DO LOCATÁRIO. FICANDO AS DESPESAS DE ABASTECIMENTO COM OLEO DIESEL POR CONTA DO MUNICIPIO, E AS REFERIDAS MAQUINAS DEVERÃO SER EXECUTADAS NAS ESTRADAS VICINAIS DA REGIÃO DO ASSENTAMENTO PA COTRIGUAÇU, NAS LOCALIDADES DE NOVA ESPERANÇA, OURO VERDE DO NORTE, NOVA UNIÃO, JACARÉ, LAMBARI, SÃO FRANCISCO E MURIRU".**

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PREGÃO N° 015/2016 PROCESSO N° 026/2016

Onde se-lê : OBJETO: **"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE, SANTA MARIA (CENTRO) E ATENDER PROJETOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATENDIMENTO INTERNO DE PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE E CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO".** Publicada No Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso , ANO IX, Edição Nº 2.483 do dia 24 de maio de 2016 da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT.

Ler-se-á: OBJETO:**"LOCAÇÃO DE 3.000 (TRES MIL) HORAS DE MOTONIVELADORA - (PATROL) DE NO MINIMO 120 CV, CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MINIMO 12 (DOZE) TONELADAS SENDO TODAS AS DESPESAS COM OPERADORES E FORNECIMENTO DE LAMINAS (FACAS), COM MECANICA EM GERAL, ELETRICA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PNEUS, INCLUSIVE CONSERTOS CORRENDO POR CONTA DO LOCATÁRIO. FICANDO AS DESPESAS DE ABASTECIMENTO COM OLEO DIESEL POR CONTA DO MUNICIPIO, E AS REFERIDAS MAQUINAS DEVERÃO SER EXECUTADAS NAS ESTRADAS VICINAIS DA REGIÃO DO ASSENTAMENTO PA COTRIGUAÇU, NAS LOCALIDADES DE NOVA ESPERANÇA, OURO VERDE DO NORTE, NOVA UNIÃO, JACARÉ, LAMBARI, SÃO FRANCISCO E MURIRU".**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

A **Prefeitura Municipal de CURVELÂNDIA/MT**, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, nomeada através da Portaria nº 095/2016, em conformidade com as Leis Municipais, RESOLVE, alterar o Edital, que passa a vigor com as seguintes alterações:

èI. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016;

èII. Divulgar o resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição **do** Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 (anexo);

èIII. Divulgar os candidatos que protocolaram pedidos, mas não realizam a inscrição no endereço eletrônico, a condição de isentos do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016;

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Justificativa
	Franciele Martins Cardoso	-	Indeferido	Não apresentou requerimento de isenção conforme item 3.3.11.3 do edital
10	Silvana Pirinetti da Silva	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Indeferido	Não apresentou GRF e comprovação NIS, conforme item 3.3.11.3 do edital

èIV. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, contado da data da publicação deste Edital através do no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br/área do candidato.

èV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Curvelândia/MT, 24 de Maio de 2016.

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal

RENATA CAROLINE DOS SANTOS LOPES - Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA PEREIRA - Secretária

ROSANE APARECIDA DA SILVA PIRES - Membro

ALESSANDRO LONGHI - Suplente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA/MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO

NIS	JUSTIFICATIVA	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
21201902497	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00019 00	ADRIANA DA SILVA DOS SANTOS	RG 1500282-9 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
12996400404	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00009 00	ANDREIA SOARES DE OLIVEIRA	RG 2758741-0 SSP MT	MONITOR(PAIF) - SEDE	INDEFERIDO
16331897101	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00028 70	APARECIDO RUBES E SILVA	RG 14358077 SSP/MT MT	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
13074995407	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00022 80	CLEBIA AMARAL ANDRADE TISO	RG 15505413 SSP MT	MONITOR(PAIF) - SEDE	INDEFERIDO
16476217675	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00015 00	CLEIA SANTOS	RG 26357342 SPC MA	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
23659240369	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00010 90	CLEIDIANE DOS SANTOS CARVALHO	RG 23281383 ssp mt	PROFESSOR-II(GEOGRAFIA) - SEDE	INDEFERIDO
16429589073	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00029 50	CREUNICE NASCIMENTO DA SILVA	RG 1866879-8 SSP MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
16519409104	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00031 10	DIEGO RODRIGUES SANTOS	RG 21940304 SSP MT	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
13004730404	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00034 40	EDILEUZA BATISTA VASCONCELOS	RG 1688693-3 ssp mt	TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE	INDEFERIDO
23723157579	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00020 50	ELIANA APARECIDA DA COSTA	RG 08013470 SSP MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
19034972235	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00021 20	ELISSANDRA PEREIRA DOS SANTOS	RG 15450074 ssp MT	PROFESSOR-I(PEDAGOGIA) - SEDE	INDEFERIDO
16170266172	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00028 90	FABRICIA OLIVEIRA MARTINS	RG 2564971-0 ssp mt	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR) - SEDE	INDEFERIDO
16236715948	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00028 80	GEOVANE CARLOS DA SILVA	RG 25309846 ssp mt	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
12701420409	O CANDIDATO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00025 00	GILMAR DOMINGOS DE ASSIS	RG 12231746 SSP MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	DEFERIDO
20336782971	O CANDIDATO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00001 00	IRIS DE LIMA SILVA	RG 15149447 SSP MT	PROFESSOR-I(PEDAGOGIA) - SEDE	DEFERIDO
16261149519	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00026 50	IVANILDA SANTOS DE MORAES SOUZA	RG 000795906 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
20625139954	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00034 10	JÉSSICA CAROLINE DOS SANTOS SOUZA	RG 24779806 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
12643596406	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00009 80	JOAO GONÇALVES CARDOSO	RG 07298986 ssp mt	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
12675990401	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00016 40	JOSE CLAUDIO DE JESUS	RG 12922420 ssp mt	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
21024661603	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00026 10	JOSIANE PEREIRA VAZ DA SIVA	RG 1737406-5 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA/MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO

16331897101	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00028 00	JOSILENE GOMES MONTEIRO	RG 14358077 SSP/MT MT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
12801393403	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00029 30	JOVELINA DE SOUZA	RG 1457912-0 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
16226048388	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00024 50	JUCILENE NEVES DE SOUZA	RG 21513350 sspm mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
12233696141	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00007 60	JUCINARA OLIVEIRA GUILHERMINA PANIAGO	RG 62222 dnt ms	FISIOTERAPEUTA - SEDE	INDEFERIDO
21058046650	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00014 40	LAUDICEIA DA SILVA CAMARA	RG 23203463 ssp MT	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
20139664652	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00003 30	LEIDIANE MARTINS DA ROCHA	RG 2144886-8 sspmt mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
16519409104	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00023 90	LIDIANE DOS SANTOS ALVES	RG 2200310-0 SSP Mato Grosso	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
14872136736	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00019 80	LILIANE APARECIDA DA COSTA	RG 22954155 SSP MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
16487809986	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00031 60	LUCAS ANDRE SIMIONE	RG 25280066 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
13533578312	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00015 80	LUCIANA MESSIAS DE AGUIAR	RG 5042602 SSP GO	TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE	INDEFERIDO
16481080097	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00020 20	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	RG 1514732-0 ssp mt	MONITOR(PAIF) - SEDE	INDEFERIDO
12996400404	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00008 60	LUCIENE SOARES DOS SANTOS	RG 1211754-4 SJI MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
20076024649	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00034 60	LUZINETE MARIA SILVA	RG 14309777 SS/P MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
12440183425	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00018 80	MARA VANIA CARLOS ANNUNCIATTO	RG 0863399-1 ssp mt	GARI - SEDE	INDEFERIDO
-	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00019 90	MARCEL ASSUNÇÃO DOS SANTOS	RG 1658713-8 SESP MT	ENFERMEIRO - SEDE	INDEFERIDO
16481080097	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00036 00	MARCELO DANIEL DA SILVA	RG 874 353 ssp mt	OPERADOR DE MAQUINAS - SEDE	INDEFERIDO
03883504823	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00000 70	MÁRCIA RIGONI	RG 21323410 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
16371197658	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00025 40	MARCIANA DA SILVA PINTO	RG 1714914-2 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
16411832847	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00026 00	MARIANA APARECIDA RAMOS NEGRINI	RG 2416472-0 29/09/2009 salto do ceu	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
22811975151	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00020 80	MARILENE FERREIRA DE LAET MOREIRA	RG 07187483 SSP MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
19003102654	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00010 80	MARLENE ALVES DE MOURA BASTOS	RG 1287212-1 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA/MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO

16449737094	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00028 60	MARLI ALVES DE MOURA	RG 1367670-9 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
16410483482	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00027 20	MARTA DA ROCHA SANTOS	RG 0671672-5 ssp mt	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR) - SEDE	INDEFERIDO
21030218708	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00003 40	MAYCON SOARES SILVA	RG 47965993 ssp sp	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
21058047800	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00006 50	MERYAN BORGES DE ARAUJO	RG 18639216 ssp MT	ENFERMEIRO - SEDE	INDEFERIDO
19006503846	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00026 30	MIRELA RAMOS	RG 12311960 SSP MT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
19025680588	O CANDIDATO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00024 70	MIRIAM ALVES TEIXEIRA DE ASSIS	RG 25041061 ssp MT	PROFESSOR-I(PEDAGOGIA) - SEDE	DEFERIDO
16449761122	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00027 10	MÔNICA VIEIRA DA ROCHA	RG 725354 SSP/MT MT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
21046740875	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00021 70	NAYANE JUSTINO DIAS	RG 215911-8 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
26733620160	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00031 90	NELY DA SILVA AGUIAR	RG 0379104820090 ssp mt	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR) - SEDE	INDEFERIDO
16625361365	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00018 30	NOEMIA JOSEFA DA SILVA CLARO	RG 1757602-4 SSP MT	GARI - SEDE	INDEFERIDO
16537644861	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00004 20	PATRÍCIA SANTIAGO DE BRITO	RG 21651132 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
16625394840	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00027 60	REGIANE BELCHIOR DA SILVA	RG 1698892-2 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
16625394840	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00027 70	REGIANE BELCHIOR DA SILVA	RG 1698892-2 ssp mt	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR) - SEDE	INDEFERIDO
19035330725	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00029 70	REGIANE FERREIRA MASSON DE OLIVEIRA	RG 1863692 SSP MT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
-	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00031 40	RENATO DA SILVA DIAS	RG 20578156 SEJUSP MT	AGENTE DE VIGILANCIA SANITARIA - SEDE	INDEFERIDO
13938547315	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00003 60	RHELMITON LINS	RG 20579489 SSP MT	PROFESSOR-II(PORTUGUESA) - SEDE	INDEFERIDO
16644408541	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00012 80	RONE WEBER MEDEIROS CARDOSO	RG 27827933 SSP MT	VIGIA - SEDE	INDEFERIDO
16625418871	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00026 60	ROSILENE RAMOS DA SILVA	RG 1660649-3 ssp mt	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR) - SEDE	INDEFERIDO
16586308411	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00000 40	SARA MARIA DE MORAES	RG 25056026 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
19003474241	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00008 40	SONIA CRISTINA RAMOS	RG 1295921-9 sejusp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
16649079317	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00029 10	SONIA DA COSTA SOUZA FERREIRA	RG 11684046 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA/MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO

12504015129	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00013 20	SONIA MARIA DE MEDEIROS GARCIA	RG 563789 SSP MT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
21058046863	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00008 30	TAISA DE ARRUDA CAMPOS	RG 18637310 SSP MT	TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE	INDEFERIDO
13198799405	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00010 50	TATIANA PAULA SANTOS DA SILVA MACENA	RG 18091008 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
-	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00007 40	THAMMY MARCELLY PALMEIRA FIGUEIREDO	RG 18690416 Ssp Mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
16546362644	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00000 80	TIAGO MARQUES PEREIRA	RG 24582867 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
20113465186	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00002 70	UZIETE DA SILVA SANTOS	RG 2001002031277 SJDS AL	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
12664030657	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00010 40	VALCIR FIORAMONTE DE SOUZA	RG 780412 ssp ro	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
16628455905	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00002 60	VALDEMIR DA SILVA SANTOS	RG 30171482 ssp mt	GARI - SEDE	INDEFERIDO
16538093354	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00004 80	VERA LÚCIA SANTIAGO DE BRITO	RG 785787 ssp mt	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
20373212350	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00001 10	VILMA SANTANA DOS SANTOS	RG 1934746-4 secretaria de segura MT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
16536203683	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00003 80	WEDJA GALDINO DA SILVA	RG 18638660 al al	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE	INDEFERIDO
21061824375	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016. OBS: FALTA DE REQUERIMENTO.	00027 00	WELYDA FABIANA TAVARES DE CARVALHO ROCHA	RG 24163708 ssp mt	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO
16666929315	O CANDIDATO NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.3.11.3 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016.	00013 00	WESLEY VINICIUS MEDEIROS DA SILVA	RG 2586743-1 SSP MT	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE	INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2016

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT** torna público que em licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de n.º **003/2016**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF, SENDO SUA JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS**. , realizada no dia **24/05/2016** às **08:00** horas, sagrou vencedora a Sra. **MICHELLE BRUNA SALES SANDRI**, portadora do CPF nº **011.123.121-37** e **CREMERO** nº **4506**, com proposta no valor total de **R$ 114.625,00 (Cento e Quatorze Mil, Seiscentos e Vinte e Cinco Reais)**.

Denise/MT, 25 de Maio de 2016.

GESLAN CARLOS LUIZ

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DETERMO ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2014–Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, COM CAMINHÃO ¾, TIPO F4000 OU SIMILIAR, PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS DO P.A. BOJUÍ, PARA FEIRA DO PRODUTOR E TRANSPORTE DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DAS COMUNIDADES DE P.A. PARA AS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS**.Detentor: **JOSIAS FERREIRA CASTRO.** ASS: 16/05/2016 – referente à prorrogação do prazo de vigênciado Contrato por mais 07(sete) meses. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO/MT em 16 de Maio de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DETERMO ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2014–Objeto:**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR DE JUDÔ, PARA ATENDER A COMUNIDADE, PROPORCIONANDO AO ADOLESCENTE E JOVENS A PRATICA ESPORTIVA, OBJETIVANDO A DIMINUIÇÃO DA OCIOSIDADE E DO RISCO INERENTE ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA.** Detentor: **CARLOS FERNANDO PEREIRA - ME** ASS: 11/05/2016 – referente à prorrogação do prazo de vigênciado Contrato por mais 07(sete) meses. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO/MT em 11 de Maio de 2016.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/201

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015–Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS.** Detentor: **LACHMAN & SILVA LTDA - EPP.** ASS: 02/05/2016 – referente à prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, ou até que se faça novo procedimento licitatório, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.

DIAMANTINO /MT em 02 de Maio de 2016.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 072/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Art. 2º da Portaria nº 092/2015, **onde se lê** "**Art. 2º** - A remuneração será a de DAS 3 conforme o anexo V da Lei 881/2013. **Leia-se** Art. 2º - A Remuneração será a de DAS 4, conforme anexo V da Lei 1. 042/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **MARIA ODETES DA SILVA GONÇALVES** para o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior em Comissão, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Administração no cargo de Assessor de Secretaria II.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 4 conforme o anexo V da Lei 1. 042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 074/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Art. 2º da Portaria nº 162/2013, **onde se lê** "**Art. 2º** - A remuneração será a de DAS 1 conforme o anexo V da Lei 881/2013. **Leia-**

se Art. 2º - A Remuneração será a de DAS 2, conforme anexo V da Lei 1. 042/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 075/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os **Artigos 1º e 2º, onde se lê** - Nomear a Senhora **CILENE SANTANA DA SILVA,** para o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior em Comissão, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo no cargo de Assistente de Secretaria I. **Leia –se art. 1º** - Nomear a Senhora **CILENE SANTANA DA SILVA,** para o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior em Comissão, onde desempenharásuas funções junto a Secretaria Municipal de Administração no cargo de Assistente de Secretaria I. **Art. 2º** da Portaria nº 088/2013, **onde se lê** "**Art. 2º** - A remuneração será a de DAS 1 conforme o anexo V da Lei 881/2013. **Leia-se** Art. 2º - A Remuneração será a de DAS 2, conforme anexo V da Lei 1.042/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Muncipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/201

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/2014–Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTAS E EXAMES CLÍNICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Detentor: **D. L. RODRIGUES NETO - ME**. ASS: 13/05/2016 –referente à prorrogação do prazo de vigênciado Contrato por mais 07(sete) meses. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 13 de Maio de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 070/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 27 DE MAIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, JUVIANO LINCOLN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1° – Fica decretado ponto facultativo no dia 27 de Maio de 2016.

Art. 2º - O disposto neste artigo não se aplica as atividades de caráter essencial.

Art. 3° – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 24 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 364/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 364/2013– Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** Detentor: **TRANSMG LTDA - ME.** ASS: 13/05/2016 – referente a prorrogação do prazo de vigência por 07 (sete) meses. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO/MT em 13 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.110/2016

Altera o art. 71, caput e §3º, da Lei nº 796/2011.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Senhor **JUVIANO LINCOLN**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 71, caput e §3º, da Lei nº 796/2011, que passa a vigorar com a redação abaixo:

Art. 71º. O subsídio devido a cada conselheiro tutelar em exercício será de R$ 1.899,75 (um mil, oitocentos e noventa e nove reais, e setenta e cinco centavos), devendo ser revisto nos termos dos artigos 46 e 47 da Lei Municipal n.º 881/2013.

§1º (...)

§2º (...)

§3º O valor do novo subsídio passa a valer a partir do mês da publicação desta lei."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01º de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 24 de maio de 2016.

Juviano Lincoln

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015– Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS**

E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS. Detentor: **MATEUS E COSTA LTDA - ME.** ASS: 02/05/2016 – referente à prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, ou até que se faça novo procedimento licitatório, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.

DIAMANTINO /MT em 02 de Maio de 2016.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.109/2016

Dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos servidores efetivos do Município de Diamantino e altera os anexos VII a XIX da Lei n.º 881/2013.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Senhor **JUVIANO LINCOLN**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Ficam reajustados em 12,14% (dose vírgula quatorze por cento) os vencimentos dos servidores efetivos do Município de Diamantino.

Parágrafo Único – Em virtude das disposições do caput, alteram-se os Anexos VII a XIX da Lei nº 881/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Município de Diamantino e dá Outras Providências, que passam a viger conforme as tabelas anexas a esta lei.

Art. 2º –A presente lei não se estende aos profissionais submetidos à Lei Complementar nº 11/2011 – LOPEB e aos servidores contratados.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01º de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 24 de maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

ANEXO VII

TABELA 40 HORAS					
AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C 1,30**	**Classe - D 1,45**	
1	1,00	1.163,82	1.338,39	1.512,97	1.687,54
2	1,06	1.233,65	1.418,70	1.603,74	1.788,79
3	1,12	1.303,48	1.499,00	1.694,52	1.890,04
4	1,18	1.373,31	1.579,30	1.785,30	1.991,30
5	1,24	1.443,14	1.659,61	1.876,08	2.092,55
6	1,30	1.512,97	1.739,91	1.966,86	2.193,80
7	1,36	1.582,80	1.820,21	2.057,63	2.295,05
8	1,42	1.652,62	1.900,52	2.148,41	2.396,31
9	1,48	1.722,45	1.980,82	2.239,19	2.497,56
10	1,54	1.792,28	2.061,13	2.329,97	2.598,81
11	1,60	1.862,11	2.141,43	2.420,75	2.700,06
12	1,66	1.931,94	2.221,73	2.511,52	2.801,31

ANEXO VIII

TABELA 40 HORAS					
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	1.240,93	1.427,07	1.613,21	1.799,35
2	1,06	1.315,39	1.512,69	1.710,00	1.907,31
3	1,12	1.389,84	1.598,32	1.806,79	2.015,27
4	1,18	1.464,30	1.683,94	1.903,59	2.123,23
5	1,24	1.538,75	1.769,57	2.000,38	2.231,19
6	1,30	1.613,21	1.855,19	2.097,17	2.339,15
7	1,36	1.687,66	1.940,81	2.193,96	2.447,11
8	1,42	1.762,12	2.026,44	2.290,76	2.555,07
9	1,48	1.836,58	2.112,06	2.387,55	2.663,04
10	1,54	1.911,03	2.197,69	2.484,34	2.771,00
11	1,60	1.985,49	2.283,31	2.581,13	2.878,96
12	1,66	2.059,94	2.368,94	2.677,93	2.986,92

ANEXO IX

TABELA 40 HORAS					
AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	1.240,93	1.427,07	1.613,21	1.799,35
2	1,06	1.315,39	1.512,69	1.710,00	1.907,31
3	1,12	1.389,84	1.598,32	1.806,79	2.015,27
4	1,18	1.464,30	1.683,94	1.903,59	2.123,23

5	1,24	1.538,75	1.769,57	2.000,38	2.231,19
6	1,30	1.613,21	1.855,19	2.097,17	2.339,15
7	1,36	1.687,66	1.940,81	2.193,96	2.447,11
8	1,42	1.762,12	2.026,44	2.290,76	2.555,07
9	1,48	1.836,58	2.112,06	2.387,55	2.663,04
10	1,54	1.911,03	2.197,69	2.484,34	2.771,00
11	1,60	1.985,49	2.283,31	2.581,13	2.878,96
12	1,66	2.059,94	2.368,94	2.677,93	2.986,92

ANEXO X

TABELA 40 HORAS					
AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS TÉCNICOS					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D- 1,45**	
1	1,00	1.321,75	1.520,01	1.718,28	1.916,54
2	1,06	1.401,06	1.611,21	1.821,37	2.031,53
3	1,12	1.480,36	1.702,41	1.924,47	2.146,52
4	1,18	1.559,67	1.793,61	2.027,56	2.261,51
5	1,24	1.638,97	1.884,82	2.130,66	2.376,51
6	1,30	1.718,28	1.976,02	2.233,76	2.491,50
7	1,36	1.797,58	2.067,22	2.336,85	2.606,49
8	1,42	1.876,89	2.158,42	2.439,95	2.721,48
9	1,48	1.956,19	2.249,62	2.543,05	2.836,48
10	1,54	2.035,50	2.340,82	2.646,14	2.951,47
11	1,60	2.114,80	2.432,02	2.749,24	3.066,46
12	1,66	1.956,58	2.250,06	2.543,55	2.837,03

ANEXO XI

TABELA 40 HORAS					
AGENTE ADMINISTRATIVO					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D 1,45**	
1	1,00	1.417,51	1.630,14	1.842,76	2.055,39
2	1,06	1.502,56	1.727,94	1.953,33	2.178,71
3	1,12	1.587,61	1.825,75	2.063,89	2.302,04
4	1,18	1.672,66	1.923,56	2.174,46	2.425,36
5	1,24	1.757,71	2.021,37	2.285,03	2.548,68
6	1,30	1.842,76	2.119,18	2.395,59	2.672,01
7	1,36	1.927,81	2.216,99	2.506,16	2.795,33
8	1,42	2.012,86	2.314,79	2.616,72	2.918,65
9	1,48	2.097,91	2.412,60	2.727,29	3.041,98
10	1,54	2.182,97	2.510,41	2.837,86	3.165,30
11	1,60	2.268,02	2.608,22	2.948,42	3.288,62
12	1,66	2.353,07	2.706,03	3.058,99	3.411,95

ANEXO XII

TABELA 40 HORAS					
AGENTE DE TRÂNSITO					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe – D 1,45**	
1	1,00	1.417,51	1.630,14	1.842,76	2.055,39
2	1,06	1.502,56	1.727,94	1.953,33	2.178,71
3	1,12	1.587,61	1.825,75	2.063,89	2.302,04
4	1,18	1.672,66	1.923,56	2.174,46	2.425,36
5	1,24	1.757,71	2.021,37	2.285,03	2.548,68
6	1,30	1.842,76	2.119,18	2.395,59	2.672,01
7	1,36	1.927,81	2.216,99	2.506,16	2.795,33
8	1,42	2.012,86	2.314,79	2.616,72	2.918,65
9	1,48	2.097,91	2.412,60	2.727,29	3.041,98
10	1,54	2.182,97	2.510,41	2.837,86	3.165,30
11	1,60	2.268,02	2.608,22	2.948,42	3.288,62
12	1,66	2.353,07	2.706,03	3.058,99	3.411,95

ANEXO XIII

TABELA 40 HORAS					
AGENTE OPERACIONAL E MANUTENÇÃO					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe – D 1,45**	
1	1,00	1.417,51	1.630,14	1.842,76	2.055,39
2	1,06	1.502,56	1.727,94	1.953,33	2.178,71
3	1,12	1.587,61	1.825,75	2.063,89	2.302,04
4	1,18	1.672,66	1.923,56	2.174,46	2.425,36
5	1,24	1.757,71	2.021,37	2.285,03	2.548,68

6	1,30	1.842,76	2.119,18	2.395,59	2.672,01
7	1,36	1.927,81	2.216,99	2.506,16	2.795,33
8	1,42	2.012,86	2.314,79	2.616,72	2.918,65
9	1,48	2.097,91	2.412,60	2.727,29	3.041,98
10	1,54	2.182,97	2.510,41	2.837,86	3.165,30
11	1,60	2.268,02	2.608,22	2.948,42	3.288,62
12	1,66	2.353,07	2.706,03	3.058,99	3.411,95

ANEXO XIV

TABELA 40 HORAS					
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	1.417,51	1.630,14	1.842,76	2.055,39
2	1,06	1.502,56	1.727,94	1.953,33	2.178,71
3	1,12	1.587,61	1.825,75	2.063,89	2.302,04
4	1,18	1.672,66	1.923,56	2.174,46	2.425,36
5	1,24	1.757,71	2.021,37	2.285,03	2.548,68
6	1,30	1.842,76	2.119,18	2.395,59	2.672,01
7	1,36	1.927,81	2.216,99	2.506,16	2.795,33
8	1,42	2.012,86	2.314,79	2.616,72	2.918,65
9	1,48	2.097,91	2.412,60	2.727,29	3.041,98
10	1,54	2.182,97	2.510,41	2.837,86	3.165,30
11	1,60	2.268,02	2.608,22	2.948,42	3.288,62
12	1,66	2.353,07	2.706,03	3.058,99	3.411,95

ANEXO XV

TABELA 40 HORAS					
TÉCNICO NÍVEL MÉDIO					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	1.691,11	1.944,78	2.198,44	2.452,11
2	1,06	1.792,58	2.061,46	2.330,35	2.599,24
3	1,12	1.894,04	2.178,15	2.462,26	2.746,36
4	1,18	1.995,51	2.294,84	2.594,16	2.893,49
5	1,24	2.096,98	2.411,52	2.726,07	3.040,62
6	1,30	2.198,44	2.528,21	2.857,98	3.187,74
7	1,36	2.299,91	2.644,90	2.989,88	3.334,87
8	1,42	2.401,38	2.761,58	3.121,79	3.482,00
9	1,48	2.502,84	2.878,27	3.253,70	3.629,12
10	1,54	2.604,31	2.994,96	3.385,60	3.776,25
11	1,60	2.705,78	3.111,64	3.517,51	3.923,38
12	1,66	2.807,24	3.228,33	3.649,42	4.070,50

ANEXO XVI

TABELA 30 HORAS					
TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	3.402,31	3.912,66	4.423,00	4.933,35
2	1,06	3.606,45	4.147,42	4.688,38	5.229,35
3	1,12	3.810,59	4.382,18	4.953,76	5.525,35
4	1,18	4.014,73	4.616,93	5.219,14	5.821,35
5	1,24	4.218,86	4.851,69	5.484,52	6.117,35
6	1,30	4.423,00	5.086,45	5.749,90	6.413,35
7	1,36	4.627,14	5.321,21	6.015,28	6.709,36
8	1,42	4.831,28	5.555,97	6.280,66	7.005,36
9	1,48	5.035,42	5.790,73	6.546,04	7.301,36
10	1,54	5.239,56	6.025,49	6.811,42	7.597,36
11	1,60	5.443,70	6.260,25	7.076,80	7.893,36
12	1,66	5.647,83	6.495,01	7.342,18	8.189,36

ANEXO XVII

TABELA 40 HORAS					
TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	4.446,94	5.113,98	5.781,02	6.448,06
2	1,06	4.713,75	5.420,82	6.127,88	6.834,95
3	1,12	4.980,57	5.727,66	6.474,74	7.221,83
4	1,18	5.247,39	6.034,50	6.821,61	7.608,71
5	1,24	5.514,21	6.341,34	7.168,47	7.995,60
6	1,30	5.781,02	6.648,18	7.515,33	8.382,48

7	1,36	6.047,84	6.955,01	7.862,19	8.769,37
8	1,42	6.314,65	7.261,85	8.209,05	9.156,25
9	1,48	6.581,47	7.568,69	8.555,91	9.543,13
10	1,54	6.848,29	7.875,53	8.902,77	9.930,02
11	1,60	7.115,10	8.182,37	9.249,64	10.316,90
12	1,66	7.381,92	8.489,21	9.596,50	10.703,78

ANEXO XVII – A

TABELA 40 HORAS					
AUDITOR PUBLICO/ADVOGADO/CONTADOR					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	6.202,46	7.132,83	8.063,20	8.993,57
2	1,06	6.574,61	7.560,80	8.546,99	9.533,18
3	1,12	6.946,76	7.988,77	9.030,78	10.072,80
4	1,18	7.318,90	8.416,74	9.514,57	10.612,41
5	1,24	7.691,05	8.844,71	9.998,37	11.152,02
6	1,30	8.063,20	9.272,68	10.482,16	11.691,64
7	1,36	8.435,35	9.700,65	10.965,95	12.231,25
8	1,42	8.807,49	10.128,62	11.449,74	12.770,87
9	1,48	9.179,64	10.556,59	11.933,53	13.310,48
10	1,54	9.551,79	10.984,56	12.417,32	13.850,09
11	1,60	9.923,94	11.412,53	12.901,12	14.389,71
12	1,66	10.296,08	11.840,50	13.384,91	14.929,32

ANEXO XVIII

TABELA 20 HORAS					
MÉDICO					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	5.336,36	6.136,81	6.937,27	7.737,72
2	1,06	5.656,54	6.505,02	7.353,50	8.201,99
3	1,12	5.976,72	6.873,23	7.769,74	8.666,25
4	1,18	6.296,90	7.241,44	8.185,98	9.130,51
5	1,24	6.617,09	7.609,65	8.602,21	9.594,78
6	1,30	6.937,27	7.977,86	9.018,45	10.059,04
7	1,36	7.257,45	8.346,07	9.434,68	10.523,30
8	1,42	7.577,63	8.714,28	9.850,92	10.987,57
9	1,48	7.897,81	9.082,48	10.267,16	11.451,83
10	1,54	8.217,99	9.450,69	10.683,39	11.916,09
11	1,60	8.538,18	9.818,90	11.099,63	12.380,36
12	1,66	8.858,36	10.187,11	11.515,86	12.844,62

ANEXO XIX

TABELA 40 HORAS					
MÉDICO					
Nível	**Classe – A 1,00**	**Classe – B 1,15**	**Classe - C - 1,30**	**Classe - D - 1,45**	
1	1,00	9.793,44	11.262,46	12.731,47	14.200,49
2	1,06	10.381,05	11.938,20	13.495,36	15.052,52
3	1,12	10.968,65	12.613,95	14.259,25	15.904,55
4	1,18	11.556,26	13.289,70	15.023,14	16.756,58
5	1,24	12.143,87	13.965,45	15.787,03	17.608,61
6	1,30	12.731,47	14.641,19	16.550,91	18.460,63
7	1,36	13.319,08	15.316,94	17.314,80	19.312,66
8	1,42	13.906,68	15.992,69	18.078,69	20.164,69
9	1,48	14.494,29	16.668,43	18.842,58	21.016,72
10	1,54	15.081,90	17.344,18	19.606,47	21.868,75
11	1,60	15.669,50	18.019,93	20.370,36	22.720,78
12	1,66	16.257,11	18.695,68	21.134,24	23.572,81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015– Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS.** Detentor: **ILKE APARECIDA CARVALHO - ME.** ASS: 02/05/2016 – referente à prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, ou até que se faça novo procedimento licitatório, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.

DIAMANTINO /MT em 02 de Maio de 2016.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015– Objeto: **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO PARA ATENDE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Detentor: **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.** ASS: 16/05/2016 – referente à prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, ou até que se faça novo procedimento licitatório, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.

DIAMANTINO /MT em 16 de Maio de 2016.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 041/2016 - SMEC

Dispõe sobre a Progressão de Classe de Profissionais da Educação Básica.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei e,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 42, da Lei Complementar nº 011/2011, de 22/06/2011,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **PROGRESSÃO DE CLASSE** para Profissionais da Educação Básica efetivo abaixo mencionado.

Da Classe "C" para a Classe "E": Professora da Educação Básica - **Classe D, Nível 03**

01 – **CLAUDENIRA CARRIS – Matrícula nº 1396** – Apoio Administrativo Educacional, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil DONA NHANHÁ, a partir de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE

Diamantino – MT, em 20 de maio de 2016

Profª. Cleusa Maria Scandaroli Conci Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE ITENS PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

ESTADO DE MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO DE ITENS PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento de interessados que **RETIFICA** o item 134 e anexo I do PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2016 publicado dia 12 de Maio de 2016, edição n° 2.475 do Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

ITEM	DESCRIÇÃO
134	ÁLCOOL LÍQUIDO, ETÍLICO HIDRATADO **92,8 GRAUS** INPM, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 1 LITRO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, O PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE CX C/ 12 UNIDADES
191	PAPEL TOALHA TRÊS DOBRAS INTERFOLHADO 100% CELULOSE VIRGEM **COM 2400 FOLHAS** (INSTALAÇAO DOS DISPENSERS PARA UTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS)

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO
134	ÁLCOOL LÍQUIDO, ETÍLICO HIDRATADO **46 GRAUS** INPM, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 1 LITRO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, O PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE CX C/ 12 UNIDADES
191	PAPEL TOALHA TRÊS DOBRAS INTERFOLHADO 100% CELULOSE VIRGEM **COM 1.000 FOLHAS** (INSTALAÇAO DOS DISPENSERS PARA UTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS)

Diamantino - MT, 24 de Maio de 2016.

_____

Lauro Josney Correa

Pregoeiro

Pref. Municipal de Diamantino.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 013/2016

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 013/2016

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **ELPIDIO SEVERINO - ME,** CNPJ: 05,289,270/0001-88, no valor previsto de **R$ 7.975,00** (Sete mil novecentos e setenta e cinco Reais), Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PODA DE ARVORES DE PORTE MULTIPLOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE AGRICULTARA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 24 de Maio de 2016.

_____

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 148/2016

PORTARIA MUNICIPAL Nº 148/2016.

DATA: 19 DE maio DE 2016

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS para composição do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE FELIZ NATAL – MT.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 4º da Lei Municipal nº 352/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme dispõe o artigo 1º da Lei Municipal nº 405/2013, os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Cipriano da Rosa Pazeto

Suplente: Pedro José do Val

II - Representante da Câmara Municipal de Feliz Natal:

Titular: Delcio Weber

Suplente: Crisomar Vieira de Carvalho

III - Representante do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA - Unidade Local de Feliz Natal:

Titular: Paulo Roberto Rondon Nunes Rondon Suplente: Fernando Henrique Correia Lima

IV - Representante das instituições Bancárias:

BANCO DO BRASIL:

Titular: Daniel Alvarenga V. Moreira

CAIXA ECONOMICA FEDERAL:

Titular: Alex Akira Kurumiya

Suplente: Alex Danser

V – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feliz Natal-MT:

Titular: Graciela Franco de Farias

Suplente: Jacir Silibrande

VI - Representante da Associação de Pequenos Produtores da Gleba Rio Ferro:

Titular: Claudio Tomazelli

Suplente: Jacinto Simon

VII - Representante da Associação União e Vida do Assentamento Ena:

Titular: Cleiton Florentino de Araujo

Suplente: Nelson Camargo

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 19 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2016.

josé antonio dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

DECRETO N° 035/2016

DECRETO N° 035/2016

DATA: 16 DE MAIO DE 2016.

SÚMULA: APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 027/2015 de 28 de Julho de 2015, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Fethab do Município de Feliz Natal-MT,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal do Fethab, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 16 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº160/2016

DATA: 24 DE MAIO 2016**.**

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. **EMANUEL LIMA COSTA** para ocupar o cargo em Comissão de **PROCURADOR JURÍDICO,** lotado no Gabinete do Prefeito, com fundamento Lei Complementar nº 037/2016.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº115/2016

DATA: 04 DE MAIO 2016**.**

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. **MARCOS RODRIGO PASSADOR DE OLIVEIRA,** para ocupar o cargo em Comissão de **SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE,** lotado no Gabinete do Prefeito, com fundamento Lei Complementar nº 037/2016.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SECRETARIA DE ADMINSITRAÇÃO
DECRETO Nº 031/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 031/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016

Súmula: *regulamenta a Lei Municipal nº 664/2015 e dá outras providências.*

O Excelentíssimo Senhor **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Orgânica Municipal Art. 76, inciso VIII.

Considerando a entrada em vigor da Lei Municipal nº. 664/2015 que concedeu reajuste de **9,83%** nos vencimentos e subsídios dos servidores municipais e os subsídios dos agentes políticos, a título de revisão geral anual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC no período de maio de 2015 a abril 2016;

Considerando que o Art. 3º. Da citada lei estabelece que "As atualizações e regulamentações decorrentes desta lei serão realizadas através de decreto expedido pelos respectivos poderes."; e,

Considerando a necessidade de cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

DECRETA:

Art. 1º. Os Anexos –I, II, III, IV da Lei Municipal nº 521/2011 (Plano de Cargo e Carreira da Secretaria Municipal de Educação), Anexo – II da Lei Municipal nº 550/2011 (Estrutura Administrativa) Anexos I, VII da Lei Municipal nº 551/2011 (Plano de Cargo e Carreira) passa a vigorar reajustado em **9,83**%.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

CONTROLADORIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO RREO 1º E 2º BIMESTRE 2016 E RGF – 1º QUADRIMESTRE 2016

EDITAL DE PUBLICAÇÃO.

De 24 de Maio de 2016.

O Excelentíssimo Senhor LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D´Oeste, MT, usando de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade, da transparência e da honestidade, e ainda buscando orientar a todos os interessados, com base na Constituição Federal e da Lei 101/2000, TORNA PÚBLICO que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentar o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 1º e 2º Bimestre 2016 e Relatório de Gestão Fiscal – RGF – 1º Quadrimestre 2016,** de autoria do Poder Executivo Municipal, que se realizará no dia 31 de Maio de 2016, nas dependências do Prédio da Câmara Municipal a partir das 10h:00min(Dez horas), localizado, na Rua Rio Grande do Sul n.º 142, para prestar contas junto a população e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Figueirópolis D´Oeste, MT em 24 de Maio de 2016.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

CONTROLADORIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - AUDIENCIA PUBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015 E 1º QUADRIMESTRE DE 2016

EDITAL DE PUBLICAÇÃO.

De 24 de Maio de 2016.

A Senhora Dalcilene Borges da Silva, Secretaria Municipal de Saude e Gestora do SUS do município de Figueirópolis D´Oeste, MT, usando de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade, da transparência e da honestidade, e em atendimento ao Art. 36, §5º, da Lei complementar 142/2012, TORNA PÚBLICO que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentar o **Prestação de Contas da Gestão do Sistema Único de Saúde, referente ao exercício de 2015 e 1º Quadrimestre de 2016** no dia 31 de Maio de 2016, nas dependências do Plenário da Câmara Municipal a partir das 09h:00min (nove) horas, localizado, na Rua Rio Grande do Sul n.º 142.

Figueirópolis D´Oeste, MT em 24 de Maio de 2016.

DALCILENE BORGES DA SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

SECRETARIA DE ADMINSITRAÇÃO
DECRETO Nº 32, DE 23 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 32, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Súmula: "Institui ponto facultativo dos órgãos públicos do Município de Figueirópolis D`Oeste-MT e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor,LINO CUPERTINO TEIXEIRA,Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Figueirópolis D Oeste – MT.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 27 de Maio de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016

REGISTRO DE PREÇOS

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Ar Condicionado, TV e DVD para fornecimento fracionado e de acordo com as necessidades das secretarias municipais de Gaúcha do Norte-MT, conforme especificações do edital,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **08/06/2016 às 08h00min** (**Horário de Cuiabá**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Retirada do edital: **www.gauchadonorte.mt.gov.br.**

Gaúcha do Norte, 24 de Maio de 2.016.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeira Oficial

AVISO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PUBLICA Nº 001/2016

O **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT**, através da **Comissão Permanente de Licitação - CPL**, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei n°. 11.947/2010 e Resolução nº. 38/2010 do Ministério da Educação, **para o ano letivo de 2016**.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no **DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS (HORÁRIO DE CUIABÁ-MT)**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Brasil nº 1.298 – centro.

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 32 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Gaúcha do Norte - MT, 24 de Maio de 2016.

_____

MARTA ELEUZA RAMOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 008/2016

Tipo: Menor Preço Global

A Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT torna público aos interessados que no Pregão Presencial Nº 008/2016, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Frete**, cuja abertura ocorreu às 09:00 horas horário de Brasília do dia 24/05/2016, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. João Ponce de Arruda, s/n, Centro, General Carneiro-MT, sagrou-se classificada a empresa:**ANDRE HENRIQUE DOMINGOS FARIA - MEI,** Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº**24.709.831/0001-03,** no valor de **R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)**abrindo período para interposição de recursos.

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, 24 de Maio de 2016.

Ildebrande Alves Barcelos

Pregoeiro Oficia

LICITAÇÕES
EXTRATO DO 01° TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO N°159/2015

EXTRATO DO 01° TERMO ADITIVO AO

CONTRATO PÚBLICO N°159/2015

VIGÊNCIA: 02/05/2016 a 02/06/2016

VALOR: R$ 18.771,80 (dezoito mil setecentos e setenta e um reais e oitenta centavos)

MOTIVO DA ALTERAÇÃO: ACRÉSSIMO DE PRAZO E VALOR EM 25% NO VALOR DO CONTRATO.

OBJETO: Aquisição de Materiais Hospitalar Medicamentos e Outros para atender o Departamento de Saúde deste Município.

CONTRATADO: GOIÁS BEM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME

Alickson Belo Gama

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

LICITAÇAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro Sr. Cláudio Roberto Alves dos Santos torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 033/2016, obteve o seguinte resultado:A empresa **FANEM LTDA** sagrou-se vencedora para o item **(07)** tendocomo valor global de **R$ 21.400** (vinte e um mil e quatrocentos reais); A empresa **MAGNAMED TECNOLOGIA MÉDICA S/A** sagrou-se vencedora para o item (**12**) tendocomo valor global de **R$ 29.000,00** (vinte e nove mil reais). O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Guarantã do Norte/MT, 24 de Maio de 2016.

Cláudio Roberto Alves dos Santos - Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. , DE 23 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. , DE 23 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES EM GUARANTÃ DO NORTE-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Artigo 1° - Ficam nomeados os membros para constituir a Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Guarantã do Norte, conforme o Anexo I.

Art. 2º. Compete à Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Guarantã do Norte:

I - adotar o Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Guarantã do Norte, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

II - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

III – constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

IV – planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

V – mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência das Cidades;

VI – prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

VII – elaborar o relatório, ao final da Conferência Municipal das Cidades de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 30(trinta) dias após a realização da conferência;

VIII – preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 30 dias após a realização da Conferência, e;

IX – encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Art. 3º A Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Guarantã do Norte realizará reuniões periódicas conforme calendário a ser estabelecido por seu Coordenador.

Art. 5º. A Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Guarantã do Norte resolverá os casos omissos.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal, em Guarantã do Norte-MT, 23 de maio de 2016.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

ANEXO I

Membros da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades

Comissão Preparatória da 6ª conferencia das Cidades	
MEMBRO	**SEGMENTO**
Marcelo de Castro Souza	Poder Publico Municipal – Presidente do Conselho Mun. da Cidade
Leila Vagete	Poder Publico Municipal – Servidora Secretaria da Cidade
Pedro Amon	Poder Publico Municipal – Engenheiro Florestal – Sec. da Cidade
Ethiane Agnoletto	Poder Publico Municipal – Geóloga – Sec. da Cidade
Marcio C. de Moura	Poder Publico Municipal – Administrativo – Sec. da cidade
Zulineide Ribeiro	Poder Publico Municipal – Secretária Municipal da Cidade
Thaisa Rafaela Romitti	Poder Publico Municipal - Administrativo
Beatriz Balen	Poder Publico Municipal – Sec. Mun. da Cidade - Engenheira Civil
Adileia Gaia	Poder Publico Municipal – Sec. Municipal de Assistência Social
Daniela Cozer	Poder Publico Municipal – Sec. Mun. da Cidade – Engenheira Civil
Sergio Ecker	Empresários – Lojista
Juliana Torezzan	Empresários – Engenheira civil
Amauri Pereira Matheus	Trabalhadores – Escritório Contábil
Cassio Brizzi Trizzi	Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa – Diretor Adm.
Olavo Fritzen Lima	Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa – Uniflor

GABINETE DO PREFEITO
APROVA O REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DE GUARANTÃ DO NORTE/MT

PORTARIA Nº ...../2016, DE 24 DE MAIO DE 2016.

Aprova o Regimento da 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT

A Prefeita Municipal Senhora **Sandra Martins** no uso de suas atribuições aprova o Regimento da 1ª Conferencia Municipal, 6ª Conferência das Cidades a nível Nacional de Guarantã do Norte-MT.

ANEXO

REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DE GUARANTÃ DO NORTE

CAPITULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º São objetivos da 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte-MT**:**

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de Guarantã do Norte-MT;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, e;

IV - propiciar e estimular a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município.

Art. 2º A 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte, convocada através do Decreto Municipal nº 08/2016 terá as seguintes finalidades:

I - indicar prioridades de atuação para a União, Estado e Municípios;

II – Se a época tiver o Conselho da Cidade constituído, eleger as entidades municipais que comporão o Conselho da Cidade, para o período de Março de 2017 a Fevereiro de 2020 (correspondente ao triênio 2017/2019), conforme Regimento Nacional.

CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 3º A 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT: terá como temática: “A Função Social da Cidade e da Propriedade”, e; como lema: “Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas”.

Art. 4º Os eixos do debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, seguirá o apresentado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

DA REALIZAÇÃO

Art. 5º A 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, será composta de painéis, grupos de discussão e plenárias.

Art. 6º A 6a Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT: produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Comissão da 6ª Conferência Nacional das Cidades e à Secretaria de Estado de Cidades.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração promoverá sua publicação e divulgação junto à sociedade e às esferas de governo.

Art. 7º O processo da 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte-MT**:** terá etapas, em consonância com este Regimento.

Art. 8° As etapas da 6ª Conferência I das Cidades serão realizadas nos seguintes períodos (Anexo III):

I - Etapa Municipal de 1º de janeiro de 2016 a 5 de julho de 2016;

II - Etapa Estadual de 1º de novembro de 2016 a 31 de março de 2017, e;

III - Etapa Nacional de 05 a 09 de junho de 2017, em Brasília-DF.

§1º A Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional das Cidades será realizada em Brasília;

§2º A etapa estadual em Cuiabá-MT;

§3º A não realização da etapa prevista municipal, impedirá o município de participar da etapa Estadual;

§4º O respeito aos prazos previstos para a realização da Conferência Municipal é condição à participação das respectivas delegadas e delegados para a Etapa Estadual;

Art. 9° A 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, que será integrada por representantes eleitos na forma prevista neste Regimento e, consequentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas de desenvolvimento urbano.

§ 1º A 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, tratará de temas de âmbito Municipal;

§ 2º Todos os delegados e delegadas com direito a voz e voto, presentes à 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal I e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo;

§ 3º Os debates, proposições, e os documentos de todas as etapas da 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definido por este Regimento.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

Art. 10 A 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT será presidida pela Presidente do Conselho Municipal da Cidade, Sr. Marcelo de Castro Souza e, na sua ausência ou impedimento eventual, por um integrante da Coordenação Executiva da 6ª Conferência da Cidade.

§ Único Os membros que compõem a Comissão Organizadora da 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, estão relacionados no Anexo II deste Regimento.

Art. 11 Compete ao Conselho da Cidade:

I - mobilizar os parceiros e filiados de suas entidades e órgãos membros, no âmbito de sua atuação no estado, para preparação e participação nas Conferências local e estadual;

II - acompanhar e deliberar sobre as atividades da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades, devendo ser apresentados relatórios em todas as reuniões ordinárias, e;

III – homologar o Relatório Final elaborado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 12 Compete à Comissão Preparatória da 6ª Conferência da Cidade:

I - dar cumprimento às deliberações do Conselho Estadual das Cidades;

II - coordenar, supervisionar, e promover a realização da 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, atendendo os aspectos técnicos, políticos e administrativos;

III – Utilizar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões no processo da 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT;

IX - elaborar o relatório final da 6ª Conferência Nacional das Cidades da Cidade de Guarantã do Norte/MT;

X**-** Utilizar a metodologia de sistematização Nacional para as contribuições e as propostas aprovadas na Conferência Municipal

Art. 13 Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I - adotar o Regimento Nacional e Estadual, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

II - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

III – a Comissão Preparatória Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

IV – planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

V - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência das Cidades;

VI - Prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura, excetuando as capitais dos estados, que terão carga horária mínima de 12 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

VII - ao final da Conferência Municipal das Cidades, elaborar o relatório, de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 30(trinta) dias após a realização da conferência;

VIIII - preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 30 dias após a realização da Conferência, e;

IX - encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Parágrafo único. O número de delegados reservados está estabelecido pelo Regimento da respectiva Conferência Estadual, conforme Anexo I.

Art. 14 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissões Preparatórias Municipais, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

CAPÍTULO V

DOS DELEGADOS

Art. 15 A composição de delegados na 6ª Conferência da Cidade de Guarantã do Norte/MT, deve respeitar os seguintes segmentos e respectivos percentuais:

I - gestores, administradores públicos e legislativos – estaduais e municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e;

VI – Organizações Não Governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º Todas as entidades dos segmentos deverão ter atuação fim na área de desenvolvimento urbano conforme segue:

a) Poder Público Estadual - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais - são os representantes de órgãos da administração direta, empresas públicas, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis, e membros do Legislativo: deputados;

b) Poder Público Municipal - gestores, administradores, servidoras (es) e funcionárias (os) públicas (os) municipais - são os representantes de órgãos da administração pública direta e indireta, representantes das entidades municipalistas de caráter nacional e membros do Legislativo: vereadores (as);

c) Movimentos Populares – são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

d) Trabalhadores – representantes de suas entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais);

e) Empresários – empresas vinculadas às entidades de caráter estadual representativas do empresariado, inclusive cooperativas, voltadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

f) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa – entidades de âmbito nacional e estadual representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, assim como associações nacionais de ensino e pesquisa. Enquadram-se, também, neste segmento os conselhos profissionais (regionais ou federais). Em todos os casos a representação do segmento deve estar vinculada a questão do desenvolvimento urbano, e;

g) Organizações Não Governamentais - para fins do ciclo de conferências das cidades o segmento de Organizações Não Governamentais é formado por associações civis ou fundações (art. 44, I e III, do Código Civil 2002), para fins não econômicos, formalmente constituídas há no mínimo 2 anos, que têm por finalidade estatutária a atuação no campo do desenvolvimento urbano, comprovado mediante apresentação de estatuto no ato da inscrição para a conferência municipal.

§ 1º Conselhos temáticos, municipais, estaduais e nacionais bem como Orçamentos Participativos não constituem segmentos, visto que são instâncias institucionais representativas de vários segmentos sociais;

§ 2º Não se enquadram nos segmentos acima descritos partidos políticos, igrejas e seus movimentos de base, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions, lojas maçônicas e Rotary, corpo discente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras, xenófobas, entre outras;

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 16 As despesas com a organização da 6ª Conferencia da Cidade de Guarantã do Norte/MT ocorrerão por conta da Secretaria Municipal da Cidade e outros advindos de patrocínio.

CAPÍTULO VII

DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

A realização da Conferência Municipal das Cidades é condição indispensável para a participação de delegadas e delegados municipais na 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 27 - Para a realização da Conferência Municipal das Cidades deverá ser constituída uma Comissão Preparatória pela Secretaria Municipal de Administração e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, com a participação de representantes dos diversos segmentos.

Art. 28 - Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I - adotar este Regimento, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

II - elaborar as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

III – constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

IV – planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

V – mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência das Cidades;

VI – a Comissão Preparatória Municipal deverá prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

VII – ao final da Conferência Municipal das Cidades, elaborar o relatório, de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 30(trinta) dias após a realização da conferência;

VIII – preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 30 dias após a realização da Conferência, e;

IX – encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Parágrafo único. O Município de Guarantã do Norte terá direito a um número máximo de 08 (oito) delegadas e delegadas para a etapa Municipal, conforme o Anexo II, constante do Regimento Estadual. Sendo os seguintes segmentos: 03 (três) Poder Público Municipal; 02 (dois) Movimentos Sociais, 01 (um) Empresário e 01 (um) Trabalhadores Sociais e 01 (um) Profis. Acadêmicos e Cons. Classe.

Art. 29 - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Estadual Recursal e de Validação.

Art. 30 - Cabe à Comissão Estadual Recursal e de Validação:

I - acompanhar, analisar e orientar as Comissões Preparatórias Municipais quanto ao cumprimento deste Regimento;

II - analisar as documentações referentes à organização e realização das conferências municipais, quanto ao cumprimento deste Regimento, com especial atenção aos critérios de proporcionalidade e representatividade estabelecido no art. 23, deliberando por sua validação;

III - recepcionar os recursos oriundos das etapas municipais, dando amplo direito de defesa às partes demandadas, deliberando sobre o referido recurso, no prazo regimental;

IV - recepcionar os recursos oriundos das entidades estaduais e/ou nacionais, dando amplo direito de defesa às partes demandadas, deliberando sobre o referido recurso;

V - encaminhar quando solicitado por quaisquer das partes envolvidas, toda documentação, parecer e decisão referente ao recurso questionado, para a Comissão Nacional Recursal e de Validação, dando conhecimento às partes envolvidas no prazo regimental.

Art. 31 - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

SEÇÃO II

Das Conferências Municipais

Art. 32 - O Conselho Municipal da Cidade tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal.

§1º - A realização da Conferência Municipal é condição indispensável para a participação de delegadas e delegados municipais na Conferência Estadual, e;

§2º - As conferências municipais serão públicas e acessíveis a todos os cidadãos e cidadãs, mantidos, na eleição das delegadas e delegados para a etapa estadual, os critérios de representação de órgãos, entidades e organizações.

Art. 33 - As Conferências Municipais deverão acontecer no período de 1º de janeiro a 5 de julho de 2016.

Art. 34 - Para a realização de cada Conferência Municipal deverá ser constituída uma Comissão Preparatória pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, pelo Executivo Municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

ANEXO I

Nº de Delegados(as) a serem eleitos na Conferência Municipal da Cidade:

NOME DO MUNICÍPIO	POP	Poder Público Municipal	Movimentos Sociais	Empresários	Trabalhadores	Profis. Acadêmicos e Cons. Classe	Ong´s	Nº Del
Guarantã do Norte	**33.929**	03	02	01	01	01	0	08

ANEXO II

Membros da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades

Comissão Preparatória da 6ª conferencia das Cidades

MEMBRO	SEGMENTO
Marcelo de Castro Souza	Poder Publico Municipal – Presidente do Conselho Mun. da Cidade
Leila Vagete	Poder Publico Municipal – Servidora Secretaria da Cidade
Pedro Amon	Poder Publico Municipal – Engenheiro Florestal – Sec. da Cidade
Ethiane Agnoletto	Poder Publico Municipal – Geóloga – Sec. da Cidade
Marcio C. de Moura	Poder Publico Municipal – Administrativo – Sec. da cidade
Zulineide Ribeiro	Poder Publico Municipal – Secretária Municipal da Cidade
Thaisa Rafaela Romitti	Poder Publico Municipal - Administrativo
Beatriz Balen	Poder Publico Municipal – Sec. Mun. da Cidade - Engenheira Civil
Adileia Gaia	Poder Publico Municipal – Sec. Municipal de Assistência Social
Daniela Cozer	Poder Publico Municipal – Sec. Mun. da Cidade – Engenheira Civil
Sergio Ecker	Empresários – Lojista
Juliana Torezzan	Empresários – Engenheira civil
Amauri Pereira Matheus	Trabalhadores – Escritório Contábil
Cassio Brizzi Trizzi	Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa – Diretor Adm.
Olavo Fritzen Lima	Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa – Uniflor

LICITAÇAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro Sr. Cláudio Roberto Alves dos Santos torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 033/2016, obteve o seguinte resultado:A empresa **FANEM LTDA** sagrou-se vencedora para o item **(07)** tendocomo valor global de **R$ 21.400** (vinte e um mil e quatrocentos reais); A empresa **MAGNAMED TECNOLOGIA MÉDICA S/A** sagrou-se vencedora para o item (**12**) tendocomo valor global de **R$ 29.000,00** (vinte e nove mil reais). O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Guarantã do Norte/MT, 24 de Maio de 2016.

Cláudio Roberto Alves dos Santos - Pregoeiro

LICITAÇAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2016-SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira Senhora Mirian da Silva Mello, torna público para conhecimento dos interessados que o ***Pregão Presencial nº 035/2016-SRP****, obteve o seguinte resultado:*

A empresa ***D.P.DESOUZA COMÉRCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP*** *sagrou-se vencedora para os itens; 01, 02, 04, 09, 13, 19, 20, 24, 26, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 49, 51, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 64 com o valor global de* ***R$ 556.904,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil novecentos e quatro reais).***

A empresa ***PNEUS BARBOSA LTDA-ME*** *sagrou-se vencedora para os itens;12, 16, 18, 21, 25, 37, 41, 43, 48, 50, 52, 55, 56, 58, 65, 66, com o valor global de* ***R$ 492.894,00 (quatrocentos e noventa e dois reais e oitocentos e noventa e quatro reais).***

Sendo assim o valor global de todos os itens vencedores do certame foi de ***R$ 1.049.798,00 (um milhão e quarenta e nove mil e setecentos e noventa e oito reais).***

*Os itens;****03, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 14,15, 17, 22, 23, 28, 30, 31, 32, 45, 57, 59*** *(dezenove itens) deram como* ***fracassados/cancelados****, pois os itens que as mesmas cotaram, constavam com preços superiores ao permitido, conforme o determinado máximo no Termo de Referência deste* ***Pregão Presencial Nº 035/2016****, as empresas alegaram que o preço de referência do Edital está abaixo do preço real de mercado, e naquele valor as mesmas não conseguiriam fornecer.*

O processo Administrativo referente à licitação acima encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Guarantã do Norte/MT, 24 de Maio de 2016.

Mirian da Silva Mello

Pregoeira

LICITAÇAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira Senhora Mirian da Silva Mello, torna público para conhecimento dos interessados que o **Pregão Presencial nº 036/2016**, obteve o seguinte resultado:

A empresa **IVONE ROSA DA LUZ-ME** sagrou-se vencedora para o item 01(único), com o valor total e global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

O processo Administrativo referente à licitação acima encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Guarantã do Norte/MT, 24 de Maio de 2016.

Mirian da Silva Mello

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

LEI Nº 596/2016

LEI 596/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO FINANCEIRO MENSAL AO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) E AO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Indiavaí*, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo financeiro mensal ao Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate as Endemias (ACE), desde que em exercício pleno de suas atividades.

Parágrafo único- O incentivo que trata o caput deste artigo está vinculado a **PORTARIA Nº 008/2016/GBSES** que instituiu o incentivo financeiro estadual, a título de bonificação, para o Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate às Endemias (ACE), implantados nos municípios do Estado de Mato Grosso, visando estimular e intensificar o desen-

volvimento das ações voltadas para o enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus.

Art. 2º.- O valor do incentivo é de R$ 200,00 (duzentos reais) mensais, e será concedido pelo período de 04 (quatro) meses consecutivos, mediante recursos financeiros que serão transferidos do Fundo Estadual de saúde aos Fundos Municipais de saúde, nas competências de fevereiro, março, abril e maio de 2016, conforme preconiza o §1º do art. 1º da PORTARIA Nº 008/2016/GBSES.

Parágrafo único – Eventual prorrogação do incentivo implementado fica condicionada a edição de nova Portaria pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, não havendo hipótese de prorrogação automática.

Art. 3º- O incentivo será utilizado exclusivamente para fins de repasse aos ACS e ACE, como forma de bonificação pela intensificação das ações de controle do vetor transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika vírus.

Parágrafo único – os recursos orçamentários de que trata esta Lei correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, e para fins de indicadores e metas fica estabelecida:

Realização de visitas em 100% dos imóveis;

Art. 4º- O pagamento será feito tomando por base relatório emitido pela Secretaria Municipal de Saúde que fiscalizará o cumprimento dos critérios que trata o artigo anterior.

Art. 5º.- Os valores dos incentivos pagos com base nesta Lei, não se incorporarão à remuneração dos Servidores contemplados, e nem poderá ser utilizado como base de cálculo de quaisquer parcelas.

Art. 6º.- O incentivo a que se refere o artigo 1º desta Lei, não contemplará os servidores em gozo de férias ou em licença de qualquer natureza ou remanejado da função.

Art. 7º. - O incentivo de que trata o artigo 1º desta Lei, cessará de imediato, em caso de interrupção do repasse dos incentivos financeiros pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Art. 8º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 29 de março de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Indiavaí**, estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2016.

Valteir Quirino dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 009/2016

A Prefeitura Municipal de Indiavaí através de seu pregoeiro e equipe de apoio faz saber a todos que interessar que o Certame Pregão Presencial 009/2016, cujo objeto é Aquisições de Máquinas e implementos agrícolas, marcado a abertura dia 20/05/2016, às 08:00 hora foi adjudicado: A empresa Vegrande Norte Maq. Agri. LTDA, o lote I no valor de R$: 115.000,00 (cento e quinze mil reais). A empresa consagrou se vencedora por atender fielmente o edital e o menor preço.

Indiavaí MT, 24 de maio de 2016.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOSPregoeiro

LEI Nº 598/2016

Lei n° 598/2016

Súmula: Dispõe sobre a inclusão de projetos/atividades nos anexos de metas e prioridades da Lei Municipal nº 571/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Indiavaí*, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 571/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016.

Órgão: 06- Secretaria de Saúde

Unidade: 002- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa: 0073 – Vigilância em Saúde

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.102 – Aquisição de Veículo. Fonte: 0.1.42.000000	Fund. Muni. Saud.	P	01	UN	2016	92.487,35

Total das Inclusões.....R$ 92.487,35

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será utilizado recursos resultantes do excesso de arrecadação, conforme Art. 43, § 1°, inciso II da lei 4.320/64, oriundo da seguinte fonte de recurso.

Fonte: 0.1.42.000000 Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado. R$ 92.487,35.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Indiavaí**, estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2016.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

LEI Nº 594/2016

Lei n° 594/2016

Sumula: Dispõe sobre a inclusão e alteração de projetos/atividades nos anexos de metas e prioridades da Lei Municipal nº 555/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Indiavaí*, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação/Projeto/Atividade no anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 555/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016.

Órgão: 04- Secretaria de Obras

Unidade: 001- Gerencia de Obras Pública

Função: 04 – Administração

Sub função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0003 – Administração Geral

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.078 – Construção do Terminal Rodoviário. Fonte: 0.1.00.000000	Geren. Obras Pública.	P	01	UN	2016	38.650,40

Total das Inclusões.....R$ 38.650,40

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no Artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso a anulação de dotação orçamentaria conforme abaixo, nos termos do Art. 43, § 1°, inciso III da lei 4.320/64.

Órgão/Unidade/Func. Program/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
04	**Secretaria de Obras**	
001	**Gerencia de Obras Pública**	
04.122.0003.2012	**Manutenção e Encargos com a Secretaria de Obras.**	
3.3.90.30.00 Fonte:0.1.00.000000	Material de Consumo.	38.650,40
	Total	**38.650,40**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Indiavaí**, estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2016.

Valteir Quirino dos Santos Prefeito Municipal

LEI N° 597/2016

Lei n° 597/2016

Súmula: Dispõe sobre a inclusão de projetos/atividades nos anexos de metas e prioridades da Lei Municipal nº 548/2013 - Plano Plurianual do Município de Indiavaí para o Quadriênio 2014/2017.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Indiavaí*, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no Plano Plurianual para o ano 2016 a 2017, constituído pelo anexo da Lei nº 548/2013 - Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

Órgão: 06- Secretaria de Saúde

Unidade: 002- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa: 0073 – Vigilância em Saúde

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.102 – Aquisição de Veículo. Fonte: 0.1.42.000000	Fund. Muni. Saud.	P	01	UN	2016	92.487,35

Total das Inclusões.....R$ 92.487,35

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será utilizado recursos resultantes do excesso de arrecadação, conforme Art. 43, § 1°, inciso II da lei 4.320/64, oriundo da seguinte fonte de recurso.

Fonte: 0.1.42.000000 Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado. R$ 92.487,35.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Indiavaí**, estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2016.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

LEI Nº 599/2016

Lei n° 599/2016

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências."

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Indiavaí*, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 92.487,35(Noventa e Dois Mil Quatrocentos e Oitenta e Sete Reais e Trinta e Cinco Centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade/Func. Program/ Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
06	**Secretaria de Saúde**	
002	**Fundo Municipal de Saúde**	
10.305.0073.1102	**Aquisição de Veículo.**	
4.4.90.52 Fonte:0.1.42.000000	Equipamento e Material Permanente	92. 487,35
	Total	**92. 487,35**

Total das Inclusões.....R$ 92.487,35

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será utilizado recursos resultantes do excesso de arrecadação, conforme Art. 43, § 1°, inciso II da lei 4.320/64, oriundo da seguinte fonte de recurso.

Fonte: 0.1.42.000000 Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado. R$ 92.487,35.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2016.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

LEI Nº 595/2016

Lei n° 595/ 2016

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências."

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Indiavaí*, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 38.650,40 (Trinta e Oito Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais e Quarenta Centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade/Func. Program/ Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
04	**Secretaria de Obras**	
001	**Gerencia de Obras Pública**	
04.451.0003.1078	**Construção do Terminal Rodoviário.**	
4.4.90.51.00 Fonte:0.1.00.000000	Equipamentos e Material Permanente.	38. 650,40
	Total	**38. 650,40**

Total das Ações.....R$ 38.650,40

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no Artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso a anulação de dotação orçamentaria conforme abaixo, nos termos do Art. 43, § 1°, inciso III da lei 4.320/64.

Órgão/Unidade/Func. Program/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
04	**Secretaria de Obras**	
001	**Gerencia de Obras Pública**	
04.122.0003.2012	**Manutenção e Encargos com a Secretaria de Obras.**	
3.3.90.30.00 Fonte:0.1.00.000000	Material de Consumo.	38. 650,40
	Total	**38. 650,40**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Indiavaí**, estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2016.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 021/2016

O Senhor **Sérgio Medeiros de Araújo,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o feriado Nacional de Corpus Christi de 26 de maio de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar em caráter excepcional Ponto Facultativo, à Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, **na sexta – feira, dia 27 de Maio de 2016.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 24 de maio de 2016.

_____

Sérgio Medeiros de Araújo

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 222, DE 19 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA O SERVIDOR ADISONIR SCHNEIDERS DE PAULA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA AOS VÁRIOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Designo o servidor Adisonir Schneiders de Paula responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação de Prestação de Serviços de Assessoramento e Consultoria Técnica Administrativa aos vários Setores

da Prefeitura Municipal, em substituição ao senhor Ruan Alécio Correa Fontebase.

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento do servidor acima designado, fica designado como suplente o servidor Welington Junior Muller.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retificando todas as disposições anteriores.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 20 de Maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 070/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração do Senhor ANTONIO JOSE CORDEIRO DA SILVA, do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a Pedido o senhor **ANTONIO JOSE CORDEIRO DA SILVA,** do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 112/2006 de 30 de março de 2006.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 112/2006.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 11 de Fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO NA PORTARIA Nº 017/2016.

Comunicamos errata na publicação da Portarias nº 017/2016 publicada em 03 de maio de 2016.

Na **Portaria 017/2016 no Art. 2°-** Onde se lê: **1° de junho de 2016**, leia-se: **31 de maio de 2016**;

As demais condições permanecem inalteradas.

Publique-se

PREFEITURA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 226, DE 24 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA O SERVIDOR EUGÊNIO SYLVIO NETO LUCCHESI PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA: CONSTRUÇÃO DE DUAS PONTES DE CONCRETO SOBRE O RIO BRANCO E RIO MATRINXÃE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Designo o servidor Eugênio Sylvio Neto Lucchesi para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução de Licitação na modalidade de Tomada de Preços cujo objeto é Contratação de empresa especializada em Obras de Infraestrutura, para Execução de obras/serviços de engenharia sob regime de empreitada global para: **"CONSTRUÇÃO DE DUAS PONTES DE CONCRETO SOBRE O RIO BRANCO E RIO MATRINXÃ"**.

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento do servidor acima designado, fica designado como suplente o servidor Ruan Alécio Correa Fontebasse.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 24 de Maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CONTABILIDADE
RREO 2º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.775.125,81	12,61	5.785.356,30	26,30	16.214.643,70
RECEITAS CORRENTES	19.490.000,00	19.490.000,00	2.775.125,81	14,24	5.765.189,57	29,58	13.724.810,43
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.345.000,00	1.345.000,00	318.577,79	23,69	464.271,34	34,52	880.728,66
Impostos	1.220.000,00	1.220.000,00	253.128,50	20,75	380.409,81	31,18	839.590,19
Taxas	125.000,00	125.000,00	65.449,29	52,36	83.861,53	67,09	41.138,47
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	297,87	0,74	5.434,74	13,59	34.565,26
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	40.000,00	40.000,00	297,87	0,74	5.434,74	13,59	34.565,26
RECEITA PATRIMONIAL	125.000,00	125.000,00	28.080,88	22,46	51.175,58	40,94	73.824,42
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	125.000,00	125.000,00	28.080,88	22,46	51.175,58	40,94	73.824,42
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	475.000,00	475.000,00	77.075,28	16,23	136.286,50	28,69	338.713,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.240.000,00	17.240.000,00	2.291.154,32	13,29	4.964.286,93	28,80	12.275.713,07
Transferências Intergovernamentais	15.840.000,00	15.840.000,00	2.207.939,46	13,94	4.881.072,07	30,81	10.958.927,93
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.400.000,00	1.400.000,00	83.214,86	5,94	83.214,86	5,94	1.316.785,14
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	265.000,00	265.000,00	59.939,67	22,62	143.734,48	54,24	121.265,52
Multas e Juros de Mora	145.000,00	145.000,00	15.828,34	10,92	39.597,49	27,31	105.402,51
Indenizações e Restituições	30.000,00	30.000,00	689,49	2,30	1.237,16	4,12	28.762,84
Receita da Dívida Ativa	80.000,00	80.000,00	40.093,44	50,12	96.277,85	120,35	-16.277,85
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	3.328,40	33,28	6.621,98	66,22	3.378,02
RECEITAS DE CAPITAL	2.510.000,00	2.510.000,00	0,00	0,00	20.166,73	0,80	2.489.833,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 23/05/2016 11:17:28

Página 1 de 14

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00		10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	20.166,73	0,81	2.479.833,27
Transferências Intergovernamentais	250.000,00	250.000,00		0,00		0,00	250.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.250.000,00	2.250.000,00		0,00	20.166,73	0,90	2.229.833,27
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.775.125,81	12,61	5.785.356,30	26,30	16.214.643,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.775.125,81	12,61	5.785.356,30	26,30	16.214.643,70
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.775.125,81	12,61	5.785.356,30	26,30	16.214.643,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.453.842,11	6.085.688,89	15.914.311,11	2.627.202,43	4.641.215,84	17.358.784,16	3.601.366,07	0,00
DESPESAS CORRENTES	17.882.000,00	17.954.000,00	2.281.539,51	5.867.816,21	12.086.183,79	2.514.800,75	4.489.102,48	13.464.897,52	3.450.191,71	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.190.700,00	7.972.700,00	1.128.377,04	2.266.891,93	5.705.808,07	1.124.324,08	2.261.244,97	5.711.455,03	1.700.231,88	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	15.000,00	134,04	243,35	14.756,65	134,04	243,35	14.756,65	243,35	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.676.300,00	9.966.300,00	1.153.028,43	3.600.680,93	6.365.619,07	1.390.342,63	2.227.614,16	7.738.685,84	1.749.716,48	
DESPESAS DE CAPITAL	4.108.000,00	4.036.000,00	172.302,60	217.872,68	3.818.127,32	112.401,68	152.113,36	3.883.886,64	151.174,36	0,00
INVESTIMENTOS	3.983.000,00	3.911.000,00	172.302,60	210.842,60	3.700.157,40	111.230,00	149.770,00	3.761.230,00	148.831,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	125.000,00	125.000,00		7.030,08	117.969,92	1.171,68	2.343,36	122.656,64	2.343,36	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00			10.000,00			10.000,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.453.842,11	6.085.688,89	15.914.311,11	2.627.202,43	4.641.215,84	17.358.784,16	3.601.366,07	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.453.842,11	6.085.688,89	15.914.311,11	2.627.202,43	4.641.215,84	17.358.784,16	3.601.366,07	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.453.842,11	6.085.688,89		2.627.202,43	4.641.215,84		3.601.366,07	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.453.842,11	6.085.688,89	100,00	15.914.311,11	2.627.202,43	4.641.215,84	100,00	17.358.784,16	0,00
Legislativa	830.000,00	830.000,00	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00
Ação Legislativa	830.000,00	830.000,00			0,00	830.000,00			0,00	830.000,00	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	53.000,00	53.000,00			0,00	53.000,00			0,00	53.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	2.664.000,00	2.644.400,00	319.643,42	1.272.821,03	20,91	1.371.578,97	399.779,95	824.029,27	17,75	1.820.370,73	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	1.808.000,00	1.839.400,00	222.798,71	836.447,37	13,74	1.002.952,63	264.065,54	543.039,21	11,70	1.296.360,79	
Administração Financeira	636.000,00	638.000,00	74.557,91	395.241,37	6,49	242.758,63	113.427,61	239.857,77	5,17	398.142,23	
Controle Interno	140.000,00	140.000,00	22.286,80	41.132,29	0,68	98.867,71	22.286,80	41.132,29	0,89	98.867,71	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	80.000,00	27.000,00			0,00	27.000,00			0,00	27.000,00	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
Policiamento	50.000,00	50.000,00			0,00	50.000,00			0,00	50.000,00	
Defesa Civil	30.000,00	30.000,00			0,00	30.000,00			0,00	30.000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	1.378.000,00	1.395.000,00	118.024,27	232.191,02	3,82	1.162.808,98	104.062,11	200.367,85	4,32	1.194.632,15	0,00
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	30.000,00	30.000,00		1.330,00	0,02	28.670,00		1.330,00	0,03	28.670,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.000,00	153.000,00	38.448,59	81.195,68	1,33	71.804,32	31.334,33	62.545,34	1,35	90.454,66	
Assistência Comunitária	1.198.000,00	1.202.000,00	79.575,68	149.665,34	2,46	1.052.334,66	72.727,78	136.492,51	2,94	1.065.507,49	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	4.861.000,00	5.076.600,00	818.536,46	1.772.904,25	29,13	3.303.695,75	879.259,57	1.399.387,34	30,15	3.677.212,66	0,00
Atenção Básica	4.533.000,00	4.712.100,00	710.428,45	1.648.830,15	27,09	3.063.269,85	813.508,56	1.317.801,24	28,39	3.394.298,76	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	138.000,00	138.000,00		572,50	0,01	137.427,50		572,50	0,01	137.427,50	
Suporte Profilático e Terapêutico	90.000,00	62.500,00			0,00	62.500,00			0,00	62.500,00	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	164.000,00	108.108,01	123.501,60	2,03	40.498,40	65.751,01	81.013,60	1,75	82.986,40	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	264.000,00	274.000,00	37.500,00	97.500,00	1,60	176.500,00	13.710,25	47.440,49	1,02	226.559,51	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	195.000,00	195.000,00		60.000,00	0,99	135.000,00	13.710,25	47.440,49	1,02	147.559,51	
Relações de Trabalho	14.000,00	14.000,00			0,00	14.000,00			0,00	14.000,00	
Empregabilidade	55.000,00	65.000,00	37.500,00	37.500,00	0,62	27.500,00				65.000,00	
Fomento ao Trabalho									0,00		
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	5.459.000,00	5.426.000,00	816.567,26	1.616.677,09	26,57	3.809.322,91	791.545,02	1.373.855,60	29,60	4.052.144,40	0,00
Ensino Fundamental	4.459.000,00	4.439.000,00	595.119,61	1.207.445,26	19,84	3.231.554,74	576.901,81	985.988,18	21,24	3.453.011,82	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	744.000,00	739.000,00	165.505,20	338.729,41	5,57	400.270,59	165.452,30	338.676,51	7,30	400.323,49	
Educação de Jovens e Adultos	46.000,00	38.000,00			0,00	38.000,00			0,00	38.000,00	
Educação Especial	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00				10.000,00	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	200.000,00	200.000,00	55.942,45	70.502,42	1,16	129.497,58	49.190,91	49.190,91	1,06	150.809,09	
Cultura	145.000,00	160.000,00	26.177,28	29.677,28	0,49	130.322,72	26.177,28	29.677,28	0,64	130.322,72	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	145.000,00	160.000,00	26.177,28	29.677,28	0,49	130.322,72	26.177,28	29.677,28	0,64	130.322,72	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	1.800.000,00	1.797.000,00	59.448,40	168.511,83	2,77	1.628.488,17	64.650,39	102.587,08	2,21	1.694.412,92	0,00
Infra-Estrutura Urbana	935.000,00	912.000,00			0,00	912.000,00				912.000,00	
Serviços Urbanos	865.000,00	885.000,00	59.448,40	168.511,83	2,77	716.488,17	64.650,39	102.587,08	2,21	782.412,92	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	85.000,00	85.000,00			0,00	85.000,00			0,00	85.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	365.000,00	365.000,00	22.311,67	127.838,41	2,10	237.161,59	44.695,88	85.590,65	1,84	279.409,35	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	365.000,00	365.000,00	22.311,67	127.838,41	2,10	237.161,59	44.695,88	85.590,65	1,84	279.409,35	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	320.000,00	181.500,00	0,00	0,00	0,00	181.500,00	0,00	0,00	0,00	181.500,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	245.000,00	146.500,00			0,00	146.500,00			0,00	146.500,00	
Controle Ambiental	25.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	50.000,00	20.000,00			0,00	20.000,00			0,00	20.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	436.000,00	315.500,00	24.456,79	50.788,64	0,83	264.711,36	22.440,79	48.772,64	1,05	266.727,36	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	20.000,00				0,00						
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	416.000,00	315.500,00	24.456,79	50.788,64	0,83	264.711,36	22.440,79	48.772,64	1,05	266.727,36	
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	25.000,00	25.000,00			0,00	25.000,00			0,00	25.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	71.000,00	71.000,00	0,00	8.765,75	0,14	62.234,25	0,00	8.765,75	0,19	62.234,25	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	71.000,00	71.000,00		8.765,75	0,14	62.234,25		8.765,75	0,19	62.234,25	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	2.699.000,00	2.756.000,00	210.662,52	695.360,16	11,43	2.060.639,84	277.449,47	514.851,30	11,09	2.241.148,70	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.699.000,00	2.756.000,00	210.662,52	695.360,16	11,43	2.060.639,84	277.449,47	514.851,30	11,09	2.241.148,70	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	305.000,00	305.000,00	380,00	5.380,00	0,09	299.620,00	2.126,00	3.303,88	0,07	301.696,12	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	305.000,00	305.000,00	380,00	5.380,00	0,09	299.620,00	2.126,00	3.303,88	0,07	301.696,12	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	140.000,00	140.000,00	134,04	7.273,43	0,12	132.726,57	1.305,72	2.586,71	0,06	137.413,29	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	140.000,00	140.000,00	134,04	7.273,43	0,12	132.726,57	1.305,72	2.586,71	0,06	137.413,29	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	22.000.000,00	22.000.000,00	2.453.842,11	6.085.688,89	100,00	15.914.311,11	2.627.282,43	4.641.215,84	100,00	17.358.784,16	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	2º bimestre
Exercício:	2016
Assinatura(s):	• Nome: JOAO ANTONIO VIEIRA *Titular do Poder Executivo* CPF: 065.412.081-15 Data: 24/05/2016 14:39:49 • Nome: Rodrigo Luiz Benassi *Contador Responsável* CPF: 004.433.171-19 Data: 24/05/2016 12:08:45

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **24/05/2016, às 14:39:57** , é:

00.HY.JY-2

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 24/05/2016 14:39:57 Página 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2016

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ADESÃO Nº 002/2016 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Itiquira - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que aderiu a Ata de Registro de Preço nº 010/

2016 do Pregão Presencial nº 012/2016 da Prefeitura Municipal de Poxoréu - MT no dia 24/05/2016, contratando a empresa **CELSINHO VEÍCULOS LTDA - EPP**, inscrita no **CNPJ sob o nº 10.707.442/0001-26**, para a **AQUISIÇÃO DE 01(UMA) CAMINHONETE 0KM PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** no valor total de **R$ 84.689.00 (oitenta e quatro mil seiscentos e oitenta e nove reais)**, nos termos do Art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.

Itiquira - MT, 24 de maio de 2016.

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2016

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES, CAMINHONETES E TOYOTA BANDEIRANTE PERTENCENTES A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNÍCIPIO DE ITIQUIRA-MT,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **C. M. COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA – ME, CNPJ nº 07.599.837/0001-48** sagrou-se vencedoracom o valor total **R$ 474.378,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil trezentos e setenta e oito reais)** e **REVITALIZAR COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ nº 08.355.658/0001-28** sagrou-se vencedoracom o valor total **R$ 599.484,86 (quinhentos e noventa e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).**

Itiquira/MT, 24 de maio de 2016.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PREV-JACI
EXTRATO DE CONTRATOS DO PREV- JACI-FUNDO MUNICIPAL DE

Contrato nº: 006/2016

Data da Assinatura:08/03/2016

Credor: Agenda Assessoria e Plan. E Informática

Objeto: Realização de Cálculo Atuarial.

Valor: R$ 5.850,00(Global)

Data da Vigência: 30 dias a partir da Homologação dos dados

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2016

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Suplente de Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, materiais de consumo e equipamentos de resgate para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF(s), SAMU e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **de 13 Junho de 2016 - 12:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 24 de maio de 2016.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Suplente de Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EDITAL - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

SOCIAL

EDITAL - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2

A Prefeita do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso.

FAZ SABER

A todos os munícipes de Jauru-MT que os beneficiários contemplados com unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida 2, abaixo listados, estando em lugar área de APP e área de risco que não tenha condição de comprar outro terreno e em lugar incerto e não sabido, deverão se apresentar, na sede da Prefeitura, à Rua do Comércio, 480, Bairro Centro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação deste, para comprovar que aceita a troca do terreno cedido pelo Município e ainda residem na cidade, sob pena de, em não o fazendo, serem considerados DESISTENTES, podendo ser imediatamente excluídos e substituídos por outros candidatos selecionados e aprovados. Para conhecimento de todos é publicado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada na sede da Prefeitura.

Beneficiário Desistente	CPF	Candidato Substituto	CPF
Maria de Jesus Gonçalves de Abreu	667.451. 871-91	Ana Patrocínia Pereira	627.608. 821-87
Geralda Celestino Campos	781.619. 401-34	Olga de Souza Alves	975.791. 811-34

Jauru - MT, 24 DE MAIO DE 2016

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal de Jauru -MT

AVISO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Jauru comunica a adesão a Ata de Registro de Preços nº. 010/2016 referente ao Pregão nº. 008/2016 da Prefeitura Municipal de Vera, para Aquisição de Veículos do tipo caminhão 4x2 com coletor compactador (RSU) de 10m³, marca Volkswagen/13.90 worker, tendo como fornecedor a empresa M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.811.058/0001-64.

Jauru – MT, 24 de maio de 2016.

LEI Nº. 696/2016

LEI Nº 696 DE 24 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

***ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES* LEGAIS,**

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2016, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura Urbana e Rural, no valor de

R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria de Obras Infra Estrutura Urbana e Rural

Unidade: 01 – Secretaria de Obras Infra Estrutura Urbana e Rural

25.752.0051.1217 – Iluminação do Canteiro Central da Avenida Brasil

4.4.90.51 – Obras e Instalações..... R$ 150.000,00

Fonte: 0.1.17.100016 – Recurso de Programa da Iluminação Pública

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Perez", Gabinete da Prefeita em Jauru - MT, 24 de Maio de 2016.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

LEI Nº 695/2016

LEI Nº 695 DE 24 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

***ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES* LEGAIS,**

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2016, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, no valor de R$ 15.348,00 (Quinze mil trezentos e quarenta e oito reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 09 – Secretaria de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

Unidade: 01 – Secretaria de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

27.812.0046.2635 – Aquisição de Materiais Esportivos

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 15.000,00

Fonte: 0.1.24.055000 – Recurso de Convênio Estadual

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 348,00

Fonte: 0.1.00.110000 – Recurso Municipal

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Perez", Gabinete da Prefeita, em Jauru - MT, 24 de Maio de 2016.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

DECRETO 038/2016

DECRETO N.º 038 DE 23 DE MAIO DE 2016.

EFETIVA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JAURU CONCURSADOS EM 11 DE SETEMBRO DE 2011.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JAURU, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais,

Em conformidade com o art. 41 da Constituição Federal e Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, cumpridas as exigências e formalidades legais para declaração de estabilidade no serviço público municipal em virtude de aprovação em estagio probatório oriundo da aprovação no Concurso Público Municipal realizado no dia 11 de setembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estável no serviço publico municipal os servidores públicos , abaixo relacionados.

SEM RESTRIÇÕES

NOME CARGO DATA POSSE

MARLON FABRICIO GOMES ODONTOLOGO 40 HRS 08/04/2013

NOME CARGO DATA POSSE

FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 22/04/2013

NOME CARGO DATA POSSE

GILBERTO PEDRO DE SOUZA MOTORISTA II 25/06/2012

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Perez", Jauru - MT, 23 de maio de 2016.

_____

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/ 2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2016 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009 e Decreto Municipal nº. 058/2009 de 03 de Novembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/ 93 e alterações posteriores.

Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente (Aparelhos de Ar Condicionado, Otocospio, Banho Maria, Lanterna Clinica, Caixa térmica, seladora, refrigerador. Destilador, bebedouro de coluna, maquina de lavar roupa e inalador 04 saídas), para atender as Secretarias Municipais, conforme anexo I.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 09/06/2016 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal "José Perez" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeira – Eugenia Ferreira de Sousa

Site – www.jauru.mt.gov.br

E-mail – licitacao@jauru.mt.gov.br

Telefone: 65 3244-1849 - 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREV-JUARA
PORTARIA N. 045/PREV-JUARA/2016

PORTARIA N.º 045/PREV-JUARA/2016

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº. 007/PREV-JUARA/2016 de concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Srª. Jocenira da Silva."

A Secretária Municipal de Administração do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº. 007/PREV-JUARA/2016, publicada em 25/01/2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed. 2.400, de 25/01/2016, onde foi concedido o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora, **SRª. JOCENIRA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 2709241-0 SSP-SP e inscrita no CPF sob o nº 537.152.501-78, servidora Efetiva no cargo Professora, Nível "09", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, matricula nº. 176, com **Proventos Integrais**, conforme processo administrativo do **PREV-JUARA, n.º 2016.04.00011P**.

Onde se lê: {Considerando o Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal,... **Leia-se:** Considerando o Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal,...} **Onde se lê:** {...22/01/2016, até posterior deliberação.} **Leia-se:** {...21/01/2016, até posterior deliberação.}

Art. 2º. CANCELAR a Portaria nº 019/PREV-JUARA/2016, publicada em 04/02/2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed. 2.400, que trata da retificação da Portaria n° 007/PREV-JUARA/2016.

Art. 3º. - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Juara-MT, 23 de maio de 2016

QUEILA SILVA DO CARMO

Secretária Municipal de Administração

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municípal de Juara

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 058/2016

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 058/2016, cuja abertura ocorreu as 13h30 - Local, do dia 23/05/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVIÇOS DE INTERNET VIA RADIO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO,** sagrou-se vencedoras a **R. ALECIO SACHETTI - EPP,** inscrita com o CNPJ sob o n. 09.233.246/0001-88, localizada à Avenida Rio Arinos, 767S, Centro, CEP: 78.5755-000, neste município de Juara/MT, Telefone (66) 3556-3122, E-mail: rafael@satttelecom.com.br representada pelo seu Diretor o Sr. Rafael Alecio Sachetti, portador da Cédula de Identidade n. 2171533-5 SSP/MT e CPF: 025.224.371-43, vencedora para o **item 01** com Valor Global de R$ 544,60.

Juara-MT, 24 de Maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REUNIÃO PARA FINS DE REAJUSTE DE PREÇOS

ATA DE REUNIÃO PARA FINS DE REAJUSTE DE PREÇOS

PREGÃO n° 014/2016 PADM 014/2016

Às 08:00 horas do dia 23 de Maio do ano de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Juruena – MT, reuniram-se o Pregoeiro e os membros da Comissão de Pregão abaixo assinados, nomeados pela portaria 60/2016, e o representante da empresa Comim & Cia LTDA Sr. James Arte Comim, para análise da proposta de realinhamento de preços de alguns itens da licitação PADM 014/2016 Pregão Presencial 014/2016 o qual foi solicitado pelo Sr. James Arte Comim, proprietário da empresa Comim & Cia LTDA, através de oficio. Inicialmente o pregoeiro e chefe do setor de licitações Sr. Nelson Coutinho de Menezes leu para todos os presentes o Oficio solicitando o reajuste de preços onde eram discriminados os itens que deveriam ser reajustados. A justificativa que a empresa apresentou para o reajuste foi a alteração de preços de muitos dos produtos negociados no referido pregão presencial. Para tal comprovação a empresa apresentou notas fiscais de compra dos produtos da época em que ocorreu a licitação e notas atuais, para comparação de preços e alegou também o aumento no valor do frete dos produtos devido a alta no valor do combustível. Foram usados como parâmetro mais três orçamentos de diferentes empresas do ramo do comércio local, com os mesmos produtos e marcas dos itens os quais foram solicitados o reajuste. Após analise e comprovação do fundamento da justificativa apresentada pela empresa Comim & Cia LTDA, fica por bem decidido o realinhamento de preços dos itens solicitados, passando a vigorar os seguintes valores: .

ITEM	ITEM EDITAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VAL ANTIGO	MEDIA PESQ. MERC.	VAL REAJ.
01	01	KG	ABOBORA MADURA DE PRIMEIRA		2,00	4,15	2,80
02	02	KG	ABOBRINHA VERDE DE PRIMEIRA		3,25		3,25
03	31	KG	BATATA INGLESA DE PRIMEIRA		5,25	7,08	6,50
04	33	KG	BETERRABA DE PRIMEIRA,		5,76	6,58	6,58
05	77	KG	CHUCHU DE PRIMEIRA		4,36	6,05	4,97
06	80	PCT	COUVE		3,00		3,50

07	116	KG	LARANJA		3,60	3,57	3,57
08	155	KG	PALMITO **PICADO** EM CONSERVA – EMBALAGEM DE VIDRO COM 560 GR	AJOPAN	7,47	9,93	8,78
09	48	PCT	CANJIQUINHA (QUIRENA), CONTENDO 500 GR	CAMPILAR	1,28	2,00	1,59
10	162	PCT	POLVILHO DOCE PCT COM 01 KG	CAMPILAR	7,14	6,65	7,65
11	187	UN	VINAGRE DE VINHO BRANCO	CASTELO	1,79	2,00	1,82
12	186	UN	VINAGRE BRANCO, CONTENDO 900 ML	CASTELO **750ML**	1,79	2,08	1,82
13	24	PCT	BALA DE FRUTA - PCT **600GR**	ERLAN	5,40	5,50	5,89
14	25	PCT	BALA DE FRUTA MOLE - PCT **600GR**	ERLAN	5,40	5,75	5,89
15	26	PCT	BALA SORTIDA - PCT 600 GRAMAS	ERLAN	5,40	5,75	5,89
16	76	KG	CHOCOLATE AO LEITE EM BARRA. EMBALAGEM 1KG	GAROTO	29,04		38,89
17	161	KG	POLPA DE ABACAXI, ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALADO EM SACOS PLASTICOS. 1 KG	IT POLPAS **400GR**	5,76	6,75	5,99
18	117	UN	LEITE CONDENSADO, NO MINIMO 395 GR.	ITALAC	3,11	3,93	3,30
19	99	PCT	FEIJAO CARIOCA, TIPO 1, NOVO COM GRAOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, INSENTO MAT. TERROSAS PARASITAS E LARVAS UMIDADE MAX 15%, EMBALAGEM PLAST COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE MINIMA 4 MESES A CONTAR DO RECEBIM. CONTENDO 1 KG.	KOBLENZ	5,75	6,05	7,00
20	100	UN	FEIJAO PRETO, TIPO 1, NOVO COM GRAOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO MAT. TERROSAS PARASITAS E LARVAS, UMIDADE MAX 15%, EMBALAGEM PLAST COM DADOS DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE MINIMA 4 MESES A CONTAR DO RECEBIM. CONTENDO 1 KG.	KOBLENZ	5,50	6,08	5,75
21	120	LITRO	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - 1 LT	LACBOM	3,99	4,53	4,19
22	39	UN	CALDO DE CARNE - CX COM 2 TABLETES	MAGGI	0,55	0,93	0,58
23	41	UN	CALDO DE CARNE CX C/ 12 TABLETES 126GR	MAGGI	2,42	3,15	2,59
24	42	UN	CALDO DE GALINHA CX C/12 TABLETES 126 GR	MAGGI	2,42	3,15	2,59
25	40	UN	CALDO DE GALINHA CX C/06 TABLETES 57 GR	MAGGI 6**3GR**	1,29	1,46	1,39
26	140	KG	MANDIOCA DESCASCADA	MANDIOCA	3,36	3,24	3,37
27	170	UN	REFRIGERANTE 2,5LTS-.	MARAJA	4,69		6,75
28	171	UN	REFRIGERANTE2 LTS-	MARAJA	4,69	4,68	4,69
29	144	PCT	MASSA PARA PASTEL - 500 GRAMAS	MASSA LEVE	5,05	6,13	5,99
30	46	PCT	CANJICA AMARELA - PCT COM 500 GR	MASSON	1,28	1,65	1,58
31	104	PCT	FUBA DE MILHO, FINO, AMARELO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE, FERMENTACAO OU RANÇO, TIPO 01, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO 1KG.	MASSON	2,40	2,85	2,99
32	146	PCT	MILHO DE PIPOCA, CONTENDO 500GR.	MASSON	1,79	2,58	1,99
33	163	PCT	POLVILHO AZEDO - PCT COM 01 KG	MASSON	6,19	6,65	6,65
34	44	PCT	CANELA EM PAU PACOTE C/ 10 GR	MIKA	1,35	1,52	1,42
35	82	PCT	CRAVO DA INDIA - PCT 10 GRAMAS	MIKA	1,61	2,83	2,43
36	88	PCT	ERVA DOCE, PCT COM 10 GR.	MIKA	1,35	1,58	1,42
37	119	LATA	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO TIPO NINHO, LATA COM 400GR	NESTLE	12,10	13,76	12,59
38	115	UN	IOGURTE NATURALE, CONTENDO 170ML	PAULISTA	2,00	2,00	2,19
39	18	KG	APRESUNTADO FRESCO - KG	PEPERI	10,88	13,37	11,10
40	83	UN	CREME DE LEITE –200 GRAMAS	PIRACANJUBA	2,39	2,65	2,49
41	180	UN	SUCO ARTIFICIAL EM PÓ VARIOS SABORES, PCT 25GR	QUALIMAX	0,70	0,70	0,78
42	154	DZ	OVOS DE GALINHA,	TANGARA	5,60	7,08	6,55
43	19	PCT	ARROZ BRANCO TIPO 1, PACOTE CONTENDO 5 KG	TRES MOINHOS	12,50	13,05	13,05
44	45	PCT	CANELA EM PÓ PACOTE C/ 10 GR	ZAELI	1,35	1,18	1,42
45	47	PCT	CANJICA BRANCA - PCT COM 500 GR	ZAELI	2,09	2,46	2,69
46	96	PCT	FARINHA DE MILHO- PCT 1KG	ZAELI	5,19	6,23	6,23
47	181	UN	TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA 250 GR	ZAELI **300GR**	2,57	3,40	2,61

LOTE 03 - PRODUTOS E MATERIAS DE LIMPEZA

ITEM	ITEM EDITAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VAL ANTIGO	MEDIA PESQ. MERC.	VAL ATUAL
48	231	PCT	ESPONJA DE LA DE ACO,	ASSOLAN	1,50	1,60	1,62
49	257	PCT	PALHA DE AÇO N° 1 PACOTE C/ 1 UNID	ASSOLAN	0,70	1,12	0,80
50	249	UN	MULTIUSO LIMPA CERAMICA E AZULEJO - 500 ML	AZULIN	5,05		5,47
51	196	UN	ALCOOL GEL P/ LIMPEZA CONTENDO 500GR.	COOPER ALCOOL	5,11	5,80	5,11
52	267	UN	PEDRA SANITARIA -35 GRAMAS	PRIVAX	1,22	1,95	1,45
53	314	UN	SAPONÁCEO EM PÓ 300 GR	RADIUN	2,49	3,18	2,99
54	237	UN	INSETICIDA SPRAY EFICAZ MATA BARATA, MOSQUITO E MOSCAS, COM NO MINIMO 300 ML	SBP	10,07	10,75	10,75
55	253	UN	OLEO MINERAL ADITIVO E ANTIOXIDANTE TIPO SINGER PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS 100ML	SINGER	3,10	3,10	3,28
56	194	UN	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70 % -1 LT	START	6,45		6,99
57	289	PCT	SABAO EM PO, CONTENDO 01 KG, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE	TIXAN	6,01	6,96	6,57
58	244	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES E MACIAS E CONFORTAVEIS TAMANHO G – PAR	VOLK	3,04	3,99	3,34
59	246	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES E MACIAS E CONFORTAVEIS TAMANHO P – PAR	VOLK	3,04	3,99	3,34
60	191	UN	AGUA SANITARIA - 1 LITRO	YPE	2,55	3,18	2,79
61	192	UN	AGUA SANITARIA 02 LITROS.	YPE	4,61	6,76	4,87
62	222	UN	DESINFETANTE COM TRIPLA AÇÃO, DIVERSAS- 2LTS	YPE	5,59		6,44
63	226	UN	DETERGENTE MINIMO 500 ML	YPE	1,76	1,94	1,89

64	242	UN	LUSTRA MOVEIS 200 ML	YPE	3,05	3,92	3,35

LOTE 04 - COPA E COZINHA

ITEM	ITEM EDITAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VAL ANTIGO	MEDIA PESQ. MERC.	VAL ATUAL
65	388	UN	COPO DE VIDRO 250 ML	CIV	2,09		2,99
66	472	PCT	PRATO DESCARTAVEL 21 CM PCT C/ 10 UND	COPOBRAS	1,55	1,75	1,79

LOTE 05 - ITENS DE HIGIENE

ITEM	ITEM EDITAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VAL ANTIGO	MEDIA PESQ. MERC.	VAL ATUAL
67	509	UN	SABONETE DE BOA QUALIDADE BARRA 90 GR	ALBANI	0,90	0,99	0,99
68	490	UN	CREME DENTAL - 120 GRAMAS	SORRISO	4,20		4,39
69	491	UN	CREME DENTAL INFANTIL 120 G	TANDY	4,34		5,09
70	507	PCT	LAMINA DE BARBEAR - PCT 3 UNIDADES	WILKINSON	1,46	2,00	1,46

Nada mais havendo, foi lavrada esta Ata.

NELSON COUTINHO DE MENEZES **Pregoeiro**	**LUCIANE RUBINHO DOS SANTOS** **Equipe de Apoio**
ANDRESSA SILVEIRA **Equipe de Apoio**	**COMIM & CIA LTDA JAMES ARTE COMIM**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EDITAL COMPLEMENTAR 002 - CONCURSO PUBLICO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, nomeada através da Portaria nº 060/2016, e considerando o Decreto Municipal nº 279/2016 de 20 de Maio de 2016 que dispõe sobre Ponto Facultativo no dia 27 de Maio de 2016 (sexta-feira) no Município de Juscimeira, **RESOLVE**:

I. O Concurso Público passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

5.6.10. Os títulos considerados neste concurso, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS Cargo: MOTORISTA			
Alínea	Título	Título	Valor Máximo Pontos
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	10,00	10,00
B	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas.	6,00	6,00
C	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação.	3,00	3,00
Total Máximo de Pontos	**10,00**		

Lêia-se:

5.6.10. Os títulos considerados neste concurso, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS Cargo: ADI – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL			
Alínea	Título	Título	Valor Máximo Pontos
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de doutorado (título de Doutor), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	10,00	10,00
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	6,00	10,00
C	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas.	03,00	10,00
Total Máximo de Pontos	**10,00**		

II. Fica prorrogado até a data de **03/06/2016**, o prazo para efetuar o Protocolo da Prova de Títulos. III. O Cronograma do Concurso passa a viger da seguinte forma:

CRONOGRAMA DO CONCURSO

Data	Evento	Local
04/05/2016	Publicação da íntegra do Edital de Abertura	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.**
05/05/2016 à 12/05/2016	Período para requisição de isenção da taxa de inscrição	Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br**.
17/05/2016	Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.**
05/05/2016 à 26/05/2016	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao concurso público com Pagamento da Taxa	www.w2consultores.com.br
27/05/2016	Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição	Rede Bancária
02/06/2016	Divulgação da relação dos candidatos inscritos	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.**
03/06/2016	Último dia para Protocolo da Prova de Títulos.	Via AR ou Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT.
07/06/2016	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br**
12/06/2016	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e prova prática para os cargos de: **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**	Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br**
13/06/2016	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br**
17/06/2016	Divulgação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e de Títulos.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.**
24/06/2016	Divulgação do Resultado Final Classificatório.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.**
27/06/2016	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.**

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Juscimeira/ MT, 20 de Maio de 2016.

VALDECI LUIZ COLLE Diego Paranhos Correia

Prefeito Municipal Presidente Comissão Especial para Coordenação e

Acompanhamento do Concurso Público

Maiko Wilson Cunha de Almeida

Secretário

Kátia Diniz Santos Spironelli

Membro

Carlielson Firmino de Moura

Suplente da Comissão

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 - PROCESSO SELETIVO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016 – RETIFICADO

A **Prefeitura Municipal deJUSCIMEIRA**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº001/2016, Portaria nº 061/2016, RESOLVE divulgar alterações, que passa a vigorar com a seguinte forma:

Considerando o DECRETO MUNICIPAL Nº 279/2016 de 20 de Maio de 2016 que dispõe sobre Ponto Facultativo no dia 27 de Maio de 2016 (sexta-feira) no Município de Juscimeira, RESOLVE:

I. Fica prorrogado até a data de **30 de Maio de 2016**, o prazo para efetuar o Protocolo da Prova de Títulos. II. Fica instruído o cronograma do Processo Seletivo 001/2016, com as alterações propostas.

CRONOGRAMA DO CONCURSO

Data	Evento	Local
04/05/2016	Publicação da íntegra do Edital de Abertura	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.
05/05/2016 à 12/05/2016	Período para requisição de isenção da taxa de inscrição	Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br.

17/05/2016	Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.
05/05/2016 à 26/05/2016	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao concurso público com Pagamento da Taxa	www.w2consultores.com.br
27/05/2016	Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição	Rede Bancária
30/05/2016	Último dia para Protocolo da Prova de Títulos.	Via AR ou Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT.
02/06/2016	Divulgação da relação dos candidatos inscritos	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.
07/06/2016	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br
12/06/2016	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br
13/06/2016	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br
17/06/2016	Divulgação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e de Títulos.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.
24/06/2016	Divulgação do Resultado Final Classificatório.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.
27/06/2016	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito.	Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Juscimeira (MT), 20 de Maio de 2016.

VALDECI LUIZ COLLE - Prefeito Municipal

Adão Alves Arraes - Presidente da Comissão Examinadora

Maria do Carmo Martins Duarte - Secretario

Rosangela Lopes Ribas Cruz - Membro

Carlielson Firmino de Moura - Suplente

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA Nº 049/2016 DE 20 DE MAIO DE 2016.

Concede férias aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

A Senhora **Maria Manea da Cruz**, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondente ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: ADAILTON DA SILVA PERES

Órgão/Unidade: GP

Período aquisitivo: 01/04/2015 a 01/04/2016

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 20 (vinte)

1/3 ABONO PECUNIÁRIO

Servidor: JOÃO HENRIQUE DA SILVA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 01/02/2015 a 01/02/2016

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 20 (vinte)

1/3 ABONO PECUNIÁRIO

Servidor: JOSÉ GONÇALVES DO NASCIMENTO

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 05/05/2015 a 05/05/2016

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOSÉ LUIZ DIAS

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 16/12/2013 a 16/12/2014

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARILUCI FERREIRA FRANÇA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 11/03/2015 a 11/03/2016

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARIA DA GLORIA BELCHIOR

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 12/04/2013 a 12/04/2014

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 30 (trinta)

Servidora: NEUZA ADRIANA ROSSIN ROCHA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 09/08/2014 a 09/08/2015

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 30 (trinta)

Servidora: PRISCILA CARLA HAUCO TORO

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 28/01/2015 a 28/01/2016

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 30 (trinta)

Servidor: RUBENS VENTURA

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 10/03/2014 a 10/03/2015

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 20 (vinte)

1/3 ABONO PECUNIÁRIO

Servidora: SIRLENE DE SANTANA MENDONÇA

Órgão/Unidade: GP

Período aquisitivo: 07/05/2013 a 07/05/2014

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 20 (vinte)

1/3 ABONO PECUNIÁRIO

Servidor: VALDEMIR DA SILVA PEREIRA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 24/04/2014 a 24/04/2015

Período de gozo: 01/06/2016 a 30/06/2016

Dias: 20 (vinte)

1/3 ABONO PECUNIÁRIO

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO AO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 034/2013

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 006/2013

PESSOA FÍSICA CONTRATADA: ANA PAULA BARBOSA CAVALCANTE

CPF: 890.915.902-20

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE 01 (UM) MÉDICO COMPREENDENDO, CLÍNICA GERAL E MÉDICO DA FAMÍLIA A SEREM PRESTADOS NO PSF 2 NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT, (PARA ATENDER OS PACIENTES DA ZONA RURAL).

OBJETO DA RESCISÃO: Rescisão Amigável, não cabendo às partes qualquer indenização em razão do que se pactua.

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula Décima Primeira, do referido Contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 24 de Maio de 2016.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 050/2016

PORTARIA N.º 050/2016,

DE 20 DE MAIO DE 2016

"Substitui membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art.91, § I e II da Lei Orgânica do Município, combinando com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir os Servidores públicos **Ladislau Garcia Gomes** e **Luiza Martins da Cruz** pelos Servidores **Luiz Carlos Gonçalves da Cruz** e **Duilho Rabelo Boascivis** da composição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, deste Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Os demais dispositivos da Portaria nº 036/2016, de 06/04/2016, permanecem inalterados.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DECRETO LEGISLATIVO 002/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE LUCIARA

CNPJ 15.051.535/0001-69

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2016

23 DE MAIO DE 2016

"ACATA O PARECER Nº 6350/2015 DO TCE REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA/MT, CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, GESTÃO DO PREFEITO FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO, APROVADAS COM RECOMENDAÇÕES".

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, Artigo 16, XVII, e 37 § 6º, faz saber que o Plenário Deliberativo aprovou e promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Em decorrência do acolhimento do Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso declaram-se **APROVADAS** as Contas da Prefeitura Municipal de Luciara/MT, contas anuais de governo do Exercício Financeiro de 2014, gestão do Prefeito Municipal Exmo. Sr. Fausto Aquino de Azambuja Filho.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 24 de maio de 2016.

_____

NAZIRIO OLIVEIRA SANTOS

PRESIDENTE

PORTARIA 044/2016

PORTARIA 044/2016

De 23 de maio de 2016.

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR,** a partir desta data, o senhor AGÊO FONSECA BRITO,portador do RG nº 424.857 SSP/MT e do CPF nº 667.978.451-49, para o Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Administração, Convênios e Licitações.**

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 23 de maio de 2016.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 07 de Junho de 2016, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e maquinas de diversas secretarias do município de Marcelândia/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Guaíra, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, em 24 de Maio de 2016

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2246 DE 19 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando a estratégia 16.2 da Meta 16 do Plano Municipal de Educação aprovado pela Lei Municipal nº 917/2015, que estabelece instituir através de ato legal, o Fórum Municipal de Educação Permanente;

DECRETA

Art. 1º- O Fórum Municipal de Educação Permanente tem o objetivo de monitorar e avaliar as metas do Plano Municipal de Educação, efetivando o acompanhamento do PME.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes membros para composição do Fórum Municipal de Educação Permanente de Matupá.

I – Coordenadora do Fórum (Secretária de Educação) Cleusa Marisa Mosquer Dutel

II - Equipe Assistente de Coordenação (Secretaria Municipal de Educação)

Clarise Wenzel Decol

Dayane Laís Ferreira

Marlene Messias Cardoso de Souza

III- Representante dos Professores do Ensino Básico Municipal e Estadual

Nilsa Aparecida dos Santos Costa

Andréia Paula Brasil

IV- Representante Técnico Administrativo

Íris Oliveira Costa

V- Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Iolanda Lazarotto Jaroseski

VI – Representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Sirene A. Fortes Gurski

VII – Representante da Sociedade Organizada (Lions Clube) Douglas Picotte Batista

VIII- Representante da Equipe Técnica de Elaboração do PME

Jozeli Cardoso Giazzoni

Neusa Salete Bordignon

IX – Representante da Educação do Campo

Elenice Pereira da Trindade Sandri

X – Representante da Educação Superior

Regiane Bentes N. Guimarães

XI – Representante dos Gestores das Escolas Municipais

Noeli Silvina dos Santos Caioni

XII – Representante do Poder Executivo

Ivaine Molina

Leonilda Jandra de Oliveira

XIII – Representante do Poder Legislativo

Marinilde Bernardi Dal'Acqua

XIV – Representante do Sindicato dos Profissionais da Educação

Maria Solange Pereira

XV – Representante do Conselho de Alimentação Escolar

Juciane Rodrigues Figueiredo

XVI – Representante do Conselho do FUNDEB

Márcia Pinho Maciel

XVII – Representante Assistência Social

Fernando Pereira dos Santos

XVIII – Representante da Secretaria de Saúde

Clarisse Maria Sala

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 036/2016

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES CONFORME PROPOSTA 97537.980000/1140-01 DA SECRETARIA DE SAÚDE APROVADA PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. DESCRIÇÃO SEGUE ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 043/2016 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 04/2016.**

CONTRATADA: EDVALDO ROSA COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇOS EIRELI – ME

Valor/Global: R$ 165.046,99 (cento e sessenta e cinco mil, quarenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Assinatura: 20/05/2016 Vigência: 31/12/2016

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral – 08.080.0.2.10.302.0020.1065 – Aquisição de Equip. Inst. De uso Médico Hospitalar Equipamentos para Lavandeira Hosp. E Eletrodom – 4490.52.000

Fonte de Recursos – 0102000000 – R$ 31.546,99

Fonte de Recursos – 0123000000 – R$ 133.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2016

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa devidamente **THAYLORRANE RAMOS LEITE DAS NEVES** 04902626195 inscrita no CNPJ sob o nº. 18.151.570/0001-48, com sede na Rua Gerson Farias nº 211A, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT neste ato representada pela Credenciada **MARLI RAMOS DA SILVA** portadora da Carteira de Identidade n° 581.547 SSP/MT e do CPF n° 406.941.351-00, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 886 DE 30/10/2014. DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2016.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	THAYLORRANE RAMOS LEITE DAS NEVES VALOR UNIT.	THAYLORRANE RAMOS LEITE DAS NEVES VALOR TOTAL
1	110	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PEREIRA LOPES, NO PEITO, TAM, 08	13,400	1.474,00
2	110	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PEREIRA LOPES, NO PEITO, TAM, 10	13,400	1.474,00
3	160	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PEREIRA LOPES, NO PEITO, TAM, 12	13,400	2.144,00
4	260	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PEREIRA LOPES, NO PEITO, TAM, 14	13,400	3.484,00
5	100	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA NA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PEREIRA LOPES, NO PEITO, TAM P	20,000	2.000,00
6	60	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA NA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PERERERIRA LOPES, NO PEITO, TAM,G	22,000	1.320,00
7	30	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA NA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PERERERIRA LOPES, NO PEITO, TAM,GG	23,000	690,00

8	110	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM FAIXA BRANCA FRENTE, E VIES BRANCO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. JANE PEREIRA LOPES, NO PEITO, TAM, 06	13,000	1.430,00
9	162	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA TAM 08	14,000	2.268,00
10	186	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA TAM 10	15,000	2.790,00
11	243	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA TAM 12	15,000	3.645,00
12	86	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA TAM 14	15,000	1.290,00
13	38	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA, 04	15,500	589,00
14	111	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA, 06	16,500	1.831,50
15	156	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA, 08	17,500	2.730,00
16	218	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA, 10	20,300	4.425,40
17	213	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA, 12	21,500	4.579,50
18	16	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR PRETA TAM, 06	11,500	184,00
19	16	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR PRETA TAM, 10	14,000	224,00
46	64	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA TAM 04	12,500	800,00
47	70	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA TAM 06	13,500	945,00
57	80	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA, NA COR PRETA, 14	23,000	1.840,00
58	10	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR PRETA TAM, 08	12,500	125,00
59	8	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR PRETA TAM, 04	10,500	84,00
61	2	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR PRETA TAM, 12	16,000	32,00
20	250	UN	CAMISETA AZUL CLARO EM MALHA FRIA COM VIES AZUL ESCURO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NO PEITO, TAM. 04	12,000	3.000,00
21	650	UN	CAMISETA AZUL CLARO EM MALHA FRIA COM VIES AZUL ESCURO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NO PEITO, TAM. 05	13,000	8.450,00
22	230	UN	CAMISETA AZUL CLARO EM MALHA FRIA COM VIES AZUL ESCURO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NO PEITO, TAM. 06	14,200	3.266,00
23	50	UN	CAMISETA AZUL CLARO EM MALHA FRIA COM VIES AZUL ESCURO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NO PEITO, TAM. 07	15,000	750,00
24	50	UN	CAMISETA AZUL CLARO EM MALHA FRIA COM VIES AZUL ESCURO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NO PEITO, TAM. 08	16,000	800,00
25	10	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR AZUL ESCURO COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRANÇA TAM 04	9,500	95,00
26	10	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR AZUL ESCURO COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRANÇA TAM, 05	10,500	105,00
27	10	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR AZUL ESCURO COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRANÇA TAM, 06	11,500	115,00
28	20	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR AZUL ESCURO COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRANÇA TAM, 07	12,500	250,00
29	20	UN	SAIA COM ELASTICO NA CINTURA EM HELANCA, MODELO GODE, NA COR AZUL ESCURO COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRANÇA TAM, 08	12,500	250,00
30	50	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA SAIA TAM 08	15,500	775,00
31	50	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA SAIA TAM 07	14,500	725,00
32	140	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA SAIA TAM 06	13,500	1.890,00
33	350	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA SAIA TAM 05	12,500	4.375,00
34	150	UN	SHORTS SAIA EM MALHA HELANCA NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA SAIA TAM 04	11,500	1.725,00
35	150	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA PERNA TAM 04	11,500	1.725,00
36	100	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA PERNA TAM 08	15,500	1.550,00
37	40	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA PERNA TAM 07	14,500	580,00
38	120	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA PERNA TAM 06	14,000	1.680,00
39	330	UN	BERMUDA EM MALHA HELANCA, NA COR AZUL ESCURO, COM LOGO DA ESCOLA M. MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA NA PERNA TAM 05	13,000	4.290,00
40	50	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, NA COR AZUL E VIES PRETO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. NORBERTO JOSE GEHLEN, NO PEITO, TAM, 04	10,500	525,00
41	50	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, NA COR AZUL E VIES PRETO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. NORBERTO JOSE GEHLEN, NO PEITO, TAM, 08	12,500	625,00
42	50	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, NA COR AZUL E VIES PRETO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. NORBERTO JOSE GEHLEN, NO PEITO, TAM, 10	15,500	775,00
43	50	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, NA COR AZUL E VIES PRETO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. NORBERTO JOSE GEHLEN, NO PEITO, TAM, 12	17,000	850,00
44	50	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, NA COR AZUL E VIES PRETO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. NORBERTO JOSE GEHLEN, NO PEITO, TAM, 14	20,000	1.000,00

45	20	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, NA COR AZUL COM VIES PRETO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA ESCOLA M. NORBERTO JOSE GEHLEN NO PEITO, TAM, P - ADULTO	22,000	440,00
62	20	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA E VIES PRETO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. SANTO ANTONIO, NO PEITO, TAM, 04	10,500	210,00
63	75	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MLAHA PV VERDE BANDEIRA VIES PRETO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO NO PEITO, TAM.06	11,500	862,50
64	100	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MLAHA PV VERDE BANDEIRA VIES PRETO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO NO PEITO, TAM. 08	13,500	1.350,00
65	250	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MLAHA PV VERDE BANDEIRA VIES PRETO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO NO PEITO, TAM.10	15,500	3.875,00
66	280	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MLAHA PV VERDE BANDEIRA VIES PRETO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO NO PEITO, TAM.12	17,500	4.900,00
67	100	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MLAHA PV VERDE BANDEIRA VIES PRETO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO NO PEITO, TAM.14	19,500	1.950,00
68	50	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA, MALHA PV, VERDE BANDEIRA COM VIES PRETO NA GOLA, COM LOGO DA ESCOLA M. SANTO ANTONIO, NO PEITO, TAM, P ADULTO	21,000	1.050,00
69	20	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MALHA PV,VERDE BANDEIRA COM VIESPRETO NA GOLA,COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO, NO PEITO,TAM M- ADULTO	22,000	440,00
70	20	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MALHA PV,VERDE BANDEIRA COM VIESPRETO NA GOLA,COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO, NO PEITO,TAM G- ADULTO	22,000	440,00
71	20	UN	CAMISETA EM GOLA REDONDA,MALHA PV,VERDE BANDEIRA COM VIESPRETO NA GOLA,COM LOGO DA ESCOLA M.SANTO ANTONIO, NO PEITO,TAM GG- ADULTO	23,000	460,00
88	50	UN	BERMUDA TACTEL NA COR PRETA COM BOLSO NA FRENTE TAM P - ADULTO	19,000	950,00
89	50	UN	BERMUDA TACTEL NA COR PRETA COM BOLSO NA FRENTE TAM M, - ADULTO	20,300	1.015,00
90	20	UN	BERMUDA TACTEL NA COR PRETA COM BOLSO NA FRENTE TAM G, - ADULTO	22,000	440,00
91	6	UN	BERMUDA TACTEL NA COR PRETA COM BOLSO NA FRENTE TAM GG - ADULTO	23,500	141,00
92	100	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA VIES AMARELO NA GOLA BRANCA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M.CRIANÇA FELIZ NO PEITO TAM.02	10,000	1.000,00
93	50	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA VIES AMARELO NA GOLA BRANCA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M.CRIANÇA FELIZ NO PEITO TAM.03	10,000	500,00
94	280	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA VIES AMARELO NA GOLA BRANCA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M.CRIANÇA FELIZ NO PEITO TAM.04	11,900	3.332,00
95	350	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA VIES AMARELO NA GOLA BRANCA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M.CRIANÇA FELIZ NO PEITO TAM.06	12,000	4.200,00
96	595	UN	BERMUDA EM MALHA FRIA, NA COR AMARELA, TAM 01 A 04 ANOS	12,000	7.140,00
97	400	UN	SHORTS SAIA EM MALHA FRIA, NA COR AMARELA, TAM 01 A 04 ANOS	12,600	5.040,00
98	25	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA COM VIES AMARELO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M. TIA CELCITA NO PEITO, TAM. 01	9,000	225,00
99	70	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA COM VIES AMARELO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M. TIA CELCITA NO PEITO, TAM. 02	9,500	665,00
100	60	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA COM VIES AMARELO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M. TIA CELCITA NO PEITO, TAM. 03	10,500	630,00
101	60	UN	CAMISETA REGATA BRANCA EM MALHA FRIA COM VIES AMARELO NA GOLA E MANGA, COM LOGO DA CRECHE M. TIA CELCITA NO PEITO, TAM. 04	11,000	660,00
TOTAL GERAL >>>>>	124.484,90				

5 – DOS PRODUTOS

5.1. Local de Entrega

Os produtos deverão ser entregues num prazo Máximo de 15 (Quinze) dias, logo após a contratada RECEBER A REQUISIÇÃO, sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 05 (Cinco) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 - Recebimento **dos** Produtos:

5.5.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.5.2 A licitante vencedora se compromete a passar com a mercadoria pelo Almoxarifado Central (Hoje localizado na Av. Sebastião Alves Junior, ao lado do Banco HSBC – no Centro de Matupá/MT) para a conferencia geral das mercadorias e depois efetuar a entrega no local solicitado.

5.5.3 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.5.4 O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Claus. 12 da Presente Ata.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são THAYLORRANE RAMOS LEITE DAS NEVES 04902626195 inscrita no CNPJ sob o nº. 18.151.570/0001-48:

Banco Caixa Econômica Federal Ag. Nº 4459 Conta corrente nº 00020870-7

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na entrega do produto, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

12.3 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Entrega dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal e Estadual:

Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação – 3390.30.000 – Material de Consumo

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 035/2016** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

17 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 19 de Maio de 2016.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

THAYLORRANE RAMOS LEITE DAS NEVES

CNPJ sob o nº. 18.151.570/0001-48

Credenciada MARLI RAMOS DA SILVA

Carteira de Identidade n° 581.547 SSP/MT e do CPF n° 406.941.351-00

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2016

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20,

residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **ROMAN & ROMAN LTDA - ME** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.09.169.486/0001-60 e Inscrição Estadual n° 13.346.429-6, com sede na Av. B Oeste nº 315, Bairro ZI-003 – Zona Industrial, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado pelo Sócio PAULO CESAR ROMAN portador do CPF 900319.891-87 e R.G. 1137653 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM LATARIA, PINTURA E GUINCHO PARA OS VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2016.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DESCONTO MINIMO SOBRE O VALOR UNIT.
1	555,00	HR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LATARIA, POR HORA TRABALHADA EM VEICULOS DE LINHA LEVE (TIPO PASSEIO, UTILITÁRIOS, VANS E CAMINHONETE) DAS MARCAS: FIAT, FORD, CHEVROLET, WOLKSVAGEM, CITROEN, TOYOTA.	99,71	55.339,05	**3,5 %**
2	410,00	HR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, POR HORA TRABALHADA EM VEICULOS DE LINHA LEVE (TIPO PASSEIO, UTILITÁRIOS, VANS E CAMINHONETE) DAS MARCAS: FIAT, FORD, CHEVROLET, WOLKSVAGEM, CITROEN, TOYOTA.	125,45	51.434,50	**3,5 %**
3	6.500,00	KM	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO PARA VEICULOS DE LINHA LEVE (TIPO PASSEIO, UTILITÁRIOS, VANS E CAMINHONETE) PARA QUILÔMETRO EXCEDENTE AO RAIO DE 30 KM	2,41	15.665,00	**3,5 %**
4	43,00	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO PARA VEICULOS DE LINHA LEVE (TIPO PASSEIO, UTILITÁRIOS, VANS E CAMINHONETE) ATÉ O RAIO DE 30 KM	183,35	7.884,05	**3,5 %**
7	965,00	HR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, POR HORA TRABALHADA EM ONIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: FORD, WOLKSVAGEM, MERCEDEZ-BENZ, AGRALE E CHEVROLET.	125,45	121.059,25	**3,5 %**
8	350,00	HR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, POR HORA TRABALHADA EM MÁQUINAS PESADAS DAS MARCAS: CATERPILLAR, KOMATSU, VOLVO, NEW HOLLAND, JHON DEERE, MASSEY FERGUSON, RONDON.	125,45	43.907,50	**3,5 %**
9	34,00	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO PARA ONIBUS, IMPLEMENTOS E MÁQUINAS ATÉ O RAIO DE 30 KM	337,75	11.483,50	**3,5 %**
10	4.700,00	KM	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO PARA ONIBUS, IMPLEMENTOS E MÁQUINAS, PARA O QUILÔMETRO EXCEDENTE AO RAIO DE 30 KM	3,86	18.142,00	**3,5 %**
11	825,00	HR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LATARIA, POR HORA TRABALHADA EM ONIBUS E CAMINHÕES DAS MARCAS: FORD, WOLKSVAGEM, MERCEDEZ-BENZ, AGRALE E CHEVROLET.	99,71	82.260,75	**3,5 %**
12	200,00	HR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LATARIA, POR HORA TRABALHADA EM MÁQUINAS PESADAS DAS MARCAS: CATERPILLAR, KOMATSU, VOLVO, NEW HOLLAND, JHON DEERE, MASSEY FERGUSON, RONDON.	99,71	19.942,00	**3,5 %**
TOTAL GERAL >>>>>	**427.117,60**					

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – O prazo máximo para prestação dos serviços será de 10 (Dez) dias, após a ordem de serviço;

5.2 -. Os serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.3 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada no prazo 05 (Cinco) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a qualidade, inclusive quanto às cores, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.5 - A CONTRATADA deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

5.6 – Para a presente licitação será levado em conta à hora trabalhada para a execução dos serviços conforme Tabela Tempária do SINDIREPA/PR, conforme descriminação dos serviços executados conforme as marcas e modelos contidas na mesma.

5.7 - Para a presente licitação será utilizada a Tabela Tempária do SINDIREPA/PR tendo em vista que o SINDIREPA/MT não possuir Tabela Tempária para veículos de grande porte e máquinas pesadas.

5.8 - Os orçamentos, com a descriminação dos serviços e horas necessárias para realização dos serviços ficarão sujeitas a aprovação ou não do setor de compras do Município.

5.8.1 - Em caso de aprovação o procedimento dos serviços poderá ter prosseguimento normal.

5.9 - Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor dos serviços registrada na tabela de preços Tempária do SINDIREPA/PR, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por serviços e o valor final individualizado para cada peça/acessórios.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos SERVIÇOS que compete ao presente contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos serviços por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro empresa para fazer a prestação dos serviços, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá;

6.12 - A entrega dos serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.13 – O prazo máximo para prestação dos serviços será de 10 (Dez) dias, após a ordem de serviço;

6.14 -. Os serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

6.15 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a qualidade, inclusive quanto às cores, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

6.16 - A CONTRATADA deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

6.17 – Para a presente licitação será levado em conta à hora trabalhada para a execução dos serviços conforme Tabela Tempária do SINDIREPA/PR, conforme descriminação dos serviços executados conforme as marcas e modelos contidas na mesma.

6.18 - Para a presente licitação será utilizada a Tabela Tempária do SINDIREPA/PR tendo em vista que o SINDIREPA/MT não possuir Tabela Tempária para veículos de grande porte e máquinas pesadas.

6.19 - Os orçamentos, com a descriminação dos serviços e horas necessárias para realização dos serviços ficarão sujeitas a aprovação ou não do setor de compras do Município.

6.19.1 - Em caso de aprovação o procedimento dos serviços poderá ter prosseguimento normal.

6.20 - Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor dos serviços registrada na tabela de preços Tempária do SINDIREPA/PR, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por serviços e o valor final individualizado para cada peça/acessórios.

6.21 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.22 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e a apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE, ora apresentadas e confirmadas pela Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são ROMAN E ROMAN:

Banco Brasil Ag. Nº 3931-4 Conta corrente nº 14.546-7

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Serviço.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos nos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de prestação dos serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Serviço dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Código Geral: 02.020.0.1.04.122.0003.2003 – Manutenção e Atividades do Gabinete do Prefeito – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Código Geral: 06.060.0.1.20.606.0011.2011 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Agricultura – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Código Geral: 07.070.0.2.12.361.0013.2014 – Manutenção do Transporte Escolar – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 – Man. E Enc. Na USFs e P. de Saúdes Rurais – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0022.2042 – Man. E Enc. Da Secretária de Saúde – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 – Man. E Encargos do Hospital Municipal – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Código Geral: **08.080.0.2.10.305.0016.2029 – Manutenção do Programa Vigilância em Saúde – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica**

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Obras – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 037/2016** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

17 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 19 de Maio de 2016.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

ROMAN & ROMAN LTDA – ME

CPNJ 09.169.486/0001-60

SÓCIO PAULO CESAR ROMAN

CPF 900.319.891.87

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 951, DE 24 DE MAIO DE 2016.

"AUTORIZA INCLUSÃO DE META NO PPA 2014-2017, NA LDO 2016 E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA-2016 PARA O PROGRAMA DE Geração de Trabalho e Renda, e a ATIVIDADE de* Manutenção do Programa de Geração de Renda *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei.

Art. 1° - Fica autorizada a inclusão de Meta no PPA 2014/2017, Lei nº. 857 de 20 de setembro de 2013, revisada pela Lei nº 893 de 13 de novembro de 2014, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 – Lei nº. 924, de 12 de Agosto de 2015, e na Lei Orçamentária Anual para 2016 – Lei nº. 934 de 09 de Dezembro de 2015, na Secretaria de Saúde, com a seguinte denominação:

Ação	Produto	Un. Física	Tipo	Ano 2016
Manutenção do Programa de Geração de Renda	Prog. Realizado	Un	Atividade	R$ 100.000,00

Art. 2º - Fica também o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), nos termos do Artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº. 4.320/64, com a seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.002 – Fundo Municipal de Ação Social

09.002.08 – Assistência Social

09.002.08.244 – Assistência Comunitária

09.002.08.243.**0050 – Geração de Trabalho e Renda**

09.002.08.243.0050.**2083 – Manutenção do Programa de Geração de Renda - R$ 0,00**

337041.00.00 - Contribuições .....: R$ 100.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.00.00.00.00 = Recursos Ordinários Próprios

Art. 3º - Para atender as despesas de que trata o artigo anterior fica autorizado a redução, nos termos do Art 43, § 1º, III da Lei 4320/64, no valor de até R$ 100.000,00 (Cem Mil, Reais) às seguintes dotação orçamentária:

02 – GABINTE DO PREFEITO

02.001 – Gabinete do Prefeito

02.001.04 – Administração

02.001.04.122 – Administração Geral

02.001.04.122.0003 – Gestão de Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.001.04.122.0003.1005 **– Ampliação do Paço Municipal com Estacionamento, Garagem e Almoxarifado R$ 100.000,00**

449051.00.00 – Obras e Instalações.....: R$ 100.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.00.00.00.00 = Recursos Ordinários Próprios

Art. 4º - A autorização de que trata o art. 1º da referida lei, tem como objetivo o aumento da qualidade de vida das famílias de crianças e adolescentes que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e de trabalho infantil.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e quatro dias do mês de Maio de 2016.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 952, DE 24 DE MAIO DE 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR REPASSE FINANCEIRO E FIRMAR CONVÊNIO COM O SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro e firmar convênio com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, inscrito no CNPJ sob nº 03.819.150/0001-10, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 4193, bairro Bosque da Saúde, na cidade de Cuiabá/MT, com o objetivo de realizar cursos de formação profissional no município de Matupá.

Art. 2º A importância repassada pelo Município de Matupá ao SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à execução dos cursos profissionalizantes.

Art. 3º O SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial prestará contas da efetiva aplicação do recurso à Administração Municipal, conforme especificação no instrumento de convênio.

Art. 4º A despesa de que trata esta Lei, será suportada pela dotação orçamentária constantes na legislação orçamentária do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 211 DE 19 DE MAIO DE 2016.

ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA, CONSITUIDO PELA PORTARIA Nº 480/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, em atendimento à solicitação da Secretaria de Assistência Social, conforme indicação efetuada pelas entidades, descritas no protocolo nº 4278/2016, resolve baixar a seguinte,

P O R T A R I A

Artigo 1º- Fica alterada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, nomeado pela Portaria nº 480/2014, por substituição de membros titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil, conforme indicação das entidades abaixo:

APROMÚSICA

Titular: Cleonilda Rodrigues Garcia

Endereço: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

CPF: 459.619.721-00 RG: 736.325 SSP/MT

Suplente: João Batista Pereira de Melo

Endereço: Rua Valdemar de Oliveira 326 - Centro - Mirassol D'Oeste-MT

CPF: 816.243.521-20 RG: 11261889 SSP/MT

CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II

Titular: Rita de Cássia da Silva

Endereço: Rua João Paulo II, nº 1371 - Bairro Cidade Tamandaré Mirassol D'Oeste MT

CPF: 047.897.526-07 RG: 12135030 SSP/MG

Suplente: Cristiane dos Santos Leite

Endereço: Rua Rua João Paulo II, nº 1371, Bairro Cidade Tamandaré Mirassol D'Oeste-MT

CPF: 021.900.381-33 RG: 20078761 SSP/MT

Artigo 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, passa a vigorar na sua totalidade, com mandato definido na Portaria nº 480/2014, com a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DE FAZENDA

Titular: Haroldo Gustavo Greve – Data de Nasc. 02/10/1984

Endereço: Rua Francisco Botelho Neto, 154 – Centro – Mirassol D'Oeste MT.

CPF: 726.189491-53 RG: 13636553 SSP/MT

Suplente: Claudio Duarte Nunes – Data de Nasc. 16/01/1973

Endereço: Rua Antonio Tavares, 3527 Centro – Mirassol D'Oeste-MT

CPF: 487.767.421-72 RG: 755761 SSP/MT

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular: Eva Alves do Nascimento

Endereço: Rua Leonório Lourenção, 1056 Centro Mirassol D'Oeste MT

CPF: 593.966.281-15 RG: 953140 SSP/MT

Suplente: Lucidalva da Silva

Rua Antonio Martins da Costa, Bairro Centro - Mirassol D'Oeste MT

CPF: 355.742.245-34 RG: 2844862 SSP/MT

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA

Titular: Sueli Cristina Teixeira

Endereço: Rua Mariano Rodrigues Paiva, 3093 – Centro – Mirassol D'Oeste MT.

CPF: 070.542.778-13 RG: 09052456 SSP/MT

Suplente: Fábio Ângelo Hordonho Leite Silveira

Endereço: Rua Paulinia Moreira de Matos, 817 Jd. Aparecida – Mirassol D'Oeste-MT

CPF: 009.621.451.14 RG: 1691409-0 SSP/MT

Titular: Juraci Cerqueira Colombo

End.: Rua 28 de Outubro, 3093 centro – Mirassol D'Oeste MT

CPF: 580.719.031-91 RG: 09052456 SSP/MT

Suplente: Eliane Barbosa Alves

End.: Rua Luiz Bordone, 3801, Bairro Jardim das Flores III, Mirassol D'Oeste MT

CPF: 795.589.501-06 RG: 104464255 SSP/MT

SECRETARIA DE SAÚDE

Titular: Vilma Manzoni Sanches

Endereço: Rua Francisco Assis Diniz, 4201, Jardim Europa, Mirassol D'Oeste MT

CPF: 905.151.458-15 RG: 10.991.291 SSP/SP

Suplente: Carlos Roberto Greve Junior

Rua Mariano Rodrigues Paiva 3256 , Bairro Centro - Mirassol D'Oeste MT

CPF: 011.011.521-09 RG: 1642470.0 SSP/MT

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

IGREJA EVANGÉLICA

Titular: Pr. Rogério Alves Prado

Endereço: Rua Pedro Mazali, s/nº - Bairro Jardim das Oliveiras Mirassol D'Oeste MT

CPF: 622.050.991-91 RG: 2819728-3 SSP/MT

IGREJA CATÓLICA

Suplente: Abadia de Freitas Sippel Data de Nasc. 15/08/1946

Endereço: Rua Miguel Botelho de Carvalho, 3771 Bairro Centro

CPF: 207.555.381-53 RG: 482490 SSP/MT

APAE-MIR

Titular: Lucimeire de Souza Silva

Endereço: Rua Ermínia Tamandaré, 21 Bairro Santa Luzia Mirassol D'Oeste MT

CPF: 106.106.121-40 RG; 16882687 SSP/MT

Suplente: Vanderlei Sebastião Batista Carneiro

Endereço: Rua Madalena Marques, 644 Bairro Parque Morumbi Mirassol D'Oeste MT

CPF: 556.365.009-04 RG: 4056477-2 SSP/PR

APROMÚSICA

Titular: Cleonilda Rodrigues Garcia

Endereço: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

CPF: 459.619.721-00 RG: 736.325 SSP/MT

Suplente: João Batista Pereira de Melo

Endereço: Rua Valdemar de Oliveira 326 - Centro - Mirassol D'Oeste-MT

CPF: 816.243.521-20 RG: 11261889 SSP/MT

ALLAN KARDEC

Titular: Fátima Borghi Martins

Endereço: Rua Bento Alexandre dos Santos, nº 165 - Bairro Centro Mirassol D'Oeste MT

CPF: 018.675.838-36 RG: 9484.240-1 SSP/SP

Suplente: Marribe S. Cardena

Endereço: Rodovia Transefônica, – Mirassol D'Oeste-MT

CPF: 700.243.161-72 RG: 12236500 SSP/MT

CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II

Titular: Rita de Cássia da Silva

Endereço: Rua João Paulo II, nº 1371 - Bairro Cidade Tamandaré Mirassol D'Oeste MT

CPF: 047.897.526-07 RG: 12135030 SSP/MG

Suplente: Cristiane dos Santos Leite

Endereço: Rua Rua João Paulo II, nº 1371, Bairro Cidade Tamandaré Mirassol D'Oeste-MT

CPF: 021.900.381-33 RG: 20078761 SSP/MT

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de maio de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 072/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***MIGUEL RAMOS*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR**, no Centro de Educação Infantil "Francisco Cruz", em substituição a servidora Gislaine Garcia Mariano, que encontra-se afastada para tratamento médico, conforme atestado, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 19/04/2016 a 19/06/2016. Valor Global R$ 3.532,02 Carga horária: 25 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 073/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***GEYSE MARCELA CHIUCHI*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR**, na Escola Inedi Fontes Castilho Queiroz, conforme atribuição de aula realizada pela secretaria, com lotada na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 18/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 22.512,49. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 074/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***MÁRCIO CRISTOVÃO DE SOUZA BISPO*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/ NORMAL SUPERIOR**, no Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho", conforme atribuição de aula realizada pela secretaria, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 20/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 22.327,20. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 075/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***ODETE DOBELIN MOUCO*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPE-**

RIOR, no Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho", conforme atribuição de aula realizada pela secretaria, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 20/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 22.512,49. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 079/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***MONICA PINHEIRO BELÉM*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **MONITORA DE CRECHE**, na Escola Inedi Fontes Castilho Queiroz para a atender a menor Alana Aquino de Paula, portadora de Síndrome de Down, conforme determinação judicial, com lotação na Secretaria de Educação Cultura. Período de: 28/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 6.834,66. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 28/04/2016.

CONTRATO Nº 080/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***THATIANE GOMES PETRELI*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR-SONHO AZUL**, no Centro de Educação Infantil "Pequeno Polegar", conforme atribuição de aula realizada pela secretaria, com lotada na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 06/05/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 13.027,95. Carga horária: 25 horas semanal. Data de assinatura: 06/05/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 069/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***JOSIMAR DE AQUINO*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE LINGUAGEM**, no Centro Educacional "Vereador Edson Athier Almeida Tamandaré", conforme atribuição de aula realizada pela secretaria, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 18/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 22.512,49 Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 070/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***NEUZA LEANDRO SILVA SANCHES*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR-ZUMBI DOS PALMARES**, na Escola Zumbi dos Palmares, conforme atribuição de aula realizada pela secretaria, com lotada na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 18/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 14.070,18 Carga horária: 25 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 071/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***ODETE ROSA PAES*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR-SONHO AZUL**, no Centro de Educação Infantil "Pequeno Polegar", conforme atribuição de aula realizada pela secretaria, com lotada na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 18/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 14.070,18 Carga horária: 25 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 066/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***CRISTIANE FEITOSA DA SILVA*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **MONITORA DE CRECHE-SONHO AZUL**, no Centro de Educação Infantil "Pequeno Polegar", com lotação na Secretaria de Educação Cultura. Período de: 18/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ R$ 7.127,99. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 067/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **MONITORA DE CRECHE-SONHO AZUL**, no Centro de Educação Infantil "Pequeno Polegar", com lotação na Secretaria de Educação Cultura. Período de: 18/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 7.127,99 Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 068/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***ROSINÉIA CARDOSO LOMPIAS*** **. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **MONITORA DE CRECHE-SONHO AZUL**, no Centro de Educação Infantil "Pequeno Polegar", com lotação na Secretaria de Educação Cultura. Período de: 18/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ R$ 7.127,99. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 18/04/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 076/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***JANETE PIRES SANTANA DOS SANTOS*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR**, no Centro de Educação Infantil "Francisco Cruz" em substituição a professora Inês Aparecida Gonçalves, que encontra-se afastada para acompanhamento a pessoa da família, conforme portaria nº 181/2016, com lotada na Secretaria de Educação e Cultura. Período de: 18/04/2016 a 11/06/2016. Valor Global R$ 5.002,77. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 18/04/2016.

CONTRATO Nº 077/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***DANIELI DE OLIVEIRA PEREIRA*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, na Escola Comecinho de Vida, para acompanhar o aluno Erison K.C.Sias, portador de autismo em sala de aula. Período de: 27/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 9.804,52. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 27/04/2016.

CONTRATO Nº 078/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***ROSINÉIA ROSA DA SILVA*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **MERENDEIRA,** na Escola Zumbi dos Palmares para atender o Programa + Educação, com lotação na Secretaria de Educação Cultura. Período de: 28/04/2016 a 20/12/2016. Valor Global R$ 6.834,66. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 27/04/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL COMPLEMENTAR 006/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2016

EDITAL COMPLEMENTAR 006/2016

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 003/2016 do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, nos termos do Edital 003/2016, e visando atender o princípio da publicidade, RESOLVE:

I- Divulgar o resultado do Processo Seletivo Simplificado 003/2016, conforme anexo I e II;

II- Definir prazo de dois dias úteis, para apresentação de recursos na forma prevista no edital 003/2016 e alterações, contado da data de publicação deste Edital Complementar, devendo ser protocolado na Prefeitura Municipal no horário das 7h às 13horas, localizada na Avenida Tancredo Neves (Antigo Fórum);

O presente edital, bem como seus anexos, parte integrante deste edital, encontra-se à disposição dos interessados no mural da Prefeitura e no site www.mirassoldoeste.mt.gov.br Mirassol D'Oeste, 24 de maio de 2016.

ALCILENA CASTILHO QUEIROZ BOTELHO

Presidente da Comissão

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 210/2016

PORTARIA N.º 210 DE 19 DE MAIO DE 2016

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA OS TERMOS DE PARCERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições;

Considerando o disposto na alínea "f" do Inciso II da Clausula Terceira do Termo de Parceria 0018/2016 e o disposto no art. 11, § 1º, da Lei nº 9.790 e art. 20 do Decreto 3.100 de 1999;

Considerando a necessidade de nomeação de Comissão por parte do Poder Executivo com o intuito de avaliar o disposto no Projeto em decorrência do Termo de Parceria realizado.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear Comissão de avaliação do termo de parceria formalizado que trata os dispositivos legais supracitados, que será composto pelos seguintes membros:

Representantes do Executivo

SILVIO JOSE PRATINHA

CPF Nº 593.952.811-20, RG Nº 957.645-SSP/MT

SIDNEI FRANCISCO DE MELO

CPF 450.001.409-82, RG Nº 3.409.013-0 SSP/PR

Representantes do Conselho Municipal de Saúde

FATIMA BORGHI MARTINS

CPF nº 018.675.838-36 e RG nº 9484240 SSP/SP

Representantes do OSCIP

DIOGO DUIM

CPF Nº 007.932.501-70, RG nº 15928080 SSP-MT

Artigo 2º - À Comissão compete a analise dos resultados atingidos com a execução do TERMO DE PARCERIA.

Parágrafo Único – A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Plano de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao **PARCEIRO PÚBLICO**, em até 60 (sessenta) dias após o término deste TERMO DE PARCERIA.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de maio de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA Nº007/2016 DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 23 dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, o **SAEMI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 07.745.657/0001-27 e com sede à Rua Ricardo Druzian Gallo, 161, Bairro:Mirassol II, nesta cidade, neste ato representado pelo Diretor , Sr Moacyr da Matta, e de outro lado a(s) empresa(s) DOSETRAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na RUA: DOMINGOS FREIRE Nº08, RIO DE JANEIRO – RJ, inscrita no CNPJ sob nº 06.227.039/0001-22, legalmente representada por Sr. ROZELITO GARÇON, brasileiro, inscrito no CPF sob o n° 924.341.507-72 e portador do RG n° 06922471-5 IFPRJ, em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016**, resolvem registrar os preços constantes na presente Ata, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O objeto da presente ata é o **registro de preços** para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos de dosagem de cloro gás.

Item	Descrição do produto	Marca	Quant.	Valor unit.	Valor Total
01	Abraçadeiras P/Cilindro	DOSETRAT	02	R$ 288,00	R$ 576,00
02	Chaves para Válvula	DOSETRAT	02	R$ 79,00	R$ 158,00
03	Clorador Modelo DTC 26KG/DIA	DOSETRAT	02	R$ 3.495,00	R$ 6.990,00
04	Detector de Cloro. 01 Sensor	DOSETRAT	01	R$ 4.896,00	R$ 4.896,00
05	Flex. De Cobre Med. 7/16 X 1,20 MT	DOSETRAT	02	R$ 278,00	R$ 556,00
06	Kit Emerg. Tipo A	PARVA	01	R$ 4.899,00	R$ 4.899,00
07	Manifold Aço Carb. SCH 80 1 04 P.Simples	DOSETRAT	01	R$ 6.699,00	R$ 6.699,00
08	Cartucho MAS Tipo Queixo GMB-05- 297429	REPIL	01	R$ 96,00	R$ 96,00
09	Mascara tipo queixo	REPIL	01	R$ 930,00	R$ 930,00
Valor Global: R$ 25.800,00 (Vinte e cinco mil e oitocentos reais)					

1.2 – A empresa deverá fornecer a(s) quantidade solicitada(s) pelo SAEMI, não podendo, portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será efetuado à vista, 10 (dez) dias úteis, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo SAEMI.

2.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar à Divisão de Empenhos e Acompanhamento de Contratos Do SAEMI, localizada na Rua: Ricardo Druzian Galo nº 161 , Mirassol II, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do SAEMI de MIRASSOL D'OESTE-MT e conter o número do correspondente empenho.

2.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a empresa deverá apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

2.3.1 – Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo órgão competente;

2.3.2 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

2.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

2.4 - Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do contratante, desde que entregue o(s) produto(s), incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

3 – DOS EMPENHOS

3.1 - O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

3.2 - A emissão do(s) empenho(s) será(ão) autorizada(s) pelo titular da pasta à qual pertencer a unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

3.3 - Na nota de empenho irá constar, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto do serviço, o(s) valor(es), local(ais) de realização (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo de execução.

4 – DO CONTROLE, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – O SAEMI realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

4.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.4 - Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao SAEMI convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

4.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.5.2 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

4.7.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.7.2 - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

4.7.4 - tiver presentes razões de interesse público.

4.8 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

4.9 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

4.10 – Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65,II “d”, da Lei 8.666/93 e alterações.

4.10.1 - Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11 – O beneficiário do registro poderá solicitar a **atualização dos preços vigentes**, através de solicitação formal ao SAEMI, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pelo SAEMI.

4.12 – O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

4.13 – Não haverá reajuste de preços durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

5 - DOS PRAZOS

5.1 - O prazo de fornecimento será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da ata de registro de preços.

5.1.1 - Caso a homologação do procedimento licitatório ocorra após a data acima determinada, o prazo de 12 (doze) meses iniciar-se-á a partir da referida homologação.

5.2 - O prazo de entrega do(s) produto(s) não poderá ser superior a 07 (sete) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de compra (nota de emprenho).

5.3 – O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

5.4 – O prazo de garantia dos produtos não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, contados a partir da entrega.

6 – DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 – O(s) produto(s), após o envio da(s) nota(s) de empenho pelo SAEMI, deverá(ão) ser entregue(s) no **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE**, localizada na **RUA:RICARDO DRUZIAN GALO N° 161** ou outro local a ser definido pelo SAEMI, com todas as despesas com frete, descarregamento e instalação por conta da(s) empresa(s);

6.2 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, após verificação da qualidade, características e quantidades das mercadorias e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento provisório.

7 - DAS UNIDADES REQUISITANTES

7.1 – As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), constante(s) no Orçamento Programa para 2016:

Destinação Dotação Orçamentária

DESPESA	**33.90.30**	**MATERIAL DE CONSUMO Saldo da Dotação Orçamentária para o ano de 2016**

7.2 - Poderão fazer uso da(s) Ata(s) de Registro de Preços, todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do SAEMI de Mirassol d'Oeste -MT, e as entidades assistidas ou conveniadas com o SAEMI.

7.3 - Os órgãos e/ou as entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador SAEMI, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 - No caso de existência de reserva técnica no procedimento licitatório, os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços estarão autorizados a fazer uso do mesmo.

7.5 - Não havendo reserva técnica ou quando a mesma for totalmente utilizada, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos e/ou entidades que não participarem do Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

7.5.1 - Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 – Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO SAEMI

9.1 – O SAEMI se obriga a efetuar o pagamento, de acordo com o disposto nas cláusulas primeira e segunda da presente ata.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

10.1 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o SAEMI de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

10.2 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

10.3 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

10.4 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao SAEMI, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

10.5 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo SAEMI, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

10.6 - No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, instalação, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.

10.7 -O fornecimento será realizado conforme solicitação do SAEMI (mediante empenho prévio) e de acordo com a sua necessidade.

10.8 – A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total registrado.

11 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o processo administrativo 003/2016, Pregão n° 005/2016.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), O SAEMI poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002..

12.2 - As penalidades serão:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Mirassol d' Oeste ou do SAEMI, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.3 - Essas penalidades serão aplicadas a critério do SAEMI, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

12.4 - Serão aplicadas as penalidades:

12.4.1 – quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;

12.4.2 – sempre que verificadas pequenas irregularidades;

12.4.3 - quando houver atraso injustificado na entrega do(s) material(ais) solicitado(s) e/ou execução do(s) serviço(s) por culpa da empresa;

12.4.4 – quando não corrigir deficiência apresentada no(s) material(ais) entregue(s) e/ou no(s) serviço(s) executado(s);

12.4.5 - quando houver descumprimento das cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

12.5 – Para o caso previsto no subitem 12.4.1 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.6 - A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 12.4.2). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do SAEMI.

12.7 - A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado, para o caso previsto no item 12.4.3, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.8 – Para os casos previstos no subitem 12.4.4 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.9 – Para os casos previstos no subitem 12.4.5 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.10 – A multa prevista nos itens anteriores não impede que o SAEMI rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.

12.11 – A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SAEMI ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.12 - A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pela Prefeita Municipal.

12.13 – As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

12.14 – Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

12.14.1 – Pela Administração, quando:

a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

12.14.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.15 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.16 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do SAEMI, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

12.17 – A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado (prevista no subitem 12.14.2) somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

13.2 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.3 – A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada à publicação dos seus extratos e começará a vigorar a partir das respectivas assinaturas.

13.4 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8666/93 e alterações em vigor.

13.5 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de MIRASSOL D' OESTE - MT, com renúncia de quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem as partes justas e acertadas assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mirassol D'Oeste- MT, 23 de maio de 2016.

MOACYR DA MATTA

DIRETOR DO SAEMI

DOSETRAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ sob nº 06.227.039/0001-22

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
CORREÇÃO DO DECRETO N.º 034/2016

DECRETO Nº 034/2016

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NIVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUZ DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. Conforme parecer da Comissão Especial Instituída para análise de Promoção de Servidores Efetivos Municipais instituída pela Portaria nº. 027/2016, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.

SERVIDOR	NIVEL ATUAL	PROGRESSÃO
ADÃO IVO DE ALMEIDA CARVALHO	C/5	C/6
DULCELINA MARIA DE ALMEIDA	C/1	C/2
ROSELI FERREIRA LEMES GRABOWSKI	C/1	C/2

Art. 2º Esta Portaria entrara em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 20 de Maio de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cuja abertura ocorrerá as 08:00 h do dia 14/06/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres – MT, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/ nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM REFEITORIO E UMA FARMACIA NA ALDEIA INDIGENA NO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres – MT, das 07:00 às 13:00hs, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

NOBRES, 24 DE Maio de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal De Nobres

LUCIENE MARIA NONATO

Presidente Da CPL

LICITAÇÃO
PRORROGAÇAO

Prorrogação de Abertura

PREGAO PRESENCIAL SRP N° 23/2016

O Município de Nobres - MT, através de sua Pregoeira Nadir da Silva, torna público, aos interessados a prorrogação a data de abertura do Pregão Presencial SRP n° 23/2016, cujo objeto visa AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, PANIFICADORA E ITENS EM GERAL PARA AS ESCOLAS E CRECHE MUNICIPAIS, NO MUNICÍPIO DE NOBRES, para o dia 09/06/2016 as 08:00hs, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres - MT. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

Nadir da Silva

Pregoeira

Portaria 049/2016

ADMINISTRAÇÃO
CORREÇÃO DO DECRETO N.º 033/2016

DECRETO Nº 033/2016

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei Municipal nº. 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUZ DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituída pela Portaria nº. 027/2016, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo:

SERVIDOR	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
ADELZIRA DA SILVA	A/1	B/1
ADENIL MENDES DA SILVA	A/1	B/1
ADOACIL PULQUERIO DA SILVA	A/1	B/1
ADRIANA DELGADO DE OLIVEIRA	A/1	B/1
ALESSANDRO DA SILVA COSTA	A/1	B/1
ALVANIA MARIA DA CUNHA	A/1	B/1
CELIO FERNANDO SILVA DE SOUZA	A/1	B/1

DAIANY DE ANDRADE OLIVEIRA	A/1	B/1
DELCELIA MARQUES A.P. MACEDO	A/1	B/1
DHENER HERBART RIBEIRO	A/1	B/1
DIRCE TOMASIA DA SILVA	A/1	B/1
EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON	A/1	B/1
EVA MARIA ALVES NUNES	A/1	B/1
EVA MARQUES DE OLIVEIRA	A/1	B/1
GILMAR DE ANDRADE DA SILVA	A/1	B/1
GILSON NOBERTO DA SILVA	A/1	B/1
GIRLI PROFETA ALVES	A/1	B/1
JADILSON SOARES DE ARRUDA	A/1	B/1
JAQUES SANTANA DA SILVA	A/1	B/1
JOANA D'ARC FERREIRA RAMOS	A/1	B/1
JOSE CARLOS DA SILVA	A/5	B/1
LAZARO ALVES DIAS	A/1	B/1
MARIA DE FATIMA DE JESUS TEIXEIRA DE CARVALHO	A/1	B/1
MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA	A/1	B/1
MARIA DE LOURDES SOUZA	A/1	B/1
MARILUCE OJEDA	A/1	B/1
MARINETE AQUINO DA SILVA	A/1	B/1
MICAEL MIQUEIAS CALISTO	A/1	B/1
MIGUEL BENEDITO DE BARROS	A/1	B/1
RITA PEREIRA DE OLIVEIRA	A/1	B/1
ROSENIL BENEDITA DE BARROS	A/1	B/1
ROSILENE APARECIDA DA SILVA	A/1	B/1
SEBASTIÃO JACILDO REI QUEROBINO	A/1	B/1
VALDINEIA APARECIDA OJEDA	A/1	B/1
VALDINETE CONCEIÇÃO BISPO DE ALMEIDA	A/1	B/1

Art. 2º Esta Portaria entrara em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 20 de Maio de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2016

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, a Comissão Para Realização do Processo Seletivo, designada pelo DECRETO MUNICIPAL nº.023/2016, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento a Lei Municipal nº. 1148/2009, e demais legislações aplicáveis à espécie, torna público **LOCAL, DATA DA PROVA TEÓRICA E LISTA DOS CANDIDATOS POR SALA.**

Este edital encontra-se afixado na integra, nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal de Vereadores no site www.nobres.mt.gov.br, e também o Extrato do Edital encontra-se publicado no Diário do Tribunal de Contas e AMM.

1 - LOCAL DA PROVA E HORÁRIO

1.1 Fica definido como único local para realização da prova objetiva o Prédio da ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA HONORATADA DE CAMPOS, situada a rua Niva Matos de Oliveira, s/nº. Bairro Jardim Santa Clara, **no dia 29 de Maio de 2016, considerando todas as inscrições, tanto para zona urbana como rural**.

1.2 As provas terão início as 08:00 horas com duração de 3 horas ininterruptas.

2- REALIZAÇÃO DAS PROVAS

2.1 O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo.

2.2O candidato deverá comparecer com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência no local da prova, com um documento que contenha foto, munido de caneta azul ou preta.

Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

2.3Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

2.4Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

2.5 A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

2.6Será sumariamente eliminado do Processo Seletivo, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas, e/ou permanecer durante a prova com bolsas, sacolas, celular, calculadoras e qualquer outro meio eletrônico;

3 - LISTA DE CANDIDATOS POR SALA

3.1 Sala 01

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Antonia Mendes Siqueira	1611772-7 SSP/MT	Bom Jardim
2	Célia Cristina da Silva	0899726-8 SSP/MT	Bom Jardim
3	David Neves da Silva	2116305-7 SSP/MT	Bom Jardim
4	Devair Souza Pedroso e Silva	1501559-9 SSP/MT	Bom Jardim
5	Edmara Aparecida de Souza Pedroso	2116301-4 SSP/MT	Bom Jardim
6	Francieli Ferreira Malaquias	42506813-4 SSP/SP	Bom Jardim
7	Josinete Mendes Rapis	1769285-7 SSP/MT	Bom Jardim
8	Maria do Bomdespacho de França	2090197-6 SSP/MT	Bom Jardim
9	Marines Janaina da Silva	1745805-6 SSP/MT	Bom Jardim
10	Renan Antonio Almeida Silva	2153779-8 SSP/MT	Bom Jardim
11	Sebastião Souza Pedroso	749886 SSP/MT	Bom Jardim
12	Suelen Mendes da Silva	2426464-4 SSP/MT	Bom Jardim
13	Anair Maria da Silva Oliveira	2113384-0 SSP/MT	Roda D'água
14	Beatriz Beker da Cruz Alves de Oliveira Vaz	2382343-7 SSP/MT	Roda D'água
15	Belisária da Cruz Miranda	1460257 SSP/MS	Roda D'água
16	Cleide Alves da Costa	2607805-8 SSP/MT	Roda D'água
17	Cleonice Silva Freire	6599901-0 SSP/PR	Roda D'água
18	Denilson Capato Moreira	6018670 PC/PA	Roda D'água
19	Edna Maria de Lima	1535024-0 SSP/MT	Roda D'água
20	Elinei Ferreira de Oliveira	2124965-2 SSP/MT	Roda D'água
21	Elisângela Marques de Araújo	1261075-5 SSP/MT	Roda D'água
22	Elizete Aparecida de Oliveira Silva	1473614-4 SSP/MT	Roda D'água
23	Estér Luiza Sabino Azevedo	2797548-7 SSP/MT	Roda D'água

3.2 Sala 02

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Janaina Sfalsin	4084225152 SJ/RS	Roda D'água
2	Janice de França Paulino de Arruda	1590625-6 SSP/MT	Roda D'água
3	Jeovaine Alves Camilo	2775593-2 SSP/MT	Roda D'água
4	Jonas Felipe de França de Andrade	23823283 SEJSP/MT	Roda D'água

5	Jussara Silva Carvalho	2607801-5 SSP/MT	Roda D'água
6	Lucinéia de Almeida Costa Ciscon Fonseca	2331649-7 SSP/MT	Roda D'água
7	Ludimila Pereira de França	2869339-6 SSP/MT	Roda D'água
8	Luiz Henrique Marques Vital da Silva	373007-8 SSP/MT	Roda D'água
9	Marcilene Alves da Silva	0584748-6 SSP/MT	Roda D'água
10	Maria de Fátima Gonçalves de Souza	1402532-9 SSP/MT	Roda D'água
11	Monyk Marques Vital da Silva	1678620-3 SSP/MT	Roda D'água
12	Neuza Coimbra Neves	1386395-9 SSP/MT	Roda D'água
13	Ozéias Rodrigues da Silva	1384582-9 SSP/MT	Roda D'água
14	Ozeleide Rodrigues dos Santos Lopes Garcia	1669917-3 SSP/MT	Roda D'água
15	Paulo da Silva Tavares	2090224-7 SSP/MT	Roda D'água
16	Raim Rei Almeida Silva	1159062-9 SJ/MT	Roda D'água
17	Ronaldo Souto e Silva	1663896-0 SSP/MT	Roda D'água
18	Rosana Francisca de Souza	1912636-0 SSP/MT	Roda D'água
19	Rosimeire Xavier de Moraes	1319611-1 SSP/MT	Roda D'água
20	Simone Moreira Dutra Nascimento	1008007-4 SJ/MT	Roda D'água
21	Solange Ferreira da Costa	1842533-0 SSP/MT	Roda D'água
22	Taiza Joana Santana dos Santos	2607787-6 SSP/MT	Roda D'água
23	Tatiane Vieira da Silva	2207202-0 SSP/MT	Roda D'água

3.3 Sala 03

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Ademar da Silva	575470 SSP/MT	Centro Preventivo
2	Alexandra Souza da Silva Maciel	1709314-7 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Aline Abigail Santos de Souza	2303137-9 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Ana Lucia de Oliveira	12300578 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Ângela Maria da Silva	1608762-3 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Antônio Real da Silva	404077 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Aparecida Alves Pereira	1983320-2 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Aparecida Pedrosa Soares Infantino	1523266-2 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Ariane Fernandes Federici	13418351 SE-JUSP/MT	Centro Preventivo
10	Bethanea Francisca de Lara	2559393-5 SSP/MT	Centro Preventivo
11	Catarina Aparecida da Silva	1627964-6 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Claudia Pagliarini	2189623-2 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Crecêncio Pinheiro de Souza	0342526-6 SSP/MT	Centro Preventivo
14	Daniele Antônia Pereira da Cruz	1984806-4 SSP/MT	Centro Preventivo
15	Diego Souza Camargo	2249018-3 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Diony Saulo Lemes e Silva	1537140-9 SSP/MT	Centro Preventivo
17	Doralice Maria da Silva	1651827-6 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Dulcinéia da Costa Souza	2242467-9 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Edena Cordeiro da Silva	1483918-0 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Edson dos Anjos Silva	14079240 SSP/MT	Centro Preventivo
21	Vilma Aparecida Ramos da Silva	2023854-1 SSP/MT	Roda D'água
22	Viviane Ciscon da Fonseca Souto e Silva	2200246-4 SSP/MT	Roda D'água
23	Wemerson Carlos de Albuquerque	1461213-5 SSP/MT	Roda D'água

3.4 Sala 04

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Eliane Mendes da Silva	1026382-9 SSP/MT	Centro Preventivo
2	Eimely Jamilly Campos Miranda	2814586-0 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Elienai Andrade Muniz Santana	1641236-2 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Elissandra Souza Santos	972546 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Elizabeth Matias da Silva	869214 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Elizia Garcia Coutinho	2313589-1 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Ellen Cristie Martins Sampaio	1640552-8 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Ellen Monique Leal da Silva	2590939-8 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Emivany dos Santos Silva	1784005-8 SSP/MT	Centro Preventivo
10	Erika Matheus Martins Cunico	7407322 SSP/SC	Centro Preventivo
11	Ester Oliveira de Jesus	2536673-4 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Eva da Cruz	1845167-5 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Fabiana de Almeida Silva	2165156-6 SSP/MT	Centro Preventivo
14	Fabíola Lucas Pereira	1186698 SSP/MS	Centro Preventivo
15	Fabrício França de Almeida	1913851-2 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Fernanda Nogueira de Souza	1698645-8 SSP/MT	Centro Preventivo
17	Gabriel Henrique Alves Nonato	2829211-1 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Geise Souza Camargo	1800979-4 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Isabella Souza Silva de Almeida	2145882-0 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Ivanir Lopes Camargo	1670002-3 SSP/MT	Centro Preventivo
21	Ivone Cristina da Silva	1083962-3 SJ/MT	Centro Preventivo
22	Jeferson Rodrigues Campos	2603109-0 SSP/MT	Centro Preventivo

3.5 Sala 05

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Joelma Santos Silva Lopes de Sá	6850379 PC/PA	Centro Preventivo
2	Laiane de Arruda Dias	2221242-6 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Leide Laura de Assunção	1611820-0 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Leidinéia Conceição Santana	2253006-1 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Levy Soares Carvalho	0600899-2 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Lidia Cândida Pereira de Arruda	1676056-5 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Lorena Marcanzoni Leite	749826 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Luiz Fernando Gomes de Oliveira	2575582-7 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Luiziane Cristina de Brito Silva Barros	1124507-7 SJ/MT	Centro Preventivo
10	Marcelo de Freitas Ferreira	1688038-2 SSP/MT	Centro Preventivo
11	Maria Aparecida de Arruda Silva	2169812-0 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Maria Conceição Ventura	634996 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Maria de Jesus Cardoso da Costa	866.308 SSP/TO	Centro Preventivo
14	Maria Regina de Campos	0772738-0 SSP/MT	Centro Preventivo
15	Maria Rosa Ferreira	0778540-2 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Marina de Souza	909147 SSP/MT	Centro Preventivo

17	Marta da Conceição Silva	1709388-0 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Monica Aparecida Soares	1556972-1 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Monier Brito Ribeiro	1494903-2 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Naurita Astrides dos Santos	0180425-1 SSP/MT	Centro Preventivo
21	Nayruane Mendes de Lima	2095197-3 SSP/MT	Centro Preventivo
22	Niuzalina de Souza	2332885-1 SSP/MT	Centro Preventivo

3.6 Sala 06

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Odenilza Maria Almeida de Freitas	CT 83584 MT	Centro Preventivo
2	Odinei de Queiroz	2019613-0 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Osvaldino do Bondespacho	0748651-0 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Paola Guia da Silva	22412620 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Patrícia Mara da Costa Souza	2242476-8 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Pedro Arantes Natalino	0664232-2 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Pedro Paulo da Silva Félix da Rocha	2473955-3 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Rafaela Pereira da Cruz	2497987-2 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Raul Ribeiro Lima Junior	1240005-0 SSP/MT	Centro Preventivo
10	Rodrigo Ferreira de Almeida	2095196-5 SSP/MT	Centro Preventivo
11	Samara Laiane Alves de Carvalho	2311557-2 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Sebastiana Neves da Silva	169861604 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Silmara de Almeida Arjona	2100692-0 SSP/MT	Centro Preventivo
14	Silvana Giseli Pereira Nobres	1669322-1 SSP/MT	Centro Preventivo
15	Silvana Rosália da Silva	2099996-8 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Sirlene Evangelista de Campos Brito	0950540-7 SSP/MT	Centro Preventivo
17	Tame Cardoso da Rocha	1638356-7 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Tayla Tais da Costa	2131349-0 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Telma Almeida dos Santos	2208131-3 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Thais Cristina Rodrigues	1640589-7 SSP/MT	Centro Preventivo
21	Thuany Ferreira de Araújo	2260633-5 SSP/MT	Centro Preventivo
22	Valderrama França Pereira da Silva	2209168-8 SSP/MT	Centro Preventivo

Nobres, 24 de maio de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMILA PEREIRA MACIEL

Representante da Secretária Municipal de Saúde

SIRLENE SANDRA GONÇALVES

Representante da Secretária Municipal de Saúde

EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON

Representante da Secretária Municipal de Saúde

SIDNALDO DA SILVA SOUZA

Representante da Secretária Municipal de Saúde

ERONIL ALVES DE CARVALHO

Representante da Secretária Municipal de Saúde

VANIA SALETE DE CAMPOS

Representante da Secretária Municipal de SaúdeTAL COMPLEMENTAR N.º 004/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, a Comissão Para Realização do Processo Seletivo, designada pelo DECRETO MUNICIPAL nº.023/2016, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento a Lei Municipal nº. 1148/2009, e demais legislações aplicáveis à espécie, torna público **LOCAL, DATA DA PROVA TEÓRICA E LISTA DOS CANDIDATOS POR SALA.**

Este edital encontra-se afixado na integra, nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal de Vereadores no site www.nobres.mt.gov.br, e também o Extrato do Edital encontra-se publicado no Diário do Tribunal de Contas e AMM.

1 - LOCAL DA PROVA E HORÁRIO

1.1 Fica definido como único local para realização da prova objetiva o Prédio da ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA HONORATADA DE CAMPOS, situada a rua Niva Matos de Oliveira, s/nº. Bairro Jardim Santa Clara, **no dia 29 de Maio de 2016, considerando todas as inscrições, tanto para zona urbana como rural**.

1.2 As provas terão início as 08:00 horas com duração de 3 horas ininterruptas.

2- REALIZAÇÃO DAS PROVAS

2.1 O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo.

2.2O candidato deverá comparecer com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência no local da prova, com um documento que contenha foto, munido de caneta azul ou preta.

Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

2.3Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

2.4Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

2.5 A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

2.6Será sumariamente eliminado do Processo Seletivo, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas, e/ou permanecer durante a prova com bolsas, sacolas, celular, calculadoras e qualquer outro meio eletrônico;

3 - LISTA DE CANDIDATOS POR SALA

3.1 Sala 01

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Antonia Mendes Siqueira	1611772-7 SSP/MT	Bom Jardim
2	Célia Cristina da Silva	0899726-8 SSP/MT	Bom Jardim
3	David Neves da Silva	2116305-7 SSP/MT	Bom Jardim
4	Devair Souza Pedroso e Silva	1501559-9 SSP/MT	Bom Jardim
5	Edmara Aparecida de Souza Pedroso	2116301-4 SSP/MT	Bom Jardim
6	Francieli Ferreira Malaquias	42506813-4 SSP/SP	Bom Jardim
7	Josinete Mendes Rapis	1769285-7 SSP/MT	Bom Jardim
8	Maria do Bomdespacho de França	2090197-6 SSP/MT	Bom Jardim

9	Marines Janaina da Silva	1745805-6 SSP/MT	Bom Jardim
10	Renan Antonio Almeida Silva	2153779-8 SSP/MT	Bom Jardim
11	Sebastião Souza Pedroso	749886 SSP/MT	Bom Jardim
12	Suelen Mendes da Silva	2426464-4 SSP/MT	Bom Jardim
13	Anair Maria da Silva Oliveira	2113384-0 SSP/MT	Roda D'água
14	Beatriz Beker da Cruz Alves de Oliveira Vaz	2382343-7 SSP/MT	Roda D'água
15	Belisária da Cruz Miranda	1460257 SSP/MS	Roda D'água
16	Cleide Alves da Costa	2607805-8 SSP/MT	Roda D'água
17	Cleonice Silva Freire	6599901-0 SSP/PR	Roda D'água
18	Denilson Capato Moreira	6018670 PC/PA	Roda D'água
19	Edna Maria de Lima	1535024-0 SSP/MT	Roda D'água
20	Elinei Ferreira de Oliveira	2124965-2 SSP/MT	Roda D'água
21	Elisângela Marques de Araújo	1261075-5 SSP/MT	Roda D'água
22	Elizete Aparecida de Oliveira Silva	1473614-4 SSP/MT	Roda D'água
23	Estér Luiza Sabino Azevedo	2797548-7 SSP/MT	Roda D'água

3.2 Sala 02

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Janaina Sfalsin	4084225152 SJ/RS	Roda D'água
2	Janice de França Paulino de Arruda	1590625-6 SSP/MT	Roda D'água
3	Jeovaine Alves Camilo	2775593-2 SSP/MT	Roda D'água
4	Jonas Felipe de França de Andrade	23823283 SEJSP/MT	Roda D'água
5	Jussara Silva Carvalho	2607801-5 SSP/MT	Roda D'água
6	Lucinéia de Almeida Costa Ciscon Fonseca	2331649-7 SSP/MT	Roda D'água
7	Ludimila Pereira de França	2869339-6 SSP/MT	Roda D'água
8	Luiz Henrique Marques Vital da Silva	373007-8 SSP/MT	Roda D'água
9	Marcilene Alves da Silva	0584748-6 SSP/MT	Roda D'água
10	Maria de Fátima Gonçalves de Souza	1402532-9 SSP/MT	Roda D'água
11	Monyk Marques Vital da Silva	1678620-3 SSP/MT	Roda D'água
12	Neuza Coimbra Neves	1386395-9 SSP/MT	Roda D'água
13	Ozéias Rodrigues da Silva	1384582-9 SSP/MT	Roda D'água
14	Ozeleide Rodrigues dos Santos Lopes Garcia	1669917-3 SSP/MT	Roda D'água
15	Paulo da Silva Tavares	2090224-7 SSP/MT	Roda D'água
16	Raim Rei Almeida Silva	1159062-9 SJ/MT	Roda D'água
17	Ronaldo Souto e Silva	1663896-0 SSP/MT	Roda D'água
18	Rosana Francisca de Souza	1912636-0 SSP/MT	Roda D'água
19	Rosimeire Xavier de Moraes	1319611-1 SSP/MT	Roda D'água
20	Simone Moreira Dutra Nascimento	1008007-4 SJ/MT	Roda D'água
21	Solange Ferreira da Costa	1842533-0 SSP/MT	Roda D'água
22	Taiza Joana Santana dos Santos	2607787-6 SSP/MT	Roda D'água
23	Tatiane Vieira da Silva	2207202-0 SSP/MT	Roda D'água

3.3 Sala 03

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Ademar da Silva	575470 SSP/MT	Centro Preventivo
2	Alexandra Souza da Silva Maciel	1709314-7 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Aline Abigail Santos de Souza	2303137-9 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Ana Lucia de Oliveira	12300578 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Ângela Maria da Silva	1608762-3 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Antônio Real da Silva	404077 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Aparecida Alves Pereira	1983320-2 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Aparecida Pedrosa Soares Infantino	1523266-2 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Ariane Fernandes Federici	13418351 SE-JUSP/MT	Centro Preventivo
10	Bethanea Francisca de Lara	2559393-5 SSP/MT	Centro Preventivo
11	Catarina Aparecida da Silva	1627964-6 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Claudia Pagliarini	2189623-2 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Crecêncio Pinheiro de Souza	0342526-6 SSP/MT	Centro Preventivo
14	Daniele Antônia Pereira da Cruz	1984806-4 SSP/MT	Centro Preventivo
15	Diego Souza Camargo	2249018-3 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Diony Saulo Lemes e Silva	1537140-9 SSP/MT	Centro Preventivo
17	Doralice Maria da Silva	1651827-6 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Dulcinéia da Costa Souza	2242467-9 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Edena Cordeiro da Silva	1483918-0 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Edson dos Anjos Silva	14079240 SSP/MT	Centro Preventivo
21	Vilma Aparecida Ramos da Silva	2023854-1 SSP/MT	Roda D'água
22	Viviane Ciscon da Fonseca Souto e Silva	2200246-4 SSP/MT	Roda D'água
23	Wemerson Carlos de Albuquerque	1461213-5 SSP/MT	Roda D'água

3.4 Sala 04

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Eliane Mendes da Silva	1026382-9 SSP/MT	Centro Preventivo
2	Eimely Jamilly Campos Miranda	2814586-0 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Elienai Andrade Muniz Santana	1641236-2 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Elissandra Souza Santos	972546 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Elizabeth Matias da Silva	869214 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Elizia Garcia Coutinho	2313589-1 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Ellen Cristie Martins Sampaio	1640552-8 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Ellen Monique Leal da Silva	2590939-8 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Emivany dos Santos Silva	1784005-8 SSP/MT	Centro Preventivo
10	Erika Matheus Martins Cunico	7407322 SSP/SC	Centro Preventivo
11	Ester Oliveira de Jesus	2536673-4 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Eva da Cruz	1845167-5 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Fabiana de Almeida Silva	2165156-6 SSP/MT	Centro Preventivo
14	Fabíola Lucas Pereira	1186698 SSP/MS	Centro Preventivo
15	Fabrício França de Almeida	1913851-2 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Fernanda Nogueira de Souza	1698645-8 SSP/MT	Centro Preventivo
17	Gabriel Henrique Alves Nonato	2829211-1 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Geise Souza Camargo	1800979-4 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Isabella Souza Silva de Almeida	2145882-0 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Ivanir Lopes Camargo	1670002-3 SSP/MT	Centro Preventivo

21	Ivone Cristina da Silva	1083962-3 SJ/MT	Centro Preventivo
22	Jeferson Rodrigues Campos	2603109-0 SSP/MT	Centro Preventivo

3.5 Sala 05

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Joelma Santos Silva Lopes de Sá	6850379 PC/PA	Centro Preventivo
2	Laiane de Arruda Dias	2221242-6 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Leide Laura de Assunção	1611820-0 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Leidinéia Conceição Santana	2253006-1 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Levy Soares Carvalho	0600899-2 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Lidia Cândida Pereira de Arruda	1676056-5 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Lorena Marcanzoni Leite	749826 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Luiz Fernando Gomes de Oliveira	2575582-7 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Luiziane Cristina de Brito Silva Barros	1124507-7 SJ/MT	Centro Preventivo
10	Marcelo de Freitas Ferreira	1688038-2 SSP/MT	Centro Preventivo
11	Maria Aparecida de Arruda Silva	2169812-0 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Maria Conceição Ventura	634996 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Maria de Jesus Cardoso da Costa	866.308 SSP/TO	Centro Preventivo
14	Maria Regina de Campos	0772738-0 SSP/MT	Centro Preventivo
15	Maria Rosa Ferreira	0778540-2 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Marina de Souza	909147 SSP/MT	Centro Preventivo
17	Marta da Conceição Silva	1709388-0 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Monica Aparecida Soares	1556972-1 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Monier Brito Ribeiro	1494903-2 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Naurita Astrides dos Santos	0180425-1 SSP/MT	Centro Preventivo
21	Nayruane Mendes de Lima	2095197-3 SSP/MT	Centro Preventivo
22	Niuzalina de Souza	2332885-1 SSP/MT	Centro Preventivo

3.6 Sala 06

Nº.	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL INSCRIÇÃO
1	Odenilza Maria Almeida de Freitas	CT 83584 MT	Centro Preventivo
2	Odinei de Queiroz	2019613-0 SSP/MT	Centro Preventivo
3	Osvaldino do Bondespacho	0748651-0 SSP/MT	Centro Preventivo
4	Paola Guia da Silva	22412620 SSP/MT	Centro Preventivo
5	Patrícia Mara da Costa Souza	2242476-8 SSP/MT	Centro Preventivo
6	Pedro Arantes Natalino	0664232-2 SSP/MT	Centro Preventivo
7	Pedro Paulo da Silva Félix da Rocha	2473955-3 SSP/MT	Centro Preventivo
8	Rafaela Pereira da Cruz	2497987-2 SSP/MT	Centro Preventivo
9	Raul Ribeiro Lima Junior	1240005-0 SSP/MT	Centro Preventivo
10	Rodrigo Ferreira de Almeida	2095196-5 SSP/MT	Centro Preventivo
11	Samara Laiane Alves de Carvalho	2311557-2 SSP/MT	Centro Preventivo
12	Sebastiana Neves da Silva	169861604 SSP/MT	Centro Preventivo
13	Silmara de Almeida Arjona	2100692-0 SSP/MT	Centro Preventivo
14	Silvana Giseli Pereira Nobres	1669322-1 SSP/MT	Centro Preventivo
15	Silvana Rosália da Silva	2099996-8 SSP/MT	Centro Preventivo
16	Sirlene Evangelista de Campos Brito	0950540-7 SSP/MT	Centro Preventivo
17	Tame Cardoso da Rocha	1638356-7 SSP/MT	Centro Preventivo
18	Tayla Tais da Costa	2131349-0 SSP/MT	Centro Preventivo
19	Telma Almeida dos Santos	2208131-3 SSP/MT	Centro Preventivo
20	Thais Cristina Rodrigues	1640589-7 SSP/MT	Centro Preventivo
21	Thuany Ferreira de Araújo	2260633-5 SSP/MT	Centro Preventivo
22	Valderrama França Pereira da Silva	2209168-8 SSP/MT	Centro Preventivo

Nobres, 24 de maio de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMILA PEREIRA MACIEL

Representante da Secretária Municipal de Saúde

SIRLENE SANDRA GONÇALVES

Representante da Secretária Municipal de Saúde

EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON

Representante da Secretária Municipal de Saúde

SIDNALDO DA SILVA SOUZA

Representante da Secretária Municipal de Saúde

ERONIL ALVES DE CARVALHO

Representante da Secretária Municipal de Saúde

VANIA SALETE DE CAMPOS

Representante da Secretária Municipal de Saúde

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 003/2016.

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 003/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, a Comissão Para Realização do Processo Seletivo, designada pelo DECRETO MUNICIPAL nº.023/2016, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento a Lei Municipal nº. 1148/2009, e demais legislações aplicáveis à espécie, torna público **RELAÇÃO DOS CONVOCADOS PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PROVA E RETIFICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE CANDIDATO.**

1 - Relação de servidores Convocados a compor a Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo 001/2016, conforme portaria 086/2016.

ADRIELLE SAMIRA SANTIAGO

CACILENE ALVES DE SOUZA

CRISLAINE DA COSTA QUEIROZ

FERNANDO DE MORAES SILVA

GILBERTO RABELLO JÚNIOR

JULIANE ANA DOS SANTOS

MARIA DO CARMO DIAS DE ARRUDA

MIRALDA INÊS DE CAMPOS

MÔNICA MIRANDA

NIZETH INÊS DE ALMEIDA

OSVALDO DE FREITAS QUEIROZ NETO

2 - Retificação de inscrição de candidato

2.1 Fica retificado o local de inscrição do candidato JEOVAINE ALVES CAMILO, onde se lê Centro Preventivo de Saúde passa ser Roda D'água, justificando a retificação como erro de digitação.

CANDIDATO	DOCUMENTO	LOCAL DA INSCRIÇÃO
Jeovaine Alves Camilo	2775593-2 SSP/MT	Roda D'água

Nobres, 24 de maio de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMILA PEREIRA MACIEL

Representante da Secretária Municipal de Saúde

SIRLENE SANDRA GONÇALVES

Representante da Secretária Municipal de Saúde

EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON

Representante da Secretária Municipal de Saúde

SIDNALDO DA SILVA SOUZA

Representante da Secretária Municipal de Saúde

ERONIL ALVES DE CARVALHO

Representante da Secretária Municipal de Saúde

VANIA SALETE DE CAMPOS

Representante da Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO V - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º. QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2016

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V — R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0100000000 - Recursos Ordinários	53,20	0,00	53,20
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	53,20		53,20
TOTAL (III) = (I + II)	**53,20**		**53,20**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			

MARIANO GOMES MIRANDA
PRESIDENTE

VAGNIR BARBOSA BATISTA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
CRC MT- 012604/0-8

SOFTWARES PARA AREA PUBLICA FONE 3545

Emissão: 24/05/2016 12:42:13

Page 1 de 1
Homologado

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO V - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º. QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2016

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V — R$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	53,20	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	53,20	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	53,20	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	RP não Processados de Exercícios Anteriores	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Débitos de Tesouraria	0,00
Créditos Intragovernamentais	0,00	Contas Pendentes	0,00
Devedores Diversos	0,00		
Aplicações Financeiras Médio e Longo Prazo	0,00		
Depósitos Judiciais	0,00		
Créditos Intergovernamentais	0,00		
Contas Pendentes	0,00		
SUBTOTAL	53,20	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	53,20
TOTAL	53,20	TOTAL	53,20
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			**53,20**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
	-	RP não Processados de Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Encargos Sociais a Recolher	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
	-	Precatórios a Pagar	0,00
	-	Débitos Diversos a Pagar	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VII)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			**0,00**

Emissão: 24/05/2016 12:41:33 — Page 1 de 1

Homologado

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO VII - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º. QUADRIMESTRE

MUNICIPIO DE NORTELANDIA - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE O 1 QUADRIMESTRE DE 2016

LRF, art. 48 - ANEXO VII — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	155.576,30	630,00 %
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00%		0,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,00%		0,00 %
DIVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-53,20	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		53,20

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

MARIANO GOMES MIRANDA
PRESIDENTE

VAGNIR BARBOSA BATISTA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
CRC MT- 012604/0-8

Emissão: 24/05/2016 12:43:04 — Page 1 de 1

Homologado

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

A Comissão Permanente de Licitação-CPL da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, RETIFICAR O TEXTO DO AVISO DE LICITAÇÃO da TOMADA DE PREÇO 002/2016.

ONDE LE-SÊ: Data de abertura: 08 de julho de 2016.

LEIA-SE: Data de abertura: 09 de junho de 2016.

Nortelândia-MT, 24 de maio de 2016.

Juliana Euzeia de Souza

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO III - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º. QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Abril de 2016

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Nota: * Indui garantias concedidas por meio de fundos.

MARIANO GOMES MIRANDA
PRESIDENTE

VAGNIR BARBOSA BATISTA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
CRC MT- 012604/0-8

Emissão: 24/05/2016 12:35:55 Page 1 de 1

Homologado

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO IV - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º. QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Primeiro Quadrimestre - Janeiro à Abril de 2016

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

MARIANO GOMES MIRANDA	1. SECRETARIO	GILSON PORTELA OLIVEIRA
PRESIDENTE	1. SECRETARIO	CRC MT- 012604/0-8

Emissão: 24/05/2016 12:37:38 AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA FONE 3545-4100 Page 1
Homologado

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO I - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º. QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2016 a Abril/2016

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.576,30	
Pessoal Ativo	155.576,30	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	155.576,30	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		155.576,30

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	57.630,00
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00 %	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 0,00 %	

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

MARIANO GOMES MIRANDA
PRESIDENTE

VAGNIR BARBOSA BATISTA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
CRC MT- 012604/0-8

Emissão: 24/05/2016 12:22:35 CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA Page 1 de 1

Homologado

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO II - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º. QUADRIMESTRE

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
CNPJ: 15061773000155
AV NICOLAU GOMES DE SOUZA - 0001349 - CENTRO
Telefone 06533461611
secretariageral@camaranortelandia.com.br

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2016 à 04/2016

LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	53,20	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	53,20	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-53,20	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

MARIANO GOMES MIRANDA
PRESIDENTE

VAGNIR BARBOSA BATISTA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
CRC MT- 012604/0-8

Emissão: 24/05/2016 12:35:12 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - C

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - C

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, **DIVULGA** o gabarito das provas escritas objetivas aplicadas no dia 22 de maio de 2016, referente ao Concurso Público, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2016, conforme abaixo discriminado:

QUESTÕES	ADVOGADO MUNICIPAL	ASSISTENTE DE SAÚDE	FARMACÊUTICO - BIOQUÍMICO	CONTADOR
1.	A	A	D	A
2.	C	A	E	C
3.	D	D	A	D
4.	C	C	D	C
5.	A	E	C	A
6.	E	E	E	E
7.	B	A	A	B
8.	E	B	B	E
9.	C	A	C	C
10.	A	A	A	A
11.	E	E	E	E
12.	C	C	C	C
13.	B	B	B	B
14.	E	E	E	E
15.	D	D	D	D
16.	C	C	C	C
17.	B	B	B	B
18.	E	E	E	E
19.	A	A	A	A
20.	A	A	A	A
21.	D	A	A	A
22.	C	B	D	C
23.	A	E	A	C
24.	A	C	E	A
25.	B	A	D	E
26.	C	D	A	E
27.	C	A	E	A
28.	D	C	C	C
29.	C	A	B	D
30.	E	B	C	B
31.	B	C	A	D
32.	C	D	A	B
33.	C	E	B	D
34.	E	B	E	E
35.	D	B	D	E
36.	C	E	A	C
37.	D	B	D	A
38.	B	E	D	B
39.	E	C	C	D
40.	E	D	C	E
41.	D			B
42.	B			C
43.	E			B
44.	C			C
45.	A			C
46.	B			B
47.	A			E
48.	B			B
49.	E			D
50.	C			C

QUESTÕES	CONTROLADOR INTERNO	ENGENHEIRO CIVIL	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	MEDICO CLINICO GERAL
1.	A	D	D	D
2.	C	E	E	E
3.	D	A	A	A
4.	C	D	D	D
5.	A	C	C	C
6.	E	E	E	E
7.	B	A	A	A
8.	E	B	B	B
9.	C	C	C	C
10.	A	A	A	A
11.	E	E	E	E
12.	C	C	C	C
13.	B	B	B	B
14.	E	E	E	E
15.	D	D	D	D
16.	C	C	C	C
17.	B	B	B	B
18.	E	E	E	E
19.	A	A	A	A
20.	A	A	A	A
21.	B	B	E	A
22.	E	D	C	D
23.	D	A	B	A
24.	A	E	D	E
25.	E	A	D	E
26.	C	B	A	A
27.	B	A	B	D
28.	A	E	E	A
29.	C	B	A	D
30.	C	C	D	D
31.	A	C	E	C
32.	E	D	B	C
33.	E	D	B	B
34.	A	A	A	B
35.	C	A	E	E
36.	C	D	E	C
37.	B	E	C	B
38.	B	D	C	A
39.	D	B	D	E
40.	E	A	C	C
41.	C			
42.	E			
43.	A			
44.	B			
45.	D			
46.	E			
47.	C			
48.	C			
49.	B			
50.	C			

QUESTÕES	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	PROFESSOR PEDAGOGO
1.	B	B	B
2.	E	E	A
3.	E	E	D
4.	D	D	B
5.	D	D	C
6.	E	E	B
7.	A	A	E
8.	C	C	E
9.	A	A	D
10.	D	D	D
11.	E	E	E
12.	C	C	A
13.	B	B	C
14.	E	E	A
15.	D	D	D
16.	C	C	E
17.	B	B	B
18.	E	E	D
19.	A	A	B
20.	A	A	E
21.	A	E	E
22.	C	A	D
23.	D	E	D
24.	C	B	C
25.	A	D	D
26.	E	C	E
27.	B	D	B
28.	E	A	D
29.	C	B	C
30.	A	D	B
31.	E	E	B
32.	B	B	A
33.	D	D	A
34.	C	C	C
35.	E	E	E
36.	D	D	B

37.	C	C	E
38.	B	B	D
39.	A	A	A
40.	C	C	C

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 23 de maio de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº: 00057/2016

DECRETO Nº: 00057/2016

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado do MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00790, de 02/12/2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 31.814,69 (TRINTA E HUM MIL E OITOCENTOS E QUATORZE REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.006.449051.12.361.0016.02087 OBRAS E INSTALAÇÕES

31.814,69

TOTAL SUPLEMENTAÇÕES

Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o

proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.006.339039.12.361.0016.02087 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

31.814,69

31.814,69

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO 31.814,69

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 20 DE MAIO DE 2016.

CARLOS ROBERTO DA COSTA PREFEITO MUNICIPAL

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA, LEANDRO MARQUES DO AMARAL MACIEL ME **CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1938/2015, MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 008/2015 AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO MOTIVO

As partes acima identificadas têm entre si, justos e acertadas, o presente Termo Aditivo de Prazo, com base no processo nº. 540/2016 justificado pela empresa Leandro Marques do Amaral Maciel ME referente a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Elaboração de análise técnica de planilhas de medições e planilhas licitadas conforme análise e recomendações da FUNASA, para adequações e aprovação final do projeto referente ao convênio nº 034/2009 objeto de Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Nossa Senhora do Livramento – MT, elaboração de projeto com plantas e planilhas e demais documentos necessários para a aprovação pela FUNASA, objeto dos convênios nº 180/2011 e 025/2012 ambos referente a Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Nossa Senhora do Livramento

DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 03 (três) meses a contar a partir de 07.03.2016 a 07.06.2016

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo na Lei 8.666/93, e Parecer Jurídico nº 082/2016.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 084/2015, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 06 de Abril 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Leandro Marques do Amaral Maciel ME

CNPJ sob o nº: 21.772.664/0001-49

representado neste ato pelo **Sr Leandro Marques do Amaral Maciel**,

RG nº, 12659207 SSP/MT e CPF/MF sob o nº 007.098.571-52

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, em especial à Lei nº 953/2016, de 27 de abril de 2016 e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados que estarão abertas as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO para Admissão de Pessoal, pelo Regime Estatutário, conforme abaixo discriminado:

1. DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será organizado e executado pela KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

1.1.1 O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e formação de CR – Cadastro de Reservas.

1.1.2. O programa das provas objetivas encontram-se no Anexo I deste Edital.

1.1.3. O requerimento para solicitação de isenção da taxa de inscrição encontra-se no Anexo II deste Edital.

1.1.4. As atribuições dos cargos encontram-se dispostas nas Leis: 147/1999, 574/2008, 619/2009, 639/2009 e suas alterações, 687/2010, 723/2014 e 842/2014, disponíveis no endereço eletrônico **www.novabandeirantes.mt.gov.br**.

1.1.5. Não serão fornecidas informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, por telefone ou e-mail. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico **www.klc-concursos.com.br**.

1.2. NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E DEMAIS VANTAGENS.

Nomenclatura	C/H	Vagas	Cadastro de Reserva	Venc. (R$)	Requisitos Especiais
Agente de Conservação (Encarregado do serviço de Água)	40	01	03	880,00	Ensino Médio completo.
Agente de Fiscalização (Fiscal de Obras)	40	01	02	925,00	Ensino Médio completo.
Agente de Fiscalização (Fiscal Trânsito)	40	01	02	925,00	Ensino Médio completo.
Agente de Fiscalização (Fiscal Tributário)	40	01	02	925,00	Ensino Médio completo.
Agente de Manutenção (Mecânico I e II)	40	02	02	935,00	Ensino Médio completo.
Agente de Manutenção (Pedreiro)	40	01	01	935,00	Ensino Médio completo.
Agente de serviços Públicos (Trabalhador Braçal)	40	04	04	880,00	Alfabetizado.
Agente Operacional (Motorista I, II e III)	40	04	04	990,00	Ensino Médio completo e CNH categoria “D”.
Agente Operacional (Operador de Máquinas I, II e III)	40	04	04	990,00	Ensino Médio completo e CNH categoria “C”.
Assistente Social	30	01	02	2.500,00	Curso Superior em Serviço Social e registro no conselho competente.
Bioquímico	40	01	02	3.105,00	Curso Superior em Farmácia, com Habilitação em Bioquímica e registro no conselho competente.
Contador	40	01	01	4.850,00	Curso Superior em Ciências Contábeis e registro no conselho competente.
Enfermeiro	40	02	02	3.105,00	Curso Superior em Enfermagem e registro no conselho competente.
Fisioterapeuta	30	01	01	2.643,00	Curso Superior em Fisioterapia e registro no conselho competente.
Fonoaudióloga	20	01	01	2.100,00	Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no conselho competente.
Nutricionista	40	01	01	2.250,00	Curso Superior em Nutrição e registro no conselho competente.
Odontólogo	40	02	02	3.105,00	Curso Superior em Odontologia e registro no conselho competente.
Professor de Educação Física	30	02	02	2.404,86	Licenciatura Plena em Educação Física.
Psicólogo	40	02	02	3.105,00	Curso Superior em Psicologia e registro no conselho competente.
Técnico Administrativo Educacional (Monitor)	40	04	02	925,00	Ensino médio e/ou profissionalização específica.
Técnico em Enfermagem	40	05	05	1.150,00	Ensino Médio completo, Curso Técnico Específico e registro no conselho competente.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições ficarão abertas:

Entre às **09 horas do dia 30 de maio até às 23 horas e 59 minutos do dia 19 de junho de 2016, através do endereço eletrônico www.klcconcursos.com.br**. **(horário de Brasília).**

2.2. Para inscrever-se via Internet, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br**, durante o período das inscrições, através dos links correlatos ao Concurso Público e efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:

2.2.1. Ler e aceitar o requerimento de inscrição, preencher o formulário de inscrição, transmitir os dados via Internet e imprimir o boleto bancário;

2.2.2. O vencimento do pagamento das inscrições, para ter sua validade, será até o dia **20/06/2016.**

2.2.2.1. O valor da Taxa de Inscrição constante deste edital são as seguintes:

ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM R$
Alfabetizado	20,00
Ensino Fundamental	30,00
Ensino Médio	40,00
Ensino Superior	80,00

2.2.3. O boleto bancário, com vencimento para o dia **20 de junho de 2016**, disponível no endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br,** somente poderá ser impresso, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line;

2.2.4. As inscrições efetuadas via Internet somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição;

2.2.5. As solicitações de inscrição via Internet, cujos pagamentos forem efetuados após o dia **20 de junho de 2016**, não serão aceitas;

2.2.6. A empresa KLC – Consultoria em Gestão Pública não se responsabiliza por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

2.2.7. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente e indicar o cargo para o qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida.

2.2.8. O descumprimento das instruções de inscrição via Internet implicará a não efetivação da inscrição.

2.2.9. O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as eventuais consequências de erros de preenchimento daquele documento.

2.2.10. Ao inscrever-se no Concurso Público, é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas.

2.2.11. As informações prestadas no formulário de inscrição via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.2.12. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração do cargo.

2.2.12.1. O candidato que realizar mais de uma inscrição, em cargos diferentes, deverá no dia da prova, comparecer ao local e sala de prova da opção que privilegiar e realizar a prova a ela correspondente, caso haja coincidência do dia e do horário de realização das provas, sendo assim, considerado faltoso nas demais opções.

2.2.13. Haverá devolução da importância paga a título de taxa de inscrição nos seguintes casos: pagamento realizado em duplicidade, a maior, fora do prazo, não realização, suspensão ou anulação do concurso público.

2.2.14. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile, transferência de conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

2.3. O candidato classificado no concurso público de que trata este Edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

2.3.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal.

2.3.2. Estar em gozo de direitos políticos.

2.3.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral.

2.3.4. Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

2.3.5. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da posse.

2.3.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do trabalho indicado pelo município.

2.3.6.1. Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão.

2.3.7. Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos.

2.3.8. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor.

2.3.9. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado;

2.3.10. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, cargo ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal;

3. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos hipossuficientes e doadores regulares de sangue, na forma das Leis Estadual n°s 7.713/2002 e 8.795/2008.

3.1.2. Os candidatos com direito à isenção deverão observar os seguintes procedimentos no ato da inscrição:

3.1.3. O candidato com vencimento de até um salário mínimo deverá entregar fotocópia simples do RG; fotocópia simples do CPF; comprovante de renda se exerce atividade remunerada (holerite, contracheque ou declaração de autônomo, página de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS contendo número e série, bem como cópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e o valor de remuneração, assim como a folha subseqüente em branco); declaração de próprio punho (ou seja, escrita pelo próprio candidato) de que recebe até um salário mínimo.

3.1.4. O candidato desempregado deverá entregar fotocópia simples do RG; fotocópia simples do CPF; fotocópia da página de identificação da carteira de trabalho e Previdência Social – CTPS contendo número e série, fotocópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e demissão, assim como a folha subseqüente em branco; e declaração de próprio punho (ou seja, escrita pelo próprio candidato) de que está desempregado.

3.1.5. A comprovação de doadores de sangue deverá ser feita por meio de documento comprobatório padronizado (Declaração de Regularidade) de sua condição de doador regular, expedido por Banco de Sangue, público ou privado (autorizado pelo Poder Público), em que faz a doação, constando no mínimo três doações no período de doze meses, anteriores à publicação deste edital.

3.1.6. O requerimento de isenção da taxa de inscrição (anexo II) deverá ser protocolado presencialmente no período entre **30 de maio a 02 de junho de 2016**, em envelope endereçado à Comissão Examinadora do Concurso Público, sede da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, contendo cópia da documentação exigida neste edital.

3.1.7. A relação dos pedidos de isenção de pagamento de taxa de inscrição, contendo o número da inscrição, nome do candidato, cargo para o qual se inscreveu será publicada no dia **08 de junho de 2016**, na página da empresa organizadora do certame **www.klcconcursos.com.br**.

3.1.8. Os candidatos que não tiverem seu pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição deferido poderão participar do presente certame, desde que efetuem, até o último dia das inscrições, o pagamento da taxa e sigam todas as demais determinações deste edital.

4. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

4.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurada o direito de inscrição para o cargo em Concurso Público, desde que o exercício do cargo seja compatível com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1. Em obediência ao disposto art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7.853/89, fica reservado aos Portadores de Necessidades Especiais 5%(cinco por cento) das vagas ofertadas para cada cargo.

a) se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos), este poderá ser desprezado, não se reservando vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais;

b) se a fração do número for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), este será arredondado, de modo que o numero de vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro subseqüente.

4.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais concursados, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

4.1.5. As pessoas portadoras de necessidades especiais, após a realização da sua inscrição, deverão encaminhar via Sedex com Aviso de Recebimento (AR), envelope identificado com os dizeres: “CONCURSO PREFEITURA NOVA BANDEIRANTES - MT / LAUDO MÉDICO”, à empresa KLC - Consultoria em Gestão Pública Ltda., localizada à Praça Monteiro Lobato, 94 – Lobato – PR – CEP 86790-000, até o dia **20 de junho de 2016,** contendo:

a) Laudo médico original e expedido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da prova, informando também o seu nome, documento de identidade (R.G) e opção de cargo;

4.1.6. Os candidatos que necessitarem de condição especial para realização da prova, deverão solicitá-la, por escrito, após a realização da sua inscrição, encaminhando via Sedex com Aviso de Recebimento (AR), envelope identificado com os dizeres: “CONCURSO PREFEITURA NOVA BANDEIRANTES - MT / PROVA ESPECIAL”, à empresa KLC - Consultoria em Gestão Pública Ltda, localizada à Praça Monteiro Lobato, 94 – Lobato – PR – CEP 86790-000, até o dia **20 de junho de 2016**, devendo anexar ao pedido um atestado médico recente informando a espécie e o grau ou nível de deficiência da qual é portador.

4.1.7. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

4.1.8. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital serão considerados como não PNE e não terão prova especialmente preparada, sejam quais forem os motivos alegados.

4.1.10. O candidato PNE que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.1.11. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos PNE, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

DAS PROVAS E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Concurso Público será de provas escritas objetivas, provas práticas e prova de títulos.

5.1.1. A duração da prova será de até 2h (duas horas), já incluído o tempo para preenchimento da folha de respostas.

5.1.2. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

5.1.3. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, através de questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C e D). Cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta. Na prova escrita será atribuída pontuação 0,0 (zero) a questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção, com rasuras ou preenchidas a lápis.

5.1.4. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

5.1.5. Durante as provas não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, "WALKMAN" ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos "celulares" deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

5.1.6. O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado utilizando qualquer um dos objetos especificados acima será automaticamente eliminado do concurso.

5.1.7. É vedado o ingresso de candidato portando arma nos locais de realização da prova.

5.1.8. Será, também, eliminado do concurso o candidato que incorrer nas seguintes situações: deixar o local de realização da prova sem a devida autorização; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do concurso.

5.1.9. As respostas deverão ser assinaladas, pelo candidato, com caneta de tinta azul ou preta, na Folha de Respostas. Não serão computadas questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham

sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada, mesmo que uma delas esteja correta.

5.1.10. **A Folha de Respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção e deverá ser entregue no final da prova ao fiscal de sala.**

5.1.11. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, ainda que uma delas esteja correta.

Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas, por erro do candidato.

5.1.12. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala;

5.1.13. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1 (uma) hora do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente Edital, devendo entregar ao Fiscal da Sala a respectiva folha de respostas.

6. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. Será divulgado no dia 28 de junho de 2016, a partir das 17h00min, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, assim como o horário e local de realização das provas. A relação será afixada em Edital na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, publicada no órgão de imprensa oficial do município www.amm.org.br e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Concurso Público www.klcconcursos.com.br. É de responsabilidade do candidato o acesso e verificação dos locais de prova.

7. DA COMPOSIÇÃO DAS PROVAS E NÚMERO DE QUESTÕES

7.1**.** Para os cargos de**Assistente Social, Bioquímico, Contador, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudióloga, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Técnico em Enfermagem,**a avaliação constará de prova escrita objetiva, de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	12	4,0	48,0 pontos
Conhecimentos Gerais	03	4,0	12,0 pontos
Informática	03	4,0	12,0 pontos
Língua Portuguesa	07	4,0	28,0 pontos

A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

7.2. Para os cargos de**Agente de Conservação (Encarregado do Serviço de Água), Agente de Manutenção (Mecânico I e II), Agente de Manutenção (Pedreiro), Agente de Serviços Públicos (Trabalhador Braçal)** e **Técnico Administrativo Educacional (Monitor),** a avaliação constará de prova escrita objetiva (eliminatória). A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Língua Portuguesa	10	**5,0**	50,0 pontos
Matemática	10	**5,0**	50,0 pontos

A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

7.3. Para os cargos de**Agente de Fiscalização (Fiscal de Obras), Agente de Fiscalização (Fiscal Trânsito), Agente de Fiscalização (Fiscal Tributário),** a avaliação constará de prova escrita objetiva (eliminatória). A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Informática	05	5,0	25,0 pontos
Língua Portuguesa	10	5,0	50,0 pontos
Matemática	05	5,0	25,0 pontos

A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

7.4. Para os cargos de**Agente Operacional (Motorista I, II e II) e Agente Operacional (Operador de Máquinas I, II e III**), a avaliação constará de prova escrita objetiva e prova prática, ambas de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	08	5,0	40,0 pontos

Língua Portuguesa	06	5,0	30,0 pontos
Matemática	06	5,0	30,0 pontos

A nota final será calculada através da média aritmética dos pontos obtidos por cada candidato nas duas provas (prova escrita e prova prática). A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

7.5. Para o cargo de **Professor de Educação Física,** a avaliação constará de prova escrita objetiva e prova de títulos. A prova escrita objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	12	4,0	48,0 pontos
Conhecimentos Gerais	03	4,0	12,0 pontos
Informática	03	4,0	12,0 pontos
Língua Portuguesa	07	4,0	28,0 pontos

A classificação final será efetuada pela somatória dos pontos obtidos por cada candidato nas duas provas (prova escrita e prova de títulos).

8. DA PROVA PRÁTICA

8.1. **Serão convocados para a Prova Prática** os 20 (vinte) primeiros classificados na Prova Escrita para os cargos de **Agente Operacional (Motorista I, II e III) e Agente Operacional (Operador de Máquinas I, II e III**), em ordem decrescente de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita, sendo que, em caso de empate será aplicado o seguinte critério: maior idade, considerando-se, caso necessário, o horário de nascimento;

8.1.1. A prova prática para o cargo de **Agente Operacional (Motorista I, II e III)** constará em dirigir o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

8.1.1.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 06 (seis minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

8.1.1.3. No decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

CATEGORIA DA FALTA	PONTOS A SEREM DESCONTADOS
Falta Grave	7,0
Falta Média	5,0
Falta Leve	3,0

Obs: A tipificação das faltas acima mencionadas encontra-se discriminada nos incisos II, III e IV, Artigo 19 da Resolução 168/2004-CONTRAN.

8.1.1.4. O candidato que durante a realização da Prova Prática cometer qualquer tipo de falta prevista no inciso I, artigo 19, da Resolução 168/2004-CONTRAN, será automaticamente eliminado do Concurso.

8.1.2. Para os candidatos ao cargo de **Agente Operacional (Operador de Máquinas I, II e III**)**,** A prova prática constará em ligar o equipamento, efetuar as verificações necessárias e dirigir até local determinado e executar tarefas próprias do equipamento, de acordo com o caso apresentado pelo examinador técnico da área, com duração máxima de 06 (seis) minutos. (valor 100,0 pontos). Os candidatos deverão exibir ao examinador responsável pelo exame de direção, sua carteira nacional de habilitação original, sob pena de desclassificação.

8.1.2.1. O candidato que não conseguir acionar o equipamento em, no máximo, 01 (um) minuto, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

8.1.2.2. O candidato que não realizar a tarefa solicitada no prazo acima estipulado estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

8.1.2.3. O melhor tempo servirá como parâmetro para calcular a nota dos demais participantes da referida Prova Prática.

8.2. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar, no mínimo, a carteira de habilitação conforme abaixo especificado, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova:

- **Agente Operacional (Motorista I, II e III) – CNH categoria "D".**

- Agente Operacional (Operador de Máquinas I, II e III) – CNH categoria "C".

8.2.1. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado. 8.2.2. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

8.3. A Prova Prática terá caráter eliminatório, e serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 100,0 (cem) pontos, devendo o candidato obter 50,0 (cinquenta) pontos ou mais para ser considerado aprovado.

8.4. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0,00 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

8.5. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela KLC o qual será realizado de forma aleatória.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1. Os documentos relativos aos Títulos, para o cargo de **Professor de Educação Física**, deverão ser entregues, **EXCLUSIVAMENTE**, no dia da aplicação das provas, ao fiscal da sala de prova.

9.2. A entrega dos documentos relativos à Prova de Títulos não é obrigatória. O candidato que não entregar o Título não será eliminado do Concurso Público.

9.3. Os documentos comprobatórios dos Títulos deverão ser acondicionados em ENVELOPE LACRADO, contendo na sua parte externa, o nome do candidato, cargo para o qual está concorrendo, bem como, o número do documento de identidade, devendo os referidos documentos serem apresentados em CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA.

9.3.1. O candidato deverá numerar sequencialmente e rubricar cada documento apresentado.

9.3.2. Não serão analisados, sendo automaticamente desconsiderados, os envelopes que estiverem em desacordo com os itens 9.3. e 9.3.1. deste Edital.

9.3.3. Não deverão ser enviados documentos ORIGINAIS.

9.4. Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.4.1. Os documentos de Títulos que forem representados por declarações, certidões, atestados, e outros documentos que não tenham o cunho definitivo de conclusão de curso, deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

9.6. É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.

9.7. Não será aceito entrega ou substituições posteriores ao período determinado, bem como, Títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.

9.8. A pontuação da documentação de Títulos se limitará ao valor máximo de 20,0 (vinte) pontos.

9.9. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

9.10. Os Títulos não poderão ser contados cumulativamente, sendo pontuado o de maior grau.

9.11. A prova de títulos terá caráter classificatório.

9.12. As cópias autenticadas dos documentos entregues não serão devolvidas e farão parte integrante da documentação do Concurso Público.

9.13. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela a seguir:

TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	COMPROVANTE
a) Doutorado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido.	20,0	Cópia autenticada do diploma devidamente registrado ou declaração de conclusão de curso, acompanhado da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.
b) Mestrado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido.	15,0	
c) Pós Graduação Latu Sensu (especialização) relacionada à áreado cargo pretendido, com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos. (poderão ser apresentados, no máximo, 02 cursos de pós-graduação latu sensu).	5,0	Cópia autenticada do Certificado ou Certidão de conclusão do Curso, indicando o número de horas e período de realização do curso. No caso de Declaração de conclusão de curso, esta deve vir acompanhada da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.

10. DA DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1. Da realização da Prova Escrita Objetiva e da Prova Prática:

10.1.1. A Prova Escrita Objetiva para os cargos de que trata este Edital, bem como, a Prova Prática para os cargos de **Agente Operacional (Motorista I, II e II) e Agente Operacional (Operador de Máquinas I, II e III**) será aplicada no **dia 10 de julho de 2016,** nos seguintes horários:

a) Prova Escrita Objetiva: início às 08h30min. (horário local) (Excepcionalmente poderá haver provas em 02 (dois) horários dependendo do número de candidatos inscritos).

b) Prova Prática: início às 14h00min. (horário local)

11. DAS NORMAS

11.1. As provas escritas objetivas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Especial do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras, e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

11.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

11.3. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas e após o fechamento dos portões não será permitida a entrada de candidatos retardatários.

11.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados também nos quadros de aviso do Município, devendo ainda manter atualizado seu endereço.

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência o seguinte:

a) maior idade, considerando-se, caso necessário, o horário de nascimento;

12.1.1. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio.

13. DIVULGAÇÃO DO GABARITO

13.1. O gabarito oficial da prova escrita objetiva será divulgado no **primeiro dia útil após a realização da referida prova**, a partir das 17h00min, mediante edital afixado **naPrefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município www.amm.org.br** e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Concurso Público **www.klcconcursos.com.br.**

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a empresa KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subseqüente à data de publicação do objeto de recurso contra:

a) Inscrições não homologadas;

b) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;

c) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.

14.2. O pedido de recurso deverá ser endereçado à Comissão Especial de Concurso Público e encaminhado via internet, junto ao endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br,** no campo específico **"RECURSO"** com as seguintes especificações:

− nome do candidato;

− número de inscrição;

− número do documento de identidade;

− cargo para o qual se inscreveu;

− a questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;

− a fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

14.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

14.4. Não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax e/ou por e-mail, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

14.5. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

14.6. O resultado dos recursos interpostos será afixado no site **www.klcconcursos.com.br**.

15. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

15.1. A prova escrita objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos e terá caráter eliminatório.

15.1.1. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos.

15.1.2. O candidato que não auferir a nota mínima de 50,0 (cinquenta) pontos na prova objetiva será desclassificado do Concurso Público.

15.1.3. A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

15.1.4. As matérias constantes das provas a que se submeterão os candidatos fazem parte do Anexo I, parte integrante deste Edital.

16. DO RESULTADO FINAL

16.1. O resultado final está previsto para ser divulgado no dia **26 de julho de 2016, a partir das 17h00min, mediante edital afixado na** Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município **www.amm.org.br** e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Concurso Público **www.klcconcursos.com.br.**

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

17.2. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

17.3. O órgão realizador do presente certame não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao concurso.

17.4 - Após 120 (cento e vinte) dias da divulgação oficial do resultado final do Concurso Público, as folhas de respostas serão incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de cinco anos.

17.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

17.6. A validade do presente Concurso Público será de "2" (dois) anos, contados da homologação final dos resultados, podendo haver prorrogação por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

17.7. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à nomeação. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Prefeitura Municipal.

17.8. Ficam impedidos de participar do certame os sócios da KLC Consultoria em Gestão Pública Ltda, ou aqueles que possuam a relação de parentesco disciplinada nos artigos 1591 a 1595 do Novo Código Civil. Constatado o parentesco a tempo o candidato terá sua inscrição indeferida, e se verificado posteriormente à homologação o candidato será eliminado do certame, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

17.9. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos.

17.10. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT, através da Comissão Especial de Concurso Público.

17.11. Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 24 de maio de 2016.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ANEXO I – PROGRAMA DE PROVAS

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO

Leitura e interpretação de texto. Noções gerais de gramática. Fonologia - ortografia - acentuação gráfica - estrutura e formação de palavras - verbos: tempo, modo, cargo - substantivos: classificação e cargo – flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau e cargo – numeral: tipos e cargo - pronomes: conceito, classificação - preposição - conjunções - interjeições - Sintaxe: frase, oração, período - pontuação - tipos de frases - complementos verbais e nominais - vozes verbais – orações subordinadas - orações coordenadas - concordância verbal e nominal - regência verbal e nominal - Problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões - crase - Derivação prefixal e sufixal – Recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos – figuras de linguagem - figuras de palavra - figuras de pensamento – significação das palavras – vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL FUNDAMENTAL - ALFABETIZADO

Alfabeto da Língua Portuguesa; Ordem Alfabética; Ordenação de Frases; Ortografia; Divisão Silábica e Classificação quanto ao número de sílabas; Frases:- Interrogativa - Exclamativa - Afirmativa - Negativa; Classes de Palavras; Comparação de palavras entre si: Sinônimos e Antônimos; Acentuação Gráfica; Sinais de Pontuação; Concordância dos Nomes (substantivos) e dos Verbos; Análise e Interpretação de Textos.

MATEMÁTICA – NÍVEL MÉDIO

Números Radicais: operações - simplificação, propriedade - racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução -problemas de 1º grau; Equações fracionárias; Relação e Função: domínio, contradomínio e imagem; Função do 1ºgrau - função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica - operações; Expressões fracionárias - operações - simplificação; PA e PG; Sistemas Lineares; Números complexos; Função exponencial: equação e inequação exponencial; Função logarítmica; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Trigonometria da 1ª volta: seno, cosseno, tangente, relação fundamental; Geometria Analítica; Geometria Espacial; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema Monetário Nacional (Real); Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

MATEMÁTICA – NÍVEL FUNDAMENTAL - ALFABETIZADO

Conjunto de números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, operações, expressões (cálculo), problemas, raiz quadrada; MDC e MMC - cálculo - problemas; Porcentagem; Juros Simples; Regras de três simples e composta; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo, volume; Sistema Monetário Nacional (Real); Equações: 1º e 2º graus; Inequações do 1º grau.

INFORMÁTICA – NÍVEL SUPERIOR - NÍVEL MÉDIO

Noções de Hardware e Software. MS-Windows XP: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2003. **MS-Word 2003**: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. **MS-Excel 2003**: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. **MS-PowerPoint 2003**: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. **Correio Eletrônico**: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. **Internet:** Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

CONHECIMENTOS GERAIS – NÍVEL SUPERIOR

Tópicos relevantes de diversas áreas: geografia, história, política, cultura, economia, esportes, saúde, educação, sociedade e atualidades, tanto na esfera nacional quanto internacional. Aspectos Históricos e Geográficos do Estado do Mato Grosso e do município de Nova Bandeirantes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigos 1º a 17 e 193 a 232); Lei Federal nº. 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2012); Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS 2006); Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Orientações Técnicas sobre o PAIF volume 1: "O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais", e volume 2: "Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF"; Seguridade Social no Brasil; A questão social no Brasil; Pobreza, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social; História, Fundamentos Teóricos e Éticos do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; Estratégias de ação em serviço social e os instrumentos de intervenção do profissional; Serviço Social e Interdisciplinaridade; Serviço Social na Contemporaneidade; Serviço Social e Família; Projeto ético político do Serviço Social; Lei Federal nº. 10.741/2003 - Estatuto do Idoso; Lei Federal nº. 8.842/1994 e Decreto Federal nº. 1.948/1996 - Política Nacional do Idoso; Lei Federal nº. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Lei de Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente; Lei Maria da Penha - Lei nº. 11.340/2006; Ética em Serviço Social; Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social - Lei nº. 8.662/93; Código de Ética Profissional; Supervisão em Serviço Social; Lei Federal nº. 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS) - Lei nº. 8.142/90; Conhecimentos acerca da história da saúde pública no Brasil; Lei Federal nº. 10.216/2001 - Política Nacional de Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental no Brasil; Humanização em Saúde; Lei Federal nº. 7.853/1989 e Decreto Federal nº. 3.298/1999 - Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Políticas Sociais públicas, cidadania e direitos sociais no Brasil; Participação e controle social; Direitos Humanos; Movimentos sociais.

BIOQUÍMICO

Lei 8080/90. Lei 8142/90. Preparo de soluções. Conceitos: molaridade, normalidade. Padronização de técnicas e controle de qualidade. Imunologia – Propriedades gerais da resposta imune. Antígenos. Anticorpos:imunidade humoral, imunidade celular. Sistema complemento. Imunologia nas doenças infecciosas. Métodos para detecção de antígenos e anticorpos: reações de precipitação, aglutinação, hemólise, imunofluorescência; testes imunoenzimáticos. Testes sorológicos para diagnóstico de sífilis, doença de Chagas, toxoplasmose, citomegalovírus, rubéola, hepatites virais, HTLV e HIV. Microbiologia – Técnicas de esterilização, coleta, transporte e processamento de amostras para exames microbiológicos. Métodos de coloração utilizados em microbiologia. Características morfotintoriais das bactérias. Diagnóstico de estafilococos, estreptococos, enterobactérias, bacilos gram-negativos não fermentadores. Neisseria, Haemophilus. Hemocultura, coprocultura, exame microbiológico do liquor. Testes de sensibilidade aos antimicrobianos. Parasitologia – Ciclo vital dos principais parasitos de importância para o homem. Métodos para diagnóstico de protozoários intestinais, helmintos intestinais e parasitos do sangue e tecidos. Hematologia – Realização e interpretação do hemograma. Alterações da série eritroide. Principais anemias. Hemoglobinopatias mais frequentes. Aspectos hematológicos nas infecções bacteriana e viral. Leucemias. Testes diagnósticos da coagulação plasmática. Classificação sanguínea ABO/Rh. Teste de Coombs. Prova cruzada. Citologia de líquidos biológicos. Bioquímica – Valores de referência. Função renal. Equilíbrio hídrico, eletrolítico e ácido-básico. Gasometria. Carboidratos: classificação dos carboidratos, metabolismo e métodos de dosagem da glicose. Lipídeos: metabolismo e métodos de dosagem. Lipoproteínas: classificação e doseamento. Proteínas específicas: classificação e métodos de dosagem. Função hepática: correlação com enzinas séricas, metabolismo da bilirrubina, métodos laboratoriais, correlações clínico-patológicas. Enzimologia clínica: princípios, correlações clínico-patológicas. Função endócrina: hormônios tireoideanos e hormônios sexuais. Compostos nitrogenados não proteicos, cálcio, fósforo, magnésio e ferro. Métodos de dosagem, correlações clínico-patológicas. Urinálise – Coleta, testes químicos, testes físicos, procedimentos de análise, exame microscópico do sedimento. Farmacologia - Interações medicamentosas, agonistas, antagonistas, bloqueadores neuromusculares, anestésicos, anti-inflamatórios, cardiotônicos, antihipertensivos e antibióticos. Código de Ética Farmacêutica.

CONTADOR

Conceito, campo de atuação e objetivos da informação contábil. O método das partidas dobradas. Os princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Classificação e Análise Contábil. Avaliação das contas patrimoniais. Operações com mercadorias. Livros de Escrituração. Fatos Contábeis. Contabilidade Pública- Conceito, campo de atuação e regimes contábeis. Orçamento Público: conceito, elaboração, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios orçamentários. Sistemas Contábeis: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Receitas e despesas públicas: orçamentárias e extra-orçamentárias. Créditos adicionais: conceito, classificação, indicação e especificação de recursos. Sistemas de contas: conceito, nomenclatura e função das contas. Demonstrativos da gestão: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Normas de escrituração. Atualização do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação-SIOPE; Atualização do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS; Atualização do Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN; Alimentação do Sistema de Informações Municipais – SIM; Agenda de Obrigações do Tribunal de Contas do Mato Grosso; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00) - Lei 8666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações.

DENTISTA

Semiologia: Processos de diagnóstico. Radiologia: Física das radiações, filmes, processamento, anatomia radiográfica e aspectos radiográficos dos cistos e tumores, técnicas radiográficas, interpretação radiográfica. Patologia oral: Aspectos gerais. Cirurgias orais menores: Exodontias, dentes inclusos, apicetomias e cirurgias pré-protéticas. Prótese total e parcial removível: Noções básicas. Periodontia: Anatomia e fisiologia do periodonto; Exame, diagnóstico e prognóstico; Princípios básicos de oclusão. Dentística: Restaurações metálicas; restaurações plásticas: diretas e indiretas (inlay e onlay com resinas compostas); restaurações cerâmicas e do tipo Inlay/Onlay; Plano de tratamento e condutas terapêuticas integradas; Limite cervical das restaurações; Noções de oclusão e ajuste oclusal em dentística; Materiais dentários em dentística. Endodontia: Topografia da câmara pulpar; Alterações da polpa dental e do periápice; Tempos operatórios do tratamento dos canais radiculares; Diagnóstico e prognóstico. Diagnóstico e tratamento das emergências em odontologia. Diagnóstico e pronto atendimento das emergências médicas em consultório odontológico (ABC da ressuscitação cardiorrespiratória). Biossegurança: Aspectos de interesse em odontologia. Anestesiologia: Técnicas, soluções anestésicas (farmacologia, indicações e contra-indicações),

complicações. Terapêutica e Farmacologia: Analgésicos, antiinflamatórios não esteróides, antimicrobianos; Uso profilático dos antibióticos; Controle da ansiedade em odontologia (ansiolíticos). Saúde Coletiva: Promoção de saúde; Epidemiologia dos problemas bucais; Índices e indicadores; Prevenção, diagnóstico e tratamento das principais doenças bucais; Flúor: uso; metabolismo; mecanismo de ação; intoxicação crônica e aguda; Educação em saúde bucal; Política de saúde; Odontopediatria: Crescimento e Desenvolvimento. Noções de interesse Odontopediátrico; Diagnóstico e Plano de Tratamento em Clínica Odontopediátrica; Doença Periodontal na Criança; Cariologia; Prevenção das Doenças Cárie e periodontal; Tratamento Restaurador das Lesões de Cárie; Terapia Endodôntica em Decíduos; Traumatismo; Cárie dentária na criança e no adolescente; Métodos mecânicos e quimioterápicos de higiene bucal. Deontologia e Ética Odontológica. Materiais Dentários: Estrutura Dental; Materiais Restauradores Plásticos Diretos; Adesivos Dentinários; Cimentos e Bases Protetoras; Materiais para Moldagem; Resinas Acrílicas; Materiais para higiene bucal e prevenção; Materiais clareadores. Lei 8080/90 e Lei 8142/90.

ENFERMEIRO

Enfermagem Geral: Técnicas Básicas - SSVV, higienização, administração de medicamentos, preparação para exames, coleta de material para exames, cálculo de medicação. Ética Profissional/Legislação: Comportamento Social e de Trabalho. Enfermagem em Saúde Pública: Programas de Saúde (mulher, criança, idoso), Doenças Sexualmente Transmissíveis, Noções de epidemiologia, vacinação, doenças de notificação compulsória, patologias atendidas em saúde pública. Enfermagem Hospitalar: Terminologias, centro cirúrgico, recuperação pós-anestésica e central de material, esterilização e desinfecção, infecção hospitalar e CCIH. Socorros e Urgência: PCR, choque, hemorragias, ferimentos, afogamento, sufocamento, acidentes com animais peçonhentos, fraturas e luxações, queimaduras, desmaio, crise convulsiva e histérica, corpos estranhos, acidentes decorrentes da ação do calor e do frio, politraumatismo. Pediatria: Crescimento e desenvolvimento, amamentação, berçário e alojamento conjunto, alimentação, patologias mais comuns, assistência de enfermagem à criança hospitalizada. Atualidades em Enfermagem; Funcionamento e Manuseio de Equipamentos e Materiais das Ambulâncias, Linguagem de Radiocomunicação, Conhecimento da Portaria MS 2048, Atendimento ao Politraumatizado, Reconhecimento de Sinais de Traumas (Trauma Raquimedular, Trauma de Tórax, Trauma Abdominal, Trauma de Extremidades, Trauma de Face), Queimaduras, Choque Elétrico, Crise Convulsiva, Intoxicações Exógenas, Acidentes com Produtos Perigosos, Acidentes com Múltiplas Vitimas, Reconhecimento de Sinais de Doenças Respiratórias/Circulatórias e Metabólicas, Noções de Anatomia, Fisiologia, Exame Físico, Urgências Psiquiátricas, Urgências Obstétricas, Técnicas Básicas, desinfecção, Limpeza de Materiais e Aparelhos das Ambulâncias. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional.

FISIOTERAPEUTA

Fisioterapia em: pneumologia, geriatria, cardiologia, traumato-ortopedia, pediatria e neurologia. Conhecimentos de anatomia e fisiologia dos sistemas: cardiovascular, respiratório, neurológico, renal e endócrino. Conhecimentos de clínica relacionados às patologias cardiorrespiratórias, neurológicas, pediátricas, geriátricas e traumato-ortopédicas. Ética e Legislação profissional.

FONOAUDIÓLOGO

Sistema do Aparelho Auditivo: Bases Anatômicas e Funcionais; Audiologia Clínica: Procedimentos Subjetivos e Objetivos de Testagem Audiológica - indicação, Seleção e Adaptação do Aparelho de Ampliação Sonora Individual; Audiologia do Trabalho: Ruído, Vibração e Meio Ambiente. Exame Otoneurológico, Otoemissões Acústicas; Audiologia Educacional; Neurofisiologia do Sistema motor da Fala; Funções Neurolingüísticas; Desenvolvimento da Linguagem; Estimulação Essencial; Deformidades Craniofaciais: Características Fonoaudiológicas - Avaliação Miofuncional - Tratamento Fonoaudiológico; Distúrbios da Voz: Disfonias - Aspectos Preventivos, Neurológicos, Psiquiátricos, Psicológicos e SócioAmbientais; Desvios Fonológicos; Sistema Sensório - Motor - Oral - Etapas Evolutivas; Fisiologia da Deglutição, Desequilíbrio da Musculatura Orofacial e Desvios da Deglutição - Prevenção, Avaliação e Terapia Miofuncional; Disfagia; Distúrbios da Aprendizagem da Linguagem Escrita: Prevenção, Diagnóstico e Intervenção Fonoaudiológica. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional.

AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III) E AGENTE OPERACIONAL (OPERADOR DE MÁQUINAS I, II E III)

Legislação e Regras de Circulação: Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Direção Defensiva; Primeiros Socorros; Noções de Mecânica Básica de Autos; Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos, Decreto Nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto Nº 2.327 de 23/09/97; Noções sobre acidentes com produtos perigosos, Legislação Específica da Portaria MS 2048, Linguagem de Radiocomunicação, Identificação dos Materiais Existentes no veiculo e suas utilidades Prática de Direção Veicular: Condução e operação veicular das diversas espécies compatíveis com a categoria exigida; Manobras internas e externas; Conhecimentos e uso dos instrumentos do painel de comando e outros disponíveis nos veículos da espécie; Manutenção do veículo.

NUTRICIONISTA

Segurança alimentar e nutricional de indivíduos e coletividades. Ciência dos alimentos: composição e bioquímica dos alimentos, técnica dietética. Nutrição Humana: digestão e metabolismo protéico, energético e de micronutrientes. Avaliação e diagnóstico do estado nutricional. Educação alimentar e nutricional. Prescrição dietética e terapia nutricional nas doenças crônicas não-transmissíveis. Atenção alimentar e nutricional para indivíduos sadios e enfermos nos diferentes ciclos da vida. Higiene e inspeção de alimentos. Planejamento e gerenciamento em serviços de alimentação e nutrição. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A educação física no Brasil - sua história. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. Desenvolvimento psicomotor. As relações entre a Educação Física e as outras disciplinas. Conhecimento das regras dos esportes em geral e treinamentos. Desportos: regras; organização de competições e aprendizagem dos principais desportos (futsal, voleibol, basquetebol, handebol e atletismo). Recreação: jogos tradicionais; jogos espontâneos e dirigidos; jogos pré-desportivos; educação para o lazer. Treinamento desportivo: crescimento na criança e no adolescente; diferenças psicofísicas entre idades; treinamento da criança e do adolescente; princípios científicos do treinamento. Estatuto da Criança e do Adolescente. A nova LDB – Lei 9394/96. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

PSICÓLOGO

PSICOLOGIA GERAL: Aprendizagem, cognição, consciência, emoção memória, motivação, pensamento e linguagem. PSICODIAGNÓSTICO: Conceituação e objetivos; entrevista inicial e de devolução; testes psicológicos. PSICOPATOLOGIA: Neuroses e psicose; distúrbios psicossomáticos. ENTREVISTA: enquadramento, estágios e encerramento. A entrevista com a criança. SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE MENTAL: Conceito de saúde e doença; medida das doenças - morbidade e mortalidade; conceito de anormal, normal e causa; saúde mental e medicina preventiva. RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL. Principais aspectos das teorias de Vygotsky e Piaget. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90. CID – 10; DSM IV. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise); Prevenção de úlceras de pressão; Sondagens gástrica e vesical; Coleta de material para exames laboratoriais; Oxigenioterapia; Curativo; Administração de dieta oral, enteral, parenteral. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos, digestivos, neurológicos e do sistema hematopoiético; Preparo, acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância. Enfermagem em Saúde Pública: Processo saúde – doença; Imunizações; Vigilância em saúde; Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso. Noções de administração aplicada à enfermagem. Atenção Psicossocial; saúde mental, álcool e outras drogas; Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do Edital do Concurso Público nº 001/2016, solicito a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

NOME:	
CARGO PRETENDIDO:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CEP:
CIDADE/UF:	TELEFONE:
CPF:	RG:
CTPS / SÉRIE	DATA EXPEDIÇÃO:
E-mail:	

OBSERVAÇÃO:
Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo, seja qual for o motivo alegado. Somente o preenchimento da solicitação de isenção não implica na efetivação da inscrição.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA FINANCEIRA E/OU DOADOR REGULAR DE SANGUE
Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição ao Concurso Público, que apresento condição de Hipossuficiência Financeira e doador regular de Sangue que atendo ao estabelecido no Edital nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes Estado de Mato Grosso, em especial quanto às disposições do item 3 deste Edital. Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de inteira responsabilidade minha, podendo a Comissão Examinadora do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do certame, podendo adotar as medidas cabíveis contra a minha pessoa.
Nova Bandeirantes / MT, ____de_____de 2016.

_____
Assinatura Candidato

PROTOCOLO	Para uso exclusivo da Comissão Examinadora do Concurso Público ( ) Deferido ( ) Indeferido

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO**

TIPO: **MENOR PREÇO ITEM**

A Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, torna – se público aos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço N° 004/2016, **Objeto:** aquisição parcelada de **COMBUSTÍVEL**, para atender diversas Secretarias do Município de Nova Brasilândia/MT, conforme as especificações e quantidades contidas no ANEXO II deste Edital,cuja abertura ocorreu no dia 23 de Maio de 2016, as 08:00, sagrou – se vencedora a empresa; **CLEMIDES SOARES DE SALES EPP,** nos itens **1, 2 , 3 e 4**.Totalizando o Valor Global dos itens: **R$: 2.451.000,00** (Dois Milhões Quatrocentos e Cinquenta e Um Mil Reais).

Nova Brasilândia – MT, 23 de Maio de 2016.

_____

Cíntia Karine C. dos Santos

PREGOEIRA

PORTARIA: 070/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CAMARA NOVA BRASILÂNDIA - RREO 2º BIMESTRE 2016

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
AV BRASIL, 957, CENTRO, NOVA BRASILANDIA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016
24/05/2016 - 17:50:15

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DÉFICIT (VI)	**0,00**	**0,00**	**91.235,10**	**0,00**	**212.443,70**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (VII) = (V + VI)	**0,00**	**0,00**	**91.235,10**	**0,00**	**212.443,70**	**0,00**	**-212.443,70**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	608.800,00	608.800,00	87.878,90	270.735,64	338.064,36	107.778,90	206.535,64	402.264,36	202.276,73
DESPESAS CORRENTES	592.707,00	592.707,00	86.878,90	269.422,77	323.284,23	106.778,90	205.222,77	387.484,23	200.963,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	308.200,00	308.200,00	55.671,00	105.814,06	202.385,94	55.671,00	105.814,06	202.385,94	105.814,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	284.507,00	284.507,00	31.207,90	163.608,71	120.898,29	51.107,90	99.408,71	185.098,29	95.149,80
DESPESAS DE CAPITAL	16.093,00	16.093,00	1.000,00	1.312,87	14.780,13	1.000,00	1.312,87	14.780,13	1.312,87
INVESTIMENTOS	16.093,00	16.093,00	1.000,00	1.312,87	14.780,13	1.000,00	1.312,87	14.780,13	1.312,87
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	20.000,00	20.000,00	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.981,42
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**628.800,00**	**628.800,00**	**91.235,10**	**276.643,70**	**352.156,30**	**111.135,10**	**212.443,70**	**416.356,30**	**206.258,15**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**628.800,00**	**628.800,00**	**91.235,10**	**276.643,70**	**352.156,30**	**111.135,10**	**212.443,70**	**416.356,30**	**206.258,15**
SUPERÁVIT (XIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**628.800,00**	**628.800,00**	**91.235,10**	**276.643,70**	**352.156,30**	**111.135,10**	**212.443,70**	**416.356,30**	**206.258,15**

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	20.000,00	20.000,00	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.981,42
DESPESAS CORRENTES	20.000,00	20.000,00	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.981,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.000,00	20.000,00	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.356,20	5.908,06	14.091,94	3.981,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
AV BRASIL, 957, CENTRO, NOVA BRASILANDIA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2016
24/05/2016 - 17:53:06

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	333.165,43	0,00
Pessoal Ativo	333.165,43	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (art. 18, Inc. 1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, Inc. 1º da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	333.165,43	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	100,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100)	333.165,43	100,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6.00%	0,00	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5.70% DA RCL	0,00	5,70
LIMITE DE ALERTA -inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5.40% DA RCL	0,00	5,40

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

CONTRATADA: GENÉZIO F. DE SOUZA & CIA LTDA - ME.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, prorrogar o prazo da execução da obra mencionado na Cláusula Quarta do Contrato Execução de Obra de Empreitada nº 006/2016. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - do prazo de execução do Contrato Original, o acréscimo de 120(cento e vinte) dias, terminando a vigência da execução da obra em 27 de Setembro de 2016.

Data da Assinatura: 23 de Maio de 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 050/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA - ME.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência mencionado na Cláusula Quarta, bem como prazo de execução mencionado na Cláusula Oitava do Contrato Administrativo de Empreitada nº 050/2012. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - do prazo de vigência do Contrato Original, o acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 24 de Setembro de 2016. Fica acrescentada na Cláusula Oitava – do prazo de execução do contrato Original, o acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, terminando o prazo do contrato em 24 de Setembro de 2016.

Data da Assinatura: 16 de Maio de 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 010/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

CONTRATADA: DELTA SERVICE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTD.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, prorrogar o prazo da execução da obra mencionado na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo de Empreitada nº 010/2016. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - do prazo de execução do Contrato Original, o acréscimo de 32(trinta e dois) dias, terminando a vigência da execução da obra em 30 de Junho de 2016.

Data da Assinatura:18 de Maio de 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL: 009/16/SMA/PMNG

RECURSO: FEDERAL

PRAZO: 25/05/2016 À 22/12/2016

CONTRATADA: **CLAUDINEI MACENO DOS SANTOS**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 880,00 (MENSAL)

DATAÇÃO: ELEMENTO: 3190.04.00.00.00: FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0006.2030

CONSÓRSIO DE SAÚDE
TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 008/2016

No Termo de Ratificação publicado no Diário Oficial do Estado nº 26.763, Diário de Contas do TCE/MT n.º 856 e Diário dos Municípios n.º 2.463, **onde se lê:** “valor global de R$ 31.500,00 (trinta e um mil, quinhentos reais)”, **leia-se:** “valor global de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil).

Colíder/MT, 02 de maio de 2016

FRANCISCO ENDLLER

Presidente CRISNM

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE 2016

CAMARA MUNICIPAL NOVA GUARITA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2016 a Abril/2016

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	129.505,01	
Pessoal Ativo	129.505,01	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	129.505,01	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		129.505,01

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.157.945,40
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,91
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00 %	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 0,00 %	

Fonte: CAMARA MUNICIPAL NOVA GUARITA

JAIR ANTONINHO LAZZAROTTO
PRESIDENTE

AMADO APARECIDO DE OLIVEIRA
1° SECRETARIO

ANA CARLA DILL PAIANO
CONTADOR CRC/MT-013618/0-8

Emissão: 23/05/2016 10:35:18 **CAMARA MUNICIPAL NOVA GUARITA** Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A ABRIL de 2016

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		
Previsão Atualizada da Receita		
Receitas Atualizadas		
Déficit Orçamentário		207.184,47
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		684.000,00
Créditos Adicionais		
Dotação Atualizada		684.000,00
Despesas Empenhadas	106.964,11	284.402,30
Despesas Liquidadas	110.651,53	207.184,47
Superávit Orçamentário		

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	106.964,11	284.402,30
Despesas Liquidadas	110.651,53	207.184,47

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	14.157.945,40

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-20.815,53	0,00%
Resultado Primário		-284.402,30	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**0,00**		**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Imposto em MDE		25,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.		60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	15.000,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	0,00

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

JAIR ANTONINHO LAZZAROTTO
Presidente

AMADO APARECIDO DE OLIVEIRA
1º SECRETARIO(a)

ANA CARLA DILL PAIANO
CONTADOR

Emissão: 23/05/2016 10:40:08

Page 1 de 1
Homologado

CAMARA MUNICIPAL NOVA GUARITA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	684.000,00		684.000,00	106.964,11	284.402,30	110.651,53	207.184,47	30,29	476.815,53
DESPESAS CORRENTES	669.000,00		669.000,00	106.964,11	284.402,30	110.651,53	207.184,47	30,96	461.815,53
Pessoal e Encargos Sociais	388.000,00		388.000,00	66.220,24	129.505,01	66.220,24	129.505,01	33,37	258.494,99
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	281.000,00		281.000,00	40.743,87	154.897,29	44.431,29	77.679,46	27,64	203.320,54
DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00		15.000,00						15.000,00
Investimentos	15.000,00		15.000,00						15.000,00
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	684.000,00		684.000,00	106.964,11	284.402,30	110.651,53	207.184,47	30,29	476.815,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	684.000,00		684.000,00	106.964,11	284.402,30	110.651,53	207.184,47	30,29	476.815,53
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	684.000,00		684.000,00	106.964,11	284.402,30	110.651,53	207.184,47	30,29	476.815,53

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Emissão: 23/05/2016 10:42:03

Homologado

CAMARA MUNICIPAL NOVA GUARITA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

JAIR ANTONINHO LAZZAROTTO
PRESIDENTE

AMADO APARECIDO DE OLIVEIRA
1° SECRETARIO

ANA CARLA DILL PAIANO
CONTADOR CRC/MT-013618/0-8

Emissão: 23/05/2016 10:42:03 Page 2 de 2
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISTRATO Nº 002/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT

Contratado: Fernanda Moraes da Cunha

Distrato: Fica rescindido a partir de 06/04/2016 o contrato de prestação de serviços nº 020/15/SMA/PMNG, que teria prazo para expirar em 31/05/2016.

Data: 06/04/2016.

CONSÓRSIO DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 009/2016/CISRNM

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE; CNPJ/MF N.º 02.056.667/0001-31.

CONTRATADA: *EDWIN DE ALMEIDA COSTA; CNPJ/MF n.º 21.661.201/0001-00*

VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS.

VINCULAÇÃO: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016 E PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666,DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VIGÊNCIA: 08 MESES

Colíder/MT, 02 DE MAIO DE 2016.

Nathaly Emmanuelly Silva Nahum Pereira

Portaria n.º 019/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2016-
LOCAÇÃO CAMINHÃO PIPA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através dasua Pregoeira Oficial,torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º **15/2016**, cujo objeto é a **Seleção de melhor proposta objetivando o MENOR PREÇO/ GLOBAL para locação no município de Nova Guarita – MT, 01 (um) Caminhão Pipa trucado, com potencia mínima de 140 cv, equipado com reservatório de água, de no mínimo 10.000 (dez mil) litros, por 44 (quarenta e quatro) Horas Semanais com Motorista e sem limite de quilometragem, para ficar a disposição da Secretária Municipal de Obras,** tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativas descritas em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **06/06/2016, às 08:30** horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br. Recibos de retirada do edital devem ser enviados para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 24 de Maio de 2016.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 020/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 020/2016 PROCESSO 033/2016

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de 01 (um) veículo zero-quilômetro, sendo tipo caminhonete utilitário 4x4 diesel de no mínimo 140cv para atendimento ao projeto de estimulação, intensificação e desenvolvimento de ações voltada ao enfrentamento da Dengue, Chikungunhua e Zica Vírus, conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes no Termo de Referência n° 1605/2016.

CONTRATADOS:

J. C. AUTO MOTORS LTDA

VALOR TOTAL:R$ 116.000,00 (Cento e dezesseis mil reais).

Nova Lacerda- MT **25 de Maio de 2016.**

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 019/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 019/2016 PROCESSO 031/2016

OBJETO: Contratação de empresa para Locação de estruturas físicas, equipamentos e prestação de serviços locução de rodeio, comercial, salva vidas, show humorístico (palhaço), juiz de rodeio, segurança e filmagem, para realização 14ª EXPONOVA.

CONTRATADOS:

GLEIDE MARCOS PEREIRA DE CARVALHO-ME

R$12.900,00 (Doze mil e novecentos reais)

JULYANA NATALLY TORQUATO EIRELI-ME

R$88.160,00 (Oitenta e oito mil cento e sessenta reais)

VALOR TOTAL:R$ 101.060,00 (Cento e um mil e sessenta reais).

Nova Lacerda- MT **25 de Maio de 2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2016

EMENTA: ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 022/2015 QUE DESIGNA O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO PARA COORDENAÇÃO, DISCUSSÃO, AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME O TERMO ADITIVO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA NO 04/2014 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, ASSINADO E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Lei Orgânica Municipal a Lei Federal nº 11.445/2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto Municipal Nº 022/2015 que instituiu o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, que ficará composto pelos seguintes membros:

I – APARECIDA CLESTIANE DA COSTA SOUZA (Secretária Municipal de Saúde) Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II – AGUINALDO MANHEZZO JUNIOR (Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente) Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

III – MARIA DE LOURDES DALFIOR DE OLIVEIRA (Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Cultura) Representante da Secretaria de Educação;

IV – PAULO WAGNER NOGUEIRA DIAS (Secretário Municipal de Infra Estrutura) Representante da Secretaria Municipal de Secretário de Infra Estrutura;

V – OSMARINA FERREIRA DALFIOR (Secretária Municipal de Assistência Social) Representante da Secretaria de Assistência Social;

VI – FABIANY ROBERTA GOMES MERLIN GALLO (Secretária Municipal de Planejamento e Saneamento) Representante da Secretaria de Planejamento e Saneamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

I - Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

II - Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental;

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

I - CAMILA AZAMBUJA OKUZONO (Engenheira Civil);

II - BENEDITO CLEMENTINO CHAVES JUNIOR (Chefe de Deptº de Água e Esgoto);

III - ELZO APARECIDO PICALHO (Chefe de Departamento de Serviços Urbanos);

IV - CRESTIANO SOARES DE ARRUDA (Chefe de Seção de Telefonia e Reprografia);

V - EMERSON GOMES FERREIRA (Coordenador de Informações de Saúde);

VI - HARRISON ORMOND (Engenheiro Agrônomo);

VII - MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO (Coordenadora do CRAS);

VIII - WILMARA SOARES SILVA MEIRA (Assistente Social);

IX - ALDELANGE NIZA DO NASCIMENTO (Professora).

PARÁGRAFO ÚNICO. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da prefeitura municipal de Nova Marilândia, aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

_____

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2016

EMENTA: FICA DECLARADO PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, O DIA 27 (VINTE E SETE) DE MAIO DE 2016, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,prefeito do município de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Constituição Estadual a Lei Orgânica Municipal e o seguinte:

CONSIDERANDO o custo benefício dos serviços prestados diante do feriado do dia 26 (vinte seis) de maio de 2016;

CONSIDERANDO a pequena quantidade de servidores do município acarretando sobrecarga de serviços e os mesmos necessitam de descanso, lucrando o município com o aumentando da produtividade;

CONSIDERANDO que as horas não laboradas pelos servidores, serão compensadas em igual número oportunamente;

CONSIDERANDOo princípio da continuidade do serviço público, a exigir a manutenção dos serviços essenciais, assim como a uniformidade na conduta entre os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, o dia 27 (vinte e sete) de maio de 2016.

Art. 2º - Os serviços essenciais como coleta de lixo, limpeza pública, saúde pública, e outros que não admitem paralisação funcionarão normalmente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

_____

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, e afixado no mural da unidade gestora

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇO 005/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA CONTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS NO COMPLEXO TURISTICO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA/MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 792393/2013- MINISTÉRIO DO TURISMO/ CAIXA ECONOMICA FEDERAL PROCESSO Nº2628.1009658-09/2013. O Município de NOVA MARILÂNDIA – Estado de Mato Grosso – pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tiradentes, 211 N, Bairro Centro, CEP: 78. 415-000, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para a todos os interessados, que o julgamento da Tomada de Preços 005/ 2016, realizado às 09:00 horas do dia 24/05/2016, deu por deserto o certame por não comparecimento de interessados.

NOVA MARILANDIA MT, 24 de maio de 2016.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS 007/2016

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 007/2016

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PREÇO TOTAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO E RODEIO NO COMPLEXO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE N° 791924/13 – MINISTÉRIO DO TURISMO / CAIXA ECONOMICA FEDERAL PROCESSO N° 2628.1009528-52/2013

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, através de sua CPL, torna público a todos os interessados que realizará às **09:00HS**, do dia **10/07/2016**. Em sua sede na Av. Tiradentes, nº211N – Bairro Centro – Nova Marilândia- MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de **R$ 50,00 (cinquenta reais).**

NOVA MARILANDIA - MT 24 DE MAIO DE 2016.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

EDITAL DE PUBLICAÇÃO.

Em cumprimento ao disposto no Art.165 CF e Art.52 da Execução Orçamentária e Art. 53 da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, com referencia a ampla publicidade, A **Prefeitura Municipal de Nova Maringá**, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado; no mural da Prefeitura, Câmara Municipal, jornal AMM, www.novamaringa.mt.gov.br, *Os Relatórios resumidos da Execução Orçamentária do 2º Bimestre do Exercício de 2016*.

OBS: No Diário Oficial somente esse Edital de Publicação.

Nova Maringá – MT, 23 de Maio de 2016.

_____

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1° - Anexo I) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	26.490.626,48	-28.000,00	26.462.626,48	3.221.841,38	8.201.901,81	3.230.995,26	6.425.053,18	24,27	20.037.573,30
DESPESAS CORRENTES	22.075.019,95	160.750,00	22.235.769,95	2.971.261,59	7.717.416,30	3.193.928,47	6.382.563,14	28,70	15.853.206,81
Pessoal e Encargos Sociais	8.853.490,00	-124.724,94	8.728.765,06	1.450.765,59	2.931.472,55	1.450.765,59	2.931.472,55	33,58	5.797.292,51
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00		10.000,00						10.000,00
Outras Despesas Correntes	13.211.529,95	285.474,94	13.497.004,89	1.520.496,00	4.785.943,75	1.743.162,88	3.451.090,59	25,56	10.045.914,30
DESPESAS DE CAPITAL	4.385.276,77	-188.750,00	4.196.526,77	250.579,79	484.485,51	37.066,79	42.490,04	1,01	4.154.036,73
Investimentos	4.365.276,77	-188.750,00	4.176.526,77	250.579,79	484.485,51	37.066,79	42.490,04	1,01	4.134.036,73
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	20.000,00		20.000,00						20.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.329,76		30.329,76						30.329,76
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	26.490.626,48	-28.000,00	26.462.626,48	3.221.841,38	8.201.901,81	3.230.995,26	6.425.053,18	24,27	20.037.573,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.490.626,48	-28.000,00	26.462.626,48	3.221.841,38	8.201.901,81	3.230.995,26	6.425.053,18	24,27	20.037.573,30
SUPERÁVIT (XIII)			28.000,00	596.146,98		586.993,10	1.308.027,11	671,52	-1.280.027,11
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.490.626,48	-28.000,00	26.490.626,48	3.817.988,36	8.201.901,81	3.817.988,36	7.733.080,29	29,19	18.757.546,19

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Emissão: 24/05/2016 10:36:28

Homologado

PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1° - Anexo I) R$ 1,00

JOÃO BRAGA NETO
PREFEITO

LUCIANA GARCIA HARALA
CRC.016315/0-3

Emissão: 24/05/2016 10:36:28 Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.490.626,48	26.490.626,48	3.817.988,36	14,41	7.733.080,29	29,19	18.757.546,19
RECEITAS CORRENTES	25.490.626,48	25.490.626,48	3.725.501,01	14,61	7.640.592,94	29,97	17.850.033,54
RECEITA TRIBUTARIA	2.023.345,05	2.023.345,05	560.362,55	27,69	941.457,42	46,52	1.081.887,63
Impostos	1.919.678,69	1.919.678,69	498.779,69	25,98	838.465,15	43,67	1.081.213,54
Taxas	103.666,36	103.666,36	61.582,86	59,40	102.992,27	99,34	674,09
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	175.000,00	175.000,00	11.803,03	6,74	43.632,06	24,93	131.367,94
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	175.000,00	175.000,00	11.803,03	6,74	43.632,06	24,93	131.367,94
RECEITA PATRIMONIAL	125.000,00	125.000,00	39.962,06	31,96	73.142,76	58,51	51.857,24
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	125.000,00	125.000,00	39.962,06	31,96	73.142,76	58,51	51.857,24
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	19.135,60	12,75	32.956,79	21,97	117.043,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.727.281,43	22.727.281,43	3.039.984,71	13,37	6.454.284,40	28,39	16.272.997,03
Transferências Intergovernamentais	22.327.281,43	22.327.281,43	2.934.396,31	13,14	6.348.696,00	28,43	15.978.585,43
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	400.000,00	400.000,00	105.588,40	26,39	105.588,40	26,39	294.411,60
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	290.000,00	290.000,00	54.253,06	18,70	95.119,51	32,79	194.880,49
Multa de Juros de Mora	45.000,00	45.000,00	7.121,18	15,82	13.712,02	30,47	31.287,98
Indenizações e Restituições	100.000,00	100.000,00	13.151,01	13,15	20.197,44	20,19	79.802,56
Receita da Dívida Ativa	145.000,00	145.000,00	33.980,87	23,43	61.210,05	42,21	83.789,95
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	92.487,35	9,24	92.487,35	9,24	907.512,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00					150.000,00
Alienação de Bens Móveis	150.000,00	150.000,00					150.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	850.000,00	850.000,00	92.487,35	10,88	92.487,35	10,88	757.512,65
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	850.000,00	850.000,00	92.487,35	10,88	92.487,35	10,88	757.512,65
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	26.490.626,48	26.490.626,48	3.817.988,36	14,41	7.733.080,29	29,19	18.757.546,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.490.626,48	26.490.626,48	3.817.988,36	14,41	7.733.080,29	29,19	18.757.546,19
DÉFICIT (VI)					468.821,52		-468.821,52
TOTAL(VII) = (V + VI)	26.490.626,48	26.490.626,48	3.817.988,36	14,41	8.201.901,81	30,96	18.288.724,67
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 24/05/2016 10:36:28

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL/2016

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

JOÃO BRAGA NETO
PREFEITO

LUCIANA GARCIA HARALA
CRC.016315/0-3

Emissão: 24/05/2016 10:36:28

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

BIMESTRE MARÇO a ABRIL de 2016

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.340.626,48	25.312.626,48	3.221.841,38	8.201.901,81	3.230.995,26	6.425.053,18	100,00	25,38	18.887.573,30
LEGISLATIVA									
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	5.176.500,00	5.013.400,00	669.367,85	1.813.947,20	706.889,09	1.494.945,41	23,26	29,81	3.518.454,59
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ADMINISTRACAO GERAL	645.000,00	525.956,51	77.858,27	176.930,35	79.342,77	149.582,60	2,32	28,44	376.373,91
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	140.000,00	126.100,00	21.356,10	44.249,69	21.876,61	43.364,03	0,67	34,38	82.735,97
ASSISTENCIA AO IDOSO	38.000,00	49.000,00		2.000,00	394,24	611,40		1,24	48.388,60
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	5.000,00	5.000,00							5.000,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	295.000,00	391.950,00	75.673,77	174.888,66	67.097,23	134.140,08	2,08	34,22	257.809,92
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	970.000,00	886.100,00	146.116,15	411.354,84	176.866,21	375.489,27	5,84	42,37	510.610,73
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.318.000,00	1.368.750,00	71.089,32	471.292,69	174.330,07	250.181,35	3,89	18,27	1.118.568,65
ATENCAO BASICA	2.764.333,69	2.782.783,69	808.712,55	1.593.854,06	610.162,43	1.264.970,39	19,68	45,45	1.517.813,30
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	10.000,00	24.700,00	11.004,40	22.008,60	11.004,40	22.008,60	0,34	89,10	2.691,40
VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00	5.000,00							5.000,00
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	3.340.500,00	3.248.245,00	313.338,30	693.230,76	342.768,37	657.938,69	10,24	20,25	2.590.306,31
ALIMENTACAO E NUTRICAO	265.000,00	265.000,00	46.693,67	48.487,33	46.693,27	48.486,93	0,75	18,29	216.513,07
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	12.000,00	12.000,00							12.000,00
EDUCACAO ESPECIAL	163.000,00	221.755,00		178.750,00	32.500,00	48.750,00	0,75	21,98	173.005,00
EDUCACAO INFANTIL	930.280,00	982.280,00	240.149,25	404.378,11	224.449,05	388.087,91	6,04	39,50	594.192,09
ENSINO FUNDAMENTAL	2.706.000,00	2.687.500,00	371.722,36	819.246,96	391.257,60	786.320,03	12,23	29,25	1.901.179,97
ENSINO SUPERIOR	30.000,00	30.000,00							30.000,00
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	85.000,00	81.500,00		15.000,00	3.363,41	12.083,76	0,18	14,82	69.416,24
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	700.000,00	830.000,00		225.595,47					830.000,00
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	225.000,00	225.000,00							225.000,00
SANEAMENTO									
ADMINISTRACAO GERAL	355.000,00	433.193,49	113.628,50	245.221,99	61.943,54	116.537,39	1,81	26,90	316.656,10
SANEAMENTO BASICO URBANO	240.000,00	240.000,00							240.000,00
GESTÃO AMBIENTAL									
ADMINISTRACAO GERAL		113.400,00	22.418,34	22.418,34	22.418,34	22.418,34	0,34	19,76	90.981,66

Emissão: 24/05/2016 10:34:40

Homologado

PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE MARÇO a ABRIL de 2016

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ADMINISTRACAO GERAL	430.000,00	410.000,00	63.991,92	136.693,86	68.138,38	131.540,70	2,04	32,08	278.459,30
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	150.000,00	150.000,00							150.000,00
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	225.000,00	85.000,00							85.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	205.000,00	205.000,00		20.000,00		171,09		0,08	204.828,91
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	3.291.776,77	3.291.776,77	159.484,23	401.886,74	142.132,00	384.534,51	5,98	11,68	2.907.242,26
DESPORTO E LAZER									
ADMINISTRACAO GERAL	55.000,00	57.000,00	9.236,40	15.559,90	9.236,40	15.559,90	0,24	27,29	41.440,10
DESPORTO COMUNITARIO	240.000,00	240.000,00							240.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS									
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	264.906,26	264.906,26		264.906,26	38.131,85	77.330,80	1,20	29,19	187.575,46
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	30.000,00	30.000,00							30.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.329,76	30.329,76							30.329,76
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 25.340.626,48	R$ 25.312.626,48	R$ 3.221.841,38	R$ 8.201.901,81	R$ 3.230.995,26	R$ 6.425.053,18	100,00	25,38	R$ 18.887.573,30

JOÃO BRAGA NETO
PREFEITO

LUCIANA GARCIA HARALA
CRC.016315/0-3

Emissão: 24/05/2016 10:34:40 Page 2 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 16/2016-DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA ESPECIAL POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DA SERVIDORA SRA. MARLENE MONTEIRO DE SOUZA TIEDT

PORTARIA N.º 16/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição em favor da servidora Sra. Marlene Monteiro de Souza Tiedt".

A Diretora Executiva do Previ-Verde, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 178, da Lei Municipal n.º 289/2005, de 06 de dezembro de 2005, Art. 93, incisos "I", "II", "III", "IV", da Lei Municipal n.º 783/2015, de 03 de Dezembro de 2015.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Marlene Monteiro de Souza Tiedt, portadora do RG. n.º 4294211 – SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 536.336.101-97 e da Cédula Eleitoral de n.º 005173011899, Zona "050", Seção "0127", servidora efetiva no cargo de Professora de I a IV, Nível "VII", Classe "C", contando com um total de 9.249 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos e 05 (cinco) meses, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matricula n.º 10102, com proventos integrais, conforme o processo do PREVVER, n.º 03/2016, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Monte Verde/MT, 24 de maio de 2016.

MARCIA CRISTINA DE S. BATISTA

Diretora Executiva

PREVVER

HOMOLOGO: ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 14/2016-DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DO SERVIDOR SR. GILMAR DA COSTA

Portaria n.º 14/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor do servidor Sr. GILMAR DA COSTA".

A Diretora Executiva do PREVVER, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constituição n.º 41, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 70, de 29 de Março de 2012, Art. 178 da Lei Municipal de nº. 289/2005, de 06 de Dezembro de 2005, Art. 12, inciso "I", combinado com o Art. 14, § único e Art. 13, §6º, da Lei Municipal de nº. 783/2015, de 03 de Dezembro de 2015.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. GILMAR DA COSTA, portador do RG. n.º 1348565-2 – SSP/MT, CPF/MF n.º 903.250871-72, e da cédula eleitoral 191982118/30, efetivo no cargo de PROFESSOR, nível “V”, classe “C”, contando com um total de 5.086 dias, ou seja, 13 (trezes) anos, 10 (dez) meses e 03 (três) dias, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do PREVVER de n.º 02/2016, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrarias.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Monte Verde – MT, 11 de maio de 2016.

MARCIA CRISTINA DE SOUZA BATISTA

Diretora Executiva

Certificação Profissional ANBID CPA 10

HOMOLOGO

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 90/2016-DECRETA LUTO OFICIAL DE 01 (UM) DIA EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO SENHOR MISAEL RODRIGUES BARACHO.

DECRETO Nº 90/2016

De 24 de Maio de 2016.

SÚMULA: DECRETA LUTO OFICIAL DE 01 (UM) DIA EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO SENHOR MISAEL RODRIGUES BARACHO.

ARION SILVEIRA, Prefeito de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado luto oficial pelo prazo de 01 (um) dia, em decorrência do falecimento do Sr. Misael Rodrigues Baracho, ocorrido em 23 de Maio de 2016, considerando os relevantes serviços que prestou à comunidade monteverdense atuando como Vigia na Estrutura Administrativa .

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde – MT, 24 de Maio de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016.

	AUXILIAR DE BANHO/CORREDOR CMEI		PROVA TEÓRICA	NOTA FINAL	RESULTADO				
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	PORT	MAT	HIST/GEO	C. ESPEC	FINAL	
1º		Greidielle Facco Paulino		25	15	25	25	90	APROVADA
2º		Daniele Freitas Barbosa		25	20	15	25	85	APROVADA
		Rosangela Daiane F. Barbosa		25	20	20	20	85	CLASSIFICADA
		Ana Paula Alves da Silva		25	20	15	20	80	CLASSIFICADA
		Tathiane Andrade		20	15	20	20	75	CLASSIFICADA
		Gabriela Ribeiro de Castro		25	15	25	10	75	CLASSIFICADA
		Poliane Cristina Silva de Araujo		25	20	20	10	75	CLASSIFICADA
		Viviane Bernardo Aguiar		25	20	15	15	75	CLASSIFICADA
		Regina Helena M. G. Belloni		20	15	10	25	70	CLASSIFICADA
		Aline Carol Gonçalves		25	10	15	20	70	CLASSIFICADA
		Claudia C. M. Camargo		25	15	20	10	70	CLASSIFICADA
		Regiane dos Santos Zerwes		25	10	15	15	65	CLASSIFICADA
		Daniela dos Santos Corsato		20	20	10	15	65	CLASSIFICADA
		Janaine Aparecida F. de L. Krik		15	15	05	20	55	CLASSIFICADA
		Maria Helena G. dos Santos		20	10	15	10	55	CLASSIFICADA
		Juliana Spalonci Pereira	19/08/1988	20	15	10	10	55	CLASSIFICADA
		Maria de Fátima Ferreira de Lima	25/08/1993	20	15	10	10	55	CLASSIFICADA
		Suzana Augusta Dionisio		25	15	10	05	55	CLASSIFICADA
		Camila Carvalho Pereira		20	15	10	05	50	CLASSIFICADA
		Andréia Cristina Pezzini		15	10	05	05	35	CLASSIFICADA
		Gisele Keli da Silva Lima		15	05	05	05	30	CLASSIFICADA
		Cleonice P. dos Santos Fogaça		20	20	15	-	55	REPROVADA
		Terezinha Ribeiro dos Santos							AUSENTE
		Viviane Silva de Oliveira							AUSENTE
		Aline Gleice da Rocha							AUSENTE
		Maria de Lourdes Ribeiro Azevedo							AUSENTE

	AUXILIAR DE SALA CMEI		PROVA TEÓRICA	NOTA FINAL	RESULTADO			
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	PORT	MAT	HIST/ GEO	C. ESPEC	FINAL	
1º		Tatiane Felix Pereira		25	20	20	25	90	APROVADA
		Fabrícia Ovani da Silva		25	20	25	20	90	CLASSIFICADA
		Daiane Pereira dos Santos		25	20	10	25	80	CLASSIFICADA
		Juliana Dias		25	10	25	20	80	CLASSIFICADA
		Vanessa dos Santos Gomes		20	25	20	15	80	CLASSIFICADA
		Gabriele dos Nascimento Silva		25	15	15	20	75	CLASSIFICADA
		Maria Elizabete Effting	04/11/1996	25	15	15	15	75	CLASSIFICADA
		Viviane Liellen G. di Bonito	10/10/1998	25	20	15	15	75	CLASSIFICADA
		Claudete Nunes de Magalhães		25	20	20	10	75	CLASSIFICADA
		Raquel Benitez Pereira		25	05	15	25	70	CLASSIFICADA
		Maria de Nazaré P. de Carvalho		25	10	20	15	70	CLASSIFICADA
		Camila Borges de Aragão		25	15	15	15	70	CLASSIFICADA
		Daiana Paula de Oliveira		20	15	20	15	70	CLASSIFICADA
		Juliana Leandro Martins		20	25	10	15	70	CLASSIFICADA
		Juliana Tiedt Galvão		15	10	20	20	65	CLASSIFICADA
		Elibriane dos Santos de Farias		15	15	15	20	65	CLASSIFICADA
		Rosângela Aparecida dos Santos Silva		20	25	15	05	65	CLASSIFICADA
		Flavia Cristina Moro		25	20	10	05	60	CLASSIFICADA
		Keiti Daiana Grillo		20	20	15	05	60	CLASSIFICADA
		Angela Maria dos Santos		20	10	10	05	45	CLASSIFICADA
		Sônia Freitas Firme							AUSENTE

	AUXILIAR DE SALA ALTO PARAISO		PROVA TEÓRICA	NOTA FINAL	RESULTADO			
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	PORT	MAT	HIST/ GEO	C. ESPEC	FINAL	
1º		Rosimeire Fernandes da Silva		20	25	20	25	90	APROVADA
		Gerta Terezinha Kist		20	15	10	25	70	CLASSIFICADA
		Célia Regina de O. Vasconcellos		15	20	20	10	65	CLASSIFICADA

	AUXILIAR DE SALA ROBERTO J. FERREIRA		PROVA TEÓRICA	NOTA FINAL	RESULTADO			
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC	PORT	MAT	HIST/ GEO	C. ESPEC	FINAL	
1º		Eliane Dias		25	20	15	25	85	APROVADA
2º		Vanessa Joaquim da Costa		25	15	20	20	80	APROVADA
		Cacilda de Oliveira Eloy		20	20	20	20	80	CLASSIFICADA
		Fabiana Nunes de Morais		20	15	15	25	75	CLASSIFICADA
		Marinete Mendes da Cruz		25	15	15	20	75	CLASSIFICADA
		Katia Regina H. Duarte		20	10	20	20	70	CLASSIFICADA
		Iêda Barros Cunha		20	15	15	10	65	CLASSIFICADA
		Rodrigo Alexandre Miquilim Cabral		20	20	15	05	60	CLASSIFICADO
		Sônia Ferreira Mathias dos Santos							AUSENTE
		Tais de Lima da Silva							AUSENTE

	PROFESSOR PEDAGOGIA ROBERTO J. FERREIRA	DATA NASC	PROVA TEÓRICA	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO FINAL				
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT	MAT	HIST/ GEO	C. ESPEC					
1º		Ana Ligia B. A. Candido		9	6	6	12	33	40	73	APROVADA
2º		Édna Szczerba		6	12	12	12	42	24	66	APROVADA
3º		Maria dos Anjos P. S. Silva		6	3	9	3	21	40	61	APROVADA
4º		Maria Aparecida F. Farias		6	6	12	6	28	24	52	APROVADA
5°		Janaina Ferreira da Silva		9	3	3	9	24	24	48	CLASSIFICADA

	PROFESSOR PEDAGOGIA DOM JOÃO VI	DATA NASC	PROVA TEÓRICA	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO FINAL				
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT	MAT	HIST/ GEO	C. ESPEC					
1º		Geneci Barbosa Martins		6	0	12	6	24	24	48	REPROVADA

NOVA MONTE VERDE, 24 DE MAIO DE 2016

VALDINEI DE OLIVEIRA PRADO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Decreto 040/2016

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DOS TERMOS ADITIVOS DE MARÇO DE 2016

CONTRATO Nº. 003/2016

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e EDNA SZCZERBA

2. Fica Alterada a Cláusula Segunda do Contrato 003/2016 onde a carga horária do presente contrato passa a ser de 26 (vinte e seis) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, desenvolvendo suas atividades na Escola Municipal "Roberto José Ferreira" conforme escala respectiva.

3. DATA ASSINATURA: 01 de março de 2016

CONTRATO Nº. 010/2016

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e MARIA DE FATIMA PATO

2. Fica Alterada a Cláusula Segunda do Contrato 010/2016 onde a carga horária do presente contrato passa a ser de 10 (dez) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, desenvolvendo suas atividades na Escola Municipal "Roberto José Ferreira" conforme escala respectiva.

3. DATA ASSINATURA: 01 de março de 2016

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DOS TERMOS ADITIVOS DE ABRIL DE 2016

CONTRATO Nº. 003/2016

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e EDNA SZCZERBA

2. Fica Alterada a Cláusula Segunda do Contrato 003/2016 onde a carga horária do presente contrato passa a ser de 29 (vinte e nove) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, desenvolvendo suas atividades na Escola Municipal "Roberto José Ferreira" conforme escala respectiva.

3. DATA ASSINATURA: 01 de abril de 2016

CONTRATO Nº. 039/2016

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e MARI NEUZA GUEDES DOS SANTOS

2. Fica Alterada a Cláusula Segunda do Contrato 039/2016 onde a carga horária do presente contrato passa a ser de 31 (trinta e uma) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, desenvolvendo suas atividades na Escola Municipal "Roberto José Ferreira" conforme escala respectiva.

3. DATA ASSINATURA: 01 de abril de 2016

CONTRATO Nº. 010/2016

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e MARIA DE PATO

2. Fica Alterada a Cláusula Segunda do Contrato 039/2016 onde a carga horária do presente contrato passa a ser de 31 (trinta e uma) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, desenvolvendo suas atividades na Escola Municipal "Roberto José Ferreira" conforme escala respectiva.

3. DATA ASSINATURA: 01 de abril de 2016

LICITAÇÕES
RESUMO DOS CONTRATOS

CONTRATO Nº. 19/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e INSTITUTO VIDA EIRELI - ME

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SERVIÇOS MÉDICOS COMO PLANTONISTA SOB REGIME DE SOBREAVISO NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE NOVA MONTE VERDE-MT**.**

3. DATA ASSINATURA: 08 de Março de 2016

4.VIGÊNCIA: 08 de Maio de 2016

5.VALOR GLOBAL: R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

6.LICITAÇÃO:

CONTRATO Nº. 20/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e ANA EMILIA IPONEMA BRASIL

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MINISTRAR CAPACITAÇÃO E PALESTRA ALUSIVAS AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, NOS DIAS 11 E 12 DE MARÇO DE 2016, NO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT**.**

3. DATA ASSINATURA: 09 de Março de 2016

4.VIGÊNCIA: 31 de Março de 2016

5.VALOR GLOBAL: R$ 7.000,00 (sete mil reais)

6.LICITAÇÃO:

CONTRATO Nº. 21/2016/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e INTERCÁRDIO, COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

2.OBJETO:O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO ELETROCARDIOGRÁFICA E COMODATO DE EQUIPAMENTO MÉDICO.

3. DATA ASSINATURA: 09 de Março de 2016

4.VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2016

5.VALOR GLOBAL: R$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais).

6.LICITAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PORTARIA Nº 1100 DE 02 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1100 DE 02 DE MAIO DE 2016

"Dispõe sobre a Vacância de cargo de servidor público."

A Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 62, inciso VI e 87, inciso II, alínea *"a"* da Lei Orgânica do Município de Nova Nazaré- MT c/c o art. 21 e art. 24, inciso V, ambos da Lei Complementar nº 023, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de **Telefonista**, ocupado pelo servidor **JULIANA FERREIRA DE REZENDE ALVES**, inscrito no RG n° 1792064-7 SSP/MT e CPF nº 017.956.891-45, matrícula 062, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 24, inciso V da Lei Complementar Municipal nº 023 de 23 de agosto de 2007.

Art. 2º A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido do servidor, a partir da data em que a servidora assumir o outro cargo.

Retroagindo seus efeitos para o dia 23 de fevereiro de 2015, dia de nomeação do referido no cargo de MOTORISTA, revogadas as disposições em contrário.

Nova Nazaré-MT, aos 07 dias de abril de 2015.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 1117 DE 20 DE MAIO DE 2.016.

"Dispõe sobre Nomeação de Função Gratificada e dá outras providências".

A Senhora **Railda de Fátima Alves** Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o servidor ***Waldenir Junior Ribeiro da Cruz*****,** inscrita no CPF sob o nº **035.442.341- 06** a Função Gratificada, Serviço de Alta Complexidade que se enquadra no quadro 2, alínea II símbolo FG - A da Lei Complementar N°. 030 de 01 de Julho de 2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de Maio de 2016.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de maio de 2.016.

RAILDA DE FATIMA ALVES CARVALHO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 1116 DE 20 DE MAIO DE 2.016.

"Dispõe sobre Nomeação de Função Gratificada e dá outras providências".

A Senhora **Railda de Fátima Alves** Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a servidora ***RAYÇA ALVES DE CARVALHO*****,** inscrita no CPF sob o nº 046.345.811-75 a Função Gratificada, Serviço de Alta Complexidade que se enquadra no quadro 2, alínea II símbolo FG - A da Lei Complementar N°. 030 de 01 de Julho de 2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de Maio de 2016.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de maio de 2.016.

Railda de Fátima Alves CARVALHO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 1115 DE 20 DE MAIO DE 2.016.

"Dispõe sobre Exoneração de Função Gratificada e dá outras providências".

A Senhora **Railda de Fátima Alves** Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a servidora ***MARCIA SIRLEI DA SILVA*****,** inscrita no CPF sob o nº 838.946.911-15 da Função Gratificada, Serviço de Alta Complexidade que se enquadra no quadro 2, alínea II símbolo FG - A da Lei Complementar N°. 030 de 01 de Julho de 2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 10 de Maio de 2016, revogados as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 841 de 21 de Janeiro de 2014.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de maio de 2.016.

Railda de Fátima Alves carvalho

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 1506 DE 17 DE MAIO DE 2.016

"Dispõe sobre o retorno de servidor que se encontra afastado temporariamente, e dá outras providências".

A Srª. **Raílda de Fátima Alves**, Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a solicitação do servidor de retorno as suas atividades, em anexo a este;

DECRETA

Art. 1º. - Fica convocado a servidora pública ***LUCIRENE FRANCISCA FERREIRA*****,** lotado na Secretaria de Ação Social, na função de AGENTE DE LIMPEZA, que se encontra afastado temporariamente por motivos particulares, a retornar a suas atividades a partir do dia 17 de MAIO de 2.016, ficando assim desconsiderado a concessão do afastamento.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, 17 de maio de 2.016.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES CARVALHO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº1118 DE 20 DE MAIO DE 2.016.

"Dispõe sobre a nomeação do cargo em Comissão de chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural e dá outras providências."

A Senhora **Raílda de Fátima Alves** Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º – Nomear oservidor, senhor***JOSÉ PEREIRA DE MACEDO*****,** inscrito no CPF sob o nº, **355.730.441-53**,aocupar o cargo em Comissão de **Chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural**, junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural, fazendo jus à remuneração inerente ao cargo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, retroagindo seus efeitos para dia 02/05/2016.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de Maio de 2.016.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES CARVALHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 1509 DE 24 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 1509 DE 24 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a Concessão de Licença para tratar de assunto particular e dá outras providências.

A Srª. **Railda de Fátima Alves**, Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Art. 98 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007, paragrafo único,

DECRETA.

Art. 1º. - Fica concedido Licença Particular a servidora pública ***CRISTIANE THIESEN*** inscrita sob o CPF n° 000.161.960-82**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, licença para tratar de assunto particular de até 02 (dois) anos sem subsidio, conforme citado no Artigo acima mencionado.

Art. 2°. – O período concedido terá inicio no dia 24 de maio de 2016 e término no dia 24 de maio de 2018, podendo retornar antes desse período por interesse de ambas as partes.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário,

Gabinete da Prefeita de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso em 24 de maio de 2.016.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES

Prefeita Municipal

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 010/2016 DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL Nº 010/2016 DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA

Art. 1º - A Prefeita Municipal de Nova Nazaré – MT e a Presidente da Comissão Examinadora nomeada nos termos da Portaria Municipal nº 1080/2016, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGAM** o resultado das provas (escrita objetiva + prática) para o cargo de **Operador de Máquinas**, referente ao Concurso Público, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2016, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
217767	APARECIDO JOSÉ RIBEIRO DE SIQUEIRA	18/06/1970	65,0	93,0	79,0	1.
218961	RICARDO PEREIRA RODRIGUES	28/07/1991	62,0	91,0	76,5	2.
219115	ALESSANDRO RODRIGUES DE CARVALHO	09/06/1983	59,0	92,0	75,5	3.
220196	ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO JÚNIOR	12/02/1990	64,0	NC	-0-	Desclassificado
218802	EVERTON JOSÉ ALVES	08/03/1982	62,0	*	-0-	Desclassificado
219367	JOÃO CARLOS FLORES DE SOUZA	25/06/1975	62,0	*	-0-	Desclassificado
218085	JOAO JUNIOR SOZA BUENO	15/06/1981	66,0	NC	-0-	Desclassificado
220230	JORGE ROCHA MEDRADO FERREIRA	27/12/1986	64,0	NC	-0-	Desclassificado
218968	JOVANE BARBOSA ALVES	09/10/1973	74,0	*	-0-	Desclassificado
219384	RONILDO ALEIXO DA SILVA	14/09/1981	68,0	*	-0-	Desclassificado
219299	VADENIR FIRMINO DE SOUSA	14/05/1975	59,0	NC	-0-	Desclassificado

NC – Não compareceu

***** - Desclassificado por não atender ao contido no item 8.2.1 do Edital.

Art. 2º - Fica alterado as datas de divulgação dos demais editais previstos no cronograma do Concurso, conforme segue:

I – Recurso (Prova Prática): 25, 30 e 31/05;

II – Resultado Final da Prova Prática: 01/06; e

III – Homologação do Resultado Final: 02/06.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Nazaré - MT, 24 de maio de 2016.

Prefeita Municipal

Railda de Fátima Alves CARVALHO

Presidente da Comissão Examinadora

JULIANA FERREIRA DE REZENDE ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016/PMNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2016/PMNO

A prefeitura municipal de Nova Olímpia **- Mato Grosso,** através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 003/2016/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR LOTE ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS MUNICIPAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E SIMILARES.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 15 junho**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame serão dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 24 de maio de 2016

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

EDITAL COMPLEMENTAR 011/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O Município de Nova Olímpia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Cristovão Masson**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo n° 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Turismo e Lazer.

1. Para que compareçam na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, localizada na Avenida Mato Grosso S/Nº, Centro, Nova Olímpia – MT, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e local de trabalho: I - **Dia 24 de Março de 2016 às 08h00min** para atribuição de aulas e local de trabalho.

CARGO: PEDAGOGO– ZONA URBANA

Ordem	Candidato	Nº de Insc.	Pontuação Obtida	Status		
Prova de Títulos	Prova Objetiva	Pontos Total				
40º	Dayanne Polyanna Moranti	079	3,00	52,00	55,00	Classificada
41º	Marciele Cristina de Matos	062	7,00	48,00	55,00	Classificada
42º	Angélica Gomes Araújo Ferreira	023	9,50	44,00	53,50	Classificada

CARGO: EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA

Ordem	Candidato	Nº de Insc.	Pontuação Obtida	Status		
Prova de Títulos	Prova Objetiva	Pontos Total				
	Elisângela Pontes da S. M. de Lima	047	**10,0**	48,00	58,00	Aprovada

Convocação para assumir aulas de Educação Física – Zona Urbana

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, localizada na Avenida Mato Grosso S/Nº, Centro, Nova Olímpia – MT, logo após o processo de atribuição.

Apresentar copia e originais de:

a) Identidade (RG);

b) CPF/CIC;

c) PIS ou PASEP;

d) Título de Eleitor;

e) Comprovantes de quitação eleitoral;

f) Comprovante de residência;

g) Comprovação do nível de escolaridade ou habilitação profissional exigida por Lei para a função.

h) Exame médico, julgado apto físico e mentalmente, para o exercício da função, expedido por médico.

i) Certidão de casamento ou nascimento; RG e CPF do Cônjuge.

j) Filhos menores e maiores de 18 anos, trazer a copia do nº CPF; e Certidão de Nascimento.

k) Número de conta bancária em Agência da Caixa;

l) Declaração de não acumulo de Cargo

m) Declaração de Bens e Valores

III – ORIGINAL de:

a) 01 (uma) fotografia 3x4;

b) Carteira de trabalho;

c) CPF DOS PAIS (CÓPIA)

OBS: Quem morar de aluguel ou o imóvel no nome de outra pessoa, por favor, autenticar uma DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA em CARTÓRIO.

III - Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data e horário estipulada no item I do presente edital;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Nova Olímpia - MT, 23 de Maio de 2016

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO DOS SANTOS LIMA

Secretario Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 762/2016.

SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, **Sr. DORIVAL LORCA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em regime de excepcionalidade temporária, servidores municipais, para preencher vagas e/ou substituições existentes na atual estrutura administrativa, que não foram preenchidas através do concurso público, com prazo limite de 31 de dezembro de 2016, para o quadro da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º – As vagas a serem preenchidas serão as de:

Nº de vagas	Cargo	Classe/Nível	Carga horária
01	Enfermeiro	Nível superior	40 horas semanais

§ 2º – Quando houver desistência de servidores contratados por força desta Lei ou servidores efetivos, poderá o Chefe do Executivo contratar substituto para o mesmo cargo, com a mesma remuneração, atendendo as determinações da presente lei.

Artigo 2º - As contratações dos servidores autorizados por esta Lei serão realizadas através da realização de processo seletivo especialmente designado para este fim.

Parágrafo Único – O processo seletivo será organizado por comissão especial designada para esta finalidade, por ato do poder executivo.

Artigo 3º - Os recursos orçamentários para atender a presente Lei serão aqueles constantes no orçamento vigente.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Santa Helena/MT, 24 de maio de 2016.

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 24/05/2016 à 24/06/2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DECIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2012

Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº. 021/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME

Data Assinatura: 24 de maio de 2016

O presente termo aditivo tem por objeto a SUPRESSÃO do Contrato de Prestação de Serviços nº. 021/2012

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

A supressão se justifica pela exclusão dos seguintes itens:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem o valor global de R$ 203.551,47 (Duzentos e três mil quinhentos e cinqüenta e um reais e quarenta e sete centavos); onde foi suprimido o valor de R$ 6.329,36 (Seis mil trezentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos) referentes ao constantes no item 2.1, restando um subtotal de R$ 197.222,11 (Cento e noventa e sete mil duzentos e vinte e dois reais e onze centavos), nas condições especificadas no Contrato 021/2012.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016/2015

PREGÃO PRESENCIAL: N° 033/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2015

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 24 de agosto de 2016.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 1.900 (HUM MIL E NOVECENTOS) TUBOS EM CONCRETO ARMADO, SENDO 700 (SETECENTOS) TUBOS COM DIAMETRO DE 1,00M; 400 (QUATROCENTOS) TUBOS COM DIAMETRO DE 0,80CM; 400 (QUATROCENTOS) TUBOS COM DIAMETRO DE 0,60CM E 400 (QUATROCENTOS) TUBOS COM DIAMETRO DE 0,40CM, TODOS COM ALTURA DE 1,00M, PARA SECRETARIA DE OBRAS NA INSTALACÃO EM GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS, BUEIROS E BOCAS DE LOBO NESTE MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT, conforme condições e especificações constantes no edital e seus anexos.

JANDERSON TOMASELLI - ME 18.706.042/0001-08

Seq.	Código	Descrição	Unid	Valor Unit.	Qtde	Total
1	26273	TUBO CIRCULAR EM CONCRETO ARMADO 0,60 X 1,0M	UNID	128,450	400,000	51.380,000
2	24099	TUBO CIRCULAR EM CONCRETO ARMADO 1,00 X 1,0M	UNID	220,000	700,000	154.000,000

TOTAL DO VENCEDOR 205.380,000

VALDEMAR CAON - ME 09.512.521/0001-00

Seq.	Código	Descrição	Unid	Valor Unit.	Qtde	Total
1	26274	TUBO CIRCULAR EM CONCRETO 0,40 X 1,0M	UNID	51,950	400,000	20.780,000
2	26272	TUBO CIRCULAR EM CONCRETO ARMADO 0,80 X 1,0M	UNID	179,950	400,000	71.980,000

TOTAL DO VENCEDOR 92.760,000

Nova Santa Helena - MT, 24 de agosto de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua pregoeira, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônica, do tipo "MENOR PREÇO - POR ITEM", onde a data prevista da sessão pública será às 09h00minh (Horário de Brasília) do dia 08 de junho de 2016, no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, edital e demais informações encontra se no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, Centro, Nova Santa Helena/MT, CEP: 78.548-000 Telefone (66)3523-1035. Edital completo poderá ser obtido gratuitamente pelos interessados no horário comercial ou através de e-mail: frann_paulatti@hotmail.com ou pelo site municipal: www.novasantahelana.mt.gov.br no link http://www.novasantahelena.mt.gov.br/Transparencia/, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMIONETE ZERO KM PARA O COMBATE DA DENGUE, PARA A VIGILÂNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL. Nova Santa Helena,**24**de maio de 2016. FRANCIANE PAULATTI – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECRETO Nº 037/2016

DATA: 24 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

Considerando, que no dia 26 de Maio comemora-se O Dia de Corpus Christi, feriado nacional brasileiro.

Considerando, que o feriado nacional cai na quinta feira;

DECRETA:

Art.1º – Fica instituído Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais, na sexta feira, **dia 27 de Maio de 2016** em horário integral, retornando as atividades normalmente no dia 30 de maio de 2016.

Art. 2º - Nestes dias ficarão exercendo suas funções em sistema de plantão os Postos de Saúde e outros serviços que forem essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT, EM 24 DE MAIO DE 2016.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

3º EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2016

O Município de Nova Xavantina – MT, por meio do Prefeito **João Batista Vaz da Silva – Cebola**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de adequação do presente instrumento editálicio, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO ao **Processo Seletivo Público nº. 03/2016,** de 29 de abril de 2016, para contratação temporária de excepcional interesse público para área da Saúde, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (Jornal Oficial da AMM/MT: www.amm.org.br), site da Prefeitura Municipal www.novaxavantinamt.com.br e Mural da Prefeitura Municipal, **da seguinte forma:**

Onde se lê:

ANEXO V

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS

Divulgação Preliminar da Relação de Inscritos: **25 de maio de 2016**.

Prazo para Recurso das Inscrições: **30 e 31 de maio de 2016.**

Homologação Final das Inscrições e Convocação para a realização das provas objetivas: **02 de junho de 2016.**

Leia-se:

ANEXO V

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS

Divulgação Preliminar da Relação de Inscritos: **10 de junho de 2016**.

Prazo para Recurso das Inscrições: **13 e 14 de junho de 2016.**

Homologação Final das Inscrições e Convocação para a realização das provas objetivas: **16 de junho de 2016.**

Os demais itens permanecem INALTERADOS.

Nova Xavantina - MT, 24 de maio de 2016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 99/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

RESOLVE:

Art. 1º – Elevar de Nível II para Nível III, Classe B do Anexo I – da Lei nº 987/2013 - Plano de Cargos e Carreira Salarial dos Profissionais da Saúde, a servidora **MARA VIEIRA BLAU DE SOUZA**, efetiva no cargo de **FISIOTERAPEUTA**, brasileira, portadora do RG.: 1269388-0 SSP/MT e CPF.: 958.213.171-34 conforme Certificado de Conclusão do Curso de **Especialização Gestão em Saúde,** Modalidade a distância.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 24 de maio de 2016.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 05/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**EDINA MARCIA MORAIS BROMBILLA,** portadora da cédula de identidade Nº 2095600-2 SSP/MT e CPF N° 658.130.069-15, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.

Objeto	Rescisão do contrato temporário 05/2015, com o objeto de contratação de **TECNICA EM ENFERMAGEM,** nível Médio, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De**01/02/2015 A 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01 DE FEVEREIRO DE 2016

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA Nº. 126/2016

De 19 de maio de 2016.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor do servidor Sr. Evaldo da Silva Cardoso".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constituição n.º 41, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 70, de 29 de Março de 2012, Art. 117, inciso "I", da Lei complementar 004/2001, de 28 de dezembro de 2001, Tabela II, da Lei Complementar n.º 023/2011, de 29 de Dezembro de 2011, Art. 12 Inciso, "I", alínea "a", da Lei Municipal n.º 189/2004, de 04 de Novembro de 2004.*

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o benefício de ***Aposentadoria por Invalidez***ao servidor **Sr. Evaldo da Silva Cardoso**, portador do RG n.º 427816 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 326.624.751-53, e da Cédula Eleitoral de n.º 3160121821, Zona n.º 033, Seção n.º 0131, efetivo no cargo de **Motorista, Nível "IV", Classe "B",** lotado na Secretária Municipal de Educação e Cultura, contando com um total de **4.763 dias líquidos, ou seja, 13 (treze) anos e 18 (dezoito) dias**,com ***proventos proporcionais****,* conforme o processo do **PREVI-MUNDO** n.º 002/2016 a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2016 e revogadas as disposições em contrário.**

.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Novo Mundo-MT, 19 de maio de 2016.

LIRIA KURTEN WRONSKI Diretora Executiva HOMOLOGO:

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 117/2015

EXTRATO DE recisão de CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	o Sr. **DAMIAO BACH,** portador da cédula de identidade Nº 11501111 SSP/MT e CPF N°. 828.641.101.30, brasileiro, residente e domiciliado neste município,de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário 117/2015, com o objeto de contratação de **motorista,** cat D, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De **01/07/2015 a 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2016

José Hélio Ribeiro da Silva

*Prefeito Municipal de Novo Mundo***EXTRATO DE recisão de CONTRATO**

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	o Sr. **DAMIAO BACH,** portador da cédula de identidade Nº 11501111 SSP/MT e CPF N°. 828.641.101.30, brasileiro, residente e domiciliado neste município,de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário 117/2015, com o objeto de contratação de **motorista,** cat D, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De **01/07/2015 a 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2016

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 02/2016

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**BRUNO SOUZA ARAUJO,** portador da cédula de identidade Nº 1936652-3 SSP/MT e CPF N° 023.437.281-86, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário 02/2016, com o objeto de contratação de **Apoio Administrativo Educacional não Profissionalizado (Vigia),** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Educação, em razão a substituição da servidora Marli Batista que se encontra de salario maternidade
Vigência do Contrato	De **04/01/2016 a 24/02/2016**

Novo Mundo/MT, 24 de fevereiro de 2016.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

DECRETO Nº 027/2016

De 12 de maio de 2016.

***"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências*.**"**

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica concedido Promoção de Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT – Lei Complementar n.º 023/2011:

Nome	Cargo	Classe Nível Atual	Classe Nível Novo	Motivo
SUZANA LUNA DE PAIVA	ZELADORA	A/02	B/03	Art. 23 alínea "b"

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 12 de maio de 2016

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 028/2016.

De 23 de Maio de 2016.

"Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Novo Mundo/MT".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando, que no dia 26 (vinte e seis) de Maio do corrente ano, quinta-Feira, é feriado em todo o país pelo **Dia de Corpus Christi**, e decretado ponto facultativo no dia 27 (vinte e sete) de Maio de 2016, sexta-feira, pelo Governo Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, nas Repartições Públicas no âmbito do Município de Novo Mundo/MT, no dia 27 (vinte e sete) de Maio de 2016 (sexta-feira).

Parágrafo Único – Ficam mantidos, sob a responsabilidade dos respectivos Secretários Municipais e/ou Chefes, as prestações dos serviços essenciais de saúde e coleta de lixo, em funcionamento normal e/ou especial, no mesmo dia mencionado no *caput.*

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 23 de Maio de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 125/2016

De 19 de maio de 2016.

"Dispõe sobre Exoneração à Pedido de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR**, por motivo de aposentadoria por invalidez, o Senhor**EVALDO DA SILVA CARDOSO,** portador do RG nº427816 SSP/MT e do CPF nº 326.624.751.53, servidor, efetivo no cargo de **MOTORISTA CAT D, Nível "IV", Classe "B",** lotado na Secretaria Municipal de Obras, com matricula **n.º 108**. Nomeado em 03 de MARÇO DE 2002, a partir de 02/05/2016 quando se deu o direito do benefício de aposentadoria por invalidez.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2016 revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Novo Mundo – MT, 19 de maio de 2016.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 124/2016.

De 18 de maio de 2016.

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação os servidores abaixo relacionados para adequação das fontes de recursos segundo normas do STN:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
2559	SUZANA LUNA DE PAIVA	Folha Pagamento Fundeb 40%	Folha Fundo Municipal De Saude

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 12 de maio de 2016

.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de maio de 2016.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 123/2016

De 18 de Maio de 2016.

"*Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".*

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o art.69 e 73 da LC n.º 004/2001, para o período de 01/05/2016 a 30/05/2016 ao servidor:

JOAO EDEMIR BIAZOTTO, inscrito no CPF sob o nº. 857.993.949-68, servidor público desta municipalidade no cargo de Secretário de Agricultura, devidamente matriculado sob a matrícula 2313, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 28/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Maio de 2016.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RECISÃO CONTRATO 131/2015

EXTRATO DE recisão de CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	Sra. **VANESSA ARAUJO ALVES,** portadora da cédula de identidade Nº 42558765-4 SSP/SP e CPF N°. 333.126.878.02, brasileira, residente e domiciliada neste município, de Novo Mundo/MT.

Objeto	Rescisão do contrato temporário **131/2015,** com o objeto de contratação de **odontóloga ,** nível Superior, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De **01/02/2015 A 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01/02/2016.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA N.º 122/2016.

De 12 de maio de 2016.

"***Dispõe sobre Retorno de Afastamento de servidor, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER à Sra. SUZANA LUNA DE PAIVA**, brasileira, portadora da RG 1820424-4 SSP/MT e CPF sob n° 039.003.531.90, efetiva no cargo de **Zeladora**, devidamente matriculada sob o n° 2259, o retorno do afastamento sem remuneração do trabalho, conforme requerimento protocolado no setor de RH.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito 12 de maio de 2016.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 06/2015

EXTRATO DE recisão de CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**ROSENEI INHAIA VENANCIO,** portadora da cédula de identidade Nº 4.612.853 SSP/SC e CPF N° 038.330.309-50, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário 06/2015, com o objeto de contratação de **TECNICO DE ENFERMAGEM,** nível Superior, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De **01/02/2015 a 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01/02/2016

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA Nº. 120/2016.

De 12 de maio de 2016.

"Dispõe sobre transferência de lotação dos Conselheiros Tutelares para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação os Conselheiros Tutelares, do Gabinete do Prefeito para o Fundo Municipal de Assistência Social, para adequação das fontes de recursos segundo normas do STN.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1º de maio de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 12 de maio de 2016.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 114/2015

EXTRATO DE recisão de CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	Sr. . **JOSE VALDECIR DE JESUS, p**ortador da cédula de identidade Nº 986261 SSP/MT e CPF N°. 878.028.051.04, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo MT
Objeto	Rescisão do contrato temporário 114/2015 com o objeto de contratação de **motorista,** cat D, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De 24/06/2015 a**18/02/2016**

Novo Mundo/MT, 18 de fevereiro de 2016

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA Nº. 119/ 2016

SúMULA: "NOMEIA PROFISSIONAL HABILITADO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇãO DE OBRAS E Dá OUTRAS PROVIDêNCIAS".

O SR. JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA, EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Art. 1° - Nomear o **Sr. JANDIR SVIERK**, Engenheiro Civil, CREA RNP 220408612-6 para acompanhamento e fiscalização dos serviços de **Construção de Uma Praça Pública na Comunidade 5000, Município de Novo Mundo-MT,** com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos nas Planilhas Orçamentárias e Projetos, anexos ao Edital de Tomada de Preços 002/2015, a ser realizado pela empresa **C S DA ROCHA E CIA LTDA, (CONSTRUTORA RIACHO DOCE),** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.891.121/0001.10, e Inscrição Estadual sob o nº 13316895-6, situada na Rua Pindaiba, 780, Setor Industrial, Guarantã do Norte/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr **JACEMAR MARQUES SOARES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 1091651-2 SJ/MT e inscrito no CPF Nº 862.688.561-04, residente e domiciliado na cidade deGuarantã do Norte/MT, conforme **Contrato nº 20/2016**.

§ Único – Os serviços sob responsabilidade do referido profissional que cita o caput deste Artigo, está devidamente habilitado através da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA-MT, nº 2502833.

Artigo 2° - O presente profissional promoverá o acompanhamento e fiscalização da obra, onde emitirá parecer sobre o andamento da obra quando solicitado, efetuará medições para pagamento e assumir responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação,a partir da expedição da respectiva ART.

Artigo 3° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, aos doze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 07/2015

EXTRATO DE recisão de CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**GERLANE CASTRO ALVES,** portadora da cédula de identidade Nº 25048694 SSP/MT e CPF N° 052.032.351-39, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário 07/2015, com o objeto de contratação de **recepcionista,** Nível Médio, Lotado e a Disposição da PSF Dórico Pereira de Araujo,
Vigência do Contrato	De **01/02/2015 a 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01/02/2016.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA Nº. 118/ 2016

SúMULA: "NOMEIA PROFISSIONAL HABILITADO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇãO DE OBRAS E Dá OUTRAS PROVIDêNCIAS".

O SR. JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA, EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Art. 1° - Nomear o **Sr. JANDIR SVIERK**, Engenheiro Civil, CREA RNP 220408612-6 para acompanhamento e fiscalização dos serviços de **Construção de Um Centro de Múltiplo Uso no Município de Novo Mundo-MT,** com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos nas Planilhas Orçamentárias e Projetos, anexos ao Edital de Tomada de Preços 001/2016, a ser realizado pela empresa **A. L. GALADINOVIC CONSTRUTORA - ME**, CNPJ nº.06.942.954/0001-08, com sede na Rua Govic, 09, Jardim Perim, na cidade de Colíder/MT, CEP 78.5000-000, conforme Contrato nº 14/2016.

§ Único – Os serviços sob responsabilidade do referido profissional que cita o caput deste Artigo, está devidamente habilitado através da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA-MT, nº 2498590.

Artigo 2° - O presente profissional promoverá o acompanhamento e fiscalização da obra, onde emitirá parecer sobre o andamento da obra quando solicitado, efetuará medições para pagamento e assumir responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação,a partir da expedição da respectiva ART.

Artigo 3° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 08/2015

EXTRATO DE recisão de CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**GABRIELA DE FREITAS ASSIS,** portadora da cédula de identidade Nº 041185340044 SSP/MT e CPF N° 098.994.377-19, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **08/2015,** com o objeto de contratação de **ENFERMEIRA,** nível Superior, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De **01/02/2015 A 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01/02/2016.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE RESCISÃO DECONTRATO 130/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	Sra. **FERNANDA SALVI,** portadora da cédula de identidade Nº 1815023-3 SSP/MT e CPF N°. 018.314.051-64, brasileira, residente e domiciliada neste município DE NOVO MUNDO MT
Objeto	Rescisão do contrato temporário 130/2015 com o objeto de contratação de **ENFERMEIRA,** nível Superior, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência do Contrato	De **14/08 2015 A 01/02/2016**

Novo Mundo/MT, 01 DE FEVEREIRO DE 2016

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PORTARIA N.º 117/2016.

De 09 de maio de 2016.

"***Dispõe sobre Retorno de Afastamento de servidor, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER,** a servidora **SILVIA CALZA** brasileira, portadora da RG 1757412-9 SSP/MT e CPF sob n° 939.244.611.04, efetiva no cargo de **AGENTE ADMNISTRATIVO**, devidamente matriculada sob o n° 933 o retorno do afastamento sem remuneração do trabalho, conforme requerimento protocolado no setor de RH.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito09 de maio de 2016.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 116/2016.

De 02 de Maio de 2016.

"***Dispõe sobre exoneração de cargo em comissão e retorno de lotação ao cargo efetivo, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **EXONERAR**, a Senhora **JOZENETTE DE FATIMA FIGUEIREDO RODRIGUES**, inscrita no CPF nº 021.426.223.56 e portadora da Cédula de identidade RG nº 131768020008 SSP/MA, servidora efetiva no cargo de **Técnico Administrativo Educacional**, do cargo de **Coordenadora de Cursos de Capacitação e Qualificação,** de provimento em comissão, símbolo DAS V, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007, e retorná-la à Secretaria Municipal de Educação, a pedido do respectivo Secretário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 053/2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 02 de Maio de 2016.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 166/2016

PORTARIA N° 166 DE 24 DE MAIO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Nomear o **Sr. ARI CANEDO,** inscrito no CPF/MF sob o n° 141.673. 361-20 e portador do RG sob o nº 590976SSP/MT, para responder pelo Cargo de Chefe de **DIVISÃO DE CULTURA**, nos termos do art. 9º da Lei nº. 573/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de Maio de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 47/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Pães, Bolos e Salgados,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **07/06/2016**, Segunda- feira ás 08:00 horas. O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 24 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 051/2016 20 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre aprovação para fins de **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** o empreendimento Imobiliário denominado "**LOTEAMENTO PARQUE INDEPENDENTE** ", localizado neste Município, e dá outras providencias.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, Prefeita do Município de Pedra Preta – MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a presente aprovação tem por finalidade regularizar empreendimento imobiliário já edificado e consolidado, permitindo assim, aos proprietários dos lotes já comercializados a possibilidade de escriturar sua propriedade em Cartório de Registro de Imóveis competente;

CONSIDERANDO que a presente aprovação permitirá o cadastramento dos imóveis integrantes do **LOTEAMENTO PARQUE INDEPENDENTE**, através do Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI do município junto ao Departamento de Tributação Municipal;

CONSIDERANDO ainda, que a presente aprovação permitirá a devida e legal incorporação ao Patrimônio Público Municipal de áreas de terra destinadas às áreas Publica pertencentes ao Município;

CONSIDERANDO a análise do Departamento de Engenharia deu parecer favorável à regularização do Loteamento;

CONSIDERANDO o **PROVIMENTO Nº 44, DE 18 DE MARÇO DE 2015 do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA** que estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana e Lei Municipal nº 545/ 2014.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica aprovado o projeto de regularização do loteamento denominado "**LOTEAMENTO PARQUE INDEPENDENTE"**, localizado na Zona Urbana deste município, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Pedra Preta-MT, sob o número de matrícula **nº 3250** , com área total loteada de **64.274,46m²**; loteada em **15** quadras, sendo as áreas de vias Públicas corresponde a

21.558,79m², áreas das Quadras correspondem a **42.715,67m²**; estando o mesmo de acordo com o Projeto Arquitetônico Topográfico e Memoriais descritivos de todos os lotes.

ARTIGO 2º - As áreas de destinação Publicada estão incluídas somente as ruas e avenidas pertencentes ao Loteamento **PARQUE INDEPENDENTE**.

ARTIGO 3º - O Mapa Estatístico da área loteada; o Memorial Descritivo e o Parecer Técnico do Departamento de Engenharia, que aprovou o Projeto, fazem parte integrante deste Decreto.

ARTIGO 4º - As áreas com destinação específicas não poderão ser utilizadas para outros fins e a comercialização dos lotes só se dará a partir do momento que contar com infraestrutura básica necessária (arruamento, ruas cascalhadas com meio fio, energia elétrica/iluminação pública e rede de abastecimento de água potável/ligações domiciliares) de acordo com a legislação pertinente, as expensas da loteadora.

ARTIGO 5º - As condições dispostas no artigo 3º serão aferidas mediante vistoria do Departamento de Engenharia do Município e a autorização para comercialização far-se-á mediante alvará expedido pela Prefeitura Municipal, sendo de total responsabilidade do Departamento de Engenharia, a liberação dos lotes para comercialização.

ARTIGO 6º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 488, DE 01 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 488, DE 01 DE ABRIL DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **SINVALDO SANTOS BRITO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Nomear**, o Senhor **JACSON MACIEL DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 14004585 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 956.858.711-04, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Departamento Rodoviário,** do Departamento Rodoviário, da Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 8º, X, "b", da Lei Complementar 001, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (RTIDE) de 80,00% (oitenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Abril de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2016.

Sinvaldo Santos Brito

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 108, de 29 de Janeiro de 2016, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016**, regida pela Lei Federal 10. 520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas em Edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE TODAS AS ETAPAS DE TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, VISANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS DE PROFESSORES SUBSTITUTOS E DE OUTROS CARGOS QUE NÃO TIVERAM APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIA MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO".** Que será realizado às 13:30hs do dia 07 de Junho de 2016, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço acima ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: http://portal.prefpeixotodeazevedo-mt.agilicloud.com.br/Cidadao/ConsultaPublicacoes.aspx, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07hs às 11hs e 13hs às 17hs, ou pelo fone (66) 3575-5100. Peixoto de Azevedo 24 de Maio de 2016.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro Oficial

DECRETO Nº 008, DE 1º DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 008, DE 1º DE MARÇO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **SINVALDO SANTOS BRITO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

D E C R E T A

Art.1º - Fica **Nomeado**, o Senhor **LENILTON MARDINE NETO,** portador da Cédula de Identidade RG nº 365.106 SSP/MS e do CPF nº 444.685. 551-49, para exercer o cargo em comissão de **Secretário Municipal de Esportes e Lazer,** da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 31, §1º, da Lei Complementar 02, de 26 de agosto de 2005.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, revogando-se em especial as Portarias nºs 389/2013 e nº 927/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 1º de março de 2016.

Sinvaldo Santos Brito

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222, DE 01 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 222, DE 01 DE MARÇO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **SINVALDO SANTOS BRITO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Nomear**, o Senhor **JOSEMILSON RODRIGUES DE SOUSA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1223486-9 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 842.053.931-72, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Gestão de Bens Municipais,** do Departamento de Gestão de Bens Municipais, da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no artigo 8º, IV, "d", da Lei Complementar 001, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (RTIDE) de 80,00% (oitenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Março de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Março de 2016.

Sinvaldo Santos Brito

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 341, DE 31 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 341, DE 31 DE MARÇO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **SINVALDO SANTOS BRITO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Nomear, à Senhora **MAYARA CAROLINE DO NASCIMENTO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2591412-0 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 048.594.491-00, para exercer o cargo em comissão de **Monitor de Cursos Livres,** do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do disposto no anexo III, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e das outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir 07 de Março de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 31 de Março de 2016.

Sinvaldo Santos Brito

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS N° 01/2016

TERMO DE DOAÇÃO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Pelo presente instrumento **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO,** associação civil sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 15.368.228/0001-06, com sede a Rua Cristal, n° 283, Bairro Centro Novo, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, Sr. ALANDERSON AIRES DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CIRG n° 135.6068-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 916.169.051-15, residente e domiciliado no município de Peixoto de Azevedo-MT, Estado de Mato Grosso, denominado de **DOADORA e** o **MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - ESTADO DE MATO GROSSO,** entidade de direito publico interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.238.631/000131, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Ministro César Cals, n 226, Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SINVALDO SANTOS BRITO, brasileiro, casado, médico, portador da CIRG n° 865.252-SSP/BA, inscrito no CPF sob n° 090. 597.765-34, residente e domiciliado na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT, denominado de **DONATÁRIO**, no uso dos poderes conferidos pela Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 876, de 23 de dezembro de 2013 e de acordo com Cláusula 1º do Termo de Ajustamento de Conduta - SIMP n. 001245-043/2015) firmado em 21/01/2016, têm justo e acordado a presente **DOAÇÃO COM ENCARGOS,** mediante Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a doação de bens móveis, relacionados no Anexo I, condicionada a cedência desses equipamentos para utilização pelo 14º Batalhão de Polícia Militar de Peixoto de Azevedo, na continuidade das ações e prestação de serviços do Projeto Vídeo e Monitoramento do Município como suporte ao combate a criminalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Anexo I é parte integrante e indissociável deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO DOS BENS

Os bens móveis, objetos da presente doação, destinam-se exclusivamente nas ações e prestação de serviços do Projeto Vídeo e Monitoramento do Município executados pelo Batalhão de Polícia Militar de Peixoto de Azevedo como suporte ao combate a criminalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DOADORA

a) Doar todos equipamentos que compõem o sistema de monitoramento, constantes no Anexo I, em perfeitas condições de uso e funcionamento;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

a) Efetuar manutenção preventiva e corretiva nos bens;

b) Arcar com o custeio dos serviços de manutenção do sistema que compõem os equipamentos;

c) Adquirir equipamentos complementares;

d) Ceder o objeto do presente Termo à Polícia Militar de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, conforme pactuado na Cláusula 4º do Termo de Ajustamento de Conduta - SIMP n. 001245-043/2015) firmado em 21/01/2016;

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Doação com encargos.

Por estarem às partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Doação em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de maio de 2016.

_____

ALANDERSON AIRES DA SILVA

Presidente **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT**

DOADOR

_____

SINVALDO SANTOS BRITO

Município de Peixoto de Azevedo - MT

DONATÁRIO

Testemunhas:

_____

_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ANEXO

TERMO DE DOAÇÃO

Constituem objetos do TERMO DE DOAÇÃO os seguintes equipamentos adquiridos da Associação Comercial e Industrial de Peixoto de Azevedo, portadora do CNPJ nº... , representada pelo Senhor Alanderson Aires, ora designado DOADOR em favor do DONATÁRIO.

EQUIPAMENTO	QUANT.	Nº DOC. FISCAL	VALOR
CAMERA HMEG-80 PIR 20 METROS LC7451	11	5472 – 01	25. 410,00
CAMERA SPEED DOME HM-550PTZ 37 X VS240 IHB	05	5472 – 01	36. 000,00
GRA V-RESP SIANIS AUD/VID HMSI	01	5472 – 01	4. 000,00
NO-BREAK 600 VA (115V) (1 BAT) (PRETO)	12	5472 – 01	3. 600,00
HARD DISK 2.0 TB (7200) (SATA 3) (WESTERN)	04	5472 – 01	2. 000,00
NO-BREAK 600 VA (220V) (1 BAT) (PRETO) (LACERDA)	08	5472 – 01	2. 400,00
SERVIDOR SIANIS AUD/VID HMSI	07	5472 – 01	5. 145,00
CPE WI-FI 5.8 GHZ C/ ANTENA NANO BEAN	01	5472 – 01	525,00
MESA CONTROLADORA HMC3	01	5472 – 01	1. 920,00
CAMERA SPEED DOME HM-550PTZ 37 X VS240 IHB	01	5473 – 01	7. 200,00
GRAV-RESP SINAIS AUD/VID HMSI	01	5473 – 01	4. 000,00
TV LG 50PB650B 50 PLASMA DTV	01	5473 – 01	2. 000,00
TV LG 50PB650B 50 PLASMA DTV	01	5473 – 01	2. 000,00
CPE WI-FI 5 GHZ C/ ANTENA 13 DBI-LOCO M5	13	5473 – 01	6. 825,00
CPE WI-FI 5.8 GHZ C/ ANTENA NANO BEAN	06	5473 – 01	3. 150,00
ANTENA AIRMAX TITANIUM MID GAIN 60-120 5GHZ-AM	01	5473 – 01	870,00
TUBO CH BZ 4EXTxCH13x7M S/ROSCA KP39. 20 BRANCO	19	5473 – 01	5. 890,00
QUADRO COMANDO 400X300X200 S/FLANGE	01	5473 – 01	360,00
QUADRO COMANDO 250X350X140 S/FLANGE	01	5473 – 01	360,00
QUADRO COMANDO 350X250X140 S/FLANGE	01	5473 – 01	360,00
QUADRO BEM 44 DIN DG TRIF 100ª	01	5473 – 01	360,00
CAIXA QD COMANDO 40X40X20 CM COM FLANGE	08	5473 – 01	2. 880,00
CAIXA QD COMANDO 40X30X20 CM SEM FLANGE	03	5473 – 01	1. 080,00
CABO DE SINAL 4 PARES 0.50MM BOBINA 300 M ATC	305	5473 – 01	122,00
DISJUNTOR BIPOLAR 25ª DIN	20	5473 – 01	400,00
CAMERA HMEG-80 PIR 20 METROS LC7451	03	5474 – 01	6. 930,00
CAMERA SPEED DOME HM-550PTZ 37 X VS240 IHB	02	5474 – 01	14. 400,00
CAMERA HMEG-80 PIR 20 METROS LC7451	03	5474 – 01	6. 930,00
ANTENA AIRMAX TITANIUM MID GAIN 60-120 5GHZ-AM	02	5474 – 01	1. 740,00
NOBREAK 500VA MINI MONO - TS SHARA	03	9297 – 01	597,00
NOBREAK 600VA MINI MONO - TS SHARA	03	9297 – 01	735,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S E EPP'S . PROCESSO Nº 027/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S e EPP'S . PROCESSO Nº 027/2016.

O Município de P. da Serra- MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **PR PRESENCIAL Nº 017/2016**, tendo como **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I,**com realização prevista para o dia **09/06/2016 ás 08:30 Horário de Mato Grosso**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão de Leiloeiros, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101. **CLÁUDIA M S RODRIGUES – PREGOEIRA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 17/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 17/2016

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **GM TUR TRANSPORTADORA E TURISMO**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 - Fica estabelecido à prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de 05 DE MAIO DE 2016 a 05 DE JANEIRO DE 2017.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL N° 024/2016 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL nº 024/2016

Processo de Teste Seletivo Simplificado nº 002/2015

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO(A) APROVADO(A) NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

De ordem da Srª. **DIVINA MARIA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal n° 738/2014 de 10 de outubro de 2014, Lei Municipal n° 740/2014 de 20 de outubro de 2014, atualizada pela Lei Municipal nº 765/2015 de 31 de março de 2015.

RESOLVE: Convocar a candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado n° 002/2015, discriminada no Anexo I deste Edital, com o respectivo cargo, para no prazo de **10 (dez) dias**, a contar desta data, a se apresentar no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, na Rua Padre Teixeira s/n°, Centro, no horário de expediente (07:30 as 13:30h), apresentando os documentos constantes do Anexo II deste Edital, para posterior assinatura de contrato do seu respectivo cargo para qual fora aprovada.

1. A não apresentação da candidata dentro do prazo previsto, sem a devida justificativa, será considerada como desistência tácita de seu direito no cargo, assumindo, em seguida, o próximo na ordem classificatória.

2. Fica o Secretário de Administração autorizado a promover a contratação dos convocados na ordem de aprovação.

3. A servidora exercerá sua função no local onde for contratada, designada de acordo com a necessidade e conveniência do serviço público, conforme descrito do Edital de Abertura do Processo Seletivo 002/2015.

Pontal do Araguaia - MT, 24 de Maio de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

ANEXO I

DOS CANDIDATOS APROVADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLAS.	NOME	CARGO
1°	EDNA PROFETA DE FONSECA PAIVA	ASSISTENTE SOCIAL

ANEXO II

DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar cópia de todos os documentos juntamente com a documentação original (ou cópia autenticada) que comprove:

1. Cédula de Identidade – RG;

2. CPF - Cadastro de Pessoa Física e Certidão de regularidade do mesmo emitido pelo site da Receita Federal;

3. Cartão PIS / PASEP;

4. Carteira de Trabalho;

5. Título de Eleitor;

6. Certidão de nascimento, casamento, divórcio;

7. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

8. CPF dos filhos;

9. Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos, se for o caso;

10. Declaração de Frequência Escolar dos Filhos;

11. Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que o candidato encontra-se quite com a Justiça Eleitoral;

12. Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

13. Uma (01) foto 3x4 colorida;

14. Certidão de regularidade do Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

15. Carteira Nacional de Habilitação;

16. Certificado de Reservista (sexo masculino);

17. Comprovante de escolaridade através de histórico escolar, diploma, ou certificado de conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC; e certificado de formação em informática, conforme exigência do cargo a que concorreu.

18. Emitir Certidão Negativa de Débitos (retirada nesta Prefeitura no Setor de Tributos);

19. Comprovante de residência, ex. (conta de água, luz, telefone);

20. Declaração de acúmulo ou não de cargo público;

21. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão no qual exercerá a sua função;

22. Declaração de bens;

23. Declaração de que não infringiu as leis que fundamentam no Edital de Processo Seletivo Simplificado 002/2015;

24. Atestado pré-admissional, comprovadas por exame realizado por médico credenciado e vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e à Administração Municipal conforme item 19.6 do Edital 001/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

AVISO PREGÃO N.051/2016 – PMPL

REGISTRO DE PREÇOS

(PROCESSO N.169/2016-PMPL)

PREGÃO Nº. 051/2016 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 137/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PAPA ENTULHO.**

CREDENCIAMENTO: das 07h30 às 08h do dia 07 de junho 2016.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 07 de junho de 2016 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 23 de maio de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MAIO/2016

PORTARIA Nº. 118/2016

Dispõe sobre a exoneração da Srª. Kelis Silene de Souza Rocha Horn, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, e dá outras providências

Data: 23/05/2016

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MAIO/2016

PORTARIA Nº. 119/2016

***Dispõe sobre a nomeação da Srª. Barbara Manetti Senhorinho, para o cargo em comissão de Assessor Nível I, nos* termos da Lei Complementar 117/2013**

Data: 18/05/2016

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA MAIO/2016

Decreto nº 101/2016

Dispõe sobre a delegação de poderes a agente fazendário para atuar com base na Lei Complementar 123/2014 e dá outras providências

Data: 16/05/2016

AVISO DE DISPENSA N.º102/2016-PMPL

(PROCESSO N.º170/2016)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA PARA ATENDIMENTO DO SINE NO MUNICIPIO, para atender necessidades da Secretaria de Assistencia Social e Trabalho, com mensal de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), visto a **empresa SISPROEL INFORMATICA LTDA-ME**, inscrito no CNPJ n.18.961.137/0001-78, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, com alterações havidas pela Lei Federal 8.883/94. Pontes e Lacerda/MT, 24 de maio de 2016.

Cristian Kleinschmitt

Presidente da Comissão

CANCELAMENTO PREGÃO N.047/2016- PMPL

(PROCESSO N.140/2016-PMPL)

O Município de Pontes e Lacerda, através do Pregoeiro **LEANDRO NARCISO DA COSTA**, torna publico, para conhecimento de interessados, o Cancelamento do Pregão n.047/2016, tendo em vista que foi deserto. Pontes e Lacerda/MT, 24 de maio de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº01/2016.

A CPL – **Comissão Permanente de Licitação** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Torna publico para conhecimento dos interessados o resultado da **Tomada de Preço nº. 01/2016, cujo o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E GALERIAS NAS ESTRADAS QUE LIGAM O MUNICIPIO DO PORTO ALEGRE DO NORTE/ MT A GLEBA AZULÃO (MILTON ALEMÃO)**, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, no tipo menor preço, conforme normas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal 10.520/02 e decreto municipal nº 677/2010. Cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 20 de Maio de 2016, consagrou – se vencedora a empresa: Adão Ferreira de Souza inscrita no CNPJ: 17.966.587/0001-90 no Valor de R$ 15.277,82 (quinze mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos). 23 d Maio 2016. **Thais Ferreira dos Santos/ Presidente.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 027/2016

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 027/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para prestar serviços médicos de clinico geral e plantonista na unidade de saúde básica – PSF II e Pronto Atendimento Municipal com as especificações do Anexo I - Termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, na sala de licitações, prevista para abertura no dia 07/06/2016 às 09h00min. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, situada à Rua Tocantins, Nº 1.173 – Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinqüenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável. Porto Alegre do Norte/MT, 25 de maio de 2016. **Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira -** Pregoeiro Oficial.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº04/2016.

A CPL – **Comissão Permanente de Licitação** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Torna publico para conhecimento dos interessados o resultado da **Tomada de Preço nº. 04/2016, cujo o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO DRISTRITO DE NOVA FLORESTA NA AVENIDA NILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA E AVENIDA OSCAR FERNANDES PEREIRA DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, conforme Termo de Convênio nº 079/2015/ SECID Celebrado entre o Município Porto Alegre do Norte/MT e a Secretaria de Estado das Cidades - SECID/MT**, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, no tipo menor preço, **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**conforme normas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal 10.520/02 e decreto municipal nº 677/2010. Cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 18 de Maio de 2016, consagrou – se vencedora a empresa: Jose Gonçalves do Couto Eireli - ME inscrita no CNPJ: 20.923.394/0001-67 no Valor de R$ 389.093,37 (trezentos e oitenta e nove mil noventa e três reais e trinta e sete centavos). 24 de Maio 2016. **Thais Ferreira dos Santos/ Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB DE CANCELAMENTO DISPENSA 01/2016

PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2016

DISPENSA 01/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, através do presidente da CPL, torna publico aos interessados, o **CANCELAMENTO** do processo de **Dispensa 01/2016, do objeto definido como: Contratação de Pessoa Física/Jurídica para Aquisição Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar do Ano Letivo de 2016.**

Porto Esperidião-MT. 23 de maio de 2016.

JOSÉ GALVÃO DA SILVA SEBALHO - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 22/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, através do pregoeiro e equipe de apoio, em virtude do **Decreto nº 029/2016** que dispõe sobre o Ponto Facultativo no dia **27 de Maio de 2016,** torna público aos interessados, **a Prorrogação de Abertura** do processo supramencionado do objeto referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA COLETA DE LIXO COM MÃO DE OBRA INCLUSA.**

FICA MARCADA NOVA DATA PARA:

30 DE MAIO DE 2016

NO MESMO LOCAL E HORARIO, nas mesmas condições especificadas no edital publicado anteriormente.

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 24 DE MAIO DE 2016

RONEY BATISTA CARDOSO-PREGEIRO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

Processo Licitatório nº 004/2016

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial SRP nº 004/2016

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de preço do tipo menor preço por item para eventual contratação de empresa do ramo para o fornecimento de Cartuchos e a prestação de serviços de recarga de cartuchos, para atender toda as Secretarias da prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT.

Vigência: **12 (doze) meses (data de assinatura da Ata de Registro de Preços).**

Preço Registrado para o item: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28.

Empresa: TECTONER DO BRASIL LTDA – ME	
CNPJ: 03.209.573/0001-18	
Endereço: Rua Comandante Costa, 814, Centro – Cuiabá/MT	
Telefone/FAX: (65) 3332-0450	**E-mail: tectoner@terra.com.br**
Representante: RAUL CESAR SALVADOR	
CPF: 027.941.569-93	

VALOR GLOBAL: R$ 71.017,30 (Setenta e Um Mil Dezessete Reais e Trinta Centavos)

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - **http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do...** ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Processo Licitatório nº 021/2015

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial SRP nº 021/2015

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de material de construção, Pintura e Ferramentais em Geral.

Vigência: **12 (doze) meses (data de assinatura da Ata de Registro de Preços).**

Preço Registrado para os itens: 258 e 259.

Empresa: DACOR – RONDOVIAS IND. E COM. TINTAS LTDA	
CNPJ: 20.202.761/0001-33	
Endereço: Rua Minas Gerais, nº 2.554, Centro – Espiridião do Oeste	
Telefone/FAX: (69) 3481-1184 / (69) 8435-6077	**E-mail: dacorrondovias@hotmail.com**
Representante: LUCIANA SÁVIA SOARES DE SOUZA	
CPF: 720.925.642-34	

VALOR GLOBAL: R$ 9.820,00 (Nove Mil Oitocentos e vinte Reais)

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 172/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORA DA EDUCAÇÃO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 027/2010 "Altera os Anexos II e III da Lei Complementar nº 013/2008, de 18 de Março de 2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de carreira dos Profissionais da Educação do Municipio de Porto Estrela),** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível aos respectivos Servidores, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃO DE NIVEL
001	Ligia Fermiano Marin	15/05/2007	Professora	C/06	C/07

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela-MT, 20 de Maio de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

Processo Licitatório nº 005/2016

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial SRP nº 005/2016

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, produtos de limpeza, higiene, material de copa e cozinha e utensílios em geral.

Vigência: **12 (doze) meses (data de assinatura da Ata de Registro de Preços).**

Preço Registrado para o item: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276.

Empresa: M. SILVA RODRIGUES – ME	
CNPJ: 13.524.221/0001-00	
Endereço: Rua Castelo Branco, s/nº, Bairro Santa Izabel, Porto Estrela/MT	

Telefone/FAX: (65) 9626-4014
Representante: CELSO JOSÉ DOS SANTOS
CPF: 763.403.411-87

VALOR GLOBAL: R$ 802.542,97 (Oitocentos e Dois Mil Quinhentos e Quarenta e Dois Reais e Noventa e Sete Centavos)

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - **http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do...** ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

Processo Licitatório nº 003/2016

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial SRP nº 003/2016

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de preço do tipo menor preço por item para eventual aquisição de Pneus, Câmaras de ar, Protetores e Prestação de Serviços de Recapagem e Vulcanização, para atender toda frota da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT.

Vigência: **12 (doze) meses (data de assinatura da Ata de Registro de Preços).**

Preço Registrado para o item: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46.

Empresa: PNEUS VIA NOBRE LTDA	
CNPJ: 01.976.860/0048-91	
Endereço: Avenida da FEB, s/nº, Ponte Nova, Várzea Grande/MT	
Telefone/FAX: (65) 3454-2400	**E-mail: facilita01@hotmail.com**
Representante: CRISTIANO RODRIGUES GONÇALVES	
CPF: 633.801.701-78	

Planilha demonstrativa de Preços:

VALOR GLOBAL: R$ 515.654,00 (Quinhentos e Quinze Mil Seiscentos e Cinquenta e Quatro Reais)

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - **http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do...** ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

Processo Licitatório nº 001/2016

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial SRP nº 001/2016

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de preços para selecionar a melhor proposta para futura e eventual Contratação de empresa especializada em gestão de saúde pública, assessoria, treinamento, capacitação e educação continuada, vinculada ao processo de gestão primária à saúde.

Vigência: **12 (doze) meses (data de assinatura da Ata de Registro de Preços).**

Preço Registrado para o item: 1.

Empresa: FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA	
CNPJ: 17.286.917/0001-05	
Endereço: Rua Bogotá, 402, Jardim das Américas, Cuiabá – MT	
Telefone/FAX: (65) 3454-2400	**E-mail: facilita01@hotmail.com**
Representante: WISLEY RONE CLEMENTE	
CPF: 835.358.021-72	

VALOR GLOBAL: R$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais)

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 174/2016

(QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias aos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, conforme relação abaixo:

N.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
01	**Fabio Hatamoto Miranda**	Ag. Administrativo	Sec.Mun.de Administração	02/05/2016 a 31/05/2016
02	**Nilson de Farias**	Ag. Fiscalização	Sec.Mun. de Administração	A programar
03	**Aline Priscila Guedes**	Tec. de Saude	Sec.Mun. de Saude	A programar
04	**Catia Aparecida da Cruz**	Recepcionista	Sec.Mun. de Saude	09/05/2016 a 07/06/2016
05	**Maria E. Ferreira do Rosario**	Ag. de Saude	Sec.Mun. de Saude	23/05/2016 a 11/06/2016
06	**Marcos Henrique Ferreira**	Motorista	Sec.Mun. de Saude	09/05/2016 a 28/05/2016
07	**Ana Lucia Ribeiro**	Assistente Social	Sec.Mun. de Ação Social	09/05/2016 a 28/05/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 20 de Maio de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 173/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. **015/2008** (Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos), e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido **Elevação de Nivel** aos respectivos Servidores Municipais, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE NIVEL
001	Ana Lucia Ribeiro	07/05/2007	Assistente Social	B/06	B/07
002	Nice da Silva Correa	04/05/2007	AG. Serv.Publico	A/06	A/07
003	Aparecida do Rosario Ferreira	05/05/2008	AG. Serv.Publico	B/05	B/06

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 20 de Maio de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 170/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SRª ROGINA PEDROSA DE MIRANDA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 8.861/1994 "Que Dá nova redação aos Arts. 387 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), altera os arts. 12 e 25 da Lei nº8.212, de 24 julho de 1991, e os Arts 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991, todos pertinentes à Licença Maternidade." E Lei Federal n° 10.710/2003 "Que Altera a Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário maternidade devido à segurada empregada gestante".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida **Licença Maternidade**, pelo prazo de **120 dias**, no período de **13/05/2016** A **09/09/2016** a **Srª ROGINA PEDROSA DE MIRANDA,** Portadora da Cedula de Identidade **RG nº 1.365.266-4 SSP/MT e CPF n° 001.632.861-24**, lotada na Secretaria de Ação Social e Trabalho exercendo a função de **Conselheira Tutelar** .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 13 de Maio de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 171/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIDORES DA SAÚDE)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 036/2012 "Que autoriza a adequação do Anexo II – Tabela de Remuneração Cargos Efetivos da Lei Complementar nº 003/2006 "**INSTITUI A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA",** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível aos Servidores conforme segue abaixo:

Nº.	NOME DO SERVIDOR	Data Adm.	CARGO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃO DE NÍVEL
001	Aline Priscila Guedes	02/05/2007	Tec. de Saúde	B/06	B/07
002	Danilo Prudente de Mello	17/05/2007	Bioquimico	B/06	B/07
002	Rosenilda da Silva Campos	11/05/2007	Tec. de Saúde	C/06	C/07
004	Marcia H. Trevisan Lopes	02/05/2007	Tec. de Saúde	B/06	B/07

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 20 de Maio de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 018/2016

BENEFICIÁRIO: **Domani Distribuidora de Veiculos Ltda**

OBJETO: Aquisição de **04 (Quatro) veículos, sendo 03 do tipo hatch e 01 do tipo pick-up**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR R$: 179.200,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.2044 – 4.4.90.52.00.00

05.2075 – 4.4.90.52.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 014/2016

BENEFICIÁRIO: **José de Oliveira**

OBJETO: Contratação de Engenheiro Civil, devidamente inscrito no CREA/MT, para atuar junto as Secretaria de Obras e Infraestrutura e Secretaria de Administração.

VALOR R$: R$ 52.800,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 03 – 2008 – 3.3.90.36.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 016/2016

BENEFICIÁRIO: **Carrão Auto Posto Ltda - Me**

OBJETO: Fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum e Diesel S10), em caráter de emergência.

VALOR R$: R$ 162.000,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

03.2008 – 3.3.90.30.00.00

04.2015 – 3.3.90.30.00.00

05.2075 – 3.3.90.30.01.00

06.2046 – 3.3.90.30.00.00

06.2052 – 3.3.90.30.00.00

09.2071 – 3.3.90.30.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 42/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

PRÓSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME

CNPJ sob nº. 21.297.758/0001-03

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 83.111,22

---------- (Oitenta e três mil cento e onze reais e vinte e dois centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 43/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

LP COMERCIO REPRESENTAÇÃO ASSESS. E PRESTAÇÃO DE SERV. LTDA

CNPJ sob nº. 10.832.896/0001-29

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 26.094,38

---------- (Vinte e seis mil noventa e quatro reais e trinta e oito centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 44/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

VITTA INDUSTRIA E COM. DE MEDICAMENTOS HOSP. EIRELI - ME

CNPJ sob nº. 21.086.030/0001-32

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 49.695,56

---------- (Quarenta e nove mil seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 40/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

EXEMPLARMED COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA - ME

CNPJ sob nº. 23.312.871/0001-46

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 17.535,30

---------- (Dezessete mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 39/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

DISTRIBUIDORA BRASIL COMERCIO DE PROD. MEDICOS HOSP. LTDA - ME

CNPJ sob nº. 07.640.617/0001-10

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 10.929,50

---------- (Dez mil novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 38/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

DAVID DANIEL GROSSKLAUS – ME

CNPJ sob nº. 03.204.120/0001-07

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 23.939,80

---------- (Vinte e três mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 37/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

CLINICA DIETETICA LTDA

CNPJ sob nº. 01.240.677/0001-60

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 20.224,70

---------- (Vinte mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 279/2016

De: 20 de Maio de 2016

*"Eleva Nível do servidor **Francisco Pereira do Nascimento** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 383/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar o Nível do servidor **Francisco Pereira do Nascimento** de (C/A – N/6) **para (C/A – N/7)** nomeado no cargo de 250- Operador de Saneamento, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 20 Maio de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 277/2016

De: 20 de Maio de 2016

*"Eleva Classe da servidora **Isabel dos Reis Maria** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 352/2011 e 471/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe da servidora **Isabel dos Reis Maria**de (C/A – N/5) **para (C/B – N/5)** nomeada no cargo 231-Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 20 de Maio de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 278/2016

De: 20 de Maio de 2016

*"Enquadra Classe da servidora **Marinez Rezer da Rosa** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar a Classe da servidora **Marinez Rezer da Rosa**de (C/A) **para (C/C)** nomeada no cargo de 284-Apoio Administrativo Educacional "E", lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Art. 84, II da Lei n° 467/2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 20 de Maio de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 276/2016

De: 20 de Maio de 2016

*"Eleva Classe do servidor **Aparecido Prudêncio de Amorim** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 352/2011 e 471/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe do servidor **Aparecido Prudêncio de Amorim**de (C/B – N/3) **para (C/C – N/3)** nomeado no cargo 212-Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 20 de Maio de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO

De: 19 de Maio de 2016

*"Prorroga Afastamento de Licença Saúde ao servidor **João Bianchezzi** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o Afastamento de Licença Saúde **ao** servidor **João Bianchezzi,** nomeado no cargo 240- Serviços Gerais lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, por dezesseis (16) dias referentes 19/05/2016 até 04/06/2016 conforme Comunicação de Decisão da Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Maio de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N°. 274/2016

De: 19 de Maio de 2016

*"Concede Afastamento de Licença Saúde a servidora **Inocência Rodrigues dos Santos** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Afastamento de Licença Saúde **a** servidora **Inocência Rodrigues dos Santos,** nomeada no cargo 240 - de Serviços Gerais na

Secretaria Municipal de Infraestrutura, durante o período de 19/05/2016 a 17/06/2016 conforme Atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Maio de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 41/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

JM REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSP. LTDA - ME

CNPJ sob nº. 05.198.234/0001-09

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO:---------- 24 de Maio de 2016.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2016.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 61.903,93

---------- (Sessenta e um mil novecentos e três reais e noventa e três centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 05/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24/05/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 1.815, DE 24 DE MAIO DE 2016

LEI N.º 1.815/2016 Poxoréu/MT, 24 de maio de 2016.

Dispõe sobre a transação e parcelamento de débitos no mutirão da conciliação fiscal do ano de 2016 promovido pelo Município de Poxoréu, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU**, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ela sanciona a seguinte:

L E I:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Esta Lei Complementar estabelece as condições em que o Município de Poxoréu e os sujeitos passivos, pessoa física ou jurídica, poderão celebrar transação ou aderir ao parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa no mutirão da conciliação promovido pelo Município de Poxoréu no ano de 2016.

Art. 2.º São objetivos da presente Lei:

I - estabelecer mecanismos ágeis e eficientes de extinção de processos, nos quais inexista o interesse de agir por parte do Município, com ênfase naqueles ajuizados e distribuídos em 1º e 2º graus ou Tribunais Superiores;

II - fomentar e ampliar soluções em regime de parceria com demais órgãos do Poder Judiciário, visando permitir a recuperação ágil de créditos de Alvarás, ISS, IPTU, taxas e multas diversas, em favor do Município de Poxoréu, bem como, diminuir o índice de congestionamento dos Tribunais e reduzir os prazos de tramitação, garantindo, desta forma, a efetiva prestação jurisdicional;

III - ampliar o relacionamento da Fazenda Pública Municipal com os sujeitos passivos de créditos fiscais, originárias de Alvarás, ISS, IPTU, Taxas e Multas diversas, como meio para solucionar litígios de forma processual;

IV - conferir celeridade à atuação do sistema tributário do Município de Poxoréu, com o propósito de ampliar a capacidade de arrecadação de tributos pelo Município de Poxoréu;

V - reduzir o estoque de processos judiciais e administrativos, com economia para a Fazenda Municipal, mediante o emprego de instrumentos ágeis de solução de controvérsias;

VI - garantir o crédito fiscal, mesmo na situação de crise econômico-financeira do devedor, mas com preservação da empresa, pela manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses públicos correspondentes, em reconhecimento à função social e ao estímulo à atividade econômica;

VII - reprimir a evasão fiscal em todas as suas modalidades;

VIII – promover a interação do Município de Poxoréu com as mais atuais correntes jurídicas nacionais, explorando, assim, meios alternativos de solução de conflitos como os fornecidos pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, instalado nesta Comarca.

Art. 3º As medidas conciliadoras para a transação instituída por esta Lei para quitação de débitos fiscais inscritos em dívida ativa, compreendem:

I - redução da multa moratória e dos juros de mora para os fatos geradores ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2015;

II - pagamento à vista ou parcelado do crédito fiscal, inclusive para os fatos geradores não indicados no inciso anterior.

Art. 4º O sujeito passivo (pessoa física ou jurídica), para usufruir dos benefícios desta Lei, deve celebrar a transação ou aderir ao parcelamento dentro dos eventos previstos no art. 1º desta Lei.

Art. 5º A transação e a adesão ao parcelamento implicam, por parte do contribuinte, prévia confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, bem como renúncia ou desistência de quaisquer meios de defesa ou impugnações judiciais e administrativas.

§ 1º. A confissão, renúncia e desistência mencionadas no *caput* serão consignadas em termo próprio.

§ 2º. As despesas processuais correrão por conta do Município de Poxoréu, sendo que o devedor arcará com os honorários advocatícios ora reduzidos para 10% (dez por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, devido aos procuradores em exercício, independentemente da fase em que se encontre o processo.

Art. 6º Aos Procuradores do Município devidamente habilitados é outorgada a condição de autoridade administrativa competente para celebrar a transação formalizada com base nesta Lei.

CAPÍTULO II

DA TRANSAÇÃO JUDICIAL

Art. 7º Atendidos os requisitos previstos nesta Lei, o Município de Poxoréu, por meio de um Procurador Municipal, e o contribuinte, poderão celebrar a transação em audiência de conciliação solicitada perante o Poder Judiciário ou mediante petição conjunta.

Art. 8º Concomitantemente ao pagamento à vista ou da primeira parcela, o sujeito passivo deverá efetuar o pagamento dos honorários advocatícios, incidentes sobre o valor do crédito fiscal objeto do termo de acordo, na forma da lei processual civil observado o art. 5º, § 2º, desta Lei.

Art. 9º O descumprimento das obrigações relativas ao termo de transação enseja o prosseguimento da execução fiscal, pela totalidade do crédito fiscal resultante da imputação das parcelas eventualmente pagas e com a perda dos benefícios fiscais, ficando preservada a confissão, a renúncia e a desistência em relação aos meios de impugnação, constantes do termo a que se refere o § 1º do art. 5º.

CAPÍTULO III DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Art. 10 Atendidos os requisitos previstos nesta Lei Complementar, o Município de Poxoréu, por meio de um Procurador Municipal, e o contribuinte poderão celebrar a transação mediante termo de acordo extrajudicial em relação aos débitos inscritos em dívida ativa e que ainda não foram ajuizados.

Art. 11 Concomitantemente ao pagamento à vista ou da primeira parcela, o sujeito passivo deverá efetuar o pagamento da verba honorária, incidente sobre o valor do crédito fiscal objeto do termo de acordo, observado o art. 5º, § 2º, desta Lei.

Art. 12 O descumprimento das obrigações relativas ao termo de transação enseja o ajuizamento do executivo fiscal, pela totalidade do crédito fiscal resultante da imputação das parcelas eventualmente pagas e com a perda dos benefícios fiscais, ficando preservada a confissão, a renúncia e a desistência em relação aos meios de impugnação, constantes do termo a que se refere o § 1º do art. 5º.

CAPÍTULO IV

DO CRONOGRAMA

Art. 13 O Mutirão de Conciliação Fiscal a que se refere esta lei se realizará entre os dias **9 (nove) de maio a 30 (trinta) de junho de 2016.**

§ 1.º A Secretaria Municipal de Receitas poderá ficar fechada por determinado período, durante o Mutirão de Conciliação Fiscal, com o intuito de lidar, exclusivamente, com os acordos fiscais dispostos nesta Lei.

§ 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder servidores públicos municipais [fiscais de tributos] ao Juízo da Comarca de Poxoréu, em caso de necessidade, com o fim de auxiliar na intimação dos executados judicialmente a comparecerem em audiência conciliatória previamente designada pelo Juízo, a ser realizada no Núcleo de Conciliação local.

§ 3.º Caso se entenda como necessário, mediante decisão motivada, o Poder Executivo Municipal poderá designar tantos dias quanto bastem para que a equipe da Secretaria Municipal de Receitas se dirija aos Distritos desta cidade, com o intuito de promover uma maior abrangência dos efeitos desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 14 A transação extrajudicial ou judicial, prevista nesta Lei Complementar, importa nos seguintes benefícios para pagamento do crédito fiscal:

I – Para fatos geradores a partir de 01/01/2016, possibilidade de pagamento à vista ou parcelamento em até 6 (seis) vezes;

II – para dívidas com fato gerador até 31/12/2015, para pagamento à vista: desconto de 60% (sessenta por cento) da multa moratória e de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora;

III - para pagamento parcelado:

a) em até 06 (seis) meses: 30% (trinta por cento) de desconto sobre os valores da multa moratória e 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora;

b) de 07 (sete) a 12 (doze) meses: 10% (dez por cento) de desconto sobre os valores da multa moratória e dos juros de mora.

Art. 15 O termo de transação ficará sobre responsabilidade da Secretaria Municipal de Receitas que, utilizando-se de sistema informatizado ou não, redigirá o referido documento nos termos desta Lei.

§ 1.º O devedor tem obrigação de realizar o pagamento integral do crédito fiscal, em caso de opção pela quitação à vista, ou o pagamento da primeira parcela, no caso de parcelamento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do Termo de Transação, via Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou Boleto Bancário, que deverá ser informado ao Juízo pelos Procuradores do Município se o débito já estiver ajuizado.

§ 2.º Em qualquer hipótese, no mesmo prazo indicado no §1º, o devedor deverá comprovar a quitação dos honorários advocatícios e, acaso devidos, os demais encargos legais.

§ 3.º Os honorários advocatícios devidos aos Procuradores Municipais serão calculados juntamente com o valor do débito integral, se optado pelo pagamento à vista, ou com o valor da primeira parcela, se parcelado, em documento de arrecadação único, sendo obrigação do Município de Poxoréu repassar o montante relativo à verba honorária ao Procurador Municipal competente, no prazo de até 5 (cinco) dias após a comprovação do pagamento, reconhecendo-se o caráter alimentar de referida verba.

Art. 16 O termo de transação de débito ajuizado somente surtirá seus efeitos após homologação pelo juiz competente.

§ 1º. Somente será homologado o termo após a demonstração do pagamento do crédito fiscal à vista ou da primeira parcela, em quaisquer dos casos, juntamente com o montante total dos honorários advocatícios;

§ 2º. A transação alcançada em cada caso não gera direito subjetivo e somente haverá extinção do crédito fiscal com o cumprimento integral de seu termo;

Art. 17 O parcelamento judicial consiste em medida facilitadora do adimplemento do crédito fiscal em execução fiscal, mediante o aproveitamento das anistias consignadas nesta Lei.

Art. 18 O parcelamento previsto nesta Lei se aplicará aos créditos inscritos em dívida ativa de qualquer natureza, dentre eles os resultantes do exercício do poder de polícia municipal.

Art. 19 O parcelamento decorrente da transação prestar-se-á à suspensão da execução fiscal, quando o débito estiver ajuizado.

Art. 20 O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I - R$ 80,00 (oitenta reais) para as pessoas físicas e empreendedor individual;

II - R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para microempresas e empresas de pequeno porte;

III - R$ 300,00 (trezentos reais) para as demais pessoas jurídicas.

Art. 21 A adesão ao parcelamento decorrente da transação judicial ou extrajudicial previstas nesta Lei será feita por termo próprio, assinado pelos interessados e pelo Procurador do Município habilitado, implicando:

I - na aplicação das normas próprias para concessão de parcelamento, previstas na legislação tributária;

II - na confissão irretratável da dívida por parte do sujeito passivo e a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência em relação aos já interpostos.

Art. 22 A adesão considera-se formalizada com o pagamento da primeira parcela.

§ 1º. O crédito fiscal remanescente será pago em parcelas mensais e sucessivas.

§ 2º. Quando tratar-se de crédito executado, o parcelamento do saldo remanescente eventualmente inadimplido não poderá ser objeto de nova transação.

Art. 23 O vencimento das parcelas ocorre no 5º (quinto) dia útil de cada mês, excetuado o da primeira, que vencerá sempre no décimo dia útil após a expedição da DAM.

§ 1º. A primeira parcela deve ser paga nos 10 (dez) dias úteis seguintes à assinatura do Termo de Transação, quando o devedor providenciará a comunicação do pagamento ao Município de Poxoréu, sob sua total responsabilidade.

§ 2º. O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM ou Boleto Bancário, retirado no momento da assinatura do acordo ou na Secretaria Municipal de Receitas.

Art. 24 A concessão do parcelamento fica condicionada à manutenção da garantia do juízo, caso esteja constituída.

Art. 25 Se após a assinatura do acordo de parcelamento e durante a sua vigência houver inadimplemento de qualquer parcela, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do vencimento, o parcelamento fica automaticamente rescindido, situação em que o devedor perde o direito aos benefícios concedidos nesta Lei, respeitando-se os valores pagos até a denúncia.

Art. 26 Fica vedada a concessão do benefício de que trata esta Lei àqueles contribuintes envolvidos em fraudes tributárias não atingidas pelos institutos da decadência e prescrição.

Art. 27 O Município de Poxoréu providenciará ampla divulgação dos termos desta Lei com o intuito de atingir a maior eficácia possível.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 24 de maio de 2016.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, na data de 24/5/2016, em conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica de Poxoréu e Lei n° 1.041/2006.

CÂMERA MUNICIPAL

DECRETO Nº 09/2016

Decreto nº 09/2016 Poxoréu - MT em, 15 de março de 2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE **R$ 10.000,00 (dez mil reais)** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Poxoréu Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo a Lei Municipal nº **1.788/2015, datada de: 29/12/2015.**

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Corrente Exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais).**

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior, servirá para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 01 CÂMARA MUNICIPAL POXORÉU

Unid...: 001 CÂMARA MUNICIPAL POXORÉU

Proj./Ativ. 1002 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Red	*Dotação*	Discriminação	acrescentar
02	*4.4.90.52.00.00.00.00.0999.0*	*Equipamentos e Material Permanente*	*R$ 10.000,00*

Total ..... **R$ 10.000,00**

Artigo 3º - Para cobertura do Crédito citado no artigo anterior, serão utilizados recursos do cancelamento parcial ou total da seguinte Dotação Orçamentária relacionada:

Proj. Atv. 1001 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL POXORÉU

Red	**Dotação**	*Discriminação*	*Reduzir*
01	*4.4.90.51.00.00.00.00.0999.0*	*Obras e Instalações*	R$ 10.000,00

Total ..... **R$ 10.000,00**

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na Data de sua Publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal Drº Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu - MT em, 15 de março de 2016.

Jane Maria Sanchez Lopes Rocha

Prefeita Municipal de Poxoréu-MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em 15 de março de 2016, no Jornal Oficial dos Municípios de conformidade com o art. 108 da Lei orgânica de Poxoréu e Lei nº 1.041/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 073/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 073/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 073/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial 058/2016

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para aquisição de carga de Gás de Cozinha para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT.

Vencedoras:

GARANTIA COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 05.945.825/0010-93, foi a vencedora dos itens com os seguintes códigos: 9992, 10389, com um valor total de R$ 198.200,00 (cento e noventa e oito mil e duzentos reais).

Querência - MT, 24 de maio de 2016.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2016.

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 12/2016, tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação **ADJUDICOU** e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora a empresa, **1- WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA-EPP, inscrita pelo CNPJ Nº 37.460.987/0001-37,** A empresa vencedora fica obrigada a fornecer as aquisições do objeto conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 24 de maio de 2016.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 19 de maio de 2016, às 9:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial com**:REGISTRO DE PREÇOS COM SERVIÇOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS EM GERAL, INDEPENDENTE DA MARCA E CATEGORIA DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, PARA ATENDER TODA FROTA MUNICIPAL.**Tendo como vencedora a empresa**1- WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA-EPP, inscrita pelo CNPJ Nº 37.460.987/0001-37**.

Reserva do CABAÇAL-MT, 19 de maio de 2016.

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM SERVIÇOS MECÂNICOS E ELETRICOS EM GERAL, INDEPENDENTE DA MARCA E CATEGORIA DOS VEICULOS E MAQUINÁRIOS, PARA ATENDER TODA FROTA MUNICIPAL Tendo em vista o que consta dos auto deste processo, e diante do resultado apurado, fica Adjudicado o presente Objeto**, WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA EPP**, inscrita pelo CNPJ Nº 37.460.987/0001-37, e a empresapara que produza todos os efeitos legais.

Reserva do Cabaçal-MT, 24 de maio de 2016.

MANOEL EVANGELISTA DOS SANTOS

Pregoeiro

AMARILDO RODRIGUES GOMES REGIANE LUCAS DOS REIS

Presidente da CPL Membro equipe de apoio

CARLA LORRAINE DE PAULA CRUZ

Membro da equipe de apoio

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr**.** TARCÍSIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro MANOEL EVANGELISTA DOS SANTOS, portador do RG nº 170562-4 SSP/MT e do CPF 441734071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 04/2016 de 04 de janeiro de 2016, e Portaria nº 04/2016 de 04 de janeiro de 2016 que conduziram o Pregão Presencial nº 12/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para os serviços mecânicos e elétricos em geral para atender toda frota do município de Reserva do Cabaçal-Mt, conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial nº 12/2016, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado. Foi identificada a empresa: WILHEN C. MORETTI & CIA MORETTI LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº: 37.460.987/0001-37 tendo como seu representante o Sr. DORIVAL MARIA MORETTI portador do RG nº. 5.627943SSP/SP e no CPF: 477.318.188-53.

1. DO OBJETO

CLÁUSULA I – DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS COM SERVIÇOS MECÂNICOS E ELETRICOS EM GERAL, INDEPENDENTE DA MARCA E CATEGORIA DOS VEICULOS E MAQUINÁRIOS, PARA ATENDER TODA FROTA MUNICIPAL.

1.1 CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Especificação	Und	Quant	V. Unit	V. Total
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **MOTOR,** com garantia, para a frota de caminhões, ônibus e vans, sendo da marca MB, VW, Ford – caminhões e veículos pesados do Município de Reserva do Cabaçal-Mt.	Horas	400	R$154,00	R$ 61.600,00
ITEM 02 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **CAMBIO E DIFERENCIAL**, com garantia, para a frota de Caminhões e Vans, sendo da marca MB, VW, Ford / Caminhões e Veículos Pesados do Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$125,00	R$50.000,00

ITEM 03 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral**FREIOS E SUSPENSÃO**, com garantia, para a frota de Caminhões, Onibus e Vans, sendo da marca MB, VW, Ford / Caminhões e Veículos Pesados do Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$120,00	R$48.000,00
ITEM 04 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **MOTOR,** com garantia, para a frota de automóveis leves, caminhonetas, veículos utilitários e ambulâncias, sendo da marca Fiat, Ford, VW e Renault do Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	300	R$136,00	R$ 40.800,00
ITEM 05 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **CAMBIO E DIFERENCIAL**, com garantia, para a frota de automóveis leves, caminhonetes, veículos utilitários e ambulâncias, sendo da marca Fiat, Ford, VW e Renault do Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	300	R$110,00	R$33.000,00
ITEM 06 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **FREIOS E SUPENSÃO**, com garantia, para a frota de automóveis leves, caminhonetes, veículos utilitários e ambulâncias, sendo da marca Fiat, Ford, VW e Renaultdo Município de Reserva do Cabaçal-MT..	Horas	300	R$ 95,00	R$28.500,00
ITEM 07 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **MOTOR,** com garantia, para a frota de maquinas pesadas e tratores (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, trator de esteira, rolo compactador, pá carregadeira e retroescavadeira), sendo da marca Ford, Kamatsu, New Holand, volvo, Dynapac, Case, Fait Allis, Massey Ferguson e Caterpelhardo Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$155,00	R$62.000,00
ITEM 08 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **CAMBIO E DIFERENCIAL,** com garantia, para a frota de maquinas pesadas e tratores (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, trator de esteira, rolo compactador, pá carregadeira e retroescavadeira), sendo da marca Ford, Kamatsu, New Holand, volvo, Dynapac, Case, Fait Allis, Massey Ferguson e Caterpelhardo Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$140,00	R$56.000,00
ITEM 09 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **FREIOS E SUSPENSÃO,** com garantia, para a frota de maquinas pesadas e tratores (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, trator de esteira, rolo compactador, pá carregadeira e retroescavadeira), sendo da marca Ford, Kamatsu, New Holand, volvo, Dynapac, Case, Fait Allis, Massey Ferguson e Caterpelhardo Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$130,00	R$52.000,00
ITEM 10 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **PARTE ELETRICA E INJEÇÃO,** com garantia, para a frota de caminhões, ônibus e vans, sendo da marca MB, VW, Ford – caminhões e veículos pesados do Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	500	R$110,00	R$55.000,00
ITEM 11 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					

Item	Especificação	Und	Quant	V. Unit	V. Total
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **PARTE ELETRICA E INJEÇÃO**, com garantia, para a frota de automóveis leves, caminhonetes, veículos utilitários e ambulâncias, sendo da marca Fiat, Ford, VW e Renaultdo Município de Reserva do Cabaçal-MT..	Horas	400	R$100,00	R$40.000,00
ITEM 13 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral**PARTE HIDRAULICA**, com garantia, para a frota de Caminhões, Onibus e Vans, sendo da marca MB, VW, Ford / Caminhões e Veículos Pesados do Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$ 100,00	R$40.000,00

ITEM 14 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral**BOMBA INJETORA**, com garantia, para a frota de Caminhões, Onibus e Vans, sendo da marca MB, VW, Ford / Caminhões e Veículos Pesados do Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$ 93,00	R$37.200,00

ITEM 15 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral**PARTE HIDRAULICA**, com garantia, para a frota de automóveis leves, caminhonetes, veículos utilitários e ambulâncias, sendo da marca Fiat, Ford, VW e Renault do Município de Reserva do Cabaçal-MT..	Horas	400	R$ 95,00	R$38.000,00
ITEM 16 –PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral**BOMBA INJETORA**, com garantia, para a frota de automóveis leves, caminhonetes, veículos utilitários e ambulâncias, sendo da marca Fiat, Ford, VW e Renault do Município de Reserva do Cabaçal-MT..	Horas	400	R$ 100,00	R$40.000,00

ITEM 18 –PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **BOMBA INJETORA,** com garantia, para a frota de maquinas pesadas e tratores (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, trator de esteira, rolo compactador, pá carregadeira e retroescavadeira), sendo da marca Ford, Kamatsu, New Holand, volvo, Dynapac, Case, Fait Allis, Massey Ferguson e Caterpelhardo Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$103,00	R$41.200,00
ITEM 19 –PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral**de TURBO**, com garantia, para a frota de automóveis leves, caminhonetes, veículos utilitários e ambulâncias, sendo da marca Fiat, Ford, VW e Renault do Município de Reserva do Cabaçal-MT..	Horas	200	R$85,00	R$17.000,00

ITEM 20 –PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral **BOMBA INJETORA,** com garantia, para a frota de maquinas pesadas e tratores (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, trator de esteira, rolo compactador, pá carregadeira e retroescavadeira), sendo da marca Ford, Kamatsu, New Holand, volvo, Dynapac, Case, Fait Allis, Massey Ferguson e Caterpelhardo Município de Reserva do Cabaçal-MT.	Horas	400	R$100,00	R$40.000,00

ITEM 21 –PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**V. Unit**	**V. Total**
	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em geral de **TACOGRAFO**, com garantia, para a frota de Caminhões, ônibus e Vans, sendo das marcas Ford, VW e MB / caminhões e veículos pesados do Município de Reserva do Cabaçal-MT..	Horas	300	R$134,00	R$40.200,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 820.500,00(Oitocentos e vinte mil e quinhentos Reais)					

OBSERVAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO DOS DEMAIS PARTICIPANTES DOS ITENS ACIMA ENCONTRAM-SE NO RELATÓRIO DE LANCES DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 – REGISTRO DE PREÇO.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 12/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade do fornecimento do serviço ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste serviço, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos serviços, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de até o 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente ao recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2003 – Manut. e Enc. c/ o Gab. do Prefeito

33.90.39 (27) – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

05 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.001 – GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0005.2026 – Manutenção de veículos e máquinas

33.90.39 (0157) – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.122.0006.2033 – Manut. e Enc. c/ o Transporte Escolar

33.90.39 (221) – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

07 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0009.2055 – Manut. e Enc. c/ Fundo Municipal de Saúde

33.90.39 (357) – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0011.2074 – Manut. e Enc. c/ Fundo Municipal de Assistência Social

33.90.39 (458) – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

11 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGMENTOS: ECON. AMBIENTAL

11.001 – DEPARTAMENTO DO SETOR AGROPECUARIO

20.606..0014.2083 – Manutenção do Departamento Agropecuário

33.90.39 (569) – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

11 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGMENTOS: ECON. AMBIENTAL

11.002 – DIVISÃO AMBIENTAL

17.542.0018.2091 – Fomento a Recuperação de áreas degradadas

33.90.39 (586) – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar o fornecimento conforme estipulado na solicitação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 12/2016 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - **ADVERTÊNCIA**: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - **MULTA MORATÓRIA**: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso no fornecimento dos serviços somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

9.4 Na hipótese da empresa detentora da Ata solicitar alteração de preços, a mesma terá que justificar o pedido mediante a apresentação de planilhas detalhadas de custo, acompanhadas dos documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto e/ou matérias-primas da época do Registro de Preços e da aquisição por ocasião do fornecimento, para a devida correção, e etc.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 12/2016 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a oposição primeiramente dos representantes legais e segundamente da pregoeira e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 24 de maio de 2016.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA-EPP

CNPJ nº 37.460.987/0001-37

MANOEL EVANGELISTA DOS SANTOS

Pregoeiro

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

REGIANE LUCAS DOS REIS

membro

ASSESSOR JURIDICO

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA

OAB/MT nº 15351

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º83/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS REMUNERADA A SERVIDORES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias remunerada a servidores desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

ANA DALVA DE MIRANDA - Período 01/05/2016 a 310/05/2016.

Per. Aquisitivo: 05/06/2013 a 04/06/2014.

ALTAMIRO JOSE DA ROCHA - Período 01/04/2016 a 31/04/2016.

Per. Aquisitivo: 01/08/2013 a 31/07/2014.

JOÃO MOISES FRANCISCO - Período 01/05/2016 a 31/05/2016.

Per. Aquisitivo: 09/06/2014 a 08/06/2015.

DENAIR ANDRADE- Período 01/05/2016 a 31/05/2016.

Per. Aquisitivo: 09/06/2014 a 08/06/2015.

NILSON TEIXEIRA MACIEL – PERÍODO 01/05/2016 a 31/05/2016.

Per. Aquisitivo: 17/07/2013 a 19/07/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 17 de Maio de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 084/2016, DE 18 DE MAIO DE 2016.

"NOMEIA MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A COMISSÃO PARA ADEQUAÇÃO E OU/ ELEVAÇÃO DO PCR (PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO) DO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR os membros que irão compor a COMISSÃO PARA ADEQUAÇÃO E OU/ ELEVAÇÃO DO PRC (PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO) do município de Reserva do Cabaçal - MT:

REPRESENTANTE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Maria Margareth Toniolo - RG. 08714770 SSP/MT CPF. 781 770 301-91

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Maria Aparecida Alves Motta - RG. 15667057 SSP/MT CPF. 020 072 111-90

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Marco Antonio Molina Gomes – RG.35293470-0 CPF.513 110 381-91

REPRESENTANTE DA ASSESSORIA JURIDICA.

Delair Teixeira de Alcantara - RG.1110095-8 CPF. 354 140 491-49

REPRESENTANTE DOS PROFISSINAIS DA EDUCAÇÃO.

Alessandra Cristina de Souza – 887753 SSP/MT CPF. 672 227 201-97

REPRESENTANTE DO SISPURC (SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNÍCIPAIS DE RESERVA DO CABAÇAL-MT).

Alzira Moreira de Souza Sodré – RG.158916 SSP/MT e CPF.000 055 601-79

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 18 de Fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

GABINETE
LEI 580/2016

LEI N°. 580/2016 EM, 24 DE MAIO DE 2016.

Autoria: Poder Legislativo

"Dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Ribeirãozinho, Cria Anexos e Coeficientes e dá outras providências".

O Senhor **APARECIDO MARQUES MOREIRA**, Prefeito do Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte Lei:

TITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

Art. 1º - Esta Lei reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Salários, o Quadro de Pessoal de Carreira, os Cargos de Confiança e a Progressão Funcional dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ribeirãozinho, e doravante serão denominados de servidores do Legislativo da Administração Municipal, mediante enquadramento dos cargos pertencentes ao quadro de pessoal de carreira, conforme anexo I e II, desta Lei.

Parágrafo Único- Mediante enquadramento dos respectivos cargos, os servidores serão incluídos nas classes ou categorias cujas atribuições sejam correlatas com as dos cargos ocupados na data de vigência desta Lei, observada a escolaridade, a especialização ou a habilitação profissional exigida para o ingresso.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei entende-se por servidores públicos o conjunto de servidores ocupantes de cargos efetivos, os estáveis no serviço público municipal, os contratados temporariamente e os comissionados, que desempenham atividades de formulação, coordenação, organização, supervisão, avaliação e execução das ações e serviços da Administração Pública Municipal.

§ 1º - Compõem a Estrutura Geral de Cargos e Salários do Poder Legislativo Municipal, os seguintes Grupos:

I – Assessor Contábil;

II – Secretário Legislativo;

III – Auxiliar de administração Parlamentar;

IV – Assessor Jurídico;

§ 2º - A carreira dos Profissionais do Poder Legislativo Municipal será única, abrangente, multiprofissional e desenvolver-se-á dentro dos padrões que integram as áreas de atuação da Administração Pública.

Art. 3º - Além das atribuições específicas de cada unidade programática, incumbem aos ocupantes de Cargos do Poder Legislativo Municipal o seguinte:

a) – seguir as diretrizes da administração para prestação de serviços de interesse público;

b) – planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de sua área de competência;

c) – evitar atividades conflitantes, com desperdícios de esforços e recursos públicos;

d) – favorecer aos subordinados o cumprimento adequado das missões que lhe são conferidas;

e) – avaliar a unidade subordinada apreciando, inclusive, o desempenho dos servidores, para fins de promoção.

Art. 4º - Para efeito da presente Lei, considera-se:

I – *CARGO* – É o lugar instituído na Organização do Funcionalismo, com denominação própria, atribuições específicas e remuneração correspondente, para ser exercido por um titular, na forma estabelecida em Lei;

II – *INTERTÍCIO*: É o intervalo de tempo necessário para que o servidor possa obter uma progressão;

III – *REMUNERAÇÃO*: É a retribuição mensal composta pelo vencimento e demais compensações complementares atribuídas ao servidor;

IV – *CATEGORIA FUNCIONAL*: É um conjunto de atividades desdobráveis em perfis profissionais e identificadas pela natureza e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

V – *REFERÊNCIA*: É símbolo indicativo do valor do vencimento fixado nesta Lei, através de nível vertical e horizontal, e de código para cargos comissionados;

VI – *CARGO EM COMISSÃO*: Correspondem ao exercício de cargos em nível Auxiliar, cometidos em caráter transitórios, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara Municipal;

VII – *SERVIDOR PÚBLICO*: É pessoa legalmente investida em cargo público, sobre o regime jurídico do Estatuto dos Funcionários Público do Município e em Comissão, ou contratado temporariamente.

VIII – *ENQUADRAMENTO*: É o ajustamento de servidor em exercício, obedecendo aos critérios estabelecidos neste Plano de Carreira, Cargos e Salários;

IX – *FAIXA SALARIAL*: É a escala de valores correspondente aos diversos salários situados entre o salário inicial e final de cada categoria;

X – *INTERVALO SALARIAL*: É a distancia medida em termos percentuais, entre vários vencimentos estabelecidos na faixa salarial;

XI – *VENCIMENTO BÁSICO*: Corresponde ao menor vencimento da faixa salarial de cada categoria;

XII – *VENCIMENTO TETO*: É o maior vencimento da faixa salarial de cada categoria.

Art. 5º - As atribuições, requisitos e responsabilidades cometidas aos cargos públicos municipais são as determinadas pelas atividades finalísticas, pelos ambientes organizacionais e pelas especialidades definidas nesta Lei, assim descritas:

I – *PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR EM ÁREA ESPECÍFICA*: As inerentes às ações e serviços que constituem a Administração Pública Municipal, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional e complexidade das atribuições exigidas para ingresso;

II – *PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO, PROFISSIONAL NÍVEL MÉDIO TÉCNICO EPROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR TECNOLÓGICO*: As inerentes às ações e serviços da Administração Municipal, na sua dimensão técnico-profissional e operacional, e que requeiram escolaridade de ensino médio, ensino médio técnico profissionalizante e/ou ensino superior tecnológico, vinculado ao perfil profissional e/ou ocupacional exigidos para ingresso;

IV – *PROFISSIONAL DE NÍVEL DE APOIO*: As inerentes aos serviços que constituem a Administração Municipal, na sua dimensão operativa de atividades de manutenção de infra-estrutura e apoio administrativo que requeiram escolaridade mínima de ensino fundamental completo e/ou alfabetizado.

Art. 6º - Consideram-se também, como atribuições dos cargos que compõem a Carreira dos Profissionais do Poder Legislativo Municipal, as atividades decorrentes de exercício de cargos Comissionados, constantes da respectiva estrutura organizacional da Administração.

Art. 7º - O perfil profissional e ocupacional, parte integrante de cada cargo devidamente identificado nos Anexo I,desta Lei, vinculam-se diretamente à natureza do cargo decorrente da especificidade, da habilitação exigida para o seu provimento, bem como da complexidade das atribuições a ele inerentes, originárias das ações e serviços que constituem o Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II *DO QUADRO GERAL DE PESSOAL*

Art. 8º - O Quadro Geral de Pessoal da Câmara Municipal de Ribeirãozinho são composto de três grupos:

I – Quadro de Pessoal de Carreira, composto do grupo de pessoal das categorias funcionais relacionadas no Anexo I da presente Lei,

II – O Grupo dos cargos de Provimento em Comissão, para auxílio das Atividades Administrativas, numerados de 1 a 2 com o total de 2 (duas) vagas relacionadas no Anexo II da presente Lei,

§ 1º – Fica limitado em 4 (quatro) o número de vagas previstas no Anexo I e II desta Lei.

§ 2º – Qualquer alteração que importe no aumento de cargos ou funções previstas neste artigo e seus respectivos parágrafos, dependerá de prévia autorização do Plenário da Câmara Municipal de Ribeirãozinho.

Art. 9º. O quadro de pessoal da administração direta da Câmara Municipal de Ribeirãozinho compreende cargos de provimento efetivo, que devem ser geridos, considerando-se os seguintes princípios e diretrizes:

I - estrutura organizada para atender às necessidades dos usuários, bem como a realização de seus direitos, visando à realização do princípio da dignidade da pessoa humana;

II - a desconcentração de poder, tendo em vista a prioridade de atendimento da demanda popular e a complexidade do trabalho público municipal que abrange diversos ramos de atividade;

III - o planejamento participativo, o controle público e social das ações e a valorização do servidor público municipal;

IV - a cidadania, os valores sociais do trabalho, a livre expressão da atividade intelectual e a garantia do acesso à informação;

V - a qualidade dos processos de trabalho tendo em vista a necessidade da realização dos direitos dos munícipes;

VI - a organização dos cargos e a adoção de instrumentos gerenciais de política de pessoal integrado ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional da Câmara Municipal de Ribeirãozinho;

VII - a articulação das carreiras e dos cargos em ambientes organizacionais vinculados à natureza das atividades e aos objetivos estratégicos baseados nas necessidades dos usuários da Câmara Municipal de Ribeirãozinho;

VIII - a investidura do cargo de provimento efetivo, condicionada à aprovação em concurso público e a garantia do desenvolvimento no cargo, através dos instrumentos previstos nesta Lei, adotando uma perspectiva funcional vinculada ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional;

IX - a garantia da oferta contínua de programas de capacitação, necessários à demanda oriunda dos servidores e dos munícipes e, ao desenvolvimento institucional que contemplem aspectos técnicos, especializados;

X - a avaliação de desempenho funcional dos servidores do Legislativo municipal, como parte do processo de desenvolvimento destes, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas contidas no planejamento institucional, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos cidadãos de Ribeirãozinho, sujeitos do planejamento orçamentário e da avaliação das ações municipais**.**

Art. 10º - A lotação global dos cargos de provimento efetivo e em comissão do quadro de pessoal, no anexo I e II, desta Lei, corresponde ao quantitativo total de cargos previstos nesta Lei, e, a cada ano haverá previsão da alocação de recursos, no orçamento geral da Câmara Municipal de Ribeirãozinho, a fim de cobrir os custos globais de administração do quadro de pessoal.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria do Legislativo Municipal responsável pela gestão de pessoal, avaliar anualmente, a adequação do quadro de pessoal às necessidades da municipalidade, propondo, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:

I - as demandas sociais;

II - os indicadores sócio-econômicos da cidade e da região;

III - a modernização dos processos de trabalho e as inovações tecnológicas;

IV - a relação entre o número de cargos previstos e o de usuários;

V - a capacidade financeira e orçamentária da Câmara Municipal, bem como os limites legais do dispêndio com pessoal;

VI - as propostas de atualização**.**

CAPÍTULO III

DOS CARGOS E SEU PROVIMENTO

Art. 11 - Os cargos ou funções previstos nesta Lei são regidos pelo Regime Estatutário.

Art. 12 - Os cargos do Grupo correspondente a Auxiliar de Administração Parlamentar e Assessor Jurídico, previstos no Anexo II da presente Lei, são de comissão.

Art. 13 – Os cargos do Grupo correspondente a Assessor Contábil e Secretário Legislativo, previsto no Anexo I da Presente Lei, são de Efetivos.

Art. 14 - A nomeação ou designação para os cargos previstos no art. 12 e 13 se fará diretamente pela denominação prevista no Quadro de Correlação de Remuneração específicas no Anexo III, IV e V, através de Portaria do Presidente da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Art. 15 - O ambiente organizacional corresponde a uma área específica de atuação do servidor público do Legislativo municipal no cumprimento das atividades relativas ao cargo a que pertença, previsto na Lei que trata da estrutura organizacional do Legislativo de Ribeirãozinho.

Parágrafo Único - Os servidores serão alocados em função dos ambientes organizacionais.

CAPÍTULO V DA ESPECIALIDADE

Art. 16 - A especialidade corresponde a um conjunto de atividades que, integrantes das atribuições do cargo, se constituem em um campo profissional ou ocupacional, cometido a um servidor ocupante do cargo público municipal.

CAPÍTULO VI DA MATRIZ HIERÁRQUICA

Art. 17 - A matriz hierárquica dos cargos definidos nesta Lei é estruturada em classes e níveis de vencimento, de acordo com os ambientes organizacionais e as especialidades.

Parágrafo Único - A matriz hierárquica dos cargos é a constante no anexo I, e abrange todos os cargos definidos nesta Lei.

CAPITULO VII

DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DA CARREIRA

Art. 18 - A série de Classes dos Cargos que compõem a Carreira dos Profissionais da Câmara Municipal estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas conforme descritas nos Anexos I.

I – PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO, NÍVEL MÉDIO TÉCNICO OU NÍVEL SUPERIOR, ANEXO I:

a) – Classe A: habilitação em ensino médio e/ou médio técnico;

b) – **Classe B**: Habilitação em nível Superior com Graduação em Bacharelado nos curso de Direito, Contábeis, Economia, Administração ou Administração Publica;

c) – Classe C: Requisito da classe B, mais título de Especialista em Pós-Graduação Lato Sensu com no mínimo 360 horas em área especifica da classe B.

d) – **Classe Especial**: Requisito da classe C, mais uma graduação em outra área especificada na Classe B, ou mais dois títulos de Especialista em Pós-Graduação Lato Sensu com no mínimo 360 horas em área específica da Classe B, Mestrado ou Doutorado.

§ 1º - Cada classe desdobra-se em 09(Nove) níveis, que constituem a linha vertical de progressão.

§ 2º - A carga horária dos cursos de especialização contada para posicionamento na classe não será recontada para efeito de nova progressão horizontal.

CAPÍTULO VIII

DAS FORMAS DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

Art. 19 - A movimentação funcional na Carreira dos Servidores efetivos dar-se-á em duas modalidades:

I – por progressão horizontal: por nova titulação profissional

II – por progressão vertical: por tempo de serviço

SEÇÃO I

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 20 - A progressão horizontal dos Profissionais da Administração Legislativa Municipal, por titulação profissional, dar-se-á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação profissional exigida para a respectiva classe.

§ 1º - As classes serão representadas por letras maiúsculas dentro de cada nível que compõem a progressão horizontal.

§ 2º - A qualificação e o esforço pessoal em busca de maiores níveis de educação formal dos servidores abrangidos por esta Lei, visando o seu crescimento acadêmico e à sua permanência no serviço público, serão de responsabilidade dos mesmos.

SEÇÃO II

DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 21 - O ocupante de cargo da Carreira dos Profissionais da Câmara Municipal terá direito à progressão vertical de um nível para outro subseqüente da mesma classe, desde que:

I – cumprido o estágio probatório;

II – aprovado em processo anual especifico de avaliação de desempenho.

§ 1º - O tempo de efetivo exercício na Câmara Municipal será computado ao final do estágio probatório, na proporção de 03 (três) anos para cada nível.

§ 2º - Decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo, se o órgão não realizar o processo de avaliação de desempenho, a progressão vertical dar-se-á automaticamente.

§ 3º - As demais progressões, ocorrerão após o cumprimento do estágio probatório, respeitando sempre o interstício de 3 (três) anos.

Art. 22 - Para a progressão vertical, a diferença entre um nível e o imediatamente será de 3% (três por cento).

TÍTULO II DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO **CAPÍTULO I DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E SEUS OBJETIVOS**

Art. 23 - Fica criado o programa de avaliação de desempenho que se caracterizará como processo participativo, integrador e solidário, abrangendo a avaliação institucional da Câmara Municipal, dos coletivos de trabalho, das condições de trabalho e dos servidores municipais efetivos da Câmara Municipal.

Art. 24 - O programa de avaliação de desempenho, cujas ações deverão ser articuladas com o planejamento institucional e com o programa de capacitação e aperfeiçoamento, obedecerá aos pressupostos contidos nesta Lei, em especial os dispostos no art. 9º e seus incisos, e aos seguintes objetivos:

I - avaliar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, tendo em vista a satisfação dos serviços da Câmara Municipal, a busca da eficácia no cumprimento da função social, em cada um dos ambientes organizacionais e o objetivo permanente de realização dos direitos da cidadania;

II - subsidiar o planejamento institucional da Câmara Municipal, visando aprimorar as metas, os objetivos e o desenvolvimento organizacional;

III - fornecer elementos para avaliação da política de pessoal e subsidiar os programas de melhoria do desempenho gerencial;

IV - identificar a demanda de capacitação e aperfeiçoamento à luz das metas e objetivos contidos no planejamento institucional;

V - identificar a relação entre desempenho e a qualidade de vida do servidor público municipal;

VI - fornecer elementos para o aprimoramento das condições de trabalho;

VII - propiciar o auto desenvolvimento do servidor e assunção do papel social que desempenha, como servidor público e no âmbito do seu ambiente organizacional;

VIII - fornecer indicadores para a progressão por mérito;

IX - fornecer os indicadores para avaliação probatória prevista no § 4o, do art. 41, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O disposto neste título para o programa de avaliação de desempenho, não se confunde com o processo disciplinar e não poderá ser aplicado para os fins do inciso III, do §1º, do art. 41 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. *25* - O programa de avaliação de desempenho será gerido tendo em vista as seguintes características:

I - existência de colegiado de planejamento e gestão, que fica criado pela presente Lei, composto por representantes institucionais, dos servidores dos ambientes organizacionais, cuja composição e atribuições dar-se-ão por portaria obedecidos os seguintes critérios:

a) a representação dos Servidores da Câmara Municipal, eleita por seus pares, composta por um servidor de cada ambiente organizacional;

b) a representação da Câmara Municipal, indicada pelo Presidente, será composta por dois Vereadores da Câmara Municipal de Ribeirãozinho;

II - periodicidade anual, das atividades de avaliação tendo em vista os instrumentos e as demandas geradas pela interface com o programa de capacitação e o planejamento institucional;

III - descentralização das atividades de avaliação, por ambiente organizacional e/ou unidade de trabalho, com acompanhamento da Secretaria responsável pela gestão de pessoal da Câmara Municipal de Ribeirãozinho.

Parágrafo Único - A Presidência do colegiado de planejamento e gestão do programa de avaliação de desempenho será exercida por um de seus membros que será eleito por seus pares.

Art. 26 - Observadas as diretrizes e as definições contidas nesta Lei, o detalhamento do processo de elaboração dos instrumentos de avaliação a que se refere este capítulo, bem como os prazos necessários ao funcionamento do programa, serão objetos de regulamentação baixada por Portaria.

Parágrafo Único - Os instrumentos de avaliação deverão ter publicidade interna e externa à Câmara, da unidade de trabalho em que se elaboraram os referidos instrumentos.

TÍTULO III DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO **CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DAS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO**

Art. 27 - Fica criado o programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores efetivos da Câmara de Ribeirãozinho, cujas ações deverão ser articuladas com o planejamento institucional, com o programa de avaliação de desempenho, definidos nos artigos 23 a 26 desta Lei, e, obedecerá aos pressupostos contidos nesta Lei e aos seguintes objetivos:

I - conscientizar o servidor para a compreensão e assunção do seu papel social enquanto sujeito, na construção de metas institucionais e, enquanto profissional atuante no aparato estatal, na concretização do planejado;

II - promover o desenvolvimento dos servidores e incentivá-los, aos mais altos níveis de educação formal;

III - preparar os servidores públicos do Legislativo municipal para desenvolverem-se na carreira, capacitá-los profissionalmente para um exercício eficaz de suas tarefas individuais, no bojo da função social coletiva da unidade a que pertença e, contribuir para a superação da alienação do trabalho, que caracteriza o trabalho individual desarticulado;

IV - preparar os servidores para uma gestão voltada para a qualidade social, que tem entre os seus referenciais a satisfação dos usuários dos serviços da Câmara Municipal de Ribeirãozinho e a busca da eficácia no cumprimento da função social, em cada um dos ambientes organizacionais descritos nesta Lei**.**

Art. 28 - O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo municipal de Ribeirãozinho será desenvolvido e, funcionalmente subdividido, nas seguintes linhas de desenvolvimento:

I - global, que propiciará a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores para a obtenção da consciência do seu papel social, da conquista da cidadania, dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais estratégicas;

II - gerencial composta por ações formativas específicas voltadas para a preparação dos servidores para a atividade gerencial, que deverão constituir-se em pré-requisitos para o exercício de função de chefia, assessoramento e direção;

III - na carreira, que visa preparar o servidor público efetivo para desenvolver-se na mesma, através dos processos de capacitação funcional e da estruturação dos bancos de capacitados;

IV - profissional, visando à capacitação dos servidores na sua área de atuação e à superação de dificuldades detectadas na avaliação de desempenho, seja no plano individual, seja nas unidades de trabalho;

V - por ambiente organizacional, visando à capacitação dos servidores de acordo com a sua área de atuação, de ações voltadas à preparação dos servidores para remoção de um ambiente organizacional para outro;

VI - intersetorial, visando ao estabelecimento de projetos e ações entre dois ou mais ambientes organizacionais**.**

Parágrafo Único - Entende-se como desenvolvimento intersetorial, para fins desta Lei, a interface dos vários campos do saber e do conhecimento.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Art. 29 - O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores efetivos do Legislativo municipal de Ribeirãozinho será gerido tendo em vista as seguintes características:

I - preparação de planejamento anual, das ações de capacitação tendo em vista a demanda gerada pela interface com o programa de avaliação de desempenho e o planejamento institucional;

III - descentralização, por ambiente organizacional, das ações que lhe são típicas caso a unidade tenha capacidade para tal.

Parágrafo Único - Os programas de capacitação poderão ser desenvolvidos em parceria com instituições externas, preferencialmente, públicas, desde que decidido pelo colegiado previsto no inciso I deste artigo.

Art. 30 - Os servidores ocupantes dos cargos regidos por esta Lei poderão exercer parcial ou totalmente a sua jornada de trabalho em atividades de capacitação e formação profissional, realizando atividades técnicas, administrativas e de monitoria, ministrando aulas ou atuando como instrutores técnicos.

§ 1º. As atividades, a que se refere o *caput* deste artigo, poderão ser realizadas nas unidades de trabalho responsáveis pela implementação do programa de capacitação e desenvolvimento, desde que haja autorização por meio de Portaria.

§ 2º. O trabalho exercido na forma deste artigo depende da anuência do servidor e não implicará em remuneração adicional ao servidor a menos que o mesmo exceda a jornada de trabalho do servidor.

Art. 31 - Os recursos para financiamento do programa de capacitação e aperfeiçoamento deverão compor a proposta orçamentária, tendo como referência o valor equivalente a no mínimo 1% (um por cento) do dispêndio da folha de pagamento do pessoal ativo**.**

Parágrafo Único - Caberá ao colegiado gestor de planejamento e gestão do programa de capacitação e aperfeiçoamento definir a alocação dos recursos, garantindo a efetividade das linhas de desenvolvimento, descritas no art. 29 e abrangendo todos os ambientes organizacionais definidos nesta Lei.

***TÍTULO IV DO INGRESSO* CAPÍTULO I DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 32- O ingresso nos cargos de provimento efetivo dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, e cabe à Câmara Municipal de Ribeirãozinho definir a conveniência e a oportunidade de realização do mesmo, a fim de suprir as necessidades institucionais, respeitando o quantitativo da lotação global correspondente e a respectiva previsão orçamentária.

§ 1º. O concurso público de que trata o *caput* deste artigo será realizado por cargo, de forma a contemplar o ambiente organizacional e as especialidades a serem supridas.

§ 2º. O concurso público, suas etapas e modalidades de realização serão objetos de regulamentação por edital de abertura de cada certame, observada a legislação e as normas reguladoras vigentes.

§ 3° - o concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

§4° - O prazo de validade do concurso e as condições da sua realização serão fixadas em edital, que será publicado nos termos do disposto na Lei do legislativo.

§ 5° - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidatos aprovado em concurso anterior, com prazo de validade a expirar.

§ 6° - O edital do concurso estabelecerá os requisitos a serem satisfeitas pelos candidatos.

CAPÍTULO II

DO INGRESSO NO CARGO

Art. 33 – São requisitos básicos para o ingresso no serviço público:

I - a nacionalidade brasileira ou estrangeira, conforme dispor a Lei;

II- o gozo dos direitos políticos;

II- a quitação com as obrigações eleitorais;

IV- a idade mínima de 18 anos;

V- o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

VI - saúde física e mental.

§1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

§ 2° - As pessoas portadoras de deficiência é assegurada o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, e para as quais serão reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso.

Art. 34 – A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 35 – são formas de provimentos em cargos públicos:

I – Nomeação;

II – Promoção;

III – Acesso;

IV – Readaptação;

V – Reversão;

VI – Aproveitamento;

VII – Reintegração.

Art. 36 - O ingresso no cargo de Carreira dos Profissionais do Legislativo Municipal dar-se-á no primeiro nível de vencimento e classe correspondente a especialidade objeto do concurso público e obedecerá aos seguintes critérios:

I – habilitação específica exigida para o provimento de cargo público realizado através de concurso público de provas ou provas e títulos;

II – escolaridade compatível com a natureza do cargo; e

III – registro profissional expedido por órgão competente, quando assim exigido.

Art. 37 - A partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta Lei, os servidores efetivos da Câmara Municipal, serão enquadrados no quadro de Pessoal de Carreira constante no quadro do anexo III, que ficam fazendo partes integrantes da presente Lei, passando a fazer jus aos mesmos.

§ 1º - O enquadramento a que se refere este artigo será feito por Portaria do Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º - O enquadramento dos cargos de pessoal de carreira se fará de acordo com a escala de referência prevista nos anexos III, e por categoria funcional, tomando como base o valor do salário do servidor e seu parâmetro na escala referencial.

§ 3º - O Servidor que no ato da posse, apresentar diploma de curso de especialização, (Graduação, Pós Graduação, Mestrado ou Doutorado), terá direito a ser enquadrado na referência salarial a que tiver direito para início de carreira dentro de sua categoria funcional, após o efetivo cumprimento do estágio probatório.

§ 4º - O servidor efetivo que prestar concurso para outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal e for aprovado, quando convocado para assumir o novo cargo, o mesmo terá direito à vacância, se já estiver cumprido mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício no Poder Legislativo, pelo período de 3 (Três) anos correspondente ao período probatório do novo concurso.

Art. 38 - O servidor que reingressar no serviço publico legislativo por novo concurso, o mesmo terá direito à contagem do tempo de serviço efetivo já prestado a municipalidade anteriormente para o seu novo enquadramento, desde que, tenha cumprido o estágio probatório.

Art. 39 - O servidor que se julgar prejudicado no enquadramento, poderá através de ofício fundamentado, solicitar ao Presidente da Câmara Municipal, reconsideração do ato que o enquadrou, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do Decreto de enquadramento.

Parágrafo Único – Os pedidos de reconsideração e ou recursos não terão efeitos suspensivos, o que for provido, retroagirá seus efeitos a data do enquadramento.

Art. 40 - Os servidores que estiverem de licença particular, com perda de vencimento por motivo de afastamento para tratar de interesse particular, serão enquadrados em suas categorias próprias, quando cessar os efeitos do afastamento.

§ 1º – O período de afastamento de que trata este artigo, não será considerado para contagem de tempo de serviço para fins de enquadramento.

§ 2º - O servidor que se encontrar afastado de suas funções por motivos alheios a sua vontade e estiver recebendo auxilio doença terá direito a contagem do tempo de serviço para o seu enquadramento na presente Lei.

Art. 41 – A partir da vigência desta Lei, nenhuma mudança de referência de servidor que não esteja prevista nos artigos anteriores poderá ser efetuada, salvo se através da progressão vertical e horizontal.

CAPÍTULO III

DA NOMEAÇÃO

Art. 42 – A nomeação far-se-á:

I – Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de classe inicial de carreira;

II – Em comissão para cargos de confiança, de livre nomeação,

CAPÍTULO IV

DA POSSE E DO EXERCICIO

Art. 43 - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrera no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

§2º - Em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do termino do impedimento.

§ 3º - A posse poderá ser formalizada mediante procuração especifica, quando se tratar de servidor ausente do Município, ou em casos especiais, a juízo da autoridade competente.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento por nomeação ou ascensão.

§ 5º - Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo fixado nesta Lei.

Art.44 – A posse em cargo público dependera de previa inspeção medica oficial.

Parágrafo único – Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. **45** – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º - A autoridade competente do órgão para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art. **46** – O início, a suspensão, a interrupção e o reinicio do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único – Ao entrar em exercício o servidor apresentara, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. **47**– A promoção ou ascensão não interrompem o tempo de exercício que é contado no mesmo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover ou ascender o servidor.

Parágrafo único – O exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

SEÇÃO I

DA ESTABILIDADE

Art. 48 – São estáveis, após 03 (três) anos, de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

Art.49 – O servidor estável só perdera o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; **III-** mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei ou Decreto Legislativo, assegurando ampla defesa. **§ 1º -** Invalidada por sentença judicial a decisão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual substituto, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. **§ 2º -** Extinto o cargo ou declarada suas desnecessidades, o servidor es-

tável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. **§ 3º -** Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. **§ 4º -** A comissão de avaliação tratada no parágrafo anterior, bem como as normas inerentes ao assunto, serão determinadas, quanto á sua constituição e procedimentos, por Decreto do Legislativo. **Art.50** – As disposições constantes dos Artigos 23 e 24 não se aplicam aos cargos de provimento em comissão. **Art.51** – A estabilidade ao serviço público e não ao cargo.

SEÇÃO II

DO ESTAGIO PROBATÓRIO

Art. 52 – Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficara sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observando os seguintes fatores;

I **–** assiduidade;

II- Capacidade de iniciativa;

III- Disciplina;

IV – Produtividade;

V- Responsabilidade;

VI – Idoneidade Moral.

Art. 53 – A aptidão e capacidade do servidor em estágio probatório serão avaliadas por comissão e segundo regras predeterminadas, conforme o disposto no Artigo 24 desta Lei.

SEÇÃO IX DA REINTEGRAÇÃO **Art. 54** – Reintegração é a investidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. § 1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade. § 2º - encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. ***CAPITULO III DO TEMPO DE SERVIÇO*** **Art. 55** – A apuração do tempo de serviço será feita em dias que serão convertidos em anos, considerando o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. **Parágrafo único** - Feita a conversão, os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois), não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem este número. **Art. 56** – Além das ausências ao serviço previstas no Art. 81 são considerados como de efetivo exercício: I – Férias; II- Exercício de cargo ou emprego em órgão ou entidade Federal, estadual, Municipal ou Distrital; III- Participação em programa de treinamento instituído e autorizado pelo respectivo órgão ou repartição Municipal; IV- Desempenho de mandato eletivo, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento; V – Júri e outros serviços obrigatórios por Lei; VI – Licença Prêmio. a) O servidor efetivo terá direito a Licença prêmio após o primeiro qüinqüênio ininterrupto de exercício, onde o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, por qüinqüênio, que no interesse do Legislativo poderá comprar o mês da licença para continuidade da prestação do serviço público.

CAPÍTULO V

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 57– A jornada de trabalho dos servidores públicos do Legislativo municipal de Ribeirãozinho-MT, será de até seis horas diárias não excedendo a 30 (trinta) horas semanais ou quatro horas diárias não excedendo a 20 (vinte) horas semanais, conforme dispuser esta Lei.

§ 1° - O servidor que participar das reuniões das sessões ordinárias e/ou extraordinária, terá um dia útil da semana de folga,como forma de compensação de horário extra trabalhado.

§ 2° - Ao servidor efetivo, este cumprirá seu horário de trabalho das 8:00 h as 11:00 h, como forma de compensação de horário pelo assessoramento das sessões legislativas disposto no art. 3°, I do Regimento Interno.

Art. 58 – Poderá ser reduzida à jornada de trabalho sem redução da remuneração, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

§ 1º – A redução da jornada de trabalho para 20 e 10 horas semanais poderá ser feita mediante acordo ou convenção, sem prejuízo da remuneração do servidor.

§ 2º - Os cargos de Procuradoria e Contadoria não estarão vinculados a carga horária semanal, mas ao exercício da função, cabendo aos servidores ocupantes de tais cargos o cumprimento das funções em atendimento aos prazos específicos de cada atribuição, sob pena de crime de responsabilidade.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO

Art. 59 – O sistema de remuneração da Carreira dos Profissionais da Câmara Municipal de Ribeirãozinho/MT é estabelecida através de vencimentos, e, estrutura-se através de tabelas remuneratórias constantes do anexo III, contendo os padrões de proventos fixados em razão da natureza, grau de responsabilidade e complexidade e dos requisitos exigidos para o ingresso em cada cargo da carreira dos Perfis Profissional, devendo o anexo III ser corrigido obrigatoriamente a cada 12 (doze) meses, com a aplicabilidade do percentual correspondentes a índices de percas inflacionárias, tendo como referência sempre o mês de janeiro de cada ano.

§ 1º - O percentual a ser aplicado anualmente nas correções do Anexo III da presente Lei será definido pelo INPC apurado com base em exercício anterior, fixado através de Portaria do Poder Legislativo ou desde já autorizada por esta Lei, que será atualizada imediatamente para o exercício seguinte, sendo que, o não cumprimento, o mesmo responderá judicialmente sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º – A tabela remuneratória dos proventos dos cargos de Profissional de Nível Médio e Profissional de Nível Médio Técnico constam do Anexo III desta Lei, respectivamente.

Art. 60 – O servidor pertencente à Carreira dos Profissionais da Administração Pública, nomeado para o exercício de cargo comissionado, perceberá remuneração correspondente do cargo que optar.

§ 1º - Os cargos em comissão de assessoramento não sofrerão reserva de preenchimento.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO PESSOAL

Art.*61-* Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Ribeirãozinho o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, previsto na Constituição Federal.

§ 1º. Todas as regulamentações previstas nesta Lei deverão passar pela avaliação preliminar deste conselho.

§ 2º. Ressalvado o disposto na legislação vigente este conselho tem poder deliberativo nas matérias de sua competência.

§ 3º. Os representantes dos servidores públicos do Poder Legislativo serão eleitos por seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 4º. Este conselho terá a função de acompanhar e fiscalizar todos os recebimentos dos créditos da Câmara Municipal para calcular a evolução da receita corrente líquida do município, a execução orçamentária anual, visando a garantia dos recursos para avaliação de desempenho, capacitação, sistema de progressão e outros que couberem nesta Lei.

§ 5º. O conselho será composto da seguinte forma:

I - O secretário Legislativo responsável pela gestão de pessoal na Câmara de Ribeirãozinho**;**

II - O Assessor Contábil da Câmara Municipal;

III - 2 (dois) Vereadores;

§ 6º. O conselho previsto e disciplinado neste artigo é instância de recurso para todos os fins dispostos nesta Lei.

§ 7º. Fica facultada ao conselho disciplinado neste artigo a formação de grupo de trabalho auxiliar, composto por servidores de todos ambientes organizacionais, para acompanhamento, avaliação e elaboração de propostas de revisão da presente Lei.

CAPÍTULO VIII DA IDENTIFICAÇÃO DA ESPECIALIDADE E AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Art. 62 - Os ocupantes dos cargos serão enquadrados nos mesmos, conforme suas correlações, na especialidade do cargo original e na descrição de atividades do servidor público municipal tendo em vista os contidos nos anexos I, a esta Lei.

Art. 63 - Identificado o cargo e a especialidade, o servidor será alocado no ambiente organizacional correspondente, previsto na estrutura organizacional.

CAPÍTULO IX

DOS INCENTIVOS E INDENIZAÇÕES

Art. 64 – Além do salário, o servidor do Legislativo Municipal poderá perceber:

I – regime extraordinário de trabalho;

II – adicional por tempo de serviço;

III – indenização por periculosidade;

IV – adicional de férias;

V – salário família;

VI – gratificação natalina.

VII – indenização por insalubridade;

VIII – Abono Licença Prêmio.

§ 1º - As indenizações estão vinculadas à unidade de concessão, devendo ser imediatamente suspensas quando o servidor dela, por qualquer motivo, se afastar ou for removido.

Art. 65 – As indenizações não serão incorporadas ao subsídio para quaisquer efeitos.

Art. 66 – Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: I – Diárias; II- transporte; III- Gratificações; **Parágrafo único**- As gratificações, em hipótese alguma será incorporada ao vencimento. **Art. 67** – As vantagens previstas no artigo anterior, não serão computadas, nem acumuladas para o efeito de concessão de qualquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento. ***SEÇÃO I DAS DIARIAS*** **Art. 68** – O servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação por dia de afastamento. § 1º - A diária será concedida por dia de afastamento. §2º - Sem comprovação da despesa o servidor não poderá receber, a título de diárias, mensalmente, mais do que o correspondente a 50% (cinqüenta por cento) de sua remuneração mensal. §3º - O servidor que receber diárias e por qualquer motivo não se afastar da sede do Município fica obrigado a restituí-la, integralmente, no prazo Máximo de cinco dias. §4º - Na hipótese do servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, as diárias recebidas em excesso serão, obrigatoriamente, devolvidas no mesmo prazo do parágrafo anterior. **Art. 69** – Esta seção será regulamentada por Decreto do Legislativo. ***SEÇÃO II DO TRANSPORTE*** **Art. 70** – Conceder-se á a indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme regulamento.

SEÇÃO III

DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE TRABALHO

Art. 71– Considera-se regime extraordinário de trabalho a jornada especial de trabalho que, pelas características e peculiaridades das atividades a serem executadas, decorrentes de imperiosa, temporária e comprovada necessidade do serviço exijam disponibilidade exclusiva do servidor para cumprimento de jornada de trabalho semanal superior a 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único – Incluem-se no regime extraordinário de trabalho as atividades específicas desenvolvidas por servidores fora de seu local de trabalho.

Art. 72 – O servidor em regime extraordinário de trabalho perceberá o valor previsto na tabela de 30 (trinta) horas semanais, na classe e nível de seu enquadramento.

Art. 73 – O acréscimo financeiro decorrente da concessão do Regime Extraordinário de Trabalho não poderá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor bruto mensal da folha de pagamento dos servidores da ativa do Legislativo Municipal.

Art. 74 – Os critérios e parâmetros para identificação das atividades especificas do regime extraordinário de trabalho são os seguintes:

I – servidores designados por Portaria da unidade para o exercício de funções, nas condições de responsáveis ou executores de planos de ação e/ou projetos prioritários constantes do Plano de Administração Legislativa respeitado o prazo estabelecido pela Portaria;

II – servidores que sejam designados por Portaria do Presidente da Câmara Municipal para comporem, na condição de membros, grupos de trabalho, comissões, cujas atribuições a eles conferidas atêm-se ao cumprimento de prazos fixados administrativamente, respeitando o prazo estabelecido pela portaria;

III – servidores na condição de responsáveis ou participantes de processos de implantação de novos serviços e/ou novas unidades da estrutura organizacional da Administração até o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, mediante fundamentação específica.

SEÇÃO IV

DA INSALUBRIDADE

Art. 75 - Aos servidores em exercício habitual em condições insalubres fica assegurada à indenização por insalubridade, de acordo com o grau mínimo, médio ou máximo a que estejam expostos.

§ 1º - A caracterização e a classificação da insalubridade far-se-ão através de perícia a ser realizada por Médico e/ou Engenheiro de Segurança e Medicina do Trabalho.

§ 2º - O valor da indenização por insalubridade fica assim definido:

I – grau mínimo de insalubridade: 10% (dez por cento) do menor subsídio base da Carreira dos Profissionais de Serviços de Apoio;

II – grau médio de insalubridade: 20% (vinte por cento) do menor subsídio base da Carreira dos Profissionais de Serviço de Apoio;

III – grau máximo de insalubridade: 40% (quarenta por cento) do menor subsídio base da Carreira dos Profissionais de Serviço de Apoio.

§ 3º - O Poder Legislativo regulamentará as medidas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo através de Decreto Legislativo.

SEÇÃO V

DA PERICULOSIDADE

Art. 76 - Aos servidores em exercício habitual em condições de perigo, fica assegurado à indenização por periculosidade.

§ 1º - A caracterização e a classificação da periculosidade far-se-ão através de perícia a ser realizada por Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro de Segurança e Medicina do Trabalho.

§ 2º - O valor da indenização por periculosidade e fixado de acordo o que determina a Constituição Federal e demais disposições legais.

§ 3º - O Poder Legislativo regulamentará as medidas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo através de Decreto Legislativo.

SEÇÃO VI DO ABONO FAMILIAR **Art. 77** – Será concedido abono familiar ao servidor ativo ou inativo: I – Por filho menor de 14 (quatorze) anos que não exerça atividade remunerada e nem tenha renda própria; II- Por filho invalido ou mentalmente incapaz, sem renda própria. § 1º - Compreende-se, neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e sustento do servidor. §2º- Para efeito deste artigo, considera-se renda própria ou atividade remunerada o recebimento de importância igual ou superior ao menor salário pago pelo município. § 3º- Quando o pai e a mãe forem servidores municipais, ativos ou inativos, o abono familiar será concedido a ambos. §4º- Ao pai e mãe equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes. §5º - Ocorrendo o falecimento do servidor, o abono familiar continuará a ser pago a seus beneficiários, por intermédio da pessoa em cuja guarda se encontrem, enquanto assim fizerem jus. §1º - Com o falecimento do servidor e a falta do responsável pelo recebimento do abono familiar, será assegurado aos beneficiários o direito a sua percepção, enquanto assim fizerem jus. §2º- Caso o servidor não haja requerido o abono familiar relativo a seus dependentes, o requerimento poderá ser feito após sua morte pela pessoa cuja guarda e sustento se encontre, operando seus efeitos a partir da data do pedido. **Art. 78** – O valor do abono familiar será igual a 4% (quatro por cento) do valor do menor salário pago pela Municipalidade. **Parágrafo único** – O responsável pelo recebimento do abono familiar deverá apresentar no mês de julho de cada ano, declaração de vida e residência dos dependentes, sob pena de ter suspenso o pagamento da vantagem. **Art. 79** – Nenhum desconto incidirá sobre o abono familiar, nem este servirá de base a qualquer contribuição, ainda que para fins de previdência social. **Art. 80** – Todo aquele que, por ação ou omissão, der causa a pagamento indevido do abono familiar ficará obrigado a sua restituição, sem prejuízo das demais cominações legais.

CAPÍTULO X

DAS CONCESSÔES

Art. 81 - sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar -se do serviço: **I –** por 01 (um) dia para doação de sangue; **II –** por 05 (cinco) dias consecutivos em razão de enlace matrimonial; **III –** por 07 (sete) dias consecutivos em razão de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, menor sob guarda ou tutela e irmãos; **IV –** 20 (vinte) dias para licença paternidade; **V –** 180 (cento e oitenta) dias para licença maternidade; **Art. 82 –** poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante,quando comprovada a incompatibilidade entre o horário da instituição de ensino e o da repartição,sem prejuízo do exercício do cargo. **Parágrafo Único –** para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição a duração semanal do trabalho. ***CAPITULO XI DO REGIME DISCIPLINAR SEÇÃO I DOS DEVERES*** **Art. 83 –** São deveres do servidor: I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; II – ser leal as instituições a que servir; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, V – Atender com presteza: a) Ao público em geral prestando as informações requeridas; b) A expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimentos de situação de interesse pessoal; c) As requisições para a defesa da Fazenda Pública Municipal; VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo; VII – zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público; VIII – guardar sigilo sobre assuntos da repartição; IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa; X – ser assíduo e pontual ao serviço; XI – tratar com urbanidade as pessoas; XII – ser discreto e observar boa conduta; XIII – representar contra a ilegalidade ou abuso de poder. **Parágrafo Único** – A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado o direito de defesa. ***SUBSEÇÃO I DAS PROIBIÇÕES*** **Art. 84** – Ao servidor é proibido: I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévio consentimento de autoridade competente, qualquer documento ou objeto ou repartição; III – recusar fé a documentos públicos; IV – opor resistência injustificada ao andamento de processos ou execução de serviço; V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; VI – referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral; VII – cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja responsabilidade ou seu subordinado; VIII – compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional, sindical ou partido político; IX – manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; X – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; XI – participar de gerencia ou de administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comercio e, nessa qualidade, transacionar com o Município; XII – atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro; XIII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições; XIV – praticar usuras sob qualquer de suas formas; XV – proceder de forma desidiosa; XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços particulares; **Art. 85** – É licito ao servidor criticar atos do Poder Público do ponto de vista doutrinário ou de organização do serviço, em trabalho assinando.

SUBSEÇÃO III

DAS RESPOSABILIDADES

Art. 86 – O servidor responde civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 87 – A responsabilidade civil decorre de ato omissivo, comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízo dolosamente causado ao Erário, somente será liquidada na forma prevista nos termos da lei na falta de outros bens que asseguram a execução do débito pela via civil ou judicial.

§ 2º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação progressiva.

§ 3º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 88 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

Art. 89 – A responsabilidade administrativa resulta de ato omisso ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 90 – As funções civis, penais e administrativas poderão sumular-se sendo independente entre si.

Art. 91 – A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência de fato ou a sua autoria.

SUBSEÇÃO IV

DAS PENALIDADES

Art. 92 – São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – multa;

IV – demissão;

V – Extinção de aposentadoria ou disponibilidade;

VI – destituição de cargo em comissão.

Art. 93 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 94 – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 84, inc. I a IX, e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 95 – A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com a advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único – Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos de penalidade uma vez cumprida a determinação.

Art. 96 – As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo Único – O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 97– A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I – crime contra a Administração Pública;

II – abandono do cargo, após 30 dias de ausências injustificadas;

III – inassiduidade habitual;

IV – improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa;

VI – insubordinação grave em serviço;

VII – ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo em legitima defesa de outrem;

VIII – aplicação irregular de dinheiro público;

IX – revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI – peculato;

XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

Art.98 – Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado na atividade, falta punível com a demissão.

Art.99 – A exoneração de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita as penalidades de suspensão e de demissão.

Art.100 – Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art.101 – Entende-se por inassiduidade habitual, a falta ao serviço, sem causa justificada por 60 (sessenta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art.102 – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o funcionamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art.103– As penalidades serão aplicadas:

I – Pelo Presidente da Câmara, quando se tratar de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade do servidor;

II – Pelo Presidente da Câmara quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

Art.104 – A ação disciplinar prescreverá:

I – em 05 (cinco) anos, quando as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo ou comissão.

II – em 03 (três) anos, quanto a suspensão:

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto a advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a decorrer da data em que o fato se tornar conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, essa recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.105 - Cabe a Secretaria Geral do Legislativo Municipal promover ações para tornar o ambiente de trabalho dos profissionais da Administração Municipal do Poder Legislativo seguro e salubre, independentemente da concessão da indenização prevista no art. 65 e 66 desta Lei.

Art.106 – As despesas com o pagamento de vencimentos, proventos, pensões e outras vantagens atribuídas aos servidores não poderão exceder ao que determina a Constituição Federal e demais Leis pertinentes à mesma.

Art.107 - Os interstícios a serem cumpridos para os fins estabelecidos no instituto da Progressão Funcional serão de 03 (três) anos, tanto para os servidores ora existente, como para aqueles que vierem a ingressar no serviço Público Municipal do Legislativo.

Art.108 – A aplicabilidade desse Plano de Cargos e Salários deverá estar em perfeita sintonia com os ditames do Estatuto dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ribeirãozinho.

Art.109 – O pessoal contratado por prazo determinado terá a remuneração correspondente à primeira referência da categoria a que pertence não fazendo jus à progressão funcional.

Art.110– A faixa salarial a que menciona o inciso IX do Art. 4º desta Lei é composta de variação vertical e horizontal, nos termos dos Anexos III desta Lei.

Parágrafo Único - A variação vertical é constituída de 09 (nove) intervalos referenciais, iniciando-se da remuneração cardinal 01 (um) a 09 (nove).

Art.111– Por motivo de crença ou de convicção filosófica ou política, nenhum servidor poderá eximir do cumprimento de seus deveres, salvo se contrariar lei.

Art.112 – São assegurados aos servidores do Poder Legislativo Municipal os direitos de associação profissional ou sindical.

§ 1º - É assegurado ao servidor o direito à licença sem prejuízo da sua remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, ou ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites:

§ 2º - Somente poderão ser licenciados servidores efetivos e eleitos para cargos de direção executiva ou representação nas referidas entidades, desde que cadastrados junto a Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal, sendo vedada a licença a suplentes e vices.

§ 3º - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

Art.113 – Para efeitos de comprovação da conclusão do curso de ensino médio e/ou médio técnico, será considerado o Certificado ou Diploma devidamente expedido ou convalidado por instituição de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art.114 – Para efeitos de comprovação de curso de Graduação, Pós-graduação/Especialização (Latu Sensu), Mestrado (Stricto Sensu) ou Doutorado (Stricto Sensu), será considerado Diploma expedido ou convalidado por instituição de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art.115 – Nos casos em que o Diploma ou o Certificado estiver em fase de expedição/registro, será considerado o atestado de conclusão acompanhado do respectivo histórico escolar, conforme *caput* do artigo anterior.

Art.116 – O servidor que ingressar no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, a partir da data dos efeitos desta Lei, terá o direito à sua primeira movimentação funcional, após adquirir estabilidade cumprindo o estágio probatório.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.117 – Os atuais servidores do Poder Legislativo Municipal permanecerão nas mesmas classes e níveis em que se encontram posicionados.

§ 1º - Não se aplica o disposto no *caput* aos servidores que já cumpriram o interstício exigido para progressão de classe, a contar do último enquadramento, observado o que dispõe o art. 37 desta Lei.

§ 2º - Não se aplica o disposto no *caput* aos servidores que tiverem tempo de serviço necessário para o cumprimento dos interstícios exigidos para posicionamento na classe correspondente a sua formação, observado o que dispõe o art. 34 desta Lei.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.118 – Fica permitida a cessão de servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal efetivo da Administração Municipal Legislativa aos órgãos e Poderes do Estado de Mato Grosso, da União, dos Estados e dos Municípios, por ato de processo legislativo.

§ 1º - O ônus da cessão do servidor de que trata o *caput* deste artigo será da entidade cessionária.

§ 2º - Fica vedado a cessão do servidor do Legislativo quando estiver no exercício de cargo comissionado, contratado temporariamente, em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo ético ou disciplinar.

§ 3º - O servidor cedido nos termos do caput desta Lei poderá ficar afastado pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável uma única vez por igual período.

Art.119 – O Poder Legislativo promoverá o enquadramento dos servidores no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da vigência desta Lei, respeitando o que determina o artigo 34.

Art.120 – Nos casos em que for omissa essa Lei, aplica-se supletivamente, os dispositivos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art.121 – Fazem parte desta Lei, os seguintes anexos:

a) – *ANEXO I* – Quadro do Pessoal de Carreira;

b) – *ANEXO II* – Quadro de Pessoal Comissionado;

c) – ANEXO III – Quadro de referencia Salarial dos Profissionais de Nível médio e Nível Médio Técnico;

d) – ANEXO IV – Quadro de Referencia Salarial do Profissional Assessor Jurídico;

e) – ANEXO V – Quadro de Referencia Salarial do Servidor Auxiliar de Administração Parlamentar.

Art. 122 – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias constantes do Orçamento vigente e posteriores.

Art. 123– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 124 – Revogam-se as disposições em contrario, em especial as Resoluções n° 2/1996, n° 07/1997, n° 9/1998, n° 30/2008 e n° 59/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e quatro dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezesseis.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO – I

QUADRO DO PESSOAL DE CARREIRA

SERVIDOR CONCURSADO EM ÁREA ESPECÍFICA		
Cargos/ Categorias Funcionais	**Código**	**Números de vagas**
Assessor (a) Contábil	EFETIVO	01
Secretário (a) Legislativo	EFETIVO	01

ANEXO – II

QUADRO DO PESSOAL COMISSIONADO

SERVIDOR ADNUTUN EM ÁREA DE ASSESSORAMENTO		
Cargos/ Categorias Funcionais	**Especificação**	**Números de vagas**
Auxiliar de Administração Parlamentar	COMISSIONADO	01
Assessor Jurídico	COMISSIONADO	01

ANEXO III

QUADRO DE REFERÊNCIA SALARIAL DO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

CARGOS: Assessor Contábil – Secretário Legislativo.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PCCS CÂMARA				
NIVEL	**CLASSES**			
NIVEIS	**A**	**B**	**C**	**D**
NIVEL MÉDIO e/ou MÉDIO TÉCNICO	NIVEL SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	ESPECIAL	
Coeficiente	**1**	**1,3**	**1,6**	**1,9**
1	2.246,13	2.919,97	3.593,81	4.267,65
2	2.313,51	3.007,57	3.701,62	4.395,68
3	2.382,92	3.097,80	3.812,67	4.527,55
4	2.454,41	3.190,73	3.927,05	4.663,37
5	2.528,04	3.286,45	4.044,86	4.803,27
6	2.603,88	3.385,04	4.166,21	4.947,37
7	2.682,00	3.486,60	4.291,19	5.095,79
8	2.762,46	3.591,19	4.419,93	5.248,67
9	2.845,33	3.698,93	4.552,53	5.406,13

ANEXO IV

QUADRO DE REFERÊNCIA SALARIAL DO PROFISSIONAL ASSESSOR JURÍDICO

CARGO:ASSESSOR JURÍDICO.

NIVEL	REMUNERAÇÃO
01	1.900,00

ANEXO V

QUADRO DE REFERÊNCIA SALARIAL DO SERVIDOR AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PARLAMENTAR

CARGO:AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PARLAMENTAR.

NIVEL	REMUNERAÇÃO
01	1.014,20

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA 01.1746-16 NOMEIA -ALIANE MEZACASA DE SOUZA

PORTARIA Nº. 01.1746/GP/PMR/16

DE 12 DE maio DE 2016

***Nomeia**- Aliane Mezacasa de Souza no Cargo em Comissão De Representante Do Município Em Brasília..*

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – ALIANE MEZACASA DE SOUZA, No cargo em comissão de REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO EM BRASÍLIA-, CDS-10- junto da GABINETE DA PREFEITA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo ao dia 01/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA 01.1745-16 NOMEIA -JOCIEL SOARES DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 01.1745/GP/PMR/16

DE 12 DE maio DE 2016

***Nomeia**- Jociel Soares dos Santos no Cargo em Comissão De Representante Do Município Em Cacoal-Ro.*

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – JOCIEL SOARES DOS SANTOS, No cargo em comissão de REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO EM CACOAL-RO, CDS-10- junto da GABINETE DA PREFEITA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA 01.1747-2016 RELOTA-ANDREIA CARRIÇO

PORTARIA Nº. 01.1747/GP/PMR/16

DE12 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre relotação de funcionário para atender as necessidades especiais da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-fundeb 60%.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Relotar– **ANDREIA MARIA GIURUTTO CARRIÇO, PROFESSOR 30 HORAS SEMANAIS- MATRICULA FUNCIONAL Nº 683 para atender as necessidades especiais da Secretaria Municipal De Educação - Fundeb 60%.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo ao dia 01/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 01.1753 DEFINE PRAZO DE RESPOSTAS A REQUERIMENTOS E DOCUMENTOS FUNCIONAIS DRH -2016

Portaria n°01.1753/DRH/PMR/2016 de 24 de maio de 2016.

A Secretaria Municipal de Administração, através de seu Departamento de Recursos Humanos, por meio de seu responsável, vem através desta, no uso de suas atribuições, publicar a seguinte **PORTARIA** a fim de:

"Definir as situações bem como o prazo de resposta, em relação aos requerimentos de documentos funcionais e requerimentos das licenças previstas no Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Rondolândia."

Art.1º - Todos os servidores públicos têm direito a requerer ou solicitar informações pessoais à Administração, a qual deverá dar a respectiva resposta, nos prazos fixados.

Parágrafo único - Para fins desta portaria, considera-se servidor público, todo aquele que exerce em caráter efetivo ou comissionado, cargo ou função pública no âmbito da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

DO PEDIDO DE CERTIDÃO PARA INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art.2º - As informações pessoais, tidas como aquelas que constam nas respectivas fichas funcionais ou demais assentamos, deverão ser requeridas em Formulário Próprio, disponibilizado gratuitamente pelo DRH.

I – Caso o Requerente não seja o próprio servidor, deverá o terceiro apresentar a respectiva "PROCURAÇÃO" pública, cabendo ao DRH providenciar sua cópia, arquivando-se a mesma;

Art.3° - As informações pessoais, serão fornecidas pela Administração através de " CERTIDÃO", através do Modelo em Anexo, em 02 (duas) vias;

I – Ao fornecer a "CERTIDÃO", o Departamento de Recursos Humanos deverá exigir o "Recebido" na 2° (segunda) via, do servidor ou terceiro que retirar a certidão, mediante assinatura e data;

II – O Departamento de Recursos Humanos, para fins de controle, deverá providenciar, em arquivo próprio, cópia das 2° (segundas) vias de todas as certidões expedidas, divididas em ordem alfabética dos Requerentes, por mês e ano;

Art.4° - Será obrigatoriamente expedida "CERTIDÃO" para as seguintes informações pessoais requeridas:

a) para fins de concurso público; b) para fins de contagem ou averbação de tempo em serviço público; c) para fins de situação funcional – negativa ou positiva , para efeitos de situação administrativa que envolva requerimentos de progressão, promoção e/ou processos disciplinares administrativos; d) para fins curriculares;

Art.5° - Requerida a certidão, na forma acima prescrita, a mesma deverá ser emitida no prazo de **10 (dez)** dias contados a partir da entrega do requerimento, no DRH, devidamente preenchido.

DO REQUERIMENTO DE LICENÇAS PREVISTAS NA LC N° 03/2007 – Regime Jurídico Único

Art.6º - Constituem licenças prevista na LC n° 03/2007 a que fazem jus os servidores públicos municipais efetivos, aquelas descritas nos arts. 75 e seguintes:

a) I – para tratamento de saúde; b) II – por motivo de doença em pessoa da família; c) III – a gestante; d) IV – paternidade; e) V – para prestação de serviço militar; f) VI – por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro; g) VII–para atividade política; h) IX – para tratamento de interesse particular; i) X – para o exercício de mandato Classista; j) XI – para qualificação profissional. Art.7º - As licenças prescritas acima, deverão ser solicitadas em formulário próprio, disponibilizado gratuitamente pelo DRH , acompanhadas de todos os documentos necessários, conforme a natureza do pedido, tais como atestados ou laudo médico, assinadas pessoalmente pelo servidor requerente ou terceiro munido de procuração pública com poderes especiais para a licença pretendida e ainda, contendo a respectiva assinatura do chefe imediato. Parágrafo único – A administração deverá providenciar a respectiva cópia da procuração apresentada para fins de controle. Art.8º - Ao receber o requerimento com pedido de alguma das licenças acima descritas, o Departamento de Recursos Humanos deverá autuar o respectivo processo administrativo, juntando cópia da ficha funcional e demais anotações administrativas, bem como de todos os documentos apresentados pelo requerente. I - Autuado o processo, o mesmo deverá ser encaminhado á Procuradoria Geral do Município no prazo de **03 (três)** dias, a qual, após análise, deverá emitir parecer jurídico a cerca da legalidade do requerimento, no prazo de **10(dez)** dias úteis a contar do recebimento do processo administrativo enviado pelo DRH. a) Verificada pela PGM a falta de qualquer dos requisitos necessários á concessão da licença pretendida, deverão os autos retornarem, ao DRH para saneamento ou comunicação ao Requerente para que proceda à devida regularização do seu pedido; b) não sendo possível o saneamento do pedido de licença por parte do DRH e/ou não havendo a devida regularização por parte do requerente, o mesmo deverá ser arquivado, procedendo-se a devida publicação no mural da Prefeitura Municipal.

Art.9º - Sendo exarado parecer jurídico favorável á concessão da licença pretendida, a PGM deverá encaminhá-los ao Secretário Municipal de Administração para conhecimento, para que no prazo máximo de 03(três) dias, após o devido "CIENTE" ,devolva os autos ao DRH.

Art.10 – Recebido os autos advindo do Secretário Municipal de Administração com o devido "CIENTE" , o Departamento de Recursos Humanos publicará o ato de concessão na imprensa oficial do Município, dele dando ciência ao chefe imediato do Requerente e ao próprio Requerente, mediante cópia.

I – O Requerente deverá manter atualizado seu endereço bem como telefone para contato.

Art.11 – Somente após o próprio servidor ou seu procurador legalmente constituído derem o devido "CIENTE" da concessão da licença requerida, é que o mesmo poderá se ausentar do serviço.

Art.12 – Caso o servidor faça o mero protocolo do seu pedido e desde já, se ausente do serviço ou local de trabalho, o mesmo terá os dias faltosos descontados do seu pagamento, sem prejuízo de eventual abertura de processo administrativo disciplinar.

Art.13 – Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Rondolândia/MT, aos 24/05/16.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1743-16 NOMEIA -SANTA RODRIGUES DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 01.1743/GP/PMR/16

DE 10 DE maio DE 2016

***Nomeia**- SANTA RODRIGUES DOS SANTOS no Cargo em Comissão De COORDENADOR DE ÁREA DE EDUCAÇÃO INDIGENA,CDS-6.*

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – SANTA RODRIGUES DOS SANTOS, No cargo em comissão de COORDENADOR DE ÁREA II, DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, CDS-6 junto da secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1742-2016 NOMEIA -ANTONIO DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº. 01.1742/GP/PMR/16

DE 10 DE MAIO DE 2016

*Nomeia – **ANTONIO DA SILVA LOPES** Nocargo em comissão de Diretor De Departamento Especial De Apoio Ao Educando.*

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **–ANTONIO DA SILVA LOPES**,No cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE APOIO AO EDUCANDO, CDS-5, de junto da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1750-2016 RELOTA-ANTONIO DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº. 01.1750/GP/PMR/16

DE12 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre relotação de funcionário para atender as necessidades especiais da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO..

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Relotar– **ANTONIO DA SILVA LOPES, AUXILIAR ADMINISTRATIVO- MATRICULA FUNCIONAL Nº 561 para atender as necessidades especiais da Secretaria Municipal De Educação.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 01/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016

PROCESSO N° 091/2016

PREGÃO PRESENCIAL - N° 036/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa para Consultoria Técnica e Prestação de Serviços de Responsabilidade Técnica, Fiscalização e Elaboração de Projetos - Engenharia Plena e Arquitetura, conforme especificações no Termo de Referência**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3. 555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010 e 207/2013 de 25/01/2013 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.179, de 30 de Março de 2016.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, www.rondolandia.mt.gov.br, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 13/06/2016

Horário: 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Rondolândia - MT, 24 de Maio de 2016.

Liliane Guedes Santos

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº_001_/2015

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA GABINETE DA PREFEITA GESTÃO 2013/2016

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE Rondolândia - MT, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E O ESTADO DE MATO GROSSO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/MT OBJETIVANDO A DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES.

O MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.° 04.221.486/000149, com sede na Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, doravante denominado COOPERANTE, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Senhora Bett Sabah Marinho da Silva, brasileira, casada, portador do RG nº 2144025 SSP-PB, do CPF 618.516.202-49, residente e domiciliada na Rua 28 de Janeiro, s/nº - Centro – Rondolândia - MT e o ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT, inscrita no CNPJ n.º 03.507.415/0023-50, com sede na Rua "C" esquina com a Rua "F", Centro Político e Administrativo - CPA/Cuiabá - MT, doravante denominada COOPERADA, neste ato representada pela sua Secretária Carlos Henrique Baqueta Fávaro, brasileiro, casado, portador do RG nº. 2193395-2 SSP/MT e do CPF nº 172.615.078-06, residente e domiciliada em Cuiabá/MT, nomeada por meio do Ato Governamental nº 017, de 12 de Janeiro de 2015, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; da Lei Complementar nº 140/2011; bem como da Resolução CONSEMA n.º 85/2014, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Realização das ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental de atividades potencialmente poluidoras, bem como estabelecer procedimentos com vistas à preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal Rondolândia - MT

_____

Ana Luiza Avila Peterlini de Souza

Secretária de Estado do Meio Ambiente SEMA/MT

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. RG: RG:

2. _____

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1748-2016 RELOTA-JADER DOUGLAS

PORTARIA Nº. 01.1748/GP/PMR/16

DE12 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre relotação de funcionário para atender as necessidades especiais da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-fundeb 60%.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Relotar– **JADER DOUGLAS COELHO CAVALCANTE, PROFESSOR 30 HORAS SEMANAIS- MATRICULA FUNCIONAL Nº 573 para atender as necessidades especiais da Secretaria Municipal De Educação Fundeb 60%.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 01/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016

2º ATO

PROCESSO N° 061/2016

PREGÃO PRESENCIAL - N° 025/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Permanentes para manutenção e desenvolvimento da Educação atendendo as necessidades das Escolas Municipais**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3.555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/09/2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1. 067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.179/2016, de 30 de Março de 2016.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 15/06/2016

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 24 de Maio de 2016.

Liliane Guedes Santos

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1751-16 NOMEIA -ANA BEATRIZ CARNEIRO DE MOURA FERRARINI

PORTARIA Nº. 01.1751/GP/PMR/16

DE 12 DE maio DE 2016

***Nomeia**- ANA BEATRIZ CARNEIRO DE MOURA FERRARINI no Cargo em DE CHEFE DE SEÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS,CDS-2.*

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – ANA BEATRIZ CARNEIRO DE MOURA FERRARINI, No cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, CDS-2 , junto do DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016

2º ATO

PROCESSO N° 074/2016

TOMADA DE PREÇOS - N° 001/2016

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nomeada através do Decreto nº 1.180/GAB/PMR/2016 de 30 de Março de 2016, **TORNA PÚBLICO,** para todos os interessados que esta instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de **TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016**, Objeto: **"Contratação de Empresa para a execução da Iluminação noturna do Estádio Municipal Jurandir Aguiar com fornecimento de mão de obra e material."**, processado nos autos do processo Administrativo de nº 074/2016 – SEMEC.

Os interessados poderão adquirir o Edital de Tomada de Preço na integra, na sala CPL, sede do Município de Rondolândia, Av. Joana Alves de Oliveira, Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta – feira, pelo valor de R$ 50,00 (Cinqüenta reais), mediante depósito referenciado na conta corrente de nº 55.894-X, Agência: 0951-2 – Banco do Brasil.

A Sessão Pública de abertura ocorrerá no dia 13/06/2016 às 09h00min, nos termos da Lei 8.666/1993.

Rondolândia - MT, 24 de Maio de 2016

Liliane Guedes Santos

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1752-16 NOMEIA -FERNANDO PARRAGA SÓRIA

PORTARIA Nº. 01.1752/GP/PMR/16

DE 19 DE maio DE 2016

***Nomeia**- FERNANDO PARRAGA SÓRIA no Cargo em DE ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1.*

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – FERNANDO PARRAGA SÓRIA, No cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1 junto do GABINETE DA PREFEITA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 01.1749-2016 RELOTA-ARMINDO M MAGALHÃES

PORTARIA Nº. 01.1749/GP/PMR/16

DE12 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre relotação de funcionário para atender as necessidades especiais da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-fundeb 60%.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Relotar– **ARMINDO MOREIRA MAGALHÃES, PROFESSOR 30 HORAS SEMANAIS- MATRICULA FUNCIONAL Nº 093 para atender as**

necessidades especiais da Secretaria Municipal De Educação- Fundeb 60%.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 01/05/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado da Tomada de Preço nº 001/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT**, foi declarada vencedora do certame a empresa – **LIMA MURÇA E MURÇA LTDA – ME**. Com o valor de R$ 245.249,48 (Duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos.) Informa ainda que a integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação. Rosário Oeste/MT, 11 de Maio de 2016.

Eziele Regina Benedita de Santana

Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otávio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Item", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS SECRETARIAS, PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:30 horas, do dia 09/06/2016 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 24 de Maio de 2016.

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

PORTARIA Nº 046-SAD-2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

PORTARIA Nº 046/SAD/2016 DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Designa responsável como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA, Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor para fiscal de contrato:

Nome:	Dyeissonn Correia Leite	Ciente e de acordo:
Cargo:	Coordenador de Administração da Saúde	
CPF:	021.686.461-55	
Matricula	689	

Art. 2º - Os contratos pela qual o fiscal ira proceder a fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato nº 010/ 2016	Empresa MMC AUTOMOTORES DO BRASIL - LTDA
Data:	11 de março de 2016, com término em 30 de setembro de 2016.
Objeto:	Aquisição de UM VEÍCULO PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT.

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constadas ao Prefeito Municipal e a Unidade de Controle Interno;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 11 DE MARÇO DE 2016.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 045-SAD-2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

PORTARIA Nº 045/SAD/2016 DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Designa responsável como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA, Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor para fiscal de contrato:

Nome:	**Wellington Pereira Campos**	Ciente e de acordo:
Cargo:	Coordenador do CRAS	
CPF:	065.526.304-76	
Matricula	710	

Art. 2º - Os contratos pela qual o fiscal irá proceder á fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato nº 009/ 2016	Contratada: MARIA LUIZA PEREIRA
Data:	11 de março de 2016, com término em 31 de dezembro de 2016.
Objeto:	Contratação de um psicólogo para desenvolver as atividades psicossociais e compor a equipe do CRAS no Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constadas ao Prefeito Municipal e a Unidade de Controle Interno;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 11 DE MARÇO DE 2016.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 014/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Tomada de Preços n° 014/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia para construção de quadra de areia na Av.: dos imigrantes, esquina com a Rua Marcelino Simão da Silva no município de Santa Cruz do Xingu – MT. Modalidade Tomada de Preços n° 014/2016, tipo: Menor Preço global. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 15 Junho de 2016. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1304, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaPublicac...

Santa Cruz do Xingu – MT, 24 de Maio de 2016.

Astor Albrecht – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LEI MUNICIPAL Nº 539/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por Tendência de Excesso de Arrecadação, no valor de **R$ 100.000,00** (Cem mil Reais) nos termos do Parágrafo §1º, inc. II do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no Orçamento vigente:

Órgão: 06 – Secretaria de Saúde – SMS

Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde-FMS

Função: 10 – Saúde

Sub função: 302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 0013 - AMPLIACAO E QUALIDADE NA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto Atividade: *1*043 - AQUIS EQUIP E MAT PERMANENTE PARA O CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE

Red. 241 – 4490520000**–** EQUIP E MATERIAL PERMANENTES

Fonte 114 – Transferência de recursos SUS.....R$ 100.000,00

Total ..... R$ 100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de Tendência de Excesso de Arrecadação conforme o §1º inciso II do artigo 43, da Lei 4.320/64 relativo a emenda parlamentar nº 29360005 e publicação da portaria 3.134 de 17 de dezembro de 2013 oriunda do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º. Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, EM 24 DE MAIO DE 2016.

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

BRUNO LAPENNA GARCIA

Secretario de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 540/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM EXERCÍCIO ANTERIOR PARA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, no valor de até **R$ 300.000,00** (Trezentos mil Reais) nos termos do Artigo 43, Parágrafo §1º, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no Orçamento vigente:

Órgão: 06 – Secretaria de Saúde – SMS

Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0012 - GERIR COM QUALIDADE A ATENCAO BASICA

Projeto Atividade: *1*040 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE ***- PSFS***

Red. 193 – 4490520000**–** EQUIP E MATERIAL PERMANENTES

Fonte 314 – Transferência de recursos SUS.....R$ 300.000,00

Total ..... R$ 300.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior oriundo da Fonte de Recurso 114 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, em conformidade com o §1º inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art. 3º. Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, EM 24 DE MAIO DE 2016.

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

BRUNO LAPENNA GARCIA

Secretario de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: JW DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZALTDA-ME

OBJETO: fornecimento de material de limpeza higiene e outros materiais de consumo

Vigência: 09/05 a 31/12/2016

Valor total: R$ 98.352,80 (noventa e oito mil trezentos e cinqüenta e dois reais e oitenta centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: MARIA DE LOURDES BEQUIMAN MACIEL-ME

OBJETO: fornecimento de material de limpeza higiene e outros materiais de consumo

Vigência: 09/05 a 31/12/2016

Valor total: R$ 453.736,43 (quatrocentos e cinqüenta e três mil setecentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).

EXTRATO DE CONTRATO 035/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CONTRATADA: **J. PRESSI TRANSPORTE-ME**

CNPJ: sob o nº **16.501.192/0001-50**

OBJETO: Serviços de locação de maquinas e veículos e equipamentos para realização das obras e serviços do fethab, conforme plano de trabalho.

VIGÊNCIA:08 (OITO) meses, a parti da data de assinatura

Valor Total: R$ 377.835,00 (trezentos e setenta e sete mil e oitocentos e trinta e cinco reais)

EXTRATO DE CONTRATO 036/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CONTRATADA: **A. BIRK E CIA LTDA-EPP**

CNPJ: sob o nº **05.123.504/0001-12**

OBJETO: Serviços de locação de maquinas e veículos e equipamentos para realização das obras e serviços do fethab, conforme plano de trabalho.

VIGÊNCIA:08 (OITO) meses, a parti da data de assinatura

Valor Total: R$ 261.255,00 (duzentos e sessenta e um mil e duzentos e cinquenta e cinco reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 023/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP

CNPJ:15.264.721/0001-86

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 006/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO DO TRECHO 01 COM REMOÇÃO DE CAPEAMENTO DETERIORADO, CONFORME CONVÊNIO N. 0241424-03/2007 – CAIXA.

VALOR: R$ 64.925,00

VIGÊNCIA: ASS. 03/05/2016 VCTO. 03/11/2016

SANTO AFONSO/MT, 24 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 028/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: TOTTAL CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: **02.669.585/0001-62**

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 011/2016

OBJETO: SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS).

VALOR: R$ **93.274,64**

VIGÊNCIA: ASS. 11/05/2016 VCTO. 11/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 24 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 027/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: TOTTAL CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: **02.669.585/0001-62**

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 010/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONVÊNIO N. 164/2013 – SECID.

VALOR: R$ **82.213,23**

VIGÊNCIA: ASS. 10/05/2016 VCTO. 10/01/2017

SANTO AFONSO/MT, 24 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 026/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: TOTTAL CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: **02.669.585/0001-62**

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 009/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA DAR CONTINUIDADE E CONCLUSÃO A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC206416/2014 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE).

VALOR: R$ **350.000,00**

VIGÊNCIA: ASS. 10/05/2016 VCTO. 10/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 24 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 025/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: TOTTAL CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: **02.669.585/0001-62**

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 008/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA VILA BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONVÊNIO N. 031/2014 – SECID.

VALOR: R$ **109.836,48**

VIGÊNCIA: ASS. 06/05/2016 VCTO. 06/10/2016

SANTO AFONSO/MT, 24 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 024/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP

CNPJ:15.264.721/0001-86

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 007/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO DO TRECHO 01 COM REMOÇÃO DE CAPEAMENTO DETERIORADO, CONFORME CONVÊNIO N. 0241424-03/2007 – CAIXA.

VALOR: R$ 19.480,31

VIGÊNCIA: ASS. 03/05/2016 VCTO. 03/11/2016

SANTO AFONSO/MT, 24 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 029/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: TOTTAL CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: **02.669.585/0001-62**

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 012/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE PADRE SHINAIDER DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

VALOR: R$ **96.649,92**

VIGÊNCIA: ASS. 11/05/2016 VCTO. 11/10/2016

SANTO AFONSO/MT, 24 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 009/2016

EMENTA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AS DEMAIS NORMAS QUE HE SÃO APLICÁVEIS,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Serviço Público Municipal no dia 27 de Maio de 2016 em decorrência ao Feriado de 26 de Maio de Corpus Christi.

Art. 2° Os órgãos públicos municipais estarão fechados e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Parágrafo Único: Aplica-se aos casos excepcionais a rede Municipal de Educação e Cultura que terá seu funcionamento normal e também a rede Municipal de Saúde onde a mesma estará atendendo em regime de urgência e emergência no PSF da Vila Alta.

Art. 3° Todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados e contratados, voltarão às suas atividades normais no dia 30 de Maio de 2016, e não sofrerão prejuízos quer quanto às suas remunerações.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 24 DE MAIO DE 2016.

_____

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

CPF/MF 363.908.288-53 – RG 3.994.563 SSP/SP

PREFEITO MUNICIPAL

WENDERSON TAVARES DE MENEZES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE EXTRATO CONTRATO Nº 032/2016

Objeto: O presente contrato tem por objeto a locação de som, palco, iluminação e camarim, para a realização da FEMISAL-2016, em Santo Antonio do Leste-MT.

Período: 02/05/2016 a 30/05/2016

Valor Global: R$ 8.000,00 (oito mil reais)

Data de Assinatura: 02/05/2016

Contratado: **PETERSON ZUFFO E CIA LTDA EPP**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE DECRETO Nº 009/2016 DE; 1º DE FEVEREIRO DE 2016

"Dispõe sobre condutas vedadas aos agentes públicos no ano das eleições de 2016 no âmbito do Município de Santo Antônio do Leste/MT."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, na Lei Complementar nº 64, de 21 de maio de 1990, e na Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

CONSIDERANDO, o que dispõe a Legislação em relação ao comportamento dos gestores públicos em anos eleitorais;

CONSIDERANDO, a necessidade de se evitar a prática de quaisquer atos (condutas) por parte de agentes desta Administração, servidores ou não, tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre candidatos nas eleições próximas, intervindo no equilíbrio do pleito que se avizinha, que poderão culminar na responsabilização injustificada desta Gestão Municipal;

CONSIDERANDO, que a Administração Municipal desde o início da atual gestão 2013/2016 tem tomado uma série de atos e providências visando o respeito à Legislação Eleitoral e o afastamento da possibilidade de prática de qualquer conduta vedada;

CONSIDERANDO, que a Administração quer mais uma vez alertar e exigir comportamento comprometido com o cumprimento da Lei Eleitoral;

CONSIDERANDO, que os gestores dos Órgãos Públicos e dirigentes de entidades também estão adstritos ao cumprimento do disposto neste Decreto, e;

CONSIDERANDO, finalmente, que o descumprimento dos normativos de regência, inclusive deste normativo, implicarão na apuração e responsabilização dos praticantes das condutas tidas como vedadas.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto, na linha da ação que vem sendo adotada pela Administração Pública Municipal de pautar pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, busca ressaltar a imprescindibilidade da observância das normas eleitorais quanto às condutas vedadas aos agentes públicos durante o período Eleitoral de 2016, previstas nos **arts. 73, 75 e 77, da Lei Federal nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997, bem como na **Resolução TSE nº 23457** em seus **arts. 62, 63, 64 e 65** de 15 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único. Considera-se agente público quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta do Município de Santo Antônio do Leste/MT (§1º do art. 73, da Lei nº 9.504).

Art. 2º. São condutas vedadas aos agentes públicos no presente ano eleitoral aquelas previstas na legislação mencionada neste Decreto, devendo se observar com maior rigor a vedação aos agentes públicos municipais da administração direta e indireta, servidores ou não, das seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Estado, ressalvadas a realização de convenção partidária;

II - usar materiais ou serviços, custeados pelo Município, que excedam as prerrogativas consignadas nas normas dos órgãos que o integram;

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio,* remover, transferir ou exonerar servidor público estadual, nos 3 (três) meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

VI - nos 3 (três) meses que antecedem o pleito:

a) receber transferência voluntária de recursos do Estado ou da União, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos estaduais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e características das funções de governo;

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

VIII - fazer, na circunscrição municipal, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder

aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º da Lei nº 9.504/97 e até a posse dos eleitos.

§ 1º. O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, pelo superior hierárquico, sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes.

§ 2º. Permanece proibida, como vem sendo adotado dentro dos parâmetros da Lei Eleitoral, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública Municipal, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que devem ser prestadas quaisquer informações solicitadas pelo Ministério Público, inclusive, favorecendo vistorias "in loco", se for o caso.

Art. 3º. Os programas sociais de que trata o § 10 do art. 73 da Lei 9.504/97, consoante § 11 do mesmo artigo, não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por este mantida.

Parágrafo Único. O responsável legal da entidade tem o dever de informar ao Município o enquadramento nas vedações de que tratam o §10 e §11 do art. 73 da Lei 9.504/97.

Art. 4º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Município deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (Constituição Federal, art. 37, § 1º).

Art. 5º. Configura abuso de autoridade, para os fins do disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a infringência do disposto no Art. 4º deste Decreto, que consiste na publicidade da Administração direta, indireta ou fundacional, que tenha a inserção de nomes, símbolos, *slogans* ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de quaisquer autoridades ou servidores públicos, bem como as que caracterizem as próprias gestões, inclusive em documentos e sítios oficiais, podendo ficar o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro de sua candidatura nos termos da legislação vigente.

Art. 6º. O uso das marcas institucionais, que já motivou regulamentação específica por Lei Municipal, fica suspenso a partir de 02 de julho de 2016 (três meses antes das eleições), em todas as suas aplicações.

Parágrafo Único. Todas as placas relacionadas a projetos de obras ou obras em andamento, realizadas pelo Município, isoladamente ou em conjunto com a União e o Estado, decorrentes de convênios, contratos e quaisquer outros ajustes deverão ser:

I - alteradas com a retirada ou cobertura da marca institucional do Município; ou

II - na impossibilidade de cumprimento do inciso I deste artigo, retiradas.

Art. 7º. As entidades que mantenha qualquer tipo de parceria com a Administração Pública estão proibidas, na forma do artigo anterior, de qualquer uso de marcas institucionais, ficando, desta forma, responsabilizados seus gestores por qualquer infrigência ao disposto neste Decreto e na Legislação correlata.

Art. 8º. A retirada ou alteração das placas de que trata o parágrafo único do art. 6º deste Decreto é responsabilidade:

I - dos Secretários Municipais e outros agentes a eles equiparados, quanto às placas instaladas em equipamentos públicos e obras de responsabilidade da pasta de que é titular;

II - nos casos em que as placas tiverem sido instaladas por entes públicos ou privados, em obediência a convênios, contratos ou quaisquer ajustes, a responsabilidade cabe ao gestor da entidade conveniada.

Art. 9º. As providências de que trata o art. 6º deste Decreto não se aplicam às marcas institucionais do Estado e da União.

Art. 10. As marcas institucionais do Município devem ser retiradas, até o dia 6 de julho de 2012, de todos os sítios na Rede Mundial de Computadores (internet) de órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Qualquer divulgação de propaganda ou marca institucional sem autorização da municipalidade, caberá a imediata notificação por parte da Secretaria Municipal de Administração ou por aquele que lhes faça a vez para cessar imediatamente a conduta.

Art. 12. Fica proibida a publicação de jornais e qualquer outro tipo de publicação no período eleitoral, que contenha marcas institucionais do Município e referências a candidatos do pleito.

Parágrafo Único. Em caso de dúvida quanto à divulgação, deve ser realizada consulta específica à Procuradoria Geral do Município, antes de praticado o ato.

Art. 13. A realização de solenidades administrativas; inaugurações; congressos e seminários técnicos; feiras; exposições e quaisquer outros eventos está vinculada à observância dos preceitos da Legislação Eleitoral.

Art. 14. Eventuais consultas/pedidos de providências dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo, referentes às eleições do presente ano, deverão ser encaminhadas à Procuradoria Geral do Município, que providenciará sua formalização à Justiça Eleitoral, se for o caso. Parágrafo único.

Parágrafo Primeiro. As determinações ou pareceres exarados pela Procuradoria Geral do Município serão de aplicação obrigatória no âmbito do Município.

Parágrafo Segundo. O Prefeito Municipal designará Procurador do Município responsável pelo acompanhamento específico do cumprimento das normas contidas neste Decreto.

Art. 15. As consultas/pedidos de providências de que trata o art. 14 deste Decreto deverão ser feitas por escrito e conter:

I - a descrição da ação de comunicação pretendida;

II - sua fundamentação em relação aos objetivos e função institucional do órgão ou entidade;

III - a comprovação da grave e urgente necessidade de interesse público;

IV - os modelos, roteiros e outras características das peças de comunicação.

Art. 16. O descumprimento da legislação eleitoral acarreta a responsabilização penal, civil, eleitoral e administrativa do agente público.

§ 1º Dentre as sanções a que se sujeita o infrator, nos termos da legislação específica, estão a demissão, multa, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, ressarcimento do dano, sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo disciplinar.

§ 2º. Os agentes que tiverem ciência do descumprimento do disposto neste Decreto devem informar as ocorrências aos órgãos próprios da municipalidade, sob pena de omissão, punível nos termos da legislação aplicável.

Art. 17. Ficam a Unidade de Controle Interno do Município e a Assessoria Jurídica do Município obrigadas a procederem contínuo processo de vistoria e orientação aos gestores.

Art. 18. Este Decreto tem caráter complementar e deve ser aplicado em conjunto com a Legislação Federal que disciplina sobre as condutas vedadas aos agentes público no decorrer dos pleitos eleitorais e em ano de eleição.

Parágrafo Primeiro. Ficam os gestores dos órgãos públicos municipais, servidores públicos e dirigentes de órgãos e/ou entidades por ventura conveniadas pela Administração Pública proibidos de praticar qualquer ato que venha promover qualquer favorecimento ou desequilíbrio entre os concorrentes às eleições deste ano, bem como de qualquer outro pleito.

Art. 19. Revogadas as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado do Mato Grosso, 1º de fevereiro de 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2016 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 016/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Diesel S-10, Diesel S-500 Carga Fechada em TRR, visando atender a frota de veículos do Município de Santo Antônio do Leste.** Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 016/2016, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: ANDREIS COMERCIO ATACADISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 02.293.026/0001-09, sediada na Rod. BR. 070, s/n, KM 305, CEP-78. 840-000, Zona Rural, Campo Verde-MT, neste ato representado pelo seu procurador S.r. Gerson da Silva, nacionalidade Brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 2714677-4, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 637.886.249-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERISTICAS

1.1. Constitui o objeto do presente processo licitatório o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Diesel S-10, Diesel S-500, para atender a frota de veículos do Município de Santo Antônio do Leste, conforme termo de referência.**

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

1.3.A empresa licitante vencedora deverá fornecer o combustível em tanques de armazenamento junto a Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços, localizado na sede do Município de Santo Antônio do Leste-MT, estando sujeito a conferência pelo fiscal de Contrato.

1.4. Os produtos deverão ser entregues **com prazo máximo de 02 (dois)**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.4.1 Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas contidas nesse Edital e no Termo de Referência em anexo.

1.4.2. Os produtos devem ser entregues de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário de Santo Antônio do Leste - MT), estando sujeito a conferência e aceite pelo fiscal de Contrato.

1.4.3. Os itens em desconformidade serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena, de cancelamento da compra.

1.5. Os itens registrados serão adquiridos de acordo com a necessidade do Município, podendo ser em quantidade unitária, não existindo qualquer direito da Empresa licitante em exigir qualquer tipo de ressarcimento pelo não utilização da quantidade total registrada.

1.6. Os produtos registrados, eventualmente serão adquiridos e contratados de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Uinitario	Valor Total
01	Oleo Diesel S500	200.000 Lt	R$ 3,0795	R$ 615.900,00
02	Oleo S-10	100.000 Lt	R$ 3,283	R$ 328.300,00
			Total Geral	R$ 944.200,00

3.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS

CACTERISTICAS DOS SERVIÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

5.3. O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de Santo Antônio do Leste – MT.

5.4. As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

5.5. O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de Santo Antônio do Leste – MT.

5.6.A empresa licitante vencedora deverá fornecer o combustível em tanque de armazenamento junto a Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços, localizado na sede do Município de Santo Antônio do Leste-MT, estando sujeito a conferência pelo fiscal de Contrato.

5.7. Os produtos deverão ser entregues **com prazo máximo de 02 (dois)**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.7.1 Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas contidas nesse Edital e no Termo de Referência em anexo.

5.7.2. Os produtos devem ser entregues de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário de Santo Antônio do Leste - MT), estando sujeito a conferência e aceite pelo fiscal de Contrato.

5.7.3. Os itens em desconformidade serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena, de cancelamento da compra.

5.8. Os produtos deverão ser entregues conforme ajustamento com funcionário responsável, estando sujeito à aceite do mesmo.

5.9. Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a entrega dos produtos no local indicado pela Administração, incluindo a troca dos que porventura foram fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

5.10. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

5.11. Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a entrega dos produtos no local indicado pela Administração, incluindo a troca dos que porventura foram fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

5.12. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos

Previstos em Orçamento Municipal.

Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Ficha: 140

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ficha: 187

02.06.01.12.361.5007.2036.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Manutenção do Programa Transporte Escolar

Ficha: 200

02.06.01.12.361.5007.2043.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Ficha: 340

02.09.01.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção e Conservação de Estradas e Vias (Fethab)

Ficha: 347

02.09.02.15.452.5015.2109.33.90.30 – Material de Consumo

6.1.1. Para o exercício de 2016, será utilizada dotação orçamentária da Lei Orçamentária Anual – LOA/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1.São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

7.1.12. Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos.

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser

Adquirida;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo nãosuperior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;

7.2.15. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

7.2.21. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.22. A CONTRATADA deve entregar os produtos solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.23. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos.

7.2.24. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.25. A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.26. A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.27. Realizar o fornecimentos dos produtos dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.28. Levar imediatamente ao conhecimento da contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.29. Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.30. Entregar os itens e quantidades conforme solicitação da Secretaria de Obras, sendo de responsabilidade da empresa dos produtos nos locais especificados pela Secretaria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8. 666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8. 666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

8.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

8.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

8.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

j) Declaração de Inidoneidade.

8.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, devidamente fundamentado.

8.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "**PROMITENTE FORNECEDORA"**.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item,será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE

REGISTRO DE PREÇO

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública emcancelar a presente Ata de Registro de Preço, em ca-

so de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentementede transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2016**, bem como os documentos a ele referentes, além da propostaapresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece aos termos do **Edital de Pregão Presencial nº016/2016**, bem como da Proposta de Preço apresentada pela PromitenteFornecedora e ao que determina a Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A Fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, emcompatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro dePreços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Nº 8.666/93:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidasjustificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Atuará como fiscal da Ata de Registro de Preço originada do presente procedimento, oservidor nomeado através de Portaria especifica para tal finalidade sendo o Servidor

Ita Roberta Soares, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**.**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

17.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serãoautorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

17.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ouparcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CARONA

18.1. fica facultado aosórgãos ou entidades desse Município e demais municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste – MT, como único competente paradirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, Em 19 de Maio de 2016.

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Gerenciador

Weverton Ancelmo P. de Sousa

Pregoeiro

Andreis Comercio Atacadista de Combustíveis LTDA

CNPJ: 02.293.026/0001-09

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2016

PROCESSO Nº 28/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº 10/2016.

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMÁTICA.**

Vigência: 12(doze) meses.

FAVORECIDA: **STAF SISTEMAS LTDA EPP/ CNPJ Nº 07.941.056/0001-90**

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12(doze) meses.

VALOR GLOBAL: **R$ 250.800,00(duzentos e cinquenta mil e oitocentos reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

São Félix do Araguaia - MT, 12 de Maio de 2016.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 002/2016

RESOLUÇÃO 002/2016

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CARGOS DE ASSESSOR JURÍDICO E OUVIDOR, DE PROVIMENTO EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTABELECE ATRIBUIÇÕE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNIICPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, em cumprimento ao disposto no Regimento Interno e, conforme o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal. Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ele Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1° – Ficam criados os seguintes cargos de provimento efetivo:

Denominação do Cargo	Nº de Cargos	Jornada	Remuneração
Assessor Jurídico	01	12 h/ semanais	4.200,00
Ouvidor	01	40 h/semanais	1.500,00

§ 1º - É requisito essencial para ocupar o cargo de Assessor Jurídico formação Superior e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

I - SÍNTESE DOS DEVERES: Os correspondentes à função de assessor jurídico: representar o Poder Legislativo em Juízo ou perante as repartições públicas; organizar o Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores e emitir pareceres sobre a constitucionalidade de projetos, proposições e demais matérias submetidas a seu exame; realizar e instruir sindicâncias e processos administrativos; orientar e prestar assistência legislativa e jurídica aos vereadores na análise dos projetos, resoluções e demais proposições; elaborar e redigir proposições, pedidos de informações, emendas, substitutivos; assessorar as comissões, ordenar e arquivar a legislação em geral; proceder ao exame de licitações de acordo com as disposições da Lei nº 8666/93 e alterações; acompanhar os processos de realização de concurso público; elaborar contratos e supervisionar todas as matérias ligadas ao órgão da Câmara Municipal; zelar pelo cumprimento da Lei Orgânica e do Regimento Interno e demais serviços afins; participar das Sessões Plenárias e Audiências Públicas.

§ 2º - É requisito essencial para ocupar o cargo de Ouvidor formação Nível Médio Completo.

I - SÍNTESE DOS DEVERES: Os correspondentes à função de ouvidor: planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da Ouvidoria Legislativa da Câmara de Vereadores de São Félix do Araguaia, praticando todos os atos administrativos e executivos a ela referentes e representando-a junto à sociedade; examinar e encaminhar aos órgãos competentes, entre eles a Controladoria Interna da Câmara, as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre: ilegalidade e abuso de poder, mau funcionamento dos órgãos dos serviços legislativos e administrativos da Câmara, atos incompatíveis com a função parlamentar cometido por vereadores ou servidores do Poder Legislativo, violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; propor junto à Controladoria Interna e Mesa Diretora medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constados, além das medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos; propor junto à Presidência medidas de aperfeiçoamento da organização da Câmara; propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento; encaminhar aos órgãos competentes, as denúncias recebidas que necessitem de maiores esclarecimentos; prestar contas à população sobre a atuação da Câmara, dando transparência e divulgação da sua organização e de suas formas de atuação; elaborar relatório mensal e anual das atividades da ouvidoria para encaminhamento à mesa diretora, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos.

ART. 4° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, 17 de maio de 2016.

Silvio Bento Leal

Presidente 2015/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
RESOLUÇÃO Nº. 002/2.016

DISPÕE SOBRE, ALTERAÇÃO NO ARTIGO 1º. DA RESOLUÇÃO Nº. 006/13, REFERENTE A LEI Nº. 523/12, DE 25 DE MAIO DE 2.012, A QUAL DISPÕE CRIAÇÃO DE 'VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA', e dá outras providências.

VALTER CORREA CADIDÉ, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E A MESA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO.

ARTIGO 1º. – Altera-se os valores constantes no Artigo 1º- da Resolução nº. 006/13, referente a Lei Municipal Nº. 523/12, de 25 de maio de 2.012, qual passa vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 2º. – Fica instituída na Câmara Municipal de São José do Povo, o valor da verba de caráter indenizatório, pelo exercício da atividade parlamentar de controle externo e interação direta com a população sob a título de Verba Indenizatória "Ajuda de Custo", aumentando-se o valor no mês de maio de 2.016 para R$ **R$ I.090,00** (**Hum Mil e Noventa Reais**) ao Presidente; e **R$ 840.00** (**Oitocentos e Quarenta Reais),** aos Srs. Vereadores, dentro da permissibilidade constitucional prevista na EC nº. 47, de 05 de Julho de 2005, consolidada pelo entendimento esposado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no Processo nº. 10.374-8/2008 que originou o Acórdão nº. 13/2009 e nos termos do § 11 do Artigo 37 da Constituição Federal da República.

ARTIGO 3º. – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE

São José do Povo, 19 de maio de 2.016.

JOISIANO GABRIEL DE SOUZA NILSON TAVARES CERQUEIRA

1º. Secretário 2º. Secretário

VALTER CORREA CADIDÉ

Presidente Poder Legislativo

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 654/2016 - DE 23 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o poder executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR **até o montante de R$. 230.458,00 (duzentos e trinta mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais);** de acordo com Lei nº 632/2015 – Lei Orçamentaria Anual, e os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação das seguintes dotações:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

040 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

041296010.2011 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

(212) 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$. 52.300,00

Fr: Recurso Próprio.

SOMA R$. 52.300,00

060 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

123618040.2025 – PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(086) 3390920000 – Despesas de Exercícios Anteriores R$. 18.388,00

Fr: Recurso Próprio.

SOMA R$. 18.388,00

03 – SECRETARIA DE SAUDE

160 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

1030191102047 – PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA – PAB FIXO - FEDERAL

(099) 339030000 – Material de Consumo R$. 159.770,00

Fr: Recurso PAB – FEDERAL.

SOMA R$. 159.770,00

TOTAL GERAL R$. 230.458,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizados recursos por anulação total ou parcial nas dotações do orçamento vigente de acordo com a Lei nº 632/2015 – Lei Orçamentaria Anual e o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64, abaixo descrita:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

040 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

041296010.2011 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

(361) 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$. 52.300,00

Fr: Recurso Próprio.

SOMA R$. 52.300,00

060 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

123068010.2179 – EXECUTAR O PROG.NAC.DE ALIM. ESC.-PNAE-FUNDAMENTAL

(401) 3390300000 – Material de Consumo R$. 7.720,00

Fr: Recurso PNAE.

SOMA R$. 7.720,00

123068020.2180 – EXECUTAR O PROG.NAC.DE ALIM. ESC.-PNAE-INFANTIL

(402) 3390300000 – Material de Consumo R$. 4.480,00

Fr: Recurso PNAE.

SOMA R$. 4.480,00

123068040.2024 – EXECUTAR O PROG.NAC.DE ALIM.ESCOLAR – PNAE

(076) 3390300000 – Material de Consumo R$. 6.188,00

Fr: Recurso PNAE.

SOMA R$. 6.188,00

03 – SECRETARIA DE SAUDE

110 – SECRETARIA DE SAUDE

101229150.1042 – ADQUIRIR EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

(131) 4490520000 – Equipamento e Material Permanente R$. 12.500,00

Fr: Recurso Próprio.

SOMA R$. 12.500,00

101229150.2121 – MANTER O CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

(132) 3390140000 – Diárias R$. 4.200,00

(283) 3390300000 – Material de Consumo R$. 3.300,00

(423) 3390390000 – Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica R$. 3.000,00

Fr: Recurso Próprio.

SOMA R$. 10.500,00

103029120.2185- PROGRAMA APOIO INC.CONSORC.INTERM.–PAICI-ESTADO

(452) 3171700000 – Rateio pela Participação em Consórcio R$. 25.310,00

Fr: Recurso Estado.

SOMA R$. 25.310,00

160 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

101289150.2119 – MANTER A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

(012) 3390300000 – Material de Consumo R$. 4.200,00

(013) 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$. 5.250,00

Fr: Recurso FNS.

SOMA R$. 9.450,00

103019110.1040 – CONSTRUIR E AMPLIAR UNIDADES BASICAS DE SAUDE

(039) 4490510000 – Obras e Instalações R$. 9.500,00

Fr: Recurso Convênio.

SOMA R$. 9.500,00

103019110.2046 – MANTER UNIDADES BASICAS DE SAUDE

(074) 3390300000 – Material de Consumo R$. 6.300,00

(075) 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$. 3.150,00

(095) 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$. 3.150,00

Fr: Recurso FNS.

SOMA R$. 12.600,00

160 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103019110.2052 – SAUDE BUCAL – SB – FEDERAL

(146) 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$. 1.000,00

(148) 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$. 1.000,00

Fr: Recurso FNS.

SOMA R$. 2.000,00

103019110.2182 – NUCLEO APOIO SAUDE DA FAMILIA – NASF – FEDERAL

(159) 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$. 6.000,00

Fr: Recurso FNS.

SOMA R$. 6.000,00

103019110.2186 – PROG.INC.ALC.MET.ATENÇÃO BASICA–PIAMAB-ESTADUAL

(489) 3390300000 – Material de Consumo R$. 10.000,00

(490) 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$. 3.810,00

Fr: Recurso FES.

SOMA R$. 13.810,00

103029120.2114 – REFORMAR O CENTRO DE SAUDE – HM

(506) 3390300000 – Material de Consumo R$. 10.500,00

(508) 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$. 5.250,00

Fr: Recurso Convênio.

SOMA R$. 15.750,00

103029120.2116 – MANTER A SAUDE MENTAL

(509) 3390300000 – Material de Consumo R$. 7.350,00

Fr: Recurso FNS.

SOMA R$. 7.350,00

103059140.2062 – MANTER AÇÕES VIG.EPIDEM.AMB.SAUDE-TFVS – FEDERAL

(530) 3390300000 – Material de Consumo R$. 17.500,00

Fr: Recurso TFVS.

SOMA R$. 17.500,00

103029120.2157 – MANTER TETO M.MÉDIA/ALTA COMP. AMB.HOSP. FEDERAL

(511) 3390300000 – Material de Consumo R$. 17.500,00

Fr: Recurso MAC.

SOMA R$. 17.500,00

TOTALGERAL R$. 230.458,00

Artigo 3 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 23 de maio de 2.016.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 655/2016 - DE 23 DE MAIO DE 2016

Cria-se o anexo XIII- Tabela para cobrança da taxa de licença para ocupação de áreas em terrenos particulares no Código Tributário Lei nº534/2012 e dá outras providências;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º- Cria-se o anexo XIII, item I onde trata de - Tabela para cobrança da taxa de licença para ocupação de áreas em terrenos particulares no Código Tributário de nº534/2012 e dá outras providências. Como consta na tabela abaixo.

ANEXO VI-LEI 534/2012

ITEM	TIPO DE OCUPAÇÃO	ALÍQUOTAS EM UPFM
01	Construções de Torre para telefonia, internet, rádio e tv.	250,00

Artigo 2º- A cobrança se dará por metro linear construído.

Artigo 3º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 23 de maio de 2.016.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 656/2016 - DE 23 DE MAIO DE 2016

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de São José do Povo-MT – COMPDEC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, e o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC), revogando a Lei nº263/2003 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU, E EU ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Artigo 1º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de São José do Povo-MT. - COMPDEC, diretamente subordinados ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade em nível municipal, de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade. Mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais.

§ 1º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC atuará integrada com os demais sistemas congêneres municipais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para as ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§ 2º - São Objetivos da COMPDEC:

I - Cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais Entes Federados;

II - Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;

III - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionas à Defesa Civil;

IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;

V - Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

VI - Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;

VII - Manter os órgãos central do Sistema Nacional e Estadual de Proteção e Defesa Civil informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;

VIII - Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; pela legislação vigente;

IX - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;

X - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

XI - Programar ações de medidas não estruturais e medidas estruturais;

XII - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

XIII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIV - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;

XVI - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVII - Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);

XVIII - Promover mobilização comunitária visando à implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUPDEC, nos bairros, distritos urbanos, distritos industriais e bem como na zona rural.

§ 3º - Integram a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC

I - Com atuação permanente:

a) O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – designado nos termos desta Lei;

b) O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC;

c) O Grupo Integrado de Atividades Coordenadas, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal.

II - Com atuação especial, para enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas:

a) As Unidades Administrativas do Poder Executivo Municipal, o Poder Legislativo Municipal, Unidades das Secretarias de Segurança Pública, Conselhos, as Associações ou Entidades Sociais e/ou Religiosas com atuação no município;

b) Os Voluntários cadastrados pela COMPDEC.

Artigo 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Atos de Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO PERMANENTE

Artigo 4º - Fica Instituído o Conselho de Proteção e Defesa Civil do Município de Primavera do Leste, diretamente ao Gabinete do Prefeito com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de Proteção e Defesa Civil e coordenar os meios locais para atendimento a situações de emergência ou calamidade pública.

§ 1º - Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, tendo em vista a sua função de órgãos assessoramento do poder executivo de Primavera do Leste desenvolver as seguintes atividades:

I - Elaborar planos de prevenção, visando à atuação imediata e eficiente, para limitar os riscos e perdas a que está exposta a comunidade, em consequência de desastres;

II - Realizar campanhas com a finalidade de difundir a comunidade noções de proteção e defesa civil e sua organização;

III - Promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas e unidades do sistema municipal de ensino;

IV - Estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos, visando à proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o município;

V - Promover e colaborar na execução de programas estaduais, federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

§ 2º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será constituído de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

I - Secretaria de Infraestrutura;

II - Secretaria de Saúde;

III - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Desenvolvimento;

IV - Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social;

V - Poder Legislativo Municipal;

VI - Polícia Militar - 4° CR – 5° BPM;

VII – Associações;

VIII - Entidades Religiosas

§ 3º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será designado pelo Chefe do Executivo Municipal, observando indicação pelas unidades, órgãos ou entidades relacionadas no parágrafo anterior, com definição do Coordenador, ao qual competirá convocar, dirigir e organizar as atividades da mesma.

§ 4º - No exercício de suas atividades, poderá o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil em conjunto com a COMPDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 5º - A participação no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerado.

Artigo 5º - Fica criado o Grupo Integrado de Atividades Coordenadas de Proteção e Defesa Civil, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal, ao qual compete:

I - Propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - Colaborar na formação de banco de dados e mapa-força dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - Engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - Manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V - Executar, nas áreas de competências de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, visando a atuação conjugada e harmônica.

Artigo 6º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e disponibilizar informações e subsídios técnicos para prestação de informações, orientações e esclarecimentos à comunidade, bem como planejamento, controle e execução das ações relativas à defesa civil.

Artigo 7º - Os servidores públicos convocados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único – A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante dos assentamentos dos respectivos servidores.

Artigo 8º - A decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Prefeito Municipal, ouvindo a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º - O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e respectivamente estabelecerá quais os efeitos que sobre eles incidirão e o prazo de vigência.

§ 2º - Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, o decreto municipal deverá ser imediatamente remetido ao órgão de Proteção e Defesa Civil Estadual.

§ 3º - Os eventos anormais e adversos serão notificados ao órgão de Proteção e Defesa Civil Estadual no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

§ 4º - A notificação preliminar de desastre de que se trata o parágrafo anterior, será referendado pela coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Artigo 9º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais Entes da Federação, para implemento de ações de proteção e defesa civil no município de Primavera do Leste.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC

Artigo 10º - Fica criado, em conformidade com o disposto na Lei Federal 4.320/64, o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Primavera do Leste (FUMPDEC), o qual será gerido pelo Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º - O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC é um órgão captador e aplicador de recursos financeiros apurados com finalidade de prover as ações e as medidas da defesa civil.

§ 2º - O FUMPDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e gestão autônoma.

Artigo 11º - O FUMPDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Artigo 12º - Compete ao Órgão Gestor do FUMPEDC:

I - Administrar recursos financeiros;

II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;

IV - Prestar contas da gestão financeira;

V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMPDEC.

Artigo 13º - Constitui receita do FUMPDEC:

I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhes forem atribuídos;

II - Verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou Estado e de Outros órgãos oficiais;

III - Os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações;

IV - Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, destinado à prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

V - Doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoa física ou jurídica;

VI - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMPDEC;

VII - Os saldos de créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;

VIII - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Artigo 14º - A estrutura orçamentária do FUMPDEC – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil integrará o Orçamento Geral do Município, constituindo-se em Unidade Orçamentária desta (Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC).

§ 1º - A Contabilização do FUMPDEC - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, será realizada pela Contabilidade do Município.

§ 2º - A movimentação de recursos financeiros do FUMPDEC - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, serão realizadas por meio de conta corrente específica aberta junto a Banco Oficial sediado no Município de Primavera do Leste, ficando tais recursos de receitas auferidas, vinculadas a realização e cobertura de despesas do próprio FUMPDEC, sendo o saldo positivo do fundo apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Artigo 15º - Compete a COMPDEC e ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMPDEC:

I - Fixar as diretrizes operacionais do FUMPDEC;

II - Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

III - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - Decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - Analisar e aprovar mensalmente as contas do FUMPDEC;

VII - Promover o desenvolvimento do FUMPDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

IX - Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Artigo16º - As disposições pertinentes ao Fundo, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Artigo17º - Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMPDEC – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, os recursos serão transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de Defesa Civil.

Artigo18º - No presente exercício fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no montante necessário para atender as despesas com a execução desta Lei.

Artigo19º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogado a Lei Municipal de nº263/2003.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 23 de maio de 2.016.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 657/2016 - DE 23 DE MAIO DE 2016

Altera o anexo previsto no artigo 2º da lei 396/2007 que trata de autorização ao Poder executivo para escriturar lotes na área central da cidade e dá outras providências...

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Altera-se o anexo previsto no artigo 2° da lei 396/2007 de acordo com o ANEXO I desta lei.
Artigo 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 23 de maio de 2.016.
ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
Prefeito Municipal
Registrado nesta Secretaria e publicada
No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____
__/__/____.
ANEXO I

A - Passa a fazer parte do anexo desta lei os seguintes beneficiários:

NOME	CPF/CNPJ	QUADRA	LOTE
José Fernandes	CPF: 204.879.081-04	Nº. 18	Nº. 07

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 42/2016 - DE 24 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre Exonerar a pedido a Servidora Municipal **JULIANA DA SILVA BARBOSA** e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, etc...

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar do Cargo exercido mediante Concurso Publico nesta Prefeitura Municipal, a pedido a Srª JULIANA DA SILVA BARBOSA , concursada através do Concurso Público 001/2015 realizado no dia 11/10/2015, edital n°020/2015, no cargo de PROFESSORA (PEDAGOGA), lotado na Secretaria Municipal de Educação, admitida no dia 16/02/2016, portador do RG nº 13423622 SSP/MT e inscrito no CPF nº 906.882.601-87 .

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO MT, 24 de Maio de 2016.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

____/___/_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 063/2016

Contratado (a): NELITO MARCOLINO DE LIMA.

OBJETO – O presente contrato tem como objeto a solicitação de serviço de pintura na sala de velório com recurso da conta corrente 9705-5.

VALOR TOTAL–O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 3.235,00 (três mil e duzentos e vinte e cinco reais), que será pago através de depósito em conta bancária de titularidade do contratante, mediante solicitação do Secretário da pasta.

VIGÊNCIA–O Presente contrato terá vigência no período de 18 de maio de 2016 a 12 de agosto de 2016, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entres os partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 061/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

Contratado (a): MOVEIS E CIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

OBJETO – O presente contrato tem por finalidade **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL".** Conforme proposta entregue no processo licitatório "PREGÃO" nº 014/2016 e planilha com descrição e quantidade, como segue:

VALOR TOTAL–O valor global do presente contrato é de **R$ 29.280,10 (vinte e nove mil e duzentos e oitenta reais e dez centavos)**, constante da proposta homologada em 16/05/2016, o pagamento será efetuado diretamente na Tesouraria da CONTRATANTE, que será pago mensalmente mediante apresentação de nota fiscal e solicitação do secretário da pasta, , dentro do que ficou acordado entre as partes, por ocasião do julgamento e homologação da proposta relativa ao processo licitatório supracitado, através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência no período de 16 de maio de 2016 à 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 012/2.016

Dispõe sobre, concessão de aumento aos servidores do Poder Legislativo de São José do Povo, no exercício de 2.016, e da outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, Vereador **VALTER CORREA CADIDÉ**, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

ART. 1º. – Especialmente a permissibilidade contida no artigo 22º da Lei Municipal nº. 516/15, que dispõe sobre alterar a Lei Municipal nº. 280/2.004, de 30 de março de 2004– Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José do Povo, de 09 de Abril de 2012, no qual alerta para a alteração do art. 44 da Lei em epígrafe e por força da Legislação Federal pertinente , fica reconhecido e autorizado por esta Portaria o **Reajuste Salarial de 9.8% (nove, oito por cento) referente ao ano de 2.016 para os Funcionários Efetivos e para o cargo Comissionado de Secretário (a) Executivo(a) do Poder Legislativo,** a incidir sobre a Tabela de Vencimentos dos Cargos Efetivos dos Funcionários da Câmara Municipal, regidos pela Resolução nº. 001/2012, de 10 de Abril de 2012 e Lei Municipal nº. 516/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José do Povo, a incidir de imediato sobre os vencimentos do mês de Maio /2015.

ART. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São José do Povo, 15 de maio de 2.016.

Registrado nesta Secretaria e publicada

Por afixação, no lugar público de costume

Na data supra.

_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 061/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

Contratado (a): A C M M COMERCIO E REPRESENTAÇÕES.

OBJETO – O presente contrato tem por finalidade **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO PERMANENTE PARA ATENDER A DEMAN-**

DA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL". Conforme proposta entregue no processo licitatório "PREGÃO" nº 014/2016 e planilha com descrição e quantidade, como segue:

VALOR TOTAL–O valor global do presente contrato é de **R$ 21.970,00 (vinte e um mil e novecentos e setenta reais)**, constante da proposta homologada em 16/05/2016, o pagamento será efetuado diretamente na Tesouraria da CONTRATANTE, que será pago mensalmente mediante apresentação de nota fiscal e solicitação do secretário da pasta, , dentro do que ficou acordado entre as partes, por ocasião do julgamento e homologação da proposta relativa ao processo licitatório supracitado, através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência no período de 16 de maio de 2016 à 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO – L.R.F. - 1º QUADRIMESTRE/2016

O Município de São José do Rio Claro – MT, por seu Prefeito Municipal, NATANAEL CASAVECHIA, em cumprimento ao disposto no Art. 9º, § 4º e Art. 48, parágrafo único da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida a população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA referente apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2016.

A audiência será realizada no dia 31/05/2016, a partir das 18h00m, na sede do Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida Mato Grosso, nº. 38, Centro, São José do Rio Claro – MT.

São José do Rio Claro - MT, 24 de maio de 2016.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 032/2016, DE 24 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais; e

Considerando que no dia 26/5/2016 (quinta-feira) é considerado de grande expressão religiosa (dia de ***Corpus Christi***), bem como a necessidade de se tomar medidas que propiciem contenção de despesas em geral, a exemplo do que ocorre na esfera do governo estadual,

DECRETA:

Art. 1º -Fica decretado Ponto Facultativo, no âmbito do funcionalismo público municipal, em São José do Rio Claro, no dia 27/5/2016 (sexta-feira).

Art. 2º - As repartições públicas municipais não funcionarão na data referida no artigo anterior, salvo os serviços considerados essenciais, na forma da lei, para os quais os titulares das Secretarias e Dirigentes das Entidades e demais Repartições Públicas Municipais deverão tomar as devidas medidas para suas realizações.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro (MT), 24 de maio de 2016.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO

-Termo de Rescisão Unilateral Nº 001/2016. ASS: 20/05/2016; Contratado: SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**.** Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº. 01/2016, cujo objeto era Construção do Terminal Rodoviário de São José do Rio Claro, dentro de um prazo de 90 dias, em conformidade com a cláusula 9.1 do mencionado contrato e com fundamento nos arts. 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, aplica-se a penalidade de impedimento de participar por 02 (dois) anos de processos licitatórios no Município de São José do Rio Claro e a condenação do pagamento de multa por rescisão contratual no valor de R$ 20.000,00, bem como fica rescindido o Contrato 033/2014.

-Termo de Rescisão Unilateral Nº 002/2016. ASS: 20/05/2016; Contratado: SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**.** Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº. 02/2016, cujo objeto era Construção de um Ginásio Esportivo no Bairro Jardim Rio Claro no município de São José do Rio Claro, dentro de um prazo de 120 dias, em conformidade com a cláusula 9.1 do mencionado contrato e com fundamento nos arts. 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, aplica-se a penalidade de impedimento de participar por 02 (dois) anos de processos licitatórios no Município de São José do Rio Claro e a condenação do pagamento de multa por rescisão contratual no valor de R$ 20.000,00, bem como fica rescindido o Contrato 034/2014.

-Termo de Rescisão Unilateral Nº 003/2016. ASS: 20/05/2016; Contratado: SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**.** Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº. 03/2016, cujo objeto era Reforma e Ampliação da Praça Domingos Briante no município de São José do Rio Claro, dentro de um prazo de 60 dias, em conformidade com a cláusula 9.1 do mencionado contrato e com fundamento nos arts. 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, aplica-se a penalidade de impedimento de participar por 02 (dois) anos de processos licitatórios no Município de São José do Rio Claro e a condenação do pagamento de multa por rescisão contratual no valor de R$ 20.000,00, bem como fica rescindido o Contrato 035/2014.

-Termo de Rescisão Unilateral Nº 004/2016. ASS: 20/05/2016; Contratado: SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**.** Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº. 04/2016, cujo objeto era Construção do Lar dos Idosos no município de São José do Rio Claro, dentro de um prazo de 90 dias, em conformidade com a cláusula 9.1 do mencionado contrato e com fundamento nos arts. 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações aplica-se a penalidade de impedimento de participar por 02 (dois) anos de processos licitatórios no Município de São José do Rio Claro e a condenação do pagamento de multa por rescisão contratual no valor de R$ 20.000,00, bem como fica rescindido o Contrato 036/2014.

-Termo de Rescisão Unilateral Nº 005/2016. ASS: 20/05/2016; Contratado: SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**.** Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº. 05/2016, cujo objeto era Construção de uma Quadra Esportiva Coberta para a Escola Municipal "Pedro Coelho Portilho" no município de São José do Rio Claro, dentro de um prazo de 180 dias, em conformidade com a cláusula 9.1 do mencionado contrato e com fundamento nos arts. 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações aplica-se a penalidade de impedimento de participar por 02 (dois) anos de processos licitatórios no Município de São José do Rio Claro e a condenação do pagamento de multa por rescisão contratual no valor de R$ 20.000,00, bem como fica rescindido o Contrato 037/2014.

-Termo de Rescisão Unilateral Nº 006/2016. ASS: 20/05/2016; Contratado: SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**.** Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº. 06/2016, cujo objeto era Construção de uma cobertura de Quadra Esportiva para a Escola Municipal "João Trevisan" no município de São José do Rio Claro, dentro de um prazo de 120 dias, em conformidade com a cláusula 9.1 do mencionado contrato e com fundamento nos arts. 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alte-

rações aplica-se a penalidade de impedimento de participar por 02 (dois) anos de processos licitatórios no Município de São José do Rio Claro e a condenação do pagamento de multa por rescisão contratual no valor de R$ 20.000,00, bem como fica rescindido o Contrato 038/2014.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 028/2016 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **futura e eventual aquisição de veículo zero km tipo Van Minibus, com o primeiro licenciamento em nome da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e saneamento no transporte de pacientes.** Data de **Abertura: às 08h30min horas, do dia 09 de junho de 2016**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h00min horas e das 13h00min às 15h00min, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 24 de maio de 2016.

Tatiana Dockhorn– Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2016.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2016.

Procedimento Administrativo 528/2016.

MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE

O Pregoeiro e sua equipe de apoio da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, nomeados pela portaria nº 058/2015, torna público aos interessados que na sessão de processamento do Pregão Presencial nº 004/2016 –, Tipo: **MAIOR DESCONTO.**

objeto:**CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, SOB A CONDIÇÃO DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1ª (PRIMEIRA) LINHA OU GENUINA VISANDO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS DA FROTA E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT REPRESENTADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS.**

Em face das propostas de preços apresentadas, o pregoeiro declarou as Seguintes empresas vencedoras do certame.

EMPRESAS VENCEDORA :

8775 CECILIA PINTO DA SILVA-ME 15.593.959/0001-55

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO VEICULO	DESCONTO % (PERCENTUAL) LINHA MECÂNICA- DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS de 1ª LINHA
1	150418	ONIBUS (HPC 5359) NB2/1721 - , ANO/1998 , DIESEL COMUM	51,50 %
2	150453	CAMINHAO CACAMBA (QBP-4650) 26-280 , ANO/2015 , DIESEL S-10 .	51,50 %
3	150452	CAMINHAO CACAMBA (QBP-5160) 26-280 , ANO/2015 , DIESEL S-10 .	51,50 %
4	150454	CAMINHAO CACAMBA (QBP-6570) 26-280 , ANO/2015 , DIESEL S-10 .	51,50 %
5	150459	CAMINHAO VOLVO (KAS-5780)NL10 340 4X2 , ANO/ 1994 , DIESEL CO	43,50 %
6	150419	HILUX - TIPO AMBULANCIA (FTU 6810) ANO/2014 , DIESEL S-10	35,50 %
7	150337	MICRO ÔNIBUS (NPL 6431) - LO 812/MARCOPOLO VICINO ESCOLAR ,	51,50 %
8	150417	MICRO ONIBUS (NUF 937) - LO 812/MARCOPOLO VICINO ESCOLAR , A	51,50 %
9	150457	ONIBUS (NJU-9374) NDUCAR FOZ U/CAIO , ANO/2009 , DIESEL COMU	51,50 %
10	150458	ONIBUS (OBJ 5463) 15.190 EOD E HD ORE , ANO/2012 , DIESEL S-10 .	51,50 %

8776 REVITALIZARCOMERCIODEPEÇASESERVICOSLTDA-ME 08.355.658/0001-28

Seq.	Código	DESCRIÇÃO VEICULOS	DESCONTO % (PERCENTUAL) LINHA MECÂNICA- DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS de 1ª LINHA
1	149966	CAMINHONTE S 10 FWV-0659 (TIPO AMBULANCIA , FLEX , ANO - 201	35,50 %
2	149964	CAMINHONTE S 10 NJT -3747 (TIPO AMBULANCIA , FLEX , ANO - 2009	35,50 %
3	150449	GOL (OBL-0551) G4 1.0 ANO/2012 , FLEX .	35,50 %
4	150426	GOL (OBL-0641) G4 1.0 ANO/2012 , FLEX .	35,50 %
5	150450	GOL (OBL-0801) G4 1.0 ANO/2012 , FLEX .	35,50 %
6	150468	GOL G4 1.0 (OBR-1364) , ANO/2013 , FLEX	35,50 %

7	149972	MOTOCICLETA BIZ OBJ - 3456 (125 ES ANO- 2012 , GASOLINA)	35,50 %
8	150299	MOTOCICLETA CG (NPF-7300) 125 TITAN , ANO/2008 , GASOLINA)	35,50 %
9	149975	MOTOCICLETA XLR 125 C JZB 2634 (ANO- 2000 , GASOLINA)	35,50 %
10	149976	MOTOCICLETA XLR 125 C JZB 3524 (ANO- 2000 , GASOLINA)	35,50 %
11	150460	MOTOCICLETA XTZ (OAY-404) - 125 K ANO /2012 , GASOLINA .	35,50 %
12	150238	MOTOCLICLETA NXR BROZ - 150 ES NUF-2332 ANO/ 2014 , GASOLINA	35,50 %
13	150469	MOTOR DE POPA 40HP ANO/2013 , GASOLINA	35,50 %
14	150471	MOTOR DE POPA 40HP - MOD. ATRON 2729K/36 , ANO/ 2015 , GASOL	35,50 %
15	149974	PALIO FIRE WAY 1.0 (ANO 2015 , FLEX)	35,50 %
16	149969	UNO MILLE ECONOMY 1.0 - NJW 1555 (ANO 2010 , FLEX).	35,50 %
17	149971	UNO MILLE ECONOMY 1.0 - NVY 1766 (ANO 2011 , FLEX).	35,50 %
18	149973	UNO MILLE ECONOMY 1.0 - NVY 5096 (ANO 2011 , FLEX).	35,50 %
19	149967	UNO MILLE ECONOMY 1.0 - OBL 3802 (ANO 2013 , FLEX).	35,50 %

7123 TATIANASIQUEIRASANTIAGO-EPP 07.838.209/0001-78

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO VEICULOS	DESCONTO % (PERCENTUAL) LINHA MECÂNICA- DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS de 1ª LINHA
1	150463	PA CARREGADEIRA WA 180 KOMATSU , ANO/2002 , DIESEL COMUM	15,50 %
2	150300	CAMINHAO CACAMBA (NPC 1071) ANO/2009	51,50 %
3	150335	CAMINHAO CACAMBA (NPC 1091) ANO/2009	51,50 %
4	150336	CAMINHAO CACAMBA QBI 6045) ANO/2013 , DIESEL - S10	51,50 %
5	150451	CAMINHAO DO LIXO (NGT-9971) WORKER 17-180, ANO/2006 , DIESE	51,00 %
6	150465	CARRETA PRANCHA RANDOM , ANO/1987 , DIESEL COMUM .	15,50 %
7	149727	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CX 220B	15,50 %
8	150421	MICRO ONIBUS(NJN 5073) V8L/MARCOPOLO VOLARE ESCOLAR, AN	49,50 %
9	150420	MICRO ONIBUS(NJQ 0263) V8L/MARCOPOLO VOLARE ESCOLAR , DIE	49,50 %
10	150461	MOTONIVELADORA CASE 845 , ANO/2009 , DIESEL COMUM .	15,50 %
11	150462	MOTONIVELADORA CATERPILLAR120K , ANO/2013 , DIESEL COMUM .	15,50 %
12	150456	ONIBUS(OBJ-5433) 15.190 EOD E HD ORE , ANO/2012 , DIESEL S-10 .	51,50 %
13	150455	ONIBUS(QBD-0850) 15.190 EOD E HD ORE , ANO/2014 , DIESEL S-10 .	51,50 %
14	150466	RETROESCAVADEIRA RD RANDON 406 , ANO/2012 , DIESEL COMUM .	15,50 %
15	150464	TRATOR 283 4X2 MASSEY FERGUSON , DIESEL COMUM .	15,50 %

São José do Xingu – MT, 23 de Maio de 2016.

MARCOS ROGÉRIO PEREIRA NUNES

Pregoeiro oficial

Decreto nº 58/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
RETIFICAÇÃO DE MATERIA

RETIFICAÇÃO – A publicação da matéria publicada na IOMAT, na quinta feira dia 19 de maio de 2016 na página nº. 103. Pregão Presencial Registro de Preço de nº 11/2016, onde lê abertura do Certame dia 31/05/2016, leia – se abertura dia 06/06/2016.

RETIFICAÇÃO – A publicação da matéria publicada na AMM, na sexta feira dia 20 de maio de 2016 na página nº. 188. Pregão Presencial Registro de Preço de nº 11/2016, onde lê abertura do Certame dia 31/05/2016, leia – se abertura dia 06/06/2016.

RETIFICAÇÃO – A publicação da matéria publicada no DOU, na sexta feira dia 20 de maio de 2016 na página nº. 196, Sessão 3. Pregão Presencial Registro de Preço de nº 11/2016, onde lê abertura do Certame dia 31/05/2016, leia – se abertura dia 06/06/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N° 109/2016 -23 DE MAIO DE 2016 "DISPÔE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO N° 109/2016 São Pedro da Cipa – MT, 23 de Maio de 2016

"DISPÔE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **Alexandre Russi** Prefeito do Município de São Pedro da Cipa no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 27 de Maio do corrente ano, em virtude do feriado de Corpus Christi.

Parágrafo Único: Exceto para os serviços essenciais para a administração pública que estarão funcionando normalmente. E a Secretaria de Educação que tem calendário próprio.

Artigo 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

Alexandre Russi

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
CERTIDÃO

Certificamos que a **ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DO NORTE DE MATO GROSSO – ACRINORTE** está desenvolvendo suas atividades, em conformidade com os ditames da Lei Federal Nº 9.790/99 e Lei Municipal Nº 561/99, estando, portanto, apta a permanecer no rol das beneficiadas com o título de Utilidade Pública, confirmando o que dispõe a Lei Municipal Nº 093/86.

Esta Certidão terá validade até 31/03/2017, em virtude do disposto no artigo 6º, da Lei Nº 561/99, de 29 de setembro de 1999.

Sinop-MT, 23 de maio de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 SRP 54/2016

A **Prefeitura Municipal de Sinop/MT** torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 40/2016 SRP 54/2016. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada em Fabricação e Instalação de Módulos Porta Pallets – Prateleiras, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração**. ABERTURA da SESSÃO: 10/06/2016 às 14h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523. **Sinop/MT, 24 de maio de 2016.**

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 168/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº. 120/2016

DATA: 18 de maio de 2016

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.078.624,43 (um milhão, setenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 2245/2015 e a Lei nº 2143/2015;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.078.624,43 (um milhão, setenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos) para atender as seguintes dotações:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.03.091.0003.2005 - ADMINISTRAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 6.667,00

- (seis mil e seiscentos e sessenta e sete reais)

02.010.0.0.04.122.0003.2010 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PRODEURBS

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 11.485,00

- (onze mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais)

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0.26.781.0046.1080 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÕES NO AEROPORTO MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 55.000,00

- (cinqüenta e cinco mil reais)

4.4.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 35.032,21

- (trinta e cinco mil, trinta e dois reais e vinte e um centavos)

4.4.90.00.00.00 - 0394000000- Aplicações Diretas R$ 17.650,18

- (dezessete mil, seiscentos e cinqüenta reais e dezoito centavos)

4.4.90.00.00.00 - 0394032000- Aplicações Diretas R$ 409.323,52

- (quatrocentos e nove mil, trezentos e vinte e três reais e cinqüenta e dois centavos)

04.010.0.0.26.781.0046.2123 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 45.000,00

(quarenta e cinco mil reais)

4.4.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 4.880,52

- (quatro mil, oitocentos e oitenta reais e cinqüenta e dois centavos)

4.4.90.00.00.00 - 0394000000- Aplicações Diretas R$ 35.120,00

- (trinta e cinco mil e cento e vinte reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0.13.122.0008.2024 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIVERSIDADE CULTURAL

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 54.606,00

- (cinqüenta e quatro mil e seiscentos e seis reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.2029 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 13.279,00

(treze mil e duzentos e setenta e nove reais)

06.010.0.0.27.812.0013.2030 - REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0394000000- Aplicações Diretas R$ 16.000,00

(dezesseis mil reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.04.122.0017.2033 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOSU

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 133.816,00

- (cento e trinta e três mil e oitocentos e dezesseis reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO

08.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO

08.010.0.0.04.122.0021.2041 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 117.447,00

- (cento e dezessete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais)

09 - SECRETARIA MUNCIPAL DE AGRICULTURA

09.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

09.010.0.0.20.122.0023.2046 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SMA

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 22.563,00

- (vinte e dois mil e quinhentos e sessenta e três reais)

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

10.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

10.010.0.0.18.122.0025.2050 - MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES DA SDS

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 3.561,00

- (três mil e quinhentos e sessenta e um reais)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAL SOCIAL

12.010.0.0.08.122.0036.2073 - MANUTENÇÃO DA SASTH

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 22.146,00

- (vinte e dois mil e cento e quarenta e seis reais)

12.010.0.0.08.244.0037.2076 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CREAS, PAEFI E MSE

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 31.736,00

- (trinta e um mil e setecentos e trinta e seis reais)

12.010.0.0.08.244.0038.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CRAS E DO PAIF

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 39.062,00

(trinta e nove mil e sessenta e dois reais)

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MINERAÇÃO

13.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MINERAÇÃO

13.010.0.0.22.122.0039.2090 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA - SICTM

3.1.91.00.00.00 - 0394000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 4.250,00

- (quatro mil e duzentos e cinqüenta reais)

T O T A L R$ 1.078.624,43

Art. 2º. Servirão de cobertura para o Crédito Adicional Suplementar retro, em conformidade com o art. 43, §1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320/64 e com os artigos 14 e 15 da Lei nº 2143/2015, os recursos no montante de:

I - R$ 511.738,00 (quinhentos e onze mil, setecentos e trinta e oito reais), superávit financeiro, Recursos da Fonte Depósitos Bancários - Livre Aplicação, apurados conforme Planilha elaborada pela Diretoria Adjunta de Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, em anexo;

II - R$ 17.650,18 (dezessete mil, seiscentos e cinqüenta reais e dezoito centavos), superávit financeiro, Recursos da Fonte Depósitos Bancários - Alienação de Bens, apurados conforme Planilha elaborada pela Diretoria Adjunta de Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, em anexo;

III - R$ 409.323,52 (quatrocentos e nove mil, trezentos e vinte e três reais e cinqüenta e dois centavos), superávit financeiro, Recursos da Fonte Depósitos Bancários - Alienação de Bens, apurados conforme Planilha elaborada pela Diretoria Adjunta de Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, em anexo;

IV - R$ 139.912,73 (cento e trinta e nove mil, novecentos e doze reais e setenta e três centavos), superávit financeiro, Recursos da Fonte Livre Aplicação, apurados conforme Planilha elaborada pela Diretoria Adjunta de Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, em anexo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 18 de maio de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

ALCIONE PAULA DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

▫								
A N E X O V – SUPERÁVIT FINANCEIRO								
EXERCÍCIO DE 2015 SUPLEMENTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016								
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO								
DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM CONTA SALDO 2015 PARA SUPLEMENTAÇÃO 2016								
RECURSO/CONTA (A)	**RESTOS LIQUIDADOS (B)**	**RESTOS A LIQUIDAR (C)**	**DEP.TERC./ SERV. DA DIV. A PAGAR (D)**	**TOTAL RP EXERCICIO 2015 (E) = (B+C+D)**	**RECURSOS EM CONTA - BDT 31/12/ 2015 (F)**	**TOTAL A SER SUPLEMENTADO/ SUPERÁVIT FINANCEIRO (G) = (F - E)**	**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER SUPLEMENTADA/ FONTE**	**VALOR R$**
FONTE: 0.1.94.000000 e 0.3.94.000000								

Saldo em Caixa	**86.506,73**	**233.749,18**	**0,00**	**320.255,91**	0,00	**1.526.392,27**	Montante suplementado pelo Decreto nº 057/2016	904.000,00
FPM - Bco Brasil C/C 11.431-6	3.698,72	2123-4.4.90.52.0000-0.3.94.000000	35.120,00					
ICMS Exp.-Bco Brasil C/C 283142-2	1.391,95	2030-3.3.90.30.0000-0.3.94.000000	16.000,00					
Cta. Movto.-Bco Brasil C/C 11.770-6	38.198,11	2005-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	6.667,00					
FOLHA - CEF C/C 67-4	308.376,78	2010-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	11.485,00					
Cta. Mov.- CEF C/C 6-2	3.439,29	2024-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	54.606,00					
PMS Execução Fiscal - CEF C/C 79-8	4.287,32	2029-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	13.279,00					
IPVA - Bco Brasil C/C 43.111-7	4.501,90	2033-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	133.816,00					
ICMS - Bco Brasil C/C 25.013-9	22.297,22	2041-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	117.447,00					
IPTU - CEF C/C 61-5	983.320,07	2046-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	22.563,00					
Cta.Movto.-CEF C/C 4-6	229.529,78	2050-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	3.561,00					
FEX - Bco. Brasil C/C 25.665-X	235,00	2073-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	22.146,00					
CFM - Bco. Brasil C/C 28.866-7	233,35	2076-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	31.736,00					
ISSQN - CEF C/C 468-8	36.722,61	2082-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	39.062,00					
Cta.Movto.-Bco Brasil C/C 9.554-0	6.778,30	2090-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	4.250,00					
ISSQN Central - Bco Brasil C/C 36.555-6	82,50							
Arrecadação - CEF C/C 296-0	146.188,45							
Correios Arrecad. c/c 1695-0	968,65							
PMS ARRECADAÇÃO - Bco Brasil C/C 16.439-9	7.869,95							
IPI - Bco Brasil C/C 19.664-9	2.454,33							
CEF - Concurso Público C/C - 462-9	34.937,71							
Ressarc. Ced. Func.-Bco Brasil C/C 53502-8	2.049,92							
PMS Simples Nacional - Bco Brasil C/C 37.716-3	8.952,40							
AFM - Bco Brasil C/C 56.711-6	133,87							
	86.506,73	**233.749,18**	**0,00**	**320.255,91**	**1.846.648,18**	**1.526.392,27**		**1.415.738,00**
Saldo Superávit Financeiro = (G - I)	**110.654,27**							
Nota: Dados Extraídos do BDT de 31/12/2015 e Relação de Empenhos em Aberto no Exercício de 2015.	**Diretoria Adjunta de Orçamento - 18/05/2016**							
ALCIONE PAULA DA SILVA								
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento								
JUAREZ COSTA								
Prefeito Municipal								
Resumo das suplementações efetuadas em 2016								
Superávit Apurado em 31/12/2015 Fonte 0.1.94.00000 e 0.3.94.000000	**1.526.392,27**							

Dotações Suplementadas em 2015	Dec. Nº	Valor R$						
9001-3.1.90.91.0000-0.3.94.000000	057/2016	200.000,00						
2122-3.1.90.13.0000-0.3.94.000000	057/2016	26.000,00						
2122-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	057/2016	8.000,00						
2020-3.1.90.13.0000-0.3.94.000000	057/2016	166.000,00						
2020-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	057/2016	424.700,00						
2123-3.1.90.13.0000-0.3.94.000000	057/2016	26.300,00						
2123-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	057/2016	53.000,00						
2123-4.4.90.52.0000-0.3.94.000000	120/2016	35.120,00						
2030-3.3.90.30.0000-0.3.94.000000	120/2016	16.000,00						
2005-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	6.667,00						
2010-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	11.485,00						
2024-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	54.606,00						
2029-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	13.279,00						
2033-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	133.816,00						
2041-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	117.447,00						
2046-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	22.563,00						
2050-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	3.561,00						
2073-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	22.146,00						
2076-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	31.736,00						
2082-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	39.062,00						
2090-3.1.91.13.0000-0.3.94.000000	120/2016	4.250,00						
Saldo Superávit Financeiro	**110.654,27**							

▫		
ANEXO ÚNICO		
A N E X O V – SUPERÁVIT FINANCEIRO (Dec. nº 005/2016)		
EXERCÍCIO DE 2015 SUPLEMENTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO.		
DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM CONTA SALDO 2015 PARA SUPLEMENTAÇÃO 2016		

RECURSO/CONTA (A)	RESTOS LIQUIDADOS (B)	RESTOS A LIQUIDAR (C)	DEP.TERC./ SERV. DA DIV. A PAGAR (D)	TOTAL RP EXERCICIO 2015 (E) = (B+C+D)	RECURSOS EM CONTA - BDT 31/12/ 2015 (F)	TOTAL A SER SUPLEMENTADO/ SUPERÁVIT FINANCEIRO (G) = (F - E)	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER SUPLEMENTADA/ FONTE	VALOR R$
FONTE: 0.1.00.000000 e 0.3.00.000000								
Saldo em Caixa	**2.592.511,96**	**1.221.579,97**	**58.705,40**	**3.872. 797,33**	0,00	**11.231.934,73**	Montante suplementado pelo Decreto nº 016/16	9.980. 776,00
FPM - Bco Brasil C/C 11.431-6	580.414,62	Montante suplementado pelo Decreto nº 069/16	870.000,00					
ICMS Exp.-Bco Brasil C/C 283142-2	17.733,57	Montante suplementado pelo Decreto nº 089/16	241.246,00					
Cta.Movto.-Bco Brasil C/C 11.770-6	47.832,74	1080-3.3.90. 39.0000-0.3. 00.000000	3.000,00					
Cta.Salário.-CEF C/C 000028-3	11.537,27	1080-3.3.90. 30.0000-0.3. 00.000000	52.000,00					
FOLHA - CEF C/C 67-4	2.287.109,65	2123-3.3.90. 39.0000-0.3. 00.000000	45.000,00					
Cta. Mov.- CEF C/C 6-2	384.028,37	1080-4.4.90. 51.0000-0.3. 00.000000	30.484,71					
PMS Execução Fiscal - CEF C/C 79-8	36.167,47	1080-4.4.90. 39.0000-0.3. 00.000000	4.547,50					
IPVA - Bco Brasil C/C 43.111-7	86.081,42	2123-4.4.90. 52.0000-0.3. 00.000000	4.880,52					
ICMS - Bco Brasil C/C 25.013-9	860.376,30							
IPTU - CEF C/C 61-5	5.823.080,59							
Cta.Movto.-CEF C/C 4-6	135.061,19							
FEX - Bco.Brasil C/C 25.665-X	646.212,25							
CFM - Bco.Brasil C/C 28.866-7	6.275,97							
CEF - ISSQN 468-8	1.802.488,98							
Cta.Movto.-Bco Brasil C/C 9.554-0	289.107,84							
ISSQN Central -Bco Brasil C/C 36. 555-6	23.407,50							
CEF - Arrecadação 296-0	1.077.684,70							

Correios Arrecad.c/c 1695-0	14.202,90							
PMS ARRECADAÇÃO - Bco Brasil C/C 16.439-9	250.033,54							
IPI - Bco Brasil C/C 19.664-9	14.403,75							
CEF - Concurso Público C/C - 462-9	478.560,35							
Ressarc.Ced.Func.-Bco Brasil C/C 53502-8	50.628,39							
PMS Simples Nacional - Bco Brasil C/C 37.716-3	182.302,70							
AFM - Bco Brasil C/C 56.711-6	0,00							
	2.592.511,96	**1.221.579,97**	**58.705,40**	**3.872. 797,33**	**15.104. 732,06**	**11.231.934,73**		**11.231. 934,73**
Saldo Superávit Financeiro = (G - I)	**0,00**							
Nota: Dados Extraídos do BDT de 31/ 12/2015 e Relação de Empenhos em Aberto no Exercício de 2015.	**Diretoria Adjunta de Orçamento - 18/05/ 2016**							
ALCIONE PAULA DA SILVA								
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento								
JUAREZ COSTA								
Prefeito Municipal								
Resumo das suplementações efetuadas em 2016								
Superávit Apurado em 31/12/2015 Fonte 0.1.00.00000 e 0.3.00.000000	**11.231.934,73**							
Dotações Suplementadas em 2015	**Dec. Nº**	**Valor R$**						
9002-3.2.90.21.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	581.200,00						
9002-3.2.90.22.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	301.800,00						
1018-4.4.90.39.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	42.000,00						
1080-4.4.90.51.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	92.000,00						
1080-4.4.90.51.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	450.000,00						
2123-4.4.90.52.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	18.458,00						
2033-3.390.39.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	137.100,00						
2033-3.390.39.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	270.000,00						
1025-4.4.90.51.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	3.409.802,00						
1025-4.4.90.51.0000 - 6.3.00. 000000	016/2016	826.527,00						
2034-3.3.30.39.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	320.000,00						
2034-3.3.30.39.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	2.025.000,00						
2039-3.3.90.39.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	300.000,00						
2039-3.3.90.30.0000 - 0.3.00. 000000	016/2016	1.206.889,00						
1012-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	069/2016	870.000,00						
2008-3.3.50.43.0000-0.3.00.000000	089/2016	21.246,00						
2029-3.3.90.32.0000-0.3.00.000000	089/2016	14.944,00						
2029-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	089/2016	16.080,00						
2030-3.3.90.30.0000-0.3.00.000000	089/2016	57.000,00						
2030-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	089/2016	31.976,00						
1025-4.4.90.510000-0.3.00.000000	089/2016	100.000,00						
1080-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	120/2016	3.000,00						
1080-3.3.90.30.0000-0.3.00.000000	120/2016	52.000,00						
2123-3.3.90.39.0000-0.3.00.000000	120/2016	45.000,00						
1080-4.4.90.51.0000-0.3.00.000000	120/2016	30.484,71						
1080-4.4.90.39.0000-0.3.00.000000	120/2016	4.547,50						
2123-4.4.90.52.0000-0.3.00.000000	120/2016	4.880,52						
Saldo Superávit Financeiro	**-**							

ANEXO ÚNICO	
A N E X O V – SUPERÁVIT FINANCEIRO (Dec. nº 005/2016)	
EXERCÍCIO DE 2015 SUPLEMENTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO.	

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM CONTA SALDO 2015 PARA SUPLEMENTAÇÃO 2016								
RECURSO/CONTA (A)	**RESTOS LIQUIDADOS (B)**	**RESTOS A LIQUIDAR (C)**	**DEP.TERC./ SERV. DA DIV. A PAGAR (D)**	**TOTAL RP EXERCICIO 2015 (E) = (B+C+D)**	**RECURSOS EM CONTA - BDT 31/12/ 2015 (F)**	**TOTAL A SER SUPLEMENTADO/ SUPERÁVIT FINANCEIRO (G) = (F - E)**	**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER SUPLEMENTADA/ FONTE:**	**VALOR R$**
FONTE: 4.3.92.032000, 0.3.94.032000, 0.1.94.032000, 0.3.00.032000, 0.3.92.031000, 0.3.94.000000 e 0.1.94.000000 (Alienação)								
Alienção de Bens Imóveis - fonte 4.3.92.032000 - CEF C/C 443-2.	0,00	0,00	0,00	0,00	11.232,63	**11.232,63**		
Alienção de Bens Imóveis - fonte 0.3.94.032000 e 0.1.94.032000- CEF C/C 443-2 e CEF C/C 422-0.	0,00	11.095,00	0,00	11.095,00	420.418,52	**409.323,52**	1080-4.4.90.51.0000-0.3.94.032000	409.323,52
Alienção de Bens Imóveis - fonte 0.3.00.032000 - CEF C/C 443-2.	0,00	0,00	0,00	0,00	2.607,54	**2.607,54**		
Alienção de Bens Imóveis - fonte 0.3.92.031000 CEF C/C 422-0.	0,00	0,00	0,00	0,00	118.065,66	**118.065,66**		
Alienção de Bens Imóveis - fonte 0.3.94.000000 e 0.1.94.000000 - Bco Brasil C/C 40.776-3 e CEF C/C 422-0.	0,00	0,00	0,00	0,00	17.650,18	**17.650,18**	1080-4.4.90.51.0000-0.3.94.000000	17.650,18
	0,00	**11.095,00**	**0,00**	**11.095,00**	**569.974,53**	**558.879,53**		**426.973,70**
Saldo Superávit Financeiro = (G - I)	**131.905,83**							
Nota: Dados Extraídos do BDT de 31/12/2015 e Relação de Empenhos em Aberto no Exercício de 2015.	**Diretoria Adjunta de Orçamento -18/05/2016**							
ALCIONE PAULA DA SILVA								
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento								
JUAREZ COSTA								
Prefeito Municipal								

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 SRP 53/2016

A **Prefeitura Municipal de Sinop/MT** torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 39/2016 SRP 53/2016. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: **Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de mão-de-obra necessários para a execução do serviço de coleta de informações em todas as residências e comércios do perímetro urbano do município de Sinop/MT para fins de identificar o trabalho infantil, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação**. ABERTURA da SESSÃO: 09/06/2016 às 14h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523. **Sinop/MT, 24 de maio de 2016.**

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 168/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 20/05/2016 VIGÊNCIA: 20/05/2017.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores de aro para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESAS DETENTORAS:

ATA Nº. 107/2016 – ALIANÇA IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PNEUS LTDA - CNPJ 17.036.928/0001-29, **VÁRZEA GRANDE/MT**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
19	15	UNIDADE	PROTETOR ARO 22 NORMAL COMUM	CARRETEIRO	R$ 26,00	R$ 390,00
57	4	UNIDADE	PNEU 255/75 R 15	FIRESTONE	R$ 605,00	R$ 2.420,00
64	60	UNIDADE	PNEU 17.5X25 16 LONAS	FIRESTONE	R$ 2.350,00	R$ 141.000,00
67	4	UNIDADE	PNEU 18.4 X 30 12 LONAS	FIRESTONE	R$ 2.244,00	R$ 8.976,00
68	20	UNIDADE	PNEU 900R20 BORRACHUDO	FIRESTONE	R$ 945,98	R$ 18.919,60
VALOR TOTAL	**R$ 171.705,60**					

ATA Nº. 108/2016 – AUTOLUK COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA EPP - CNPJ 20.063.556/0001-34, **CURITIBA/PR**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
6	60	UNIDADE	PROTETOR ARO NORMAL	SBN	R$ 41,85	R$ 2.511,00
7	70	UNIDADE	PNEU 900 R 20 14 L - T 546 BORRACHUDO	PIRELLI RT59	R$ 1.049,00	R$ 73.430,00
8	60	UNIDADE	PNEU 900 R 20 14 L - T 250 LISO	PIRELLI CT65	R$ 984,95	R$ 59.097,00
30	13	UNIDADE	CAMARA AR 18 (RA-18)	BRASTUBE	R$ 18,44	R$ 239,72
49	28	UNIDADE	CAMARA PARA MOTO R18 DIANT/TRAS	BRASTUBE	R$ 19,95	R$ 558,60
88	18	UNIDADE	PROTETOR ARO 16 NORMAL COMUM	ANDRADE	R$ 13,95	R$ 251,10

89	20	UNIDADE	BICO CURTO PARA RODA PÁ CARREGADEIRA	TS	R$ 8,65	R$ 173,00
90	20	UNIDADE	BICO CURTO PARA RODA RETRO ESCAVADEIRA	TS	R$ 12,00	R$ 240,00
93	8	UNIDADE	PNEU 155/R12C LISO	GOFORM G325	R$ 212,00	R$ 1.696,00
99	4	UNIDADE	PNEU 90/90-18 MC REINF 57P	TECHNIC TIGER	R$ 121,00	R$ 484,00
VALOR TOTAL	**R$ 138.680,42**					

ATA Nº. 109/2016 – D. P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP - CNPJ 21.711.134/0001-90, **VÁRZEA GRANDE/MT**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
2	98	UNIDADE	PNEU 185/70R 14 RADIAL 08 LONAS	FATE	R$ 220,99	R$ 21.657,02
3	8	UNIDADE	PNEU 185/65 R 14	FATE	R$ 207,00	R$ 1.656,00
4	6	UNIDADE	PNEU 185/65 R15 92 H	FATE	R$ 251,50	R$ 1.509,00
5	54	UNIDADE	CAMARA DE AR ARO14"	BRASTUBE	R$ 24,30	R$ 1.312,20
10	314	UNIDADE	PNEU 275/80 X 22,5 - 16 LONAS BORRACHUDO	FATE	R$ 1.283,00	R$ 402.862,00
11	70	UNIDADE	PNEU 215/75R17,5 BORRACHUDO	SAILUN	R$ 606,00	R$ 42.420,00
12	80	UNIDADE	PNEU 215/75 R 17.5 LISO	SAILUN	R$ 567,00	R$ 45.360,00
14	8	UNIDADE	PNEU LT 235/75 R 15 RADIAL	FATE	R$ 437,00	R$ 3.496,00
15	152	UNIDADE	PNEU 165/70 ARO 13 RADIAL	FATE	R$ 146,50	R$ 22.268,00
16	14	UNIDADE	PNEU 265/75 R16 LISO	SAILUN	R$ 561,50	R$ 7.861,00
17	8	UNIDADE	PNEU 175/70 R14	FATE	R$ 194,90	R$ 1.559,20
18	29	UNIDADE	PNEU 175/70 R13 RADIAL	FATE	R$ 151,80	R$ 4.402,20
21	5	UNIDADE	PNEU 225/70 ARO 15 RADIAL MISTO	FATE	R$ 362,70	R$ 1.813,50
22	35	UNIDADE	PNEU 265/70 ARO 16 " RADIAL MISTO	SAILUN	R$ 534,45	R$ 18.705,75
23	81	UNIDADE	PNEU 205/75 R 16	FATE	R$ 347,70	R$ 28.163,70
24	20	UNIDADE	PNEU 225/75 ARO 15" RADIAL MISTO	FATE	R$ 355,00	R$ 7.100,00
25	20	UNIDADE	PNEU 225/70 R 15	FATE	R$ 357,90	R$ 7.158,00
26	10	UNIDADE	PNEU 175 X 70 R 13 RADIAL	FATE	R$ 152,00	R$ 1.520,00
27	18	UNIDADE	PNEUS 195/60 ARO 15" RADIAL	FATE	R$ 254,80	R$ 4.586,40
28	15	UNIDADE	PNEU 80/100 R18 47P DIANTEIRO	VIPAL	R$ 101,00	R$ 1.515,00
29	5	UNIDADE	PNEU 90/90 R18 57P TRASEIRO	VIPAL	R$ 89,00	R$ 445,00
33	4	UNIDADE	PNEU 265/75 R16 88T	SAILUN	R$ 558,00	R$ 2.232,00
37	26	UNIDADE	PNEU 185/70R 14 RADIAL	FATE	R$ 215,00	R$ 5.590,00
39	2	UNIDADE	PNEU 120/80 R21	RINALDI	R$ 256,00	R$ 512,00
47	30	UNIDADE	PNEU 7.50 ARO 16 LISO	GOODYEAR	R$ 360,00	R$ 10.800,00
52	2	UNIDADE	PNEU 19.5/24 10 LONAS	TITAN	R$ 1.800,00	R$ 3.600,00
53	12	UNIDADE	PNEU 215/75 R 16	SAILUN	R$ 339,00	R$ 4.068,00
56	2	UNIDADE	PNEU 23.1/30 12 LONAS	TITAN	R$ 3.290,00	R$ 6.580,00
58	20	UNIDADE	PNEU 900X20 16 LONAS LISO	GOODYAER	R$ 665,00	R$ 13.300,00
59	130	UNIDADE	PNEU 275/80 X22,5 RADIAL LISO	FATE	R$ 1.319,00	R$ 171.470,00
60	20	UNIDADE	PNEU 1000/20 LISO COMUM 16 LONAS	GOODYEAR	R$ 943,00	R$ 18.860,00
61	32	UNIDADE	PNEU 1000X20 16 LONAS BORRACHUDO	GOODYEAR	R$ 948,00	R$ 30.336,00
62	2	UNIDADE	PNEU 1300/24 12 LONAS	TITAN	R$ 1.584,00	R$ 3.168,00
63	12	UNIDADE	PNEU 1400/24 12 LONAS INDUSTRIAL COMUM	TITAN	R$ 1.740,00	R$ 20.880,00
65	6	UNIDADE	PNEU 14.9X28 10 LONAS	TITAN	R$ 1.364,00	R$ 8.184,00
69	10	UNIDADE	PNEU 12.5.80/18	TITAN	R$ 840,00	R$ 8.400,00
80	50	UNIDADE	CAMARA DE AR 275 X 80 R22.5 BICO CENTRAL	BRASTUBE	R$ 75,00	R$ 3.750,00
81	50	UNIDADE	CAMARA DE AR 295.80/22.5	BRASTUBE	R$ 75,00	R$ 3.750,00
83	30	UNIDADE	CAMARA DE AR 265/75 R 16	BRASTUBE	R$ 43,37	R$ 1.301,10
92	4	UNIDADE	PNEU 195/60 R15	FATE	R$ 250,00	R$ 1.000,00
94	4	UNIDADE	PNEU 195/70/R14 LISO	FATE	R$ 263,00	R$ 1.052,00
95	4	UNIDADE	PNEU 195/65/R15 LISO	FATE	R$ 240,00	R$ 960,00
97	4	UNIDADE	PNEU 80/90-21 48-T R34	RINALDI	R$ 179,00	R$ 716,00
102	2	UNIDADE	PNEU DE MOTO DIANTEIRO 2,75 R 18	VIPAL	R$ 83,00	R$ 166,00
VALOR TOTAL	**R$ 948.045,07**					

ATA Nº. 110/2016 – E CAETANO DA SILVA AUTOPEÇAS EPP - CNPJ 20.963.671/0001-65, **LONDRINA/PR**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	24	UNIDADE	PNEU 205/70 R 15	CONSTANCY	334,99	8.039,76
VALOR TOTAL	**R$ 8.039,76**					

ATA Nº. 111/2016 – ESQUINÃO AUTO CENTER LTDA EPP - CNPJ 03.723.352/0001-63, **CÁCERES/MT**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
31	24	UNIDADE	PNEU 185/65 R 15 RADIAL	RODISTONE	R$ 247,80	R$ 5.947,20
32	28	UNIDADE	PNEU 245/70 R 16 MISTO	RODISTONE	R$ 499,90	R$ 13.997,20
35	4	UNIDADE	PNEU 225/75 R16 RADIAL	RODISTONE	R$ 479,80	R$ 1.919,20
36	4	UNIDADE	PNEU 225/70 R16 RADIAL	COMFORSER	R$ 467,20	R$ 1.868,80
43	28	UNIDADE	CAMARA DE AR ARO 13"	RS	R$ 23,99	R$ 671,72
46	52	UNIDADE	CAMARA DE AR 17.5/25 BICO CURTO	RS	R$ 189,99	R$ 9.879,48
51	20	UNIDADE	PNEU 185R14 RA08 (8 LONAS)	RODISTONE	R$ 276,99	R$ 5.539,80
66	2	UNIDADE	PNEU 18.4 X 34 12 LONAS	FORERUNNER	R$ 2.292,99	R$ 4.585,98
74	6	UNIDADE	CAMARA DE AR ARO 30 BICO CURTO	RS	R$ 219,99	R$ 1.319,94
82	2	UNIDADE	CAMARA DE AR 28X9.15	RS	R$ 59,60	R$ 119,20
91	50	UNIDADE	BICO CURTO PARA RODA DE CAMINHÃO	BREMEM	R$ 8,60	R$ 430,00
96	5	UNIDADE	PNEU 195/60/R14 LISO	CONSTANCY	R$ 242,99	R$ 1.214,95
101	4	UNIDADE	PNEU 195/55 ARO 16	COMFORSER	R$ 312,90	R$ 1.251,60

VALOR TOTAL	**R$ 48.745,07**

ATA Nº. 112/2016 – JB COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS EIRELI EPP - CNPJ 20.831.339/0001-47, **CABRÁLIA PAULISTA/SP**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
13	140	UNIDADE	CÂMARA DE AR ARO 20	JABUTI - TR78A	R$ 69,80	R$ 9.772,00
41	6	UNIDADE	PNEU 90/90 R18	TECHNIC - TIGER	R$ 91,87	R$ 551,22
42	4	UNIDADE	PNEU 195/65 R15 RADIAL	GOFORM - G745	R$ 245,90	R$ 983,60
44	14	UNIDADE	PNEU DE MOTO DIANTEIRO 2.75 R18	TECHNIC - LION	R$ 89,80	R$ 1.257,20
45	18	UNIDADE	PNEU DE MOTO TRASEIRO 90/90 R18	TECHNIC - TIGER	R$ 90,00	R$ 1.620,00
48	16	UNIDADE	PNEU 205/70 ARO 16	CHENGSHAN - CSR71	R$ 478,49	R$ 7.655,84
50	12	UNIDADE	CAMARA DE AR R15	JABUTI - TR13	R$ 33,40	R$ 400,80
55	80	UNIDADE	PNEU 295/80 R 22.5 BORRACHUDO	JK - JET STEEL	R$ 1.484,00	R$ 118.720,00
70	4	UNIDADE	PNEU 10.5/65X16 14 LONAS LISO	ADVANCE - R1	R$ 400,00	R$ 1.600,00
71	4	UNIDADE	PNEU 10.5/65X16 14 LONAS BORRACHUDO	ADVANCE - R1	R$ 549,00	R$ 2.196,00
72	10	UNIDADE	CÂMARA DE AR ARO 22	ja	R$ 78,00	R$ 780,00
73	15	UNIDADE	CAMARA DE AR ARO 24" BICO CURTO	JABUTI - TR220A	R$ 144,00	R$ 2.160,00
75	6	UNIDADE	CAMARA DE AR ARO 34 BICO CURTO	JABUTI - TR218A	R$ 280,00	R$ 1.680,00
76	30	UNIDADE	CAMARA DE AR R16 BICO LONGO	JABUTI - TR15	R$ 37,40	R$ 1.122,00
77	30	UNIDADE	CAMARA DE AR R16 BICO CURTO	JABUTI - TR15	R$ 38,00	R$ 1.140,00
78	20	UNIDADE	CÂMARA 215/75 R 17.5	JABUTI - TR15	R$ 58,00	R$ 1.160,00
79	50	UNIDADE	CÂMARA DE AR 275/80 R 22.5	JABUTI - TR78A	R$ 78,90	R$ 3.945,00
84	20	UNIDADE	CAMARA DE AR 215/75 R 15	JABUTI - TR13	R$ 47,00	R$ 940,00
85	10	UNIDADE	CAMARA DE AR 12.5.8/18	JABUTI - TR15	R$ 79,00	R$ 790,00
86	6	UNIDADE	CAMARA DE AR 10.5/65X16	JABUTI - TR15	R$ 77,00	R$ 462,00
87	30	UNIDADE	PROTETOR ARO 20 NORMAL COMUM	JABUTI	R$ 23,00	R$ 690,00
98	4	UNIDADE	PNEU 110/80-18 58-T R34	RINALDI - R34	R$ 209,00	R$ 836,00
100	12	UNIDADE	CAMARA DE AR ARO 16"	JABUTI - TR15	R$ 33,00	R$ 396,00
VALOR TOTAL	**R$ 160.857,66**					

ATA Nº. 113/2016 – M A MOTO PEÇAS LTDA EPP - CNPJ 04.175.077/0001-53, **BELO HORIZONTE/MG**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
38	2	UNIDADE	PNEU 80/90 R21	LEVORIN	165,00	330,00
40	6	UNIDADE	PNEU 2.75 R18	LEVORIN	89,89	539,34
VALOR TOTAL	**R$ 869,34**					

ATA Nº. 114/2016 – PNEUS VIA NOBRE LTDA - CNPJ 01.976.860/0048-91, **VÁRZEA GRANDE/MT**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
9	32	UNIDADE	PNEU 275/80 X 22,5 - 16 LONAS LISO	PIRELLI	R$ 1.114,00	R$ 35.648,00
20	25	UNIDADE	PNEU 1100 ARO 22 LISO	PIRELLI	R$ 1.080,00	R$ 27.000,00
34	6	UNIDADE	PNEU 7.00-16 NYLON	PIRELLI	R$ 490,00	R$ 2.940,00
54	30	UNIDADE	PNEU 295/80 R 22.5 LISO	PIRELLI	R$ 1.261,00	R$ 37.830,00
VALOR TOTAL	**R$ 103.418,00**					

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 24 DE MAIO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2016 – SRP 037/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Eletrônicoº 013/2016 – SRP 037/2016, referente **Aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Empresas vencedoras: **BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP. CNPJ/MF:** 06.175.908/0001-12**,** item: 12, 30, 33**. DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLOGICOS S/A. CNPJ/MF:** 14.190.675/0002-36**,** item: 01, 02, 03, 04, 16, 17, 18, 32, 36, 37**. DENTAL MED EQUIP.MAT ODONT.E HOSPITALARES LTDA. CNPJ/MF:** 07.978.004/0001-98**,** item: 06, 13, 14, 20, 35**. DX IND. COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP. CNPJ/MF:** 02.228.938/0001-99**,** item: 40**. ELISVÂNDIA MATOS DONINI - ME. CNPJ/MF:** 13.547.970/0001-53**,** item: 05, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 19, 34, 38**. HOSPMED COMÉRCIO LTDA - EPP. CNPJ/MF:** 18.224.182/0001-40**,** item: 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29**. UNICO MULT EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA - ME. CNPJ/MF:** 13.444.068/0001-01**,** item: 21, 22, 31**.** Homologado em 24 de Maio de 2016.

Marcello Pavan

Pregoeiro – Portaria 168/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop, torna público a **RETIFICAÇÃO da publicação da Concorrência Pública 02/2016**, publicado no AMM – Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 2480 página nº 199, **ONDE SE LÊ:** R$ 1.326.616,00 (Um milhão, trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e dezesseis reais), **LEIA-SE: R 1.993.735,88**.(Um milhão novecentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos), Sinop/MT, 24 de maio de 2016.

Adriano dos Santos

Presidente da C. P. L.

Portaria nº 036/216

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 046/2016

Designa os servidores que menciona como fiscais de contratos celebrados pela Câmara Municipal de Sinop.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o que determina o artigo 67 e parágrafos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo elencados como Fiscais dos respectivos contratos celebrados pela Câmara Municipal de Sinop:

Fiscal do Contrato	Contrato	Objeto
Elisangela de Souza Santos	Contrato n.º 09/2016 - Câmara Municipal de Sinop e Eletro Frio Refrigeração Eireli – Me	Serviços de Manutenção dos Condicionadores de Ar da Câmara Municipal de Sinop – MT.
Salmo Rodrigues da Costa	Contrato n.º 10/2016 - Câmara Municipal de Sinop e R. D. Comércio de Impressoras Multifuncionais Ltda.	**Prestação de Serviços de manutenções preventivas e corretivas com fornecimento de peças para as Impressoras e Fotocopiadoras da** Câmara Municipal de Sinop – MT.
Francisco da Silva Alencar	Contrato n.º 11/2016 - Câmara Municipal de Sinop e Delfiol & Delfiol Ltda.	Contrato para fornecimento de material de copa e limpeza para Câmara Municipal de Sinop – MT.
Ricardo Michaliszyn	Contrato n.º 12/2016 - Câmara Municipal de Sinop e ENOS DO CARMO 31671209249.	Contrato para fornecimento de material permanente – lixeiras.
Débora Cristina Malagutti Oliveira	Contrato n.º 13/2016 - Câmara Municipal de Sinop e S. F. Severo – Selva Comunicação.	Contrato de publicidade e propaganda para a execução de serviços publicitários de criação e divulgação dos trabalhos institucionais e legislativos da Câmara Municipal de Sinop.

Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 20 de maio de 2016

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da Concorrência Pública nº 02/2016, **Contratação de empresa especializada para Construção da Creche Municipal de Educação Infantil, destinada ao Bairro Jardim das Nações, em Sinop/Mt;** Empresa vencedora: **ÁGUIA ENGENHARIA LTDA** (CNPJ/MF 20.777.869/0001-54). Homologada em 24 de maio de 2016. Sinop, 24 de maio de 2016.

Adriano dos Santos

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 001/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 047/2016

Estabelece dia sem expediente na Câmara Municipal de Sinop.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

1. Considerando o Decreto Municipal nº 119/2016, que declara ponto facultativo o dia 27 de maio de 2016 (sexta-feira);

2. Considerando que o artigo 289 do Regimento Interno da Câmara Municipal determina que não haverá expediente no Legislativo nos dias decretados pelo Município como ponto facultativo;

RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente na Câmara Municipal de Sinop no dia 27 de maio de 2016.

Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 23 de maio de 2016

Mauro Garcia

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.

TIPO MENOR: PREÇO

A Prefeitura Municipal de Tabaporã, através da comissão de licitação, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 18/2016, cuja abertura ocorrerá as 09:00 horas local do dia 08 de Junho de 2016, na sala de Licitação da Prefeitura municipal, Avenida Comendador José Pedro Dias nº 979-N– Centro, Objeto: Aquisição de 01 (um) veiculo novo OK, caminhonete tipo utilitário. Edital com maiores esclarecimento poderá ser adquirido junto a Comissão de Licitação na Prefeitura Municipal, no horário das 08:00horas as 12:00hs Local, ou através de telefone (oxx66)3557.1415/1505. Ramal 218 ou no site: www.tabapora.mt.gov.br-

Tabaporã/MT. 25 de Maio de 2016.

Pregoeiro

Antonio Batista Mota

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 268/GP/2016 de 16.05.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **09 DE JUNHO DE 2016, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CERCAS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS (LASCAS E PALANQUES DE EUCALIPITO TRATADO), A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DESTE MUNICÍPIO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo II e Anexo III, parte Integrante deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 25 de Maio de 2016**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 24 de Maio de 2016. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SAMAE
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que foi **PRORROGADA** a Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 016/2016/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE TRANSPORTADOR DE CORREIA HORIZONTAL MEDINDO 20 METROS POR 1.500mm DE LARGURA (ESTEIRA).** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 07 de Junho de 2016**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 24 de Maio de 2016.

EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Coordenadora do Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO ABERTURA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2016

AVISO ABERTURA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2016. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Prof. Fábio Martins Junqueira, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 263/GP/2016 de 16.05.2016, torna público, para conhecimento dos interessados, realizará por meio de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8. 666/93. **CREDENCIAMENTO DE SERVENTIA/CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS, COMPREENDENDO: (ESCRITURAS, MATRÍCULAS, PROCURAÇÕES, CERTIDÕES, RECONHECIMENTOS DE FIRMA, AUTENTICAÇÕES**) e outros serviços constantes da Tabela Oficial do Regimento de Custas e Emolumentos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para atender necessidades da Administração Pública Municipal**,** observados os prazos e procedimentos descritos no Termo de Referência, Anexo I do edital. **A SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES PARA CREDENCIAMENTO SERÁ REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016**, ÀS **08:00 HORAS**, na sala de Licitações do Município, localizada na Av. Brasil, 2.350-N 2º Piso, Jardim Europa. Os interessados deverão entregar os envelopes contendo a documentação para Credenciamento, à Comissão Permanente de Licitação, **no local, data, e horário acima indicados. O** edital na íntegra, poderá ser retirado pelos interessados, através do site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 24 de Maio de 2016. Márcio de Oliveira Lopes - Presidente da CPL.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/ PP/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designado pela Portaria nº 2 de 4 de janeiro de 2016, torna público à sociedade e aos demais interessados a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO PRESENCIAL 7/2016 - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, LOTE ÚNICO, PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO CONSTITUÍDO DE HARDWARE E SOFTWARE NECESSÁRIOS PARA SEU PLENO FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA,para que sejam proferidas adequação no edital.Considerando os recentes pedidos de esclarecimentos e que tais alterações influenciariam na elaboração das propostas, o certame cuja data estava marcada para o dia 10 de junho de 2016 foi SUSPENSO *SINE DIE* até a próxima decisão. O edital será retificado e republicado na forma da lei.**

Os esclarecimentos estarão disponíveis no site **http://www.camaratga.mt.gov.br/admin/portaltranspa...** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195 S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h.

Tangará da Serra-MT 24 de maio de 2016.

CAIO GARCIA DA SILVEIRA

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 005/2016 - CONVOCAÇÃO DO CONCURSO 001/2013

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 005/2016

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2013 DE 18/11/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. Fábio Martins Junqueira**, no uso de suas atribuições legais;

CONVOCA:

Art. 1º - Os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014 e prorrogado prazo de validade através do Decreto n° 006, de 11/01/2016,** para que compareçam na Secretaria Municipal de Administração, nas dependências do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, das 08h00 as 11h00 e das 13h00min as 16h00, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da convocação, de acordo com o item 7 do Edital de abertura do concurso, conforme lista abaixo:

CARGO	**AGENTE ADMINISTRATIVO II**					
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO		
48	RHUDSON RANDOW NÉRIS GONÇALVES	751	56	RES	56	RES
CARGO	**TÉCNICO EM APOIO INFANTIL**					
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO		
64	DAYANE SANTOS DA SILVA	2728	64	RES		

Art. 2º - Os candidatos deverão apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos constantes na Instrução Normativa n°. 001/SAD/2011, no prazo descrito no artigo 1º deste Edital.

Art. 3º - Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer no período estipulado no Art. 1º desse edital;

b) – não apresentar a documentação exigida na Instrução Normativa nº. 001/SAD/2011; c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado e exames médicos.

Art. 4º - Os candidatos nomeados através deste Edital deverão comparecer nas dependências do Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, até no dia,**22/06/2016 às 08h00**, para posse e definição do local de trabalho através do lotacionograma.

Art. 5º - Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 303/GP/2016 DE 23/05/2016

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

1º - **NOMEAR** os candidatos convocados através do Edital complementar nº. 005/2016, aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014**, em anexo do Edital complementar 007/2014, datado em 27 de janeiro de 2.014, convocados através do Edital Complementar obedecido à ordem de classificação.

CARGO	**AGENTE ADMINISTRATIVO II**					
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO		
48	RHUDSON RANDOW NÉRIS GONÇALVES	751	56	RES	56	RES
CARGO	**TÉCNICO EM APOIO INFANTIL**					
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO		
64	DAYANE SANTOS DA SILVA	2728	64	RES		

2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, 40º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 003-2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo, nos termos do artigo 43, Lei nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, a licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE **003/2016**, que trata da CONTRATACAO DE EMPRESA VISANDO A REALIZACAO DA 11° FESTA DO PEAO DE BOIADEIRO DE TESOURO. A Favor da Empresa **A. ALVES GODINHO NETO EIRELI - ME** Com o seguinte CNPJ**:21.575.819/0001-57** No valor de **R$: 30.500,00 (TRINTA MIL E QUINHENTOS REAIS).**

Tesouro, 24 de MAIO 2016.

ILTON FERREIRA BARBOSA

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 001-2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo, nos termos do artigo 43, Lei nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, a licitação na modalidade CARTA CONVITE **001/2016**, que trata da CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA BASICA PARA ATENDER A 11º FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO. A Favor da Empresa **A. ALVES GODINHO NETO EIRELI-ME** Com o seguinte CNPJ**:21.575.819/0001-57**, No valor de **R$: 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS).**

Tesouro, 24 de MAIO 2016.

ILTON FERREIRA BARBOSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL 2º BIMESTRE E 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016

O Prefeito Municipal do Município de Torixoréu, Estados de Mato Grosso, usando das suas atribuições legais,

RESOLVE,

CONVOCAR a população para a Audiência Pública a ser realizada do dia **31 de maio de 2016**, às **10:00 horas**, nas dependências da Prefeitura Municipal de Torixoréu , localizada na VX de Novembro , 16, Setor Aeroporto, para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais, do Poder Executivo Municipal, correspondente ao **RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária** (arts. 52 e 53, Lei Complementar n° 101/2000) **referente ao 2° bimestre de 2015** e o **1º Quadrimestre/2016 do RGF** - **Relatório de Gestão Fiscal.**

Torixoréu , 24 de Maio de 2016.

Atenciosamente,

RAFAEL BARILLI SÁ

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DECRETO Nº 1.026, DE 24 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre Cancelamento de Restos a Pagar do Exercício de 2015 e dá outras providencias.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e das normativas do Tribunal de Contas de Mato Grosso;

D E C R E T A:

Art. 1º - Por força deste Decreto, fica cancelado o empenho de Restos a Pagar, do Exercício de 2015, no montante de R$ 400,00 (quatrocentos reais), abaixo discriminado:

Nº do Contrato	Nº Empenho	Credor	Valor	Motivo
001/2016	1426/2015	QUIUMIDAIAN SOUZA GUIMARAES - EI	400,00	Revogação amigável entre as partes. Inexistência do crédito, pois se tratava de um saldo de notas de empenho, cujo valor dos débitos do município com o credor se encontra totalmente quitado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 24 de maio de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 024/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2016, de 04/01/2016, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 024/2016, cujo objeto refere-se a Registro de Preços, visando contratação de empresa para eventuais e futuras Prestações de Serviços de Arbitragem para realização dos campeonatos em diversas modalidades esportivas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

Data de Expedição do Edital: 25/05/2016.

Data de abertura/julgamento: 09/06/2016.

Horário: 15:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos telefones 0xx (66) 92924781 ou 3540-1283.

União do Sul – MT, 25 de maio de 2016.

ANTONIO SERGIO FIORILLIO

Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 023/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2016, de 04/01/2016, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 023/2016, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Troféus e Medalhas, para uso das Secretarias da Administração Municipal mencionadas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com o Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação.

Data de Expedição do Edital: 25/05/2016.

Data de abertura/julgamento: 09/06/2016

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 9292-4781 0xx 66 9230-2649.

União do Sul – MT, 25 de maio de 2016.

ANTONIO SERGIO FIORILLIO

Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 13/2016

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 13/2016, VENCEDOR: a empresa **ROSANI C. HEIDEMANN-ME, inscrito no CNPJ: 07.784.882/0001-72, vencedor dos itens, 8967, 101,60, 68,04, 10756, 12139, 13194. No valor global de R$ 777,00 e a empresa RONEN DOS SANTOS MACHADO – MEI, inscrita no CNPJ: 12.813.297/0001-93, vencedor dos itens, 131,93, 89770, 12291, 3002, 10126, 13192, 11888, 5888, 7658, 11892, 10753, 2933, 10397, 13196, 13197, 10124, 5881, 10755, 10754, 3005, 10163, 8991, 2929, 8337, 4749, 13195, 8998, 13198, no valor global de R$ 4.831,98.**

Vale de São Domingos – MT, 24 de Maio de 2016. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.172/2015

Processo n. 372493/2016. Visto. Observou-se a necessidade em aderir à ata de registro de preços n. 172/2015 (Termo de Referência n. 022/2016-FINAN/SMECEL), decorrente do pregão presencial n. 85/2015, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos atendendo as necessidades da Secretária Municipal de Esporte Lazer e Turismo do Município de Juína do Estado de Mato Grosso. Verificou-se ainda, que os itens pleiteados são; 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 25, 48, 50 e 52, totalizando o valor de R$ 57.056,60 (cinquenta e sete mil, cinquenta e seis reais e sessenta centavos), cuja empresa vencedora P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI-ME, inscrita no CNPJ: 21.395.275/0001-41. Formalizada coleta de preços, que comprova à vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a Ata de Registro de Preços encontra - se vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão fls. 08, e o Fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme autorização fls.11, portanto, atendendo os preceitos do Decreto Federal n. 7892/2013 e Decreto n. 61/2014, acréscimo ao parágrafo 3º do artigo 53 do Decreto n. 09/2010. A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer n. 165/2016 favorável à adesão fls. 119/125. Desse modo AUTORIZO a ADESÃO aos itens citados acima, da Adesão a Ata de Registro de Preços N. 172/2015 oriunda do Pregão Presencial n. 85/2015, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto n. 61/2014, acréscimo ao parágrafo 3º do artigo 53 do Decreto n. 09/2010, e a contratação da empresa P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI-ME, inscrita no CNPJ: 21.395.275/0001-41, no valor de R$ 57.056,60 (cinquenta e sete mil, cinquenta e seis reais e sessenta centavos). Publique-se e cumpra-se.. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande-MT, 23 de maio de 2016. Silvio Aparecido Fidelis ,Secretário Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer Interino - Ato n. 328/2016.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Matrícula - 2047

Servidor - José Maria de Miranda

Início - 23/05/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargos - Operador de Sistema de Água e Esgoto

Salário Base- 880,00

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo legal - Decreto 64/2014

Matrícula - 2048

Servidor - José Porfírio de Campos Silva

Início - 23/05/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargo - Encarregado de Equipe Manutenção

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo Legal- Decreto 64/2014

Matrícula - 2049

Servidor- Paulo Rodrigues da Silva

Início - 23/05/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargos - Operador de Sistema de Água e Esgoto

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo Legal - Decreto 64/2014

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, MT 23 de Maio de 2016.

Eduardo Abelaira Vizotto

Diretor Presidente DAE/VG

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande torna público que requereu á Secretaria Municipal de meio Ambiente e Desenvolvimento Ruaral Sustentável Licença de localização , Prévia , Instalação e de operação para execução de obras de pavimentação e drenagem de águas pluviais nos bairros nova era, Jardim Ikarai, Frutal de Minas e Jardim Paula II , em Várzea Grande/ MT. Com o exposto firmamos nos mui. Várzea Grande-MT, 18 de Maio de 2016. Luiz Celso Morais de Oliveira Secretaria Municipal de Viação e Obras, Manoel Tereza P..Santos , Coordenador da UEL.

PORTARIA Nº 333/2016

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de Março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ALENIR MARIA DA COSTA**
MATRICULA	1637
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	357368/2016
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**19.09.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2016 à 01.07.2016

SERVIDOR	**EDIBERTO NEVES DOS SANTOS**
MATRICULA	11611
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	144117/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**05.07.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2016 à 01.07.2016

SERVIDOR	**GIANA PAULA DA SILVA CAMPOS**
MATRICULA	17598
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	16548/2009
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**30.08.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	30.03.2016 à 27.06.2016

SERVIDOR	**KLAYTON MARCUS NASCIMENTO MIRANDA**
MATRICULA	26325
CARGO	Técnico Administrativo Educacional
PROCESSO N°	257324/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**21.06.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	04.04.2016 à 04.07.2016

SERVIDOR	**MARA CELIA PEREIRA LEITE**
MATRICULA	30557
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	252127/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	04.04.2016 à 04.07.2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 23 de Maio de 2016.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD DMFC

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

Matricula - 1961

Servidor - Eder Carlos dos Santos

Início - 01/10/2015

Rescisão - 24/05/2016

Cargo - Fiscal de corte

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação serviço

Amparo Legal - Decreto 64/2014

Matrícula- 1984

Servidor - Jociney Jesuíno da Cruz

Início - 23/11/2015

Rescisão - 24/05/2016

Cargos - Fiscal de corte

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo legal- Decreto - 64/2014

Matrícula - 2037

Servidor - Gabrielle Aparecida Pereira Minorello

Início - 18/04/2016

Rescisão - 23/05/2016

Cargo - Auxiliar de Saneamento

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação serviço

Amparo legal - Decreto 64/2014

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

Várzea Grande, MT 24 de MAIO de 2016.

Eduardo Abelaira Vizotto

Diretor Presidente DAE/VG.

PORTARIA Nº 334/2016

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de Março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**MARIA DORAIR PEREIRA**
MATRICULA	32583
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	238334/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	12.04.2016 à 12.07.2016

SERVIDOR	**MARIA IVANETE MENDES DE OLIVEIRA**
MATRICULA	32898
CARGO	Professor V a VIII
PROCESSO N°	38979/2011
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**24.04.2000/2005**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2016 à 29.06.2016

SERVIDOR	**REGINA LOPES MAGALHÃES SILVA**
MATRICULA	39499
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	178580/2013
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**30.08.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	19.09.2015 à 17.12.2015

SERVIDOR	**RITA DE CÁSSIA SILVA DESIDÉRIO CUTIARO**
MATRICULA	39942
CARGO	Psicóloga
PROCESSO N°	21506/2009
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**22.11.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2016 à 01.07.2016

SERVIDOR	**RONEY DE SOUZA LOPES**
MATRICULA	84672
CARGO	Bioquímico
PROCESSO N°	313219/2015
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**04.07.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	07.03.2016 à 07.06.2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 23 de Maio de 2016.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 335/2016

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de Março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**RUTE VIANA DA SILVA**
MATRICULA	42109
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	224284/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**15.02.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	29.03.2016 à 26.06.2016

SERVIDOR	**SANDRA DE SOUZA PEREIRA**
MATRICULA	42469
CARGO	Professor V a VIII
PROCESSO N°	296807/2015
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**02.02.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2016 à 30.06.2016

SERVIDOR	**SÔNIA MARIA SIMÕES MONTEIRO**
MATRICULA	44066
CARGO	Assistente Social
PROCESSO N°	5595/2004
LICENÇA PRÊMIO	01 (um) mês
QUINQUÊNIO	**30.08.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	04.04.2016 à 03.05.2016

SERVIDOR	**SILVIO ANTÔNIO MOREIRA**
MATRICULA	43594
CARGO	Auxiliar de Desenvolvimento Educacional
PROCESSO N°	311997/2015
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**02.04.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	01.03.2016 à 30.05.2016

SERVIDOR	**VANETE GONÇALINA DE PINHO**
MATRICULA	46229
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	297503/2015
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**28.02.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	01.03.2016 à 01.06.2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 23 de Maio de 2016.

‘ ‘/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMETÁRIA (RREO) - REF. 2º BIMESTRE DE 2.016

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	914.592.308,00	914.592.308,00	75.563.420,77	8,26	154.083.234,54	16,85	760.509.073,46
RECEITAS CORRENTES	509.191.730,00	509.191.730,00	75.009.754,39	14,73	153.311.622,78	30,11	355.880.107,22
RECEITA TRIBUTÁRIA	93.001.089,00	93.001.089,00	10.579.903,93	11,38	19.543.235,52	21,01	73.457.853,48
Impostos	76.730.009,00	76.730.009,00	7.818.385,47	10,19	14.660.035,23	19,11	62.069.973,77
Taxas	16.271.080,00	16.271.080,00	2.761.518,46	16,97	4.883.200,29	30,01	11.387.879,71
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	26.821.950,00	26.821.950,00	5.469.322,35	20,39	10.977.759,18	40,93	15.844.190,82
Contribuições Sociais	10.252.000,00	10.252.000,00	4.071.796,77	39,72	6.582.580,48	64,21	3.669.419,52
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	16.569.950,00	16.569.950,00	1.397.525,58	8,43	4.395.178,70	26,52	12.174.771,30
RECEITA PATRIMONIAL	11.928.623,00	11.928.623,00	6.115.679,71	51,27	12.400.735,04	103,96	-472.112,04
Receitas Imobiliárias	60.000,00	60.000,00	17.279,48	28,80	25.312,72	42,19	34.687,28
Receitas de Valores Mobiliários	11.868.623,00	11.868.623,00	6.098.400,23	51,38	12.375.422,32	104,27	-506.799,32
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	28.088.693,00	28.088.693,00	4.392.319,73	15,64	9.123.279,96	32,48	18.965.413,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	332.636.209,00	332.636.209,00	47.042.890,54	14,14	98.722.320,41	29,68	233.913.888,59
Transferências Intergovernamentais	319.656.860,00	319.656.860,00	44.021.804,32	13,77	94.382.660,21	29,53	225.274.199,79
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	12.979.349,00	12.979.349,00	3.021.086,22	23,28	4.339.660,20	33,44	8.639.688,80
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.715.166,00	16.715.166,00	1.409.638,13	8,43	2.544.292,67	15,22	14.170.873,33
Multas e Juros de Mora	2.619.597,00	2.619.597,00	362.372,22	13,83	605.336,07	23,11	2.014.260,93
Indenizações e Restituições	5.693.305,00	5.693.305,00	90.017,97	1,58	124.160,48	2,18	5.569.144,52
Receita da Dívida Ativa	8.262.203,00	8.262.203,00	958.559,23	11,60	1.813.897,59	21,95	6.448.305,41
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	140.061,00	140.061,00	-1.311,29	-0,94	898,53	0,64	139.162,47
RECEITAS DE CAPITAL	405.400.578,00	405.400.578,00	553.666,38	0,14	771.611,76	0,19	404.628.966,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 24/05/2016 10:44:29

Página 1 de 35

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	405.400.578,00	405.400.578,00	553.666,38	0,14	771.611,76	0,19	404.628.966,24
Transferências Intergovernamentais	500.000,00	500.000,00	553.666,38	110,73	553.666,38	110,73	-53.666,38
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	404.900.578,00	404.900.578,00	0,00	0,00	217.945,38	0,05	404.682.632,62
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.820.000,00	15.820.000,00	7.299.746,74	46,14	13.138.653,36	83,05	2.681.346,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	930.412.308,00	930.412.308,00	82.863.167,51	8,91	167.221.887,90	17,97	763.190.420,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00				0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00				0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00				0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	930.412.308,00	930.412.308,00	82.863.167,51	8,91	167.221.887,90	17,97	763.190.420,10
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	930.412.308,00	930.412.308,00	82.863.167,51	8,91	167.221.887,90	17,97	763.190.420,10
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		3.023.981,83			1.429.566,16		
Superávit Financeiro		3.023.981,83			1.429.566,16		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	911.127.961,47	929.918.813,84	66.341.436,01	183.508.228,16	746.410.585,68	59.780.348,22	108.314.594,99	821.604.218,85	104.305.335,09	0,00
DESPESAS CORRENTES	429.254.559,27	451.926.402,67	61.677.056,05	154.223.045,10	297.703.357,57	56.286.932,49	102.097.865,55	349.828.537,12	98.444.673,14	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	216.742.168,38	218.810.668,38	34.075.440,69	64.196.518,47	154.614.149,91	34.166.042,93	64.087.455,71	154.723.212,67	62.309.457,09	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.316.454,60	4.316.454,60	3.966,44	3.479.198,14	837.256,46	521.047,95	1.030.562,46	3.285.892,14	1.030.562,46	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	208.195.936,29	228.799.279,69	27.597.648,92	86.547.328,49	142.251.951,20	21.599.841,61	36.979.847,38	191.819.432,31	35.104.653,59	
DESPESAS DE CAPITAL	471.373.402,20	468.692.411,17	4.664.379,96	29.285.183,06	439.407.228,11	3.493.415,73	6.216.729,44	462.475.681,73	5.860.661,95	0,00
INVESTIMENTOS	455.808.402,20	453.127.411,17	4.661.630,74	15.275.242,13	437.852.169,04	1.415.941,12	2.074.080,07	451.053.331,10	1.718.012,58	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	15.565.000,00	15.565.000,00	2.749,22	14.009.940,93	1.555.059,07	2.077.474,61	4.142.649,37	11.422.350,63	4.142.649,37	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00			400.000,00			400.000,00		
RESERVA DO RPPS	10.100.000,00	8.900.000,00			8.900.000,00			8.900.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	19.284.346,53	19.690.346,53	2.415.231,35	5.183.522,65	14.506.823,88	2.461.989,11	4.903.637,05	14.786.709,48	3.739.229,11	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	930.412.308,00	949.609.160,37	68.756.667,36	188.691.750,81	760.917.409,56	62.242.337,33	113.218.232,04	836.390.928,33	108.044.564,20	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	930.412.308,00	949.609.160,37	68.756.667,36	188.691.750,81	760.917.409,56	62.242.337,33	113.218.232,04	836.390.928,33	108.044.564,20	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							39.194.565,27			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	930.412.308,00	949.609.160,37	68.756.667,36	188.691.750,81		62.242.337,33	152.412.797,31		108.044.564,20	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.820.000,00	15.820.000,00	7.299.746,74	46,14	13.138.653,36	83,05	2.681.346,64
RECEITAS CORRENTES	15.820.000,00	15.820.000,00	7.299.746,74	46,14	13.138.653,36	83,05	2.681.346,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	15.580.000,00	15.580.000,00	6.896.019,20	44,26	12.372.648,13	79,41	3.207.351,87
Contribuições Sociais	15.580.000,00	15.580.000,00	6.896.019,20	44,26	12.372.648,13	79,41	3.207.351,87
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	240.000,00	240.000,00	403.727,54	168,22	766.005,23	319,17	-526.005,23
Multas e Juros de Mora	240.000,00	240.000,00	403.727,54	168,22	766.005,23	319,17	-526.005,23
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	19.284.346,53	19.690.346,53	2.415.231,35	5.183.522,65	14.506.823,88	2.461.989,11	4.903.637,05	14.786.709,48	3.739.229,11	0,00
DESPESAS CORRENTES	19.284.346,53	19.690.346,53	2.415.231,35	5.183.522,65	14.506.823,88	2.461.989,11	4.903.637,05	14.786.709,48	3.739.229,11	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.284.346,53	19.690.346,53	2.415.231,35	5.183.522,65	14.506.823,88	2.461.989,11	4.903.637,05	14.786.709,48	3.739.229,11	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (j)	905.665.108,41	905.565.108,41	81.279.616,86	196.909.534,15	98,25	708.655.574,26	60.748.406,70	105.236.728,02	96,79	800.328.380,39	0,00
Legislativa	14.588.518,99	14.518.518,99	2.874.513,53	5.250.190,90	2,62	9.268.328,09	2.226.532,08	4.271.287,82	3,93	10.247.231,17	0,00
Ação Legislativa	14.588.518,99	14.518.518,99	2.874.513,53	5.250.190,90	2,62	9.268.328,09	2.226.532,08	4.271.287,82	3,93	10.247.231,17	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	9.235.000,00	8.744.600,00	754.093,22	5.040.066,80	2,51	3.704.533,20	1.178.603,40	2.266.141,94	2,08	6.478.458,06	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial	6.100.000,00	5.660.000,00	299.186,31	4.120.280,73	2,06	1.539.719,27	748.374,22	1.371.033,60	1,26	4.288.966,40	
Administração Geral	3.135.000,00	3.084.600,00	454.906,91	919.786,07	0,46	2.164.813,93	430.229,18	895.108,34	0,82	2.189.491,66	
Demais Subfunções											
Administração	64.729.609,26	62.164.609,26	5.172.719,31	18.610.310,99	9,29	43.554.298,27	6.267.554,30	10.721.741,18	9,86	51.442.868,08	0,00
Planejamento e Orçamento	792.274,00	792.274,00	112.810,50	234.760,20	0,12	557.513,80	112.810,50	234.760,20	0,22	557.513,80	
Administração Geral	52.460.335,26	49.860.335,26	4.694.014,46	13.487.859,67	6,73	36.372.475,59	5.037.224,76	8.444.228,65	7,77	41.416.106,61	
Administração Financeira	6.219.000,00	6.219.000,00	185.503,14	4.523.008,87	2,26	1.695.991,13	937.127,83	1.678.070,08	1,54	4.540.929,92	
Controle Interno	1.418.000,00	1.453.000,00	180.391,21	364.682,25	0,18	1.088.317,75	180.391,21	364.682,25	0,34	1.088.317,75	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	3.840.000,00	3.840.000,00	0,00	0,00	0,00	3.840.000,00	0,00	0,00	0,00	3.840.000,00	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	6.980.057,00	6.980.057,00	999.592,83	1.956.820,93	0,98	5.023.236,07	999.592,83	1.956.820,93	1,80	5.023.236,07	0,00
Policiamento	344.057,00	344.057,00	0,00	0,00	0,00	344.057,00	0,00	0,00	0,00	344.057,00	
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral	6.636.000,00	6.636.000,00	999.592,83	1.956.820,93	0,98	4.679.179,07	999.592,83	1.956.820,93	1,80	4.679.179,07	
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	11.533.840,00	11.533.840,00	1.757.918,97	5.749.223,30	2,87	5.784.616,70	2.202.466,59	3.277.234,72	3,01	8.256.605,28	0,00
Assistência ao Idoso	850.000,00	850.000,00	0,00	546.000,03	0,27	303.999,97	182.000,01	182.000,01	0,17	667.999,99	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.812.646,00	1.853.646,00	21.648,51	825.744,96	0,41	1.027.901,04	179.617,31	179.617,31	0,17	1.674.028,69	
Assistência Comunitária	2.769.794,00	2.769.794,00	634.973,25	1.001.866,65	0,50	1.768.127,35	442.498,92	643.706,62	0,59	2.126.087,38	
Administração Geral	6.101.400,00	6.060.400,00	1.101.297,21	3.375.611,66	1,68	2.684.588,34	1.398.350,35	2.271.910,76	2,09	3.788.489,22	
Demais Subfunções											
Previdência Social	19.350.000,00	19.350.000,00	2.663.732,55	5.173.422,97	2,58	14.176.577,03	2.589.578,13	4.989.035,28	4,59	14.360.964,72	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	19.350.000,00	19.350.000,00	2.663.732,55	5.173.422,97	2,58	14.176.577,03	2.589.578,13	4.989.035,28	4,59	14.360.964,72	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	127.292.360,58	127.227.760,58	24.954.467,38	44.236.040,51	22,07	82.991.720,07	15.186.549,77	27.143.680,23	24,96	100.084.080,35	0,00
Atenção Básica	12.848.779,84	14.098.779,84	5.269.892,75	8.243.006,72	4,11	5.855.773,12	1.686.978,21	2.390.418,02	2,20	11.708.361,82	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	28.912.679,97	28.912.679,97	7.996.187,68	12.439.402,71	6,21	16.473.277,26	2.518.250,83	3.110.268,47	2,86	25.802.411,50	
Suporte Profilático e Terapêutico	2.499.097,45	2.499.097,45	211.987,00	748.408,08	0,37	1.750.689,37	84.836,43	84.836,43	0,08	2.414.261,02	
Vigilância Sanitária	399.630,00	399.630,00	0,00	2.297,79	0,00	397.332,21	2.297,79	2.297,79	0,00	397.332,21	
Vigilância Epidemiológica	2.017.405,00	2.113.924,24	96.519,24	171.519,24	0,09	1.942.405,00	24.684,24	26.516,29	0,02	2.087.407,95	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	80.614.768,32	79.203.849,08	11.379.880,71	22.631.405,97	11,29	56.572.243,11	10.869.502,27	21.529.343,23	19,80	57.674.305,85	
Demais Subfunções											
Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	139.371.850,75	139.371.850,75	19.761.676,93	56.838.543,77	28,36	82.533.306,98	16.138.371,39	27.603.692,23	25,39	111.768.158,52	0,00
Ensino Fundamental	82.829.500,00	82.916.900,00	14.532.009,48	27.246.899,03	13,60	55.670.000,97	13.157.244,07	22.922.425,09	21,08	59.994.474,91	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	36.129.865,00	36.042.465,00	1.271.180,00	21.038.734,97	10,50	15.003.730,03	408.970,84	542.970,84	0,50	35.499.494,16	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	20.412.485,75	20.412.485,75	3.958.487,45	8.552.909,77	4,27	11.859.575,98	2.572.156,48	4.138.296,30	3,81	16.274.189,45	
Demais Subfunções											
Cultura	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	437.622.038,83	438.972.038,83	17.822.650,12	26.509.405,07	13,23	412.462.633,76	5.310.693,43	7.948.099,69	7,31	431.023.939,14	0,00
Infra-Estrutura Urbana	413.324.074,23	414.024.074,23	10.491.264,50	11.984.599,50	5,98	402.039.474,73	761.866,00	1.263.306,10	1,16	412.760.768,13	
Serviços Urbanos	10.857.000,00	12.557.000,00	5.273.551,72	8.423.771,72	4,20	4.133.228,28	1.798.176,48	2.376.394,91	2,19	10.176.605,09	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral	13.440.964,60	12.390.964,60	2.057.233,90	6.101.033,85	3,04	6.289.930,75	2.750.650,95	4.306.398,68	3,96	8.084.565,92	
Demais Subfunções											
Habitação	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	26.096.451,00	27.296.451,00	3.302.538,51	10.265.526,97	5,12	17.030.924,03	5.060.341,96	7.646.606,66	7,03	19.649.844,34	0,00
Saneamento Básico Rural	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	
Saneamento Básico Urbano	25.636.846,00	26.836.846,00	3.262.255,38	10.207.110,54	5,09	16.629.735,46	5.020.058,83	7.588.190,23	6,98	19.248.655,77	
Administração Geral	359.000,00	359.000,00	40.283,13	58.416,43	0,03	300.583,57	40.283,13	58.416,43	0,05	300.583,57	
Demais Subfunções	10.605,00	10.605,00	0,00	0,00	0,00	10.605,00	0,00	0,00	0,00	10.605,00	
Gestão Ambiental	2.132.686,00	2.332.686,00	236.026,56	611.867,77	0,31	1.720.818,23	236.026,56	498.069,69	0,46	1.834.616,31	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral	1.932.686,00	2.132.686,00	236.026,56	611.867,77	0,31	1.520.818,23	236.026,56	498.069,69	0,46	1.634.616,31	
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	288.314,00	288.314,00	0,00	0,00	0,00	288.314,00	0,00	0,00	0,00	288.314,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	288.314,00	288.314,00	0,00	0,00	0,00	288.314,00	0,00	0,00	0,00	288.314,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Promoção Industrial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
Promoção Comercial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	11.470.182,00	11.820.182,00	700.000,00	2.950.000,00	1,47	8.870.182,00	732.241,54	2.238.967,69	2,06	9.581.214,31	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	11.470.182,00	11.820.182,00	700.000,00	2.950.000,00	1,47	8.870.182,00	732.241,54	2.238.967,69	2,06	9.581.214,31	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.924.200,00	1.924.200,00	279.686,95	523.946,16	0,26	1.400.253,84	279.686,95	523.946,16	0,48	1.400.253,84	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral	1.924.200,00	1.924.200,00	279.686,95	523.946,16	0,26	1.400.253,84	279.686,95	523.946,16	0,48	1.400.253,84	
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	21.500.000,00	21.500.000,00	0,00	13.194.168,01	6,58	8.305.831,99	2.340.169,77	4.151.403,80	3,82	17.348.596,20	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	21.500.000,00	21.500.000,00	0,00	13.194.168,01	6,58	8.305.831,99	2.340.169,77	4.151.403,80	3,82	17.348.596,20	
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	1.000.000,00	1.000.000,00			0,00	1.000.000,00			0,00	1.000.000,00	
Reserva do RPPS	10.160.000,00	10.160.000,00			0,00	10.160.000,00			0,00	10.160.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17.604.677,59	17.694.677,59	1.251.330,77	3.508.732,82	1,75	14.185.944,77	1.249.979,96	3.492.833,28	3,21	14.201.844,31	
TOTAL (III) = (I + II)	923.259.786,00	923.259.786,00	82.530.947,63	200.418.266,97	100,00	722.841.519,03	61.998.388,66	108.729.561,30	100,00	814.530.224,70	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17.604.677,59	17.694.677,59	1.251.330,77	3.508.732,82	100,00	14.185.944,77	1.249.979,96	3.492.833,28	100,00	14.201.844,31	0,00
Legislativa	150.000,00	220.000,00	30.565,09	59.610,21	1,70	160.389,79	29.214,28	43.710,67	1,25	176.289,33	0,00
Ação Legislativa	150.000,00	220.000,00	30.565,09	59.610,21	1,70	160.389,79	29.214,28	43.710,67	1,25	176.289,33	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	185.000,00	185.000,00	14.999,16	43.348,88	1,24	141.651,12	14.999,16	43.348,88	1,24	141.651,12	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral	185.000,00	185.000,00	14.999,16	43.348,88	1,24	141.651,12	14.999,16	43.348,88	1,24	141.651,12	
Demais Subfunções											
Administração	2.104.230,00	2.009.230,00	196.494,56	372.507,61	10,62	1.636.722,39	196.494,56	372.507,61	10,66	1.636.722,39	0,00
Planejamento e Orçamento	18.625,00	18.625,00	591,23	2.428,08	0,07	16.196,92	591,23	2.428,08	0,07	16.196,92	
Administração Geral	1.949.605,00	1.889.605,00	188.649,63	347.453,43	9,90	1.542.151,57	188.649,63	347.453,43	9,95	1.542.151,57	
Administração Financeira	26.000,00	26.000,00	1.439,62	4.659,80	0,13	21.340,20	1.439,62	4.659,80	0,13	21.340,20	
Controle Interno	110.000,00	75.000,00	5.814,08	17.966,30	0,51	57.033,70	5.814,08	17.966,30	0,51	57.033,70	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	1.045.500,00	1.045.500,00	55.982,04	167.939,06	4,79	877.560,94	55.982,04	167.939,06	4,81	877.560,94	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral	1.045.500,00	1.045.500,00	55.982,04	167.939,06	4,79	877.560,94	55.982,04	167.939,06	4,81	877.560,94	
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	230.000,00	230.000,00	20.745,62	63.345,89	1,81	166.654,11	20.745,62	63.345,89	1,81	166.654,11	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral	230.000,00	230.000,00	20.745,62	63.345,89	1,81	166.654,11	20.745,62	63.345,89	1,81	166.654,11	
Demais Subfunções											
Previdência Social	90.000,00	90.000,00	7.518,49	11.271,30	0,32	78.728,70	7.518,49	11.271,30	0,32	78.728,70	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	90.000,00	90.000,00	7.518,49	11.271,30	0,32	78.728,70	7.518,49	11.271,30	0,32	78.728,70	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	6.682.432,91	6.797.432,91	364.267,95	1.096.953,54	31,26	5.700.479,37	364.267,95	1.096.953,54	31,41	5.700.479,37	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	6.682.432,91	6.797.432,91	364.267,95	1.096.953,54	31,26	5.700.479,37	364.267,95	1.096.953,54	31,41	5.700.479,37	
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	6.458.125,00	6.458.125,00	513.994,67	1.566.718,22	44,65	4.891.406,78	513.994,67	1.566.718,22	44,86	4.891.406,78	0,00
Ensino Fundamental	6.078.125,00	6.078.125,00	469.625,76	1.430.035,63	40,76	4.648.089,37	469.625,76	1.430.035,63	40,94	4.648.089,37	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	380.000,00	380.000,00	44.368,91	136.682,59	3,90	243.317,41	44.368,91	136.682,59	3,91	243.317,41	
Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	226.389,68	226.389,68	11.173,89	32.968,17	0,94	193.421,51	11.173,89	32.968,17	0,94	193.421,51	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral	226.389,68	226.389,68	11.173,89	32.968,17	0,94	193.421,51	11.173,89	32.968,17	0,94	193.421,51	
Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	249.000,00	249.000,00	21.357,96	51.478,49	1,47	197.521,51	21.357,96	51.478,49	1,47	197.521,51	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	249.000,00	249.000,00	21.357,96	51.478,49	1,47	197.521,51	21.357,96	51.478,49	1,47	197.521,51	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	79.000,00	79.000,00	5.856,46	18.143,09	0,52	60.856,91	5.856,46	18.143,09	0,52	60.856,91	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral	79.000,00	79.000,00	5.856,46	18.143,09	0,52	60.856,91	5.856,46	18.143,09	0,52	60.856,91	
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Áreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	105.000,00	105.000,00	8.374,88	24.448,36	0,70	80.551,64	8.374,88	24.448,36	0,70	80.551,64	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral	105.000,00	105.000,00	8.374,88	24.448,36	0,70	80.551,64	8.374,88	24.448,36	0,70	80.551,64	
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	39,675,377.03	39,847,065.87	42,264,461.00	38,955,815.34	33,370,656.67	39,110,471.66	31,942,808.96	46,191,479.24	43,859,200.55	37,076,256.11	36,830,431.10	39,809,358.13	468,933,481.66	0,00
Receita Tributaria	6,362,309.75	6,141,109.70	7,836,185.01	9,953,981.93	6,118,801.44	4,554,649.50	3,412,131.66	6,617,669.63	3,250,953.97	5,712,377.62	6,020,452.65	4,559,451.28	70,540,074.14	0,00
IPTU	835,091.94	1,167,435.53	2,657,889.24	4,379,057.67	1,137,402.40	585,204.74	232,185.18	367,837.86	101,248.81	28,410.86	30,159.67	9,268.80	11,531,192.70	
ISS	3,306,458.09	2,778,239.46	2,780,339.94	2,876,204.73	3,071,275.69	2,594,914.62	1,600,880.97	2,914,755.02	2,547,833.71	2,789,752.68	2,504,559.78	2,685,063.58	32,450,278.27	
ITBI	617,236.15	811,787.84	366,053.16	631,162.35	504,159.18	302,763.41	617,677.23	776,785.60	245,413.30	305,109.69	464,996.32	601,549.35	6,244,693.58	
IRRF	698,696.21	655,140.71	700,512.37	629,073.19	732,888.66	775,876.73	762,867.72	1,892,934.75	68,105.15	755,775.56	752,095.00	770,692.97	9,194,659.02	
Outras Receitas Tributárias	904,827.36	728,506.16	1,331,390.30	1,438,483.99	673,075.51	295,890.00	198,520.56	665,356.40	288,353.00	1,833,328.83	2,268,641.88	492,876.58	11,119,250.57	
Receita de Contribuições	2,120,317.48	2,165,581.01	2,250,761.85	2,214,039.62	867,102.45	3,513,221.16	2,270,213.99	3,771,210.39	1,634,597.76	2,279,813.46	2,256,125.34	860,336.26	26,203,320.79	
Receita Patrimonial	1,651,418.28	1,898,383.50	1,625,084.63	1,068,172.17	1,341,295.60	2,259,488.82	1,813,637.30	2,287,788.27	2,386,610.40	1,974,610.39	2,329,925.91	2,387,092.34	23,023,507.61	
Receita Agropecuária													0,00	
Receita Industrial													0,00	
Receita de Serviços	1,865,459.93	2,204,164.59	2,303,153.36	2,041,544.51	2,069,711.89	2,091,641.30	2,020,567.73	2,224,911.14	2,756,617.68	1,974,342.55	2,238,843.10	2,153,476.63	25,944,434.41	
Transferências Correntes	27,087,797.69	24,598,896.89	27,421,290.73	22,996,260.17	22,378,099.21	26,089,891.21	22,341,229.87	30,399,663.26	33,325,737.47	24,505,240.82	23,250,421.83	29,174,925.76	313,568,554.91	0,00
Cota-Parte do FPM	5,129,171.06	4,462,898.80	3,909,351.91	3,865,003.62	3,222,277.55	3,667,485.88	4,140,879.46	4,761,536.21	4,511,740.02	5,646,283.22	3,427,157.39	4,074,154.10	50,817,939.22	
Cota-Parte do ICMS	6,130,558.79	6,321,532.23	6,345,887.71	6,017,274.46	7,311,673.00	6,666,080.08	5,910,495.31	8,309,515.66	11,429,695.98	5,702,863.83	6,818,308.74	7,358,811.31	84,322,697.10	
Cota-Parte do IPVA	2,934,560.11	1,827,800.59	2,803,481.29	1,756,156.66	1,163,118.80	651,082.47	702,142.40	776,689.95	1,238,119.96	2,159,993.31	2,618,777.57	2,541,539.58	21,173,462.69	
Cota-Parte do ITR	131.58	736.89	195.14	9,779.48	1,794.22	19,947.15	2,217.50	3,359.91	144.99	1,535.55	669.22	1,001.90	41,513.53	
Transferências da LC nº 87/1996	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	32,257.97	33,683.25	33,683.25	33,683.25	33,683.25	392,796.76	
Transferências da LC nº 61/1989	33,875.00	43,748.91	39,800.06	47,894.79	51,630.64	0.00	90,691.16	59,341.54	67,153.16	43,919.56	42,017.90	35,286.43	546,371.15	
Transferências do FUNDEB	6,929,245.23	6,262,091.66	5,680,371.67	5,866,239.89	5,899,296.43	6,699,237.53	5,697,331.48	7,393,541.88	8,891,982.06	5,901,551.39	5,798,704.93	6,387,667.26	77,407,261.41	
Outras Transferências Correntes	5,897,997.95	5,647,829.84	8,609,944.98	5,401,653.30	4,696,050.60	8,353,800.13	5,765,214.59	9,072,420.14	7,153,218.05	5,015,410.71	4,511,102.83	8,741,869.93	78,866,513.05	
Outras Receitas Correntes	588,073.90	2,838,930.18	827,985.42	681,816.94	595,646.08	601,579.65	85,028.41	890,236.55	504,783.27	629,871.27	734,662.27	674,975.86	9,653,589.80	
DEDUÇÕES (II)	3,613,935.95	3,343,144.86	3,320,241.39	3,147,143.00	3,213,326.60	3,057,463.84	2,997,216.24	5,213,048.39	3,506,892.02	3,561,414.50	3,438,318.89	3,662,174.18	42,074,319.86	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	768,600.17	814,099.71	823,653.93	811,048.71	867,102.45	850,093.30	839,617.84	2,435,472.46	64,215.31	852,542.79	858,599.76	860,336.26	10,845,582.69	
Compensações Financ. entre Regimes Previdência													0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2,845,335.78	2,529,045.15	2,496,587.46	2,336,094.29	2,346,224.15	2,207,370.54	2,157,598.40	2,777,575.93	3,442,676.71	2,708,871.71	2,579,719.13	2,801,837.92	31,228,737.17	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I- II)	36,061,441.08	36,503,921.01	38,944,219.61	35,808,672.34	30,157,330.07	36,053,007.82	28,945,592.72	40,978,430.85	40,352,408.53	33,514,841.61	33,392,112.21	36,147,183.95	426,859,161.80	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 3 - Tabela 3.0 - RREO	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.582.000,00	10.582.000,00	2.652.973,60	0,00
RECEITAS CORRENTES	10.582.000,00	10.582.000,00	2.652.973,60	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	10.252.000,00	10.252.000,00	2.635.694,12	0,00
Pessoal Civil	10.252.000,00	10.252.000,00	2.635.694,12	0,00
Ativo	10.174.000,00	10.174.000,00	2.599.349,74	
Inativo	78.000,00	78.000,00	36.344,38	
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	60.000,00	60.000,00	17.279,48	0,00
Receitas Imobiliárias	60.000,00	60.000,00	17.279,48	
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS	270.000,00	270.000,00		
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	13.020.000,00	13.020.000,00	4.613.466,19	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	23.602.000,00	23.602.000,00	7.266.439,79	0,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	23.453.000,00	24.653.000,00	6.664.930,45	0,00	6.354.003,10	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.030.000,00	1.030.000,00	5.498,44	0,00	5.498,44	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital	1.030.000,00	1.030.000,00	5.498,44	0,00	5.498,44	0,00		
PREVIDÊNCIA	22.423.000,00	23.623.000,00	6.659.432,01	0,00	6.348.504,66	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	18.600.000,00	18.600.000,00	5.422.611,31	0,00	5.422.611,31	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	10.200.000,00	10.200.000,00	3.674.133,36	0,00	3.674.133,36			
Pensões	4.200.000,00	4.200.000,00	821.169,81	0,00	821.169,81	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Outros Benefícios Previdenciários	4.200.000,00	4.200.000,00	927.308,14	0,00	927.308,14	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	3.823.000,00	5.023.000,00	1.236.820,70	0,00	925.893,35	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	3.823.000,00	3.823.000,00	1.236.820,70	0,00	925.893,35	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	102.000,00	102.000,00	14.394,71	0,00	14.394,71	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	23.555.000,00	24.755.000,00	6.679.325,16	0,00	6.368.397,81	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	47.000,00	-1.153.000,00	587.114,63		898.041,98	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	8.900.000,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	293.083,26	230.996,83
INVESTIMENTOS	112.419.685,67	88.894.412,47
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	13.020.000,00	13.020.000,00	4.613.466,19	0,00
Receita de Contribuições	12.780.000,00	12.780.000,00	4.149.972,34	0,00
Patronal	12.780.000,00	12.780.000,00	2.384.674,34	0,00
Pessoal Civil	12.780.000,00	12.780.000,00	2.384.674,34	0,00
Ativo	12.780.000,00	12.780.000,00	2.384.674,34	
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	1.765.298,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	240.000,00	240.000,00	463.493,85	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	13.020.000,00	13.020.000,00	4.613.466,19	0,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	102.000,00	102.000,00	14.394,71	0,00	14.394,71	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	102.000,00	102.000,00	14.394,71	0,00	14.394,71			
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	102.000,00	102.000,00	14.394,71	0,00	14.394,71	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Outros Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o Regime Previdenciário	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (**I**)	205.628.509,58	203.572.761,76	200.641.897,89
DEDUÇÕES (**II**)	49.974.717,20	68.277.200,06	80.951.044,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	70.733.602,48	88.742.682,29	93.324.196,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.130.098,63
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.758.885,28	20.465.482,23	13.503.250,89
Dívida Consolidada Líquida (**III**) = (**I** - **II**)	155.653.792,38	135.295.561,70	119.690.853,66
Receita de Privatizações (**IV**)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (**VI**) = (**III** + **IV** - V)	155.653.792,38	135.295.561,70	119.690.853,66

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	-15.604.708,04	-35.962.938,72

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (**VII**)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (**VIII**)	104.483.279,98	107.343.815,96	111.872.790,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	147.943,06	254.185,86	293.083,26
Investimentos	104.465.388,55	107.553.054,23	112.419.685,67
Demais Haveres Financeiros Previdenciários	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	130.051,63	463.424,13	839.978,55
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (**IX**) = (**VII** - **VIII**)	-104.483.279,98	-107.343.815,96	-111.872.790,38
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (**XI**) = (**IX** - X)	-104.483.279,98	-107.343.815,96	-111.872.790,38

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (**I**)	513.143.107,00	142.573.625,99	129.283.760,67
Receitas Tributárias	93.001.089,00	19.543.235,52	20.479.042,92
IPTU	15.347.057,00	169.088,14	270.918,52
ISS	42.529.557,00	10.527.209,75	10.993.728,47
ITBI	6.979.841,00	1.617.068,66	1.503.098,15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
IRRF	11.873.554,00	2.346.668,68	3.398.924,14
Outras Receitas Tributárias	16.271.080,00	4.883.200,29	4.312.373,64
Receitas de Contribuições	42.401.950,00	12.166.324,10	4.897.695,92
Receitas Previdenciárias	23.032.000,00	6.785.666,46	0,00
Outras Receitas de Contribuições	19.369.950,00	5.380.657,64	4.897.695,92
Receita Patrimonial Líquida	60.000,00	17.279,48	6.000.000,00
Receita Patrimonial	11.928.623,00	9.078.239,04	7.430.724,72
(-) Aplicações Financeiras	11.868.623,00	9.060.959,56	1.430.724,72
Transferências Correntes	332.636.209,00	98.715.720,41	86.853.395,84
Cota-Parte do FPM	56.473.271,00	14.127.467,98	13.138.088,56
Cota-Parte do ICMS	69.838.099,00	23.336.058,04	19.039.995,40
Cota-Parte do IPVA	22.263.830,00	8.558.430,42	8.467.979,70
Convênios Corrente	12.979.349,00	4.339.660,20	3.533.471,61
Outras Transferências Correntes	171.081.660,00	48.354.103,77	42.673.860,57
Demais Receitas Correntes	45.043.859,00	12.131.066,48	11.053.625,99
Dívida Ativa	8.262.203,00	1.813.897,59	2.487.432,45
Diversas Receitas Correntes	36.781.656,00	10.317.168,89	8.566.193,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	405.400.578,00	771.611,76	3.302.707,35
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	405.400.578,00	771.611,76	3.302.707,35
Convênios Capital	404.900.578,00	217.945,38	1.542.707,35
Outras Transferências de Capital	500.000,00	553.666,38	1.760.000,00
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	405.400.578,00	771.611,76	3.302.707,35
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	918.543.685,00	143.345.237,75	132.586.468,02

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	471.616.749,20	159.444.681,87	140.256.998,98	107.427.465,14	93.456.283,39	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	238.501.014,91	69.380.041,12	56.906.484,04	68.991.092,76	56.897.002,45		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.316.454,60	3.517.312,26	3.857.668,75	1.068.676,58	921.693,70		
Outras Despesas Correntes	228.799.279,69	86.547.328,49	79.492.846,19	37.367.695,80	35.637.587,24		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	467.300.294,60	155.927.369,61	136.399.330,23	106.358.788,56	92.534.589,69	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	468.692.411,17	29.285.183,06	49.666.772,61	6.216.729,44	5.957.972,84	0,00	0,00
Investimentos	453.127.411,17	15.275.242,13	36.768.267,33	2.074.080,07	1.547.605,12		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	15.565.000,00	14.009.940,93	12.898.505,28	4.142.649,37	4.410.367,72		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	453.127.411,17	15.275.242,13	36.768.267,33	2.074.080,07	1.547.605,12	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)	8.900.000,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	929.727.705,77	171.202.611,74	173.167.597,56	108.432.868,63	94.082.194,81	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-11.184.020,77	-27.857.373,99	-40.581.129,54	34.912.369,12	38.504.273,21		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				1.429.566,16	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	10,469,304.78	10,318,559.76	7,220,401.28	1,758.22	13,565,705.04	981,855.41	15,474,861.35	8,489,205.84	7,837,979.66	11,461.24	8,607,275.86	22,172,980.90
PODER EXECUTIVO	10,469,304.78	10,318,559.76	7,220,401.28	1,758.22	13,565,705.04	981,855.41	15,474,861.35	8,489,205.84	7,837,979.66	11,461.24	8,607,275.86	22,172,980.90
PODER LEGISLATIVO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	2,990.57	28,567.79	28,567.79		2,990.57	5.08	60,730.02				60,735.10	63,725.67
TOTAL (III) = (I + II)	10,472,295.35	10,347,127.55	7,248,969.07	1,758.22	13,568,695.61	981,860.49	15,535,591.37	8,489,205.84	7,837,979.66	11,461.24	8,668,010.96	22,236,706.57

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	2,990.57	28,567.79	28,567.79	0.00	2,990.57	5.08	60,730.02	0.00	0.00	0.00	60,735.10	63,725.67
PODER EXECUTIVO	2,990.57	28,567.79	28,567.79	0.00	2,990.57	5.08	60,730.02	0.00	0.00	0.00	60,735.10	63,725.67
PODER LEGISLATIVO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Especificação de PPP	Especificação de PPP			
	Saldo Exercício / 2015 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
Especificação de PPP	-	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (**I**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (**II**)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (**III**) = (**I-II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado (IV)

Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV) / (V)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	930.412.308,00
Previsão Atualizada	930.412.308,00
Receitas Realizadas	167.221.887,90
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.429.566,16
DESPESAS	
Dotação Inicial	930.412.308,00
Créditos Adicionais	19.196.852,37
Dotação Atualizada	949.609.160,37
Despesas Empenhadas	188.729.864,93
Despesas Liquidadas	113.644.194,58
Despesas Pagas	
Superávit Orçamentário	53.577.693,32

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	188.729.864,93
Despesas Liquidadas	113.644.194,58

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	30/04/2016
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	426.859.161,80

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	7.266.439,79
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	6.368.397,81
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	898.041,98

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal		-27.764.144,64	
Resultado Primário		34.918.969,12	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.819.422,90	1.758,22	7.248.969,07	13.568.695,61
Poder Executivo	20.819.422,90	1.758,22	7.248.969,07	13.568.695,61
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	16.517.451,86	11.461,24	7.837.979,66	8.668.010,96
Poder Executivo	16.517.451,86	11.461,24	7.837.979,66	8.668.010,96
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	37.336.874,76	13.219,46	15.086.948,73	22.236.706,57

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	17.894.511,42	25,00	24,78
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	14.700.872,33	60,00	54,49
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	6.216.729,44	462.475.681,73

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (**IV**)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	17.828.311,74	15,00	24,72

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RELATÓRIO DE FESTÃO FISCAL (RGF) - REF. 1º QUADRIMESTRE DE 2016

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	212.626.234,77	0,00
Pessoal Ativo	199.523.599,87	
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.102.634,90	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.102.634,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.102.634,90	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	199.523.599,87	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	426.859.161,80	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	199.523.599,87	46,74
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	230.503.947,37	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	218.978.750,00	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	207.453.552,63	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	108.319.396,46	200.641.897,89	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00		
Dívida Contratual	54.584.374,68	181.374.143,34	0,00	0,00
Interna	54.584.374,68	181.374.143,34		
Externa		0,00		
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	20.528.930,91	19.267.754,55		
Outras Dívidas	33.206.090,87	0,00		
DEDUÇÕES (II)	39.482.716,93	80.951.044,23	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	70.742.233,59	93.324.196,49		
Demais Haveres Financeiros	407.950,08	1.130.098,63		
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	31.667.466,74	13.503.250,89		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	68.836.679,53	119.690.853,66	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	417.489.596,89	426.859.161,80	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	25,95	47,00		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	16,49	28,04		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	500.933.992,94	512.229.045,62	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	450.840.593,65	461.006.141,06	0,00	0,00
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias				
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna				
Externa				
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)				
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	20.528.930,91	19.267.754,55	0,00	0,00
Insuficiência Financeira				
Depósitos				
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores				
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Passivo Atuarial				
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (X)				
Disponibilidade de Caixa Bruta				
Investimentos				
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	2001 - 3º Quadrimestre				2002 - Quadrimestre				2003 - Quadrimestre				2004 - Quadrimestre				2005 - Qua	
	DCL	Excedente	Redutor	% Limite de Endividamento	1º	2º	3º	% Limite de Endividamento	1º	2º	3º	% Limite de Endividamento	1º	2º	3º	% Limite de Endividamento	1º	2º
Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
% da DCL sobre a RCL																		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	426.859.161,80

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	199.523.599,87	46,74
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	230.503.947,37	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	218.978.750,00	51,30
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	119.690.853,66	28,04
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	512.229.045,62	120,00
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

Matrícula - 2050

Servidor - Karine Raquel Ferreira da Silva

Início - 24/05/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargo - Auxiliar Saneamento

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo Legal - Decreto 64/2014

Matrícula- 2051

Servidor - Alam José Barros Ferreira Silva

Início - 24/05/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargo - Técnico de Nível Superior

Salário Base - 1.707,83

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo Legal - Decreto 64/2014

Matrícula - 2052

Servidor - José Roberto Tolares

Início - 24/05/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargo - Operador de Sistema Água e Esgoto

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo Legal - Decreto 64/2014

Matricula - 2053

Servidor - Jean Carlos Soares Schafaschek

Início - 24/05/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargo - Operador Faturamento

Salário Base - 880,00

Finalidade Contrato - Prestação Serviço

Amparo Legal - Decreto 64/2014

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, MT 24 de Maio de 2016

Eduardo Abelaira Vizotto

Diretor Presidente DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 033/2016

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto – DAE/VG, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o falecimento de ascendente de servidor desta autarquia e o art. 238, §2º, da Lei Municipal 1.164/91;

RESOLVE:

Conceder em favor da Servidora **CASSIA REGINA DA SILVA**, matrícula nº 1807, cargo Aux. Administrativo, lotada no Departamento Pessoal RH, conforme requerido o Auxílio Funeral em detrimento ao falecimento de seu pai, **Conforme Lei 1.164/91 Art. 238, §2º do Estatuto do Servidor Publico Municipal.**

Várzea Grande, 24 de maio de 2016.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2016

REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSOLIDAÇAO DE ATOS NORMATIVOS VIGENTES, REVOGADOS E NOVOS, BEM COMO A VINCULAÇÃO A PUBLICAÇÃO OFICIAL E DOCUMENTO ORIGINAL, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT. A Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Várzea Grande – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 03/2016, com Registro de Preço, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cuja abertura ocorreu às 23/05/2016 às 09:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, sagrou-se vencedora a empresa: **PFOR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-EPP**

Sendo que a Empresa vencedora apresentou todos os documentos exigidos no Edital.

SUELEN CRISTINA ALVES DE MORAES

Pregoeira Oficial

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2016

Tendo em vista a necessidade da locação de imóvel urbano, localizado na Rua São Paulo, n. 910, quadra 17. Bairro Nova Várzea Grande, Várzea Grande – MT, cuja área constituída é de 488,88m2 com destino único e exclusivo para funcionamento das salas anexas – EMEB Jayme Veríssimo de Campos. **Da Ratificação**: Ha parecer favorável por parte da Procuradoria Municipal as fls. 83/89 e cumpridos os requisitos do artigo 24, X c/c artigo 26, ambos da lei n. 8666/93, **RATIFICO** o ato de dispensa n. 10/2016 **emitido pela Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,** para locação de imóvel em nome de **CONGREGAÇÃO CRISTO PARA TODOS DE VÁRZEA GRANDE**, inscrita no CNPJ: **15.505.418/0001-28**, onde funcionarão as salas anexas – EMEB Jayme Veríssimo de Campos, localizado na Rua São Paulo, n. 910, quadra 17. Bairro Nova Várzea Grande, Várzea Grande – MT. pelo valor mensal de R$ 8.353,92 (oito mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos), com vigência de 12(doze) meses.Publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 23 de maio de 2016. Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer Interino Ato n. 328/2016.

PORTARIA Nº 329/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 339660/2015,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidora **ESTER SILVA BOTELHO ALVES**, Matrícula 15141, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Agente Administrativo, o **Abono de Permanência**, instituído pela Emenda Constitucional nº 41/2003, Art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, fls. 32, com efeito retroativo a partir de **16/05/2016**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de maio de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 330/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 338821/2015,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidora **MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA**, Matrícula 31833, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor I a IV, o **Abono de Permanência**, instituído pela Emenda Constitucional nº 41/2003, Art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, fls. 32, com efeito retroativo a partir de **16/05/2016**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de maio de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

ERRATA

A Secretária Municipal de Administração e a Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:

CONSIDERANDO a existência de mero erro material na Portaria 222/2015, que enquadrou os servidores da Secretaria Municipal de Administração, relacionados abaixo.

CONSIDERANDO a necessidade de retificar a carga horária dos servidores conforme os Editais 001/2001, 001/2003 e 001/1999 respectivamente, para fins de correção do enquadramento dos mesmos.

NOME	CARGO
FABIO CUSTÓDIO CORREA CAMPOS	AUX. DE DESENV. ECON. E SOCIAL – PERFIL AGENTE DE SEG. E MANUTEN.
GLORIA MARIA ANTUNES	AGENTE DE DESENV. ECON. E SOCIAL – PERFIL AGENTE ADMINISTRATIVO

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 222/2015, publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na data de 08 de Maio de 2015, página 468, alterando:

ONDE SE LÊ: CARGA HORÁRIA: 30 horas,

LEIA-SE: CARGA HORÁRIA: 40 horas.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande-MT, 29 de abril de 2016.

RICARDO DIAS DE LIMA

Presidente da Comissão Permanente de Enquadramento

VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretária Municipal de Administração

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 0033/2016/GAB/SMECEL/VG

Institui Comissão Organizadora para a realização do Revezamento da Tocha Olímpica 2016 em Várzea Grande- MT.

O SECRETÁRIO INTERINO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o fato da Cidade de Várzea Grande – MT ter sido escolhida como um dos municípios para o REVEZAMENTO DA TOCHA OLÍMPICA 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar os procedimentos para receber a Tocha Olímpica neste município de forma eficiente e eficaz.

RESOLVE:

Artigo 1°- Instituir Comissão composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, responsável pela organização para o Revezamento da Tocha Olímpica-2016/ Várzea Grande.

Artigo 2° - A Referida Comissão será composta pelos nomes abaixo elencados, tendo como coordenador geral o primeiro e coordenadora executiva o segundo membro seguido pelos demais componentes:

I- Silvio Aparecido Fidelis – Secretário Interino de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

II- Catarina Sena Barros de Toledo- Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

III- Noemi Almeida de Assis Crépin- Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

IV- Jamil Mussa Sobrinho – Superintendente de Esporte da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

V- Erasmo Ribeiro da Costa – Técnico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

VI- José Vitorino da Cruz- Técnico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

VII- Waldirene Gonçalina da Costa- Superintendente de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

VIII- Elídio Antonio Corrêa- Técnico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

IX- Edizes Luiza Reveles Pereira- Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

X- Gilson Pequeno da Silva- Técnico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

XI- Ludemila Izabel Silva da Mata- Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

XII- Gilson Cassemiro de Lima- Técnico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Artigo 3°- O Coordenador Geral da presente Portaria poderá delegar competências para outras pessoas que não constam no artigo 2° e incisos, inclusive convocando servidores de outros órgãos da administração pública municipal para consecução dos fins propostos no evento de Revezamento da Tocha Olímpica 2016.

Artigo 4°- Encerram- se os trabalhos desta comissão após a saída da Tocha Olímpica deste município.

Artigo 5°-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria n. 005/2016/GAB/SMECEL/VG.

Várzea Grande – MT, 24 de maio de 2016.

Registra se, Publica se, Cumpra se.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Interino de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO n. 328/2016

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO n. 338/2016

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FUNCIONAL Nº 001/2016

A Secretaria de Saúde de Várzea Grande SMS/VG, inscrita no cadastro de CNPJ N.º 11.364.895/0001-60, neste representada pelo Secretário de Saúde, Luiz Antônio Vitorio Soares, portador do CPF sob o n.º 138.731.301-06 e RG n.º 019771–SSP/MT e, por outro lado a Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer de Várzea Grande inscrita no CNPJ 03.507.548/0001-10-, neste representada pelo Secretário Silvio Aparecido Fidelis portador do CPF sob o nº 556.225.939-72 e RG nº1605785-6 SSP/MT firmam o presente instrumento de Cooperação, devidamente autorizado e de acordo com a legislação municipal, o que o fazem de acordo com as seguintes clausulas e condições:

PRIMEIRO – DO OBJETO

1 - O presente Convênio tem por finalidade a cooperação funcional na cessão de servidores municipais do quadro de pessoal para prestarem serviços junto à entidade cessionária, com vistas à execução de tarefas de natureza técnica, administrativa e/ou em Comissão, no âmbito de suas competências e atribuições, podendo haver, quando necessário e conveniente, cessão mutua de servidores de acordo com o interesse e o assentimento de cada instituição, obedecida para todo o caso de legislação em vigor.

SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2. - Como forma mútua de cooperação técnica e/ou administrativa, na execução do objeto previsto na cláusula primeira, ficam os convenentes obrigados a atenderem as seguintes condições:

1

I – As partes, mediante apresentação de ofício entre os titulares das respectivas Secretarias, representantes dos convenentes, solicitarão na conformidade de seus interesses e conveniências, servidores municipais, na condição de cedente ou cessionário, mediante acordo entre as partes.

II – O respectivo ato de cessão do servidor será publicado na Imprensa Oficial e

III – O CESSIONÁRIO devolverá o servidor cedido sem prejuízo ao CEDENTE de acordo entre as partes convenentes;

TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3 – Este Convênio terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante a manifestações das partes.

QUARTA – DA RESCISÃO

4 – Este Convênio poderá ser rescindido automaticamente por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne formalmente inexeqüível.

4.1 – Este Convênio poderá ser denunciado pelas partes, observado aviso prévio de 30 (trinta) dias, findo os quais será publicada sua rescisão.

4.2 – Ocorrendo a denúncia ou na hipótese de rescisão ficam as duas partes responsáveis pelas obrigações correspondentes ao período em que o presente acordo teve vigência.

QUINTO – DO FORO

5 – Fica eleito o foro da comarca de Várzea Grande, para dirimir as questões oriundas desta avença que não forem resolvidas administrativamente entre as partes.

E, para a validade do pactuado pelas partes, firma-se este termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Várzea Grande, 24 de maio de 2016.

Luiz Soares

Secretário de Saúde de Várzea Grande

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Interino de Educação, Esporte e Lazer de Várzea Grande

Jose Luiz de Oliveira

Técnico de Nível Superior SMS/VG

Célia Regina Santos

Superintendente de Gestão de Pessoas- SMS/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SEC. ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE – EXERCÍCIO 2016.

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. LUCIANO MARCOS ALENCAR, Prefeito Municipal de Vila Rica – Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas, CONVOCA a todos os interessados a participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º QUADRIMESTRE de acordo com o art. 9º, § 4º da LRF de JANEIRO a ABRIL do corrente ano, que acontecerá no dia 31 de Maio de 2016 às 10h00min no auditório da Câmara Municipal de Vila Rica, localizada na Avenida Brasil, nº 15, Centro.

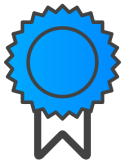
Vila Rica – MT, 13 de Maio de 2016.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue May 24 22:32:36 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)